

Joana Brandão Tavares

**CIBER-INFORMAÇÕES NATIVAS:
UMA ANÁLISE DA CIRCULAÇÃO DA INFORMAÇÃO DOS
CIBERMEIOS DE AUTORIA DE POVOS INDÍGENAS
RESIDENTES NO TERRITÓRIO BRASILEIRO (2005-2012)**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, para obtenção do Grau de Mestre em Jornalismo.

Orientador: Prof. Dr. Elias Machado

Florianópolis
Fevereiro de 2013

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Tavares, Joana Brandão

Ciber-informações nativas: : uma análise da circulação da
informação dos cibermeios de autoria de povos indígenas
residentes no território brasileiro (2005-2012) / Joana
Brandão Tavares ; orientador, Elias Machado -
Florianópolis, SC, 2013.

435 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-
Graduação em Jornalismo.

Inclui referências

1. Jornalismo. 2. Jornalismo on-line. 3. Jornalismo
participativo. 4. Povos indígenas. 5. Comunicação
comunitária. I. Machado, Elias . II. Universidade Federal
de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Jornalismo.
III. Título.

Joana Brandão Tavares

**CIBER-INFORMAÇÕES NATIVAS:
UMA ANÁLISE DA CIRCULAÇÃO DA INFORMAÇÃO DOS
CIBERMEIOS DE AUTORIA DE POVOS INDÍGENAS
RESIDENTES NO TERRITÓRIO BRASILEIRO (2005-2012)**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de Mestre e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2013

Prof. Dr. Rogério Christofolletti
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo

Banca Examinadora:

Prof.º Dr.º Elias Machado Gonçalves
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.ª Dr.ª Cárilda Emerim
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.º Dr.º Antonio Fausto Neto
Universidade do Vale do Rio dos Sinos

À Josuelito Sardinha Brandão
(*in memoriam*) – que sua bondade
faça nascer flores eternas em nossos
futuros.

AGRADECIMENTOS

Ao chegar ao final desta etapa, é essencial reconhecer o longo e gratificante caminho percorrido, todo esse processo que há por trás do produto. Algumas pessoas foram imprescindíveis, como protagonistas ou coadjuvantes, nesta trajetória.

Gostaria de agradecer ao professor Elias Machado por ter me oferecido a oportunidade de fazer do mestrado uma das experiências mais importantes e transformadoras da minha vida profissional e pessoal. Por ensinar-me que antes de ser uma pesquisadora e jornalista é preciso saber ser cidadã e pelo profissionalismo com que se dedica ao jornalismo e à ciência, fornecendo um exemplo inspirador para aqueles que se iniciam nestes caminhos.

A minha mãe, pela disponibilidade e presença nas horas boas e difíceis, por ajudar-me a refletir sobre minhas escolhas, pelos chás nas horas de fraqueza, pelas farofas, pirões e maxixadas para aplacar a saudade.

Ao meu pai e aos meus irmãos, Raul, Maria e João, por fazerem parte da minha vida. Por compartilharem comigo esse presente surpreendente e impreciso que é o passar dos dias, pelas visitas cheias de alegria e novidades que deixam meu navegar mais preciso.

À minha vó, Enedina, pelas bênçãos, pelo exemplo de força e vida. Aos meus padrinhos Rita e César pela disposição em ajudar sempre.

À Tom Cau, Neusa Côrrea, Maria Santana, Vilson Silva e Christine Sachetti por me acolherem e me fazerem sentir em casa, nestas terras do sul. À Santana, por me dizer que “talvez o mestrado fosse uma boa ideia”. E a Chris e Vilson, por fazerem de sua casa a minha e de sua família meu lar.

À Nuno Nunes, Tatiane Munhões e Eliete Pereira pelas sugestões de leitura, contatos e ideias que muito acrescentaram a este trabalho. Ao professor Valdir Luiz Schwengber pelas palavras de incentivo e sugestões para o projeto de seleção do mestrado.

Aos professores Gislene Silva, Francisco Karam, Orlando Tambosi pelas reflexões e incentivos em sala de aula. Às professoras Carla Emerim e Aglair Bernado pelas ricas contribuições na minha banca de

qualificação. Este trabalho foi remodelado pelas saudáveis críticas e sugestões ali apresentadas.

Ao Programa de Pós-Graduação em Jornalismo pela oportunidade e pelo espaço para desenvolver o trabalho comprometido com o desenvolvimento do campo científico do Jornalismo. À CAPES pelo financiamento que viabilizou a intensa dedicação necessária para a realização desta pesquisa.

Aos colegas do Laboratório de Pesquisa Aplicada em Jornalismo Digital: Gian Kojikovski, Felipe Machado, Juliana Teixeira, Mariana Rosa, Géssica Silva, Jéssica Sant'Ana, pelas informações quando tudo era novidade e pelas discussões enriquecedoras. Em especial a Cristiano Anunciação pelas discussões teórico-metodológicas e por mostrar que sempre há espaço para a colaboração e boas risadas.

Aos colegas da turma do mestrado de 2010, pela disposição para o debate e saudável curiosidade de interagir e compartilhar juntos estes anos. E aos colegas de outras turmas que interagiram e colaboraram com este trabalho, direta ou indiretamente.

Aos indígenas, que gentilmente concederam entrevistas e informações, obrigada por confiar parte de sua história nas mãos de uma estranha e abrir a porta de suas casas. Aos jornais que concordaram em abrir também suas portas, e colaborar com essa pesquisa, e aos jornalistas que gentilmente compartilharam suas experiências profissionais e pessoais.

Aos professores que influenciaram minha caminhada acadêmica e muito me ensinaram, Simone Bortoliero e Monclar Valverde.

Aos amigos Alan Sampaio, Alberto Batinga, Olinda Cabeggi, Vani Dayal, Manoj Lackwani, Livia Nery, Lucas Santana, Cleide Mara, Sara Uchoa, Daiana Silva, Cristiana Lumi, Marta Poetzscher e Mei Jong pelos incentivos divertidos e amorosos.

À Babaji e Leonard Orr por me ensinarem a habilidade de recomeçar.

Se eu não sou quem você diz que eu sou, então você não é quem você pensa que é.

James Baldwin

RESUMO

Esta dissertação analisa as informações de autoria de povos indígenas produzidas para cibermeios com o objetivo de investigar como se dá a circulação dos conteúdos dessas publicações. Para analisar esse objeto, foi preciso sistematizar as principais características, usos e funções destas informações, aqui chamadas de ciber-informações nativas. A partir do aporte teórico das teorias do jornalismo alternativo, comunitário, público e participativo buscou-se compreender a função política e social destas informações na esfera pública e, assim, apreender seu potencial de circulação. A cobertura das organizações jornalísticas sobre povos indígenas também foi analisada, de forma que fosse possível compreender as inter-relações, reais e possíveis, entre diversas formas de comunicação na esfera pública. A metodologia utilizada foi a do Grupo de Pesquisa em Jornalismo On-line (GJOL) e os procedimentos metodológicos adotados foram entrevistas, questionários e análise de conteúdo das publicações dos cibermeios indígenas e jornalísticos. Conclui-se que os indígenas incorporaram as dinâmicas da sociedade em rede, da convergência e a política democrática e o *modus operandi* do jornalismo de publicização da informação desenvolvendo negociações que permitam alcançar objetivos individuais e comunitários. Observou-se três limitações na cobertura jornalística sobre povos indígenas: falta de diversidade de fontes, ausência da perspectiva indígena e simplificação da realidade indígena. As causas para essas limitações foram analisadas e articuladas no conceito de geografia da notícia, que busca descrever como as relações entre profissionais, técnica e deontologia jornalística, fontes e contexto cultural resultam no conhecimento transmitido nas notícias.

Palavras-chave: Jornalismo on-line, jornalismo participativo, povos indígenas, comunicação comunitária, blogues, rede.

ABSTRACT

This dissertation analyzes information authored by indigenous peoples produced for cybermedia with the objective of investigating how the circulation of the content of these publications occurs. In order to analyze this object, it was necessary to systematize the main features, functions and uses of this information, here called cyber-native information. From the theoretical fields of alternative, community, public and participatory journalism this research seeks to understand the political and social function of these sources of information in the public sphere, and thereby comprehend their potential for circulation. The coverage of news organizations on indigenous peoples was also analyzed so that it could be possible to understand the interrelationships, actual and potential, between different forms of communication in the public sphere. The methodology used was from the Grupo de Pesquisa em Jornalismo On-line (GJOL) and the methodological procedures applied were interviews, questionnaires and content analysis of publications from indigenous and journalistic cybermedia. We conclude that the indigenous people incorporated the dynamics of network society, of convergence and democratic politics and the modus operandi of journalism of publicizing information, developing negotiations to achieve individual and community goals. There are three limitations in journalistic coverage on indigenous peoples: lack of diversity of sources, lack of indigenous perspective and simplification of indigenous reality. The causes for these limitations were analyzed and articulated in the concept of the geography of news, which seeks to describe how relationships between professionals, journalistic technique and ethics, sources, and cultural context result in the knowledge conveyed in the news.

KEYWORDS: On-line journalism, participatory journalism, indigenous people, community communication, blogs, network.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 – Página principal do blogue *AJINDO*..... p. 43
- Figura 2 – Página principal do *Índios On-line* p. 44
- Figura 3 – Página principal do *Correio do Estado*..... p. 45
- Figura 4 – Página principal do *Correio 24 Horas* p. 46

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Fontes utilizadas no <i>Correio 24 Horas</i> e no <i>Correio do Estado</i>	p. 65
Gráfico 2 – Número de fontes utilizadas (<i>Correio 24 Horas</i> e <i>Correio do Estado</i>)	p. 68
Gráfico 3 – Vida nas aldeias em publicações dos cibermeios indígenas e de organizações jornalísticas.....	p. 70
Gráfico 4 – Relatos pessoais em cibermeios indígenas (blogue <i>AJINDO</i> e <i>Índios On-line</i>)	p. 99
Gráfico 5 – Temas abordados em cibermeios indígenas (blogue <i>AJINDO</i> e <i>Índios On-line</i>)	p. 101
Gráfico 6 – Autoria de publicações em cibermeios indígenas (<i>Índios On-line</i> e blogue <i>AJINDO</i>)	p.137
Gráfico 7 – Porcentagens de autoria de publicações em cibermeios indígenas (<i>AJI</i> e <i>Índios On-line</i>)	p. 138
Gráfico 8 – Eventos e mobilização nos cibermeios indígenas (<i>AJINDO</i> e <i>Índios On-line</i>)	p. 168
Gráfico 9 – Comentários (<i>Índios On-line</i> e blogue <i>AJINDO</i>)	p. 172
Gráfico 10 – Links nos cibermeios indígenas (<i>AJINDO</i> e <i>Índios On-line</i>)	p. 184
Gráfico 11 – Notícias sobre conflitos de terra nos cibermeios jornalísticos	p. 201
Gráfico 12 – Fontes em publicações sobre disputa por terra no <i>Correio 24 Horas</i> (Ocupações de terra em 2012)	p. 205
Gráfico 13 – Fontes em publicações sobre disputa por terra no <i>Correio 24 Horas</i> (Consórcio da Hidroelétrica Belo Monte)	p. 205
Gráfico 14 – Fontes em publicações sobre disputa por terra no <i>Correio do Estado</i>	p. 206

Gráfico 15 – Localização de principais eventos noticiados (<i>Correio 24 Horas</i>)	p. 217
Gráfico 16 – Região de ocorrências no <i>Correio 24 Horas</i>	p. 217
Gráfico 17 – Localização de principais eventos noticiados (<i>Correio do Estado</i>)	p. 218
Gráfico 18 – Região de ocorrências no <i>Correio do Estado</i>	p. 218
Gráfico 19 – Autoria de publicações do <i>Correio 24 Horas</i>	p. 222
Gráfico 20 – Autoria de publicações do <i>Correio do Estado</i>	p. 223
Gráfico 21 – Principais acontecimentos em notícias sobre povos indígenas no <i>Correio 24 Horas</i>	p. 246
Gráfico 22 - Principais acontecimentos em notícias sobre povos indígenas no <i>Correio do Estado</i>	p. 247

LISTA DE SIGLAS

Índios On-line – *IO*

Ação de Jovens Indígenas de Dourados – *AJI*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	27
PARTE I – APROXIMAÇÃO COM O TEMA	27
PARTE II – FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS E ESTRUTURA DA PESQUISA	31
1. Internet, jornalismo e cibermeios cidadãos	31
2. Definição de “ciber-informações nativas” e outros conceitos centrais	37
3. Casos Estudados.....	41
4. Objetivos	46
4.1 Objetivo geral.....	46
4.2 Específicos	47
5. Hipótese.....	47
6. Metodologia	49
6.1 Referencial Teórico.....	50
6.2 Procedimentos Metodológicos	51
6.2.1 Dificuldades encontradas	52
6.2.2 Especificidades da pesquisa	54
7. Estrutura da dissertação	54
CAPÍTULO 1 – JORNALISMO E INFORMAÇÕES DE AUTORIA DOS CIDADÃOS: INTERSECÇÕES	57
1.1 Jornalismo alternativo e comunicação comunitária no Brasil	57

1.1.1 O jornalismo alternativo.....	58
1.1.2 Comunicação comunitária: visibilidade do outro, revalorização do real-histórico, territorialidade e mobilização	63
1.2 Jornalismo cívico: o conceito e um breve histórico	79
1.3 A internet e o jornalismo participativo.....	86
CAPÍTULO 2 - CIBER-INFORMAÇÕES NATIVAS: USOS E FUNÇÕES	93
2.1 Presença de povos indígenas na rede	93
2.2 Diários.....	97
2.3 Participação política, controle do poder e incorporação da cultura democrática	100
2.3.1 Dois modelos de organização política da comunicação indígena nas ciber-informações nativas	106
2.3.1.1 Realização de direitos básicos da cidadania.....	118
2.4 Intercâmbios culturais e valorização de identidades.....	119
2.4.1 Revitalização cultural.....	122
2.4.1.1 Fortalecimento de redes de comunicação	124
2.4.2 Vinculação ao real-histórico e autonomia na narrativa do cotidiano.....	125
2.4.3 Autodefinição de identidades: desmistificação e fortalecimento da autoestima	128
2.4.4 Fontes de informação.....	130
2.5 Recircular cibermeios jornalísticos: repetição integral e comentários críticos.....	131
2.6 Autopromoção institucional	141
2.7 Interseções teóricas	142

CAPÍTULO 3 - A CIRCULAÇÃO DA INFORMAÇÃO: DOS MEIOS TECNOLÓGICOS ÀS ESTRATÉGIAS 145

3.1 A sementeira: breve introdução 145

3.2 A mediação tecnológica e a publicização da informação..... 148

3.3 Três aspectos da circulação da informação: interesse, manutenção e resposta do público nos cibermeios indígenas..... 165

3.4 Uma via de mão dupla: a circulação da informação na internet.... 180

CAPÍTULO 4 - GEOGRAFIA DAS NOTÍCIAS: FRONTEIRAS ESPACIAIS E SIMBÓLICAS NAS COBERTURAS DAS ORGANIZAÇÕES JORNALÍSTICAS SOBRE POVOS INDÍGENAS 189

4.1 Acontecimento, fato e notícia: a conformação da matéria dos jornais..... 191

4.2 Três características da cobertura jornalística sobre povos indígenas e suas relações com as dinâmicas produtivas..... 196

4.2.1 Falta da diversidade de fontes e ausência da perspectiva indígena..... 200

4.2.1.1 Os índios como “casos de polícia” 209

4.2.1.2 Geografia espacial das notícias 215

4.2.1.2.1 Exclusão das aldeias indígenas da teia de facticidade..... 215

4.2.1.2.2 A regionalização virtual 216

4.2.1.2.3 Restrições e descentralização da apuração on-line..... 221

4.2.1.2.4 Integração conflituosa entre redação on-line e impresso..... 224

4.2.1.2.5 Vinculação e sentidos..... 227

4.2.2 Geografia cultural das notícias 231

4.2.2.1 A distância entre os universos simbólicos dos jornalistas, das organizações jornalísticas e dos indígenas.....	233
4.2.2.2 Dificuldades para noticiar o movimento indígena	237
4.2.2.3 Simplificação da realidade indígena	242
CONCLUSÕES	251
1. Contribuições e possíveis desdobramentos.....	259
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	267
APÊNDICES E ANEXOS	297
APÊNDICE A – PROTOCOLO PARA ESTUDO DE CASO	297
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO E RESPOSTAS.....	307
1. Questionário aplicado aos autores dos cibermeios indígenas	307
2. Questionário aplicado aos jornalistas e editores dos cibermeios jornalísticos.....	323
APÊNDICE C – MODELOS DE ENTREVISTAS COM OS AUTORES DOS CIBERMEIOS INDÍGENAS.....	333
APÊNDICE D – MODELO DE ENTREVISTA COM OS JORNALISTAS.....	335
APÊNDICE E – ENTREVISTAS COM JORNALISTAS DO CIBERMEIO <i>CORREIO 24 HORAS</i>.....	337
1. Entrevista com Diego Mascarenhas – editor do cibermeio jornalístico <i>Correio 24 Horas</i>	337
2. Entrevista com Gustavo Acioli – editor de multimídia do jornal <i>Correio</i>	349
3. Entrevista com Vladimir Pinheiro – repórter e editor de <i>home</i> do cibermeio jornalístico <i>Correio 24 Horas</i>	359

APÊNDICE F – ENTREVISTAS COM JORNALISTAS DO CIBERMEIO *CORREIO DO ESTADO*..... 365

- 1. Entrevista com Fábio Dorta – correspondente do jornal *Correio do Estado* em Dourados (MS) 365**
- 2. Entrevista com Fausto Brittes – editor do cibermeio jornalístico *Correio do Estado* 371**
- 3. Entrevista com Rosana Siqueira – editora do cibermeio jornalístico *Correio do Estado*..... 382**

APÊNDICE G – ENTREVISTAS COM INTEGRANTES/COLABORADORES DO CIBERMEIO *ÍNDIOS ON-LINE* 389

- 1. Entrevista com Emerson Natan dos Santos – indígena integrante da rede *Índios On-line*. 389**
- 2. Entrevista com Fábio Titiá – indígena, integrante e gestor da rede *Índios On-line*..... 391**
- 3. Entrevista com Jaborandy Tupinambá – indígena integrante e ex-gestor da rede *Índios On-line*. 402**
- 4. Entrevista com Potyra Tê – indígena e integrante da rede *Índios On-line* 404**
- 5. Entrevista com Reginaldo Ramos (Akanawã Bainã Hã Hã Hãe) – indígena, cacique da aldeia Bahetá e integrante de rede *Índios On-line*. 407**
- 6. Entrevista com Sebastián Gerlic – presidente da ONG *Thydêwá*..... 411**
- 7. Entrevista com Yonana Pataxó Hã Hã Hãe – indígena integrante e gestora da rede *Índios On-line*. 415**

APÊNDICE H – ENTREVISTAS COM INTEGRANTES/COLABORADORES DO BLOGUE *AJINDO* 419

- 1. Entrevista com Itacir Pastore – Coordenador local da**

<i>AJI</i>	419
2. Entrevista com Jaqueline Gonçalves – indígena integrante da <i>AJI</i> e coordenadora do blogue <i>AJINDO</i>	422
3. Entrevista com Marias de Lourdes Beldi de Alcântara – presidente da <i>AJI</i>	425
ANEXO A – PUBLICAÇÃO DE CIBERMEIO INDÍGENA SOBRE A VISTA DA PESQUISADORA	435

INTRODUÇÃO

PARTE I – APROXIMAÇÃO COM O TEMA

Com grande surpresa constatei que, se não me falhasse a memória, eu não tinha convivido com nenhum índio até aqueles vinte dias, em janeiro de 2010, em um acampamento na fazenda Segualquia a doze quilômetros da cidade de Urubici, em Santa Catarina. Em barracas montadas em um descampado próximo a um rio, estavam reunidas pessoas de diversas partes do Brasil e do mundo, inclusive um grupo de índios, em sua maioria guaranis vindos da aldeia Mbiguaçu, para fazerem um ritual tradicional originário dos índios *Lakota* da região norte do continente americano.

Conhecido como *Busca da Visão*, o ritual consiste em enviar o “buscador” para a montanha, para que ele ali permaneça, por quatro, sete, nove ou treze dias e noites, sem alimento ou água que não aqueles encontrados no pedaço de terra que lhe é concedido (em geral uma área de quatro a nove metros quadrados), ou, como se diz no ritual, onde ele é “plantado”. A expressão é simbólica da busca pela experiência de integração com a natureza e da disposição do buscador para aceitar a impossibilidade de se locomover até o momento de sua “colheita”. Foi meu primeiro ano (e último, até agora) participando do ritual, portanto faria o primeiro ciclo, quatro dias e noites.

Durante o período de um mês que abrangia a preparação e a realização daquele ritual, os participantes podiam permanecer na fazenda. Com o tempo percebi que os índios guarani eram convidados especiais, por fazerem parte da história que ali se traçava. Apesar da origem distante destas tradições, os guaranis teriam descoberto proximidade delas com a sua própria cosmologia (ROSE, 2010, p. 37, p. 38), quando o jovem médico e psiquiatra Haroldo Evangelista Vargas, fundador e atual coordenador da *Igreja Nativa Americana do Fogo Sagrado de Itzachilatlan*, também conhecida como *Caminho Vermelho*, pioneira nestes rituais no Brasil, fez visitas frequentes à aldeia guarani, na década de 1990.

Mas o que surpreendeu não somente a mim foi o aparato tecnológico que os guaranis utilizavam. Enquanto nós, “brancos” urbanos, quebrávamos cabeça para montar nossas precárias barracas, inadequadas para as fortes ventanias que assolam aquela que é uma das regiões mais frias do Brasil, onde o verão tem feições de inverno e o inverno possui sensações térmicas quase polares (até -27° já foi registrado), e enquanto escorregávamos pelo terreno enlameado com as

chuvas, o acampamento dos índios tinha até “sala de estar”. Uma pequena tenda coletiva onde eles se acomodavam no final da tarde para fumar cachimbo ao redor de um fogo. Às vezes, uma música tocava em um radinho à bateria ou, para minha maior surpresa, em um *laptop*. Nesta habilidade de construir um conforto nas circunstâncias mais severas para os urbanos desavisados, pode-se argumentar que os índios tinham a seu favor a intimidade com a vida na natureza e com a fazenda. Mas, além dos aparelhos eletrônicos e da “sala de estar”, havia também as jovens índias que, como quaisquer adolescentes vaidosas, maquiavam-se com os tradicionais *blushs*, sombras de olhos e batons e possuíam as unhas pintadas.

Nesta rudimentar experiência, confrontei toda uma ideia construída em um imaginário que jamais tinha sido posto a prova. Foi então que me dei conta de que carregava uma imagem anacrônica e irreal dos índios, como figuras do passado e, ainda mais gravemente, pertencentes a mim, à minha identidade de brasileira e à identidade do meu país. Era como se eles, os índios de carne e osso, de opinião e desejos próprios, em sua liberdade, afrontassem minha pitoresca imagem do bom selvagem e minha própria identidade. Afrontavam este desejo que, à custa da realidade, quer conservar um passado idílico já desfeito. Neste delírio de pré-conceito, eu havia desconsiderado que os índios, como qualquer ser humano, nascem livres, exercendo um direito garantido há 64 anos na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Percebi, no “susto”, que os índios não são uma fotografia viva do passado.

Este conflito interno passaria quase despercebido se não fosse recuperado quando decidi me candidatar à seleção de mestrado, em maio do mesmo ano. Diante da pergunta essencial – “o que vou estudar?”, recordei-me deste estranho questionamento existencial e da vinculação, que até então me parecia absurda, entre os índios e a tecnologia. Ali começou uma pequena jornada, desencorajada por algumas pessoas, entre elas pesquisadores e jornalistas que afirmaram que a tecnologia era mais uma forma de acabar com a cultura indígena. Naquele momento, já pressentia que aceitar essa resposta seria permanecer no mesmo preconceito que havia reconhecido nos acampamentos de Segualquia. Seria ceder à rudeza de um imaginário preconceituoso, julgar antecipadamente aquela realidade como “boa” ou “ruim” e reduzir os índios à perda ou manutenção de uma cultura que mal conhecemos. Foi assim que cheguei ao objeto desta pesquisa.

Na primeira viagem de campo, outra camada das minhas expectativas foi afrontada. Tudo, ou melhor, quase tudo estava

preparado para pesquisa de campo agendada para iniciar em 4 de janeiro de 2012: os questionários, as perguntas das entrevistas, a passagem de avião de Florianópolis para Salvador, o ônibus de Salvador para Jequié e a viagem de cerca de cem quilômetros para a cidade de Pau Brasil, onde encontraria os índios que me levariam à aldeia. Todos os acertos foram feitos por internet. Ficaria hospedada na aldeia. Não foi antes do dia 2 de janeiro que a firme estrutura de imaginário começou a se desfazer novamente e percebi que não sabia como viviam os índios, se tinham eletricidade, banheiro com água encanada, ou se eu teria um lugar privativo para mim, por exemplo. Não sabia nem o que queria dizer exatamente a palavra “aldeia” nos dias de hoje. Percebi, com surpresa, que, apesar dos textos e fotos que tinha visto no portal *Índios On-line*, a imagem impressa em minha mente quando escutava a palavra “aldeia” era de ocas cobertas de piaçava com chão de terra batida, organizadas em círculo em um terreno no meio da floresta. Próximo dali haveria um rio de água cristalina. Crianças correriam felizes subindo em árvores e, talvez, até brincando de arco e flecha. Quando pedi informações sobre esses detalhes, recebi uma breve resposta: “Joana quando vc chegar aqui agente se ageita, um abraço!”. A pesquisa estava agendada e em dois dias estaria em um lugar desconhecido, sem nenhuma garantia de segurança, privacidade ou conforto. Como eu poderia ter permanecido fiel àquele imaginário ingênuo por tanto tempo? Este embate interior não permaneceu desconhecido para os índios. Dona Maria, a anciã que me hospedou em sua casa, quando estávamos no carro a caminho da aldeia, avisou que teríamos que atravessar por algumas onças para chegar ao nosso destino. Uma brincadeira seguida da pergunta mais séria sobre qual era a ideia que eu tinha sobre como era a aldeia. Quando eu já estava bem abrigada na casa de dona Maria, Titiá, seu filho, com quem fiz todos os contatos da pesquisa e o autor daquela breve resposta comentou com bom humor: “Quando foi chegando perto deu um pouco de medo, não foi?”.

Alguns momentos foram marcantes na aproximação da realidade dos índios. Quando estava a caminho de Pau-Brasil, soube que aquela região era um pequeno barril de pólvora. Na minha própria família havia registros: um tio-avô havia sido atropelado de uma forma suspeita em uma fazenda. Possivelmente teria sido assassinado porque defendia os índios em um litígio deles com fazendeiros. Quando paramos no posto para abastecer, um senhor de roupa simples e voz baixa, com um português muito correto para um velho do interior da Bahia e com a condição financeira, que pelas suas vestes aparentava ter, aproximou-se, deu-me bom dia e começou uma conversa. Quando

retornou, meu acompanhante o cumprimentou também educadamente e partimos. Como nativo e conhecedor daquelas cidades do sudoeste da Bahia, ele logo me fez saber que aquele senhor aparentemente inofensivo era um pistoleiro profissional que já havia matado mais de sessenta pessoas. Falou-me também o que dizem por aí a boca miúda: “estes profissionais sofrem somente até a décima morte, depois, os olhos miram a lata, e não mais o homem, a mulher ou a criança”. Mal sabia que, entre os índios, eu encontraria uma porta aberta para aquela realidade que parecia distante. E a imagem do lugar idílico, dos “puros selvagens” em meio a uma natureza exuberante foi cedendo espaço para um pouco de medo.

Nos dias que permaneci na aldeia, uma tensão constante pairava nas conversas sussurradas e também em alto e bom tom, falando de ameaças de pistoleiros, de fazendeiros, de esperas sem resposta em postos de saúde, de pessoas que perderam parentes assassinados. Quando planejamos ir à aldeia vizinha, para que eu entrevistasse o cacique, eu pude perceber mais de perto quão tenso era viver ali. Tivemos que sair antes do sol nascer (“pois era mais seguro”) e sendo escoltados por um índio em outra moto. Soube então que uma fazenda havia sido ocupada recentemente e que em época de retomada (a palavra que os índios preferem utilizar para se referir às ocupações de fazendas) não era aconselhável “índio andar sozinho” por aquelas estradas. O índio que estava de escolta queria nos convencer a visitarmos a fazenda ocupada, pois todos já esperavam a “jornalista” para registrar a ocupação. Percebi certa resistência por parte do meu guia, achei melhor seguir para o nosso primeiro objetivo. Não estava disposta a correr muitos riscos. Quando chegamos ao cacique, ele informou que a estrada para a fazenda ocupada estava tomada por pistoleiros e que até mesmo o carro que levava o leite havia sido revistado. Os pistoleiros haviam mandado um recado: “se índio passar, recebe bala”.

Até então eu achava que conhecia bem aquela região, pois passara minha infância viajando entre fazendas e praias em Itabuna, Ilhéus e outras cidades próximas. Mas fui percebendo que, embora estivesse no mesmo lugar, experimentava outra realidade, pois agora estava, parcialmente, vivendo a perspectiva dos índios. Na viagem de moto para outra aldeia, após muitos quilômetros de vigilância e atenção a qualquer movimento na estrada, por um momento quase adverti o motorista que tinha um branco em um carro atrás de nós. Parei antes de proferir a sentença, refletindo sobre todo o contexto.

Três meses depois da minha visita, a tensão na região se intensificou e os índios ocuparam diversas fazendas. A série de conflitos

foi noticiada em jornais locais e nacionais, civis foram mortos ao passarem por uma estrada da região e, ao fim, a justiça cancelou os títulos de terra dos fazendeiros e legalizou todas as fazendas ocupadas como terra indígena. Quando eu estava lá, provavelmente as ocupações já estavam sendo planejadas e pude vivenciar, sem saber, a tensão que eles estavam vivendo pelo que poderia vir a acontecer. Conversei com alguns índios que perderam parentes, e a dor e tristeza que sentiam serviam de alerta para o que outras pessoas poderiam sentir, mas, ao mesmo tempo, estava claro que eles sim, diferente de mim, estavam dispostos a correr qualquer risco. Eu acho que naqueles dias eu soube, de alguma forma, o que é viver em guerra. Uma guerra velada e envolvendo apenas um grupo pequeno de pessoas, mas uma guerra.

Hoje percebo como é injusta, em sua limitação, a ideia de índio que carrego em meu imaginário de brasileira urbana. Esse imaginário não é somente ingênuo, mas, em seu sonho de passado é cruel, porque nos faz ignorar uma realidade de conflitos e sofrimento. Por isso, mesmo com todos os questionários e toda teoria, apenas quase tudo estava preparado para essa pesquisa. Nesta trajetória, reconheço que nunca se está completamente pronto para se desfazer dos próprios preconceitos e tenho certeza que, apesar dessa pesquisa ter sido um constante descortinar de julgamentos infundados, ainda existem muitos outros descansando sobre a luz da minha consciência.

PARTE II – FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS E ESTRUTURA DA PESQUISA

1. Internet, jornalismo e cibermeios cidadãos

A palavra escrita vem sendo utilizada para interferir no dever social desde quando seus próprios registros permitem saber. A própria persistência de Platão, registrada em *Phaedrus*, sobre a superioridade da fala era um sinal de que uma grande mudança iria afetar a cultura humana. A ligação de lugares e comunidades distantes pela circulação em larga escala da informação, formando uma comunidade de leitores conscientes de não estarem sozinhos na partilha daquele conhecimento, é uma dimensão deste meio – a escrita, e de sua expansão através da imprensa que foi definitiva para a formação da sociedade ocidental (DARTON; ROCHE, 1996). De forma semelhante a Platão “quando o carrasco público rasgou e queimou livros proibidos no pátio do *Palais de Justice* em Paris, estava rendendo tributo ao poder da palavra impressa” (DARTON, 1996, p. 49). Não foi por menos que Marshall

Mcluhan (1971) intitulou a sociedade pós-imprensa de *Galáxia Gutenberg*, e o homem desta era de homem tipógrafo. A escrita, e toda revolução tecnológica que veio em sua esteira como o fonógrafo, automóvel, eletricidade, telefone, imprensa, rádio, televisão e cinema ajudaram a fragmentar sociedades fechadas e tribais, a construir novas atitudes, crenças e valores que impulsionaram uma revolução cultural e social sem precedentes na humanidade (MCLUHAN, 1969, p.3).

É também na trilha desta revolução que nasce o jornalismo, com seu ideal de esclarecimento, instaurando uma nova subjetividade, não mais aquela da percepção primeira, mas uma estruturada na experiência singular mediada (MACHADO, 1992, GENRO FILHO, 1987, ALSINA, 2005, GROTH, 2011). Os primeiros periódicos eram pequenos empreendimentos comerciais voltados para o lucro, produzidos por um ou dois repórteres (SOUSA, 2008, p. 34). Na origem da prática jornalística, no século XVII, a produção da informação era descentralizada e praticada por colaboradores (DE BAECQUE, 1996, POPKIN, 1996). O jornalismo somente se institucionaliza no século XIX, quando ocorreu a fixação dos jornalistas enquanto uma categoria profissional, a consolidação das empresas jornalísticas e a formação de um público de massa (SCHUDSON, 1978, SCHILLER, 1981, SOUSA, 2008, MACHADO, 2006). E a mudança não foi da noite para o dia: o processo de profissionalização se deu ao longo de séculos quando o indivíduo escritor independente se transformava na figura do jornalista profissional, começando a trabalhar para periódicos. Tanto que o mercado gerado pela industrialização da imprensa no século XIX havia já surgido antes e impulsionara a autonomização e valorização do profissional jornalista (FIDALGO, 2008, p. 107).

Depois de sua institucionalização, o jornalismo não deixou de ser praticado por indivíduos independentes. Na Alemanha pré-nazista, entre 1912 e 1934, o escritor e jornalista Karl Kraus escreveu e editou sozinho a revista *Fackel* definindo-se, ao mesmo tempo, como objetivo e apartidário, engajado e combativo, e, para os estudiosos de hoje, em uma palavra, polêmico (MARCONDES FILHO, 2009). Em seu empreendimento solitário, Kraus teria vislumbrado o esvaziamento da língua e da capacidade de imaginação das massas em um jornalismo literalizado que levaria à perdição de sua época. Literalizado significa que se alimentava o fascínio pelas palavras impressas, literárias, mesmo que suas frases estivessem carregadas de vazio (MARCONDES FILHO, 2009, p. 24-26). Gillmor (2004) menciona, na história dos Estados Unidos, alguns indivíduos que, através de jornalismo individual, tornaram-se cânones da prática profissional. Benjamin Franklin, autor

do *Pennsylvania Gazette*, demonstrava preocupações cívicas e posições controversas; os panfletários arriscaram-se publicando seus escritos antes da garantia da liberdade de imprensa pela Primeira Emenda dos Estados Unidos; Thomas Paine, no século XVIII, e os jornais federalistas de autoria anônima tiveram importante atuação na aprovação das constituições nos estados e na constituição na nação de seu país (GILLMOR, 2004, p. 1-2). O jornalismo pessoal sobreviveu mesmo aos jornalistas investigadores de escândalos (*muckrakers*) que surgiram no século XIX. No contexto dos Estados Unidos, Gillmor cita ainda I.F. Stone, que produziu um periódico próprio de jornalismo investigativo; suas técnicas haveriam influenciado uma geração de jornalistas (GILLMOR, 2004, p. 3-4). No Brasil, o primeiro periódico, o *Correio Braziliense*, escrito entre 1808 e 1822, era produzido por Hipólito da Costa e enviado trimestralmente de Londres para o Rio de Janeiro (MUNARO, 2009, p. 15). O *Jornal Pessoal*, de autoria do jornalista Lucio Flavio Pinto, é um exemplar desta modalidade individual de jornalismo no Brasil que circulou desde 1987, com sua edição quinzenal impressa e, mais recentemente, digital¹ (JORNAL PESSOAL, on-line). Assim, o jornalismo pessoal não é uma invenção atual, nem uma consequência da tecnologia da internet. Na história desta prática, são muitos os relatos autorais distintos daqueles vinculados a uma corporação e elaborados sob as normas técnicas e deontológicas, conforme definidas no jornalismo estadunidense do século XIX, conhecido como *penny press*.

Com a internet, diferentes caminhos são traçados para a produção individual de conteúdo e para o jornalismo, e geram novas interações entre estas duas produções simbólicas. Os relatos individuais no ambiente virtual revelam algumas características destas produções independentes que marcaram diversos momentos da história do jornalismo e também dos relatos produzidos no seio de uma organização jornalística. Como observado, historicamente, os relatos pessoais estão também vinculados à própria constituição da instituição jornalística e se confundem em muitos momentos com os relatos produzidos por organizações. Com a internet, esta relação assume novas dimensões. As redes, essas entidades múltiplas e mistas que podem ser descritas como um conjunto de nós interligados (PARROCHIA, 1993, p. 5), facilitam a descentralização e conexão de formas antes apenas imaginadas, constituindo a base do que vem a ser conhecido como sociedade em rede

¹ A última edição publicada no jornal on-line é de 1º de julho de 2012.

(CASTELLS, 2004, p. 15), e colaborando para a diversificação da produção jornalística.

As mudanças da sociedade conectada afetam os pressupostos teóricos, técnicos e éticos da prática jornalística (DEUZE; BRUNS; NEUBERGER, 2007, GUNTER, 2003, BRUNS, 2005, GILLMOR, 2004, HALL, 2001, MACHADO, 2003, 2006, MACHADO; PALACIOS, 1996, 2003, CHRISTOFOLETTI; LAUX, 2006, ADGHIRNI, 2004, RIBAS, 2004; SCHWINGEL, 2002; MOHERDAUI, 2005, MIELNICZUK, 2003, BARBOSA, 2007). A sociedade em rede faz emergir novos questionamentos sobre normas deontológicas e financiamento do jornalismo, novas formas de circulação da informação, sobre a relação dos jornalistas com as fontes, sobre o papel destas como co-participantes do processo de produção de notícias e as mudanças que o profissional jornalista precisa passar para adaptar-se às novas exigências técnicas e de mercado.

Quando o jornalista não é mais o único intermediário da informação, torna-se necessário refletir sobre sua função social, assim como sobre o conhecimento produzido pela prática jornalística, seja por que esse conhecimento segue sendo essencial para a organização de sociedades complexas (MACHADO, 2003), seja por que um novo tipo de conhecimento parece emergir (FONTCUBERTA; BORRAT, 2006, LEVY; COSTA, 1997). O público começa a exercer uma função ativa no campo das decisões produzindo informação e ampliando a credibilidade da informação produzida pelos meios (ZAGO, 2011 CHRISTOFOLETTI; LAUX, 2007), e mesmo o conceito de verdade da informação recebe novas nuances – no ciberespaço, a verdade deriva de uma criação coletiva, como resultado da disseminação de um maior número de visões (FRIEND; SINGER, 2007, p. 121). A necessidade de repensar a prática do jornalismo é provocada, ainda, pela urgência econômica da indústria jornalística para sobreviver em um contexto, onde tanto os anunciantes como os leitores migram para a internet (DOCTOR, 2010; DEUZE; BRUNS; NEUBERGER, 2007) e pelo questionamento sobre como jornalismo, tanto em setores industriais já estabelecidos como naqueles emergentes, pode ajudar o público a lidar com o caos virtual (HALL, 2001).

Do outro lado do circuito de comunicação, ou não mais tão do outro lado assim, pessoas de distintas profissões, regiões geográficas, etnias e classes sociais tomam às mãos o teclado e se lançam em uma produção de informação tão diversificada que parece não caber em um só conceito: jornalismo participativo, jornalismo *pro-am*, jornalismo, jornalismo conectado, *p2p journalism*, jornalismo de publicações

abertas, ciber-informações nativas, entre outros ainda a serem criados. A possibilidade de tornar cada indivíduo-internauta um produtor de informação é considerada por alguns autores (GUNTER, 2003, GILLMOR, 2004, BRUNS, 2005, BOWMAN; WILLIS, 2003, CHRISTOFOLLETTI; LAUX, 2007) como a principal mudança trazida pela revolução da internet na produção e padrões de consumo de mídia: “O principal aspecto da mudança é maior interatividade entre emissores e receptores de mensagens e a redefinição dos consumidores de mídia como remetentes bem como receptores²” (GUNTER, 2003, p. 7, tradução da autora).

Mesmo diante dos impedimentos econômicos para acessar computadores, 34,3% da população mundial tem acesso a computadores com internet (INTERNET WORLD STATS, on-line). Em um mundo com seis bilhões de pessoas, um bilhão tem conta na rede social *Facebook*, ainda que essa percentagem não esteja distribuída igualmente pelo globo: a Ásia, a Europa e os Estados Unidos respondem conjuntamente por 77,7% do uso da internet no mundo atualmente (INTERNET WORLD STATS, on-line). Países com dificuldades em questões básicas como comida, saúde, educação e direitos humanos continuam em mais esse “fator” de desenvolvimento desfavorecidos: a África responde apenas por 7% do acesso global à internet e a América Latina a 10,4%. Mas isso não impede que desde comunidades urbanas desfavorecidas (RAMALHO, 2007) a povos indígenas e diversas etnias (PEREIRA, 2007, NUNES JUNIOR, 2009, MORALES, 2008, PINTO, 2009, SILVA; CAVALCANTE, 2009, WILSON;STUART, 2008) incorporem a internet em suas vidas, criando contas de e-mail, redes sociais e tornando-se autores de textos, vídeos e fotos para cibermeios individuais, comunitários e institucionais.

Neste contexto, destacam-se dois esforços de pesquisa para analisar estes fenômenos. Primeiro, a tarefa complexa de traçar os limites para separar e compreender as diversas informações difundidas na internet. Segundo, entender quais as consequências culturais da expansão da internet em diferentes povos e culturas. Naquela primeira direção, Palacios apresenta algumas questões provenientes da produção da informação no novo suporte: “Qual é a sua eficácia? Sua credibilidade? Trata-se, efetivamente, de ‘jornalismo’? [...] É possível prescindir de um editor nesse tipo de produção de informação?”

² Original em inglês: “The key aspect of change is increased interactivity between the senders and receivers of messages and the redefinition of media consumers as senders as well as receivers”.

(PALACIOS, 2003, p. 26). Com esta cautela de não ceder ao empenho, um tanto apressado, de professar o fim de uma técnica e uma deontologia traçadas no decorrer de séculos e o surgimento de uma forma de comunicação genuinamente inovadora, convém recordar o percurso de outras “extensões dos sentidos” que remodelaram as dimensões da comunicação humana. Além disso, do ponto de vista metodológico, comparar com os mesmos critérios produções derivadas de diferentes práticas produtivas e com objetivos distintos dificilmente resultaria em uma análise proveitosa. A pesquisa condiz analisar como elas se relacionam em uma esfera pública comum: como seus modelos de produção de informação dialogam e quais as interferências que podem exercer entre si, sobre seus autores e sobre o público quando convivem em uma mesma sociedade.

No segundo esforço, ao ter-se que escolher sob qual parâmetro metodológico será analisado o encontro entre duas culturas distintas, cuidados semelhantes são necessários para se distinguir as fronteiras e regiões de contato. Dois reconhecimentos podem ajudar nessa distinção. Primeiro, que este encontro não é algo novo. A extensão do ciberespaço nas sociedades atuais remete às mudanças das capacidades perceptivas dos indivíduos em uma sociedade, à perda de universos simbólicos e ao encontro de alternativas, assim como o fizeram a escrita, a eletricidade e outras tecnologias criadas pelo homem (MCLUHAN, 1969, p. 10, p. 34). Segundo, não é apenas através da incorporação de tecnologias de meios de comunicação que este encontro acontece. Ao contrário, a produção de ciber-informações nativas ocorre após séculos de trocas em tantas outras instâncias diferentes da cultura e vida social tais como espaços físicos, família, vestimentas, linguagem, expressões artísticas. Agora, quando os índios aderem ao universo simbólico deste novo espaço de comunicação, eles se inserem em mais uma dinâmica de relação com esta outra cultura, incorporando uma forma de lidar com a realidade derivada de séculos de revoluções tecnológicas da sociedade não-índia. Outro ponto importante a se observar é que, no âmbito da comunicação, mesmo sem assumir um papel ativo nas produções de informação ou incorporarem tecnologias de comunicação ao seu cotidiano, estes povos respondem pelas consequências das produções informativas exercidas por outros, quando seus direitos e condições de vida são decididos na esfera pública, a partir de debates, presentes nos jornais, entre instituições sociais como o governo, associações de apoio a causa indígena e associações de fazendeiros.

Nesta complexidade real que envolve instituições e atores sociais, os índios assumem os riscos e benefícios de utilizar a internet

para se comunicar com o mundo indígena e não-indígena. Estas novas interações carregam em si a herança de diversas interações das culturas indígenas e não indígenas em outros espaços simbólicos, e também de séculos de inserção de meios de comunicação em culturas previamente tribais e fechadas, recordando mais uma vez o teórico canadense. Assim, à pesquisa, convém compreender como se dão estes encontros, suas peculiaridades, consequências e potencialidades.

2. Definição de “ciber-informações nativas” e outros conceitos centrais

Geralmente, o surgimento dos cibermeios cidadãos é relacionado com a necessidade de ultrapassar o lapso participativo das formas de comunicação unidirecionais (LEMONS, 2009). Sem desconsiderar esta como uma das razões, inclusive bastante presente nos depoimentos dos autores de cibermeios indígenas, convém olhar este objeto com maior complexidade. Na busca por estabelecer uma separação entre o jornalismo e as novas formas de comunicação que emergem na internet, optou-se por denominar as informações produzidas por indígenas, para a internet, de ciber-informações nativas, e não utilizar termos como jornalismo participativo, jornalismo cidadão, ou outros dos conceitos existentes que derivassem de “jornalismo”. Acredita-se que esta distinção permitirá uma diferenciação entre as características específicas do objeto analisado e aquelas do jornalismo, assim como convém melhor à forma como estas práticas se relacionam na esfera pública – a partir de locais de fala e de poder diferentes. Define-se, assim, as ciber-informações nativas como informações produzidas por cidadãos de comunidades tradicionais, nativas, ou comunidades urbanas desfavorecidas, para a internet, que visam intervir no devir social destas comunidades, através da comunicação. Incorporam características de outras práticas comunicativas e narrativas, inclusive do jornalismo e, em muitos casos, buscam dialogar com ele na esfera pública, retransmitindo notícias jornalísticas, questionando-as e/ou simulando o seu formato.

Portanto, estas informações dialogam com o jornalismo tradicional em muitas esferas. Primeiro, a prática jornalística carrega consigo o ideal das narrativas verídicas do cotidiano. O reconhecimento deste conhecimento produzido pelo jornalismo se faz presente quando a produção de informação dos indígenas é denominada de “etno-jornalismo” (THYDÊWÁ, on-line) e quando produções noticiosas das organizações são citadas nos cibermeios indígenas, mesmo que seja de

maneira crítica. Na crítica, reside a insatisfação e o questionamento da legitimação desta forma de conhecimento, mas, ao mesmo tempo, o reconhecimento desta forma de cultura, que são as notícias (SCHUDSON, 2003, p. 03).

Quando os indígenas se autodenominam “etnojornalistas” (INDÍGENAS DIGITAIS, on-line) ou “jornalistas de seu próprio povo” fica evidente que, nos cibermeios indígenas, há uma tentativa de reproduzir um conhecimento semelhante àquele produzido pelo jornalismo. Os autores indígenas reivindicam realizar uma narrativa verídica do cotidiano, simulando o que viram, ouviram e assistiram nos jornais³. Quando publicações de protesto e convocação à mobilização comunitária são escritas, há a incorporação do que, na história do jornalismo, denominou-se de jornalismo político, ou jornalismo de advocacia (*advocacy journalism*) – aquela forma de comunicação que incitou a Revolução Francesa e se estendeu para diversas partes do mundo de maneira distinta (WAISBOARD, 2009). Em alguns momentos, estas narrativas aproximam-se, assim, do jornalismo em seus primórdios, de autoria pessoal e função política.

Nesta semelhança à militância política presente nos primeiros periódicos, observa-se outra dimensão em que as ciber-informações nativas se aproximam do jornalismo, além da reivindicação de ser uma narrativa verídica do cotidiano: a utilização da publicidade da informação como meio para interferir no devir social. Mas a publicidade como via para governabilidade é a herança do jornalismo e não seu privilégio, assim como o objetivo de reproduzir a realidade não reside em uma forma de conhecimento específica (MACHADO, 1992 p. 07). Estas práticas não se tornam idênticas por causa das influências culturais que o jornalismo exerce sobre os autores dos cibermeios indígenas,

³ Durante a pesquisa de campo, a pesquisadora assistiu televisão, com a família onde ficou hospedada. Teve a oportunidade de assistir programas que abordavam a realidade indígena. No dia 08 de janeiro de 2012, foi transmitida a reportagem “Disputa por território entre fazendeiros e índios vira guerra no MS”, na *TV Record* (disponível no link: <http://noticias.r7.com/videos/exclusivo-disputa-por-territorios-entre-fazendeiros-e-indios-vira-guerra-no-ms/idmedia/4f0a27893d14644c8a3c7272.html>; acesso em 08 de janeiro de 2013). Um programa humorístico da *Rede Globo* satirizava a formação do Brasil (o programa não está disponível do acervo on-line da emissora). Nele, um personagem índio casara com uma branca, passava todo o dia em uma rede e o casal possuía muitos filhos. Os comentários sobre este último programa protestavam: “Olha como eles descrevem os índios”.

assim como exerce sobre quase qualquer cidadão dentro das sociedades atuais.

Em outras dimensões, as ciber-informações nativas se afastam do jornalismo, dialogam com outras formas de narrativa, como a literatura, a história e a propaganda e desenvolvem particularidades. A temporalidade de suas narrativas políticas toma dimensões próprias, que são em muito distintas do que se convencionou como jornalismo na atualidade. É uma temporalidade vinculada a diversos fatores do cotidiano da vida da comunidade: como disponibilidade pessoal, estrutura disponível, vontade individual e, especificamente no caso dos indígenas, algumas vezes, autorização das lideranças das comunidades. Estas produções não são moldadas por uma técnica de narrativa definida, nem por critérios para seleção do que será publicado; variam de acordo com os objetivos individuais e/ou da instituição.

Se, por um lado, não é preciso uma organização para fazer jornalismo, por outro, mesmo os meios produzidos a duas mãos, como o *Jornal Pessoal*, ou blogues jornalísticos individuais seguem padrões do que é declarado como a instituição social do jornalismo (FOLETTTO, 2009). Embora as práticas produtivas sejam importantes, destaca-se uma diferença que reside na relação da narrativa com a realidade: a abertura para pluralidade e a dialética enquanto forma de aproximação da realidade diferencia o jornalismo das ciber-informações nativas. A realidade que se mostra nos cibermeios indígenas é aquela dos povos indígenas, conforme percebida por eles. É a visão política deles sobre a exclusão social e política que sofrem, sobre seus direitos, sua cultura e a cultura do “outro” que ali é transmitida.

Já no jornalismo é obrigatório partir do pressuposto que as aparências são contraditórias e buscar apresentar não uma, mas diversas e opostas perspectivas da realidade: “como realidade mediada, os relatos construídos jornalisticamente são resultado de uma aproximação do real que somente permite um conhecimento singular do mundo porque compreende que as aparências fenomênicas são contraditórias, exigindo uma relação com a totalidade para que apareça o singular” (MACHADO, 1992, p. 104-5). Na prática noticiosa, o questionamento do real se dá a partir da apresentação das contradições deste real, em uma dinâmica em que o singular deve levar ao questionamento do todo (GENRO FILHO, 1987). Este percurso não é traçado naturalmente, mas como consequência de um esforço técnico e deontológico, onde se articulam um mundo real, um mundo de referência e um mundo possível (ALSINA, 1989, p. 188). Assim, o jornalista não transmite apenas o relato do acontecimento – supor isto seria ceder ao empirismo ingênuo.

Além disso, o jornalista realiza uma ligação entre o cidadão e diversas formas de conhecimento da sociedade – filosofia, ciência, política (ALSINA, 1989, p. 180).

Nas ciber-informações nativas, o questionamento do real também pode existir, assim como podem estar presentes as contradições ao se apresentar o singular de cada evento e se refletir sobre o todo; mas isto se dá espontaneamente, sem ser consequência de uma disciplina objetivada. O que significa que estas narrativas têm como principal referência o universo individual do autor e da comunidade produtora. Diferentemente do jornalismo que, enquanto uma instituição social, é uma referência para diversos indivíduos, organizações e localidades diferentes. As notícias constroem esse universo simbólico que em sua forma material simples, cotidiana e descartável pode servir a pessoas de diferentes classes e com diferentes objetivos dentro de uma democracia, quando elas decidirem agir politicamente (SCHUDSON, 2003, p. 33). Mesmo quando o jornal falha em apresentar essa pluralidade, como será demonstrado na análise da cobertura sobre povos indígenas neste trabalho, fica claro que são práticas distintas.

A partir da distinção de que não se trataria de uma forma de jornalismo, optou-se por chamar estas informações de “ciber-informações nativas” e seus textos de “publicações” diferenciando de notícias ou matérias, por exemplo, utilizadas para os textos jornalísticos. Esta distinção é apenas o começo para uma análise que busca perceber as características específicas de cada uma destas práticas e considerar como elas se relacionam. O termo “nativas” foi preferido diante da alternativa “indígenas” porque acredita-se que as características encontradas nas informações indígenas analisadas podem estar presentes ao se observar outras produções informativas de autoria de comunidades nativas de outros lugares: populações tribais da Austrália, da Índia, Nova Zelândia, que não se denominam indígenas (WILSON, STUART, 2008); e também para as produções feitas por comunidades das favelas brasileiras, por exemplo.

Alguns outros conceitos são centrais nesta pesquisa. O conceito de circulação, explicado no terceiro capítulo, refere-se à etapa do processo comunicativo que está entre a emissão e recepção da informação, uma fronteira ainda pouco estudada pelas teorias da comunicação e jornalismo (FAUSTO NETO, 2010). O conceito de geografia das notícias foi criado ao se analisar diversas instâncias da prática produtiva para compreender as fronteiras do conhecimento transmitido pelas notícias. Sinteticamente, a geografia das notícias é a interação entre a prática produtiva, a técnica e deontologia do jornalismo

e as fontes, concretizada através dos horizontes simbólicos dos profissionais e das organizações jornalísticas, das estruturas de poder das redações e das possibilidades físicas e temporais da teia de facticidade, que delimitam as fronteiras do que se torna conhecido, ou não, nas notícias.

O conceito de *portal* é aplicado a cibermeios que incluam diversas funcionalidades, entre elas notícias, serviços de finanças, meteorologia, comunidades virtuais, listas de discussão, salas de bate-papo em tempo real (BARBOSA, 2002, p. 45). No entanto, nesta pesquisa, quando se utiliza o termo portal se referindo ao cibermeio *Índios On-line*, está se replicando o termo utilizado pelos autores indígenas para denominar esse cibermeio, mesmo que de acordo com as suas características, a partir de uma perspectiva acadêmica, ele não pudesse ser considerado um portal.

3. Casos Estudados

A partir de uma análise preliminar do blogue *Sites Indígenas* (on-line) que lista aproximadamente 60 cibermeios de autoria de indígenas do território brasileiro, selecionou-se os cibermeios indígenas a partir de dois critérios principais, que se mostraram bastante excludentes: o cibermeio deveria publicar textos de caráter noticioso e possuir uma atualização constante⁴. Houve a intenção inicial que a seleção abrangesse diversas regiões do país, mas não foram encontrados cibermeios de autoria de índios da região sul e sudeste do país com atualização constante e também, devido às restrições de tempo e financiamento para a pesquisa, apenas dois cibermeios indígenas foram analisados. Um blogue e outro cibermeio denominado pelos seus autores de “portal” de autoria de povos indígenas foram selecionados.

Pereira (2007) aponta a existência de três tipos de cibermeios indígenas: de organização (62,17%), pessoais (21,62%) e de etnia (16,21%). Os dois cibermeios analisados também abarcam características destas três modalidades. O blogue AJINDO pertence à organização e o portal *Índios On-line* é misto – de etnia e pessoal, uma

⁴ Considerou-se uma média semanal, pois notamos, em alguns cibermeios, variação na atualização, como é o caso do *Índios Online* (on-line) que é de autoria coletiva e cada integrante da rede publica independentemente. Nele, pode transcorrer uma semana sem haver atualização e, em outra semana, acontecerem muitas publicações.

vez que a gestão é feita por grupos étnicos especificados e indivíduos que possuem um perfil dentro do cibermeio.

Segundo a metodologia aplicada pelo Grupo de Pesquisa em Jornalismo Online - GJOL (MACHADO; PALACIOS, 2008, p. 204), a originalidade, a representatividade e a diversidade são considerados critérios importantes para seleção de objeto de estudos de caso. Buscou-se, assim, na triagem realizada, cibermeios que possuíssem tais características. O cibermeio de uma organização jornalística do estado onde os autores indígenas residem foi selecionado. Os dois cibermeios jornalísticos selecionados são produzidos pelo jornal impresso com maior circulação em cada estado (Bahia e Mato Grosso do Sul).

1. Blogue da *Ação de Jovens Indígenas (AJINDO)* (AJINDO, on-line)

Definição: é o blogue da Organização Não-Governamental *Ação dos Jovens Indígenas de Dourados*. A ONG é coordenada por Maria de Lourdes Boeldi, socióloga, com mestrado em antropologia, professora do departamento de Medicina da Universidade de São Paulo⁵.

Sede: Na cidade de Dourados, a quatro quilômetros da Reserva Indígena de Dourados no estado de Mato Grosso do Sul.

Histórico: O blogue, criado em 2006, nos últimos três anos apresenta uma média de cento e cinquenta publicações anuais.

Quem produz: Jovens indígenas, com idade entre 18 e 24 anos, das etnias Guarani, Kaiowá e Terena, moradores da Reserva Indígena de Dourados, que integram a ONG *AJI*. Atualmente a equipe de bolsistas da *AJI* é composta por Ana Cláudia, Rosivânia, Emerson, Indianara, Diana e Jaqueline. É possível observar que o blogue aceita colaborações esporádicas de outros autores indígenas.

Justificativa: Mobilizado por jovens, este blogue pode fornecer possibilidades ímpares devido a sua originalidade, além de abranger a

⁵ Além do blogue, a *AJI* produz um jornal impresso distribuído mensalmente, chamado “Ajindo”, feito sob coordenação de uma jornalista, um *website* (JOVENS INDÍGENAS, on-line) e um programa de rádio “ORE REKO”, que é veiculado na rádio 92.1 AM, de Dourados. Segundo a coordenadora da ONG (ALCÂNTARA, 2012), o blogue foi criado enquanto não se tinha financiamento para produzir o *website*, e quando este foi finalmente produzido o blogue foi mantido. Não foram estabelecidos propósitos claros que diferenciasssem o blogue do *website*.

região centro-oeste na reserva indígena com maior densidade demográfica do país, com 15 mil índios numa região de 3554 hectares.

Estatísticas: O blogue possui 983 publicações referentes aos anos entre 2006 e 2012. Não foi possível encontrar estatísticas referentes ao número de visitas, porque o cibermeio encontra-se abaixo da posição 100.000 na classificação do Alexa (on-line).



2. Índios On-Line

Definição: O portal *Índios Online* (on-line) teve início em 2004 e recebeu patrocínio do Ministério da Cultura para se tornar um Ponto de Cultura em 2007. Criado originalmente pela Organização Não-Governamental *Thydêwá*, o portal hoje é uma rede autônoma, gerida pelos indígenas (THYDEWA, on-line). É uma rede de comunicação de povos indígenas conectados à internet produzindo conteúdo multimídia de criação individual e/ou coletiva.

Sede: não possui uma sede. É um cibermeio que conecta indígenas de diversas localidades. A pesquisa foi realizada nas aldeias de Água Vermelha, Caramuru e Bahetá (municípios de Pau Brasil e Itaju do Colônia, Bahia), uma vez que os primeiros pontos do projeto foram implantados nessa região⁶.

⁶ É importante ressaltar que, no caso das aldeias visitadas, a conexão à internet para acessar o portal é feita a partir de um ponto de presença do *GESAC* na aldeia, ou computador pessoal. O *GESAC* tem como objetivo promover a inclusão digital no território brasileiro, através de telecentros com conexão à internet via satélite e terrestre (*GESAC*, on-line) e é a iniciativa mais ampla de

Estatística: O portal possui 3943 publicações entre os anos 2005 e 2012. Não foi possível encontrar estatísticas referentes ao número de visitas, porque o cibermeio encontra-se abaixo da posição 100.000 na classificação do Alexa (on-line).

Quem produz: O portal recebe colaboração principalmente de sete etnias de três estados do Nordeste brasileiro: Kiriri, Tupinambá, Pataxó Hã Hã Hãe, Tumbalalá na Bahia, Xucuru-Kariri, Kariri-Xocó em Alagoas e os Pankararu em Pernambuco. A rede é composta atualmente por cinco gestores (Alex Makuxi de Roraima, Patrícia Pankararu de Pernambuco, Nhenety Kariri-Xocó de Alagoas e Fábio Titiá e Yonana Pataxó Hã Hã Hãe da Bahia), e por inúmeros indígenas voluntários que colaboram para o portal, divididos entre essas etnias e localidades.

Justificativa: O *Índios On-line* é atualmente uma referência em comunicação digital de indígenas no país. Este cibermeio pode ser considerado, dentro do material pesquisado para a realização deste projeto, um pioneiro em articulação de povos indígenas no ciberespaço, devido à possibilidade de conexão em rede e à frequência de publicações.



inclusão digital do governo brasileiro, alcançando localidades de difícil acesso (PINTO, 2009, p.10). Em Olivença, dois indígenas (Potyra Tê e Jaborandy) foram entrevistados na sede na ONG *Thydêwá*, idealizadora do projeto do portal. Com exceção daqueles dois indígenas, que trabalham para a ONG, os demais integrantes da rede, inclusive os cinco gestores, não são remunerados para exercer a função.

3. O *Correio do Estado* (O CORREIO DO ESTADO, on-line)

Definição: o *Correio do Estado* é o cibermeio jornalístico do jornal homônimo, que tem sede em Campo Grande (MS).

Histórico: em outubro de 2010, o cibermeio foi reformulado, adquirindo uma nova concepção com um maior foco em produção multimídia do que anteriormente. Antes o *site* do jornal apenas repetia na íntegra os textos publicados no impresso e era atualizado uma vez por dia.

Estatística: maior número de visitas na classificação do Alexa (on-line) entre os cibermeios de organizações jornalísticas do estado, ocupando a posição 45.733 na classificação geral, 1.005 no Brasil.

Justificativa: esse jornal foi escolhido por ser o cibermeio do jornal impresso com maior circulação no estado.

Equipe: a equipe do jornal é composta por dois editores, um subeditor, um jornalista e uma estagiária que trabalham entre os horários de 6h30min e 22h.



4. *Correio 24 Horas* (on-line)

Definição: o *Correio 24 Horas* é o cibermeio jornalístico do jornal *Correio*, que tem sede em Salvador (BA).

Histórico: em agosto de 2008, o cibermeio foi reformulado, adquirindo uma nova concepção com foco em um cibermeio dinâmico, com imagens, feito por núcleo de produção digital. Antes o *site* do

jornal apenas repetia na íntegra os textos publicados no impresso e era atualizado uma vez por dia.

Estatística: maior número de visitas na classificação do Alexa (on-line) entre os cibermeios de organizações jornalísticas do estado, ocupando a posição 15.323 na classificação geral, 442 no Brasil.

Justificativa: esse jornal foi escolhido por ser o cibermeio do jornal impresso com a maior circulação no estado⁷.

Equipe: a equipe do jornal é composta por um editor, um subeditor de *home*, quatro jornalistas e quatro estagiários, que trabalham entre os horários de 6h30min e 24h



4. Objetivos

4.1 Objetivo geral

Analisar as principais características das ciber-informações nativas de autoria de povos indígenas residentes no território brasileiro, com um enfoque na forma como se dá a circulação destas informações, observando uma possível relação entre os cibermeios indígenas e o jornalismo tradicional no contexto da sociedade em rede.

⁷ O jornal *A Tarde*, o segundo com maior circulação no estado, havia sido selecionado para a investigação, a princípio. Mas a solicitação para realizar a pesquisa não foi aceita pelo jornal. Como o *Correio 24 Horas* concordou em colaborar e, além disso, atualmente possui a maior circulação do estado, a pesquisa foi feita com este cibermeio.

4.2 Específicos

- a) Discutir os conceitos de diversas formas de comunicação e jornalismo que propuseram uma alternativa ao formato do jornalismo tradicional das organizações jornalísticas, definindo as especificidades destas propostas, de forma que essas propostas possam oferecer elementos para analisar as ciber-informações nativas de autoria de povos indígenas e refletir sobre o potencial e/ou limites das informações de autoria cidadã;
- b) Analisar as diversas utilizações e funções aplicadas às ciber-informações ativas de autoria de povos indígenas, para compreender qual o papel social destas informações, quais são os objetivos por trás da implantação de tecnologias de informação e comunicação em aldeias indígenas e como ocorre sua incorporação pelas comunidades;
- c) Compreender como se dá a circulação das ciber-informações nativas de autoria dos povos indígenas, apontando uma relação entre a forma e o conteúdo da informação e entre as estratégias tecnológicas e conexões em rede, virtuais e não-virtuais, na sociedade atual;
- d) Investigar a cobertura sobre povos indígenas em cibermeios jornalísticos observando como parâmetros da técnica e deontologia jornalísticas são aplicados e podem ser reconhecidos no conteúdo das notícias sobre povos indígenas e nas práticas produtivas nas organizações noticiosas.

5. Hipótese

A hipótese principal desta pesquisa é que as ciber-informações nativas são produzidas pelos povos indígenas na busca para se adequarem à sociedade em rede e que as estratégias para circular informações entre si e para a sociedade envolvem uma convergência de atitudes e comportamentos, no que Jenkins (2008) descreveu como uma interligação da tecnologia com a esfera cultural.

Uma dimensão desta relação entre a globalização e as identidades étnicas e comunitárias é captada por Stuart Hall (2006) quando o pesquisador jamaicano afirma a improbabilidade do

desaparecimento das identidades nacionais paralela a uma transmutação adequada às novas fronteiras simbólicas da sociedade globalizada: “É mais provável que ela [a globalização] vá produzir, simultaneamente, *novas* identificações ‘globais’ e *novas* identificações ‘locais’” (HALL, 2006, p. 78). A observação de Hall vai ao encontro das articulações locais e globais, com produção de informações de interesse público e/ou comunitário, geradas a partir da tecnologia, que é possível encontrar nos cibermeios de autoria de povos indígenas, e que motivam esta pesquisa.

Os indígenas ingressam no mundo da convergência tecnológica de maneira crescente, pois encontram, nas conexões em rede, a possibilidade de alcançarem objetivos comunitários e/ou individuais (PEREIRA, 2007, NUNES JUNIOR, 2009, RENESSE, 2011). Acredita-se que o potencial destas iniciativas reside em uma atitude convergente dos protagonistas indígenas para possibilitar uma maior circulação da informação; uma convergência que não ocorre apenas através do mundo on-line, mas através das negociações entre a cultura da internet, a cultura do jornalismo e a cultura dos povos indígenas, semelhante ao mencionado por Castells (1997) com relação à estratégia de circulação da comunicação do movimento zapatista.

A convergência relacionada com a apropriação tecnológica não significa a pura e simples dissolução das diferentes práticas. Ao contrário, essa convergência se traduz em modelos e práticas distintas e gera mais diversidade. A convergência gera práticas divergentes pois é mais um âmbito de manifestação da potência das ações humanas como realidade complexa e contraditória. Essa aproximação entre sujeitos e práticas antes desconectados acontece através de uma disponibilidade e esforço destes atores para um encontro onde as diferenças não se diluem, mas convergem em um fenômeno comum.

Os modelos participativos de produção e informação são, cada vez mais, uma forma de ampliar diálogos que comunidades e a sociedade têm consigo mesmas. Esse diálogo diz muito do sucesso das iniciativas industriais, assim como a resposta comunitária (DEUZE; BRUNS; NEUBERGER, 2007, p. 11). Em um contexto de convergência é necessário que os jornalistas também incorporem esse diálogo como uma forma de se reinventar como co-criadores da cultura (DEUZE; BRUNS; NEUBERGER, 2007, p. 7). No que diz respeito ao jornalismo, acredita-se que dificuldades encontradas nas práticas produtivas das organizações jornalísticas podem ser superadas através do diálogo e das formas de circulação da informação permitidas na realidade do ciberespaço.

6. Metodologia

A internet é um meio relativamente novo para as pesquisas em ciências sociais. Ao analisar especificamente fenômenos na sociedade em rede, deve-se refletir se os modelos e teorias utilizados para análises de comunicação de massa são adequados para compreender as características peculiares da internet, ou se estariam presos às categorias utilizadas em uma estrutura comunicacional massiva (GUNTER, 2003, p. 11). Uma vez que, neste novo meio, a comunicação é híbrida e pode variar entre comunicação de massa e interpessoal, essa dinâmica deve ser levada em conta ao se desenvolver teorias que abarquem a natureza distinta do meio e da natureza flexível de seu uso (GUNTER, 2003, p. 14-15). Este cuidado é necessário para não se aplicar à internet conceitos e exigências teleológicas inadequadas às suas especificidades.

Nesta pesquisa, buscou-se utilizar a vasta literatura já existente sobre a internet e os cibermeios. Atentou-se também para não desconsiderar autores e obras que, produzidas na era da comunicação massiva, não se deixaram datar e garantem uma compreensão de fenômenos distintos àqueles que, primariamente, analisaram. A compreensão dos processos produtivos das redações e práticas profissionais dos jornalistas foi analisada a partir dos estudos do *newsmaking* (ROSHCO, 1975, TRAQUINA 1999, 2004, 2005, TUCHMAN, 1978, VIZEU, 2008). Outras referências metodológicas utilizadas foram: Bardin (2004) e Herscovitz (2008) no âmbito da análise de conteúdo, Matsuuchi Duarte (2009) e Yin (2005) como fundamentação do estudo de caso, Barros e Duarte (2009), Lopes (2010), Thiollent (1980) como orientação para a realização das entrevistas e para compreender a importância da metodologia na pesquisa.

Outro aspecto desta pesquisa também levanta desafios, não devido à novidade do fenômeno, mas às poucas investigações que focaram neste tema: a circulação da informação é uma área ainda pouco sondada se comparada com as outras instâncias da produção e recepção da comunicação. Uma das consequências (ou razões) dessa área permanecer pouco investigada é que os estudos da circulação da informação podem levar a uma fronteira incômoda entre a produção e a recepção. É o que Fausto Neto (2010) denomina de uma “zona de interpenetração” que solicitaria equipamentos metodológicos adequados. Como forma de vislumbrar esta zona de encontro entre o sujeito produtor e o receptor, buscou-se analisar os resultados destes discursos nos comentários dos cibermeios, aproximar-se da apropriação deste

discurso por meios jornalísticos e avaliar como os próprios autores analisam os resultados alcançados a partir das ciber-informações nativas.

6.1 Referencial Teórico

Podem ser observados três eixos centrais na bibliografia utilizada. O primeiro deles diz respeito às diferentes formas de comunicação e jornalismo. Para o jornalismo alternativo, as principais referências utilizadas foram Peruzzo (1998), Cogo (2007), Festa (1986), Kucinski (2003), Caparelli (1986) Waisboard (2009) e Reis Filho (1990). Para o estudo da comunicação comunitária, os teóricos utilizados foram Alvear e Thiollent (2011) Gatti e Bermudez (2010), Paiva (2003, 2007), Kaplún (2007), Shiva (1997), Mattelart (1994), Peruzzo (1996, 2007), Bauman (2003), Palacios (1990), Sodre (2008), e Amaral filho (2008). O estudo do jornalismo cívico se deu através de Fernandes (2008), Holanda et Al (2010), Schaffer (2002), Mesquita (2003). Rosen (2000), Coleman (2003), Traquina (2003), Dewey (1991), Eksterowicz, Roberts e Clark (2003). O jornalismo participativo na internet se deu através de Holanda et al (2008), Meso; Palomo e Domingo (2008), Gans (2003), Bruns (2005), Foletto (2009), Fontcuberta e Borrat, (2006), Deuze e Bardoel (2001), Orihuela (2006), Rosenberg (2009), Rettberg (2008), Lovink (on-line) e Allan (2006), entre outros autores.

O segundo eixo trata da presença dos indígenas na internet e comunicação de autoria de povos indígenas. Os principais autores utilizados foram: Bridge e Felice (2002), Halkin (2008), Renesse (2011), Gallois e Carelli (on-line), Nunes Junior (2009), Morales (2008), Pinto (2009), Silva e Cavalcante (2009), Silva, Colvero et al (2010), Freitas e Matos (2009), Pereira (2007), Bucchioni (2009), Wilson e Stewart (2008), Ginsburg (2012) e Martín-Barbero (2003).

O terceiro eixo pertence às teorias do jornalismo e foi aplicado principalmente para a realização do terceiro e quarto capítulos. Os principais autores utilizados foram: Groth (2011), Machado (1992, 2001, 2006), Fausto Neto (2010), Zago (2011), Schudson (1978, 2003) McLuhan (1969), Trivinho (2007), Peters (on-line), Mattelart (2001), Sponholz (2009), Emerim (2010), Habermas (2003), Moretzsohn (2002), Faus Belau (1966), Marques de Melo (1994), Fontcuberta (1981), Lippman (2008), Gomis (1991), Doctor (2010), Mancini (2011), Hall (2001), Medina (2008), Genro Filho (1987), Schiller (1981),

Tuchman (1978), Pontes e Karam (2009), Roshco (1975), Meditsch (2010), Guerra (2003) e Lemos (2009).

6.2 Procedimentos Metodológicos

Este trabalho é desenvolvido de acordo com a metodologia do Grupo de Pesquisa em Jornalismo On-line (GJOL) (MACHADO; PALACIOS, 2008), que prevê o uso de diversos instrumentos metodológicos para se aproximar de um objeto de pesquisa. As etapas iniciais de revisão bibliográfica e definição de hipóteses são seguidas⁸, em geral, da visita de campo, com a aplicação de questionários e entrevistas, coleta de material para análise, a análise de conteúdo e, por fim, a teorização através da criação de categorias que melhor abarquem o objeto analisado possibilitando relacionar as características da realidade empírica com a teoria de maneira complexa para, assim, ultrapassar limites em ambas.

Em uma dimensão mais específica, foi realizado um estudo de casos múltiplos, de acordo com os benefícios deste método apontados por Yin (2005, p. 68): “As evidências resultantes de casos múltiplos são consideradas mais convincentes, e o estudo global é visto, por conseguinte, como algo mais robusto”. Neste tipo de estudo, pressupõe-se a existência de replicações, onde o pesquisador possa apontar semelhanças ou oposições entre os casos estudados. O estudo preliminar apresentado no projeto de pesquisa que antecedeu essa dissertação partia do pressuposto que existiriam semelhanças entre os casos escolhidos para a pesquisa. Esta pressuposição mostrou-se verdadeira apenas em parte, pois foram reconhecidas divergências centrais entre os dois cibermeios indígenas analisados.

Yin aponta também as vantagens no conjunto de subunidades, ou pesquisa híbrida, que analisa diversos elementos do objeto – este procedimento impediria que o pesquisador perca o foco de sua pesquisa (YIN, 2005, p. 78). Assim, segundo a definição de Yin, realizou-se um estudo explanatório de casos múltiplos incorporado (várias unidades de análises) de aplicação literal (resultados similares).

Foram analisadas quarenta notícias em cada cibermeio jornalístico, publicadas nos meses de abril, entre 2008 e 2012, no

⁸ As hipóteses foram levantadas a partir de uma análise preliminar dos objetos da pesquisa que buscou relacionar a realidade empírica com as preocupações relevantes para o estado atual da pesquisa no campo da comunicação e jornalismo, entendidas através da revisão da bibliografia.

Correio do Estado, e entre 2009 e 2012, no *Correio 24 Horas*. No *Correio do Estado*, foram selecionadas, de maneira aleatória, nove publicações de 2008 a 2010, 8 publicações em 2011, e 5 publicações em 2012. No *Correio 24 Horas*, também de maneira aleatória, foram selecionadas 6 publicações em 2009, 8 em 2010 e 2011, e 18 em 2012. A diferença da proporção entre os anos se deve à ausência de mais publicações em alguns anos no mês de abril. A seleção das notícias, no primeiro jornal, deu-se através do sistema de busca interno do jornal, durante a pesquisa de campo, uma vez que o sistema de busca on-line é seletivo: não apresenta todas as publicações que possuem a palavra-chave inserida no mecanismo de busca. No segundo jornal, como a busca pública disponível on-line lista todas as matérias, a seleção se deu após a pesquisa de campo. As palavras inseridas no mecanismo de busca foram: índio(s) e indígena(s). As matérias que não tinham os povos indígenas como tema principal das notícias não foram selecionadas.

Nos cibermeios indígenas, foram selecionadas 78 publicações dos meses de abril⁹, no período entre 2005 e 2012 no *Índios On-line* e entre 2006 e 2012 no blogue *AJINDO*, uma vez que este é o período de existência destes cibermeios. No *AJINDO*, foram 14 publicações em 2012, 14 em 2011, 11 em 2010, 5 em 2009, 26 em 2008, 4 em 2007 e 4 em 2006. A proporção é desigual devido aos anos que tiveram número reduzido de publicações. No *Índios On-line*, foram analisadas 10 publicações nos anos 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 12 publicações em 2007, 11 publicações em 2006 e 5 publicações em 2005. Quando este cibermeio possui centenas de publicações em alguns meses, não há maior variação na quantidade de publicações por ano.

6.2.1 Dificuldades encontradas

Considera-se importante relatar as dificuldades encontradas na aplicação dos questionários desta pesquisa, como forma de possibilitar melhorias em pesquisas futuras. Alguns questionários aplicados aos indígenas voltaram com respostas que não faziam sentido – como um integrante de um meio assinalar que pertencia ao outro (questão 11), uma vez que as duas opções eram dadas em um único questionário. Também, os próprios indígenas solicitaram que os questionários fossem respondidos na presença da pesquisadora, de forma que poderiam tirar

⁹ No ano 2005, foi selecionado o mês de novembro no *Índios On-line* e no ano 2006 o mês de maio no *AJINDO*, pois estes foram os primeiros meses com publicações destes cibermeios.

dúvidas nas questões que não compreendessem. Assim, de acordo com a conveniência do momento no qual o questionário foi aplicado, diferentes procedimentos foram utilizados: entregar o questionário para ser respondido e devolvido posteriormente à pesquisadora, e só então tirar dúvidas; a pesquisadora aguardar o questionário ser respondido ao lado do respondente que tiraria dúvidas no momento que estas surgissem; e a pesquisadora aplicar o questionário de maneira semelhante a uma entrevista, fazendo as perguntas e anotando as respostas, e passando para o respondente preencher nas questões abertas. Ainda, em algumas ocasiões, depois que os questionários eram devolvidos, se a pesquisadora observasse alguma questão sem resposta ou incompleta, ela iria ao respondente e perguntaria o motivo. Muitas vezes, a pergunta não tinha sido compreendida. A melhor forma observada foi aquela em que os dois métodos eram utilizados: primeiro os respondentes preenchiam o questionário sozinhos, assim tinham a oportunidade de realizar a sua própria compreensão do questionário e, posteriormente, a pesquisadora esclarecia respostas confusas, além de obter outras informações que uma conversa forneceria.

Alguns formulários nos jornais também apresentaram o mesmo problema, com os jornalistas compreendendo de maneira diferente a forma de resposta. Além disso, embora entregue com antecedência, um questionário foi devolvido à pesquisadora no último dia da pesquisa de campo, quando o jornalista já estava deixando a redação apressado. Então, neste questionário, não foi possível fazer as correções com o respondente.

Entre as contradições encontradas, muitas perguntas de numeração gradativa foram marcadas com números repetidos. Por exemplo, quando a pergunta dizia para numerar de 1 a 5 as opções, pressupunha-se que não haveria repetição. Mas muitos respondentes utilizavam um ou dois números repetidamente, e não a forma gradativa. No questionário aplicado com os indígenas, na opção “Youtube” da questão 06, pode haver uma confusão entre ter uma conta *Youtube* e assistir vídeos no *Youtube*. Isso foi esclarecido após alguns questionários já terem sido respondidos, a partir de uma dúvida de uma respondente. As questões respondidas até este momento podem ter algum equívoco. Um respondente, na questão 31, marcou com um ‘x’ uma das opções quando era para ser numerada. Na questão 02, um respondente havia concluído o ensino fundamental e tinha o ensino médio incompleto. Então, não preencheu nenhuma das opções. Na questão 09, um respondente acrescentou a opção, “Coordenadora foi à

minha casa”. Na questão 18, um respondente acrescentou a opção “Textos dos alunos realizados nas oficinas na aldeia”.

Além destas imprecisões, na questão 33, observou-se que opções não necessariamente excludentes eram dispostas: “Dizer a verdade” e “Defender a causa indígena”. Muitos respondentes terminaram marcando mais de uma opção. Os questionários não foram mudados e os gráficos e estatísticas apresentados neste trabalho estão de acordo com as respostas fornecidas ao questionário apresentado aos respondentes, incorporando as alterações por eles inseridas.

6.2.2 Especificidades da pesquisa

Neste trabalho, optou-se por manter a grafia dos textos das publicações nos cibermeios indígenas, conforme publicado no original. Também se fez o mesmo com a fala dos indígenas, que, muitas vezes, não está de acordo com a norma culta da língua portuguesa e possui expressões próprias. Considera-se que, desta forma, mantém-se fiel à expressividade própria dos entrevistados e dos autores dos cibermeios, alguns dos quais falam uma língua nativa além do português.

Os nomes dos jornalistas são mantidos na transcrição das entrevistas, uma vez que nenhum sigilo foi solicitado pelos profissionais entrevistados. Por fim, registra-se que nas entrevistas com os indígenas do portal *Índios On-line* foi usada câmera filmadora, pois a pesquisadora tem o objetivo de editar um documentário com as entrevistas e imagens gravadas durante os oito dias que permaneceu na aldeia de Água Vermelha. As outras entrevistas foram gravadas apenas em áudio, embora o equipamento utilizado tenha sido a câmera filmadora.

7. Estrutura da dissertação

A dissertação está dividida em quatro capítulos. No primeiro capítulo, analisa-se as diversas formas de comunicação alternativas ao jornalismo tradicional, suas características e conceitos. Estas formas são: o jornalismo alternativo, a comunicação comunitária, o jornalismo público e o jornalismo participativo na internet. As características da proposta comunitária são relacionadas com alguns dados da análise dos cibermeios indígenas, com o intuito de tensionar as potencialidades e limites desta proposta. Os outros conceitos apresentados servem como referência para as análises feitas nos outros capítulos.

No segundo capítulo, realiza-se a análise das ciber-informações nativas dos objetos selecionados. Foram encontradas algumas

características centrais nestas narrativas, que por sua vez remeteram às funções sociais desempenhadas por elas nas comunidades indígenas. Ao fim do capítulo, as características encontradas são relacionadas com as formas de comunicação alternativa estudadas, observando-se aproximações e distanciamentos entre estas práticas sociais.

No terceiro capítulo, analisa-se as estratégias de circulação das ciber-informações nativas a partir do referencial teórico do estudo das etapas produtivas da comunicação e jornalismo, e das formas de circulação da informação na internet. São observadas características como o público alvo, a resposta do público através dos questionários e as estratégias virtuais e não virtuais relacionadas à circulação da informação, entre as quais encontra-se a aproximação entre a circulação da informação e a mobilização comunitária.

No quarto capítulo, estuda-se a cobertura das organizações jornalísticas sobre os povos indígenas, buscando-se observar como as práticas produtivas estão relacionadas com o conteúdo das notícias, a partir de teorias que discutem o conhecimento produzido pelo jornalismo como um legitimador do *status quo* e a possibilidade desta prática fornecer um conhecimento que questione o poder hegemônico e supere o todo no qual está envolvido.

CAPÍTULO 1 – JORNALISMO E INFORMAÇÕES DE AUTORIA DOS CIDADÃOS: INTERSECÇÕES

“O público sempre foi ficcional. Ele é a ficção democrática por excelência¹⁰”

Michael Schudson
(2003, p. 32)

1.1 Jornalismo alternativo e comunicação comunitária no Brasil

Alternativo foi o primeiro jornal brasileiro¹¹. Quando se titula o *Correio Braziliense* como alternativo, estão sendo consideradas duas características do jornal: a circulação em ilegalidade e o discurso que se contrapunha àquele oficial empreendido pelo jornal monárquico, *Gazeta do Rio de Janeiro* (HOHLFELDT, 2008, p. 13), periódico que desenvolvia uma narrativa legitimadora da corte (MUNARO, 2009, p. 38).

A palavra ‘alternativo’ adquire um sentido além do seu significado dicionarizado quando se trata de meios de comunicação, pois envolve o uso histórico do termo. Assim como ocorre com os diversos termos utilizados para denominar estas formas de comunicação midiáticas que se fazem paralelas àquelas dos veículos

¹⁰ Original em inglês: “The public has ever been fictional. It is the democratic fiction par excellence”.

¹¹ É questionado se Hipólito da Costa realmente foi o fundador da imprensa brasileira (BARBOSA, 2008, p. 92, 94), uma vez que o *Correio Braziliense* era impresso em Londres e viajava três meses nos paquetes britânicos para circular ilegalmente em terras brasileiras (MUNARO, 2009, p. 15). Considera-se, entretanto, o *Correio Braziliense* como o primeiro jornal brasileiro a partir de uma perspectiva cronológica – uma vez que seu primeiro número circulou com quatro meses de antecedência ao *Gazeta do Rio de Janeiro*, oficialmente o primeiro jornal do Brasil (RIBEIRO, 2008, p. 30; HOHLFELDT, 2008, p. 12). Além disso, o *Correio* discutia o quadro político e social do Brasil, tendo um importante papel na conformação da elite brasileira que lideraria o movimento da independência de 1822 (MUNARO, 2009, p.10), enquanto que a *Gazeta* “não pode ser considerada uma prática jornalística genuinamente brasileira. Ela era uma estrangeira, à medida que não abrangia os fatos da realidade local e se dirigia, sobretudo, aos integrantes da corte portuguesa recém-instalada no país. Seu ponto de vista era o da fala monárquica” (RIBEIRO, 2008, p. 31).

institucionalizados de comunicação e jornalismo: jornalismo cidadão, jornalismo comunitário, jornalismo participativo, entre outros. Cada termo utilizado para nomear estas distintas formas de comunicação guarda uma estrutura filosófica que argumenta a partir de uma perspectiva ideológica e característica (ATTON, 2009, p. 265). Faz-se necessário compreender estes diversos termos separadamente, assim como algumas características das práticas jornalísticas que eles denominam, e relacioná-los, em alguma medida, com os cibermeios indígenas, com o objetivo de tensioná-los dentro desta complexa realidade manifesta através das ciber-informações nativas.

1.1.1 O jornalismo alternativo

Não é de comum acordo entre pesquisadores o que se chama de imprensa alternativa: “Uns entendem por ela só os jornais que tiveram origem especificamente nessa variante, como *Movimento* e *Posição*. Outros incluem nela os jornais de igrejas e partidos. E há ainda os que lhe acrescentam os jornais sindicais e comunitários” (PERUZZO, 1998, p. 122). Um recente estudo sobre a comunicação comunitária no Brasil (COGO, 2007, p. 150) reconheceu três estruturas de comunicação no país nas décadas de 70 e 80: os meios de comunicação em massa, a comunicação alternativa – imprensa criada e gerida pelos intelectuais em resistência à ditadura, e a comunicação popular ou de base formada pelas experiências e projetos de comunicação desenvolvidos no âmbito dos movimentos populares: o movimento das mulheres, as associações de moradores, os sindicatos e as chamadas comunidades eclesiais de base. Uma divisão semelhante foi feita pelo Exército brasileiro em estudo realizado pelo Centro de Informações do Exército (CIEEx) sobre a imprensa alternativa. Segundo o órgão militar, na imprensa brasileira haveria quatro grandes grupos: imprensa tradicional (ou grande imprensa), imprensa nânica (alternativa ou independente), imprensa universitária e imprensa clerical (CIEEx), 1986, p. 114).

Diante dos conceitos complexos que envolvem as variadas formas de comunicação alternativas à chamada mídia massiva, como o de povo, popular, movimentos populares (PERUZZO, 1998, p. 116), vincula-se a denominação imprensa alternativa aos jornais de esquerda do período da ditadura militar (1964 a 1985): “No Brasil, a expressão imprensa ‘alternativa’ tem recebido conotação específica, entendendo-se por ela (...) os periódicos que se tornaram uma opção de leitura crítica, em relação à grande imprensa, editorialmente enquadrada nas regras da censura” (PERUZZO, 1998, p. 120). Festa define a imprensa alternativa

como jornais tabloides ou revistas que desafiavam corajosamente o regime político militar, eram vendidos em bancas de revistas, ou distribuídos de mão em mão, e expressavam o interesse da pequena e média burguesia, e dos trabalhadores (FESTA, 1986, p. 16). Entre eles estariam: *Pasquim*, *Pato Macho*, *De Fato*, *Versus*, *Coojornal*, *Movimento*, *Posição*, *Paralelo*, *Repórter*, *Opinião*, *O São Paulo*, *Em Tempo*, *EX*, *Extra*, *Bondinho*, *Mutirão*, *Brasil-Mulher*, *Nós-Mulheres*, *Jornacoop*, *Coorjornal*, *Consisa*, *O Sol*, *Poder Jovem*, *Amanhã*, *Resistência*, *Maria Quitéria*, *Batente*, entre outros (FESTA, 1986, p. 17; KUCINSKI, 2003, p. 34-37).

A imprensa intelectual de esquerda que se contrapôs ao regime ditatorial brasileiro também recebeu outros nomes: nanica, política, opinativa, alternativa (CAPARELLI, 1986, p. 43-5). Ao apresentar os sentidos subliminares que residiam sob cada denominação, Caparelli (1986) entende que a palavra “alternativa” remete ao seu aparecimento em um contexto onde os meios de comunicação tradicionais estavam subservientes a um poder autoritário, e pode se referir a duas perspectivas: alternativa do ponto de vista do produtor – quando sujeitos, não contentes com a imprensa tradicional, propõem-se a elaborar o seu próprio produto, ou do leitor, diante da necessidade de fugir do monopólio de grandes grupos que reforçam o *status quo* e adquirir, por conta própria, informação plural (CAPARELLI, 1986, p. 45). Kucinski (2003) aponta que o nome alternativo compreende quatro significados essenciais que caracterizam essas publicações: “o de algo que não está ligado a políticas dominantes; o de uma opção entre duas coisas reciprocamente excludentes; o de única saída para uma situação difícil e, finalmente, o do desejo das gerações dos anos de 1960 e 1970 de protagonizar as transformações sociais que pregavam” (KUCINSKI, 2003, p. 13).

Segundo o autor, esta imprensa não representa apenas um conjunto de jornais; enquanto um espaço de reorganização ideológica e política, torna-se o reduto da resistência das esquerdas ao autoritarismo (KUCINSKI, 2003, p. 17). O referido estudo do *Centro de Informações do Exército* (CIEEx) sobre a imprensa alternativa caracteriza-a como “uma verdadeira ‘cadeia’ de pequenos jornais, correndo paralelamente aos outros órgãos existentes e quase totalmente controlada por elementos comunistas” (CIEEx, 1986, p. 114).

O documento do *CIEx* propunha diversas ações a curto e médio prazo, principalmente em caráter de sanções econômicas¹², que pudessem restringir e, por fim, eliminar a imprensa chamada de nanica ou alternativa, devido ao seu caráter contestatório e de oposição ao regime. Além da repressão e censura constantes, que o regime militar exercia sobre esses jornais alternativos, outros fatores levaram à extinção destes periódicos. O *Movimento* haveria reduzido sua linguagem e público, até se tornar praticamente “um jornal de seita” (KUCINSKI, 2003, p. 24); o *Pasquim* teria sido incapaz de se adaptar às mudanças de geração e de contexto político, o que acabou por tornar sua linguagem e estilos ultrapassados; o *Repórter* haveria sucumbido com a campanha terrorista contra bancas de jornal, pois seus recursos provinham unicamente destas vendas (KUCINSKI, 2003, p. 25). As próprias mudanças na conjuntura política e, conseqüentemente, na estrutura dos movimentos de esquerda teriam afetado a articulação entre os jornalistas e ativistas políticos precursores destes jornais: “a extinção dos alternativos pode ser sintomática de algo mais profundo do que simplesmente, ou apenas, a lógica do regime autoritário (...) A morte de propostas éticas de transformação social, da crença na realização pessoal através da ação coletiva ou comunitária” (KUCINSKI, 2003, p. 28).

Festa também reconhece diversos fatores para o fim desta imprensa: além da perseguição econômica, menciona os atentados às bancas de revistas que vendiam os jornais alternativos apreendendo edições inteiras de alguns jornais, o que causaria prejuízos econômicos irreversíveis e, por fim, a abertura de novos espaços para onde os agentes políticos que atuavam nestes jornais migraram (FESTA, 1986, p. 17). Na verdade, Festa chega a afirmar que a imprensa alternativa não desapareceu, ela mudou de local: surgiram publicações político-partidárias e especializadas, entre elas, o *Porantim*, jornal especializado

¹² Segundo o próprio documento do Exército, a escolha pelas sanções econômicas se deve por duas questões: pela eficiência e rapidez destas, e por não deixarem transparecer claramente uma ação repressiva à liberdade de expressão, permitindo assim disfarçar a repressão de causa ideológica. Os dois trechos a seguir explicitam a estratégia adotada: “Outro fator que deve ser lembrado é que as sanções econômicas têm efeito mais rápido, direto e positivo sobre qualquer órgão do que as ações judiciais que, em virtude das características de nossa legislação? têm oportunidades de excessiva procrastinação”; “A proposição é útil e objetiva, posto que alcança todos os jornais e periódicos mediante sanção econômica, sem configurar claramente restrições à liberdade do pensamento pela imprensa” (CIEx, 1986, p. 117).

na questão indígena de autoria do *Conselho Indígena Missionário*¹³ (FESTA, 1986, p. 25).

Este modelo de jornal alinhado a ideias políticas e partidárias de um grupo político estaria no prelúdio da prática jornalística. No século XVIII, a imprensa política de partido nascia na Europa (SOUSA, 2008, p. 38), tendo ainda como antecedente as *gazetas* do século XVI, que incluíam conteúdo propagandístico e persuasivo em defesa de certas causas políticas (SOUSA, 2008, p. 35). Waisboard denomina este modelo de *advocacy journalism* ou jornalismo partidário. Em um contexto internacional, Waisboard (2009, p. 372), ao analisar os desdobramentos do jornalismo partidário no decorrer da história, observa que esta forma de jornalismo se desenvolveu diferentemente em cada parte do mundo. Manteve-se desejável na Europa, vinculada às atividades políticas dos diversos partidos e à discussão democrática de ideias. Enquanto que, nos Estados Unidos, foi considerada como típica do século XIX, quando os movimentos sociais abolicionistas, defensores dos votos das mulheres e dos direitos dos trabalhadores levantaram suas bandeiras, e manteve-se marginal no decorrer do século XX, enquanto a noção de objetividade galgava um espaço nas redações como princípio primordial da prática jornalística (WAISBOARD 2009, p. 372). Diante desses modelos, a imprensa alternativa brasileira apresenta uma peculiaridade: “É principalmente pela sua dimensão política, como espaço da rearticulação de militantes de partidos clandestinos num ambiente ditatorial, que a imprensa alternativa brasileira dos anos de 1960 e 1970 se distingue dos surtos alternativos que se deram na mesma época nos Estados Unidos e Europa” (KUCINSKI, 2003, p. 17-18).

No entanto, esta imprensa intelectual de esquerda ainda apresentava uma limitação, no que diz respeito ao seu potencial libertador na busca por uma sociedade democrática: ela falava para um público de intelectuais letrados, que até mesmo se distanciaram da sociedade no caminho de tentar realizar a revolução (KUCINSKI, 2003, p. 26, REIS FILHO, 1990, p. 19). Estes meios não colaboraram para evitar a exclusão das massas, conforme resumiu Caparelli (1986, p. 73): “elas [as massas] existem, mas estão marginalizadas”. Marginalizadas

¹³ O jornal *Porantim* surge em 1978 com o objetivo de realizar um intercâmbio entre os missionários do *Conselho Indigenista Missionário (CIMI)* atuando em diferentes regiões e informar sobre a situação dos índios. Em 1989, o novo editor Antônio Carlos Queiroz torna o jornal um veículo de análise, considerando que o jornalismo interpretativo é mais adequado ao periódico de publicação mensal (VIEIRA, 2000, p. 33, p. 35).

por não apresentarem a condição técnica necessária para se tornar público de jornal – ser alfabetizada e, ainda, porque “a massa marginalizada brasileira (...) pode ler hoje, com dificuldade, um jornal, mas se fosse comprá-lo diariamente e tomasse um cafezinho durante a leitura, consumiria 20 por cento de seu salário-mínimo” (CAPARELLI, 1986, p. 73). Ainda na primeira década do século XXI essa restrição persistiria. Para Paiva (2007, p. 139), por razão semelhante, existe uma maior aceitação da pluralidade nos jornais impressos do que em outras mídias, como a televisão: o restrito índice de escolaridade reduziria, de qualquer forma, a disseminação da informação.

A comunicação dita popular apontada por Cogo (2007) abriria mais uma porta para o fluxo comunicativo – além de permitir a expressão democrática de vozes dissidentes como o fizeram o *Pasquim*, *Movimento*, *Opinião* e outros jornais da resistência na ditadura militar, busca romper com o modelo de comunicação que dissocia os polos de emissão e recepção da mensagem, facilitando a intervenção daqueles ditos receptores nas políticas e práticas comunicacionais (COGO, 2007, p. 151).

Diferente do jornalismo das grandes organizações que se fundamenta na separação entre receptor e emissor e na figura do repórter (MENSING, 2011, p. 15, MACHADO, 2000, p. 215-216), esta associação entre os polos de emissão e recepção do circuito comunicativo é uma característica comum a três movimentos posteriores à imprensa alternativa de esquerda¹⁴: a comunicação comunitária (PERUZZO, 2007, p. 89; GATTI; BERMUDEZ, 2010, p. 18, p. 21), o jornalismo cívico ou público (TRAQUINA, 2003, p. 13, ROSEN, 2000, p. 75, ATTON, 2009, p. 269) e o jornalismo participativo na internet (BOWMAN; WILLIS, 2003, p. 09, GILLMOR, 2004, p. 13, p. 237).

As propostas do jornalismo comunitário e participativo possibilitam a emergência destes atores sociais excluídos do discurso jornalístico tradicional e do jornalismo alternativo de esquerda enquanto produtores de informação. No jornalismo público, o cidadão é escutado

¹⁴ Reconhece-se que, assim como o jornalismo partidário, a comunicação popular não é um fenômeno recente. Conforme Peruzzo (1998, p. 113), já em 1883 há registros de pesquisas sobre o tema, embora no final da década de 80 do século XX ocorra um grande crescimento no número dessas pesquisas. Mas, no Brasil, os anos 80 trouxeram a democracia e a visibilidade destas propostas, após o período das ditaduras na América Latina, quando a comunicação alternativa circulava em um contexto de semiclandestinidad (GATTI; BERMÚDEZ, 2010, p. 27).

para montar uma agenda pública nos meios de comunicação que leve em consideração os interesses e necessidades do próprio cidadão. Por um lado, a tecnologia possibilita a diversificação das vozes, por outro, as narrativas e conteúdos da informação parecem remeter ao formato e proposta do jornalismo, em alguns dos casos analisados, quando, por exemplo, os índios se intitulam “etno-jornalistas” (ÍNDIOS ON-LINEb, on-line, ÍNDIOS ONLINEc, on-line). Refletir sobre as práticas destas formas de jornalismo pode colaborar para compreender os cibermeios indígenas e a intenção comunicativa que estes atores indígenas se propõem concretizar.

1.1.2 Comunicação comunitária: visibilidade do outro, revalorização do real-histórico, territorialidade e mobilização

A proposta da comunicação comunitária difere daquela originária da estrutura do processo produtivo jornalístico tradicional, onde uma organização, com uma redação e diversos profissionais jornalistas, conforme o modelo do comunicador social como profissional liberal originado no século XIX (GATTI; BERMUNDEZ, 2010, p. 18), produz informação para um público que se presume conhecer através das pesquisas de opinião, ou de espaços de diálogos delimitados pelo próprio jornal. Espaços como a seção de carta dos leitores ou, atualmente, a seção de comentários ou de jornalismo cidadão de muitos *sites* das organizações noticiosas. Os estudiosos da comunicação comunitária criticam este modelo afirmando que nele ocorre um distanciamento entre quem produz e consome a informação: “O outro, diferente, aquele a quem os modelos clássicos de comunicação decidiram chamar de receptor (e até mesmo o emissor) transforma-se numa voz distante e fastidiosa, sobre quem na verdade pouco se sabe” (PAIVA, 2003 p. 44-45). Para que esta alteridade adquira visibilidade, seria preciso compreender e incorporar esse olhar que não está nos cânones profissionais (LAGO, 2010, RESENDE, 2007, 2008, 2009).

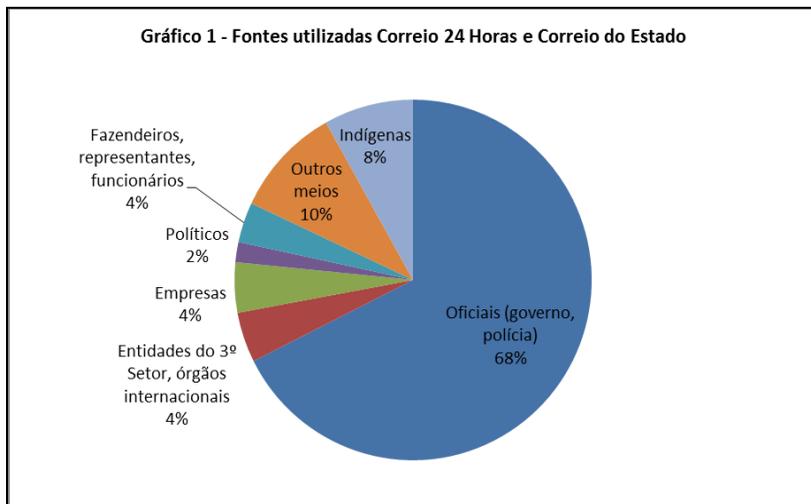
Nos meios comunitários ou, no caso desta pesquisa, nos cibermeios indígenas, os índios têm oportunidade de falar com sua própria voz¹⁵. A ausência da voz do indígena nos meios tradicionais pode ser percebida na escassa utilização de fontes indígenas em matérias

¹⁵ Principalmente no portal *IO*, as publicações em sua grande maioria (97%) são de autoria indígena. No blogue da *AJI*, esse quadro é diferente, mas ainda assim com a maioria das publicações sendo de autoria indígena: 25% das publicações são repetição integral de textos publicados em outros meios.

sobre estes povos nos jornais *Correio do Estado* e *Correio 24 Horas*. Em um total de 80 matérias, foram citadas como fontes¹⁶ 75 (setenta e cinco) funcionários públicos, entre policiais, prefeito, presidentes de órgãos públicos e outros cargos, 5 (cinco) representantes do terceiro setor e órgãos internacionais, 5 (cinco) representantes de empresas, 2 (dois) políticos, 4 (quatro) fazendeiros e/ou funcionários das fazendas, 11 (onze) meios jornalísticos e 9 (nove) indígenas, conforme apresentado no gráfico 1¹⁷.

¹⁶ Neste trabalho, entende-se como fonte “uma pessoa que o jornalista observa ou entrevista. Pode ser potencialmente qualquer pessoa envolvida, conhecedora ou testemunha de determinado acontecimento ou assunto” (TRAQUINA, 2004, p. 190).

¹⁷ As fontes utilizadas em trechos repetidos foram desconsideradas. Em abril de 2012, no *Correio 24 Horas* (on-line), foi publicada uma sequência de matérias sobre a ocupação de terras por indígenas na região de Pau-Brasil. Segundo a matéria “PF reforça efetivo em área do sul da Bahia onde índios invadiram fazendas”, publicada no próprio *Correio 24 horas*, em 22 de abril de 2012, o número de fazendas ocupadas seriam 64 (sessenta e quatro). Já matéria publicada quatro dias antes, em 18 de abril, “Chega a 72 o número de fazendas ocupadas por índios no Sul da Bahia, diz polícia”, afirma que foram ocupadas 59 fazendas no município de Itaju do Colônia, 4 em Camacã, e 9 em Pau Brasil. As ocupações foram uma forma de pressionar o governo para aprovar a nulidade dos títulos de terra dos fazendeiros e repassar aos indígenas os 54 mil hectares da área de reserva indígena conforme determinação do governo em 1926 (SAMPAIO, 2012). Matérias foram publicadas quase que diariamente entre o período de 10 a 28 de abril, acompanhando os novos fatos na região. A contextualização do caso era feita sempre com o mesmo texto repetido após o lide e a narração dos novos acontecimentos. Nas três publicações do portal *Índios On-line* sobre as retomadas, “Mais um índios Pataxó Hãhãhãe é Baleado”, “Índios são impedidos de trafegar pelo município de Pau Brasil”, “Os Pataxó hãhãhãe retomam quase todo o território”, não consta número de fazendas ocupadas.



Fonte: autora

Kaplún (2007) e Shiva (1997) abordam a contradição entre a diversidade e as formas de monopólio e hegemonia culturais que existem no contexto global. Ao definir os mitos do desenvolvimento fundadores do projeto neoliberal, Kaplún (2007, p. 171) elenca o “mito da tolerância e da diversidade” como aquele que esconde o obscurecimento de concepções inteiras de mundo e a homogeneização de modos de vida. Para Shiva (1997), monoculturas são impostas não somente às florestas e à natureza, mas também às pessoas e à sociedade: “A diversidade orgânica dá lugar ao atomismo fragmentado e à uniformidade. A diversidade deve ser exterminada e as monoculturas uniformes – de plantas e pessoas – devem agora ser geridas externamente, porque elas não são mais autorreguláveis ou autogovernáveis¹⁸” (SHIVA, 1997, p. 19, tradução da autora). O depoimento do indígena Fábio Titiá (TITIÁ, 2012, grifo da autora), ao definir os objetivos do portal *Índios On-line*, ilustra esta busca pela afirmação da legitimidade da cultura indígena diante do poder uniformizador de uma cultura hegemônica:

¹⁸ Original em inglês: “Organic diversity gives way to fragmented atomism and uniformity. The diversity must be weed out, and the uniform monocultures - of plants and people - must now be externally managed because they are no longer self-regulated and self-governed”.

Então, a gente quer mudar essa visão, porque a maioria dos livros didáticos que circulam nas escolas públicas contam histórias de ficção, colocam o índio como uma lenda, como um folclore, a cultura indígena como algo que não é respeitado, que não é verdadeiro. **E o objetivo do nosso site *Índios On-line* é mostrar que aquilo que nós acreditamos, aquilo que eles chamam de mitos, para nós é verdade.** Como tantas outras histórias surgem no mundo e é verdade para outros grupos de sociedade. Então, nós acreditamos naquilo, nas nossas histórias, e nós utilizamos esse meio para levar para outras pessoas o conhecimento verdadeiro da história nossa.

A separação e distanciamento entre emissor e receptor estão relacionados com outras características através das quais o movimento da comunicação comunitária se contrapõe ao modelo dos meios institucionais de comunicação massiva: o ritmo da produção e a ligação com o território e cotidiano das comunidades. A possibilidade de revelar claramente os produtores e seus propósitos, pessoalizar a informação e a aproximar do indivíduo comum faria do real-histórico o elemento definidor do processo de produção da comunicação comunitária, afastando os meios comunitários da esfera técnica e encantatória dos meios de comunicação de massa (PAIVA, 2003, p. 58). Se, por um lado, esta perspectiva parece um pouco ingênua e idílica, pois mesmo a indústria cultural não forma um bloco monolítico do ponto de vista ideológico e permite espaço para contradições (SILVA, 1986, p. 52), e o discurso jornalístico, como uma forma de conhecimento construído socialmente, possa tanto legitimar como subverter a lógica dominante (MACHADO, 2000, p.70), por outro, é necessário reconhecer que existe uma distância dos grandes meios tradicionais de certas comunidades. Esta distância pode ser observada na cobertura sobre os povos indígenas, como um elemento que dificulta uma abordagem equilibrada das questões indígenas.

As duas redações visitadas na pesquisa de campo, do *Correio 24 Horas* e do *Correio do Estado*, realizam apuração principalmente por telefone e internet, e trabalham constantemente sobre a pressão do tempo, o que acaba por impossibilitar coberturas mais aprofundadas de

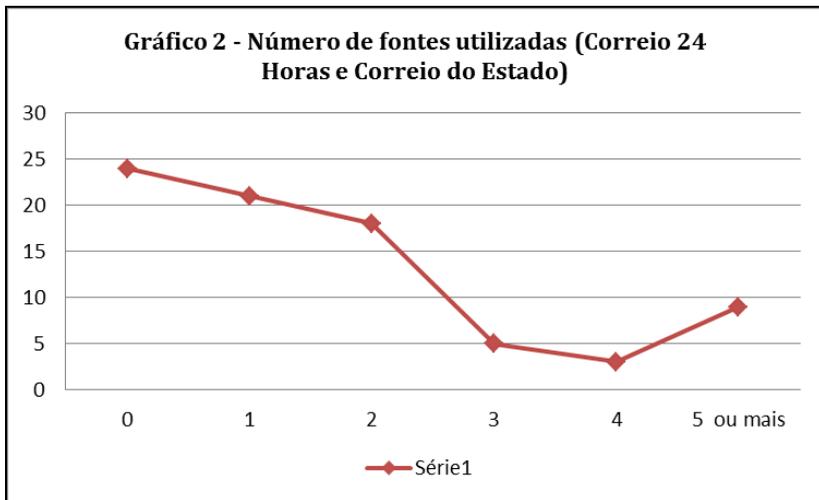
regiões remotas, como demonstrado nos depoimentos de dois editores do portal *Correio 24 Horas*¹⁹:

Bahia é um país, não é? Geograficamente, esse estado é muito grande. Então, a gente tem bastante dificuldade em cobrir algumas coisas. Como saber em tempo real, com uma margem satisfatória, o que acontece no sertão, o que acontece em Barreiras, o que acontece em Porto Seguro, o que acontece em Conquista. Então, assim, essa cobertura regional ela é frágil (ACIOLI, 2012).

Gustavo [Acioli, editor de multimídia do *Correio*] pediu que a gente se aprofundasse mais no sentido de dar coisas boas, coisas positivas também que estão acontecendo [no interior do estado]. Tipo, uma prefeitura que fez alguma coisa, um curso, cursos que acontecem no interior, qualificação, obra, grandes obras, enfim... governador viajou no interior para fazer tal coisa, tipo ter um olhar bacana também sobre o interior. Só que isso não é possível, assim, na real, porque suas fontes são limitadas quando você vai lidar com o interior (MASCARENHAS, 2012).

Neste contexto, as notícias, em muitos casos, resultam de entrevistas com uma ou duas fontes, ou muitas vezes não fazem menção a nenhuma fonte, como mostra o gráfico 2, produzido a partir da análise das matérias publicadas nos cibermeios jornalísticos, nos meses de abril, de 2008 a 2012 no *Correio do Estado* e de 2009 a 2012 no *Correio 24 Horas*.

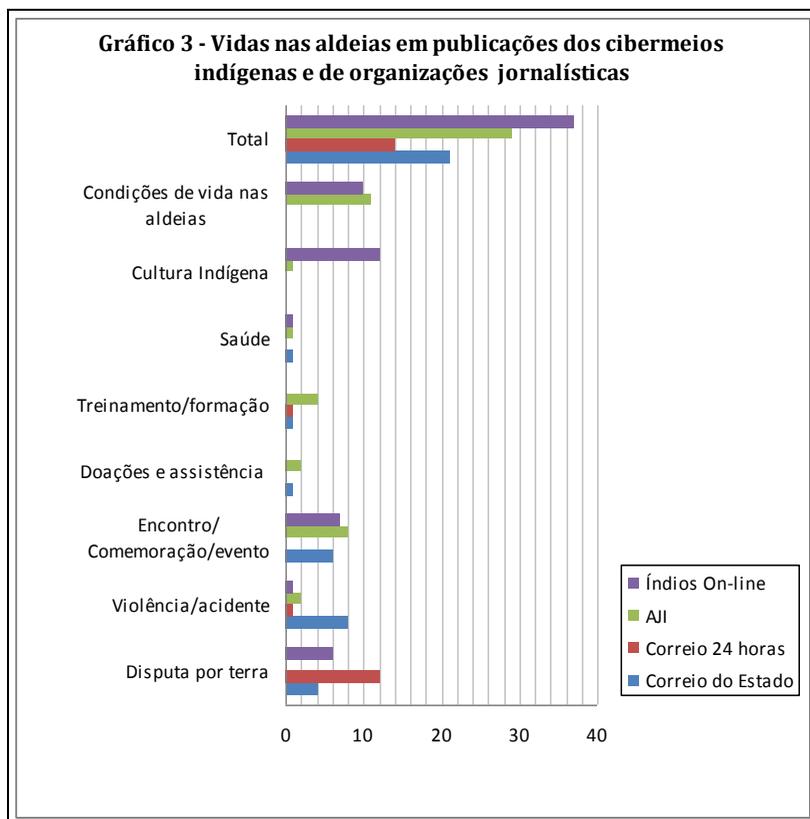
¹⁹ Cabe lembrar que este afastamento entre a notícia e o espaço físico não é recente, remonta ao desenvolvimento de tecnologias que permitiram a velocidade na aproximação de áreas remotas tornando possível desenvolver narrativas sobre os acontecimentos distantes. Antes do surgimento do telégrafo, as notícias estavam limitadas à velocidade dos meios de transporte, e a esfera pública às conversações dos cidadãos dentro de um espaço geográfico e físico. O telégrafo separou as notícias das fronteiras físicas e fez do tempo um valor na informação jornalística (MACHADO, 2000, p. 195, p. 196, SCHUDSON, 1978, p. 31-35).



O distanciamento da realidade indígena também é percebido ao observar as publicações sobre o cotidiano das aldeias indígenas nos cibermeios indígenas e das organizações jornalísticas, no gráfico 3²⁰. Apesar das questões cotidianas da vida nas aldeias serem abordadas nos meios jornalísticos (35% das matérias do *Correio 24 Horas* e 52,5% das matérias do *Correio do Estado* tratam de acontecimentos dentro da aldeia, enquanto 47% das publicações do *Índios On-line*, e 38% das publicações do blogue *AJINDO* abordam estes acontecimentos), geralmente estas se referiram a casos de violência (20% de todas as

²⁰ O gráfico 3 contabilizou apenas publicações que abordassem o cotidiano na aldeia. Foram criadas subcategorias para analisar, com mais detalhes, de que forma esse cotidiano é apresentado nos cibermeios jornalísticos e indígenas. Portanto, os assuntos violência e disputa por terras fazem parte do cotidiano e condições de vida nas aldeias. Metodologicamente, optou-se por separar estes e os outros tópicos ao se perceber que, embora os jornais abordassem em grande porcentagem a vida nas aldeias, uma maior dimensão era dada para a violência e disputa por terras, enquanto pouca referência era feita a outras dimensões da vida nas aldeias. Enquanto que, nas publicações dos cibermeios indígenas, é realizada uma descrição mais complexa e diversificada de como se dá a vida nas aldeias indígenas, apresentando, por exemplo, informações sobre saúde, educação, transporte e práticas culturais que fazem parte do cotidiano nestas aldeias. A categoria “condições de vida nas aldeias” diz respeito a outros aspectos da qualidade, ou falta dela, da vida nas aldeias indígenas, que não estes mencionados.

publicações no *Correio do Estado* e 38% das publicações sobre o cotidiano nas aldeias) e luta pela terra (35% de todas as publicações no *Correio 24 horas* e 86% das publicações sobre o cotidiano nas aldeias). No caso do *Correio 24 Horas*, entre quatorze matérias que abordaram o cotidiano das aldeias, doze trataram de disputa de terra, e onze foram do período de conflito de 2012, sendo que apenas uma matéria nos anos de 2008 a 2011 abordou a questão da terra, e não houve nenhuma publicação sobre saúde, cultura, eventos, outros aspectos das condições de vida nas aldeias e assistência a povos indígenas. No *Correio do Estado*, entre as vinte e uma matérias sobre a vida nas aldeias, oito noticiavam acontecimentos violentos (morte, acidente, suicídio), seis tratavam de encontros e eventos comemorativos, enquanto saúde, atividades educativas e de assistência aos indígenas foram abordadas uma vez cada uma. A vida nas aldeias, portanto, é incluída na pauta, em sua maioria, relacionada com casos de disputa pela terra, no *Correio 24 Horas*, e com violência, no *Correio do Estado*. Nada se fala, nos jornais, da cultura indígena, a não ser quando se aborda encontro e eventos comemorativos do *Dia do Índio*. De maneira antípoda, nos cibermeios indígenas, o foco maior está em outros aspectos da vida nas aldeias (onze publicações no blogue *AJINDO* e dez no *Índios On-line*), e apresentação de elementos da cultura indígena, seja na descrição da relação do indígena com a natureza, seja na apresentação de práticas culturais, principalmente no portal *Índios On-line*. Encontros e comemorações foram temas de oito publicações no blogue *AJINDO* e sete no *Índios On-line* (conferir gráfico 3).



Fonte: autora

Segundo as teorias da comunicação comunitária, uma das razões para esse afastamento é o fluxo de informação cada vez mais rápido dos meios de comunicação de massa. A comunicação comunitária propõe uma aproximação do ritmo de vida do cotidiano dos produtores da mensagem: “a comunicação comunitária tem outro ritmo: o da família, da educação dos filhos; o das perspectivas de ascensão econômica e, às vezes, o da desocupação²¹” (GATTI; BERMUDEZ, 2010, p. 01, tradução da autora). Outro elemento importante é a territorialidade. Os meios comunitários poderiam dar aos canais de comunicação a dimensão social que possuem por estarem ao alcance do

²¹ Original em espanhol: “La comunicación comunitaria tiene otro ritmo: el de la familia, el de la educación de los hijos; el de las perspectivas de ascenso económico y, a veces, el de la desocupación.”

cidadão, do ponto de vista territorial, e pela facilidade de acesso (PERUZZO, 2007, p. 89). A reterritorialização nos espaços simbólicos surge como alternativa à universalização e desregulamentação causada pela globalização (MATTELART, 1994, p. 12).

A comunicação comunitária é redimensionada diante de uma nova relação do homem com seu território, como o fez o jornalismo no século XIX com o advento do telégrafo. Agora, convivem a expansão dos vínculos de partilha para além das fronteiras do espaço físico e a vinculação pela territorialidade que a comunicação comunitária valoriza e busca garantir como forma de manter a ligação das narrativas simbólicas com o real-histórico. Esta territorialidade midiática, ou melhor, esta dimensão da territorialidade midiática que a comunicação comunitária busca reforçar pode ser definida como “um espaço de interesses compartilhados” (AMARC, online). Uma territorialidade onde o enraizamento local acontece paralelamente à expansão tecnológica e comunitária (SODRÉ, 2008, p. 08), embora produza uma comunicação menos preocupada com os aparatos tecnológicos, e mais com seus objetivos políticos (AMARAL FILHO, 2008, p. 86). Ao diminuir a importância da contiguidade e distância, os novos meios de informação e comunicação possibilitariam que as relações humanas prescindissem de pertencerem ao mesmo espaço físico e construíssem um novo espaço. Não mais aquele territorial, mas o espaço midiático enquanto o lugar onde o encontro acontece e a informação circula (PAIVA, 2003, p. 72, p. 76).

Não é sem conflitos que esse “espaço de interesses compartilhados” é construído e que a informação é produzida a partir do ritmo e vida comunitários. Em primeiro lugar, a estrutura nas aldeias dificulta o trabalho dos indígenas que participam da rede *IO*. Na Reserva Indígena de Dourados, enquanto a comunidade só tem acesso à internet na escola, os jovens que escrevem para o blogue *AJINDO* o fazem, em sua maioria, a partir da sede da ONG *AJ*²². Pôde-se perceber parte dessa dificuldade durante o trabalho de campo. As estradas que ligam as três aldeias visitadas na Bahia (Água Vermelha, Caramuru e Bahetá) não possuem calçamento e muitos índios não possuem meios de transporte próprios. Durante a pesquisa de campo, viajou-se da aldeia Água Vermelha, em Pau Brasil, para a Bahetá, no município de Itaju do Colônia, para entrevistar o cacique Reginaldo Ramos, de nome indígena Akanawã Bainã Hã Hã Hãe. O percurso de 64 (sessenta e quatro)

²² Conferir resposta à questão 17 do questionário: “Qual é o principal local onde você produz o material que publica no blogue/portal?”.

quilômetros de estrada de terra foi feito em duas motos, que transportavam a pesquisadora, o indígena Fábio Titiá, e outro indígena (Wagner). Segundo Titiá, o terceiro indígena viajaria como escolta, pois não era seguro atravessar sozinho as estradas das aldeias. Além disso, Titiá solicitou que a viagem fosse feita antes do amanhecer, também por questões de segurança²³. O transporte circular que parte do município de Pau-Brasil para as aldeias faz o percurso uma vez ao dia. Além disso, na época da visita de campo, o sinal de celular nas aldeias era precário e apenas aparelhos de uma operadora conectavam. Também no município de Pau-Brasil, apenas uma operadora de celular funcionava²⁴. A dificuldade estrutural é relatada por Titiá:

²³ As condições precárias das estradas foram abordadas duas vezes em publicações do portal *IO* analisadas para essa pesquisa: “Caminhos Precisos (Pataxó Hãhãhãe)”, em 30 de abril de 2010, e “O Perigo da Estrada de Água Vermelha”, em 28 de abril de 2010 (ÍNDIOS ONLINE, on-line). A dificuldade em circular ainda ficaria maior em época de conflito, quando os indígenas ocupam fazendas na tentativa de agilizar o processo de julgamento das terras pelo governo. Segundo os índios, as ameaças dos pistoleiros contratados por fazendeiros são constantes. O texto “Índios são impedidos de trafegar pelo município de Pau Brasil”, de 18 de abril de 2012, aborda este assunto. No período de tensão que se deu no mês de abril de 2012 na região, uma equipe da *Folha de São Paulo* foi ameaçada por homens armados com escopetas e revólveres em estradas rurais da região de Pau-Brasil (próximo à aldeia Água Vermelha e Caramuru) (FOLHA DE SÃO PAULO, on-line). Sobre a ocorrência, o *Correio 24 Horas* publicou uma matéria no dia 20 de abril de 2012, intitulada “Grupo armado ameaça equipe de jornal paulista em área de conflito no Sul da Bahia”. “Índios ocupam cinco fazendas no sul da Bahia; funcionários são mantidos refêns”, publicada em 15 de abril de 2012, relata o cerco a um carro de civis por homens armados, na zona rural no município Itaju do Colônia (onde fica a aldeia Baheté) que resultou na morte de Ana Maria dos Santos. As duas matérias se encontram no *corpus* desta pesquisa.

²⁴ A falta de sinal de celular foi percebida logo quando a pesquisadora chegou na cidade de Pau Brasil para encontrar o indígena Fábio Titiá, que iria lhe levar às aldeias. Como ele não estava na rodoviária, o lugar marcado para o encontro, e como o celular não funcionava e os dois telefones públicos existentes na cidade estavam quebrados, a pesquisadora optou por andar pela cidade perguntando aos moradores onde poderia encontrar os índios. Não demorou para que fosse direcionada à anciã Maria, uma das primeiras integrantes da rede *Índios On-line*, que estava em uma rua da cidade junto com Wagner. Eles ligaram para Fábio Titiá que, por sua vez, já havia sido informado por um primo que estavam procurando por ele na cidade.

Para a gente poder estar sempre publicando matérias, dando uma assistência à rede, a gente precisa, às vezes, ter condições para se locomover, estrutura até material. Porque se a gente tivesse algumas estruturas, tipo um computador portátil, onde qualquer lugar que a gente fosse a gente poderia está lá com ele acessando, aí facilitaria um bocado de coisa para a gente. Hoje, em alguns momentos, a gente tem que escrever a matéria no papel, se for um caso de emergência a gente tem que sair do lugar onde está acontecendo o ocorrido. Por exemplo, uma retomada. A gente tem que sair daquele local, pegar aqueles escritos, vim para a cidade, procurar uma *lan house*, outra hora, vim para outra região, que no caso os pontos de cultura, para poder lá digitar e mandar a matéria (TITIÁ, 2012).

Especificamente com relação aos povos indígenas, a divulgação do cotidiano das aldeias para um público potencialmente ilimitado enfrenta outra peculiaridade: as reações diversas de lideranças e anciãos. No caso da *Ação de Jovens Indígenas*, a participação de jovens indígenas na ONG, assim como a produção de informações para circulação na internet e no jornal impresso ainda não são aceitas pelas lideranças locais²⁵ (ALCÂNTARA, 2012; GONÇALVES, 2012). Os integrantes do portal *Índios On-line* relataram que, no princípio, alguns anciãos recearam que “segredos” das comunidades fossem expostos (POTYRA TÊ, 2012; YONANA PATAXÓ HÃ HÃ HÃE, 2012), e ainda hoje é necessário cuidado ao publicar certas informações:

Para a gente fazer esse trabalho, nós passamos por algumas dificuldades, onde a nossa comunidade não entendia o que é realmente a internet. E quando ela soube que a internet era o mundo, ela

²⁵ Questões como a relação entre os jovens e as lideranças, o papel dos jovens na sociedade indígena, especificidades das culturas de cada etnia estão além do escopo desta pesquisa, e encontram seu espaço em pesquisas antropológicas sobre parentesco e organização social indígena, entre as quais, Levi (1999) é um dos precursores no que diz respeito aos povos Guarani Kaiowá, que junto com a etnia Terena e Guarani Nhandeva habitam a aldeia de Dourados. A inserção do meio de comunicação comunitário na comunidade e sua aceitação (ou não) serão abordados no segundo capítulo.

ficava com receio, tinha medo que nós mesmos pudéssemos contar os segredos da aldeia, do movimento de luta. Mas, depois, ela foi tendo consciência e aprendendo que seria importante a gente estar assim publicando as nossas histórias e contando para que as pessoas tenham conhecimento de como os indígenas vivem hoje na sua aldeia. Seja feliz, seja momento de tristeza, ou de alegria (YONANA PATAXÓ HÃ HÃ HÃE, 2012).

ontem, eu fiquei sabendo que um senhor de idade foi para o hospital, e não foram buscar ele. Ele dormiu lá em pé, na porta do hospital. Só às sete da manhã que foram buscar ele. A *SESAI* [Secretaria de Saúde Indígena], a antiga *FUNASA* [Fundação Nacional de Saúde]. A *FUNASA* agora não está atendendo mais o povo indígena, é a *SESAI*. Mas é um funcionário da *FUNASA* que não foi buscar esse indígena, e a gente não aceita esse tipo de coisa. Então, provavelmente hoje, eu vou está colocando uma matéria sobre isso, sobre essa situação, fazendo uma denúncia. Primeiro, eu quero conversar com as lideranças, pedir autorização, porque a gente tem que sempre ter essa coisa em mente de falar com as lideranças, pedir autorização para divulgar alguma coisa interna. Tem textos que eu faço que eu não preciso pedir autorização porque não são coisas internas. Mas essa situação eu vou pedir, vou fazer o texto, mostrar e ver se publico (POTYRA TÊ, 2012).

Diante de tal contexto, a autonomia do processo informativo fica comprometida. Aqui a informação claramente serve a um ideal político, diferente do ideal jornalístico, que busca manter uma objetividade no relato dos acontecimentos, sem privilegiar os interesses de um grupo específico. Na teoria e prática jornalística, tal procedimento relatado seria considerado censura. Mas, apesar do ideal teórico, não se é ingênuo de acreditar que os jornais também publiquem toda informação que é apurada. Aliás, seria de um realismo grotesco acreditar que existiria a possibilidade de transparência do real, do concreto, em uma narrativa simbólica. Esta possibilidade já foi há muito ultrapassada pela própria epistemologia do jornalismo (MACHADO, 1992, p. 25, p.

35, SPONHOLZ, 2009, p. 105, WARD, 2005, p. 297). O que fica claro é que os indígenas perceberam que toda comunicação é política e demonstram, em seus procedimentos, que o processo de comunicação comunitária também está sujeito a relações de poder, da mesma forma que as narrativas jornalísticas estão. O que as distingue é que as relações de poder que determinam a produção da informação destas duas práticas são distintas. No caso acima, é possível reconhecer uma filtragem feita pela própria comunidade, para assegurar que a produção e circulação da informação não a prejudiquem e que atendam aos seus interesses. Existe, aqui, um acordo, explícito ou implícito, entre os autores dos cibermeios e os anciãos, para atingir objetivos da comunidade.

O receio e ponderações destes anciãos, mensageiros de um tempo onde a comunicação ocorria pessoalmente, revelam as grandes mudanças que estes meios carregam. É um reflexo daquele choque cultural reconhecido por McLuhan (1977, p. 40) quando mencionara o advento do alfabeto fonético: “a assimilação e interiorização da tecnologia do alfabeto fonético traslada o homem do mundo mágico da audição para o mundo neutro da visão” (MCLUHAN, 1977, p. 40). Segundo McLuhan, o alfabeto fonético destribiliza o indivíduo e causa uma perturbação inicial, até que ocorra um ajustamento e toda vida social e pessoal passe a funcionar daquela forma. Apesar de serem compelidos a integrar estes cibermeios em suas comunidades para alcançar objetivos políticos, os anciãos receiam que as consequências danosas sejam maiores que seus benefícios para a cultura indígena.

Fica claro que a comunicação comunitária e esta aproximação entre emissor e receptor não resultam na inexistência de fronteiras, mas sim em novas configurações destas. A proximidade do produtor com a informação não é uma garantia de que será transmitida uma informação sem filtros. Nestes exemplos, percebe-se que a proximidade do produtor da informação com a realidade narrada torna as características de cada comunidade elementos integrantes da comunicação, aproximando-os da proposta comunitária que reconhece o real-histórico da comunidade²⁶

²⁶ O conceito de comunidade é discutido exaustivamente no livro “Espírito Comum: Comunidade, Mídia e Globalismo” de Raquel Paiva (2003). A autora aponta diversas feições e usos do termo, buscando uma reconceituação que apreenda as peculiaridades do seu ressurgimento no momento atual. Com base da discussão desenvolvida pelo sociólogo alemão Ferdinand Tönnies, são delineadas três possibilidades de vida comunitária: a *consanguínea*, de *proximidade* e *espiritual*, e conclui-se que uma vivência comunitária não poderia prescindir de nenhum destes aspectos – vizinhança, afeto e parentesco

como o lugar de vinculação e pertencimento entre os indivíduos, e o elemento norteador da informação (PAIVA, 2003 p. 44, RIBEIRO; SANTOS, 2009, p. 02). Novas fronteiras são redesenhadas de acordo com as características dessas comunidades que produzem a informação.

A comunicação comunitária permitiria reviver o sentido de comunidade ética, aquela que permite a união dos homens para a construção de uma sociedade benéfica a todos (BAUMAN, 2003, p.68). Diferentemente, nos meios massivos, a aproximação entre a história narrada pelo produtor e o cotidiano do receptor se daria através de uma retórica discursiva; a partilha construída é vivenciada na esfera da sedução e imaginação (fé), com laços superficiais e transitórios, dentro dos limites do que Bauman (2003, p. 63-67) denominou comunidade

(PAIVA, 2007, p. 135). Bauman (2003) menciona que a palavra comunidade carrega o sentido de algo bom, relacionado à sensação de prazer e conforto que todos gostariam de ter: “‘comunidade’ é o tipo de mundo que não está, lamentavelmente, ao nosso alcance – mas no qual gostaríamos de viver e esperamos vir a possuir” (BAUMAN, 2003, p. 09). O conceito de comunidade envolve ainda noções de liberdade, segurança e autonomia (BAUMAN, 2003, p. 10), e convive em tensão com a individualidade (BAUMAN, 2003, p. 10), ou melhor, com a individualização, seja natural ou imposta, típica da sociedade moderna (BAUMAN, 2008, p. 62, p. 65). O ser humano, forçado a se individualizar, ou seja, sendo responsabilizado pelo que lhe acontece, e obrigado a buscar individualmente as soluções para suas necessidades produzidas socialmente, uma vez que ninguém mais o faria, partiria em busca de uma comunidade ética, aquela que pode coletivamente construir algo que lhe falta, em oposição à comunidade estética, ou carnavalesca, onde os vínculos são superficiais e responsabilidades e compromissos não são traçados a longo prazo (BAUMAN, 2003, p. 67, p. 68; 2008, p. 65). Expõe-se aqui apenas alguns dos sentidos que o conceito de comunidade evoca; fugiria do escopo desta pesquisa abordá-los de forma aprofundada. Destaca-se, para a discussão apresentada neste trabalho, o conceito de comunidade enquanto valorização das estruturas de vinculação e pertencimento e construção de laços sociais (PAIVA, 2003, p. 10), não se eximindo de reconhecer que a tecnologia pode facilitar o espaço de trocas entre sujeitos (PAIVA, 2003, p. 46). Relembra-se ainda os riscos de uma concepção idílica de comunidade e o esquecimento de que, historicamente, o surgimento deste conceito esteve ligado a autores conservadores, no intuito de manter as estruturas feudais diante das Revoluções Francesa e Industrial, e só mais tarde veio a ser incorporado por autores liberais (PALACIOS, 1990). Palacios também destaca que outros fatores, além do geográfico, são definidores da comunidade: situações de vida, objetivos, problemas e interesses em comum seriam mais importantes ao traçar as fronteiras de uma comunidade do que a linha no mapa.

estética. Para Sodré (2009, p. 98), no jornalismo dos meios de comunicação de massa, a experiência da narrativa ladeia as fronteiras entre o real-histórico e o imaginário:

Orientando-se pelo epicentro do *fato em sua atualidade* e tornando-se visível sob a forma fragmentária das pequenas narrativas, a notícia, mesmo com todos os seus efeitos ditos “terapêuticos”, pode bloquear a reflexão coletiva sobre macroacontecimentos críticos (...) ou induzir o público-leitor à confusão entre o imaginário grandioso que a ordem hegemônica constrói sobre si mesma e a realidade do mundo.

Para o autor baiano, o jornalismo, em vez de se aproximar da realidade e, apesar da heterogeneidade discursiva dos jornais, realiza um simulacro do real centrado na ideologia das classes dirigentes e cria estereótipos sobre o “diverso” e sobre a vida social (SODRE, 2008, p. 98). A interpretação da escola francesa presente na obra de autores como Jean Baudrillard e Muniz Sodré de que o jornalismo está preso à armadilha de simular o real e é incapaz de produzir algum conhecimento valioso tem sido contestada por autores como Genro Filho (1987), Machado (1992), Schudson (2003) que, entre outras questões, apontam para o jornalismo como um modo singular de conhecimento e para o simulacro como um lugar de manifestação desse potencial subjetivo humano. Também é necessário reconhecer que não há, necessariamente, em um meio comunitário, uma oposição aos meios tradicionais, simplesmente por ser produzido por cidadãos comuns, uma vez que estes cidadãos também são público dos meios tradicionais e podem repetir o discurso ali presente (SANTIAGO, 2008, p. 107). O que distingue os meios comunitários aqui é o objetivo comum de buscar uma melhoria na qualidade de vida e a possibilidade de transformação de uma comunidade específica através da comunicação (AMARAL FILHO, 2008, p. 84, RIBEIRO, SANTOS, 2009, p. 02), enquanto que os meios tradicionais, como empresas privadas, atendem a diversos interesses e, no que concerne a sua própria prática idealizada, procuram cobrir com seu manto, em geral, amplos espaços ou diversas dimensões da sociedade. Como consequência, os meios de comunicação tradicionais se mostram, muitas vezes, incapazes de compreender e transmitir a dinâmica de certas comunidades e, às vezes, pouco se esforçam para fazê-lo. Um dos casos onde tal descuido aconteceu é

abordado por Tierney (2002, p. 41). Para o autor, os meios tradicionais brasileiros, ao apresentarem uma cobertura sensacionalista e acrítica sobre o trabalho do antropólogo estadunidense Napoleon Chagnon, inclusive cultuando-o como celebridade, corroboraram com as ações dele e de sua equipe que teriam resultado na violação da cultura ianomâmi e na morte de muitos indígenas.

Nos meios comunitários, a busca por um objetivo comum deriva da mobilização das pessoas da comunidade. A mobilização social é, desta forma, reconhecida como outro elemento norteador do propósito comunicativo comunitário. A finalidade é exercer uma função educativa, de conscientização para os direitos e necessidades e de valorização das identidades territoriais, forjar relações interpessoais, grupais e gerar uma nova cultura política, construindo uma visibilidade caracterizada pela interpenetração sociopolítica e construção de experiências comuns, entre consumidores e produtores de mensagens (GATTI, BERMUDÉZ, 2010, p. 18; PERUZZO, 1998, p. 127, POLIVANOV, 2009, p. 14; PAIVA, 2007, p. 143, 144). O estudo do portal *Cidade de Deus*, por Alvear e Thiollent (2011, p. 05), chega a semelhantes conclusões. Os autores partem do princípio de que uma organização comunitária mobiliza os cidadãos para se organizarem na tentativa de resolver seus problemas: “É importante compreender um portal comunitário e seu processo de construção como uma estratégia de apoio ao desenvolvimento local. Dois elementos neste processo são fundamentais: a articulação/mobilização que esse portal gera e a forma de organização que ele encoraja²⁷” (ALVEAR; THIOLENT, 2011, p. 12, tradução da autora). A teoria se encontra na prática, uma vez que Alvear e Thiollent terminam confirmando a hipótese de que o processo de construção do portal pode encorajar a participação e aumentar a integração (ALVEAR; THIOLENT, 2011, p. 14). O professor inglês especialista em jornalismo alternativo, Chris Atton, dimensiona a importância desta mobilização ao afirmar que o valor educativo das mídias comunitárias transcende o fornecimento de informação alternativa – reformula as identidades dos autores da informação, a identidade de outros e o meio ambiente (ATTON, 2009, p. 266).

Enquanto o enfoque da comunicação comunitária está na polifonia de vozes para assegurar a educação dos cidadãos e a

²⁷ Original em inglês: “It is important to understand a community portal and its construction process as a local development support strategy. Two elements in this process are fundamental, the articulation/mobilization that this portal generates and the form of organization it encourages”.

diversidade da informação, pouco é acrescentado à discussão sobre o formato e linguagem de um jornalismo adequado à mobilização política e comunitária. As características da narrativa jornalística se elevam aqui para o centro da questão, seja esta narrativa empreendida por um “de fora”, por um índio ou por membro da comunidade. Uma limitação semelhante é encontrada ao se estudar os precursores do jornalismo participativo na internet que definem como o objetivo da participação de cidadãos na produção de notícias “fornecer informações independentes, confiáveis, precisas, abrangentes e relevantes”²⁸ (BOWMAN; WILLIS, 2003, p. 10). A delimitação do tipo de conteúdo é imprecisa: o que torna uma informação relevante? E confiável? Também, neste movimento, falta clareza sobre o uso que pode ser feito da informação: aqueles que compunham a audiência assumem os meios de produção da informação, dividindo com os jornalistas o privilegiado lugar de *gatekeeper* da informação. E depois? Uma vez que todos tenham se tornado jornalistas, o que os milhares, ou milhões, ou bilhões, de jornalistas-cidadãos devem fazer? Concorde-se com Atton (2009, p. 268) sobre a necessidade de se explorar os formatos de meios de comunicação alternativos como uma forma de re-imaginar o jornalismo e, dessa forma, ir além dos benefícios educativos e de empoderamento das comunidades que estes meios podem fornecer. Uma relevante oportunidade para refletir sobre as mudanças que a sociedade demanda da linguagem jornalística e da postura do profissional jornalista pode ser perdida ao se focar apenas na mobilização cidadã. O movimento do jornalismo público, a partir de uma reflexão nascida do interior da prática jornalística e que propõe discutir as obrigações do jornalismo com a democracia e com a vida pública, soma à discussão algumas respostas: a necessidade de comprometimento dos jornalistas com a compreensão da informação pelo público e com o uso que este faz da informação, com o engajamento dos cidadãos na vida política e com a conformação da democracia.

1.2 Jornalismo cívico: o conceito e um breve histórico

O jornalismo cívico tem suas raízes no século XX, e o editor do diário *The Wichita Eagle*, Davis Merrit, no estado de Kansas, EUA, teria sido o primeiro jornalista a colocá-lo no papel (FERNANDES, 2008, HOLANDA ET AL, 2010). O movimento teve seu marco inicial

²⁸ Original em inglês: “The intent of this participation is to provide independent, reliable, accurate, wide-ranging and relevant information”.

no início da década de 90 durante coberturas eleitorais (SCHAFFERa, on-line), quando Merrit haveria incitado a participação do público para levar a uma melhor cobertura no processo eleitoral da campanha presidencial daquele ano.

O debate sobre a função e poder do público está na raiz da proposta do jornalismo público, ou cívico, como preferem alguns autores (TRAQUINA, MESQUITA, 2003). Rosen (2000, p.69, tradução da autora), um dos idealizadores deste movimento, reconhece o mesmo problema: “o principal ponto do jornalismo é o público – mas ninguém sabe mais o que é o público, ou mesmo se ele ainda existe²⁹”. Adotando a perspectiva pragmática de Dewey (1991), Rosen (2000, p. 40) encontra na conscientização e ação do público o potencial para uma verdadeira democracia. A imprensa seria central na construção de um público informado e politicamente ativo, conforme vislumbrado por Dewey como necessário para a democracia (COLEMAN, 2003, p. 60-65, TRAQUINA, 2003, p. 16, DEWEY, 1991, p. 121).

Como o jornalismo é um dos principais responsáveis pela construção da esfera pública na sociedade moderna (MACHADO, 2000, p. 195, p. 203), para os idealizadores do jornalismo público esta função não estaria sendo desempenhada com êxito. Os jornais perdiam leitores já desacreditados da política, o que levava a uma preocupação sobre a participação real dos indivíduos na esfera pública (ROSEN, 2000, p. 75, EKSTEROWICZ, ROBERTS, CLARK, 2003, p. 88). O movimento do jornalismo público buscava assim reforçar a ligação entre o jornalismo e a vida comunitária³⁰, acelerando mobilizações e decisões em planos locais e regionais com o objetivo de reavivar a participação dos cidadãos na vida política através do jornalismo e, em contrapartida, a valorização do jornalismo perante o público (EKSTEROWICZ, ROBERTS, CLARK, 2003, p. 88, MESQUITA, 2003, p. 20, p. 21).

Uma pergunta que Rosen (2000) considera importante para compreender a proposta do jornalismo público é “Para que servem os jornalistas?”. O título do livro que faz umas das mais completas análises daquele que Traquina (2003, p. 14) considera o movimento mais importante no jornalismo norte-americano nos últimos trinta anos,

²⁹ Original em inglês: “The main thing of journalism is the public - but nobody know any longer what the public is, or even whether it exists any longer.”

³⁰ Uma análise mais aprofundada sobre os antecedentes intelectuais do jornalismo público é realizada por Coleman (2003). A autora atenta para a necessidade de pesquisas futuras que compreendam as relações entre o jornalismo público e a filosofia comunitária (COLEMAN, 2003, p. 71).

“What is journalists for?”, guarda um duplo significado, derivado de uma sutileza linguística que uma tradução para o português não consegue apreender. Para que servem os jornalistas, seria o primeiro deles. Qual o papel que o jornalismo tem em uma sociedade democrática? A resposta a essa pergunta estaria na ponta da língua de qualquer jornalista: informar a sociedade para possibilitar um funcionamento adequado da democracia, prestar serviço público, vigiar o governo e empresas, entreter, entre outras respostas já conhecidas (ROSEN, 2000, p. 281). Mas a segunda questão contida no título não permite uma resposta tão fácil, pois carrega consigo exatamente o conflito que o ideal do jornalismo público traz à tona: Pelo o que os jornalistas se levantam? (*For what journalists stand for?*). Qual ideal que os jornalistas representam e tomam para si? Segundo Rosen, um repórter³¹, no fervor de seu trabalho cotidiano, não hesitaria em responder: “Um jornalista apenas narra os fatos da realidade, o que está acontecendo”.

Mesmo sujeitos às ideologias pessoais, os jornalistas às submeteriam aos procedimentos técnicos e éticos de sua profissão. Independente da possibilidade, ou não, de se adotar procedimentos objetivos na prática jornalística, segundo Rosen, a atitude de informar sem se engajar pelo bem estar do público e da democracia, considerada aceitável para os cânones da objetividade e neutralidade da profissão fundamentada nos padrões estadunidenses de notícia surgidos no século XIX, levariam a uma tragédia social:

Uma história tão realista que vê através de tudo arrisca convencer as pessoas que a política é uma farsa, o governo uma piada, a retórica um logro, a liderança uma ilusão, a mudança uma miragem. Este é um jornalismo que, ao alcançar os êxitos, torna-se derrotista e se auto-anula – em uma palavra – absurdo. Pois, se todas estas coisas são verdadeiras, nós não precisamos jornalistas e seus relatos diários. Na verdade, nós não precisamos de política de nenhuma forma, porque o sistema está

³¹ O profissional relatado neste contexto é aquele repórter trabalhando sob a égide do jornalismo fundamentado na possibilidade de uma narrativa objetiva da realidade, centrado nas notícias factuais, conforme idealizado no movimento da *penny press* nos Estados Unidos, e espalhado, muitas vezes, como referência da prática jornalística eficiente.

claramente fora do nosso controle³² (ROSEN, 2000, p. 48, tradução da autora).

O que está em questão aqui é a necessidade dos jornalistas refletirem sobre as consequências de seu próprio trabalho e reformulá-lo, se for preciso, para construir um clima público mais saudável (ROSEN, 2000, p. 4) e a percepção de que a prática jornalística não é uma só – existem diversas práticas que incorporam características de formas de jornalismo surgidas no decorrer da história. Schudson (2003, p. 109) já atentara para a diferença de duas eras do jornalismo, uma em que o repórter era um indivíduo com uma missão e outra em que, apesar de assumir uma função de imparcialidade, o repórter tem uma missão e responsabilidade coletiva. O jornalismo público busca recuperar características daquela primeira fase do jornalismo e considera que o caminho traçado pela idealização da objetividade e imparcialidade como cânones da prática jornalística levou ao fracasso desta prática. Ao se observar o percurso histórico do jornalismo, é possível compreender o contexto a partir do qual emergiu esta forma de jornalismo que busca construir meios para conformar uma esfera pública ativa na sociedade democrática.

O século XX trouxera a consolidação das corporações jornalísticas, a revolução tecnológica da radiodifusão e, mais recentemente, a revolução das redes digitais, depois de séculos de um jornalismo político, partidário e pessoal. A prática que começou artesanal, voltada para o lucro, depois se tornou instrumento de luta política e, por fim, passou por uma revolução que a tornaria um dos principais poderes da sociedade democrática burguesa (HABERMAS, 2003). No século XIX, mudanças exigiram que o jornalismo se tornasse mais uma vez lucrativo, já que os investimentos políticos não seriam mais a principal fonte de receita dos periódicos. Surge, então, uma imprensa de massa com dupla característica, noticiosa e empresarial (SOUSA, 2008, p. 43). Através da adoção do não-partidarismo se torna possível associar interesses comerciais com a imprensa e buscar financiamentos na economia capitalista emergente (SPONHOLZ, 2009,

³² Original em inglês: “A story so realistic that it sees through everything risks convincing people that politics is a farce, government a joke, rhetoric a sham, leadership an illusion, change a mirage. This is a journalism that by succeeding becomes defeatist and self-canceling - in a word - absurd. For if all these things are true we don't need journalists and their daily reports. In fact, we don't need politics at all because the system is clearly beyond our control”.

p. 56, SCHUDSON, 1978, p. 21). Uma independência que poderia tomar feições até mesmo de indiferença à política (SCHUDSON, 1978, p. 21). A *penny press*, como foi chamada esta nova imprensa, diferenciando-a da *party press*, a imprensa partidária anterior, surgiu no contexto da emergência do igualitarismo quando ocorria a propagação das ideias democráticas na sociedade dos Estados Unidos e a passagem de uma economia de subsistência rural à de mercado (SPONHOLZ, 2009, p. 55). Seu modelo generalista, com a separação entre fatos e opinião, passa a ser considerado uma especialidade técnica, e suas soluções normativas, discursivas e funcionais influenciariam o jornalismo em todo mundo (SOUSA, 2008, p. 43, p. 44). Com a invenção do telégrafo, renova-se o conceito de atualidade, ocorre uma adoção da linguagem telegráfica e os bastiões da profissão jornalística surgem: o lide jornalístico, a técnica da pirâmide invertida, os procedimentos de objetividade, resultando na autonomização dos jornalistas e na emergência de uma cultura e ideologia profissional (SOUSA, 2008, p. 44). Se a *party press* ignorava as classes populares e era voltada, a princípio, para os ricos negociantes (TUCHMAN, 1978), com a *penny press* esse quadro não era muito diferente: ambas eram caras, e os jornais não eram vendidos por unidade, mas por assinatura, o que tornava seu custo elevado para o trabalhador urbano comum e a circulação baixa: “A leitura de jornais se limitava a elites mercantis e políticas; não é de admirar, então, que o conteúdo do jornal estivesse limitado ao comércio e à política³³” (SCHUDSON, 1978, p. 15, tradução da autora). O racionalismo e igualitarismo da democracia jacksoniana eram pensados para o homem branco e protestante. Aquele “todos” a quem a *penny press* se direciona é a nova classe trabalhadora urbana da qual estão excluídos índios, negros, migrantes e mulheres (SPONHOLZ, 2009, p.56).

Ida Wells, militante negra do final do século XIX, surge, neste contexto, através do jornal *Free Speech* do qual ela era coproprietária, apontando o caráter parcial e discriminatório dos jornais de maior circulação nos EUA (DEMENECK, 2009, p. 65, 119) e influenciando a agenda pública estadunidense, ao denunciar a violência dos linchamentos a partir da perspectiva de uma mulher negra: “Seu esforço primário não era realmente mudar a lei (...). Seu principal objetivo era, em vez disso, intervir audaciosamente no discurso público e mudar a

³³ Original em inglês: “Newspaper readership was confined to mercantile and political elites; is it no wonder, then, that newspaper content was limited to commerce and politics”.

opinião pública de forma que a aplicação da justiça social para todos pudesse prevalecer³⁴” (ROYSTER, 1997, p. 40, tradução da autora). Wells ilustra, em sua crítica à parcialidade dos jornais da época, os primórdios da crise de credibilidade que assolaria a imprensa no final da década de 80 do século XX, com quedas significativas de leitura e resultados negativos em pesquisas de opinião, em parte consequentes da falta de enraizamento local da imprensa (EKSTEROWICZ, ROBERTS, CLARK, 2003, p. 88, MESQUITA, 2003, p. 21, p. 25, TRAQUINA, 2003, p. 09).

Diante dessa crise, o jornalismo público acrescenta à história do jornalismo uma tentativa de trazer a prática de volta para sua missão: “O discurso jornalístico não pode transformar o mundo em algo externo porque como instância da práxis somente tem sentido enquanto acontecimento do ser-no-mundo, que para possuir qualquer tipo de significação exige a participação ativa do público” (MACHADO, 1992, p. 167). O jornalismo público busca garantir que as pessoas exerçam plenamente sua cidadania, ao mesmo tempo em que recupera a credibilidade da prática jornalística (SCHAFFERa, on-line, SCHAFFERb, on-line). Desta vez, não uma credibilidade vinculada à neutralidade, afastamento, objetividade, imparcialidade – as palavras de ordem do jornalismo da *penny press*. Mas sim à democracia, participação, cidadania, deliberação e vida pública (ROSEN, 2000, p. 32-33).

Não se pretende aqui esgotar a discussão que envolve conceitos canônicos do jornalismo como credibilidade, objetividade e imparcialidade, mas apenas apontar como o jornalismo público trouxe contribuições para a compreensão da prática jornalística e novos olhares sobre seus métodos em um momento de crise. O jornalismo público desenvolveu uma reflexão sobre os benefícios e limites da prática jornalística a partir do patrimônio teórico e empírico já estabelecido e buscou alternativas dentro da estrutura do jornalismo. É a partir desta compreensão da possibilidade de mudanças e das múltiplas facetas possíveis ao jornalismo que o jornalismo público desenha uma crítica que nasce de dentro da prática e tenta reformulá-la. Embora uma das principais críticas feita ao movimento seja sua suposta inviabilidade prática, questionando-se como as redações já tão sobrecarregadas incorporariam novos procedimentos (TRAQUINA, 2003, p. 16), isto

³⁴ Original em inglês: “Her primary effort was not really to change the law (...) Her chief purpose was instead to intervene boldly in public discourse and to change public opinion so that the application of justice for all could prevail”.

não invalida a tentativa louvável, pela sua necessidade, de propor sugestões para a atuação do profissional jornalista e construção de uma relação frutífera para democracia do jornalismo com o público.

Os movimentos da comunicação comunitária e jornalismo participativo, ao criticarem a comunicação massiva e o jornalismo tradicional, encontram a saída para seus problemas na mudança de autores e pluralidade de vozes, sem problematizar como essa nova narrativa seria construída, em que medida se aproximaria ou afastaria da narrativa jornalística já estabelecida ou como esses novos atores sociais procederiam em sua prática. Reflexões que o movimento do jornalismo público desenvolve, apesar das críticas de que manteria uma agenda centrada nos interesses da organização e de que apenas pacificaria o público leitor com o objetivo de manter o antigo *modus operandi*³⁵ (BOWMAN, WILLIS, 2003, p. 09, BRUNS, 2005, p. 23-24). Ao analisar cibermeios colaborativos³⁶, Bruns apresenta como vantagem, perante o modelo ainda centralizado do jornalismo público, o contexto participativo gerado pela internet, onde cidadãos comuns podem produzir e editar informações. O jornalismo cívico é abordado por Bruns (2005, p. 23, tradução da autora) como um evento recente em alguns jornais e *websites* estadunidenses nos quais se buscava “refletir uma

³⁵ Para alguns dos mentores teóricos do jornalismo participativo, o jornalismo público, ao apresentar soluções exercidas pelos editores e jornalistas em seus próprios meios, portanto centralizadas, não passaria de uma tentativa de pacificar o leitor e manter o jornalismo tradicional e seu *modus operandi* e não responderia às necessidades atuais da audiência (BRUNS, 2005, p.22-23, BOWMAN; WILLIS, p. 09). Não era esta a proposta original do jornalismo cívico. Rosen (2000, p. 74) levanta-se não somente contra um jornalismo fatalista perante as dificuldades da vida pública, mas também contra as estratégias de construir credibilidade da profissão jornalística e expandir a leitura dos jornais que não levem em consideração a necessidade de reengajar os cidadãos nos assuntos públicos e na vida em comunidade. O autor critica o que ele chama de usos oportunistas do termo ‘jornalismo público’ por grandes organizações midiáticas enquanto forma de autopromoção.

³⁶ Axel Bruns (2005) analisa as estruturas colaborativas das plataformas *Indymedia*, *Slashdot*, *Wikipedia*, *MediaChannel*, *Plastic*, *Kuro5hin*, estudando o nível de abertura na entrada, edição, saída e resposta da informação. Os estágios de saída (*output stage*), de entrada (*input stage*) e resposta ou comentário (*response stage*) são identificados para analisar o estado colaborativo de cada uma daquelas plataformas. Estes seriam os portões onde a informação circula; o nível de abertura em cada um desses portões caracterizaria, segundo o autor, um produto jornalístico, um cibermeio e uma plataforma informativa como mais ou menos colaborativos.

gama mais ampla de visões públicas sobre questões específicas através de mudanças nas abordagens da pesquisa e dos relatos dos jornalistas³⁷”.

A perspectiva que se adota neste trabalho é a de que a facilidade na construção de narrativas diversificadas devido ao barateamento dos meios de produção e distribuição da informação cria novas vias para alcançar os objetivos traçados pelo jornalismo público. Bowman e Willis já reconheceram que a conversação e diálogos idealizados pelo jornalismo público são características fundadoras do jornalismo participativo (BOWMAN, WILLIS, 2003 p. 09). Após o *boom* do movimento na década de 90 do século passado, em uma análise recente, Witt (on-line) também observa o encontro destes fenômenos: “Muito do que os jornalistas públicos ou cívicos estavam lutando tanto para realizar, por mais de uma década, em maior parte de dentro dos meios noticiosos, está sendo repentinamente empurrado sobre todos os meios noticiosos a partir do lado de fora à velocidade da luz³⁸”.

1.3 A internet e o jornalismo participativo

A tentativa de entender a produção de informação colaborativa da rede e de abarcar os atores, as formas de produção e os produtos emergentes levaram à criação de muitos nomes e conceitos. O jornalismo participativo ou cidadão é “a criação e implementação de mecanismos que possibilitem envolver o público em diferentes etapas dos processos de coleta, criação, análise e distribuição de notícias” (HOLANDA et al, 2008, p. 261) ou ainda “qualquer forma de participação da audiência vinculada à atualidade informativa, desde o envio de comentários (fóruns, espaços abaixo da notícia, blogues, enquetes) até a produção de material noticioso (foto, vídeo, textos)³⁹” (MESO; PALOMO; DOMINGO, 2008, p. 247, tradução da autora). O conceito de *open news* (notícias abertas) está diretamente relacionado

³⁷ Original em inglês: “*Public journalism* aims to more accurately reflect a wider range of public views on specific issues through changes in the research and reporting approaches of journalists.”

³⁸ Original em inglês: “Much of what public or civic journalists were struggling so hard to accomplish for more than a decade from mostly within the news media is suddenly being thrust upon the entire news media from the outside at lightning speed.”

³⁹ Original em espanhol: “cualquier forma de participación de la audiencia vinculada a la actualidad informativam desde el envío de comentarios (em foros, espacios al pie de las noticias, weblogs, encuestas) hasta la producción de material noticioso (fotos, vídeo, texto).”

com *open source* (código-aberto) do movimento de *software* livre, associado ao “método bazar” do modelo de funcionamento do *software* Linux em oposição ao “método catedral”, modelo preponderante na esfera comercial, descreve Raymond⁴⁰ (on-line). O método bazar e a lógica do código aberto são marcados por uma “lógica da dádiva” onde existe uma ambiguidade nas trocas, caracterizada pela fórmula de dar, receber e retribuir (APGAUA, 2010, p. 84).

Open publishing (publicações abertas) seria a publicação de notícias onde todos os estágios (entrada, saída e resposta) estariam abertos para o usuário, sem intervenção de nenhum editor; onde existe o encorajamento para a produção de informação original sem publicar material de outros cibermeios jornalísticos (BRUNS, 2005, p.65). O conceito de *multiperspectival news* (notícias com múltiplas perspectivas) foi desenvolvido por Herbert Gans no final da década de setenta do século XX para descrever notícias que representem tantas perspectivas quanto for possível e factível, englobando fato e opinião, e recuperado para explicar as notícias participativas (GANS, 2003, p. 103, BRUNS, 2005, p.25, FOLETTTO, 2009, p. 115). O *peer-to-peer* ou *p2p journalism* (jornalismo de pares a pares) está fundamentado na ideia da produção entre pares e não pode ocorrer onde houver um editor. Nesses sistemas, os usuários interagem diretamente entre si, sem um intermediário forte (BRUNS, 2005, p. 121). Cabe mencionar o conceito de jornalismo como sistema defendido por Fontcuberta e Borrat (2006) como necessário para atender às demandas de uma sociedade complexa, por realizar uma coerência dos conteúdos, em oposição ao jornalismo de mosaico, o qual reflete a condição pós-moderna caracterizada pela: fragmentação e ausência de relatos maiores para explicar o mundo; ecletismo e perspectivismo relativista; busca constante por novidade; humor irônico (FONTCUBERTA; BORRAT, 2006, p.39-40). *Networked journalism* (jornalismo conectado) seria um jornalismo onde múltiplas plataformas midiáticas, aliadas a uma relação interativa com a

⁴⁰ Um dos precursores do movimento de código-aberto, Eric S. Raymond viria a ser uma das principais referências para Linus Torvalds criar o *Linux*, com base em seus sistemas operacionais *Unix* e *GNU* (APGAUA, 2010, p. 84, RAYMOND, on-line). Raymond descreve o estilo de desenvolvimento de Linus Torvalds como: “libere cedo e frequentemente, delegue tudo que você possa, esteja aberto ao ponto da promiscuidade” e manifesta sua surpresa diante do fato de que o *software Linux* não somente não se desfez em confusão como se fortaleceu em uma velocidade inimaginável para os construtores do método catedral (RAYMOND, on-line).

audiência, facilitariam a entrada dos cidadãos na esfera pública (DEUZE; BARDOEL, 2001 BRUNS, 2005, p. 05). No jornalismo *pro-am* (DOCTOR, 2010, BELOCHIO; ZAGO, 2010), profissionais e amadores trabalhariam juntos na composição de um produto jornalístico.

Os blogues, pela usabilidade e gratuidade, seriam um dos meios mais utilizados na ascensão do público como produtor de informação. Capazes de alcançar uma audiência massiva (KING, 2010, p. 212), impõem desafios à prática jornalística, que vão desde sua função de *gatewatching*⁴¹ (ORIHUELA, 2006, p. 137), até a expansão das fronteiras da linguagem para se transmitir informação credível: o novo meio⁴² traz o apelo à autenticidade, ao entusiasmo e à informalidade (RETTBERG, 2008, p. 101, ORIHUELA, 2006 p. 12) em um momento em que o jornalismo padronizado e formal perde tanto em público quanto em credibilidade (ROSENBERG, 2009, p. 272). Não faltam relatos, nos estudos da blogosfera⁴³, de momentos em que os blogueiros afetaram a prática jornalística: algumas vezes pautaram o jornalismo tradicional (CASTANHEIRAS, 2004, p. 26), em outros momentos obrigaram a organização jornalística a se retratar perante a comprovação da falsidade de um relato noticioso (RETTBERG, 2008, p.108, ROSENGERG, 2009, p. 208); outras vezes, serviram de informação para os próprios jornalistas, ou proveram coberturas mais abrangentes sobre os acontecimentos do que aquelas fornecidas pelos meios tradicionais (ROSENBERG, 2009, p. 271, p. 284). Por fim, os blogues foram incorporados pelo jornalismo e adequados à deontologia própria desta prática no formato do blogue jornalístico (FOLETTTO, 2009, p. 54).

Se a televisão e o rádio fizeram a humanidade dar um primeiro passo para fora da cultura escrita da era Gutenberg, como preconizava o

⁴¹ O conceito de *gatewatching* remete ao tradicional *gatekeeper* do jornalismo e ressalta que, na internet, qualquer cidadão pode acompanhar a informação produzida por organizações jornalísticas e outras fontes, comentá-la e gerar *links* para conectar internautas a estas fontes (BRUNS, 2005, p. 12, p.19).

⁴² Orihuela (2006, p. 65) define os blogues como um meio que, a partir do suporte da web, desenvolve uma linguagem própria e transforma a cultura.

⁴³ A primeira vez que os blogueiros teriam se dado conta de que formavam um grupo com práticas semelhantes, uma comunidade de pessoas interligadas em uma comunidade distinta, teria sido em 1998 (ROSENBERG, 2009, p. 85). A blogosfera é composta não apenas pelo conjunto dos blogues, mas também pela cultura gerada pelos blogueiros: os usuários reconhecem o universo dos blogues como um todo interconectado (ORIHUELA, 2006, p. 31, BRUNS, 2005, p. 202).

padre, filósofo e professor estadunidense, Walter Ong, em seu clássico livro “Oralidade e Cultura Escrita: A tecnologização da palavra” (1982), a internet e os blogues prometem o avanço em mais alguns passos para fora do parêntese de Gutenberg: levando as produções simbólicas para além das criações originais, individuais e autônomas e dos autores orgulhosos pelas obras individuais, na direção da reformulação, recontextualização e apropriação de conteúdos⁴⁴ (PETTITT, on-line). Deixando para trás o isolacionismo e o silêncio trazido pela possibilidade de cada indivíduo ter e ler o seu próprio livro, os blogues reacordam a imediaticidade, a informalidade e sociabilidade das culturas orais (RETTBERG, 2008, p. 33). A mesma ideia está presente no conceito de Jenkins (2009, p. 329) de cultura de convergência: “Aqueles que um dia foram considerados ‘leitores solitários’ são hoje os ‘consumidores inspiradores’ de Kevin Roberts. A participação é vista como uma parte normal da operação da mídia, e os debates atuais giram em torno das condições dessa participação”. Mas os blogues possuem como insígnias a independência, subjetividade, liberdade editorial e a interatividade (ORIHUELA, 2006, p. 37, RETTBERG, 2008, p. 92, LASICA, on-line) e não a busca pela verdade: “Existe uma busca pela verdade nos blogues. Mas é uma verdade com uma interrogação. A verdade se tornou um projeto amador, não um valor absoluto, sancionado por autoridades superiores⁴⁵” (LOVINK, on-line, tradução da autora). Os blogues podem ter muitas funções e, entre estas, a jornalística, podendo mesmo ser realizada com mais rigor do que alguns produtos institucionais. Mas podem ser também um experimento que não informa ao público sobre sua natureza, como foi o *lonelygirl15*. Ou uma farsa, como foi Kaycee Nicole. O blogue ainda pode ser uma forma de massificação da internet, que reduziria o potencial de mudança da rede de computadores a um formato padrão composto por publicação cronológica, links e reflexões pessoais (LOVINK, on-line).

⁴⁴ O Instituto de Literatura, Mídia e Estudos Culturais da Universidade do Sul da Dinamarca (Institute for Literature, Media and Cultural Studies, University of Southern Denmark) mantém o Fórum de Pesquisa dos Parênteses de Gutenberg (GUTENBERG PARENTHESIS RESEARCH FÓRUM, on-line) onde podem ser encontrados diversos artigos sobre esta abordagem. O fórum é coordenado pelos professores Lars Ole Sauerberg e Marianne Børch.

⁴⁵ Original em inglês: “There is a quest for truth in blogging. But it is a truth with a question mark. Truth has become an amateur project, not an absolute value, sanctioned by higher authorities.”

Ao observar os marcos globais do jornalismo participativo na internet é possível perceber mais uma vez a interseção entre os meios de comunicação participativos e a cobertura dos meios tradicionais, assim como as fragilidades de ambos os formatos. Nestes exemplos, é possível perceber que, por um lado, o jornalismo tradicional se mostrou, em alguns momentos, incapaz de ‘estar no local certo na hora certa’ ou de fornecer uma cobertura imparcial, mas os meios participativos também demonstraram instabilidades. A batalha de Seattle⁴⁶ em 1999 levou à criação do *Indymedia* para cobrir o evento diante da parcialidade das coberturas das organizações jornalísticas ao relatar as repressões aos protestos civis; os atentados a bomba no metrô de Londres e o furacão Katrina, em 2005, quando cidadãos comuns ajudaram a alimentar cibermeios de organizações jornalísticas como a *British Broadcast Corporation* (BBC) ou se tornaram, através de blogues atualizados por telefone celular, a principal fonte de informação mesmo para as forças de resgate, enquanto equipes de jornalistas evacuavam os prédios de jornais ou estavam impossibilitadas de se locomover (ALLAN, 2006, p. 157-160); o jornal on-line coreano *OhMyNews*⁴⁷ e o *Wikinews* são outras referências iniciais que acreditaram no potencial das colaborações cidadãs para relatar os acontecimentos (ALLAN, 2006, p.121-142). Nas publicações dos cibermeios participativos, Allan reconhece falhas em executar um relato verídico da atualidade tais como lapsos de informação, com fatos importantes não sendo cobertos pelos colaboradores devido a falta de uma rotina estabelecida no processo produtivo, e a publicação de informações falsas.

As plataformas participativas buscam uma forma de unir os algoritmos do ciberespaço, a diversificação de vozes e a expertise jornalística. Mas parece que uma “fórmula” definitiva ainda não foi encontrada. São meios em constante transformação. Limites entre os interesses individuais, confronto entre interesses dos usuários entre si e

⁴⁶ “A Batalha de Seattle” foi como se tornaram conhecidas as manifestações que reuniram 40 a 100 mil pessoas durante o encontro da Organização Mundial do Comércio (OMC), em 30 de novembro de 1999. Os manifestantes protestavam contra os avanços das políticas neoliberais lideradas pela Organização. Houve ostensiva repressão policial, com o Departamento de Polícia de Seattle utilizando spray de pimenta, bomba de gás lacrimogêneo, granadas de percussão e balas de borracha contra os manifestantes (WIKIPEDIA, on-line).

⁴⁷ Em 1º de agosto de 2010, *OhMynews* cancelou suas atividades como cibermeio colaborativo e foi criado o blogue *Ohmylife!* (WIKIPEDIA, on-line).

com os editores, às vezes, podem delinear um meio difuso e ideologicamente confuso, onde a imprevisibilidade da participação gera tanto quebras de fornecimento de informações quanto realiza o potencial de uma iniciativa coletiva (CHAN, 2002, p. 150-151). Entre as soluções propostas para tornar as informações dos meios participativos confiáveis, Gillmor (2004), considerado um dos mentores intelectuais do jornalismo participativo, defende a importância do editor para garantir a qualidade do trabalho: o jornalista pode aprender com o jornalismo participativo a importância de servir à confiança do público, e a escutar a sabedoria que o leitor tem, mas não deve ser dispensado (GILLMOR, 2004, p. 135, p. 151). Machado (on-line), ao analisar três formas possíveis de edição no ciberespaço (compartilhada, revisão aberta e edição aberta⁴⁸) atenta para uma diversificação dos sistemas de edição e das mediações neste novo espaço midiático. Em vez de tentar reduzir essa etapa, o autor reconhece na sua complexificação, na incorporação de membros da rede e na radicalização da mediação jornalística uma melhor alternativa.

Como as trocas de informações, de críticas e práticas entre os formatos tradicional e participativo deixam transparecer, não é possível compreender os meios participativos como elementos isolados, sem reconhecer as influências que recebem do jornalismo tradicional. Não se pode esquecer que as notícias ilimitadas e sem fronteiras já foram pressagiadas por Otto Groth, quando descreveu as características ideais do jornal (FIDALGO, 2004, p.13). O suporte on-line traria maior possibilidade para a plena concretização desses conceitos, mas não foi a sua origem.

Da mesma forma, é impossível para o jornalismo ignorar os desafios que estas novas práticas impõem ao modelo institucional e imparcial. A incorporação dos cidadãos enquanto interlocutores e autores da informação e a internet levantam desafios para a prática jornalística: “Tal mudança exige, por sua vez, uma reavaliação das formas tradicionais de pensar sobre os papéis, prática e ética jornalística⁴⁹” (HALL, 2001, p. 5, tradução da autora). Allan (2006, p.

⁴⁸ Enquanto a edição compartilhada mantém o modelo centralizado tradicional do jornalismo, a revisão aberta permite a colaboração de interagentes no processo de revisão, mas o texto é posteriormente editado por profissionais. A edição aberta é, em si, o fim da edição, pois o texto permanece aberto para alterações da comunidade a qualquer momento (MACHADO, on-line).

⁴⁹ Original em inglês: “Such a shift demands in turn a reassessment of traditional ways of thinking about journalistic roles, practice and ethics”.

166, tradução da autora) aponta que “parece haver pouca dúvida – tanto para o olhar dos defensores como dos críticos – o relato cidadão está tendo um profundo impacto sobre as formas, práticas e epistemologias do jornalismo tradicional, desde o nível internacional ao local⁵⁰”. O jornalismo, como uma instituição social, reflete estas mudanças, independente do tempo e velocidades com que as incorpora.

Os meios de comunicação participativos oscilam entre a adoção da expertise jornalística e a criação de uma nova forma de construir narrativas sobre a realidade que supere os limites da prática secular. É essencial entender como são materializados os potenciais e limites dos formatos participativos quando utilizados pelos cidadãos. No próximo capítulo, busca-se analisar como os cibermeios indígenas utilizam este potencial que possui o jornalismo cidadão e a internet de proverem informações sobre esferas da sociedade marginalizadas nas informações dos grandes meios. Estes cibermeios são um exemplo prático da união do ideal dos modelos participativos e da comunicação comunitária de dar voz ao cidadão, ao indivíduo, com independência, com o usufruto da democratização das tecnologias que viabiliza a estrutura para a produção de notícias a partir de dentro da comunidade. As expertises do jornalismo, da comunicação comunitária e das propostas participativas se cruzam na busca pela construção de narrativas que tragam benefícios para as comunidades indígenas.

⁵⁰ Original em inglês: “ There appears to be little doubt – in the eyes of both advocates and critics alike – that citizen reporting is having a profound impact on the forms, practices and epistemologies of mainstream journalism, from the international level to the local”.

CAPÍTULO 2 - CIBER-INFORMAÇÕES NATIVAS: USOS E FUNÇÕES

“A principal ameaça à vida com diversidade é o hábito de pensar em termos de monocultura⁵¹”

Vandana Shiva
(1997, p. 05)

2.1 Presença de povos indígenas na rede

Ao utilizar a internet para informar o mundo sobre os avanços da batalha traçada no México, o movimento zapatista, em 1994, mostrou a demanda dos indígenas mexicanos de Chiapas para atuar no ciberespaço e a potencialidade da utilização dos cibermeios como um instrumento político de luta social pelas comunidades menos favorecidas e minorias étnicas.

No livro *Votâm-Zapata: A Marcha Indígena e a Sublevação Temporária* (BRIDGE; FELICE, 2002), o escritor Marco F. Bridge e o sociólogo Massimo Di Felice discutem o pensamento indígena e as novas formas de conflitos da contemporaneidade e caracterizam setes “deslocações” que diferenciam o Zapatismo dos demais movimentos sociais. A quinta delas, a deslocação “Do Conflito armado para o Comunicativo”, aborda o uso da comunicação como uma ferramenta para alcançar os objetivos do movimento, tornando-o um “conflito sem lugares”. A presença internacional através dos meios de comunicação não foi apenas um subproduto da luta zapatista mas sim uma estratégia derivada do reconhecimento da importância dos meios externos, industriais ou independentes para a visibilidade e influência do movimento, assim como para a segurança dos rebeldes (HALKIN, 2008, p. 164). Os zapatistas incorporaram à guerrilha das montanhas esta forma de luta além das armas e além do local que é a comunicação. É o conflito da sociedade conectada e globalizada; o conflito eletrônico e transnacional, onde o fluxo de comunicação exerce um papel fundamental no diálogo entre as forças locais e globais, revolucionárias e institucionais.

⁵¹ Original em inglês: “The main threat to living with diversity comes from the habit of thinking in terms of monocultures”.

Ao analisar diversas formas de insurgências na sociedade em rede, Castells (1997, p.70, tradução da autora) tem como um dos objetivos mostrar a diversidade de forças de resistência à nova ordem global: “Eles [movimentos sociais] são sintomas de nossas sociedades e impactam as estruturas sociais, com intensidades variáveis e resultados que devem ser estabelecidos através da pesquisa⁵²”. Para o autor, o sucesso do movimento zapatista se deve principalmente à sua habilidade de se comunicar com o mundo e com a sociedade mexicana. Os comunicados escritos bem elaborados e a *mise-en-scène* do Comandante Marcos haveriam desempenhado um papel essencial em estabelecer uma ponte com os meios de comunicação e com a sociedade, tornando o Zapatismo o primeiro movimento de guerrilha a afetar a economia e política mexicana, feito alcançado com a exposição da exclusão social e das corrupções políticas aos olhos do mundo (CASTELLS, 1997, p. 79-80). A estratégia comunicativa incluiu o uso de telecomunicações, vídeos, comunicação mediada por computador e a construção de uma rede internacional de grupos solidários que, juntos, cercavam o governo vigiando e dificultando repressões violentas.

O movimento precursor de Chiapas continua com povos de diversas etnias e localidades. Em pesquisa sobre o contexto informativo, técnico, social e digital da presença indígena brasileira no ciberespaço, Eliete Pereira (2007) aponta que os primeiros registros da participação de indígenas do Brasil na internet são de 2001, e que esta participação expandiu e inclui *sites*, *blogues*, comunidades virtuais e portais. Os dados analisados contabilizaram 37 cibermeios no ano de 2007. O *blogue Sites Indígenas* (on-line) apresenta uma lista de 57 *sites* e *blogues* desenvolvidos por indígenas no território brasileiro.

Em mapeamento de julho de 2011, Renesse identifica 77 cibermeios de autoria de indígenas e/ou parceiros⁵³ (RENESE, 2011, p.

⁵² Original em inglês: “They are all symptoms of our societies, and all impact social structures, with variable intensities and outcomes that must be established by research”

⁵³ A questão da autoria das informações publicadas nos cibermeios considerados indígenas é problematizada por Renesse (2011). O autor reconhece nos discursos dos indígenas durante o 1º *Simpósio Indígena sobre usos de Internet* que muitas vezes quem escreve as informações veiculadas nos cibermeios indígenas estão apenas transmitindo um conhecimento da tribo, da comunidade. Portanto, ele não é considerado o autor do texto, apenas uma mediação entre os autores reais, a sabedoria acumulada do povo e o público que vai acessar aquela informação. Na análise da função “Recircular cibermeios jornalísticos:

51) e 111 pontos de acesso em internet em aldeia indígenas. Muitos desses pontos sofrem pela demora de instalação correta dos aparelhos e falta de manutenção, como no caso dos Ikpeng – índios habitantes do médio Xingu, no Mato Grosso, e de índios da região norte. A viagem do médio Xingu para Canarana, a cidade mais próxima, custa cerca de mil e oitocentos reais, envolve 28 horas de barco e mais 900 quilômetros de estrada. No Amazonas, computadores utilizados pelos índios do povoado Iauaretê, para receberem algum procedimento de manutenção, precisariam ser transportados por uma viagem de um dia e meio no rio Uaupés, que inclui um trecho onde há uma cachoeira e é preciso sair do barco; já para chegar ao Ponto de Cultura na Terra Yanomani seria preciso fretar um voo (RENESSE, 2011, p. 27, p. 28). A distância dificulta a instalação de equipamentos, torna o concerto oneroso ou, às vezes, faz com que os equipamentos demorem tanto para retornar que, quando retornam, depois de ficarem armazenados em condições precárias, descobre-se que já estão quebrados novamente (RENESSE, 2011, p. 26).

Estes exemplos ilustram as dificuldades estruturais enfrentadas pelos projetos que visam inserir computadores e internet em comunidades indígenas. No caso da aldeia de Água Vermelha, no município de Pau-Brasil, visitada durante a pesquisa de campo, onze computadores aguardavam ainda nas caixas a instalação da rede elétrica adequada, enquanto dois computadores estavam disponíveis para o uso dos indígenas⁵⁴. Segundo Santos (2012), na aldeia Caramuru, existe outro ponto de presença que não foi visitado na pesquisa de campo. Na aldeia Bahetá, o cacique Reginaldo Ramos (RAMOS, 2012), principal atuante da rede *Índios On-line* no local, comprou seu próprio equipamento (um computador portátil e modem de internet). Nas aldeias

repetição integral e comentários críticos”, este tópico é desenvolvido com a análise das assinaturas nas publicações.

⁵⁴ Algumas publicações no *IO* discutem a falta de estrutura para acesso à internet nas aldeias. Em 19 de dezembro de 2010, uma publicação intitulada “Precisamos de mais computadores no Centro de Presença” contém texto e vídeo apontando a necessidade de mais equipamentos para atender a comunidade de 900 pessoas da aldeia. Em 07 de maio de 2012, “Telecentro Comunitário chega na Aldeia Água Vermelha”, (não incluído no *corpus* da pesquisa) anuncia a instalação dos onze equipamentos (INDIOS ON-LINEb, on-line). Os computadores aguardaram sete meses para serem instalados, uma vez que, em janeiro, quando foi feita a pesquisa de campo, Titiá (2012) informou que há dois meses tinham recebido os computadores. O ponto de presença é financiado pelo Programa *GESAC* do Ministério da Comunicação.

Jaguapiru e Bororó, na Reserva Indígena de Dourados, o acesso é feito através de um computador disponibilizado na escola da aldeia (GONÇALVES, 2012) e os jovens escrevem para o blogue *AJINDO* a partir da sede da ONG, na cidade de Dourados, a 10 quilômetros da Reserva⁵⁵. Diante destas dificuldades, o que é feito quando, finalmente, os indígenas dispõem de computadores conectados à internet? O que contém os cibermeios indígenas?

A utilização de meios de comunicação por povos indígenas tem motivado diversas pesquisas que investigam, entre outras perspectivas da questão, o uso das novas tecnologias da informação pelos povos indígenas (GALLOIS; CARELLI, on-line, NUNES JUNIOR, 2009), as mudanças culturais causadas pela inclusão digital (MORALES, 2008, PINTO, 2009, SILVA; CAVALCANTE, 2009), o uso de vídeos por povos indígenas (SILVA; COLVERO; RODRIGUES, 2010), rádio comunitária indígena (FREITAS; MATOS, 2009) e, especificamente, a presença indígena no ciberespaço (PEREIRA, 2007; BUCCHIONI, 2009; RENESSE, 2011). A coletânea “Global Indigenous Media: cultures, poetics, and politics” (WILSON, STEWART, 2008) aborda diversos aspectos do uso de tecnologias de informação e comunicação por diversas populações indígenas (nativas) pelo mundo: estética, ativismo, empoderamento, identidade, preservação cultural e novas tecnologias.

A partir de algumas reflexões oferecidas por esses autores e através do estudo dos cibermeios, empreende-se uma dupla análise na busca por compreender fatores sociais e culturais, envolvidos na produção das ciber-informações nativas. De um lado, as declarações dos próprios índios e as respostas aos questionários revelam os objetivos dos indígenas ao produzirem informações para o ciberespaço e alguns dos resultados alcançados; de outro, a análise do conteúdo das publicações dos cibermeios permite observar usos e funções a partir de uma perspectiva externa.

Alguns padrões foram reconhecidos, no que diz respeito à função das narrativas das ciber-informações nativas. A partir destas funções é possível vislumbrar o lugar que as ciber-informações nativas ocupam na vida dos índios individualmente, nas suas aldeias e na comunidade indígena em geral.

⁵⁵ Geralmente o percurso é feito de bicicleta.

2.2 Diários

A exposição de fatos pessoais em blogs é discutida por alguns autores. Em 1994, Justin Hall começaria a partilhar cada detalhe de sua vida, inclusive seus relacionamentos e grande parte de seus pensamentos, muitas vezes por dia, em seu blogue pessoal. A abertura que Hall demonstrou ser possível no ciberespaço colocou desafios na definição dos limites entre as ideias de transparência e autoexposição (ROSENBERG, 2009, p. 17-19). Em 2005, Hall encerraria sua jornada autobiográfica para preservar um relacionamento amoroso. Serfaty (2004), ao estudar os diários pessoais na internet, aponta que estes diários, na verdade, possibilitam satisfazer uma demanda, já existente entre as pessoas antes da internet, por leitores para os escritos pessoais. Os blogs funcionariam ao mesmo tempo como véus e espelhos, revelando algumas características e ocultando outras.

Lovink (on-line) atenta para o perigo de confundir empoderamento com exibicionismo em uma época em que “dizer em voz alta o que você pensa ou sente, no legado de Sade, não é apenas uma opção – no sentido liberal de ‘escolha’ – mas uma obrigação, um impulso imediato de responder, a fim de estar lá fora com todo mundo⁵⁶”.

Ao analisar o blogue *Diários*, uma produção vinculada ao cibermeio *Índios On-line* (on-line), Bucchioni (2009) pontua que este blogue não apresenta o compartilhamento de informações pessoais e que, apesar do nome, caracterizá-lo como um diário íntimo seria reducionista perante a ação comunicativa que ali se apresenta. Isto porque este cibermeio não possui um conteúdo característico da esfera privada e, referente ao processo de produção, é uma construção de vários sujeitos, uma narrativa coletiva, intuito manifesto no próprio nome em plural. A autora identifica “relatos fragmentados dos mais variados temas que, vistos em conjunto, corporificam uma identidade” (BUCCHIONI, 2009, p. 10). De maneira similar, nas ciber-informações nativas analisadas existem poesias, relatos de encontros entre pessoas e de impressões pessoais, semelhantes àquelas que caracterizam o blogue diário (OLIVEIRA, 2002), mas que vão em direção contrária à pura exposição da vida pessoal. Em geral, buscam apresentar um caráter social dentro destes relatos individuais.

⁵⁶ Original em inglês: “Saying aloud what you think or feel, in the legacy of De Sade, is not only an option – in the liberal sense of ‘choice’ – but an obligation, an immediate impulse to respond in order to be out there, with everybody else”.

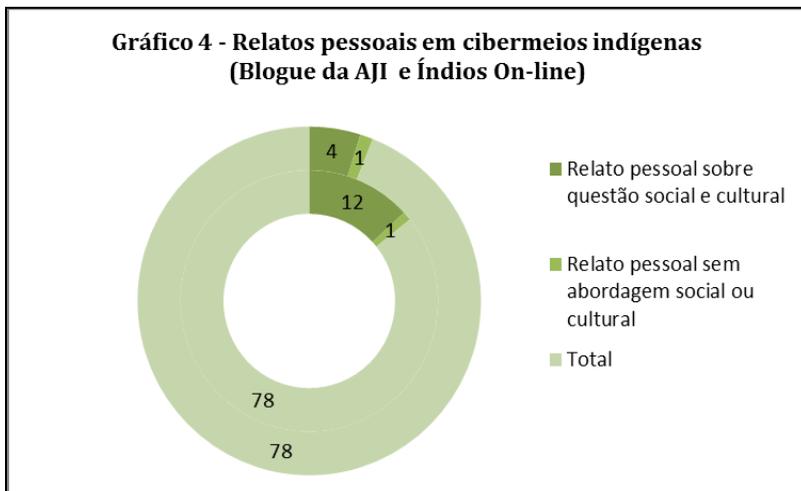
Estes relatos abordam questões sociais e culturais juntamente com as impressões pessoais. Um exemplo são os comentários sobre vídeos assistidos no projeto *Vídeo nas Aldeias* que foram considerados como relatos pessoais, pois são depoimentos dos adolescentes indígenas sobre os filmes repetidos na íntegra⁵⁷. Mas estes textos trazem uma ampla perspectiva em que, a partir da descrição da experiência pessoal, é possível perceber reflexões dos indígenas sobre a própria cultura e as diferenças entre aldeias e povos. No gráfico 4 é possível dimensionar a presença das publicações com o caráter de diário: de 78 textos analisados em cada um dos cibermeios, 13 e 05, no blogue *AJINDO* e no portal *IO*, respectivamente, foram caracterizadas como “relatos pessoais”. Destas, apenas uma publicação em cada cibermeio é caracterizada pela exposição de uma opinião ou impressão pessoal apenas, e não possuía questões sociais e/ou culturais como foco ou contexto. No blogue *AJINDO*, a publicação “AMIGOS”⁵⁸, embora contenha fotos da manifestação “Acampamento Terra Livre” que possui objetivos políticos, menciona o encontro como um lugar que cria possibilidade para fazer amizades. Aqui, de maneira oposta à tendência geral, um caráter pessoal é inculcido a um evento originalmente de natureza social e política. No portal *Índios On-line*, a publicação “Festa dos netos de Makunai’mî -(2)”⁵⁹ é o registro de fotos de uma festa pessoal⁶⁰.

⁵⁷ Publicações no blogue *AJINDO*: “Comentário sobre o filme ‘O Espírito da TV’” (16 de abril de 2008), e “Comentários sobre o filme ‘Nguné Elü – O dia em que a lua menstruou’” (14 de abril de 2008).

⁵⁸ Publicada em 22 de abril de 2008

⁵⁹ Publicada em 30 de abril de 2010.

⁶⁰ Um comentário crítico, de linguagem vulgar, é feito na publicação. Como muitas publicações no *Índios On-line* possuem comentários que parabenizam o autor pela importância do que está sendo narrado para a melhoria das condições de vida da comunidade e luta indígena, supõe-se que foi feita uma repreensão devido à má utilização ou por uma questão pessoal de desavença com o autor. O conteúdo do comentário não deixa claro se esta suposição está correta. O que é evidente é que narrativas que apenas expõem a vida pessoal, tornando a portal semelhante a uma rede social, são uma exceção, não se enquadrando no perfil deste cibermeio.



Fonte: autora

Também as poesias escritas pelos jovens consideradas como “relatos pessoais”, em geral, tratam da realidade indígena, das dificuldades enfrentadas na vida na aldeia e dos receios com o futuro perante esta realidade. “Crianças perdidas” aborda o desamparo das crianças indígenas diante da ausência dos pais; “Queria ser”⁶¹ trata da relação do índio com a própria cultura e da luta indígena; “Dia do Índio” traz um pedido pela paz em prosa, seguido da poesia “Ser Índio” que aborda o que significa ser índio⁶²; e a poesia da escritora indígena argentina Tuby Carboni, “Herencia Incandescente”⁶³, trata um tema constante na cultura indígena – a herança dos antepassados:

Escuro avô nosso
reclamamos a herança incandescente
juramos compartí-la, irmão a irmão
as mãos juntas
para guardar a inextinguível luz de tua semente
porque somos filhos dos rios
porque somos os filhos de teus filhos,
pela graça de Deus

⁶¹ As últimas duas poesias foram publicadas no blogue *AJINDO* no dia 1º de abril de 2011.

⁶² Publicação do blogue *AJINDO* no dia 16 de abril de 2008.

⁶³ Publicação no portal *Índios On-line*: “Poema de una hermana charrúa minuán” (21 de abril de 2007).

e para sempre⁶⁴
(ÍNDIOS ON-LINED, on-line, tradução da autora).

Estes exemplos buscam demonstrar que, nas ciber-informações nativas, existem relatos de caráter pessoal, mas as questões pessoais ou autobiográficas perdem o foco para uma abordagem de dimensão social e cultural, que é umas das principais funções desempenhadas pelas ciber-informações nativas, como se observa a seguir.

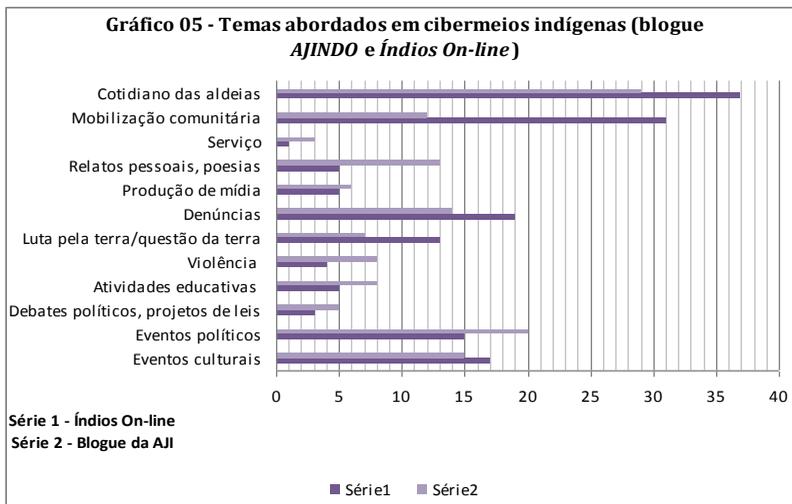
2.3 Participação política, controle do poder e incorporação da cultura democrática

Quando se trata da inserção dos indígenas na “era digital” surge uma preocupação com a expansão das desigualdades já existentes. É uma preocupação relevante já que entre os povos indígenas estão uma grande quantidade de pobres, analfabetos e desempregados: “enquanto eles constituem cerca de 5 por cento da população do mundo, os povos indígenas representam 15 por cento dos pobres do mundo⁶⁵” (UNITED NATIONS, 2009. p. 21, tradução da autora). Um dos perigos reside em denominar de “exclusão digital” as diferenças estabelecidas nesta sociedade e, assim, restringir a compreensão da exclusão a qual estão submetidas populações empobrecidas e marginalizadas (GINSBURG, 2008, p. 293).

Mas é exatamente lutar contra essa ampla exclusão social e privação de direitos básicos que tem sido a principal função aplicada a essas tecnologias pelos povos indígenas. As ciber-informações nativas são utilizadas pelos índios para lidar com as questões sociais e culturais que envolvem a vida de suas comunidades há séculos e também agora, na “era digital”. No gráfico 5 é possível identificar os principais temas abordados nas publicações destes cibermeios.

⁶⁴ Original em espanhol: “Oscuro abuelo nuestro: reclamamos la herencia incandescente. Juramos compartirla, hermano con hermano, las manos juntas, para guardar la inextinguible luz de tu simiente. Porque somos los hijos de los ríos, porque somos los hijos de tus hijos, por la gracia de Dios. Y para siempre”.

⁶⁵ Original em inglês: “while they constitute approximately 5 per cent of the world’s population, indigenous peoples make up 15 per cent of the world’s poor”.



Fonte: autora

No portal *Índios On-line*, as publicações abordam, em primeiro lugar, denúncias (dezenove publicações), seguidas de eventos (dezessete eventos culturais e quinze políticos) e treze publicações sobre a luta pela terra. No blogue *AJINDO*, a maior quantidade de publicações aborda eventos políticos (vinte), seguidas de eventos culturais (quinze), denúncias (quatorze) e relatos pessoais (treze). É importante destacar que os itens “Mobilização Comunitária” e “Cotidiano nas aldeias” são considerados temas que intersectam os outros temas, pois publicações que tratem de violência e eventos, por exemplo, podem se referir a acontecimentos do cotidiano da aldeia ou não (como foi verificado no gráfico 2), da mesma forma que publicações abordando eventos políticos e denúncias também podem apontar elementos de mobilização comunitária. Dois elementos, mobilização e o cotidiano das aldeias, são preponderantes no portal *Índios Online* (40% e 47%, respectivamente). Enquanto que, no blogue *AJINDO*, os temas preponderantes são o cotidiano das aldeias (37%) e eventos de conotação política (25%).

Observa-se que a luta pelos direitos indígenas recebe destaque nestes cibermeios. No primeiro, a mobilização, as denúncias e a questão da terra são os assuntos mais abordados. No *AJINDO*, destacam-se os relatos sobre eventos e as denúncias, entre os três mais abordados. Esta tendência está refletida também na quantidade de publicações denunciando alguma ocorrência dentro da comunidade ou relativa aos povos indígenas: 17,94% no caso do blogue *AJINDO* e 25,64% no

portal *Índios On-line*. No blogue *AJINDO*, especificamente, devido ao alto nível de suicídio, latrocínios e abuso de crianças dentro da Reserva Indígena de Dourados, a violência está presente em 10,25% das publicações⁶⁶. No caso do *Índios On-line*, a proporção é menor: 5,12% (quatro publicações), sendo que três destas publicações são relatos de violência relativos à disputa por terra.

Apesar destes números, os integrantes do blogue *AJINDO* diferem do portal *Índios On-line* ao declararem buscar por uma isenção política. Enquanto o portal é utilizado declaradamente como uma ferramenta de luta política pelos índios on-line, o blogue tem como proposta editorial não se envolver politicamente, buscando manter uma postura de apartidarismo. Embora o *Índios On-line* não manifeste uma política vinculada a partidos, mas sim à causa indígena como um movimento, a *AJI* define a política como relacionada a partidos políticos e busca dela isentar-se:

Porque a gente não tem partido político. A gente é independente. E não queremos nos aliar a nenhum deles porque, pelo que conhecemos, grande parte deles são corruptos. E a gente quer ter uma cara limpa (...)

Pergunta: O jornalista escreve um texto e vai embora. Mas quando você está dentro da comunidade escrevendo e você mora ali dentro, as pessoas podem gostar e podem não gostar. Já houve alguma reação da comunidade com relação a alguma publicação?

Tá aí uma questão porque a gente não toma nenhum partido político, por isso a gente não tem medo. Mas já teve sim um caso onde a gente escreveu sobre uma escola que eu não posso dar o

⁶⁶ A Reserva Indígena de Dourados enfrenta problemas tais como: morte por desnutrição de crianças, um alto número de suicídio entre jovens, violência nas estradas (latrocínios utilizando facão, a ferramenta de trabalho agrícola, como arma). O pequeno grupo de 170 indígenas guarani kaiowá habitantes das margens do rio Hovy, no município de Iguatemi, no estado de Mato Grosso do Sul, que tocou a opinião pública (BRUM, on-line), embora não seja habitante da Reserva, revela um pouco das condições de vida dos indígenas em Mato Grosso do Sul. O grupo escreveu uma dramática carta em que solicita “ordem de extermínio” em vez de despejo de suas terras: “ao governo e à Justiça Federal para não decretar a ordem de despejo/expulsão, mas solicitamos para decretar a nossa morte coletiva e para enterrar nós todos aqui” (SILVA, on-line).

nome, e que a escola não abriu o espaço que era para ser aberto para a comunidade, que é o espaço de informática. Receberam doação de vários computadores, mas eles fechavam. Mas era para a comunidade. A gente elaborou um texto e publicou. Eles acharam ruim, ligaram e tudo, mas não tiramos do ar porque era verdade. Ficou lá e está lá até hoje (GONÇALVES, 2012).

É verdade que não há menção a partidos e políticos diretamente nos textos de autoria dos índios, mas em caso de reprodução de textos de assessorias pode haver. No caso da publicação “19 de Abril dia de todos os índio do Brasil”, de autoria da Assessoria de Comunicação da Prefeitura de Aquidauana, existe uma clara divulgação do prefeito devido ao apoio fornecido para o evento indígena. Esta publicação no blogue não contém referência à fonte. Na matéria “No Dia do Índio, senadores pedem presidente indígena para a Funai” do cibermeio jornalístico *Dourados Agora* e publicada no blogue com um *link* para a fonte, os discursos dos senadores são repetidos, uma vez que a reportagem apresenta as propostas relatadas por eles sem apurar com outras fontes⁶⁷. A opção, digamos, consciente de não se posicionar politicamente também contrasta com outro elemento analisado nas publicações: os eventos políticos são o segundo tema mais abordado no blogue (mais do que no *Índios On-line*), sendo antecedido apenas pelo assunto “Cotidiano da aldeia” (conferir gráfico 05).

A tentativa de se manter isento politicamente contraria a missão de um meio cidadão de uma comunidade que vive conflitos sociais e políticos cotidianamente, e precisa abordá-los como forma de construir condições de vida melhor. A ideia de ser possível se manter isento e a vinculação da política estritamente aos partidos políticos mostram uma compreensão ingênua de política. O blogue cumpre uma função política, consciente ou inconscientemente. E, no caso do *AJINDO*, como será analisado a seguir, razões políticas geram conflitos entre os integrantes da ONG e os líderes comunitários.

Atton (2009, p. 267) já apontara que os cibermeios comunitários são utilizados para ações políticas, uma vez que novos rumos são traçados no envolvimento político dentro das comunidades, e fronteiras e laços sociais são criados a partir da participação nestes cibermeios: “Tornar-se um participante ativo no processo de produção

⁶⁷ Publicadas em 06 de abril de 2011 e 23 de abril de 2012, respectivamente.

de mídia é uma educação política em si⁶⁸” (ATTON, 2009, p. 267, tradução da autora). O próprio conceito de letramento midiático como uma das soluções para a separação entre produtor e consumidor da informação dos meios de comunicação de massa significa mais do que habilidades técnicas:

A lacuna participativa torna-se muito mais importante quando pensamos o que significaria estimular as habilidades e os conhecimentos necessários para cidadãos monitores: nesse caso, o desafio não é apenas saber ler e escrever, mas saber participar de deliberações sobre quais questões são importantes, qual conhecimento conta e quais os modos de conhecer autoridade de comando e respeito (JENKINS, 2008, p. 342).

A negação desta condição política das informações do blogue *AJINDO* é, na verdade, a revelação de um conflito que reside por trás do encontro da nova tecnologia com as antigas formas de mobilização política existente. No *Índios On-line*, esse encontro foi negociado em um projeto que buscou relacionar a possibilidade de produzir informação com os interesses já existentes na comunidade. E, principalmente aqui reside a diferença, o projeto de comunicação ao mesmo tempo em que forneceu poder para os novos atores sociais, militantes do ciberespaço, respeitava e até mesmo reforçava a autoridade dos líderes existentes antes da chegada da internet. Na inserção da *AJI* na Reserva de Dourados, observa-se desentendimentos entre os anciãos e líderes da aldeia, tradicionais representantes políticos da comunidade, e os jovens que buscam autonomia com o apoio da ONG, um agente externo.

A partir deste contexto, a mobilização que a produção das ciberinformações nativas causa, ou mesmo requer, reflete nuances específicas da configuração política e cultural de cada povo⁶⁹. Este desafio, talvez

⁶⁸ Original em inglês: “To become active participant in the process of media production is a political education in itself”.

⁶⁹ As diversas conceituações de “povo” apresentadas por Peruzzo (2009) mostram a variedade e complexidade das relações traçadas entre as culturas populares e os meios de comunicação, assim como as diferentes formas de abordagem do povo por estes meios: o conceito de “popular alternativo” trata dos movimentos populares na luta por direitos de cidadania; o “popular folclórico” se refere às manifestações culturais tradicionais e genuínas; o

não tão evidente nos estudos da mobilização em jornalismo público e comunitário, quando, muitas vezes, o foco reside mais nas estratégias comunicativas do que em especificidades étnicas e culturais de cada comunidade, ascende ao primeiro plano ao se estudar os cibermeios indígenas. Em uma entrevista para o jornal *Correio da Cidadania*, publicada no *AJINDO*⁷⁰, a nova presidente da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), órgão governamental responsável pela política indigenista no Brasil, transmite algumas razões que, embora estejam além do escopo dessa pesquisa, devem ser lembradas para não se correr o risco de simplificar a realidade observada:

Os guaranis, por sua própria característica cultural, não possuem uma organização unificada, onde se possa falar com algum presidente. Não existe isso, justamente por serem guaranis. Se quisermos que eles formem alguma organização, estaremos desrespeitando a sua organização social e política (AJINDOb, on-line).

A confluência de povos indígenas, internet e comunicação pública gera especificidades que podem ser conciliadas em três cenários, onde se distribuem conflitos ou encontros derivados da produção das ciber-informações nativas e presentes nas narrativas finais. São eles: um conflito de gerações entre jovens e anciãos; a integração, ou não, do projeto de inserção da tecnologia e internet aos objetivos da comunidade; e a maior assimilação da cultura democrática, também

“popular massivo” se relaciona com a grande mídia privada e sua compreensão do popular e pode se dar através de uma abordagem culturalista que visa trabalhar a diversidade cultural do povo, uma abordagem popularesca que busca os índices de audiência a custo de um tratamento sensacionalista e assistencialista das necessidades do povo, e de uma abordagem voltada para a utilidade pública que visa esclarecer problemáticas de interesse local e mobilizar socialmente (PERUZZO, 2009, p. 09-10). Estas classificações abarcam algumas facetas do problema, apenas. As peculiaridades étnicas de cada povo, como aquelas que se desenham nos cibermeios indígenas, desafiam os estudos de comunicação comunitária a propor concepções teóricas que possam vislumbrar parcerias com o campo da Antropologia como um caminho para apreender a complexidade manifesta em alguns casos.

⁷⁰ Na publicação “Índios guaranis vivem situação de extermínio silencioso” de 5 de abril de 2010.

fomentada no ambiente da internet, à luta política indígena tradicional⁷¹. Estes cenários estão interligados. A intersecção dos dois primeiros é abordada em uma pertinente categorização apresentada por Renesse (2011). A integração entre democracia, participação e mobilização nas ciber-informações nativas abrem um caminho para ponderar as proximidades e distanciamentos entre as ciber-informações nativas, as propostas da comunicação comunitária, do jornalismo público e participativo.

2.3.1 Dois modelos de organização política da comunicação indígena nas ciber-informações nativas

Renesse (2011, p. 19), durante o *1º Simpósio Indígena sobre Usos da Internet*, buscou escutar as próprias definições dos indígenas sobre seus objetivos e, a partir desta observação, percebeu duas formas como as novas tecnologias da informação são apropriadas por comunidades indígenas: uma que deriva da articulação comunitária com objetivos estabelecidos em grupo, e outra onde os cibermeios são inseridos sem objetivos definidos e não há um projeto claro para a comunidade.

Segundo Renesse, a existência de um plano de governança e clareza dos usos positivos do meio dentro da comunidade vem a determinar a aceitação, ou não, pelas lideranças e anciãos, da inovação nas aldeias e, também, a duração dos projetos virtuais. A falta de clareza em determinar um uso positivo estaria vinculada à falta de um projeto. Os dois modelos de comunicação em cibermeios indígenas e a relação deles com o conflito de gerações são bem descritos neste parágrafo:

No primeiro caso, como sugere o relato das experiências ikpeng e kuikuro, ou entre os Xakriabá e outros, vemos a presença da internet na comunidade reduzida a um contexto formal, geralmente relacionado ao âmbito escolar ou administrativo, e que parece render poucos benefícios para a comunidade, da qual recebe, inclusive, uma avaliação ambivalente, sendo foco de desconfiança ou hostilidade por parte das

⁷¹ As relações culturais e sociais internas das comunidades indígenas são apresentadas apenas na medida em que ajudem a apreender quais são as relações e articulações por trás do cibermeios, para assim compreender melhor como se estabelece a produção desta comunicação.

gerações mais velhas. Nessas condições, se a situação não evolui, os projetos tendem a periclitarem devido às inúmeras dificuldades de manutenção e gestão. Em contrapartida, quando a internet é integrada a um projeto político que é objeto de um consenso na comunidade, como entre os Suruí ou entre os Kaiowá da aldeia Te'yikue, ela é potencializada, gera novos projetos e se torna uma plataforma de atuação e relacionamento importante para o grupo, sendo, então, julgada muito positivamente (RESENSE, 2011, p. 25).

O *site* dos índios Suruí, em Rondônia, é um exemplo do primeiro modelo, conforme mencionado pelo autor. Coordenado pelas próprias lideranças indígenas, visa resultados em longo prazo através do “Plano Suruí 50 Anos”. Como parte do plano, os índios Suruí realizaram uma parceria com o *Google* para ajudar, através do *Google Earth*, na vigilância de seus territórios, além de receber atualmente benefícios pela preservação, através de créditos de carbono.

Segundo Renesse, quando um projeto de inclusão não leva em consideração as peculiaridades de cada povo indígena, e sem um plano que envolva os objetivos da comunidade, há um risco do projeto não ser integrado totalmente àquela comunidade, funcionando de forma pouco eficiente, o que provavelmente em algum momento leva ao abandono do meio. Se não houver uma aceitação dos projetos individuais, os ganhos são poucos: “a tecnologia de comunicação passa a ser o instrumento exclusivo das intenções dos parceiros externos que trouxeram o projeto, gerando, evidentemente – e com razão –, a desconfiança das lideranças tradicionais que passam a se opor sistematicamente ao seu desenvolvimento, levando a sua subutilização” (RESENSE, 2011, p. 38-39).

As características destes dois modelos de projeto de inserção da tecnologia digital nas comunidades indígenas se aplicam aos objetos dessa pesquisa, tornando evidente, no portal *Índios On-line*, características do segundo modelo e, no blogue *AJINDO*, características do primeiro modelo.

No depoimento de Jaborandy Yande Tupinambá, é possível perceber que a mobilização política a nível comunitário com o uso de novas tecnologias pelos povos indígenas envolve dois mundos: o de um movimento político já existente, o das lideranças, geralmente, anciãos, e o nascente, dos jovens, que procuram agir através da internet. Neste

caso, a participação no portal *IO* aproximou o indígena dos anciãos de sua aldeia, auxiliando na sua inserção na luta pela terra e direitos indígenas:

Desde o início, a luta do território, pela demarcação do território, pela saúde, pela educação dentro do nosso povo Tupinambá era mais para os mais velhos. A gente ainda enxergava eles como os conhecedores da nossa vivência. Mas, com a chegada do *Índios On-line*, eu comecei a me aproximar mais, porque eu necessitava me aproximar dessas lideranças, das pessoas que lutavam pelo território, das pessoas que defendiam o direito à nossa saúde aqui, à educação de qualidade. Porque eu precisava fazer matérias sobre eles, eu precisava me aproximar (TUPINAMBÁ, 2012).

Aqui as novas tecnologias motivam uma reaproximação das gerações mais novas, antes desinteressadas pelas questões de interesse da comunidade discutidas pelos anciãos, das gerações antigas. Como descreve Potyra Tê:

Os anciãos gostaram porque uma coisa que acontece muito com os *IO* é essa aproximação do jovem com o ancião. O jovem vinha até o ancião para saber das histórias, das histórias do povo. Então, essa aproximação, só do jovem chegar para o ancião e querer saber, e aquele ancião rico em sabedoria querendo passar essa sabedoria, eles ficaram felizes. Claro que tiveram comunidade, não digo aqui em Tupinambá de Olivença, que ficaram um pouco receosas por causa dos segredos. Porque toda comunidade tem seus segredos. E cada índio on-line⁷² tem que saber respeitar esse segredo para não estar divulgando coisas que não podem. Mas aqui os anciãos ficaram muito felizes desse resgate, dessa aproximação dos jovens com os anciãos (POTYRA TÊ, 2012).

⁷² Como são chamados os índios cadastrados na rede *Índios On-line*.

O apoio dos anciãos não se dá completamente e surge a partir de uma negociação. Uma vez que exista uma ligação do uso do cibermeio com a causa indígena que eles defendem, um espaço para a aceitação é aberto. Os indígenas procuram negociar com as lideranças para demonstrar a importância dos cibermeios para os objetivos da comunidade, conforme exposto pelo cacique da aldeia Bahetá:

A comunidade já teve várias reuniões onde foi se fazer a avaliação do *IO*, e essas reuniões a gente fazia muito em retomadas, em época de retomadas, e alguns anciões não acham importante a internet em nosso povo, porque eles acham que tira muita coisa nossa. E também eles acham que a gente escreve segredos nossos que não poderia escrever. Mas o nosso conhecimento político e social, e também até conhecimento acadêmico, a gente tenta passar para os anciões – qual é a relevância, a importância desta rede e, também, a todo o momento, a gente passa para eles o que a gente coloca na rede, quais são os avanços e também quais são os pontos negativos. Mas muitos anciões eles não aprovam. Mas eles também sabem da importância que tem a rede para a gente. Mas a gente também não vai contestar com eles, porque a gente sabe do conhecimento que eles têm, e também do valor do conhecimento deles (...). Então, muitos deles, hoje, já reconhecem a importância da rede do *IO* (RAMOS, 2012).

Apesar de ainda existir inseguranças e divergências com relação à aceitação dos anciãos (RAMOS, 2012, YONANA, 2012, POTYRA TÊ, 2012), em geral, o *Índios On-line* é utilizado como um aliado para alcançar os objetivos antigos da comunidade, como terra, melhorias na saúde, educação, condições de vida na aldeia, de acordo com o segundo modelo descrito por Renesse (2011). O portal é empregado, por exemplo, sistematicamente como uma ferramenta na luta política dos índios pela terra. Diversas publicações abordam a questão: “Um mês de retomadas. Cacique Akanawan Patató Hã Hã Hãe”, “Respeito aos Nossos direitos”, “Retomada da Fazenda Chapéu de Couro”, “Tupinambá em 19 de Abril”, “Fome na Aldeia Tumbalalá”, “A cultura do povo Pataxó Hã Hã Hãe”, “Mais um Índio Pataxó Hã Hã Hãe é baleado”, “Filme Documentário Pataxó Hã Hã Hãe”, “Índios são

impedidos de trafegar pelo município de Pau Brasil”, “O Pataxó Hã Hã Hãe retomam quase todo território”, “Rede Globo Manipula Reportagem jogando a sociedade contra os Pataxó Hã Hã Hãe”⁷³. As cinco últimas publicações se referem à sequência de retomadas, de abril de 2012, que resultaram no julgamento da posse dos 54 mil hectares de terra, em litígio em uma disputa com os fazendeiros, favorável aos índios Pataxós Hã Hã Hãe.

Os próprios indígenas, em alguns momentos, manifestam-se com relação à importância do portal durante os processos de retomada: “muitas e muitas outras ações que vêm acontecendo, em retomadas, que a gente, quando tem a condição de filmar, de fazer fotos, a gente sempre está postando e pedindo ajuda, e essa ajuda tem chegado” (RAMOS, 2012). Dentro das narrativas do cotidiano das aldeias no portal, é possível acompanhar o processo desta luta (16,6% das publicações abordam diretamente o problema das demarcações das terras), assim como outros fatores da vida na aldeia: as estradas das aldeias, a saúde indígena, a educação e a situação dos jovens⁷⁴. Este esforço não é em vão, já que as ciber-informações nativas estariam ajudando na legalização das terras indígenas:

Hoje a gente está com nosso relatório de demarcação emperrado por motivos políticos, mas a gente entende que, de certa forma, o nosso trabalho como índios on-line tem ajudado também até na demarcação do território, na busca de uma saúde de qualidade, através de denúncias, na educação também. De certa forma, essa mídia

⁷³ Publicadas em: 23 de novembro de 2005, 27 de abril de 2006, 26 de abril de 2006, 19 de abril de 2006, 17 de abril de 2006, 07 de abril de 2007, 21 de abril de 2012, 21 de abril de 2012, 18 de abril de 2012, 17 de abril de 2012, 14 de abril de 2012, respectivamente.

⁷⁴ “Mais um ano se passou e as crianças continuam sem merenda” (26 de abril de 2006), “Juventude” (30 de abril 2008), “Índia Cauia conta sua história de vida” (30 de abril de 2009), Caminhos Preciosos (Pataxó Hã Hã Hãe) (30 de abril de 2010), “Cata de Repúdio da UJP contra a expulsão de parentes da FUNASA” (29 de abril de 2010), “O Perigo da Estrada de Água Vermelha” (28 de abril de 2010), “Noite Cultural da Caba da Ahiav-Pataxó HãHãHãe” (20 de abril de 2011), Colégio indígena Pataxó Hã Hã Hãe promove junto à comunidade um reflexão e comemoração ao dia do índio” (19 de abril de 2011), “Índio Cuide da Sua Saúde” (18 de abril de 2011), Livro Pankararu (Missão de Contribuirmos no Fortalecimento do Povo, Através da Educação Diferenciada)” (15 de abril de 2012).

livre indígena faz com que a gente pressione de alguma forma o estado a melhorar a nossa educação (POTYRA TÊ, 2012).

Houve momentos em que as próprias lideranças e anciãos fizeram uso do portal, como a denúncia da transferência do cacique Babau do presídio de Salvador para Rio Grande do Norte, que conta com uma gravação do Cacique Nailton Pataxó Hã Hã Hã. Outro exemplo é o depoimento do cacique Xiquinho em um protesto na Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em Brasília⁷⁵. A relação dos jovens com os anciãos e a participação dos jovens na mobilização política indígena também são tematizadas: a publicação “Juventude”, de 30 de abril de 2008, é uma convocação para os jovens se unirem às lideranças, aos anciãos e à causa indígena que estes representam.

Em um caminho contrário, no blogue *AJINDO*, existe um conflito com a presença da organização não-governamental na comunidade, e as lideranças, em grande medida, ainda não aceitam o trabalho da *AJI*, assim como a participação dos jovens na produção de informações para a internet. Ao responder à pergunta “Quem você acha que se interessa pelo blogue/portal?” do questionário, um(a) integrante da *AJI* marcou a opção “comunidade indígena local” e adicionou a informação que “(os jovens), os velhos não, não entendem⁷⁶”. Este conflito está presente no depoimento da presidente da *AJI*, Maria de Lourdes Beldi de Alcântara, e da coordenadora do blogue, Jacqueline Gonçalves (indígena):

É uma caminhada muito longa, muito difícil, de muita briga, de muita tensão e não reconhecimento, porque as lideranças não reconheciam os jovens. Eu fui muito massacrada, porque falaram que eu tinha inventado o conceito de jovem. Os próprios antropólogos falavam que eu estava trazendo para eles a modernização na cultura, que eu não respeitava as tradições, que eu não respeitava nada, que eu não deveria ser antropóloga. E foi muito rechaço. E, na verdade,

⁷⁵ Respectivamente, “Cacique Babau da Aldeia Serra do Padeiro é Transferido de penitenciária sem o conhecimento das Comunidades Indígenas!”, de 19 de abril de 2010, e “O Protesto de Xiquinho”, de 29 de abril de 2009.

⁷⁶ Conferir Apêndice B (Questionário e respostas, Modelos de Questionários e entrevistas: questionário aplicado aos autores dos cibermeios indígenas).

só faz três anos que eles estão aceitando a *AJI*, desde 1989. (...) As lideranças não nos respeitam. Estão começando a respeitar agora. Porque eles não querem dar voz aos jovens. Eles não aceitam isso (ALCÂNTARA, 2012).

As lideranças são assim, sendo bem clara para você, não nos engoliram até hoje. É aquela coisa, eles não abrem espaço para os jovens para nada. Aí já dá para você ter uma visão. **Mas, independente deles quererem ou não, a gente continua trabalhando** (GONÇALVES, 2012, grifo da autora).

Enquanto os integrantes do *Índios On-line* fornecem a autoridade sobre as publicações para os líderes da comunidade e os anciãos, dando continuidade, assim, em certa medida, à estrutura política existente anterior à criação do cibermeio na comunidade, os integrantes da *AJI* desafiam estes líderes e esta autoridade através do blogue, como Gonçalves confirma ao dizer que “independente deles quererem ou não a gente continua trabalhando”. Uma divergência que nasceu, de acordo com o depoimento de Alcântara, antes da criação de qualquer meio de comunicação pelos indígenas. A própria determinação da ONG *Ação de Jovens Indígenas* segue em um caminho contrário às definições culturais dos índios. A inserção do conceito de “jovem” na comunidade trouxe conflitos e divergências, uma vez que os direitos que a ONG busca defender para os jovens não são originais daquela tradição, e sim imputados a partir de uma referência cultural externa.

Além de estarem presentes nos depoimentos, esses conflitos podem ser observados no conteúdo do blogue. A publicação do dia 30 de abril de 2012, “Qual é o diálogo entre jovens e lideranças?” aborda elementos da relação conturbada entre a *AJI* e as lideranças indígenas. “A realidade de Jovens indígenas de MS⁷⁷” trata, entre outras questões, sobre as dificuldades que os jovens enfrentaram para que a *AJI* fosse aceita pelas lideranças.

Paralelamente, há uma identificação entre os jovens e a *AJI* – fala-se em nome dos jovens e da *AJI* ao mesmo tempo, e ambos são tratados como sinônimos quando se entende a resistência à ONG como uma resistência aos direitos dos jovens: “A *AJI* tem tido muito resultados positivos, e tem vindo de dentro da aldeia. O que dava a

⁷⁷ Publicada em 1º de abril de 2010.

entender é que não queriam que os jovens indígenas buscassem seus espaços e seus direitos, está certo que temos que respeitar, pois são lideranças, mas, os jovens também existem e merecem ser respeitados” (AJINDOc, on-line). E a *AJI* e a aldeia são colocadas como instâncias opostas:

Pensar que já sentamos, discutimos, a equipe entra em crise, mas paramos para pensar, temos mais o que fazer do que brigar, e é aqui o nosso espaço, não queremos reproduzir a aldeia, pois ainda é uma dificuldade na aldeia todos se unirem por uma causa, tem mais chance de se dividir e acabar o que está se construindo, a *AJI* é um exemplo disso, quantas vezes tentaram acabar com a *AJI*, isso por que antes a *AJI* era barradas por algumas lideranças e comunidades nas reuniões, encontros (AJINDOc, on-line).

Como o conceito de jovem não pertence à cultura da aldeia, ocorre a construção da identificação dos jovens com a *AJI* e, perigosamente, um distanciamento da *AJI* e da aldeia, o que resulta em uma desidentificação do jovem com a aldeia. O trabalho de comunicação acaba refletindo estes conflitos e o distanciamento das lutas políticas desenvolvidas pelos líderes e anciãos já que, como definido no primeiro modelo de Renesse (2011), a inserção da tecnologia entre os índios não foi vinculada ao projeto comunitário. A separação ocorre mais uma vez na definição da agenda de discussão, que é feita internamente em reuniões dos jovens entre si e com a coordenadora da ONG, quando uma temática é escolhida semestralmente para ser trabalhada (ALCÂNTARA, 2012, PASTORE, 2012). Não são desenvolvidas assembleias ou encontros com a comunidade, o que poderia possibilitar a aproximação, já que *AJI* também não está inserida fisicamente na comunidade⁷⁸.

⁷⁸ Embora Renesse aborde a inclusão digital entre os índios em aldeias, trata-se, aqui, da inserção de tecnologia entre os índios fora da comunidade, pois a sede da *AJI* fica na cidade de Dourados e não dentro da aldeia. Os jovens vêm diariamente à sede para desenvolverem suas atividades. Todos os integrantes da *AJI* possuem bolsa, que variam entre cargas horárias de 12 a 40 horas semanais, conforme é possível verificar nas respostas às questões 8 e 10 do questionário (APÊNDICE B, Questionário e Respostas). A aldeia possui apenas um ponto de conexão à internet que é a escola (GONÇALVES, 2012).

Por outro lado, segundo a coordenadora, a ONG está aberta para receber membros da comunidade em sua sede e para publicar artigos também⁷⁹ (ALCÂNTARA, 2012). Não há de ser ignorado que são os próprios jovens indígenas que participam da ONG, portanto, enquanto membros da comunidade, não deixam de trazer sua perspectiva para o blogue. Mas, para ser um veículo comunitário, falta ao *AJINDO* uma rotina de diálogo com a comunidade. A falta de diálogo provavelmente tem influências nas dificuldades de relações entre os integrantes e membros da comunidade, mais do que seja apenas uma consequência destas relações. Esta dificuldade foi prevista quando Renesse (2011) apontara que a falta de projeto com a comunidade faz com que a inserção da tecnologia gere mais conflitos do que soluções reais. O blogue *AJINDO*, portanto, se encaixa no primeiro modelo estabelecido por Renesse (2011, p. 41):

No primeiro caso o acesso a internet está no âmbito escolar ou administrativo, estrito (...) as lideranças tradicionais (que frequentemente pressionam contra o uso desses meios), ainda que estejam provisoriamente em condição de impor sua posição, acabam perdendo aos poucos a legitimidade aos olhos das gerações mais novas que as criticam justamente pela ausência de visão e projeto nessa questão.

Enquanto existe o risco de os projetos no primeiro modelo não serem bem sucedidos em longo prazo, pois pouco a pouco perdem a legitimidade, a parceria dos integrantes dos cibermeios com o projeto político da comunidade e com a luta das lideranças trouxe resultados, segundo integrantes do *Índios On-line*. Como consequência deste esforço conjunto de novos e velhos atores políticos para a concretização de objetivos comuns, entre algumas das ações bem sucedidas está a pressão sobre os órgãos públicos com denúncias relativas aos serviços de saúde e merenda escolar (TITIÁ, 2012) e sobre a condição da água (RAMOS, 2012)⁸⁰. A implantação do projeto *Luz para Todos* como

⁷⁹ No caso do jornal *Ajindo*, quando iria ser lançado um novo número, o blogue publicava chamadas para colaborações. Nenhuma publicação com esta solicitação encontra-se no *corpus* da pesquisa.

⁸⁰ Titia menciona que quando há denúncia sobre a falta de assistência no portal, funcionários do serviço de saúde vão às aldeias prestar atendimento, e também faz referência à regularização da merenda escolar para as crianças indígenas.

solução para a falta de energia elétrica na aldeia é outro exemplo que permite mostrar benefícios das conexões que o cibermeio permite⁸¹ (RAMOS, 2012). Ainda há a questão da estrada da aldeia, que foi tema da publicação “O Perigo da Estrada de Água Vermelha”. Os índios pressionaram a prefeitura para que mudanças fossem feitas: “O prefeito prometeu antes e de concerta a estrada mais no momento não se pronunciou de fazer o serviço⁸²”. Neste caso, a pressão através do cibermeios foi aliada à mobilização comunitária:

A gente, cansado de cobrar o prefeito e ver que ele não estava dando a mínima, a gente começou a divulgar isso na internet. E aí a gente provocou que a comunidade fizesse uma manifestação, a comunidade se reuniu, fez uma manifestação e a gente usou o site *IO* para dar cobertura dessa manifestação. Aí a gente mostrou para o mundo a situação nossa aqui, e foi um período que ocorreu muitos comentários, foi um período que veio jornalista de fora para querer saber, então, tudo provocado através da internet (TITIA, 2012).

Aqui há um exemplo em que houve a participação e mobilização fora do mundo virtual. Esta participação só é possível com integração dos interesses entre aqueles que produzem a comunicação e aqueles que promovem a mobilização, no momento atual, os jovens conectados à internet e os líderes e anciãos que direcionam as lutas políticas. No conteúdo dos cibermeios *AJINDO* e *Índios On-line* estão refletidas as diferentes estruturas produtivas. No que diz respeito à mobilização política na comunidade, 15% das publicações do *AJINDO* fazem referência ou incitam uma mobilização que parta de dentro da comunidade, metade da quantidade de publicações com este enfoque no portal *Índios On-line*.

Ramos menciona que devido aos protestos no *IO* junto com a “pressão da sociedade” chegou água potável na aldeia.

⁸¹ Um internauta sugeriu que os índios solicitassem o benefício do programa *Luz para Todos* do governo federal depois que leu no portal uma publicação informando que a inexistência de energia elétrica na aldeia estava prejudicando as atividades escolares (RAMOS, 2012). Desta forma os indígenas conheceram o projeto e iniciaram a busca pela sua implantação na aldeia.

⁸² Publicada em 28 de abril de 2010.

Demo (2001, p. 65) recorda a importância da participação enquanto uma metodologia para alcançar objetivos dentro da sociedade democrática e relata duas funções desta participação que se aproximam da aplicação realizada pelos indígenas nas ciber-informações nativas. Para o autor, a participação é um meio, porque pode ser utilizada para a autopromoção, mas é também o próprio fim, porque participar, em si, já é autopromover-se.

A participação, neste caso através da produção de comunicação, é um meio para autopromoção quando está ligada à utilização do cibermeio para divulgar ações que envolvam desde a afirmação da cultura, até a luta política e por território. Através das ciber-informações nativas, os indígenas participam como sujeitos ativos na esfera pública, promovem sua perspectiva, e, ao mesmo tempo, motivam a participação da comunidade. Quando este envolvimento comunitário acontece, a participação funciona como o próprio fim, já é o resultado, porque a colaboração através de textos ou imagens nos cibermeios torna necessária mobilização, deliberações e ações. A produção de ciber-informações nativas é uma forma de os índios participarem da política que diz respeito aos seus direitos. A resposta de um dos gestores da rede *Índios On-line*, quando perguntado sobre o futuro do portal, demonstra este direcionamento: “A ideia do portal, a minha perspectiva é que apareçam mais índios interessados a fazer parte e não só fazer parte, mas comprometido com a causa (...) De acordo com o tempo, com a gente atuando, a parte do *IO*, espero que surjam mais membros da comunidade com interesse” (TITIÁ, 2012).

No depoimento retirado do documentário *Indígenas Digitais* (2010), Nhenety Nhenety Kariri-Xocó, outro membro e coordenador do portal (ÍNDIOS ON-LINEe, on-line), descreve a motivação, relacionada com atuação política, que baseia o uso das novas tecnologias de comunicação e informação pelos integrantes da rede: “O computador serve como um arco. Porque o arco tradicional servia para caçar, pescar, defender o povo e trazer a caça, a pesca, para a subsistência dos povos. E o computador também faz isso, ele faz a caçada, uma caçada virtual” (INDÍGENAS DIGITAIS, 2010).

Estas motivações para mobilização que são reforçadas nos cibermeios refletem uma busca por controlar o poder através da vigilância das ações dos governantes e da estratégia de publicização dos acontecimentos, ações típicas das sociedades democráticas (SCHUDSON, 2003, p. 28, DEWEY, 1991): “A democracia visa a convivência crítica e criativa com o poder” (DEMO, 2001, p. 74). Esta ideologia que reside também por trás do jornalismo tradicional e é

reforçada no jornalismo público e comunitário, este “controle [do poder] feito pela base” (DEMO, 2001, p. 73), é uma das funções da produção das ciber-informações nativas, que resulta na sua utilização nas lutas pelas terras e pela conquista dos direitos básicos, como saúde, educação e transporte. As denúncias de abuso de poder e de falta de assistência do poder público, tão presentes nos cibermeios indígenas, mostram também esta tendência.

Não é o primeiro contato destes povos com a democracia, uma vez que há séculos os índios vêm lutando por seus direitos e se adaptando às diferentes estruturas da sociedade “não-índia” para sobreviver. Talvez, o que ocorre agora é que os cibermeios fornecem outra dimensão para essa integração. A ampliação do debate democrático causada pela internet alcança os indígenas, envolvendo-os ainda mais nesta forma de fazer política. Os conflitos entre gerações e interesses, sejam aqueles amenizados pelo diálogo observado entre os integrantes do *Índios On-line*, sejam os aparentemente irresolutos vividos pelos integrantes da *AJI* com os líderes de suas comunidades, refletem as negociações, percebidas ou não, através das quais os índios integram a cultura política democrática, incorporando-a, em diferentes proporções, às suas organizações hierárquicas e de poder.

Aquela exclusão dos indígenas da “era digital” não se dá apenas pela falta da estrutura necessária, como computadores, eletricidade e alfabetização básica e digital. O grande esforço para inserir os cibermeios indígenas dentro das comunidades passa por um conflito cultural na aceitação da inserção da tecnologia e definição do uso que se vai fazer dela; passa pelo conflito cultural da adaptação às estruturas da sociedade democrática, e da forma de desenvolver política dentro dela: “A organização traduz um aspecto importante da competência democrática, por coerência participativa, bem como por estratégia de mobilização e influência” (DEMO, 2001, p. 70).

A utilização da internet para a aquisição de direitos básicos, como impressão de documentos e solicitação de aposentadoria, são outros exemplos da integração à cultura democrática.

2.3.1.1 Realização de direitos básicos da cidadania

A definição de cidadania envolve direitos e deveres: “Cidadania é a qualidade social de uma sociedade organizada sob a forma de direitos e deveres majoritariamente reconhecidos” (DEMO, 2001, p. 70). Como observado, com a instalação de computadores na aldeia, os indígenas usaram a tecnologia para exercer a cidadania através da divulgação de informações de sua autoria na esfera pública e através do incentivo a protestos e mobilizações, cumprindo, entre os diversos deveres, com o cuidado com o bem estar social. Mas a participação indígena abrange também, além das alçadas complexas da política, a satisfação de questões de cidadania básica como emissão de CPF e aposentadoria que os computadores permitiram fazer. Estas utilizações fogem do objetivo deste trabalho de focar nos cibermeios indígenas, mas são relevantes para complementar a análise, porque esta cidadania básica não é nada mais do que outra face da integração da cultura democrática através do acesso à internet.

Gerlic (2012), diretor da ONG *Thydêwá*, que idealizou o portal *IO*, acentua como os índios utilizaram tecnologia para satisfazer demandas inesperadas:

Então, a gente levou o projeto dos computadores, pensando muito os objetivos referente à cultura – no fortalecimento da cultura dos próprios indígenas e um melhor diálogo pela paz com o mundo de fora. Mas o que aconteceu foi que os índios pegaram os computadores e começaram a regularizar CPF que não tinha, título eleitoral, censo escolar, começaram a fazer um bocado de coisa da cidadania básica, que pelo fato de estarem distantes, pelo fato de não terem recurso financeiro, eles estavam isolados. E eles passaram, eu acho, de alguma forma, a ser mais cidadãos brasileiros. Porque começaram a ler outras informações, a fazer a pesquisa dos orçamentos do município, entender como se aprova ou não um projeto na *FUNAI* ou na *FUNASA*⁸³, começaram a entender os mecanismos

⁸³ *Fundação Nacional de Saúde*, responsável até 2010 pelos serviços de saúde para os povos indígenas. Hoje esta função é da *Secretaria Especial de Saúde*

políticos e a ler e acompanhar todo esse lado de cidadania que não estava assim amplamente planejado pela instituição.

O conhecimento dos direitos e das políticas públicas disponíveis para atender a esses direitos é outra dimensão necessária da participação na democracia, principalmente para um grupo socialmente excluído. Gallois e Carelli (on-line) já haviam mencionado a possibilidade de participação direta dos povos indígenas em debates a nível nacional como forma de ajudar a preencher a lacuna deixada pelas políticas públicas. Estes autores contrapõem a política brasileira a de países como Canadá e Austrália que incluíram em suas constituições o direito de redes de comunicação próprias, com informação em idioma nativo para minorias étnicas.

Isabel Gatti e Raúl Bermúdez (2010, p. 18), especialistas argentinos em comunicação comunitária, consideram a conscientização dos cidadãos sobre os seus próprios direitos um dos objetivos da comunicação comunitária, ao lado da educação, valorização das identidades territoriais, letramento midiático (leitura crítica dos meios jornalísticos) e da transformação do consumidor em produtor da informação. As ciber-informações nativas, assim, apresentam outra dimensão da comunicação comunitária e da atividade democrática. A valorização das identidades é analisada a seguir e, em seguida, o letramento midiático.

2.4 Intercâmbios culturais e valorização de identidades

Uma tendência para a comunicação alternativa assumir um caráter mais lúdico, ao desempenhar mais o papel de um exercício do direito de comunicar-se do que combativo, é reconhecida por Peruzzo (2009, p. 07). Esta mudança se daria porque, talvez, na sociedade democrática não caiba mais os discursos utilizados na origem do movimento da comunicação alternativa – aquele que lutava contra a ditadura e o autoritarismo. Na cronologia estabelecida pela autora, identifica-se uma capacidade de reinvenção da comunicação alternativa que partiu da luta política contra governos ditatoriais, quando recebia o nome literalmente de comunicação alternativa, para a incorporação de novas tecnologias com o objetivo de empoderar classes excluídas, com a

Indígena criada para esse fim. Ambas as fundações pertencem ao Ministério da Saúde (FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE, on-line).

alcunha de comunicação comunitária. Os meios comunitários, assim, podem exercer não somente a função combativa na política.

Nesta direção, as ciber-informações nativas também são utilizadas para a autopromoção cultural e para autodefinição de identidades em contraposição àquelas definidas pelas narrativas externas. Ao permitirem que distâncias físicas sejam ultrapassadas, os cibermeios reforçam o contato com “parentes⁸⁴” distantes e com outras culturas indígenas, ajudam também a melhorar autoestima, além de possibilitarem a aquisição de novos conhecimentos a partir das possibilidades que as conexões em rede oferecem. Ainda podem servir como fonte de informações que apresentam a perspectiva da comunidade na esfera pública.

Mas quando se trata das populações indígenas, duas perspectivas cercam a relação do empoderamento e fortalecimento cultural com a inserção de computadores e internet e a produção de comunicação comunitária. Aqui nasce uma contradição que deriva das consequências da adoção de uma tecnologia, signo do desenvolvimento, em culturas consideradas tradicionais e até mesmo patrimônio simbólico em risco (MARTÍN-BARBERO, 2003, p. 272). Como pode a valorização da identidade destes povos conviver com a influência da cultura tecnológica e globalizada? Como pode uma tecnologia que tem como fundamento a destruição de tradições ao mudar as maneiras de estar no mundo dos homens (MCLUHAN, 1977, 1996) colaborar para mantê-las? Além de McLuhan a não deixar que seja esquecido como o aparecimento de uma tecnologia faz sensibilidades e percepções de mundo desaparecerem, os conflitos e a necessidade de negociação constante para a utilização da tecnologia e para definir o que pode ou não ser publicado “para o mundo todo ver”, entre os jovens e ativistas no ciberespaço e os anciãos nas aldeias indígenas, mostram que essa preocupação não é infundada.

Estes acontecimentos apontam para uma mudança, ou se preferir, perda cultural irreversível. Como expressa Gonçalves (2012):

Pergunta: Vocês estão perdendo a cultura quando fazem parte do blogue? A cultura indígena está se perdendo?

Na verdade, a cultura vai se perder de algum modo mesmo. Porque nada a gente mantém para

⁸⁴ Uma maneira de os indígenas se referirem a outros indígenas, mesmo que não façam parte da mesma família.

sempre. Nada. E mais, o que posso te dizer é que a gente não está perdendo a cultura. A gente está se renovando de outros modos.

Outra perspectiva busca reconhecer benefícios que a utilização da tecnologia e de um meio de comunicação na internet traz para os povos nativos. Nesta segunda direção, avalia-se como o anseio de preservar a cultura se faz presente também nos cibermeios, paralelamente à ameaça que possam representar para a própria cultura.

O potencial das conexões em rede caminha ao encontro de outra predição de McLuhan, que traz outra perspectiva para aquele desaparecimento de sensibilidades causado pela tecnologia, apresentado pelo próprio autor. A eletricidade teria produzido um efeito inverso ao da escrita cujas principais consequências teriam sido a individualização e fragmentação dos sentidos humanos e da sociedade: “As tecnologias especializadas destribalizam. A tecnologia elétrica não especializada retribaliza” (MCLUHAN, 1996, p. 40). A retribalização causada pela eletricidade que “cria centros por toda parte” (MCLUHAN, 1996, p. 110) assemelha-se aqui às trocas possibilitadas pelo fechamento do parêntese de Gutenberg, ou ainda, segundo a denominação de Lemos (2009), pelo sistema pós-massivo. Segundo o professor, especialista em cibercultura, as funções pós-massivas são caracterizadas pela “liberação do pólo da emissão, conexão mundial, distribuição livre e produção de conteúdo sem ter que pedir concessão ao Estado” (LEMOS, 2009, p. 03). Um sistema aberto cria um fluxo de múltiplos interatores: “Esta reconfiguração [que é causada pelas redes telemáticas mundiais e popularização dos microcomputadores] se dá pela instituição de um novo sistema (aberto, “todos – todos”, independente), que chamarei de “pós-massivo”, em tensão com o sistema clássico caracterizado pelo fluxo “um-todos”, da informação para as massas” (LEMOS, 2009, p. 02).

É nesta balança estranha que se equilibram os projetos dos cibermeios indígenas. Diante da impossibilidade de tirar os pesos e medidas dos bens simbólicos em jogo nesta querela, avaliar estas dinâmicas pode revelar muito das necessidades das populações tradicionais e dos potenciais e características das ciber-informações nativas. Mesmo que os ganhos não compensem as perdas, nesta contradição operam os sujeitos reais, e destes conflitos resulta uma produção em expansão.

2.4.1 Revitalização cultural

As duas perspectivas, a positiva e a negativa, sobre a presença da tecnologia entre os indígenas são ponderadas por alguns autores. Pinto (2009) e Morales (2008, p. 48-49) manifestam suas preocupações com relação à inclusão digital dos povos indígenas enquanto uma possível ameaça para a cultura desses povos. Silva e Cavalcante (2009, p. 10) constataam, igualmente, a dúvida da comunidade indígena sobre o benefício das novas tecnologias, e visões conflituosas entre gerações na inclusão digital na comunidade dos Tapebas, povos indígenas residentes na cidade de Caucaia, no estado do Ceará. Semelhante ao primeiro modelo definido por Renesse (2011), nesta comunidade, o computador e a internet causam insegurança às lideranças e anciãos. Os mais velhos se preocupam com o risco dos mais novos deixarem de lado a própria cultura, enquanto que os jovens consideram a tecnologia uma ferramenta para abrir caminhos, uma forma de estar em contato com o mundo e a partir da qual ocorrem trocas de valores e informações.

Por outro lado, a própria Morales (2008, p. 54-55) demonstra que a solicitação da inserção da inclusão digital na aldeia pataxó da Água Vermelha, no sul da Bahia, foi resultado da luta dos próprios indígenas como parte de um esforço pela revitalização cultural. A contradição seria, em certa medida, apenas aparente, uma vez que a revitalização cultural está relacionada com um processo de revitalização da relação entre tradição e modernidade, renovação e transformação (MORALES, 2008, p. 56).

O cacique Akanawã, integrante do *IO*, expressa este encontro entre a cultura indígena e digital: “Então, hoje, a vida indígena com a rede, a cultura, tem fortalecido. É claro que a gente sabe que tem que ter cuidado para usar. Porque, no momento que a gente for usar a internet e a gente não saber usar, é claro que uma cultura se opõe a outra, quando ela é mais forte. E a cultura da internet é forte” (RAMOS, 2012).

Quando utilizada para concretizar estas intenções previamente existentes, a incorporação da tecnologia é vista como positiva, ou como parte de uma estratégia de sobrevivência da cultura:

o “estrategista Guarani”, quando pede que sejam traduzidos os nomes das peças das máquinas de comunicação, pede que sejam também apresentados os nomes e conceitos na linguagem do outro, do “inimigo”, aquele de quem foi “abduzida” a tecnologia, mesmo que isto demonstre um risco de sua comunidade deixar de falar em sua língua

materna. Mas a habilidade ganha nos mais de 500 anos de “convivência” do povo Guarani com a ocupação européia dá, de algum modo, ao “estrategista” a segurança de saber que seu povo possui o seu “próprio”, sendo este sua língua, tradição, religião, comunidade, e por mais que permeie sua tradição com a do “outro”, numa atividade de estratégia política que se apresenta necessária, perderá menos do que virá a ganhar no futuro⁸⁵ (NUNES JUNIOR, 2009, p. 25.)

A articulação de conhecimento tradicional e preservação contra possíveis “invasores” ocorreram também no caso dos Ikpeng. Este povo, habitante do médio Xingu no norte de Mato Grosso, foi surpreendido por uma banda de rock chamada *Ikpeng* e se sentiu compelido a se apossar do próprio nome no mundo virtual. A necessidade de manter o controle sobre os próprios conhecimentos se expande agora para o ciberespaço (RENESSE, 2011, p. 58).

As ciber-informações nativas, aqui, atuam ajudando a recobrar conhecimentos indígenas, gerando uma compreensão da cultura indígena para os próprios índios no futuro (GINSBURG, 2012, p. 294, p. 302, CHRISTIE, 2008, p. 282), ou como uma forma de articular os conhecimentos indígenas e não-indígenas (RENESSE, 2011, p. 10). Mesmo objetivos tão antigos quanto a luta pela preservação de línguas nativas encontram espaço (GLOBAL VOICES, on-line).

⁸⁵ A abertura dos índios nas regiões baixas da América do Sul para integração do “outro” é considerada como uma característica típica da própria cultura desses povos (LEVI-STRAUSS, 1991; LAGROU, 2002). São formas específicas de delimitar a diferença entre o “eu” e o “outro”, que não podem ser julgadas pela concepção do colonizador. Tem-se consciência que a definição da cultura indígena e da sua relação com a cultura do colonizador é um problema complexo, que envolve uma ampla bibliografia teórica e metodológica do campo antropológico. Menciona-se este pequeno adendo para obsequiar a necessidade de aprofundar as características específicas das estruturas da organização política ao observar a incorporação da internet como uma ferramenta nas lutas políticas e questões culturais destes povos, dimensão que não será possível desenvolver na presente pesquisa, e que não foi desenvolvida em nenhum dos trabalhos encontrados sobre uso de internet por indígenas.

2.4.1.1 Fortalecimento de redes de comunicação

A revitalização da cultura ocorre também pelo fortalecimento de redes de comunicação através das quais os indígenas entram em contato com outras comunidades, com familiares de outras localidades e com outras culturas indígenas (SANTOS, 2012, RAMOS, 2012). Os depoimentos no *AJINDO* sobre os vídeos assistidos no projeto *Vídeo nas aldeias*⁸⁶ revelam as impressões e contatos resultantes do encontro de culturas indígenas diferentes, através da mediação da tecnologia – primeiro através dos vídeos, segundo pela escrita e terceiro pelo blogue. Akanawã também expressa este intercâmbio entre culturas indígenas através da internet relacionando-o com o fortalecimento cultural:

Então, mais uma vez, a gente sabe da importância que tem a internet para o nosso povo, sabe da importância que tem esse meio de comunicação para que a gente avance em nossas lutas, para que a gente avance em nossas conquistas. E, também, o fortalecimento da cultura. Porque, antes, eu conhecia só a cultura nossa e, hoje, através da internet, eu conheço a cultura de vários povos indígenas e de outros povos também de comunidades tradicionais (RAMOS, 2012).

O potencial para a construção de redes de comunicação é observado na análise desenvolvida por Pereira (2007, p. 41) para quem a interação e sociabilização possibilitadas pela internet podem divulgar valores e pontos de vista. Segundo a autora, redes de apoio que vão além das aldeias ou dos espaços físicos demarcados podem ser construídas. Relato semelhante é apresentado por Nunes Junior (2009), ao estudar a comunicação entre povos Guaranis no estado de Santa Catarina. Nunes Junior trata da substituição dos antigos mensageiros e intermediários pelo uso de tecnologias como o telefone, emails, redes sociais, rádios comunitárias como forma de integração: “Pensamos que a utilização das NTICs (Novas Tecnologias de Informação e Comunicação) seriam um grande auxílio à concepção Guarani de mundo/território/yvy rupa

⁸⁶ Publicações “Comentário sobre o filme ‘O Espírito da TV’” (16 de abril de 2008) e “Comentários sobre o filme ‘Nguné Elü - O dia em que a lua menstruou’” (14 de abril de 2008).

Guarani⁸⁷ reunido como numa rede, o que chamamos de “território em rede” (NUNES JUNIOR, 2009, p. 98).

2.4.2 Vinculação ao real-histórico e autonomia na narrativa do cotidiano

Duas alternativas são vislumbradas para a construção de um portal onde seja possível a produção participativa de conteúdo, sem a presença de um editor. Primeiramente, a necessidade de uma articulação local: “É importante entender um portal da comunidade e seu processo de construção como uma estratégia de apoio de desenvolvimento local. Dois elementos nesse processo são fundamentais, a articulação/mobilização que este portal gera e a forma de organização que incentiva⁸⁸” (THIOLLENT; ALVEAR, 2011, p. 13, tradução da autora). E, em segundo lugar, a aplicação de uma metodologia participativa, através da criação e implantação de tecnologias adequadas a esse tipo de produção e às necessidades da comunidade.

Um diálogo acontece aqui através da tecnologia, assim como o fortalecimento de vínculos comunitários. Coloca-se em prática um dos elementos característicos e essenciais da comunicação comunitária: a aproximação do real-histórico pretendida na comunicação comunitária é realizada na nova esfera conversacional pós-massiva, no que Lemos chama de esfera comunicacional que é “mais próxima do ‘mundo da vida’” do que do “sistema” (LE MOS, 2009, p. 03), em oposição ao processo mais informativo da comunicação de massa e sua determinação pelos processos produtivos da redação.

A impessoalidade dos processos de produção dos meios de comunicação de massa resultante do distanciamento da perspectiva dos jornalistas da perspectiva dos indivíduos integrantes das comunidades resulta, em certa medida, em uma desvinculação da produção jornalística do real-histórico daquele lugar. (PAIVA, 2003, p. 58). O diálogo nesse sistema massivo se tornaria escasso, ou até inexistente: “As mídias de massa são mídias de informação. As novas mídias de

⁸⁷ A expressão “yvy rupa” no idioma guarani significa “terra”: “‘nosso território’, em Guarani nhande yvy rupa, ou o ‘berço da terra’, e ‘nosso sistema’, nhande rekó, literalmente” (NUNES JUNIOR, 2009, p.29).

⁸⁸ Original em inglês: “It is important to understand a community portal and its construction process as a local development support strategy. Two elements in this process are fundamental, the articulation/mobilization that this portal generates and the form of organization it encourages”.

função pós-massiva são mídias de comunicação, de diálogo, de conversação” (LEMOS, 2009, p. 02). Segundo Lemos (2009, p. 12, p.13), em alguns modelos do jornalismo tradicional haveria também essa aproximação, como no jornalismo hiperlocal que, produzido através do cruzamento de dados de várias fontes (inclusive cidadãos), enriquece a cobertura de acontecimentos, oferece informações hiperlocalizadas, fazendo a necessária localização da notícia. O jornalismo hiperlocal ampliaria a conversação e, igualmente, seria capaz de gerar maior engajamento comunitário e político: “podemos levantar a hipótese de que uma mídia mais conversacional (como as atuais pós-massivas) ampliaria as ações políticas do público. Inibir a conversação é inibir a dimensão política e pública” (LEMOS, 2009, p. 15).

Os indígenas também destacam a importância de testemunhar, ver o que acontece na comunidade a partir da vivência e relato do cotidiano: “Nós mesmos, nós indígenas, sendo os próprios jornalistas do nosso povo, nós estamos ali, no nosso dia-a-dia, contando o que nosso povo vem passando” (YONANA PATAXÓ HÃ HÃ HÃE, 2012). No projeto do portal *Índios On-line*, a comunidade alcança, ou busca alcançar, objetivos comunitários, com uma atuação e produção comunitária e colaborativa. Para tanto, é necessário mostrar o cotidiano, as dificuldades:

Às vezes, as pessoas que estão lá fora acham que os índios estão vivendo bem e a realidade não é isso. É por isso que a gente usa a internet para isso, para mostrar ao mundo. Essa realidade que eu falo, é o que está acontecendo dentro da aldeia. As pessoas não sabem, acham que o índio está vivendo bem, e na verdade não estão. Acha que os órgãos estão ajudando, estão dando assistência de qualidade, e, na verdade, não estão. A saúde está aí. Falta muita coisa para se realizar. A mesma coisa na educação. A nossa educação não é de boa qualidade. Nem educação, nem saúde. Nós precisamos de algo melhor (YONANA PATAXÓ HÃ HÃ HÃE, 2012).

Por outro lado, a proximidade do produtor da informação e comunidade, aliada com uma agenda institucional, gera dificuldades no esforço pela autopromoção, uma vez que a comunidade impõe resistências. A proximidade do produtor com a comunidade, no caso do blogue *AJINDO*, já causou conflitos:

Então, algumas notícias, tanto do jornal escrito, como outras, em alguns momentos, geraram conflitos internos na aldeia. E, às vezes, é alguma notícia que denuncia alguma coisa que acontece na aldeia, logo eles sentem que vem uma pressão. Um exemplo disso que já aconteceu, foi feita uma notícia no jornal, que também é vinculado na internet, e chega a notícia na aldeia, e aí tem uma pressão. Muitas vezes, as pessoas falam que vão pôr no advogado. Vai lá, grava a notícia. Por isso que eles se precaveram bastante, com relação à autorização de imagem e áudio. Até porque eles são alvo muito fácil. Diferente de um repórter que vem de fora. Eles seriam alvo muito fácil da própria comunidade. Eles estão no seio da comunidade (...).

Pergunta: O que você quer dizer com pressão?

Geralmente, acontece assim na comunidade: alguém fala assim “fulano lá falou que vai colocar você no advogado”, não sei o que... Geralmente, é um leva e traz. Nunca é diretamente, nunca acontece diretamente, muito difícil (PASTORE, 2012).

Observa-se aqui que, devido ao envolvimento e proximidade cultural, o blogueiro pode ser discriminado pela produção de uma informação. Um clima tenso mantém-se na comunidade como consequência da produção de informação pelos indígenas, como através da existência de requisições de direitos autorais pelas imagens captadas e informações fornecidas (ALCÂNTARA, 2012, PASTORE, 2012, GONÇALVES, 2012), ou mesmo uma pressão social local, sobre os autores dos veículos⁸⁹.

Este conflito emerge também porque a necessidade de autonomia sobre a narrativa do próprio cotidiano está relacionada com a autonomia na definição da própria identidade. Ginsburg (2012, p. 302) vislumbra que, através das novas tecnologias de comunicação e informação no ciberespaço, os indígenas inserem suas perspectivas nas narrativas disponíveis publicamente, como parte de um esforço de

⁸⁹ Como mencionado na Introdução, além do blogue, a *AJI* produz um jornal impresso distribuído mensalmente, chamado “Ajindo”, um website (JOVENS INDÍGENAS, on-line), e um programa de rádio “ORE REKO”.

reconhecimento e autodeterminação, e recuperam histórias, direitos pela terra e bases de conhecimento como suas propriedades culturais. Estas identidades definidas nas narrativas indígenas nascem em um esteio de muitas outras definições, nativas e vindas de fora e, quando se tornam públicas para a própria comunidade, podem ser aceitas ou rechaçadas.

2.4.3 Autodefinição de identidades: desmistificação e fortalecimento da autoestima

Entre os cidadãos comuns, no discurso jornalístico e mesmo no ambiente acadêmico, existe uma recusa de ver os povos indígenas no contexto social atual, conforme apontado por Martín-Barbero (2003, p. 272): “O índio foi assim convertido no que há de irreconciliável com a modernidade e hoje privado de existência positiva”. Para Wilson e Stewart (2008, p. 05, tradução da autora), essa existência positiva é exercida na medida em que os meios de comunicação indígenas desafiam o império da comunicação e colocam em cena novas constelações de poder global: “o controle sobre a representação nos meios de comunicação e autodefinição cultural afirma e significa a própria soberania política e cultural⁹⁰”.

A vontade de realizar esta autodefinição identitária fica evidente no depoimento do integrante da rede *Índios On-line*, Fábio Titiá:

usar esse meio de comunicação para divulgar a história do nosso povo. E **desmitificar**, mudar uma visão que muitas pessoas da sociedade têm em relação ao índio. Ou seja, muitas pessoas imaginam que o índio deve ser aquela pessoa que vive lá no mato, isolado, andando descalço, de pé no chão, tendo uma péssima moradia, sem direito a nenhuma inclusão social, tipo digital também. E, através da internet, a gente está mudando uma visão bem mais ampla. Porque o *IO* mostra para a sociedade brasileira que o índio é uma pessoa, mesmo com celular, mesmo com Laptop, ele não deixa de ser índio. Mesmo se ele usar essas ferramentas sociais que é o telefone, o celular, a internet e tal, ele não deixa de ser índio (TITIÁ, 2012, grifo da autora).

⁹⁰ Original em inglês: “control of media representation and of cultural self-definition asserts and signifies cultura and political sovereignty itself”.

Esta autodefinição passa pela desconstrução dos ideais concebidos sobre o público, pela desmistificação, que possibilita aos indígenas determinarem seu território, desta vez não físico, mas cultural e identitário. Nas ciber-informações nativas, os índios manifestam a sua própria opinião sobre o que é a indianidade. Ou, nas palavras de Titiá (2012): “o site *Índios On-line* deu essa oportunidade da gente indígena ser os próprios protagonistas da nossa história”. A desmistificação desconstrói preconceitos, conforme narra Potyra Tê (2012):

Porque aqui nessa cidade de Ilhéus, a gente sofre de muito, muito preconceito. Chamam a gente de vassoura de bruxa, o olho da serpente, supostos índios e aí, a gente, podendo mostrar a nossa voz, a forma como a gente vê as coisas, a forma como a gente vive, a gente está divulgando e tirando um pouco desse preconceito que existe.

No *IO*, observa-se que este caminho para desfazer os preconceitos e definir identidade se manifesta pela via da vinculação com a mobilização política para resolver os problemas enfrentados pela comunidade. No trabalho da *AJI*, existe um foco maior na autoestima e na formação profissional dos jovens, que não deixam de ser formas de construir uma identidade. Mas a definição de identidade aqui está relacionada com a possibilidade de dar a voz para os jovens, e não vinculada aos objetivos da comunidade: “Pergunta: E qual é o objetivo do blogue? O objetivo do blogue é a gente expressar a nossa maneira de pensar, nossa maneira de ver o que a gente teve, o que a gente está tendo, e o que a gente vai ter, entendeu?” (GONÇALVES, 2012).

Distanciando-se do movimento político estabelecido pelos anciãos dentro de sua comunidade, a proposta da *AJI* está mais próxima do que Silva e Cavalcante reconhecem na utilização das tecnologias de informação e comunicação pelos jovens indígenas de Caucaia, no Ceará: “Para os jovens Tapebas, há uma força muito maior que os instigam e os movem: a vontade de resgatar sua cultura, de enfatizar para os “brancos” que eles existem; que eles são hoje uma minoria, mas que estão lá, lutando por uma causa comum” (SILVA; CAVALCANTE, 2009 p. 10). Neste contexto, a *AJI* emerge como um lugar onde os jovens encontram

esse espaço para desenvolver a autoestima e projetarem sua voz⁹¹, mesmo que seja à custa de um conflito interno dentro de sua comunidade e com a própria cultura, porque aqui a identidade é definida através do filtro dos objetivos e da agenda da instituição⁹².

2.4.4 Fontes de informação

A visibilidade do cotidiano e autodefinição cultural e identitária está relacionada também com a necessidade de contrapor as visões vindas de fora, seja a perspectiva da sociedade ou as narrativas jornalísticas. Como previsto pelas concepções de comunicação comunitária, a revalorização do cotidiano está associada, entre outros fatores, com a percepção, pela comunidade, de uma falta de relação com a vida cotidiana dela no que é divulgado nos veículos de comunicação (PAIVA, 2003, p. 138). A falta de proximidade de uma abordagem ampla da realidade do indígena como causa para os desvios da do jornalismo tradicional está presente no depoimento do cacique Akanawã:

Porque, a partir do momento que a gente começou a usar o *IO*, a gente viu que começou a surtir efeito. Como esse efeito? Porque, antes, o que acontecia em nossa aldeia, como eu disse no início, quando a mídia ia saber já não tinha mais interesse. E a mídia hoje a gente sabe que são os olhos e ouvido da sociedade. E, hoje, a sociedade tem o *IO* para conhecer um pouco de nossa vida e, também, ver o que se passa conosco (RAMOS, 2012).

Diante do reconhecimento da importância dos meios de comunicação de massa da sociedade, o cacique Akanawã (Reginaldo Ramos) afirma a importância que o *Índios On-line* pode ter enquanto fonte de informação para esses meios e para a sociedade. Semelhante argumento está presente no comentário de “Raphae Arah” na publicação

⁹¹ As publicações “A vida”, 29 de abril de 2008, “REAJINDO!!!”, de 11 de abril de 2008, “A realidade de Jovens indígenas de MS”, 01 de abril de 2010

⁹² As duas publicações homônimas “REAJINDO!!!”, em 02 de abril de 2008 e 11 de abril de 2008, relatam algumas atividades desenvolvidas pela ONG. Mais a seguir, quando a promoção institucional é abordada, outros exemplos serão mencionados.

“O pataxó hãhãhãe retomam quase todo o território⁹³”. Em um contexto onde a publicação e alguns comentários denunciam a abordagem dos meios de comunicação sobre os conflitos de terra na região, Arah afirma que somente o *Índios On-line* possui informações confiáveis: “Mantenham-se firmes e unidos! E mande mais informações. Vocês são as únicas fontes realmente confiáveis dessa situação. Precisamos dos seus relatos para saber o que está acontecendo” (ÍNDIOS ONLINEf, on-line).

O depoimento de Tupinambá mostra como as ciber-informações nativas podem, enquanto fontes de informação, contrapor o jornalismo tradicional:

Eu acho que isso mudou muito mais a visão de vários meios de comunicação, principalmente os grandes jornais que inventavam coisas aqui da região, que inventavam várias coisas. E eles começaram a ver que, além do jornal deles, existiam outras páginas, que tinham algumas que eram nossas, e que eram criadas por nós (TUPINAMBÁ, 2012).

Nesta possibilidade de contraposição e interferência vislumbra-se uma rede, uma relação de interdependência, que envolve os diferentes meios de comunicação, alternativos e tradicionais, na sociedade. As ciber-informações nativas integram esta rede, às vezes questionando, como exemplifica Tupinambá, às vezes apenas repetindo as informações do jornalismo tradicional.

2.5 Recircular cibermeios jornalísticos: repetição integral e comentários críticos

Assim como muitos meios de comunicação de base cidadã, como o jornalismo participativo⁹⁴, as ciber-informações nativas dialogam com os meios tradicionais, tentando influenciar na sua pauta ou apresentando críticas das coberturas realizadas. Os índios afirmam buscar preencher uma lacuna da abordagem feita pelo jornalismo tradicional sobre a vida nas aldeias, os direitos, necessidades e cultura

⁹³ Publicada em 17 de abril de 2012.

⁹⁴ Conforme conceito de *gatewatching* de Bruns (2005).

dos povos indígenas⁹⁵. Porque, na perspectiva deles, “a mídia local ela nos criminaliza, ela nos discrimina” (POTYRA TÊ, 2012).

Entre outras razões, já a comunicação zapatista também teria sido motivada pela abordagem enviesada do jornalismo internacional. No Massacre de Acteal, os jornais haveriam reforçado o discurso do governo que apontou o conflito entre facções populares como a causa das mortes, quando a versão das comunidades era que a violência tinha sido financiada pelo governo, para repreender quem apoiava os Zapatistas. Na cobertura daqueles eventos, as comunidades locais não teriam sido escutadas (HALKIN, 2008, p. 164).

Também para Gallois e Carelli (on-line), as novas tecnologias surgem para preencher uma lacuna, neste caso, deixada pelos documentários difundidos no jornalismo televisivo que apresentam uma visão dos indígenas focada na fragilidade e no possível desaparecimento de suas culturas, reforçam uma visão do índio como primitivo e autêntico e seguem o caminho contrário do processo de atualização de identidades na experiência da comunicação globalizada.

A construção de relatos estereotipados⁹⁶ sobre a realidade da aldeia e identidade dos povos indígenas são reclamações comuns em diversos textos. Reconhece-se, nos depoimentos, uma oposição “meios

⁹⁵ Existem trabalhos que analisam a abordagem jornalística sobre temas relacionados aos povos indígenas. Além da omissão no jornalismo nacional com relação aos povos ianomâmis, conforme relatado por Tierney (2002), o “caso Payakã” também é um dos registros onde pesquisadores encontram uma cobertura deficitária. Ao analisar a cobertura da imprensa brasileira neste caso, onde um indígena foi acusado de realizar um crime hediondo segundo a lei brasileira, Freire (2004) verifica como ocorre uma deslocação do discurso sobre a acusação contra o indígena para a relação das populações indígenas e a sociedade nacional com a existência de “linhas consensuais em torno à riqueza, privilégio e poder – como elementos de representação do ‘índio’ – articulados num discurso argumentativo que, de modo geral, visa mobilizar opiniões para o questionamento dos direitos especiais indígenas” (FREIRE, 2004, p. 29).

⁹⁶ Segundo Lippman (2008, p. 83), o estereótipo surge porque as opiniões das pessoas versam sobre coisas que estão além da capacidade de observação direta. Assim, se junta pedaços de relatos e imaginação, realizando uma transfiguração do fato, quando se pensa está lhe dando com o relato em si: “Os fatos que vemos dependem de onde estamos posicionados e dos hábitos de nossos olhos”, (LIPPMAN, 2008, p. 84). Assim, são criados protótipos para narrar e favorecer a compreensão daquilo que não é possível se conhecer diretamente: “os padrões correntes e as versões padrões interceptam a informação em seu caminho à consciência” (LIPPMAN, 2008, p. 88). Uma discussão mais contextualizada sobre os estereótipos no jornalismo será apresentada no quarto capítulo.

indígenas *versus* jornalismo tradicional” que coloca os cibermeios como uma oportunidade de contrapor o discurso do jornalismo tradicional, devido em parte à proximidade dos autores indígenas com a realidade e cotidiano das aldeias. Em alguns textos, os autores acusam o jornalismo tradicional de apresentar informações enviesadas ao abordarem assuntos que envolvam povos indígenas, mesmo quando visitando a aldeia (como destacado):

Pergunta: Quais foram as razões que motivaram a sua participação como integrante da equipe do portal *Índios On-line*?

Resposta: Porque, muitas vezes, a imprensa tradicional ela só divulga aquilo que satisfaz algum grupo, alguma massa social. Algum grupo social, ou um grupo grande. E, muitas vezes, as nossas dificuldades, os problemas dentro da comunidade, não têm visibilidade nacional. E, às vezes, o que parece muito na mídia tradicional é que o índio é aquela pessoa que prejudica o progresso nacional. (...) Porque antes a mídia tradicional levava informações do nosso povo, de forma totalmente manipulada e distorcida. **Ou seja, eles vinham na aldeia, registravam o fato e chegavam lá e distorciam, colocando a sociedade contra o índio.** Criando uma imagem que não era verdadeira (TITIÁ, 2012, grifo da autora).

Nós aqui sempre fomos perseguidos pela ação do homem branco, ainda mais os homens que são latifundiários dentro de nosso território. Onde já morreram vários índios assassinados, onde índios foram perseguidos, tiveram que ir embora daqui. E poucas pessoas não conheciam essa história. Infelizmente, a mídia sempre falava outra história, e a mídia postava o que queria. E a gente nunca tinha voz na mídia, para mostrar ao mundo, mostrar ao Brasil, à sociedade, o que se passava com a gente. Em termos de violência, discriminação, saúde, educação. Mas essa história foi mudando. A partir do momento que a gente foi conhecendo a tecnologia, a gente foi conhecendo a mídia, a gente passou a usá-la (RAMOS, 2012).

A cobertura jornalística sobre os povos indígenas é tema ainda da publicação “Rede Globo Manipula Reportagem jogando a sociedade contra os Pataxó Hãhãhã”⁹⁷. O texto, que foi publicado após as entrevistas da pesquisa de campo, acusa o mesmo problema destacado pela afirmação do depoimento: critica a ausência da perspectiva do indígena na reportagem do *Jornal Nacional*, da *Rede Globo* e acusa a *Globo* de fazer falsas acusações contra os povos indígenas⁹⁸. Outra publicação, desta vez no blogue da *AJI*, também realiza uma crítica da cobertura da mídia sobre um assunto relacionado aos povos indígenas. Em “Não importa o que fazem”, publicada no dia 30 de abril de 2008, Nilcimar, o autor do texto, critica a abordagem de uma matéria publicada no jornal *O Progresso*⁹⁹, intitulada “Terras Indígenas que foram tiradas dos produtores rurais colonos viram mato”. Segundo o autor, faltou ao jornal a compreensão da relação do indígena com a natureza e com a terra, que não seria de produtividade, mas através de um uso voltado para a agricultura familiar. Além disso, o texto denuncia a falta de subsídios para este tipo de agricultura e a demora de demarcação das terras indígenas pelo governo brasileiro.

Quando os indígenas respondem à reportagem da rede *Globo*, confirmam a existência de uma intrincada relação entre os meios de autoria cidadã e os meios jornalísticos das organizações que possibilita,

⁹⁷ Publicada no Índios on-line, no dia 14 de abril de 2012

⁹⁸ Na ocasião mencionada no texto, uma civil foi assassinada em uma das estradas nas cercanias de Itaju do Colônia, um dos municípios onde ocorreu a série de ocupações de fazendas por indígenas em abril de 2012. No *Correio 24 Horas*, a matéria “Mulher é morta e irmã é baleada na zona rural de Itaju do Colônia”, publicada no dia 09 de abril de 2012, menciona que “seis homens fortemente armados, ainda não identificados” atiraram contra o carro da vítima e que “A polícia investiga se os atiradores têm alguma ligação com índios ou fazendeiros da região”. A polícia é a única fonte utilizada na matéria, o que revela uma falha em ambos os lados: a matéria não fala nem com os índios nem com os fazendeiros. A matéria da rede de televisão não faz parte do *corpus* dessa pesquisa.

⁹⁹ O jornal “*O Progresso*” é um dos principais jornais da cidade de Dourados (MS). Fábio Dorta, correspondente do *Correio do Estado* em Dourados, mencionou em entrevista (DORTA, 2012) que os índios vão a este e outros jornais da cidade pessoalmente para realizar denúncias. Na página na internet, *O Progresso* declara sua posição tipicamente de jornalismo que separa fatos de opinião, e restringe a opinião ao editorial: “Este Jornal expressa sua opinião pelo editorial. As demais opiniões são de responsabilidades de seus autores” (*O PROGRESSO*, on-line).

entre outras coisas, que uns se tornem fontes para os outros. A informação está sendo recirculada¹⁰⁰, mesmo que seja através da crítica. Os cibermeios indígenas são produzidos por pessoas que consomem os meios de comunicação tradicionais, assim, o jornalismo tradicional serve como fonte para as ciber-informações nativas.

Esta vinculação através do consumo é observada por Jenkins (2008) que analisa o antigo consumidor aprendendo a viver em uma nova cultura, a cultura da convergência, onde “velhas e novas mídias colidem, onde a mídia corporativa e a mídia alternativa se cruzam, onde o poder do produtor e o poder do consumidor interagem de maneiras imprevisíveis”. Para o autor, no estágio atual, as maiores mudanças estariam ocorrendo nas comunidades de consumo, com o surgimento de uma prática interligada em rede como substituta do consumo individualizado (JENKIS, 2008, p. 327). O próprio Jenkins (2008) nota que esta prática interligada envolve uma dúbia relação entre meios participativos e tradicionais, na qual os meios institucionais gozam, às vezes, de privilégio e credibilidade.

Este consumo é percebido no *Índios On-line* pelas críticas, e no *AJINDO* pela reprodução, muitas vezes na íntegra, de matérias de meios jornalísticos. Os *Índios On-line*, que se mostra constantemente crítico ao jornalismo das organizações tradicionais, possui 98% dos textos de autoria dos próprios indígenas – com apenas um texto de autoria externa, que mesmo assim não é de um meio jornalístico, mas do *Centro de Seleção e de Promoção de Eventos da Universidade de Brasília*¹⁰¹. No blogue *AJINDO*, por outro lado, 12,8% das publicações são reproduções na íntegra de matérias publicadas em outros meios jornalísticos, entre eles os cibermeios jornalísticos locais *Dourados Agora*, *Mídia Max*, e os nacionais, *Agência Brasil* e *GI*¹⁰². Além destas, 9% das publicações provém de assessoria, também reproduzidas sem acréscimo de alguma informação pelos autores dos blogues. Dos vinte textos de outros meios e/ou assessorias publicados no blogue *AJINDO*,

¹⁰⁰ Conforme conceito de Zago (2011).

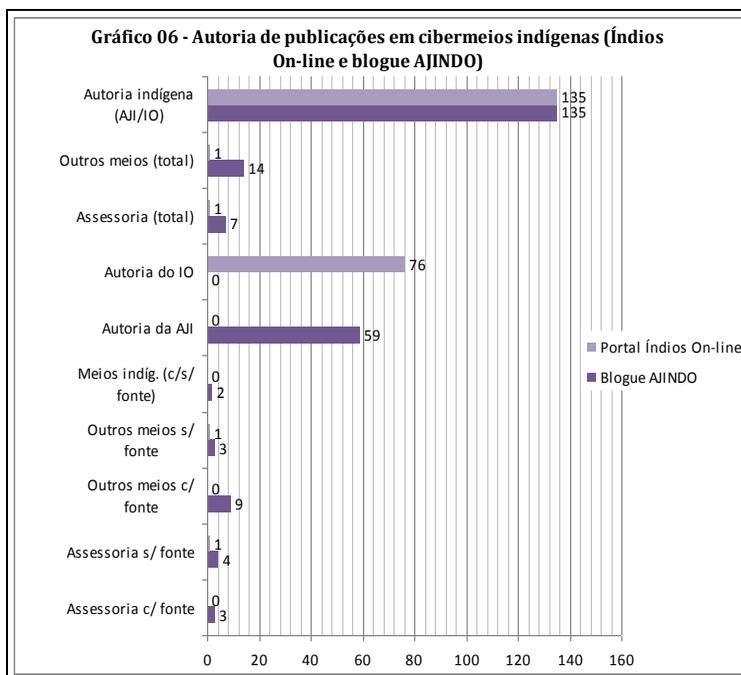
¹⁰¹ A publicação “UnB oferece 11 vagas para estudantes indígenas”, de 13 de abril de 2012”.

¹⁰² Tem-se de considerar que os jovens da ONG trabalham também na produção do jornal trimestral *Ajindo*, e neste espaço os textos são, em geral, de autoria dos índios. A espontaneidade característica do blogue o torna um espaço para uma maior variedade de formatos de publicação, o que se reflete na diversidade de textos presente: de assessoria, de outros meios, poéticos, informes, divulgação de eventos, etc.

dois são de meios indígenas¹⁰³ e apenas um possui um comentário de autoria de um membro do blogue, mostrando uma interpretação sobre a história narrada¹⁰⁴. Os gráficos 06 e 07 apresentam mais detalhes sobre a autoria das publicações nos cibermeios indígenas.

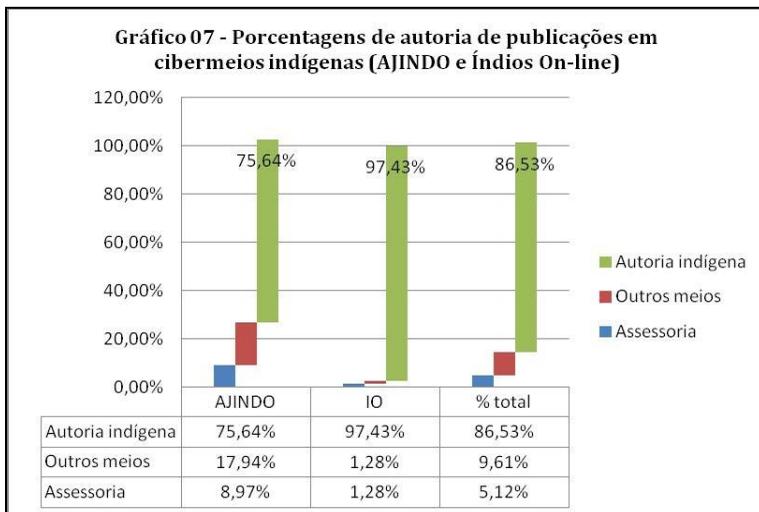
¹⁰³ “Feira de Conhecimentos Indígenas e Multimídias”, de 12 de abril de 2012, é uma repetição, na íntegra, de texto originalmente publicado no blogue *Baniwan* (on-line), e “Abril Indígena”, de 02 de abril de 2008, publicado originalmente no cibermeio do *Conselho Indígena Missionário* (CIMI), órgão indigenista vinculado à *Conferência Nacional dos Bispos do Brasil* (CNBB). Embora o CIMI seja uma organização indigenista (indivíduos não-indígenas se preocupando por questões indígenas), e não indígena (de origem indígena), o órgão possui uma luta histórica pelos direitos dos povos tradicionais, coloca-se, em geral, a favor destes povos e busca reproduzir a perspectiva indígena, dentro do possível, nas informações que produzem, assumindo o lugar social do índio como lugar de fala (VIEIRA, 2000, p. 79). Por isso, considerou-se o órgão como fonte indígena. É importante ressaltar que os textos que não eram assinados, não possuíam referência à fonte e apresentavam uma linguagem formal e não espontânea e pessoal como a maioria das publicações no blogue, foram pesquisados no *Google*. A partir do mecanismo de busca, chegou-se a uma suposta autoria. Em alguns casos, uma assinatura garantia a origem do texto, em outros, como na publicação do blogue *Baniwan*, nada, a não ser a falta de outras opções no resultado da busca, garante que o destino encontrado não seja apenas mais uma mediação.

¹⁰⁴ Trata-se do texto “Acusar fazendeiros pela morte dos índios Rolindo e Jenivaldo Vera é absurda, diz defesa”, publicado em 18 de abril de 2012. A matéria, repetida na íntegra, traz principalmente os argumentos dos advogados de defesa de dois acusados de terem assassinado duas lideranças indígenas. Segundo a própria matéria, publicada originalmente do cibermeio noticioso *Dourados News*, após os índios serem retirados com violência da fazenda de propriedade da família Escobar que haviam “invadido”, perceberam a ausência dos professores Jenivaldo e Rolindo Vera. O corpo de Jenivaldo foi encontrado no outro dia e Rolindo ainda está desaparecido. A única fonte utilizada foi Felipe Azuma, um dos advogados de defesa. Ao fim do texto, o autor da publicação acrescenta o comentário: “Absurda se ele está desaparecido, é não sabe ninguém onde ele está, isso é mais preocupante”. Observa-se que o termo “invadido” utilizado pela reportagem é rechaçado pelos índios, que preferem utilizar a palavra “retomada”. O texto com um comentário no final não está incluído no cálculo das publicações reproduzidas na íntegra, uma vez que apresenta a opinião do integrante do blogue. Os dois textos retirados de meios indígenas também não foram incluídos. A porcentagem foi calculada com base em onze textos de cibermeios jornalísticos e nove de assessorias, pois o objetivo foi avaliar a reprodução de discursos ‘sobre’ índios não produzidos ‘pelos’ índios e sem nenhuma interpretação por parte do cibermeio indígena que está



Fonte: autora

fazendo a mediação. A porcentagem dos gráficos a seguir não contém a distinção entre textos reproduzidos sem ou com comentários.



Fonte: autora

Além da autoria, as assinaturas dos cibermeios foram analisadas para verificar a presença das referências aos cibermeios jornalísticos, aos autores individuais ou coletivos das aldeias. No portal *Índios On-line*, todas as publicações possuem uma assinatura automática que informa o nome do índio on-line, quantas matérias ele/ela fez para o portal. O nome possui um *link* para uma página que contém as publicações daquele índio on-line, e o texto “Entre em contato com o autor” possui o *link* para o e-mail do(a) autor(a). Em alguns casos, no entanto, esta funcionalidade apresenta erro, e não é possível ver o nome do(a) autor(a), embora uma mensagem liste a quantidade de publicações já realizadas por ele(a). No *IO*, 6 publicações não possuíam assinatura e apresentavam esse erro que impossibilitava ver o índio que fez a publicação, 13 foram de autoria coletiva (um grupo de pessoas, alguma organização indígena, ou assinada, enquanto “povos indígenas Pataxós hã hã hã”, por exemplo), 58 foram assinadas por indivíduos sozinhos e uma publicação foi assinada por duas pessoas. No blogue *AJINDO*, as assinaturas geralmente estão no corpo do texto, não havendo outra forma de identificar o autor. Assim, o número de publicações não assinadas foi maior, 33. Destacam-se também as publicações de autoria declarada de cibermeios jornalísticos, 8. Aquelas que contavam com assinatura individual somaram 29, sendo que alguns jovens identificavam também sua função desempenhada na ONG (3), e outros a etnia (9). Quatro publicações foram assinadas como de autoria da *ONG*.

Outro cibermeio indígena, o trecho de um livro, a Universidade Federal de Brasília foram apontados como autores de 1 publicação cada. Também 1 publicação foi referenciada como de autoria de duas pessoas conjuntamente.

Como afirmou Renesse (2011), mesmo as publicações individuais podem representar uma voz coletiva. No entanto, o que fica claro na análise da autoria das publicações, é que além do destaque para as publicações assinadas individualmente, que estão em grande número nos dois cibermeios, o portal *Índios On-line* possui mais publicações de caráter coletivo, enquanto no *AJINDO* se destaca referência a outros meios jornalísticos. A identificação pela etnia está presente nos dois cibermeios, uma vez que muitas assinaturas no *IO* são compostas pelo nome seguido da etnia, mostrando a intenção de reforçar a identidade indígena. A ferramenta do portal *IO* permite uma melhor familiarização com os sujeitos autores do cibermeio, ao possibilitar que o internauta encontre facilmente outras publicações dos mesmos autores. Esse provavelmente é um recurso muito útil para os índios on-lines de diferentes lugares se conhecerem. Por não ter recurso semelhante, o blogue *AJINDO* possui 33 publicações sem referência de assinatura, o que leva a um ocultamento sobre qual a origem do discurso apresentado.

O consumo das informações jornalísticas perceptível na análise das publicações sobre a autoria dos cibermeios é confirmado quando os autores definem seu próprio processo produtivo: “Jornais/rádio/televisão” é a terceira opção melhor pontuada pelos integrantes da *AJI* diante da pergunta “Como você coleta informações para fazer uma publicação para o blogue/portal? Numere, utilizando o número 1 para a primeira fonte de informação mais utilizada, 2 para segunda fonte de informação mais utilizada, e assim por diante. As fontes que não são utilizadas não precisam ser numeradas”, enquanto que “Testemunho Ocular” e “Conversas com amigos/familiares” foram as mais mencionadas, em primeiro e segundo lugar, respectivamente¹⁰⁵. Ao responderem à pergunta “Você lê, assiste ou escuta os meios de comunicação tradicionais? Em caso positivo, favor especificar qual

¹⁰⁵ Com as questões que solicitaram pontuação gradativa, o número ‘1’ referia-se à mais utilizada. Os respondentes dos dois cibermeios numeraram até ‘9’, pois deixaram algumas opções em branco. Para a sistematização dos dados, uma vez que ‘0’ referia-se à opção não marcada, inverteu-se as pontuações: 9 passou a significar a primeira posição, e 1 a última, de forma que uma maior somatória significasse uma maior utilização.

(is)”, no questionário, 87,5% dos indígenas integrantes da *AJI* afirmaram ler o jornal *O Progresso*.

Neste contexto, o blogue da *AJI* é também um meio para propagar informações dos meios jornalísticos tradicionais, mesmo com todas as limitações apontadas pelos próprios indígenas sobre a cobertura jornalística. Nesta complexa teia que envolve meios independentes e privados, o *AJINDO* assume muitas vezes a função de um blogue de filtro, conforme a definição de Rettberg (2008, p. 09-17). Segundo o autor, na blogosfera haveria três estilos principais de blogues: os blogues pessoais focam na vida pessoal do autor, os blogues de filtro apresentam informações da *web* de acordo com o ponto de vista do blogueiro e os blogues temáticos apresentam informações sobre um assunto específico. O blogue *AJINDO*, na verdade, possui uma característica mista, apresentando elementos de um *filter blog* (blogue de filtro) ou *gawatching*, como definiria Bruns (2005), e de blogue temático que aborda os assuntos de interesse de povos indígenas e é produzido coletivamente: “Embora muitos desses blogues sejam executados por indivíduos, os blogues temáticos também são executados em colaboração com um grupo de indivíduos”¹⁰⁶ (RETTBERG, 2008, p. 15, tradução da autora).

Por um lado, reconhece-se aqui que não há necessariamente uma oposição entre meios massivos e comunitários, quando um cibermeio comunitário reproduz informações produzidas pelos meios jornalísticos ou institucionais tradicionais. A veiculação de *releases* e matérias que possuam como tema os índios não necessariamente significa a veiculação da voz do indígena. Por outro, a comunicação comunitária incentiva, como parte das iniciativas cidadãs, a leitura crítica dos meios jornalísticos tradicionais. Para a perspectiva da comunicação comunitária, conforme definida pelo *Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária* (Lecce), da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o principal uso da comunicação é o educacional, o desenvolvimento cultural e a leitura crítica dos meios de comunicação de massa (PERUZZO, 2007, p. 69, 89; PAIVA, 2007, p. 144). A divulgação, na íntegra, de textos não significa, necessariamente, uma leitura crítica, mas estabelece o primeiro passo para isso – a coleta e compreensão destas informações. É o que Isabel Gatti e Raúl Bermúdez (2010, p. 18) denominam de letramento midiático, e que pode ser

¹⁰⁶ Original em inglês: “While many of these blogs are run by individuals, topic-driven blogs are also often run collaboratively by a group of individuals”.

relacionado com os objetivos de educação e à ideia de incorporação de valores democráticos conforme a definição de Demo (2001).

2.6 Autopromoção institucional

Ao mesmo tempo em que as teorias da comunicação comunitária consideram a educação uma parte essencial da produção de meios em comunidades marginalizadas (PAIVA, 2007, p. 144), críticas são feitas aos modelos que visem inserir as comunidades carentes no mercado de trabalho, ou capacitá-las na busca para galgar espaços sociais, sem que seja questionado o fundamento da sociedade (SANTIAGO, 2008, p. 102). Neste modelo não há uma verdadeira autonomia, uma vez que as decisões sobre as ações a serem desenvolvidas estão vinculadas à necessidade de divulgar o trabalho da ONG.

O blogue *AJINDO* apresenta esta característica, conforme é possível reconhecer em algumas publicações que divulgam o trabalho da *AJI* (em ordem retrospectiva): “AJIndo edição 20^o”, de 30 de abril de 2010, “ATY GUASSU DE JOVENS INDÍGENAS DE MS”, de 28 de abril de 2009, “ATY GUASSU ENCONTRO DOS JOVENS INDÍGENAS DO MATO GROSSO DO SUL”, de 14 de abril de 2009, (Sem título), de 22 de abril de 2009 (traz a foto da capa e contra-capa do jornal *AJINDO*), “REAJINDO!!!”, de 1o. de abril de 2008, “REAJINDO!!!” de 11 de abril de 2011, “RESGATANDO A CULTURA”, de 29 de abril de 2008, “AULA DE TEATRO”, de 29 de abril de 2008, “Aji na palestra da convenção 169 dos direitos dos povos indígenas”, de 17 de maio de 2006.

Também no *Índios On-line* algumas publicações informam atividades e publicações da ONG *Thydêwá* que criou o projeto, mas em número bem menor. “Índios Educam para combater preconceito”, de 16 de abril de 2012, fala do novo projeto da ONG, do qual participam indígenas integrantes do portal, que visa produzir material didático para a educação sobre os índios nas escolas; “Índios na Bienal do Livro” e “Pataxó Hã Hã Hãe, lançam seu Livro em Salvador”, ambas de 21 de abril de 2007, mencionam o lançamento do livro “Índios na visão dos índios Pataxó Hã Hã Hãe”, de autoria dos índios e produzido pela *Thydêwá*. Por outro lado, o portal é utilizado para realizar uma cobrança à criadora do cibermeio: em “Carta Cobrança”, de 27 de abril de 2006, há uma crítica à *Thydêwá* devido ao atraso no pagamento das bolsas dos índios on-line. Os autores reclamam da burocracia e afirmam que deram

os dados solicitados pela *ONG*, mas não receberam o pagamento, que deve ser fornecido pelo “ministério responsável”.

2.7 Interseções teóricas

Os formatos de jornalismo alternativo, comunicação comunitária, jornalismo público e participativo, que possuem um histórico de produção de informação, podem ser reconhecidos na produção das ciber-informações nativas. Os objetivos de conscientização política, mobilização e ativismo presentes no jornalismo alternativo, comunitário e público são evidentes nos discurso dos indígenas e nas publicações dos cibermeios. Mas este ideal de esclarecimento é empreendido pelo jornalismo tradicional em sua defesa pela publicidade da política na democracia (SCHILLER, 1981, p. 197, SCHUDSON, 1995, p. 204, MACHADO, 2001, p. 18, p. 21). Quando efetivam a incorporação da cultura democrática, as ciber-informações nativas são influenciadas pela forma de conhecimento produzida no discurso jornalístico. Conhecimento este absorvido pelos indígenas enquanto cidadãos integrantes da esfera pública.

Os indígenas dialogam com estes discursos, adaptando-os aos seus interesses, necessidades e habilidades, conforme revelado no depoimento de uma indígena, que, a partir de sua experiência empírica, consegue discernir a complexidade do discurso jornalístico, ao reconhecer que nem sempre a verdade, nem sempre a mentira são preponderantes nos relatos jornalísticos:

O próprio índio está contando a história dele, não uma pessoa que chega de lá e conta a nossa história do nosso povo distorcida. Ele pode ouvir a verdade do indígena, mas tem alguns jornalistas, não é todos, que distorcem nossas informações. Nós mesmos, nós indígenas, sendo os próprios jornalistas do nosso povo, nós estamos ali, no nosso dia-a-dia, contando o que nosso povo vem passando (YONANA PATAXÓ HÃ HÃ HÃE, 2012).

Se as ciber-informações nativas podem ser relacionadas ao referencial teórico da comunicação e jornalismo é porque este intercâmbio não acontece apenas na teoria, mas nas dinâmicas da realidade. O portal *Índios On-line*, por exemplo, apresenta a característica de ser um instrumento para luta política dos povos

indígenas, aproximando-o dos objetivos do jornalismo público e jornalismo alternativo. Na sua dinâmica produtiva, é um meio participativo e comunitário. Estas tendências estão manifestas tanto na resposta aos questionários – os respondentes foram unânimes em optar por defender a causa indígena como o objetivo mais importante ao publicar no portal¹⁰⁷, quanto no mapeamento das publicações: 33% dos textos fazem referência à mobilização comunitária ou incitam-na de alguma forma.

Não seria exagero afirmar que o portal foi importante no processo que resultou na conquista dos títulos das terras pelos índios. Se a imprensa alternativa foi utilizada durante a ditadura militar pelas correntes de esquerda para criticar e lutar contra o regime autoritário, o portal *Índios On-line*, no contexto atual, cumpre a função de ajudar na luta indígena contra a apropriação de terras indígenas por fazendeiros e posseiros. A diferença é que, devido às novas tecnologias, fornecidas, em grande medida, por políticas públicas de inclusão digital, não apenas intelectuais podem disseminar informação de denúncia política, também a população em geral pode se apropriar destes meios.

Já foi possível reconhecer, no jornalismo, que narrar o cotidiano é uma forma de revelar a complexidade da realidade (MEDINA, 2008, p. 106-108) e os largos passos que é preciso dar para se alcançar a igualdade e satisfação de direitos básicos. Com a comunicação comunitária e o jornalismo público este esforço de narrativa é articulado com antigas estratégias de mobilização locais, através de uma vinculação com o cotidiano de comunidades. A indígena Potyra Tê manifesta este ideal, típico do intuito do jornalismo participativo e comunitário de dar a voz ao cidadão, mas herdeiro também do jornalismo tradicional que identifica na narrativa do cotidiano, dos acontecimentos singulares, um caminho para ultrapassar as condições universais e particulares que condicionam este cotidiano (GENRO FILHO, 1987, p. 163):

E a gente tendo a nossa própria mídia a gente pode mostrar a verdade, a nossa verdade, a nossa voz. Não é ninguém que está vindo de fora para contar o que está acontecendo dentro da nossa

¹⁰⁷ Conferir Apêndice B (Questionário e Respostas), a questão 31: “O que você considera mais importante ao realizar uma publicação para o blogue/porta? Numere de 01 a 04, considerando 01 para o mais importante, e 04 para o menos.”

comunidade, a gente mesmo que escreve, a gente mesmo que publica, a gente mesmo que tira a foto, que faz o vídeo, que edita, da nossa forma, da forma que a gente sabe fazer (POTYRA TÊ, 2012).

O blogue *AJINDO* apresenta características do jornalismo participativo, por utilizar as novas tecnologias que permitem dar a voz a grupos excluídos, fazendo com que perspectivas pessoais ou de um grupo possam ser disponibilizadas na esfera pública (ORIHUELA, 2006, BOWMAN; WILLIS, 2003, GILLMOR, 2004). Ao mesmo tempo, incorpora o discurso jornalístico não somente através da recirculação de informações de organizações jornalísticas, mas também, ao utilizar a esfera pública do ciberespaço, para questionar relações internas de sua comunidade, exercendo assim um jornalismo público às avessas, porque publiciza os problemas, ensaia sugestões nos textos, mas seu distanciamento da comunidade impede que sejam realizadas articulações que, no jornalismo público, são necessárias para encontrar as soluções (ROSEN, 2000, p. 75).

O *AJINDO* não defende diretamente o interesse da comunidade local, mas dos jovens, uma minoria deslocada em sua própria cultura, e através desta minoria vislumbra as necessidades da comunidade indígena. Pode assim ser caracterizado como uma publicação temática, embora não seja participativa, pela própria estrutura tecnológica que permite apenas membros da *ONG* publicar, nem comunitária, por não ser o resultado de um diálogo e negociação com a comunidade.

As circunstâncias nas quais os cibermeios indígenas analisados são produzidos – no caso do *AJINDO*, o conflito com a comunidade, e a desvinculação do projeto com o desenvolvimento de tecnologias para a comunidade, e no caso do *Índios On-line*, a utilização com fins políticos e comunitários – irão afetar na circulação do cibermeio, trazendo a dimensão das relações dentro das comunidades para a circulação no ciberespaço. No próximo capítulo, a circulação das ciber-informações é analisada, a partir de uma fundamentação teórica baseada na transposição da análise das diversas etapas que compõem a prática jornalística para estes cibermeios.

CAPÍTULO 3 - A CIRCULAÇÃO DA INFORMAÇÃO: DOS MEIOS TECNOLÓGICOS ÀS ESTRATÉGIAS

*Se o Reino Unido não jogou fora a Convenção de Viena naquela noite, é porque o mundo estava vigiando. E o mundo estava vigiando porque vocês estavam vigiando*¹⁰⁸

*Julian Assange
(on-line).*

3.1 A semente: breve introdução

Na parábola do semeador na Bíblia¹⁰⁹, conquanto que se semeie, algumas sementes germinam, mesmo que muitas se percam. A analogia feita por Rettberg entre o semeador da Bíblia e o processo de disseminar a informação no circuito comunicativo tem como plano de fundo a reflexão sobre a importância da forma de semear a informação, ou disseminar (relembrando a raiz comum das palavras disseminar e semente), para o resultado da semente: “espalhe sua mensagem tão amplamente quanto possível e aceite que nem todo mundo irá compreender ou desejar se engajar em suas ideias” (RETTBERG, 2008, p. 35, tradução da autora)¹¹⁰. A epígrafe acima também revela muito da importância da circulação da informação, mas aqui a partir do outro polo da cadeia comunicativa: o da recepção. A circulação das informações permite a existência de certo tipo de vigilância da ordem social. O autor desta frase, Julian Assange, menciona como a presença física, assim como a informação global, supostamente impediram a invasão da embaixada equatoriana em Londres pela polícia na noite de 15 de agosto de 2012, onde o mentor do *Wikileaks* encontrara abrigo político. A declaração de Assange demonstra que, embora a circulação global da informação não seja uma garantia da interferência nos acontecimentos sociais, pode causar interrupções e mudar o rumo destes eventos em alguns momentos.

As relações subjacentes e determinantes que configuram a etapa da circulação e delinham a influência que uma informação exerce sobre

¹⁰⁸ Original em inglês: “If the UK did not throw away the Viena Convention the other night, it is because the world was watching. And the world was watching because you were watching”.

¹⁰⁹ MT, 13, 1-9.

¹¹⁰ Original em inglês: “spread your message as broadly as possible and accept that not everyone will understand or wish to engage with your ideas”.

o contexto político social, sobre a esfera pública, são abordadas neste capítulo a partir da análise do caso específico dos cibermeios indígenas. A análise da circulação fornece elementos para refletir sobre a importância política dos cibermeios cidadãos enquanto integrantes da esfera pública, assim como o é o jornalismo produzido pelas organizações jornalísticas. Compreendendo o objeto da ciência jornalística e de todas as ciências humanas como um conjunto que mantém em comum entre si uma unidade interior, e não apenas características externas, como uma clareza e distinção do que se pretende analisar em um conjunto de objetos pré-existentes, Groth (2006, p. 188) fornece os fundamentos para justificar a ligação que se apresenta a seguir. Os estudos da circulação da informação jornalística são utilizados como horizonte teórico para refletir sobre a circulação dos cibermeios indígenas, pois, embora meios jornalísticos e cibermeios cidadãos sejam produtos diferentes, aproximam-se em seus *nexos teleológicos*, como define Groth as finalidades pretendidas por um ato cultural, que faz parte e mesmo protagoniza aquela unidade interior. Para o teórico do jornalismo alemão, o reconhecimento desta unidade deve ser o objetivo da ciência. A finalidade do jornalismo, assim como das informações de autoria indígenas, é interferir na esfera pública através da produção e circulação de informações.

O jornalismo, enquanto um sistema integrado formado pela apuração, produção, circulação e financiamento (MACHADO, 2006, p. 02), demanda a circulação da informação. As tecnologias utilizadas para efetivar esta circulação mudam não somente os percursos pelos quais a informação produzida chega ao seu público, mas afetam os processos de produção, o formato da informação produzida e o uso que o público faz desta informação. Esta relação é tão intrínseca que houve a necessidade de um mecanismo de distribuição do produto jornalístico em todos os contextos históricos, uma vez que sempre existiu um público a receber a mensagem e uma forma de fazer a mensagem chegar a este público.

Apesar da sua importância, a busca pela compreensão da fase de circulação no processo comunicativo, e sua relação com as outras etapas deste processo, surge nos estudos da comunicação um tanto tardia, uma vez que esta etapa, que reside entre a produção e a recepção da mensagem, foi pouco compreendida seja nas teorias dos efeitos, que focaram na análise das massas enquanto receptores passivos das mídias (MATTELART; MATTELART, 1999, p. 37), seja nos estudos da recepção, que lhe deram vários nomes (zona de contato, interface, entre outros), mas não foram capazes de apreender sua complexidade (FAUSTO NETO, 2010, p. 58). A circulação da informação quando

presente nos estudos de comunicação geralmente ocupa um lugar marginal e é confundida com a recepção. Nas primeiras teorias de comunicação de massa, o leitor era visto como um receptor passivo, e a mensagem supostamente fazia um percurso direto do emissor para um público amplo, sendo a iniciativa daquele, e os efeitos ocorrendo apenas sobre esse (WOLF, 1996, p. 31); na teoria do fluxo de influência em duas etapas dizia-se que o receptor precisava de um líder de opinião para filtrar a informação e, como o próprio nome já diz, a circulação da informação se dava em duas etapas (KATZ; LAZARFELD, 1955); o internauta da cibercultura é visto como um *producer* (produtor e usuário) que faz seu caminho de navegação e interage com a informação produzida, atuando também na sua divulgação (MOHERDAUI, 2005, ZAGO, 2011). Neste contexto, surge o conceito de circulação, como substituto das expressões anteriores, difusão, disseminação e distribuição que eram utilizadas como sinônimo de uma comunicação massiva, onde um emissor transmitia uma mensagem padronizada para diversos receptores¹¹¹.

Fausto Neto (2010) apresenta uma retrospectiva necessária para compreender como a circulação foi tratada nas diversas fases das teorias da comunicação: primeiramente foi caracterizada como insondável pela “teoria dos efeitos” e, posteriormente, foi vinculada às ciências da linguagem que buscava estudar as “gramáticas de produção”, inferindo através da análise da intencionalidade do discurso a sua recepção. Ambas as abordagens foram insuficientes para compreender qual a

¹¹¹ Para Machado (2006, p. 08, 09) a disseminação é o ato de entregar informações que pode ser realizado através de diferentes sistemas: distribuição pressupõe uma disseminação centralizada, com uma hierarquia rígida entre remetente e destinatário; a circulação pressupõe um sistema flexível com diferentes centros, onde a informação transcorre de forma mais livre e participativa. Hoje, compreende-se que, embora houvesse uma informação massiva, sempre existiram estratégias tanto de envio como de recepção da informação que ultrapassavam a intenção centralizadora do emissor: “Quando um sistema de circulação ou de distribuição de notícias atua sobre o espaço, não o faz através de um meio isolado, mas como um conjunto de meios, onde as formas e os conteúdos de uns são determinados pelas articulações com os demais” (MACHADO, 2006, p. 13). Por isso, embora o termo circulação seja mais utilizado para se referir à circulação no ambiente midiático da internet, compreende-se que em todas as épocas é possível pensar esta etapa enquanto circulação. Nesta pesquisa, utiliza-se o termo difusão apenas quando tratando da obra de Otto Groth, uma vez que o teórico alemão faz uma definição conceitual que, acredita-se, seria prejudicada com uma eventual troca de termos.

relação da circulação com as outras etapas do processo de comunicação e para apreender sua complexidade e caráter relacional, e não apenas transmissional (FAUSTO NETO, 2010, p. 60). A circulação se realiza enquanto estratégia, nasce das dinâmicas geradas nas fronteiras de produção e recepção e as ultrapassam, influenciando estas instâncias (FAUSTO NETO, 2010, p. 61). As propriedades do discurso e as estratégias de apropriação dos sujeitos são componentes de uma complexa negociação onde já não se acredita mais ser possível estabelecer causalidades entre a intenção e seu efeito, diante da variedade e liberdade de atuação dos intermediários (ZAGO, 2011, p. 28, ANTOUN; MALINI, 2007, p. 07): a circulação é um “lugar no qual produtores e receptores se encontram em ‘jogos complexos’ de oferta (...) dispositivo em que se realiza trabalho de negociação e de apropriação de sentidos, regidos por divergências e não por linearidades” (FAUSTO NETO, 2010, p. 63).

Neste capítulo, busca-se também analisar alguns elementos que integram este complexo jogo, observando a interação entre as tecnologias de circulação da informação, os processos de produção e o conteúdo da informação. A forma como estes processos motivaram dinâmicas sociais distintas, e foram motivadas por estas, é relembada. A partir de uma discussão sobre as perspectivas teóricas sobre a circulação da informação no jornalismo busca-se compreender a função da circulação na informação jornalística e sua relação com as outras dimensões desta informação. As estratégias de circulação utilizadas pelos cibermeios indígenas e os resultados gerados a partir desta circulação formam o horizonte de um objeto empírico ainda pouco estudado que pode problematizar e enriquecer a teoria.

3.2 A mediação tecnológica e a publicização da informação

Apesar de Platão ter vivido na metade de século que antecedeu o nascimento de Cristo, um pequeno embate é imaginado entre as perspectivas do semeador da Bíblia, com Jesus a incitar a disseminação indiscriminada e ampla das ideias, e de Sócrates convencendo Phaerdrus sobre a superioridade da comunicação oral, partilha pessoal e diálogo próximo sobre a escrita. Para Rettberg (2008, p. 35), a oposição entre formas de compartilhar ideias semelhantes à que Platão atribuiu a Sócrates, e Jesus ao semeador, ilustra bem as características das comunicações existentes nas eras pré-Gutenberg, pós-Gutenberg e pós-internet. Recordando a analogia entre as sociedades orais e as conectadas através da internet, o autor afirma que a circulação através

dos blogues, por exemplo, assemelha-se tanto à seminação de ideias quanto ao diálogo pessoal. A tecnologia haveria possibilitado, na sociedade atual, a junção do primeiro modelo baseado no diálogo com a disseminação massiva e a leitura não-responsiva da era Gutenberg. A circulação toma novas dimensões com a internet, após já haver recebido importância basilar na era Gutenberg: a disseminação dos textos seria o elemento mais óbvio da revolução da imprensa e a causa de mudanças subsequentes como a padronização (devido à possibilidade de comparação), reorganização (para adequação aos novos padrões), novas formas de coleta de dados (com o aumento do número de leitores), preservação (com o aumento do número de cópias disponíveis), e amplificação e reforço das ideias veiculadas (RETTBERG, 2008, p. 37-39).

Assim como a impressão, outras tecnologias (entre elas o transporte) desempenharam uma função decisiva para a circulação das informações e, especificamente, dos jornais (SCHUDSON, 1978, p. 33). As formas de circulação ou disseminação da informação de cada época estão diretamente relacionadas com a tecnologia disponível. Para McLuhan (1969), a própria circulação da tecnologia em si seria a essência da comunicação. Antes mesmo da imprensa, o alfabeto haveria contribuído para a expansão das estruturas militares, da autoridade e do poder. A aceleração do fluxo da informação teria afetado agrupamentos sociais, feito nascer novas comunidades e possibilitado o controle a longa distância. Junto com o papiro, teria influenciado na formação do império romano e no desaparecimento das cidades-estado gregas, ao incentivar a construção de vias pavimentadas e colaborar para desfazer o monopólio do conhecimento pelos sacerdotes (MCLUHAN, 1969, p. 101, p. 109). Mais tarde, com o telégrafo, a informação passa a viajar mais rápido que o mensageiro, desfazendo a conexão entre as palavras e a estrada (MCLUHAN, 1969, p. 109). O meio, nestes casos a palavra escrita ou a eletricidade (embora o autor conte a história de um espectro que envolve da roda aos computadores), não carregava a mensagem em seu conteúdo, mas na possibilidade de disseminação da própria tecnologia, que foi responsável pelo desaparecimento de mundos de significados e percepção. O teórico canadense afirma até que estas mudanças afetam a sensibilidade humana (MCLUHAN, 1969, p. 102). Da mesma forma, seu aluno, Walter Ong, uma vez proferiu: “Mais do

que qualquer outra invenção, a escrita transformou a consciência humana¹¹², (ONG, 1982, p. 78, tradução da autora).

Devido à transformação inevitável que a tecnologia e a expansão da esfera discursiva trazem para os interlocutores, compreende-se que o sujeito não necessariamente opta pela atividade discursiva, mas é constrangido ou mobilizado a integrar um funcionamento que lhe antecede e transcende (FAUSTO NETO, 2010, p. 60). Neste contexto, inserem-se os cibermeios indígenas gerando, pode-se dizer, uma contradição entre a capacidade de produzir e acessar informação. De um lado, os indígenas são constrangidos a apresentar a própria versão dos fatos para responder, contrariar ou complementar a cobertura jornalística. Além disso, veem na publicização de informação, que antes era de circulação privada, uma alternativa para agilizar a garantia de seus direitos básicos. De outro, embora os temas abordados tratem da vida dos povos indígenas, em alguns casos, a comunidade não tem acesso às informações que protagoniza. Para Trivinho, os códigos da cibercultura formam uma segunda língua que se impõe, muitas vezes, à língua matriarcal, e gera um novo lugar de interação e socialização dos indivíduos (TRIVINHO, 2007, p. 144). Observa-se nos cibermeios indígenas que a inclusão no mundo da interatividade e da cibercultura é uma socialização forçada, trazida pela necessidade de sobreviver em um mundo que torna compulsória a aceitação de um *modus operandi*. Este modo resulta da incorporação de tecnologias na vida cotidiana de forma que elas acabam por se transformar em linguagens, pois são feitas centrais e necessárias à vivência cultural, em troca de benefícios incertos ou mesmo danos garantidos:

Nessa qualidade, elas [as tecnologias] vigoram como *requisito civilizatório compulsório* – que esquadrinha os seres de modo tão inapelável quanto a língua materna, outrora fonte privilegiada de identidade nacional – e, simultaneamente, como *dispositivo cultural de poder* a ser *necessariamente* dominado, em nome da realização de uma hipótese (sempre precária, contudo) de garantia de inclusão, de pertencimento e de contextualização (TRIVINHO, 2007, p. 13, p. 90).

¹¹² Original em inglês: “More than any other single invention, writing has transformed human consciousness”.

A complexidade deste processo de incorporação das tecnologias como linguagens nas sociedades contemporâneas é expressa amplamente em suas contradições nos cibermeios indígenas. Uma vez que, nestes cibermeios, uma cultura tradicionalmente distante daquela que produz as tecnologias, que se relaciona com as novidades em um complexo jogo de permanências e inovações, adota a utilização da internet como importante meio para se comunicar com os próprios integrantes da cultura indígena e com a sociedade como um todo. É a partir desta complexidade que é possível compreender diversas especificidades da disseminação destas produções. No caso do blogue *AJINDO*, por exemplo, a circulação ocorre mais nacional e internacionalmente e a comunidade local não só não tem acesso à estrutura necessária para acessar o blogue, o que possibilitaria um diálogo on-line, como é contrária à sua produção, como revelam os depoimentos de Maria de Lourdes Beldi de Alcântara e Itacir Pastore, respectivamente presidenta e coordenador local da ONG *Ação de Jovens Indígenas (AJI)*:

A comunidade é difícil acessar. Essa comunidade. Mas tem uma coisa que é muito legal. Eu acho que a população indígena acessa. Que não é só daqui do local. Eles passam a fazer uma interlocução muito maior. Eles passam a frequentar fóruns internacionais que a gente leva. Muitos da primeira geração da *AJI*, da segunda geração da *AJI*, participaram de vários fóruns internacionais – no México, em Nova York, na Argentina, no Peru (ALCÂNTARA, 2012).

Eu penso que eles têm uma evidência nacional, no contexto indígena, eles são uma entidade que é procurada, que é vinculada, que tem a participação. Por pequena, por singela que seja, eles são um movimento que está presente, que participa dos grandes movimentos – Terra Livre, está participando da Rio+20, de vários seminários, promovem esse encontro de jovens, teve um estadual, e esse é o segundo que tem participação de jovens de outros países¹¹³ (PASTORE, 2012).

¹¹³ A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, ou simplesmente Rio +20, aconteceu nos dias 20 a 22 de junho de 2012, na cidade de Rio de Janeiro. Lideranças globais, representantes de governos, do setor

Estes depoimentos revelam algo da complexidade que envolve a comunicação dos cibermeios indígenas e deixam transparecer, ao mesmo tempo, as potencialidades e dificuldades que a comunicação comunitária pode encontrar no que diz respeito à circulação. Os benefícios da visibilidade internacional ocorrem concomitantes com a contradição de possuir um meio comunitário que não é aceito nem acessado pela comunidade, como revela Gonçalves (2012):

Você acha que o blogue AJINDO trouxe mudanças para a vida da sua comunidade?

Não é o resultado muito esperado, porque na aldeia não tem internet. Então, acho que pelo menos 99% da população daqui não acessa o blogue. Eles podem acessar na cidade, ou aqui na escola que tem internet. Então, se mudou alguma coisa, mudou na vida de pelo menos 1% que tem acesso à internet.

A falta de circulação local é derivada possivelmente da estratégia adotada pela ONG que visa atingir principalmente um público geograficamente distante da comunidade indígena que atua como produtora: “tudo que é lançado, vídeo, livro, é lançado na cidade. A população indígena sai daqui da comunidade para ir para lá. Hoje, é a primeira vez que está sendo lançado aqui, na aldeia. Mas já foi lançado em São Paulo” (ALCÂNTARA, 2012). A falta de estrutura inviabiliza a acessibilidade da internet por muitas comunidades indígenas¹¹⁴, como

privado, ONGs e outros grupos se reuniram com o objetivo de discutir a redução da pobreza, o desenvolvimento de igualdade social e garantir um equilíbrio ambiental no mundo industrializado atual. A reunião aconteceu vinte anos após a *Cúpula da Terra* ou ECO-92, como ficou conhecida a *Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento* que aconteceu na mesma cidade com objetivos semelhantes (UNITED NATIONSb, on-line). O *II Encontro Internacional de Jovens Indígenas de MS*, organizado pela *AJI*, aconteceu entre os dias 27 e 29 de janeiro de 2012 na aldeia de Jaguapiru, no município de Dourados, e reuniu aproximadamente 100 jovens, em sua maioria das aldeias de Mato Grosso do Sul, mas também de outros países, como Peru e Colômbia (AJINDOd, on-line).

¹¹⁴ As dificuldades enfrentadas pelas comunidades indígenas para manterem computadores e acesso à internet são diversas, como mencionado anteriormente, no segundo capítulo. Em artigo recente (TAVARES, 2012), realizou-se uma análise das formas de financiamento utilizadas por comunidades indígenas para

ocorre na Reserva Indígena de Dourados, e meios como o rádio surgem, então, com a promessa de efetivar a circulação da informação em lugares onde a internet ainda não chega¹¹⁵. O contato e diálogo com comunidades distantes, indígenas e não-indígenas, fazem parte também dos objetivos da rede *Índios On-line*: “O trabalho com a rede *IO* é muito legal porque nos proporciona mais interação, tanto com a tecnologia quanto com as outras pessoas de outras aldeias” (SANTOS, 2012); “Então, antes do sinal de celular chegar nas áreas indígenas, ou até mesmo nos municípios pequenos, chegou a internet. E, quando chegou a internet, a gente pôde se comunicar até com parentes que moram em São Paulo, que moram no Rio de Janeiro e moram em outras aldeias” (RAMOS 2012). O cacique Ramos menciona também o alcance de um público distante: “E, graça a Deus, a gente tem pessoas lá que comentam, e pessoas também que ajudam. Essa rede nossa é conhecida já até na Europa, na França, e inclusive ela é bem acessada” (RAMOS, 2012). A tentativa de tornar a cultura indígena visível para o outro alcança, em certa medida, seu êxito¹¹⁶.

Esta complexidade se revela na falta de unanimidade, entre teóricos, quando se trata de críticas aos avanços tecnológicos ou da idealização da era do diálogo. O próprio Ong (1982, p. 80, tradução da autora), ao destrinchar o contexto onde emerge o criticismo de Platão,

a instalação das estruturas necessárias para produzir informações e publicá-las na internet. Entre os três cibermeios analisados, dois possuíam estruturas fora de suas aldeias, nas cidades vizinhas, o que se, por um lado, viabiliza a rápida manutenção dos equipamentos, por outro, dificulta o acesso dos indígenas da aldeia.

¹¹⁵ Alcântara (2012) menciona que a rádio da *AJI* surge com o intuito de atingir este público local.

¹¹⁶ Apenas para ilustrar esta afirmação, gostaria de mencionar um curioso fato. Quando a pesquisadora esteve nas aldeias no sul da Bahia para realizar a pesquisa com os integrantes da rede *Índios On-line*, os índios colocaram uma publicação no cibermeio com texto e foto informando sobre a visita (Anexo A). O texto foi impreso e utilizado pelo irmão desta pesquisadora como ilustração em uma aula que tinha como tema povos indígenas, no primeiro ano da escola primária. A foto trazendo índios vestidos com roupas normais e a possibilidade de encontrá-los através da internet surpreendeu tanto a professora como as outras crianças. A defasagem do sistema educacional brasileiro com relação à abordagem dos povos indígenas motivou a criação do projeto *Índio Educa* (ÍNDIO EDUCA, on-line) que visa produzir material didático para preencher esta lacuna. O projeto foi criado pela ONG *Thydêwá*, também a idealizadora da rede *Índios On-line*.

de forma pertinente observa que “a nova tecnologia não é apenas usada para transmitir a crítica: de fato, ela trouxe a crítica à existência¹¹⁷”. Cabe mencionar algumas perspectivas que ponderam sobre a história e o valor da mediação tecnológica. Palacios (1990) aponta alguns problemas no ideal de uma comunicação sem meios, ao delimitar sete falácias por traz dos debates sobre comunicação comunitária. Uma delas seria a idealização da comunidade perdida. O autor destaca que a restauração do conceito de comunidade foi uma forma de resistir às mudanças da Revolução Industrial e da Revolução Francesa, não enquanto uma proposta de outra organização social, mas como a tentativa de manter a estrutura feudal. O filósofo alemão Karl Marx seria um dos autores que haveriam reconhecido o perigo das estruturas comunitárias enquanto espaços para exercício de despotismo e submissão da mente humana a concepções de vida limitadas. Já sobre a conversação mediada, embora ainda interpessoal, para Peters (on-line), simbólico de suas limitações é o sinistro Gabinete das Cartas Mortas (*Dead Letter Office*) criado pelo sistema postal estadunidense, em 1850, como destino das cartas que por alguma razão não alcançaram seu destinatário nem puderam ser devolvidas ao remetente. As 57 milhões de cartas direcionadas anualmente para o gabinete, que em sua maioria são queimadas, revelam um pouco da ilusão de um suposto diálogo. Esse desígnio é representativo da impossibilidade de se apreender toda informação existente em um processo comunicativo, mesmo que ele seja pessoal:

A carta que nunca chega: o que poderia sugerir melhor o *pathos* da comunicação que deu errado? As músicas que minha esposa cantarola dentro de sua cabeça; os sonhos que eu esqueço ao acordar; as conversas que as crianças têm com seus “amigos invisíveis” quando estão sozinhas (...); o cheiro da carne congelada do mamute uma milha de profundidade dentro da geleira; as cartas no bolso do piloto kamikaze (...). É fácil ridicularizar essas questões como repetições do velho dilema se há um som quando uma árvore cai na floresta e ninguém está lá para ouvi-lo, mas qual é o significado da carta queimada no *Gabinete das Cartas Mortas* cujo escritor não sabe que está

¹¹⁷ Original em inglês: “the new technology is not merely used to convey the critique: in fact, it brought the critique into existence”.

perdida e o destinatário não sabe que jamais foi enviada¹¹⁸? (PETERS, on-line, tradução da autora)

Todas estas comunicações perdidas são, em alguma medida, privadas. As cartas mortas só se perderam em trânsito porque houve uma privatização do sentido: “uma linguagem perdida, ao mesmo tempo sagrada e medonha, certamente iria dizer algo a alguém em algum lugar, mas é um livro selado para nós¹¹⁹” (PETERS, on-line, tradução da autora). A privatização das correspondências surge a partir de 1850 quando a confidencialidade foi viabilizada por medidas governamentais que determinaram a soberania do remetente, possibilitaram a privatização do sentido da carta e as transformaram em objetos de aparente diálogo, quando antes eram objetos de disseminação¹²⁰ (PETERS, on-line). Quando uma comunicação privada é tornada pública, um efeito inverso acontece. De valor privado, a carta passa a ser dotada de um valor público, simplesmente pela mudança na dimensão de sua circulação. Estrategicamente, os cibermeios indígenas divulgam cartas trocadas com órgãos públicos, como forma de pressionar o governo para a realização das ações requisitadas ou devido a outras estratégias políticas. Na publicação “Não queremos Belo Monte!” (*Índios On-line*), de 28 abril 2010, os indígenas solicitam a colaboração

¹¹⁸ Original em inglês: “The letter that never arrives: What could better suggest the pathos of communication gone awry? The tunes my wife hums inside her head; the dreams I forget on waking; the conversations children have with their “air friends” when they are alone; (...) the smell of mammoth meat frozen a mile deep within the glacier; the letters in the pockets of the kamikaze pilot (...) It is easy to mock such questions as repetitions of the old conundrum whether there is a sound when a tree falls in the forest and no one is there to hear it, but what is the meaning of the letter burned in the Dead Letter Office whose writer does not know it is lost and whose recipient does not know it was ever sent?”

¹¹⁹ Original em inglês: “a lost language both sacred and ghastly, that surely would speak to someone somewhere but is a sealed book to us”.

¹²⁰ A carta, em sua origem, era direcionada privadamente, mas publicamente acessível (semelhante a uma *newsletter* ou um cartão postal). Entre tais medidas que possibilitaram a mudança das correspondências para uma esfera estritamente privada estão a criação dos selos, a criação das caixas de correspondência nas ruas (que tornaram desnecessária uma relação pessoal com funcionários do serviço postal) e a determinação de que o remetente pagaria pelo serviço (livrando o destinatário da fiscalização no momento da coleta). Com o tempo, tornou-se possível enviar uma carta de forma independente, comprando selos e colocando-a nas caixas públicas, e também receber suas cartas de forma anônima, sem passar pelo crivo de um funcionário público.

de outros internautas: “Queridos Parentes, amigos e visitantes!!! Vamos apoiar os parentes do Xingu e exercer nossa Cibercidadania Indígena!!! (...) Vamos lá colocar em prática nosso Ciberativismo!!!”. Na carta, são divulgados e-mails de autoridades governamentais, junto com a solicitação para que os internautas encaminhem a mensagem de protesto contra a construção da Hidrelétrica Belo Monte. Encontra-se aqui a confiança no poder da comunicação e da circulação da informação e a ideia de que quanto maior a circulação, maior o efeito pretendido do protesto. Em “Carta cobrança¹²¹”, repete-se mais uma vez este formato de “carta-denúncia” que expõe a utilização do cibermeio como uma ferramenta para conseguir um objetivo – há a pressuposição, por parte dos autores, de que haverá uma circulação da informação e esta trará resultados. O mesmo ocorre nas publicações “Cata de repudio da UJP contra a expusão de parentes da FUNASA” e “O Pataxó Hãhãhãe retomam quase todo o território¹²²”. Em “II Fórum Social Brasileiro¹²³”, o documento final do evento é publicado. Observa-se, portanto, que documentos e cartas de interesse público, mas que anteriormente circulavam em esferas privadas (entre autoridades do governo e os próprios grupos indígenas), são tornados públicos com a intenção de agilizar a concretização dos resultados pretendidos. Se, por um lado, este tornar público gera conflitos entre as comunidades, como ressaltado em capítulos anteriores, ao mesmo tempo aí reside um grande potencial. No blogue *AJINDO* acontece utilização semelhante. Na publicação “Documento Final do V Acampamento Terra Livre”, o texto do manifesto do encontro que acontece em Brasília, próximo ao Dia do Índio, é publicado¹²⁴. Em “FESTIVAL NACIONAL DA CULTURA INDÍGENA Fórum Social Indígena – RIO+20 – A Voz da Juventude Indígena por um Mundo Melhor - CARTA DE BERTIOGA¹²⁵”, o documento final do evento é digitalizado e disponibilizado no blogue. A publicação é uma forma de evitar que essas cartas morram, dessa vez não no *Gabinete das Cartas Mortas*, mas nas mesas de órgãos públicos, sujeitas à burocracia ou negligência. Além da função inicial, de objeto de comunicação interpessoal ou privada, estas cartas se tornam uma publicação on-line, um texto acessível para indivíduos que não estavam presentes nem são interessados diretamente na contenda em questão.

¹²¹ Publicada em 27 de abril de 2006.

¹²² Publicadas em 29 de abril de 2010 e 17 de abril de 2012, respectivamente.

¹²³ Publicada em 25 de abril de 2006.

¹²⁴ Publicada em 24 de abril de 2008.

¹²⁵ Publicada em 24 de abril de 2012.

Tornam-se um registro público de um acontecimento, além de um instrumento de protesto.

É possível observar relações semelhantes na história dos serviços postais. O desígnio infeliz das correspondências perdidas e a ligação histórica dos serviços postais com o jornalismo¹²⁶ se tornam simbólicos da relação de causalidade entre a definição da dimensão pública ou privada da informação e seu valor social. Mattelart (1994, p. 15) observa como o desenvolvimento de novas redes de comunicação, tais como os *Correios* e o telégrafo, está relacionado com a concretização da noção de liberdade de opinião, a partir de 1850. Durante séculos, as correspondências foram submetidas ao controle e censura dos governantes (MATTELART, 1994, p. 18, PETERS, online). A liberação do uso do telégrafo, na França, por exemplo, foi acompanhada de restrições que eram justificadas por receios de especulações ilegais, demonstrando as resistências à liberação (MATTELART, 1994, p. 19).

Com o jornalismo, o conteúdo da informação, as tecnologias disponíveis e a circulação também formam uma intrincada equação. Para Schudson (1978, p. 35), a compreensão das tecnologias que residem por trás da circulação dos jornais não é suficiente para explicar os conteúdos (embora existam relações de causa e consequência óbvias, como o telégrafo e o critério de atualidade das notícias na *penny press*), e a relação entre inovação tecnológica e prática jornalística pode ter sido também reversa: “Na América, os *penny papers* foram os primeiros a instalar a máquina de impressão mais avançada. Na verdade, pode ser mais correto dizer que a *penny press* introduziu a energia a vapor no jornalismo dos Estados Unidos do que dizer que o vapor trouxe a *penny*

¹²⁶ Sobre a proximidade do jornalismo com as cartas e serviços postais há ainda as cartas de viajantes no período medieval ou relatos de expedições nos séculos XV e XVI, que estariam na origem do jornalismo de viagem e da etnografia (SOUSA, 2008, p.27, BERNARDO; BONFIGLIOLI, 2011, p. 507). E as estruturas físicas geradas para a distribuição postal estão relacionadas com a distribuição das *newsletters* e dos jornais: as grandes agências de imprensa, como a Francesa *Havas* (fundada em 1835), a alemã *Wolff* (1849), a britânica *Reuters* (1851) e a estadunidense *Associated Press* (1848) fizeram uso das redes de comunicação à distância (PETERS, online, MATTELART, 1994, p.28). Para Doctor (2010, p. 162-163), é emblemático desta relação que a decadência do modelo de distribuição massiva se espalhe para os dois serviços ao mesmo tempo – o serviço postal e os jornais estadunidenses cancelam suas entregas aos sábados e, enquanto grandes jornais fecham as portas, jornais locais de pequena escala surgem para responder à demanda por notícias.

press” (SCHUDSON, 1978, p. 33, tradução da autora)¹²⁷. Muitos fatores contribuem naquela equação: a conformação da notícia e sua adequação aos padrões industriais através da técnica de produção, restrição do código linguístico e consequente construção de uma estrutura estável ocorre no contexto da emergência dos mercados de massa, da chegada da mecanização aos jornais, que torna o empreendimento jornalístico comercial, e da fixação da publicidade como principal financiador de custos (LAGE, 1987, p. 12-13). Sponholz (2009) destaca como os dois tipos de jornais – o de anúncio e o de partido (*penny* e *party press*) – mostram, na formação do modelo de jornalismo estadunidense, a necessidade de se adequarem a uma maior circulação, uma maior venda, e daí a origem de algumas normas jornalísticas: “Imparcialidade pode ser facilmente combinada com a necessidade de atingir um público mais amplo, indiferente da posição político-partidária de cada um” (SPONHOLZ, 2009, p. 56). Desta forma, além das delimitações tecnológicas, há uma dimensão da relação do conteúdo com a circulação da informação jornalística que pode ser compreendida através da análise da relação da informação jornalística com o público, e das características internas do processo comunicativo.

A comunicabilidade do jornalismo está diretamente associada à publicidade da informação, e ao seu potencial de circulação: “Noticiar é tornar público, é publicizar; portanto, a notícia traz, desde sempre, esse traço de divulgação pública. Uma das funções do noticiar é trazer o acontecimento para perto do destinatário da informação” (EMERIM, 2010, p. 06). A publicização da informação jornalística é paralela à sua conformação e determinação enquanto uma necessidade. Nos primórdios da imprensa brasileira, por exemplo, foi preciso construir uma mentalidade do público sobre o que eram aqueles periódicos que acabavam de nascer, para que eles ocupassem um lugar nas ideias políticas circundantes na corte: “Só existe imprensa também quando a ideia de público, como uma espécie de abstração-concreta, se torna o desejo dominante das publicações. Não importa que tipo de público: se os próprios jornalistas, se os poderosos do Reino, se os comerciantes e os militares de alta patente” (BARBOSA, 2008, p. 93).

Assim como o público afeta o jornal que irá ser produzido, as características da esfera pública são alteradas pelos jornais, já que, para

¹²⁷ Original em inglês: “In America, the penny papers were consistently the first to install the latest machinery in printing. Indeed, it may be more accurate to say that the penny press introduced steam power to American journalism than to say that steam brought forth the penny press”.

além das arestas do próprio processo da comunicação, a circulação gera dinâmicas sociais. O *Correio Braziliense*, principal periódico brasileiro independente existente entre 1808 e 1822, teria sua parcela de responsabilidade na constituição da ideia de pátria, e de uma identidade brasileira entre as elites políticas e intelectuais responsáveis pelo movimento que culminou na independência em 1822 (MUNARO, 2009, p. 10). A disseminação centralizada do rádio, televisão e imprensa foi responsável pela consolidação (e controle) do território nacional¹²⁸ (MACHADO, 2006, p.06, PAIVA, 2003, p, 152). Ou ainda fez nascer guerras, lembrando o conhecido caso da guerra entre os Estados Unidos e a Espanha pela ocupação das colônias espanholas no oceano Pacífico após Randolph Hearst, através de seu jornal *New York Morning Journal*, acusar a Espanha de ter afundado o navio estadunidense em águas cubanas e incitar uma resposta bélica dos Estados Unidos. É famosa a ordem de Hearst ao seu correspondente, Frederik Remington, que, ao chegar em Cuba e não encontrar nenhum sinal de que alguma guerra estivesse acontecendo, pediu autorização para retornar de mãos vazias: “Você fornece as fotos e eu forneço a guerra¹²⁹”, sentenciou Hearst. A frase permaneceu para a história como uma síntese simbólica do poder que as notícias podem exercer (BYRNE, on-line). Ou o escândalo de Watergate, quando uma investigação jornalística levou à queda do presidente dos Estados Unidos, para citar casos ilustres entre os inúmeros que ocorrem cotidianamente na complexa rede que vincula as notícias aos acontecimentos. Com a *penny press*, o aumento da circulação e a transformação do jornal de um objeto de luxo a uma

¹²⁸ A relação entre a construção da ideia de nação, enquanto “comunidade imaginada” e a influência do jornalismo nesta construção é abordada por Anderson (1989). A leitura do jornal enquanto uma cerimônia coletiva onde todos os leitores sabem da participação dos outros concidadãos colaborou para a construção de vínculos dentro de uma concepção de um espaço coletivo comum abstrato, que reside “em silenciosa intimidade, bem no fundo da cabeça” (ANDERSON, 1989, p.44, MUNARO, 2009, p. 27). Hall (2006, p. 51) vai mais além na ideia de nação e busca compreender como essa cultura nacional gera identidades. No entanto, o teórico jamaicano de cultura e comunicação atenta para o lado homogeneizador derivado da difusão do consumismo que se dá pela mediação de diferentes identidades no mercado global: “Quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as *identidades* se tornam desvinculadas” (HALL, 2006, p. 75).

¹²⁹ Original em inglês: “You provide the pictures, and I’ll provide the war”.

necessidade, levando ao estabelecimento do jornalismo na sociedade moderna, afetaram a esfera pública da época:

A transformação da imprensa, sem dúvida, tinha uma dimensão psicológica, mas era fundamentalmente um processo social (...). A imprensa comercial de baixo preço adiantou uma reivindicação pelo exercício da razão na esfera pública; foi o sucesso desta reivindicação que permitiu que ela se vangloriasse de suas funções como a *vox Populi*¹³⁰ (SCHILLER, 1981, p. 15, tradução da autora).

A relação entre o jornalismo e a composição da esfera pública é discutida também por Gabriel Tarde (1992). O autor distingue entre a ideia de um público, que envolve identificações e só nasce com a invenção da imprensa no século XVI, e as multidões amorfas: “Uma multidão não poderia aumentar além de certo grau, estabelecido pelos limites da voz e do olhar, sem logo fracionar-se ou sem tornar-se incapaz de uma ação em conjunto” (TARDE, 1992, p. 35). Para Habermas (2003, p. 24), que empregou grande esforço teórico da definição das origens da esfera pública, esta só nasce quando ocorre o fortalecimento dos Estados na sociedade moderna e, conseqüentemente, uma caracterização de pessoas, espaços e bens públicos. A partir desta separação ocorre a comunicação entre as sociedades civis e estatais, gerando assim a esfera pública (AHVA, 2011, p.119). Mas para o surgimento do jornalismo seria preciso um passo mais adiante: “só existe uma imprensa em sentido estrito a partir do momento em que a transmissão de informações regularmente torna-se pública” (HABERMAS, 2003, p. 30). É preciso que a informação esteja acessível e, também, que ocorra um julgamento pelo público (HABERMAS, 2003, p. 41). Para Lemos (2009, p. 15), com o jornalismo surge também uma dimensão política desse público a absorver formas de identificação, que se dá principalmente através da conversação: “A conversação é um elemento fundamental da ação do público em sua dimensão política, e

¹³⁰ Original em inglês: “The transformation of the press doubtless had a psychological dimension, but it was fundamentally a *social* process (...) The commercial cheap press staked a preemptive claim to the exercise of reason in the public sphere; it was the success of this claim that allowed it to boast of its functions as the *vox populi*”.

podemos levantar a hipótese de que uma mídia mais conversacional (como as atuais pós-massivas) ampliaria as ações políticas do público”.

A importância da circulação no fazer jornalístico é tamanha que é difícil, quicá impossível, listá-la e medi-la separadamente do valor do próprio fazer. Esta etapa do processo produtivo é essencial para a importância social do jornalismo. Moretzsohn cita uma frase do Manual de Jornalismo da *Folha de São Paulo* que resume bem a questão aqui posta: “De nada adianta uma excelente edição, se poucas pessoas a lêem” (MORETZSHON, 2002, p. 140). Para o canal noticioso estadunidense, *CNN*, a definição deixa transparecer a importância do ritmo das notícias: “Notícias lentas não são notícias” (MORETZSOHN, 2002, p. 158). É preciso chegar ao público, e rápido. O que se observa, portanto, é que, da mesma forma que a relação de causa e consequência entre a estrutura tecnológica e narrativa do jornalismo é recíproca, a circulação massiva e a conformação da estrutura da notícia mantêm semelhante vinculação. Estes autores indicam as ligações do contexto político com a ideia de liberdade e a autonomia do indivíduo, reconhecidamente interferindo no conteúdo da informação e em sua possível circulação. A importância da circulação da informação para a prática jornalística mostra que, quando a informação alcança um público, ela cumpre seu destino e pode interferir na realidade social. Esta relação é basilar para a conformação da estrutura da notícia: as demandas do público, e por um público, interferem na forma¹³¹: “em algum nível de consciência, os jornalistas mudam sua prática para acomodar as demandas reais ou presumidas de um tipo de audiência diferente¹³²” (SCHUDSON, 2003, p. 67, tradução da autora).

A relação entre a forma e conteúdo do jornalismo já foi discutida por Otto Groth em seus escritos. Estas dimensões estavam previstas nas intersecções entre as características fundamentais dos periódicos, já nos primeiros esforços pelo reconhecimento da ciência jornalística como uma ciência independente. Na obra de Otto Groth,

¹³¹ Não se trata aqui de aferir a recepção a partir da intenção do discurso. Fausto Neto (2009) alerta para a imprecisão das respostas adquiridas neste percurso, transcorrido pelas análises realizadas dentro do âmbito das “gramáticas de produção”. Trata-se, antes, de observar como as condições tecnológicas para a circulação da informação e o objetivo de circulação determinado pelo produtor afetam a produção e o conteúdo da informação.

¹³² Original em inglês: “it is plausible to hold that, at some level of consciousness, journalists changed their practice to accommodate the real or presumed demands of a different kind of audience”.

segundo Faus Belaus (1966), existe uma vinculação entre a forma da notícia com seu conteúdo e uma relação intrínseca (e multiforme) entre o interesse que uma notícia engendra e sua circulação. Segundo Faus Belau, Groth busca identificar os valores e fins dos jornais através de quatro características – periodicidade, universalidade, atualidade e difusão¹³³; não apenas no conteúdo que preenche a imprensa, rádio, televisão, uma vez que o mesmo conteúdo poderia ser produzido por diferentes pessoas para fins diferentes (FAUS BELAU, 1966, p. 39). Estas características são consideradas inseparáveis, interferindo umas nas outras, e subdivididas entre características da forma (difusão e a periodicidade), e do conteúdo (universalidade e atualidade).

A difusão é a acessibilidade geral do objeto e a comunicação completa de tudo que o periódico traz (FAUS BELAU, 1966, p. 73). O contrário da difusão é a inacessibilidade e a notoriedade pessoal e privada, que se opõe à pública (como foram as cartas e os exemplos imaginários de Peters). O ideal de difusão é a igualdade à quantidade de pessoas existentes. O primordial da difusão não é quantas pessoas recebem o periódico, mas que ele seja acessível a todos. Neste enredo, uma relevante distinção precisa ser feita: a diferença entre potencialidade de acesso, ou difusão coletiva, e acessibilidade real. A primeira é um ideal e a segunda está relacionada com a estrutura socioeconômica na qual está instalado o veículo (MARQUES DE MELO, 1994, p. 15). Assim, na obra de Groth, o acesso geral se mostraria como um potencial que não pode ser realizado devido às condições do público para receber essa informação e às relações entre as quatro características internas do jornalismo, e não exatamente por limitações tecnológicas. Daqui surgem algumas relações que regulam a realização da difusão de um periódico.

A difusão pode não ocorrer devido a limitações de universalidade – não existe a necessidade de comunicação, as pessoas não estão predispostas, um grupo está longe do campo de ação do periódico, as pessoas não estão aptas para acessar a informação (como

¹³³ O termo difusão será utilizado quando a abordagem de Groth for apresentada, uma vez que este é o termo utilizado em sua obra. Convém lembrar que a tese estudada foi escrita em 1928, um momento em que o jornalismo já desfrutava de e galgava cada vez mais o alcance de um grande público. Desta forma, a informação era transmitida ao público no modelo de difusão: massivo e unidirecional. Ainda assim, mesmo no sistema “um para todos”, a estrutura da notícia é alterada em função da necessidade de comunicabilidade com o público escolhido, como será apresentado nos próximos parágrafos.

os analfabetos); ou por motivo de limitação do conceito do periódico, pois, embora um periódico seja público, a partir de certa fronteira se prejudica a universalidade e atualidade. A difusão pode ser dirigida a todos os lugares (extensiva ou horizontal), ou dirigida a todas as classes sociais (intensiva ou social). Segundo a Lei de Intensidade Decrescente da Difusão (*Ley da Intensidad Decreciente de la Difusión*) (FAUS BELAU, 1966, p. 77), um periódico fica limitado na difusão regional quando se dirige a todas as classes, e quando se dirige a todos os lugares fica limitado no alcance de diferentes classes sociais. Se for buscada uma difusão ampla, deve-se considerar um círculo de interesse maior. Por estes motivos, “idealmente o periódico é público, porém essa acessibilidade ideal não vale para a difusão, é apenas latente¹³⁴” (FAUS BELAU, 1966, p. 7, tradução da autora). Conclusão – a difusão limita a si mesma. Esta lei pode ser bem compreendida na observação dos cibermeios indígenas: a disponibilidade on-line potencialmente para qualquer pessoa no mundo acessar as informações de autoria indígena não necessariamente leva a uma ampla circulação destas informações. Como constatado na análise mais adiante neste capítulo, o público dos cibermeios indígenas é, em grande medida, formado pelos próprios indígenas, apesar das limitações estruturais nas aldeias para acesso à internet, e pelas pessoas que já possuem interesse sobre o tema, como pesquisadores, que ali chegam com algum intuito. A autora do blogue que funciona como um agregador de conteúdo com relação aos cibermeios de autoria de povos indígenas, Carvalho (2011), menciona, por exemplo, que um público amplo entra em contato devido ao cibermeio, entre os quais estariam principalmente professores de ensino médio, indígenas, jornalistas e pesquisadores.

Para Marques de Melo, a importância da difusão reside no fato de que velocidade, credibilidade e abrangência são necessárias para manter o equilíbrio entre os interesses da instituição e da coletividade, a “necessidade social da informação” na qual o jornalismo se justifica (MARQUES DE MELO, 1994, p. 15). A velocidade garante a atualidade da informação e a capacidade da organização chegar aos fatos e relatá-los (a periodicidade), que deve ocorrer em sintonia com as expectativas da coletividade – a universalidade (MARQUES DE MELO, 1994, p.16). O equilíbrio destes fatores mantém a relação entre organizações jornalísticas e coletividades. A difusão, considerada por Groth uma característica da forma, é influenciada e limitada pelo

¹³⁴ Original em espanhol: “idealmente el periódico es publico, pero esa accesibilidad ideal no vale para la difusión, es sólo latente.”

conteúdo do periódico, que está relacionado à necessidade da comunicação ou interesse que este desperta (FAUS BELAU, 1966, p. 75, 77). A intensidade da difusão é determinada também por diferentes fatores: as circunstâncias geográficas, políticas, populacionais, sociais, econômicas, etc. Com relação a estes elementos, os cibermeios indígenas se distanciam do formato estabelecido nos padrões do jornalismo: possuem uma velocidade própria, influenciada pelo ritmo de produção possível dentro da comunidade e a abrangência é restrita a temas de interesse indígena. Este ritmo distinto daquele dos meios de comunicação de massa, como foi mostrado anteriormente, é considerado por pesquisadoras da comunicação comunitária, como Paiva (2003, 2007) e Peruzzo (2007), como benéfico, uma vez que se recupera no meio um ritmo de vida mais próximo da realidade das pessoas¹³⁵.

Em uma atualização da obra de Otto Groth para o jornalismo on-line, Fidalgo (2004, p. 10) relembra a relação entre interesse e circulação da informação: “Todo o jornal tem de tomar em conta que quanto mais alargada for a sua difusão, maior é o círculo de interesses que tem de contemplar”. A teoria de Groth apresentaria, segundo o autor, a publicidade como quarta característica da ciência jornalística. A publicidade diz respeito à característica da informação que a torna merecedora de uma difusão geral. A difusão, em sua interpretação, é apenas o ato de entrega da informação. A publicidade está na esfera do conceito do jornal, que tem como função social tornar a informação pública, permitir o acesso à informação e a difusão é distribuição física que permite esta realização (FIDALGO, 2004, p.09, FAUS BELAU, 1966, p.74). Apresentou-se até aqui, no entanto, difusão como também sinônimo de publicidade: uma característica geral na qual se articula a universalidade dos objetos e a possibilidade material de sua distribuição e compreensão. Nesse conceito reside sua importância: “A importância fundamental de difusão é, sem dúvida, o fato de que ela é a porta através

¹³⁵ A questão da velocidade da produção jornalística no jornalismo é entendida por Moretzsohn (2002) com um fetiche, a tentativa de simular um “tempo real”, que é na verdade o tempo das práticas produtivas do jornalismo e seus interesses comerciais. Groth (2011) apresenta outra perspectiva desta questão quando atenta para o potencial de ação que a temporalidade e periodicidade do jornalismo permitem.

da qual os bens mentais do periódico são relatados e recebidos¹³⁶” (FAUS BELAU, 1966, p 77, tradução da autora).

Portanto, considerando as relações entre tecnologia, formas produtivas e conteúdo do jornalismo, pensar a difusão ou circulação de um jornal, e de uma informação, envolve mais do que compreender o potencial tecnológico do meio, mas torna necessário desenvolver atenção sobre diversos fatores que são unânimes para todas as plataformas tecnológicas: a relação entre a circulação, o conteúdo de uma publicação e o interesse público que o periódico desperta, os objetivos da publicação (sua universalidade, atualidade e periodicidade) e as condições de acesso das pessoas (e, especificamente, do público alvo) àquele meio. A seguir, observa-se como esses aspectos da relação da circulação com o conteúdo da informação se manifestam nos cibermeios indígenas.

3.3 Três aspectos da circulação da informação: interesse, manutenção e resposta do público nos cibermeios indígenas

Todas estas são as relações, interferências, neste caso nos cibermeios indígenas, que ocorrem entre o propósito que motiva a produção da informação e sua circulação. Segundo Sodré (2009, p. 25), considerando-se que a estrutura do relato noticioso busca facilitar o acesso do leitor ao fato, implicando-o na narração do acontecimento¹³⁷, é possível compreender como ocorreu o trânsito do jornalismo de opinião para o jornalismo comercial voltado para um público massivo, e a construção da identidade da notícia na mídia contemporânea fundada na “economia da atenção”. Uma definição de notícia fundamentada no interesse e no seu destinatário seria precária, pois atribui um peso maior a um dos seus aspectos. Mas o próprio autor lembra, ao tentar buscar uma definição mais apropriada, que a fórmula de responder às perguntas básicas – quem, o que, como, quando, onde e por que, debitária do recurso mnemotécnico e da retórica sofisticada, não é suficiente, pois se limita ao conteúdo lógico do relato. A notícia se estrutura principalmente “em função dos mecanismos receptivo-cognitivos do

¹³⁶ Original em espanhol: “La importancia fundamental de la Difusión resulta sin duda del hecho de que ella es la puerta a través de la cual los bienes mentales del periodico son comunicados y recibidos”.

¹³⁷ As distinções entre fato, acontecimento e notícias são apresentadas no próximo capítulo.

público-leitor, isto é, de sua *atenção*, o que implica estruturar-se em função da *comunicabilidade*” (SODRÉ, 2009, p. 24-25).

Analisa-se três principais interferências que a circulação exerce sobre o conteúdo da informação. Ao examinar apontamentos de três autores (FONTCUBERTA, 1981, LIPPMAN, 2008, GOMIS, 1991) sobre a importância da circulação, três esferas do processo comunicativo revelam esta comunicabilidade a que o autor baiano se refere: o interesse, a manutenção e a resposta do público. Reconhece-se que o interesse do público e a dimensão da circulação da informação produzida são elementos que sempre foram fundamentais ao jornalismo. Em toda notícia, existem três elementos principais: o acontecimento em si, o relato deste acontecimento, e o público ao qual esse relato se dirige através dos meios de comunicação (FONTCUBERTA, 1981, p. 10). Fontcuberta afirma que o interesse do público é tão importante que é um elemento que compõe a maioria das definições de notícia: “a notícia é um evento que interessa a um número significativo de pessoas. A palavra ‘interesse’ é a que mais se repete em toda definição de notícias¹³⁸” (FONTCUBERTA, 1981, p. 10, tradução da autora). Lippmann (2008) acrescenta outra dimensão à discussão, a da fidelização do leitor, ao mencionar “elementos obscuros” que, para além da qualidade da notícia, motivariam o interesse do leitor. O elemento de maior importância é, para o autor, distinguível: o julgamento do tratamento dado pelo jornal à parte da notícia com a qual o leitor se sente envolvido. Diante da incerteza da fidelização do leitor ao jornal, uma alternativa seria a assinatura paga: “O leitor é o único juiz diário de sua lealdade, e não pode haver ação contra ele pelo rompimento da promessa ou falta de apoio” (LIPPMANN, 2008, p. 280). A conclusão de Lippman, no entanto, seria uma consequência da perspectiva que adota para analisar a relação do meio com seu público. Ao tentar descrever as possibilidades de construção de vínculos entre produção/recepção, através da análise de lugares de produção enunciativa, ou dos “contratos de leitura”, chega à conclusão da defasagem do “dispositivo circulatório”, na verdade oriunda da simplificação excessiva que os “contratos de leitura” produzem da realidade. Segundo Fausto Neto (2010, p. 62), estes contratos buscam reconhecer zonas de contato e pontos de articulação entre as duas instâncias de emissão e recepção como uma tentativa de reduzir a

¹³⁸ Original em espanhol: “la noticia es un suceso que interesa a un número importante de personas. La palabra ‘interés’ es la que más se repite en cada definición de noticia”.

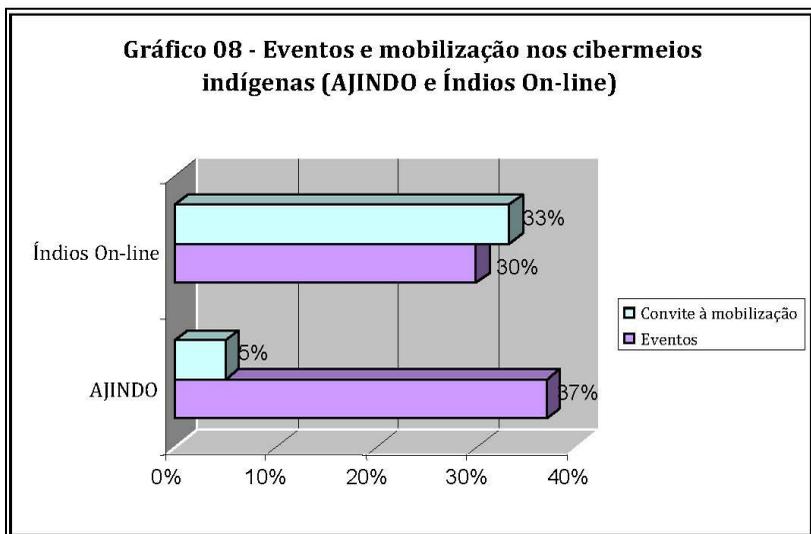
complexidade do circuito de comunicação, em uma dificuldade de lidar com a indeterminação deste circuito.

Observa-se como estas duas interferências acontecem nos objetos desta pesquisa. Os cibermeios indígenas existem porque, em algum momento, surgiu uma vontade de dialogar e articular ações através da informação; reconheceu-se a possibilidade de utilização de um potencial até então resguardado ao privilégio de outros – emitir informações periódicas para um público amplo, diversificado e geograficamente esparsos. Para este objetivo ser alcançado, a circulação é uma etapa necessária e central. A intenção está bem expressa no depoimento da indígena Potyra Tê (2012): “Então, a gente tem o portal *IO* como meio de ciberativismo mesmo, de usar a internet, de usar esse blogue que é nosso portal para buscar melhorias para a nossa vida”. A seleção de temas políticos também mostra este uso estratégico presente em diversas publicações. Em “RESPEITO AOS NOSSOS DIREITOS¹³⁹”, o autor convoca seus “parentes” para lutar pelos seus direitos. Depois de contar a história pela qual os “parentes” de outras gerações passaram, convoca: “Deixo aqui meu recado para todos, muita força parentes a luta é grande mais é nossa, nós temos que ser resistentes nas aldeias e tenta mudar a Cara dessa política branca que tanto nos persegue.” O texto, assim como muitos outros, dirige-se à comunidade indígena, pressupõe-na como público, e convoca a união e mobilização desta comunidade. A articulação entre indígenas é uma característica estrutural da rede *Índios On-line*, já que, como mostra o próprio nome, o cibermeio objetiva ser o resultado de uma rede nacional de indígenas conectados à internet e através dela.

Por trás dos dois cibermeios analisados, existem conexões físicas que se fazem em eventos, por exemplo, que complementam e intensificam as conexões virtuais. Santos (2012) comenta como se dão esses encontros, que neste caso não são frequentes: “A maioria das pessoas que participam da rede, eu fico em contato com elas (...) Porque o *IO* já promoveu encontros com grande quantidade de pessoas das aldeias. Então, esta interação presencial já ocorreu”. Estas conexões emergem como centrais, seja causando intersecções culturais através das próprias mudanças e conflitos que acompanham a inserção da tecnologia em uma cultura, seja pelas informações novas que as seguem – “Porque, antes, eu conhecia só a cultura nossa e, hoje, através da internet, eu conheço a cultura de vários povos indígenas, e de outros povos também de comunidades tradicionais” (RAMOS, 2012). No caso dos integrantes

¹³⁹ Publicada em 27 de abril de 2006.

do blogue *AJINDO*, as publicações que incitam a mobilização política geralmente narram encontros e eventos: 28 publicações (37%) fazem referência a estes eventos que abrangem cultura entretenimento e política, e dos quais 17 eventos explicitamente contam com a participação de integrantes da *AJI* (Gráfico 08). O *Índios On-line* também possui um grande número de publicações sobre eventos: 24 ao todo (30%). A diferença maior se dá quando se observa publicações que convoquem os indígenas para mobilização política ou comunitária¹⁴⁰. O *Índios On-line* possui 26 (33,3%) publicações com essa abordagem¹⁴¹, enquanto que no blogue *AJINDO* este número é bem menor: 4 publicações (5%) (Gráfico 08).



Fonte: autora

Esta convocação para a mobilização se dá também através da utilização da circulação da informação a favor de articulações políticas. Em “O PATAXÓ HÃHÃHÃE RETOMAM QUASE TODO O TERRITÓRIO”, de 17 de abril de 2012, os indígenas denunciam as

¹⁴⁰ Entende-se como mobilização política ou comunitária as expressões que propõem soluções comunitárias para os problemas narrados. Aquelas que convidam os “parentes” para a luta, ou expressamente trazem convocatórias, como “vamos nos unir”, por exemplo.

¹⁴¹ Nos dois cibermeios indígenas, as publicações sobre eventos que convocaram à mobilização foram incluídas dentro desta categoria.

violências que pistoleiros, seguindo ordens de fazendeiros, estariam exercendo contra os indígenas, durante o conflito de terra que levou ao cancelamento de títulos dos fazendeiros e à reapropriação pelos indígenas das terras em litígio. Mas, neste texto, os indígenas se dirigem também à sociedade brasileira como um todo, justificando ações empreendidas e solicitando apoio: “A comunidade Pataxó Hãhãhãe, cansada de esperar pelo julgamento do STF. Resolve a fazer as retomadas de suas terras por conta própria”; “Pedimos apoio que a sociedade Brasileira, não acredite no que a *Globo* divulga, ela tem lado ‘os fazendeiro’, pois o que reivindicamos é a nossa terra, não é nossa intenção machucar alguém.” Apesar de a disponibilização de perspectivas plurais na esfera pública estar na base da ideia de imparcialidade jornalística, através do fornecimento das fontes envolvidas, para assim desvelar a trama do acontecimento e fornecer um questionamento do real (MACHADO, 1992, p. 104-105, MACHADO, 2000, p. 236), desta última declaração compreende-se que a perspectiva dos indígenas não estava presente na cobertura jornalística da maior empresa de comunicação do país, que possui também a maior equipe de jornalistas (GLOBO, on-line). Considerando que a crítica seja pertinente (e é, como será observado na análise das matérias jornalísticas sobre povos indígenas), esta perspectiva apagada nas narrativas das organizações jornalísticas encontra seu espaço no cibermeio indígena. Estes cibermeios colaborariam, desta forma, para a construção de uma esfera pública mais democrática, ao publicarem perspectivas excluídas da esfera pública pela cobertura jornalística parcial de algumas organizações.

Articulação política aliada à informação circulando resulta em outra estratégia já bem conhecida no jornalismo tradicional, e que é utilizada com frequência pelo *Índios On-line*: as denúncias (25% das publicações, ou 20 publicações). No blogue *AJINDO*, o percentual é um pouco menor: 14, 9% (14 publicações). Em “Cacique Babau da Aldeia Serra do Padeiro é Transferido de penitenciária sem o conhecimento das Comunidades Indígenas!¹⁴²”, a denúncia e solicitação de mobilização estão presentes conjuntamente: diante da transferência inesperada de uma liderança indígena do presídio de Salvador para o Rio Grande do Norte, o cacique Nailton Pataxó Hãhãhãe grava um vídeo solicitando a ajuda dos índios Potygara, que residem no norte deste estado, para que comprovem a presença do cacique Babau no presídio informado pela

¹⁴² Publicado em 19 de abril de 2010.

polícia de Salvador¹⁴³. Estabelece-se assim uma rede de contatos com o intuito, neste caso, de fornecer segurança para as lideranças indígenas. Aqui, a dimensão nacional e a estrutura em rede do cibermeio geram o potencial para circulação ampla da informação (já que se pressupõe que os integrantes do estado do norte estejam conectados ou acessando, com constância, as informações publicadas na rede), e de interferência na realidade. Em “UM MÊS DE RETOMADA. CACIQUE AKANAWAN PATAXÓ-HÁHÁHAE¹⁴⁴”, encontra-se a mesma estratégia de pressionar politicamente através da circulação e de tentar, através de uma ampla rede de contatos, gerar um constrangimento político. Aqui existe a intenção de que a circulação do nome do magistrado e exposição dos eventos mudem os acontecimentos:

COMO SE NÃO BASTASSE A POUCA VERGONHA, O QUE VEM ACONTECENDO DESDE 1500 COM A GENTE, AGORA O JUIZ DE ILHÉUS DR. PEDRO HOLLYDEI DEU LIMINAR FAVORÁVEL AO FAZENDEIRO, O MESMO QUE ASSINOU NA CARTA DE

¹⁴³ Uma matéria também foi publicada no dia 17 de abril de 2010 no cibermeio *Correio 24 Horas* informando sobre a transferência, , portanto antes da publicação pelos indígenas da ausência do cacique. No entanto, o vídeo com a declaração do cacique Nailton foi adicionado do *Youtube* em 18 de abril de 2010, e segundo a matéria do *Correio 24 Horas*, a transferência foi realizada no dia 16 de abril. Independente de quem descobriu o fato primeiro, fica claro no texto que os indígenas perceberam a ausência da liderança através de uma visita ao presídio, que não se sabe se aconteceu concomitante com a publicação no jornal, ou a antecedeu ou mesmo motivou. Cabe pontuar que a matéria do *Correio 24 Horas* aborda ironicamente a abordagem judicial da prisão da liderança indígena e a seguida transferência entre unidades prisionais: “Depois de passar pela carceragem da delegacia de Ilhéus, no sul do estado, e da superintendência da Polícia Federal em Salvador, o próximo destino do *tour penitenciário* do cacique Babau é o presídio federal de Mossoró, no Rio Grande do Norte, para onde foi transferido ontem” (grifo da autora). No entanto, apesar da ampla circulação de uma informação publicada por uma organização jornalística, os índios começaram a informar os outros índios, estabelecendo uma rede de circulação da informação própria da rede *Índios On-line*, independente da publicação no jornal. Eles não optaram por comentar a matéria no cibermeio do jornal, por exemplo. Os índios sentiram a necessidade de, por vias próprias, apurarem informações e publicá-las para garantir a segurança do cacique Babau.

¹⁴⁴ Publicada em 23 de novembro de 2005.

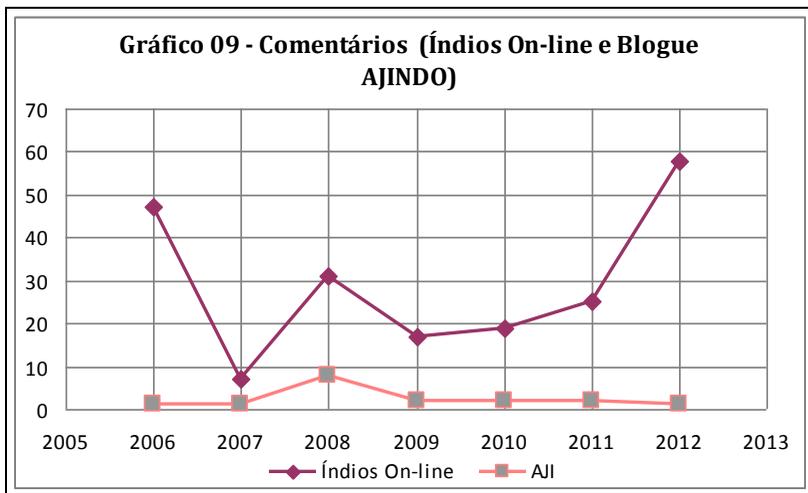
NEGOCIAÇÃO RECONHECENDO ASSIM QUE AQUELAS TERRAS DE FATO ERAM NOSSAS! QUE PENA! QUE POBRE JUIZ, NÃO? PEDIMOS A TODOS QUE DIVULGUEM ESSA PAGINA, QUE PASSEM À DIANTE, SÓ ASSIM TODOS PASSARÃO A CONHECER COMO É A NOSSA JUSTIÇA BRASILEIRA, OU SEJA, DE ILHÉUS.

E os resultados são alcançados, como exemplifica Potyra Tê (2012):

Nós fizemos uma ocupação uma vez na FUNAI e aí a gente colocou também na mídia, na nossa mídia livre, e rapidinho eles souberam mandar alguém aqui para poder conversar com a gente, com os indígenas para poder resolver a questão. Porque o nosso coordenador local não estava sendo escolhido da forma que a gente queria. Teve outra vez da questão da educação, que nós fizemos uma ocupação também lá na DIREC 6 e a gente colocou na internet e também rapidamente a gente conseguiu conversar para resolver as questões da nossa educação (POTYRA TÊ, 2012).

A terceira interferência são os comentários, apontados por Gomis (1991) como uma importante dimensão da circulação que provém do efeito da notícia sobre o leitor. Leitores e ouvintes comentam as notícias que mais lhe interessam: “O fato de que a notícia seja comentada indica, entretanto, o interesse que a notícia desperta nos telespectadores¹⁴⁵” (GOMIS, 1991, p. 22, tradução da autora). Para o autor, o efeito causado pelos diversos meios sobre o público é unificado pela conversação e os comentários seriam um indicativo da influência que as notícias exercem. Os comentários nas publicações dos cibermeios indígenas revelam muito da repercussão social destes meios, assim como da concretização dos resultados buscados pelas iniciativas.

¹⁴⁵ Original em espanhol: “El hecho de que los noticiarios se momenten indica, no obstante, el interés que despiertan las noticias em los espectadores”.



Fonte: autora

No *Índios On-line*, existem comentários frequentes, que alcançaram o número máximo em 2012 (58 comentários), após um primeiro pico em 2006, de 47 comentários¹⁴⁶. Neste cibermeio, nos comentários ocorrem desde as frequentes congratulações pela iniciativa, até polêmicas, desavenças e esclarecimentos. É essencial observar que os comentários são moderados: são publicados somente após a autorização dos indígenas. E um critério de seleção está descrito na seção “Nota da Gestão” do cibermeio: “OBS: NÃO ACEITAMOS MATÉRIA OU COMENTÁRIOS QUE VENHAM PREJUDICAR OS POVOS INDÍGENAS, DE MANEIRA ALGUMA.” (ÍNDIOS ON-LINEg, on-line). Apesar do aviso de possível censura, muitos comentários críticos são publicados. E isto torna os comentários um rico ambiente de debates, onde surgem informações que não estavam presentes no texto original. O debate que ocorre neste espaço é bem explícito pelo depoimento do indígena Fábio Titia (2012):

A gente recebe comentário de energia boa dizendo que é isso aí, é esse caminho que a gente deve

¹⁴⁶ Destes números, foram excluídos *spans* e comentários repetidos. Considerou-se *spans*, textos, geralmente em inglês, que não comentam nenhum assunto específico sobre a publicação. Com frequência parabenizam genericamente e deixam convites para *links* de outros sites, também sem nenhuma relação com os temas abordados na publicação.

tomar, de elogios A gente recebe comentários até de sugestões, tem pessoas que às vezes dá sugestões assim e vocês fazerem por esse caminho até que é melhor. Sugestões que a gente gosta, e também existem pessoas, que são nossos inimigos, que faz também seus comentários, às vezes entram na matéria e tentam passar uma visão errada. E que no contexto mesmo, em alguns momentos, nós indígenas aproveita isso para criar um clima mesmo e nos defender, e mostrar a verdadeira história nossa. Então, nós enfrenta esse tipo de indigente que a gente considera um desrespeito também.

Na verdade, discussões acirradas acontecem nos comentários – elas vão desde questionamentos sobre a legitimidade da luta indígena pela terra e autenticidade da identidade indígena por parte de não-indígenas, a discussões entre os próprios índios. Em “CONFERENCIA NACIONAL DE JUVENTUDE¹⁴⁷”, o comentário de autoria de Juraci Gomes de Menezes dialoga com a autora da publicação Claudia Truká sobre um debate que supostamente ocorreu fora do ambiente on-line, pois questiona argumentos da indígena que não estão escritos na presente publicação. Menezes compara os indígenas Pankararu, de Recife, e as disputas pela devolução das terras aos indígenas na cidade de Tacaratu às exigências dos judeus por territórios palestinos. Menezes questiona a autenticidade dos atuais índios, que são considerados por ele como “mestiços”, e o direito que estes teriam por alguma terra. Neste caso, não houve mais respostas por parte dos indígenas. Em “Tupinambá em 19 de Abril¹⁴⁸”, onze comentários revelam conflitos internos – em geral, os indígenas se rebelam contra o autor da publicação o acusando de ter desviado dinheiro, de ter prejudicado, por interesses políticos pessoais, a comunidade e a cacique Valdelice, que foi presa. Fica evidente um conflito relacionado à gestão dos caciques e à coordenação da retomada da Fazenda Cachoeira na fazenda de Ilhéus (Bahia). Em “Mais um índios Pataxó Hãhãhã é Baleado¹⁴⁹”, os comentários acrescentam informações ao texto publicado, enriquecendo a informação fornecida. Além do índio que foi baleado enquanto pescava no rio, Sebastián Gerlic, presidente da *Thydêwá*, organização

¹⁴⁷ Publicada em 30 de abril de 2008.

¹⁴⁸ Publicada em 19 de abril de 2006.

¹⁴⁹ Publicada em 21 de abril de 2012.

não-governamental que idealizou a rede, informa que “jagunços” ordenados pelo ex-prefeito de Pau Brasil, Durval Santana, atiraram contras os índios que ocupavam uma das fazendas do político. Gerlic também acrescenta ao comentário uma matéria veiculada no jornal *Folha de São Paulo*, em 19 e abril de 2012, “Seguranças em ‘Bunker’ protegem terra na Bahia”, em que os repórteres enviados à Bahia relatam como estes supostos seguranças armados ameaçaram a equipe de reportagem que realizava a cobertura do conflito de terras na região da cidade de Pau Brasil.

Observa-se nos comentários o que André Lemos denomina de esfera conversacional, na qual a troca ocorre no diálogo, em oposição à estrutura massiva onde a conversação se dá posterior a um consumo massivo: “as funções pós-massivas, por serem mais conversacionais do que informacionais podem resgatar algo da ação política, do debate, do convencimento e da persuasão, outrora desestimulados pela cultura de massa” (LEMOS, 2009, p. 04). Talvez acusar a cultura de massa pelo silêncio do público seja tomar o uso que se faz do meio, dentro de um contexto histórico específico como sua essência, já que foi mostrado anteriormente outro lado desta questão: a comunicação em massa produz, em certa medida, uma identidade coletiva, um público, em oposição às multidões incapazes de agir (TARDE, 1992), e a ampla publicidade é fulcral para o jornalismo alcançar seu objetivo de entregar informações úteis aos cidadãos (HABERMAS, 2003, p. 30, MARQUES DE MELO, 1994, p. 15). Porém, a apropriação que os indígenas fazem de seus próprios cibermeios tornam estes um lugar privilegiado para expressão de ideias que, em geral, não estão presentes nos meios de comunicação de massa daquelas organizações devido, entre outros fatores, aos compromissos políticos e financeiros das organizações noticiosas.

Como resultado desta apropriação, no *Índios On-line* os comentários se transformaram em mais um espaço para ação política, onde os indígenas, assim como os interlocutores, envolvem-se em discussões que complementam e, muitas vezes, polemizam a publicação comentada¹⁵⁰. No caso do blogue *AJINDO*, a resposta é menos enfática.

¹⁵⁰ Coordenador da *Thydêwá* e idealizador do *IO*, Gerlic destaca a importância da apropriação da tecnologia pela comunidade. Ele afirma que este foi um dos cuidados que a ONG teve para que o projeto não se tornasse um “elefante branco”: “a gente acabou fazendo a expansão um pouco mais devagar e bacana. Porque essas expansões assim muito bruscas, ou de políticas públicas, se expandem em infraestrutura, mas não tem apropriação humana, ideológica, real,

Existem poucos comentários nas publicações analisadas: um comentário para cada um dos anos 2006, 2007, 2012, dois comentários nos anos 2009, 2010, 2011, e oito comentários em 2008. Estes não deixam de transparecer conflitos semelhantes aos encontrados no *Índios On-line*, embora em menor número e menor aprofundamento – os comentários no blogue *AJINDO* costumam ser breves, de poucas linhas, enquanto que no *Índios On-line* é comum encontrar textos longos, que apresentem e aprofundem ideias para complementar ou contradizer a publicação original. Porém, o diálogo ainda assim ocorre. Na publicação “Crianças indígenas e a violência silenciosa¹⁵¹”, uma indígena do Rio Grande do Sul, Liana Utinguassu, complementa o texto do blogue ao relatar brevemente a situação dos indígenas de sua região e convocar a união e mobilização para resolver o problema da má condição de vida das crianças indígenas. Utinguassu também divulga dois *links* – um de seu blogue pessoal que aborda questões de interesse indígena, e outro do *website* da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público *Yvy Kuraxo – Coração da Terra*, com trabalho também sobre povos indígenas. Em “ATY GUASSU ENCONTRO DOS JOVENS INDÍGENAS DO MATO GROSSO DO SUL¹⁵²”, uma pessoa anônima critica o evento que está sendo divulgado por ter apenas jogos e não apresentar um panorama dos indígenas no estado de Mato Grosso do Sul. Em “ABRIL INDÍGENA”, um colombiano solicita o contato de uma integrante da *AJI*, que ele conheceu em Brasília, durante um protesto sobre a morte de 400 crianças indígenas por falta de assistência médica. O blogue acaba servindo, igualmente, como plataforma de divulgação de outros produtos da *AJI*, como fica evidente na publicação “JORNAL AJINDO¹⁵³”, que menciona o lançamento da próxima edição do jornal mensal impresso produzido pelos jovens integrantes da ONG, e que recebe nos comentários a solicitação de envio da publicação impressa para o escritório da Revista *Mensageiro do Conselho Indigenista Missionário* (CIMI), órgão indigenista vinculado à *Conferência Nacional dos Bispos do Brasil* (CNBB), da Igreja Católica.

comunitária, e depois cai, derruba, fica um elefante branco. Então, a rede foi se expandido, mas a partir de um processo orgânico vivenciado pelos índios que decidiram eles mesmos se expandirem, ou digamos os que vieram na segunda e terceira levadas, eles mesmo que pediram para entrar. Não foi nada imposto, nada que veio, assim, goela abaixo” (GERLIC, 2012).

¹⁵¹ Publicada em 13 de abril de 2012.

¹⁵² Publicado em 14 de abril de 2009.

¹⁵³ Publicada em 29 de abril de 2008.

Em geral, os outros comentários parabenizam o blogue ou a publicação específica. Às vezes, são de autoria dos próprios integrantes da *AJI*, outras de pessoas de outras organizações ou localidades.

Nos cibermeios indígenas, as duas primeiras interferências, interesse e manutenção, tanto na produção como recepção, ocorrem pelo propósito comum que une indígenas de diferentes localidades: a busca de conectar com outros indígenas, a resposta às publicações do jornalismo tradicional, a divulgação das perspectivas dos indígenas sobre diversos acontecimentos. Todos estes são motivos que levam os indígenas a produzirem informação, assim como acessarem outros cibermeios indígenas¹⁵⁴. A terceira interferência – a resposta do público – é o espaço onde a sociedade e mesmo os ‘inimigos’ dialogam com os indígenas e os indígenas dialogam entre si. Além disso, nos dois casos estudados, através das entrevistas, os indígenas revelam estratégias de divulgação dos cibermeios. Potyra Tê e Jaborandy, integrantes da primeira gestão do *Índios On-line*, e a única que contou com remuneração para realizar o trabalho, mencionaram que, quando eram gestores, se dedicaram a viajar a diversos encontros de povos indígenas para divulgar a rede e incentivar a participação de outros indígenas. O atual gestor, Fábio Titiá, expõe, na entrevista, as ações que são empreendidas para que haja uma maior circulação da informação publicada no *Índios On-line*: os e-mails daqueles que comentam são acrescentados a uma lista e, junto com os contatos pessoais de cada indígena, recebem notificação quando uma publicação é feita¹⁵⁵, as redes sociais são utilizadas e, em caso de uma denúncia, ou texto que requisite alguma ação do governo, “a gente encaminha para vários amigos e pede aos amigos e companheiros de luta que encaminhem aquele texto, (...) para a autoridade competente, que possa resolver ou solucionar aquele problema” (TITIÁ, 2012). Não obstante a estratégia para diversificar o público, para Titiá, o *Índios On-line* é visitado principalmente por pesquisadores: “os nossos textos que a gente publica através do *site IO* muitas pessoas acessam. O público que mais acessa o *IO* são pessoas que são pesquisadores, que precisam fazer algum

¹⁵⁴ Os respondentes foram unânimes em responder positivamente à vigésima sétima pergunta do questionário: “Você acessa outros cibermeios indígenas?”.

¹⁵⁵ A pesquisadora recebe notificação das publicações de autoria de Fábio Titiá, mas não recebe quando outros integrantes publicam. O que leva à supor que cada indígena possui sua lista de e-mails para qual divulga as publicações de sua autoria.

trabalho, que alguém está pedindo que ele faça algum trabalho relacionado à comunidade indígena”.

No blogue *AJINDO*, segundo Gonçalves (2012), a divulgação é feita através da rádio e do *website* da ONG *Ação de Jovens Indígenas* (JOVENS INDÍGENAS, on-line). Os jovens integrantes da ONG responderam à questão 30 – “O que você faz após colocar uma publicação no blogue/portal?” de maneira diversificada: dois respondentes afirmaram que enviam e-mail informando amigos/comunidade, um afirmou que envia e-mail para um lista de discussão, dois que informam em redes sociais como *Twitter*, *Facebook*, *Orkut*, sobre a publicação, três afirmaram que não empreendem nenhuma das ações acima, sendo que um acrescentou que não faz nada, e dois marcaram a opção “Outras”. Destes, o primeiro anotou que envia informações para os coordenadores da *AJI*, e o segundo que informa os integrantes da ONG. A resposta pelos integrantes do *Índios On-line* também foi variada: respectivamente, quatro, três, dois, um, ? respondentes marcaram as opções (e-mail para amigos/comunidade, para lista de discussão, redes sociais, nenhuma destas, outras). O respondente que optou por “Outras” completou que envia e-mail para autoridades.

Além da estratégia especificada pelos indígenas, torna-se importante recordar que os cibermeios são produzidos dentro de um contexto de uma estratégia pré-estabelecida e com uma extensão de ação que ultrapassa as fronteiras da comunicação. Como foi possível observar nas entrevistas durante as visitas de campo e na análise das publicações dos cibermeios, as ações comunicativas são empreendidas em conjunto para mobilizar indígenas na luta política (através de denúncias, ações comunitárias como as retomadas, protestos), preservar a cultura, denunciar as condições precárias de vida, discutir temas de interesse indígenas, no caso da rede *Índios On-line*; educar para o mercado, preservar a cultura, denunciar as condições precárias de vida, discutir temas de interesse dos indígenas, divulgar o trabalho da ONG e motivar a autoestima dos jovens indígenas, no caso do blogue *AJINDO*. Estas estratégias podem ser relacionadas também com a resposta do público. No caso do *IO*, dinâmica e polemizadora, com o público se apresentando ao mesmo tempo como autor e desconstruindo ou refazendo sentidos. No caso do *AJINDO*, esparsa e distante, com um público que, na maior parte das vezes, interage nos moldes antigos – uma resposta à emissão da informação que não tem a força de mudar seu sentido.

Destaca-se ainda dois elementos da estratégia de divulgação que surgem na entrevista com a coordenadora da *AJI*, Maria de Lourdes Beldi de Alcântara, e em diversos comentários, no portal *IO*, de autoria de Sebastián Gerlic, presidente da ONG *Thydêwá*, que criou e geriu a rede até agosto de 2009 (THYDEWA, on-line). Alcântara (2012) vislumbra na recém-criada rádio da *AJI* uma forma de alcançar os meios de comunicação tradicionais e de atingir a comunidade local, até então distante do blogue, seja por não ter acesso à internet na aldeia, a não ser na escola, seja pela distância física da ONG, que fica na cidade de Dourados, portanto fora da Reserva, seja pela opção de trabalho da ONG de atuar de forma independente e não estabelecer um diálogo com a comunidade. No depoimento, Alcântara (2012) descreve a nova estratégia que a rádio permite estabelecer:

Atingir a população indígena, que é deles falando deles mesmos, e atingir a população em torno, para conscientizá-los que esses índios não são o que eles falam. E, para isso, você precisa utilizar tudo o que você tem em mão, qualquer instrumento que se tenha na mão (...) Quais são as estratégias? Eu preciso utilizar de todas, porque eu quero atingir as duas sociedades. Se eu puder falar, as duas culturas. Eu não tenho preconceito nenhum.

Uma comunicação que atinja a comunidade sem colocá-la como agente da comunicação continua a ser uma voz externa, mesmo que essa voz seja proferida por alguns atores internos que foram distanciados de sua comunidade: este é o conflito básico que ocorre entre a *AJI* e a comunidade da Reserva Indígena de Dourados, no que diz respeito à perspectiva da comunicação, especialmente a comunitária. A utilização de mais uma tecnologia, a radiofonia, para implantação do mesmo modelo, pode viabilizar a circulação da informação tecnologicamente, mas é questionável, pelo que se tem observado até aqui neste trabalho, se este meio irá encontrar ressonância nesta parte de seu público alvo, os índios da comunidade local.

Já a estratégia adotada por Gerlic é diferente: ele participa do meio comunitário, direcionando a atuação dos agentes internos da comunidade, sem retirá-los de sua própria dinâmica. Um exemplo destas coordenadas são suas sugestões nos comentários do *IO* para que os indígenas encaminhem para políticos e órgãos do governo as publicações que apresentam denúncias. Em “Caminhos Precisos (Pataxó

Hãhãhãe)¹⁵⁶”, Gerlic escreve: “E poderia se divulgar aos emails dos funcionarios da prefeitura, vereadores do Municipio e os Sindicatos e Outras Associações atuantes.....”. Em “MAIS UM ANO PASSOU E AS CRIANÇAS CONTINUAM SEM MERENDA !!!¹⁵⁷”, destaca:

Temos que nos organizar... Passar esta noticia para todos os conhecidos... Para os jornais... Para outras ONG e para Prefeitura, o Estado e o Governo Federal. Sua materia pode ser parte ou ser incluida numa carta que seria bom que voce encaminhe para todo esse mundo de “pessoas influentes” ou pessoas que estao na administracao publica. Conte con nós.

Sugestões semelhantes se repetem em outras publicações: em “RESPEITO AOS NOSSOS DIREITOS¹⁵⁸” fornece o contato de uma pessoa na Corte Mundial da ONU para que as informações sejam discutidas na Suíça; em “RETOMADA A FAZENDA CHAPÉU DE COURO¹⁵⁹” aconselha que todos os acontecimentos sejam relatados e que busquem formas de fazer essa informação chegar na sociedade; em “O ABRIL INDÍGENA 2007¹⁶⁰” sugere que a carta de dois encontros indígenas seja publicada no *IO*; por fim, em “Conferencia Estadual de Juventude¹⁶¹”, sugere que a autora da publicação acrescente seu e-mail e telefone de contato no texto.

Assim como a circulação e repercussão de um jornal é essencial para sua função social, com os cibermeios indígenas a conversação precisa ultrapassar os limites de um diálogo interpessoal para alcançar os objetivos propostos. E, ao fazê-lo, estes cibermeios colaboraram, até aqui, para construir um debate na esfera pública que pôde afetar a própria comunidade indígena, mas também se expandiu para outras esferas da sociedade incluindo aquelas diretamente ligadas à questão indígena, como os órgãos públicos que passaram a atender demandas com mais agilidade uma vez que denúncias eram publicadas na internet e, até mesmo, os ‘inimigos’ dos índios.

¹⁵⁶ Publicada em 30 de abril de 2010.

¹⁵⁷ Publicada em 26 de abril de 2006.

¹⁵⁸ Publicada em 27 de abril de 2006.

¹⁵⁹ Publicada em 26 de abril de 2006.

¹⁶⁰ Publicada em 26 de abril de 2007.

¹⁶¹ Publicada em 26 de abril de 2008.

Grande parte das características da circulação dos cibermeios indígenas se deve às peculiaridades da rede mundial de computadores, que acrescentam mais elementos à categorização dos componentes da circulação jornalística. A seguir se discute algumas das peculiaridades da circulação na internet, como forma de fundamentar teoricamente a análise já apresentada. Isto porque as constatações não trazem um horizonte novo de possibilidades, mas comprovam um horizonte pressagiado amplamente pelos teóricos da comunicação virtual, como Lemos (2009, p. 15) concisamente apresenta: “Esta seria uma das funções da conversação: para além do banal e da distração, alimentar as opiniões e a ação política”.

3.4 Uma via de mão dupla: a circulação da informação na internet

Num contexto de tecnologias convergentes de comunicação, surgem novas estratégias para a propagação da informação. Para Fidalgo (2004, p. 12), o suporte da internet aproxima o jornalismo da realização plena da difusão universal: “O jornal online é acessível a todos tal como se depreende da expressão inglesa que caracteriza a informação online ‘for everybody, anytime, everywhere’”. No entanto, as limitações da circulação continuam a existir assim como as leis estabelecidas por Groth, continuam válidas. A relação inversa entre profundidade e expansão da circulação da informação, por exemplo, são demonstradas nas novas definições de local, hiper-local e na formação de comunidades virtuais por afinidades. Fidalgo alerta para importância desta aproximação por semelhanças: “O que importa é a partilha de interesses, a partilha da parcela do mundo objectivo que o jornal online elege como seu universo” (FIDALGO, 2004, p. 11).

Shirky, ao analisar a circulação de blogues, observa uma tendência entre pesquisadores de “notar (e geralmente lamentar) o surgimento de listas dos mais visitados, um pequeno conjunto de blogueiros que respondem por uma maioria do tráfego no mundo do blogues¹⁶²” (SHIRKY, on-line, tradução da autora). Para o autor, em sistemas onde existem muitas opções e as pessoas são livres para escolher: “um pequeno subconjunto do todo irá receber uma quantidade desproporcional de tráfego (ou atenção, ou de rendimento), mesmo que

¹⁶² Original em inglês: “to note (and usually lament) the rise of an A-list, a small set of bloggers who account for a majority of the traffic in the weblog world”.

nenhum membro do sistema trabalhe ativamente para obter esse resultado”¹⁶³ (SHIRKY, on-line, tradução da autora). Shirky apresenta a aplicação da lei de potência, originária das ciências exatas, no contexto da circulação da informação no ciberespaço. Essa lei foi descoberta porque investigadores haveriam notado, nos sistemas humanos, distribuições desiguais em condições de diversidade. A diversidade aliada à liberdade de escolha gera desigualdade, e a desigualdade será maior quanto maior for a diversidade. Se, no passado, a divisão era mais igualitária, isso ocorria porque havia menos opções e, no futuro, é bem provável que um pequeno número de blogues seja escolhido porque o foi no passado. As razões iniciais da preferência por certos blogues podem ser diversas (qualidade, propaganda, indicação de amigos, etc), o que importa é que o potencial tecnológico de ampla circulação da internet não é realizado, na prática, para todos igualmente.

Sobre novos modos de propagar a informação na internet, Briggs fala de uma “palavra de *link*” (*word of link*), para se referir à forma como “transmitimos informações, compartilhamos ideias e expandimos negócios na era digital¹⁶⁴” (BRIGGS, on-line, tradução da autora). O poder de quem está sugerindo e o relacionamento entre as pessoas que estão compartilhando os *links* diz muito do efeito da sugestão: “Aqueles que chegam a um site de notícias por causa de um link postado no *Facebook* ou no *Twitter* são susceptíveis de ficar mais tempo e voltar mais vezes do que os visitantes que são enviados para lá a partir de um link encontrado através de um motor de busca¹⁶⁵” (BRIGGS, on-line, tradução da autora). Os *links* estabeleceriam um ritmo próprio à circulação na internet, uma agenda independente àquela fixada pelas organizações jornalísticas tradicionais, e fundada no boca a boca, através da qual se acessa informações indicadas (CHRISTOFOLETTI; LAUX, 2008, p. 44, DOCTOR, 2010, p. 19). Palacios (on-line) aponta a importância do *link* na blogosfera:

¹⁶³ Original em inglês: “a small subset of the whole will get a disproportionate amount of traffic (or attention, or income), even if no members of the system actively work towards such an outcome”.

¹⁶⁴ Original em inglês: “It’s about how we pass along information, share ideas, and expand business in our digital times”.

¹⁶⁵ Original em inglês: “Those who arrive at a news website because of a link posted on Facebook or Twitter are likely to stay longer and return more often than visitors who get sent there from a link found through a search engine”.

Os Blogs, de uma maneira geral, têm como um elemento constitutivo fundamental a criação de links com seus congêneres, num movimento de construção de comunidades de informação, que se retro-alimentam, checam e comparam dados e interpretações, produzindo a multivocalidade que caracteriza a Blogosfera.

Outra especificidade da circulação na informação no ciberespaço é a utilização de redes sociais. Na pesquisa da *Technocrati* de 2010 sobre o estado da blogosfera (TECHNORATI, on-line), percebe-se o desaparecimento da linha que separa blogues, micro-blogues e redes sociais. Entre as principais estratégias para atrair visitantes relatadas pelos blogueiros pesquisados constam: 67% rotulam (criam *tags*) para os posts no blogue, 66 % usaram o Twitter, 65% utilizaram o Facebook¹⁶⁶. A utilização das redes sociais como mecanismo de socialização no ciberespaço decorre da adequação aos modelos de jornalismo digital da quarta geração, que passa a fazer um maior uso das potencialidades do ciberespaço (SILVA; MACHADO, 2011, BARBOSA S., 2007). Estas redes favorecem a circulação, pois possibilitam a divulgação por outras pessoas, atraem possíveis colaboradores e favorecem o processo de produção: “A rede social complementa o processo de produção da plataforma ao fornecer um espaço alternativo para a sugestão de novas pautas e para a identificação dos conteúdos que interessam ao seu público” (SILVA; MACHADO, 2011, p. 8). Em uma alusão ao modelo de Katz e Lazarsfeld de fluxo de comunicação em duas etapas, que previa a existência de um líder de opinião filtrando as informações enviadas pelos meios de comunicação de massa, Jesen (2010) estabelece três etapas que captam a diversificação da circulação na internet: a comunicação interpessoal, os meios massivos e as redes sociais.

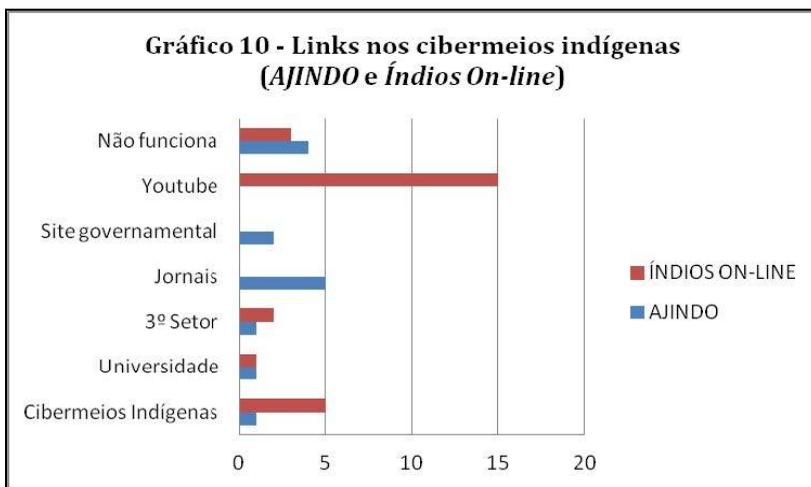
A proporção da importância dos mecanismos de busca e das sugestões de *links* é controversa. Enquanto, como demonstrado acima,

¹⁶⁶ Outras estratégias utilizadas foram: listar o blogue no Technocrati (55%), comentar em outros blogues e esperar reciprocidade (54%), listar o blogue no Google (51%), criar um link dos blogues que eu leio em uma lista de links (49%), utilizar otimização para motores de busca (38%), alistar-se em um diretório de blogues (37%), produzir conteúdo para outros blogues e websites (24%), usar Youtube (19%), Digg (13%), ir a conferências de blogueiros (10%), criar um blogue em uma rede de blogue maior (8%), propaganda on-line (3%), outros (11%).

as redes sociais garantem a permanência e o retorno do internauta em uma página, os mecanismos de busca se destacam – 20 a 50 % da audiência chega ao conteúdo por sugestão de equações artificiais e não necessariamente por recomendação de sua rede social (MANCINI, 2011, p. 44). Encontra-se aqui dois caminhos opostos: o de atrair os internautas (se fazer presente nos mecanismos de busca) e o de empurrar a informação (redes sociais, por exemplo). É preciso ir atrás e se fazer disponível. Por um lado, na internet, a capacidade de circular está vinculada à capacidade de encontrar. A capacidade de ser encontrado (em inglês, o neologismo *findability*) tem rendido bilhões de dólares às empresas agregadoras da informação (DOCTOR, 2010, p. 166). O *Google*, cujo rendimento varia em torno de 20 bilhões de dólares ao ano, poderia ser considerado o meio de comunicação de massa da contemporaneidade, centralizando a experiência global da internet ao dizer às pessoas como chegar à informação que buscam, e às empresas como chegar às pessoas (DOCTOR, 2010, p. 95, 96). Hall aponta que as ferramentas de buscas estão em primeiro lugar entre os cibermeios mais visitados, seguidas do e-mail e notícias (HALL, 2001, p. 02). A publicidade passa também a ser entregue de forma diferente e a depender de um conhecimento mais específico do público. Na internet, a comunicação de um a um constrói uma nova base para a propaganda, para a entrega das notícias e para o processo de produção de notícias construindo, por exemplo, novos tipos de conexões entre jornalistas e fontes (DOCTOR, 2010, p.181-182). Por outro lado, Jenkins, Li, e Krauskopf dão um passo mais adiante ao analisar os dois protótipos de distribuição, respectivamente dos modelos da radiodifusão e da internet. E buscam aproximá-los e não apenas afastá-los, como fazem os outros autores. Enquanto “stickiness” (fidelização, em uma tradução livre) apresentava a mudança do modelo de “empurrar a informação” da radiodifusão (*push*), para o modelo de atrair o consumidor (*pull*, semelhante à *findability*), “spreadability” (a capacidade de se espalhar, em uma tradução livre) retorna ao modelo de “empurrar” da radiodifusão, mas dessa vez contando com a participação dos consumidores para ajudar a fazer circular as informações em sua comunidade. Esta recirculação é, segundo Zago (2011, p. 179), uma “nova circulação”, na qual “os indivíduos podem recontar a notícia/o acontecimento com suas próprias palavras”. O autor atenta para a necessidade de abandonar as práticas de “stickiness” e adotar “spreadability” devido à mudança na ecologia midiática na internet (JENKINS; LI; KRAUSKOPF, s/d, p. 26). Portanto, neste novo ambiente midiático, a internet, a circulação passa a ser feita em um

caminho de duas vias: por um lado, são utilizadas estratégias e ferramentas para a informação ser entregue ao seu público e, por outro, o público é atraído para fazer seu percurso até a informação, reutilizá-la e recirculá-la.

Nas ciber-informações nativas, o uso de *links* e redes sociais integram uma ação política global, que envolve, como na definição de Jesen (2010), também as relações interpessoais. No blogue *AJINDO*, o maior número de *links* é para cibermeios de organizações jornalísticas, fornecendo referência para as matérias que foram republicadas no blogue. No *Índios On-line*, quinze *links* foram publicados com vídeos de autoria dos indígenas no *Youtube* (Gráfico 10). Além do uso de *links* no corpo das publicações, o *Índios On-line* possui uma conta da rede social *Twitter*. Um convite para “seguir” o *Twitter Índios On-line* é publicado na primeira página do portal. Também consta na página inicial, o *link* para se cadastrar no *RSS* para receber as atualizações publicações. Nas publicações analisadas foram encontradas três *Trackbacks*, sistema de rastreamento que liga publicações entre diferentes cibermeios. No blogue *AJINDO*, essas estratégias de circulação não são utilizadas. Por outro lado, diversas publicações impressas editadas pela ONG são apresentadas na parte esquerda do blogue, com os respectivos *links* para acessá-las. Provavelmente, não foram encontrados *links* para vídeos. Nas publicações do blogue há uma seção permanente de audiovisual, onde diversos vídeos são publicados fora das publicações cotidianas.



Fonte: autora

Estas ferramentas tecnológicas são utilizadas ainda em estado inicial nas ciber-informações nativas, em pouco número, como observado. Na intersecção do meio virtual com as relações interpessoais, surge outra possibilidade de se fazer a analogia da via de duas direções. A dimensão comunitária se encontra com a tecnológica e formula dinâmicas próprias de produção e circulação das informações, nesta via onde a informação circula como consequência da expansão para a internet da mobilização social e política, anteriormente de dimensões locais. Os cibermeios indígenas desenvolveram espontaneamente esta dimensão que é pertinente ao intuito da comunicação comunitária de motivar a participação e a reconstrução da cidadania através da comunicação (ALVEAR; THIOLENT, 2011, p. 14; PAIVA, 2007, p. 143, 144, RIBEIRO; SANTOS, 2009, p. 02, PERUZZO, 1998, p. 127). Nesta via ocorre a articulação da cidadania na (re)formação de laços comunitários para produzir, circular e utilizar a informação na internet, criando novos espaços de encontro e de mobilização, como apontou Paiva (2003, p. 76) ao vislumbrar uma “superfície topológica determinada pelos meios de comunicação”.

Estes dois espaços, o geográfico e midiático, convivem nesta via de circulação que envolve a participação cidadã e a vinculação de ações nos mundos virtuais e reais em uma estratégia de comunicação adotada enquanto uma nova possibilidade de ação para uma mobilização pré-existente ao meio, e que continua a existir, agora interagindo com ele. O ritmo da informação produzida e de sua circulação revela muito do real-histórico das comunidades, pois a produção aqui é (de)limitada pelas questões estruturais das aldeias indígenas distantes dos centros urbanos e pelo cotidiano destas pessoas, que produzem informação em condições algumas vezes precárias, enquanto arcam com os afazeres da vida.

De maneira semelhante ao observado nos cibermeios de indígenas brasileiros, Castells (1997) destacou a importância tanto da tecnologia como de conexões locais no uso da internet pelos zapatistas. Segundo o autor, no início da década de 90, dois elementos compuseram o cenário do qual emergiu o movimento. A estratégia zapatista combinou disseminação pela internet com articulação de grupos de suporte para mobilizar a opinião global através da “criação de *La Neta*, uma rede de comunicação de computadores alternativa no México e Chiapas, e sua utilização por grupos de mulheres (particularmente por *De mujer a mujer*) para ligar as ONGs de Chiapas com outras mulheres mexicanas, bem como com as redes de mulheres nos EUA” (CASTELLS, 1997, p. 80, tradução da autora).

A estratégia zapatista de união de redes locais com expansão do movimento político na internet é também aquela adotada pelo portal *Índios On-line*. No caso do blogue *AJINDO* esta vinculação entre meio e articulação comunitária não se dá com a mesma ênfase, o que prejudica a circulação do cibermeio, comprovando a importância desta articulação conjunta entre virtual e interpessoal para os meios comunitários.

Nesta nova comunicação plural hiperconectada, a antiga pergunta para quem quer circular, para quem quer se fazer vivo, perdura: “Quais são os critérios de utilidade, relevância, e necessidade das audiências pós-Gutenberg¹⁶⁷” (MANCINI, 2011, p. 52-53, tradução da autora). Ao ponderar a procura, alude-se à oferta, e ao questionamento presente no objetivo desta pesquisa: qual o potencial de circulação da informação presente nos cibermeios indígenas?

O potencial envolve as possibilidades que a tecnologia engendra e as relações internas do processo comunicativo, por um lado. Por outro lado, especificamente com relação ao uso que os indígenas fazem, envolve os objetivos da comunicação, também previstos dentro da delimitação do público presente nas características do processo comunicativo, e as estratégias para concretizar estes objetivos. Neste momento posterior à análise, é importante lembrar que os resultados aparecem não como fronteira limitando o potencial ao alcançável: há sempre a perspectiva da ‘difusão ideal’, neste caso ‘circulação ideal’, que não se deixa constringer pela real. Os resultados podem, em vez disso, apontar para possibilidades que, de outra forma, não se cogitariam.

Os indígenas alcançaram, através dos cibermeios, diversos feitos: acrescentam à esfera pública sua perspectiva; a interatividade permitida pelos comentários mostra que um diálogo se estabelece, e que tanto simpatizantes da causa indígena como seus opositores interagem dentro dos cibermeios. A circulação da informação não ocorre apenas no plano de troca de informação no ciberespaço, mas afeta a realidade destes povos, seja aumentando a efetividade das ações de protesto – quando estas são divulgadas nos cibermeios como forma de pressionar os poderes públicos, seja como uma maneira de se fazer visível através de uma narrativa que permite uma reconstrução do olhar que se tem sobre esses povos, enriquecendo as narrativas disponíveis na esfera pública.

¹⁶⁷ Original em espanhol: “Cuáles son los criterios de utilidade, relevância, necesidad de las audiências postGutenber?”.

No caso dos cibermeios indígenas, no entanto, observa-se que projetos que unam a produção da informação e construção de estruturas para o acesso à tecnologia pelos indígenas facilitam a circulação do meio, como ocorre com o projeto do *Índios On-line*. Assim, sua inserção em uma estratégia comunitária vai além da mediação informativa, possibilita a estrutura para que os índios participem do meio comunitário. No caso do blogue da *AJI*, são poucos os resultados comunitários encontrados, pelo distanciamento do cibermeio do projeto político já existente na comunidade, e pela falta de estrutura nas aldeias de acesso a computadores conectados à internet.

Os cibermeios indígenas ambicionam a ampla circulação e influência na esfera pública, em nome dos objetivos dos povos indígenas. Essa legitimidade na esfera pública já foi alcançada por um agente produtor de informação, o jornalismo (PARK, 1972, SCHUDSON, 1978, 1995, GOMIS, 1991). Os cibermeios indígenas dialogam com as organizações jornalísticas e com a informação que produz. Em que medida o jornalismo dialoga com a informação de autoria indígena para a produção de notícias sobre povos indígenas será discutido do próximo capítulo.

CAPÍTULO 4 - GEOGRAFIA DAS NOTÍCIAS: FRONTEIRAS ESPACIAIS E SIMBÓLICAS NAS COBERTURAS DAS ORGANIZAÇÕES JORNALÍSTICAS SOBRE POVOS INDÍGENAS

“Fiz o possível na precariedade do dia-a-dia. Ficou a frustração da superfície atingida, sob pressão do tempo, sob pressão do espaço.”

*Cremilda Medina
(2008, p. 73)*

Ao longo dos três capítulos anteriores, observou-se como os índios e os cibermeios indígenas se relacionam com o jornalismo: existe apropriação crítica e acrítica, e rejeição da produção jornalística. Falta analisar como o jornalismo se relaciona com a realidade indígena e com a informação que os índios produzem. Para tanto, torna-se necessário considerar as características da prática jornalística, buscando compreender, mesmo que brevemente, o lugar desta instituição social na sociedade atual e por quais vias este lugar se legitima.

Na sociedade capitalista, onde o indivíduo está submetido a um processo de socialização que gera uma nova dinâmica entre singular, particular e universal (GENRO FILHO, 1987, p. 220), já é parte do cotidiano o esforço de compreender o que acontece além do alcance físico do olhar, e para tal feito é necessário um mensageiro. Quem assumiu esta função com o benefício do reconhecimento social foi o jornalismo, edificado historicamente sobre a ideia de um profissionalismo que, principalmente após o século XIX, garantiria a qualidade da informação produzida por organizações noticiosas (SCHUDSON, 1978, p. 69-71; FIDALGO, 2008, p. 107). Estas empresas lideraram a entrega das informações jornalísticas e se tornaram a insígnia desta prática que se institucionalizou como a provedora cotidiana de informações basilares para que o indivíduo compreenda a sociedade em que vive. Estas organizações noticiosas justificam a própria existência através de um discurso legitimador que as coloca como as defensoras privadas do bem público e a partir da ideia de manter diversas esferas da sociedade sob a égide de um olhar vigilante, que obrigaria estas esferas a se regularem para atender à rigorosidade ética que aquela vigilância busca defender (SCHILLER, 1981, p. 53).

Esta forma específica de fazer e distribuir informação ou, como prefere denominar Cremilda Medina (2008), as narrativas da contemporaneidade, assim como as ciências sociais, aproximam-se de algumas ideias vinculadas à concepção de cientificidade: a crença na univocidade da verdade e transparência do real conforme definidas por Comte¹⁶⁸, como alternativas às incertezas da teologia e metafísica e à superficialidade do senso comum. Esta aproximação faz com que ambas as práticas sejam afetadas por uma crise epistemológica que coloca em xeque dois pressupostos positivistas: a cristalização de heranças e a racionalização dos sentidos (que se dá conjuntamente com a exclusão dos códigos não-verbais) (MEDINA, 2008, p. 109).

Pode ser demasiado idílico imaginar, diante de uma prática legitimada historicamente como veículo da verdade factual e diante da agilidade das antigas rotativas e atuais computadores, uma narrativa que remonte a, ou mesmo retome, uma concepção de mundo na qual intuição e razão se unam com o mesmo ímpeto na definição do real, como fora um dia a concepção mitológica de tantos povos que se costuma opor ao cartesianismo. Mas os dois temas vinculados à crise epistemológica fornecem amplo terreno para uma análise mais pontual da cobertura jornalística. De um lado está a cristalização de heranças, seja aquelas das teorias afetando as ciências e práticas culturais, ou dos próprios horizontes culturais, ou senso comum, que se reproduz nas práticas simbólicas; de outro, está a univocidade das ideias e conceitos mentais, com a quase escassez de percepções sensoriais da realidade, principalmente no jornalismo on-line, devido à virtualização das práticas produtivas.

Para compreender a forma como se dá esta cristalização de horizontes, quatro instâncias que influenciam conjuntamente na construção de fronteiras do que é tornado visível ou não nas narrativas fornecidas nos jornais foram condensadas no conceito de geografia das notícias. Estas instâncias são: o contexto cultural dentro do qual são produzidas e veiculadas notícias em comparação com o contexto cultural da ocorrência original; a localização geográfica do ocorrido, considerando se e como os jornais analisados chegam aos acontecimentos que estão nos recônditos do estado para torná-los

¹⁶⁸ Augusto Comte foi um filósofo francês que estabeleceu os fundamentos do pensamento positivista – filosofia que valoriza a soberania da razão e da observação sobre os estados anteriores de conhecimento humano (teológico e metafísico). O positivismo teve grande influência sobre o método científico nos séculos XIX e XX (MEDINA, 2008, p. 17-23, MEDITSCH, 1992).

notícia; e, por fim, a disposição do espaço e atribuição de poderes dentro do próprio jornal que geram as divisões de funções dentro da organização jornalística e das seções de um jornal. Estas características estruturais são relacionadas aqui com as características das notícias sobre povos indígenas e a inserção destas notícias na estrutura do periódico. Considera-se também que diante do ilimitado espaço disponível on-line, são as dinâmicas das práticas produtivas que seguem como delimitadoras das narrativas jornalísticas. Como preparação à análise é preciso fazer uma conceituação de fato, acontecimento e notícia.

4.1 Acontecimento, fato e notícia: a conformação da matéria dos jornais

Para galgar espaço em um jornal impresso, programa de rádio ou TV ou em um cibermeio jornalístico, uma ocorrência passa por processos de desconstruções e reconstruções representativas e narrativas. Afinal, sobre o que ocorre na realidade, o ‘fato em bruto’, podem ser desenvolvidas diferentes narrativas. É a forma como o jornalismo realiza esta apropriação para construir suas próprias narrativas que caracteriza esta prática e garante sua função social, como Adelmo Genro Filho (1987, p. 132-133) descreve concisamente: “A atividade jornalística não envolve uma captação e reprodução dos fenômenos enquanto algo dotado de significado puramente objetivo, mas a reconstrução fenomênica já tornada significativa pelo subjetivismo da intermediação”.

Através de uma analogia com a simbiose, conforme compreendida pelo filósofo estadunidense Chalers Sanders Peirce, Sodré (2009) descreve o processo de apropriação que se dá na construção da notícia. Na inferência semiótica, qualquer coisa que aparece à mente é transformada em signo, em comunicação, ao transpor três etapas: primeiro o fenômeno ou objeto indiferenciado, segundo, o signo que media e particulariza o fenômeno e, por fim, um segundo signo, a representação do objeto, vinculada parcialmente ao fenômeno original (SODRÉ, 2009, p. 71-72). Enquanto representação simbólica, a construção da notícia, por sua vez, passa por semelhantes etapas: “à emergência da ocorrência ou fato em bruto, segue-se a busca social de sentido para ela e, finalmente, a sua neutralização explicativa pela narrativa do acontecimento” (SODRÉ, 2009, p. 72). Ou ainda, “na semiose jornalística, o fato em bruto (o ‘objeto atual’) determina o acontecimento, desdobra-se por meio de uma interpretação em notícia,

que é uma estratégia ou um gênero discursivo suscetível de representar a ocorrência factual primeira e, eventualmente, desdobrar-se em novas interpretações” (SODRÉ, 2009, p. 72). Esta estratégia empreendida pela narrativa jornalística é denominada por Genro Filho de simulação de correspondência com a percepção do mundo do indivíduo que se dá pelo contato direto (GENRO FILHO, 1987, p. 58).

Para compreender as especificidades da prática jornalística é necessário ir além da constatação dos caminhos da inferência que permeiam os processos simbólicos e, especificamente, aqueles intermediados pela linguagem, e somar o questionamento sobre como ocorre a valoração do fato para constituí-lo em notícia. O que motiva recuperar o fato bruto, inacessível em sua completude, e reconstruí-lo com o discurso jornalístico, e como se dá esta transformação? Está fora do escopo desta pesquisa discorrer sobre um campo teórico tão rico em colaborações como é este que versa sobre os valores-notícia. Caberá, sim, desenvolver algumas considerações sobre o processo transformativo que decorre das relações entre o fato bruto, acontecimento e notícia, e sobre as dinâmicas produtivas que interferem neste processo.

Para Emerim (2010, p. 05), “acontecimentos, comuns ou incomuns, são fatos que receberam um tratamento discursivo”, e “utiliza-se do acontecimento como fonte principal da construção da informação que, então, é transformada em notícia” (EMERIM, 2010, p.06). Um acontecimento é transformado em notícia quando atende aos critérios de noticiabilidade, passando pelo escrutínio do processo de filtragem jornalística (*gatekeeping*) (SHOEMAKER et al, 2010, p. 60, WHITE, 1950, p. 384). Isto leva à conclusão de que o acontecimento midiático não é espontâneo, mas sim planejado e controlado: “porque a mídia necessita de operar com um certo controle sobre o aleatório, razão pela qual ela toma posse dos acontecimentos e os organiza para poder utilizá-los no seu esquema produtivo” (EMERIM, 2010, p.07). Para Gaye Tuchman (1978, p. 03, tradução da autora), as notícias fornecem às ocorrências o caráter público, ao transformar acontecimentos antes indiferenciados em eventos públicos. Em sua referenciada obra “Making News: A study in the Construction of Reality”, em que defende que as notícias não apenas transmitem a realidade, mas constroem uma realidade nesta mediação, a socióloga atenta para a origem e construção histórica de distintas noções de fato nos primórdios do jornalismo *penny press*:

Mas o termo ‘fato’ tinha um significado diferente em 1848, quando a primeira agência de serviços americana foi fundada, do que tinha em 1865, 1890, ou 1925. Para as primeiras agências de notícias, apresentar fatos significava apresentar informações aceitáveis para as políticas editoriais de todos os jornais que assinavam o serviço. Durante a Guerra Civil, apresentar fatos significava transmitir relatos do governo de batalhas sem avaliar a sua validade¹⁶⁹.

Tuchman (1978, p. 82-83) busca lançar reflexão sobre a atitude inevitável de atribuir sentido ao se captar um ‘fato em bruto’, ou retirar uma ocorrência do fluxo contínuo da realidade e transformá-la em acontecimento jornalístico. A esta atribuição estaria submetida toda ciência social, através de processo de verificação e replicação do fenômeno e do que pode ser conhecido. No caso das notícias, entretanto, há uma peculiaridade: a verificação não apenas envolve contextos profissionais e políticos, como nas ciências sociais em geral, mas se transforma exatamente nestes contextos. Isto porque ao mesmo tempo em que o enquadramento noticioso transforma uma ocorrência em evento e um evento em notícia, devido a sua publicidade constante e quase que instantânea, interfere na realidade que narra, inserindo-se imediatamente nela (TUCHMAN, 1978, p. 193). Esta dinâmica também foi descrita por Genro Filho ao explicitar a caracterização da comunicação como uma *práxis*¹⁷⁰:

¹⁶⁹ Original em inglês: “But the term ‘fact’ had a different meaning in 1848, when the first American wire service was founded, than it did in 1865, 1890, or 1925. For the early wire services, presenting facts connoted presenting information acceptable to the editorial policies of all newspapers subscribing to the service. During the Civil War, presenting facts meant conveying government account of battles without assessing their validity”.

¹⁷⁰ Karel Kosic (1976, p. 198) atenta para a perda de sentido de um conceito filosófico quando este é incorporado pelo conhecimento comum, que o tomando como obviedade se esquece do percurso da revelação do conceito. Neste esquecimento do percurso da descoberta desapareceria o próprio sentido do conceito. Assim, o autor recorda diversas interpretações sobre o conceito de *práxis* e, negando uma oposição simplista entre teoria e *práxis*, apresenta como fundamento do conceito o reconhecimento do homem enquanto ser ontocriativo: “A *práxis* do homem não é atividade prática contraposta à teoria; é a determinação da existência humana como *elaboração* da realidade” (KOSIK, 1976, p. 202). Portanto, não é prerrogativa da prática jornalística interferir na

O homem é um ser que domina e compreende o mundo simultaneamente e, nessa medida, transforma a si mesmo e amplia o seu universo. A comunicação está no âmago da atividade prática coletiva, da produção social do conhecimento que emana dessa atividade e, ao mesmo tempo, a pressupõe. Portanto, está no âmago da produção histórica da sociedade e da autoprodução humana (GENRO FILHO, 1981, p. 215).

Após a primeira instância, na qual o fato ainda está imerso no fluxo contínuo do mundo, e a segunda, quando a ocorrência é particularizada e transformada em evento pelo olhar interpretativo que o tirou da realidade bruta, chega o terceiro momento, aquele em que é finalizada a construção da notícia. É aqui que as peças do quebra-cabeça da realidade são remontadas na narrativa jornalística, com o foco na singularidade do acontecimento¹⁷¹ (GENRO FILHO, 1987, p.163, PONTES, KARAM, 2009, p. 157). Na atitude interpretativa deste momento, Moretzsohn (2002, p. 96) reconhece fragilidades: “o problema não é a fragmentação, mas as maneiras pelas quais esses fragmentos são reunidos. Não raro se pretende estabelecer entre esses fragmentos um nexos que reforça o *nonsense* e provoca aquilo que em análise de discurso se define como ‘efeito de apagamento’, ocultando a

realidade da qual faz parte, mas a instantaneidade e publicidade com que faz esta atuação como agente e sujeito do próprio discurso a distingue, neste feito de construir a realidade, das outras práticas que compõem a *práxis* humana.

¹⁷¹ Pontes e Karam (2009) apontam como a singularidade, conforme definida por Genro Filho, refere-se mais ao texto do que ao conhecimento jornalístico. Reconhecem, no entanto, que a concepção epistemológica de Genro Filho deixa a brecha para uma compreensão mais ampla de singularidade, que ultrapassa sua relação com a forma do texto: uma segunda singularidade, chamada pelos autores de *singularidade do jornalismo*, que permitiria inclusive redimensionar o conceito para além da notícia factual, incluindo gêneros como charge, reportagem e entrevistas (PONTES; KARAM, 2009, p. 160). Esta segunda singularidade atravessa o interesse do leitor, a atividade do jornalista e as estratégias discursivas do texto jornalístico, revelando um jornalismo que é uma síntese que possui uma capacidade singular de provocar a ação do público (PONTES; KARAM, 2009, p. 161). Considera, assim, não apenas a característica do fato, mas seu impacto na sociedade. Aqui se tem uma aproximação da perspectiva de jornalismo estabelecida no jornalismo cívico (ROSEN, 2000), que considera no jornalismo seu potencial de gerar ação social.

materialidade do fato noticiado”. Portanto, o problema não estaria necessariamente em fragmentar, uma vez que esta divisão é necessária para a própria captura de um fato específico. Na realidade o fato não existe naturalmente. Existe sim um fluxo contínuo a partir do qual fatos são recortados, em uma ação que envolve as dimensões objetivas do acontecimento e interpretação deste objetivo através da percepção social dos sujeitos (GENRO FILHO, 1987, p. 186-187). Não desconsiderando a importância dos passos anteriores, é a etapa em que os fragmentos são unidos, reconstruídos em uma narrativa, e o equilíbrio das forças que interferem nesta construção que caracteriza o jornalismo, diferenciando-o de outros processos simbólicos, somando-lhe força e fragilidades.

A simulação da imediatividade da percepção individual no jornalismo envolve sujeitos humanos em um processo de autocriação consciente, envolve a objetividade do concreto e a subjetividade do simbólico (GENRO FILHO, 1987, p. 187). Na travessia destas três etapas, a responsabilidade que incorpora o jornalismo, como instituição social, é verdadeiramente ambiciosa: fazer-saber tanto o desconhecido como o já sabido, já que opera sobre dados já sabidos por uns, e desconhecidos por outros (EMERIM, 2010, p.04). E também faz saber o novo no sentido de atual (EMERIM, 2010, p.09). Ao mesmo tempo, o jornalismo *faz* o novo, constrói realidade, a partir deste fazer conhecer, pois incorpora, como objetivo de sua ação discursiva, a concretização do próprio movimento universal da práxis. O jornalismo, como instituição social, é o ser humano observando a sua própria criação e interferindo nela através das narrativas sobre a realidade. Através da criação ontológica do mundo pelo homem, faz conhecer a objetividade e subjetividade, enquanto estas se autoconstróem, delimitam-se, nestas interações.

Mas, ao mesmo tempo em que cabe às notícias o esforço cotidiano de fazer-saber o novo, elas precisam se fazerem aceitas; e, para realizar este feito, seria preciso encontrar um equilíbrio entre ruptura e manutenção. Se prezarem demasiado pela ruptura, podem perder a capacidade de serem compreendidas, causando desinteresse ao público, ou podem deixar esvaecer seu sentido social, similarmente ao que Rosen (2000) vislumbrou no jornalismo apocalíptico, aquele que semeia a descrença absoluta na política. Por sua vez, se a manutenção for preponderante, também perderiam o interesse do público, sua legitimidade enquanto mensageiras do novo e, consequentemente, seu sentido social. Estas duas dimensões da notícia são consideradas para a análise que se segue: como as notícias enquanto produção coletiva, onde diversos atores e dimensões do real interagem, permitem emergir um

novo conhecimento e um conhecimento do novo. Por outro lado, apesar da emergência de discursos críticos, o jornalismo, contraditoriamente, ajuda a manter o *status quo* sem perder seu público e a legitimidade social. Narrar a percepção social da matéria do mundo em sua objetividade é, inevitavelmente, envolver-se em molduras de significações construídas subjetivamente e intersubjetivamente para apreender aquela objetividade (GENRO FILHO, 1987, p. 186-187). É nesta corda bamba que se equilibram as narrativas da contemporaneidade, com a missão de narrar o real ao mesmo tempo com o mínimo de interferências, pois precisa ser fiel à materialidade, e com interferências, pois precisa se justificar, fazer-se necessário. Quando, na prática, encontra-se o sentido da teoria, as contradições internas de ambas se fazem visíveis, acessíveis. Assim é o jornalismo, entre seus princípios e propósitos e as fronteiras que fizeram sua história e fazem seu presente.

4.2 Três características da cobertura jornalística sobre povos indígenas e suas relações com as dinâmicas produtivas

O trabalho de buscar, escrever e publicar notícias é determinado por quatro elementos que se entrecruzam – três deles foram estabelecidos por Guerra (2003, p. 15): a instituição social construída após dois séculos de mudanças e definições técnicas e deontológicas, as organizações jornalísticas e os profissionais. As fontes são o quarto e essencial elemento. Estas quatro dimensões se relacionam com um ideal jornalístico e com as dificuldades no caminho de materializá-lo. Devido à imersão do jornalismo em seu contexto, à intersecção entre a instituição social, as organizações e os profissionais que a concretizam, alguns com mais qualidades ou desvios que outros, muitas vezes os poderes dos meios de comunicação são sobrestimados (SCHUDSON, 2003, p. 17). O jornalismo, em sua busca diária por trazer informações úteis para esfera pública, é responsabilizado pela apatia do público nas sociedades democráticas:

Os meios são investigadores agressivos e críticos no interesse público? Então, as notícias são negativas e desiludem os cidadãos. Os meios são condescendentes e cúmplices com os poderes constituídos? Então, o público é levado à complacência e ao tédio. Os meios são céticos, irônicos e imparciais? Então, encorajam a

indiferença do público. São muito elogiosos e cheios de boas novas? Então, eles sedam de bem-estar as audiências felizes mantendo-as a parte de todas as preocupações comunitárias e políticas¹⁷² (SCHUDSON, 2003, p.22, tradução da autora).

Estes argumentos costumam esquecer que o jornalismo, assim como quaisquer outras práticas e instituições sociais, está submetido ao potencial e risco das condições históricas e subjetivas que envolvem os atores e organizações sociais que o constroem. Para estudar esta prática social e o conhecimento por ela produzido, é preciso reconhecer que esta instituição social é fundamentada em práticas literárias moldadas historicamente e formadas por organizações sociais concretas, submetidas às restrições impostas por um contexto histórico (SCHUDSON, 2003, p. 02, p. 15).

A dimensão das restrições que o contexto impõe à prática jornalística, principalmente aquele das práticas produtivas, foi abordada por obras clássicas da teoria construcionista do jornalismo, como *Newsmaking* (ROSHCO, 1975) e *Making News: A Study in the Construction of Reality* (TUCHMAN, 1978). Ao analisarem as dinâmicas das redações, estes autores narram um constante esforço para encaixar a realidade dentro das possibilidades de trabalho do cotidiano jornalístico e de como este trabalho acaba por moldar a informação que chega ao público. É inegável a colaboração destas teorias para o reconhecimento das interferências subjetivas e institucionais na prática jornalística; no reconhecimento da importância das dinâmicas produtivas na conformação das notícias e da simplificação da realidade efetuada pelo trabalho noticioso de construir narrativas do cotidiano.

Mas as relações entre sujeitos, organizações e dinâmicas produtivas são simplificadas quando o jornalismo é apontado como reprodutor do *status quo*. As teorias construcionistas mencionadas não conseguiram compreender como as notícias, além de perpetuar, também podem subverter o contexto dominante dependendo de sua produção (MACHADO, 1992, p. 79, MACHADO, 2001, p. 70, ALSINA 1989,

¹⁷² Original em inglês: “Are the media aggressive investigators and critics in the public interest? Then the news is negative and disillusion the citizenry. Are the media compliant and complicit with the powers that be? Then the public is lulled into complacency or boredom. Are the media skeptical, ironic, or detached? Then they encourage the public’s detachment. Are they too full of praise and glad tidings? Then that’s the feel-good sedative of happy-audiences from political and community concerns altogether”.

ALSINA, 2005). O potencial revolucionário do conhecimento da realidade através do singular que o jornalismo produz, apresentado por Genro Filho (1987), permite, em grande medida, ir além das limitações das teorias construcionistas.

Uma abordagem das análises do trabalho noticioso focada nas dimensões culturais da prática jornalística pode também colaborar para compreender a complexidade que envolve uma prática que, fundamentada nas mesmas definições técnicas e deontológicas, tem o potencial de fortalecer as estruturas de poder dominantes ou de subvertê-las, ou ainda de sensibilizar os homens para os problemas dentro desta estrutura. A importância da dimensão cultural é destacada por Schudson (2003, p. 230) que agrupa os estudos sobre notícias em três abordagens genéricas, análogas a três dimensões da prática jornalística: as abordagens de economia política focam na propriedade dos meios de comunicação como determinantes na conformação das notícias; as abordagens sociológicas analisam as interações competitivas entre fontes e repórteres, repórteres e editores, e entre editores; e as abordagens culturais buscam revelar como ideias e crenças da cultura profissional e da cultura mais ampla, tomadas como naturais pelos jornalistas, são determinantes na conformação das notícias.

A análise que se segue busca ter como horizonte estas ponderações teórico-metodológicas, que consideram a prática jornalística como o resultado de diversas interações sociais e culturais, que envolvem sujeitos, organizações, práticas produtivas e a cultura histórica de uma sociedade. Busca se beneficiar do legado metodológico e teórico das teorias construcionistas, ao mesmo tempo em que tenta evitar analisar o jornalismo com o olhar reducionista, que não explica nem justifica a legitimidade que esta prática continua a ter nas sociedades atuais.

Neste estudo, foram identificadas três características principais das notícias sobre povos indígenas – a falta da diversidade de fontes, ausência da perspectiva indígena e a simplificação da realidade indígena, que, por sua vez, relacionam-se com diversos elementos das práticas produtivas. Alguns destes elementos foram reconhecidos como possíveis causas destas características: a influência do espaço físico onde se deu a ocorrência na cobertura jornalística, as estruturas de divisão de trabalho dentro da redação através da divisão espacial e de poder simbólico, a forma como se dá a apuração para os cibermeios jornalísticos, as estruturas formais do jornal (onde as notícias sobre povos indígenas se encaixam na estrutura do jornal). A ideia da interação entre estes fatores na conformação das fronteiras do que vem a

ser conhecido ou não através dos jornais levou ao conceito de geografia das notícias.

A geografia das notícias é a interação entre a prática produtiva, a técnica e ideologia do jornalismo e as fontes que se concretiza nos horizontes simbólicos dos profissionais e das organizações jornalísticas, nas estruturas de poder das redações e nas possibilidades físicas e temporais da teia de facticidade¹⁷³. A forma como esta interação se dá delimita as fronteiras do que se torna conhecido, ou não, nas notícias jornalísticas. Para melhor compreender estas distintas interferências, o conceito é dividido em geografia espacial e cultural. Na geografia espacial, reconhece-se a importância, para a definição das informações presentes na cobertura jornalística, dos fatores geográficos e espaciais e da forma como uma organização jornalística estende a teia noticiosa para lidar com estes fatores¹⁷⁴. As estruturas de poder dentro das redações, as condições de trabalho e as divisões editoriais dentro dos jornais são formas de adequar o espaço da redação ao espaço geográfico que se busca noticiar. A geografia cultural fornece uma análise semelhante à que Schudson (2003) caracterizou como abordagens culturais: as notícias são a manifestação de uma cultura e se relacionam diretamente com o horizonte cultural onde elas emergem; com a estrutura social onde o fenômeno jornalístico acontece. A aproximação

¹⁷³ O conceito de teia de facticidade foi introduzido por Tuchman (1978) para descrever como os acontecimentos são selecionados na realidade, de acordo com as práticas produtivas estabelecidas. Esta rede terminaria por impedir que alguns acontecimentos sejam noticiados (TUCHMAN, 1978, p. 83). Traquina (2004, p. 189-191) descreve duas características que compõem a teia de facticidade e interferem de maneira definitiva em sua fixação no tempo e no espaço: a noticiabilidade e a relação dos jornalistas e da organização com suas fontes. Segundo o autor, fontes estáveis, regulares e institucionais gozam da preferência da comunidade jornalística, devido ao condicionamento temporal deste trabalho. Esta rede se expande como um filtro que determina o que aparece nos noticiários e como – seja pelos critérios de noticiabilidade, seja pela utilização de fontes, seja pelo próprio formato da narrativa jornalística. Os fatos dentro da teia de facticidade jornalística validariam uns aos outros, e às instituições onde ocorrem. Diante da impossibilidade de verificar alguns fatos, os repórteres inter-relacionariam fonte e fato, o que reforçaria mais uma vez a teia estabelecida (TUCHMAN, 1978, p. 90).

¹⁷⁴ Esta análise não é exaustiva e outros elementos como a temporalidade (MORETZOSH, 2002, GROTH, 2011, SCHUDSON, 1987) com certeza são de importância central no jornalismo, e interferem nas narrativas sobre povos indígenas, mas não foram incluídas no recorte da presente pesquisa.

ou distanciamento cultural entre aqueles que noticiam e o que é noticiado é um importante elemento dentro da geografia cultural das notícias. Assim, através da geografia das notícias, é possível abarcar diversos elementos das práticas produtivas e da abordagem cultural das notícias dentro de uma única estrutura, relacionando esta estrutura com o conhecimento produzido na notícia. Estas relações são desenvolvidas nos subitens 4.2.1.2 e 4.2.2 deste capítulo.

Outra sistematização estabelecida por Schudson (2003, p. 09) aponta quatro tipos de desvios dos quais as notícias são frequentemente acusadas. Elas podem ser oficiais, negativas, técnicas e desvinculadas¹⁷⁵. A falha estaria então no próprio profissionalismo jornalístico, que vincula a prática a essas características, e não na ausência dele. Embora o profissionalismo apresente limites para estas tendências, ele pode ser desvirtuado por sua aplicação excessiva. Nessa abordagem, reside o risco de apresentar uma perspectiva do jornalismo como os jornalistas o concebem, sem compreender os contextos sociais mais amplos que são a base de onde surgem as próprias experiências subjetivas dos profissionais (SCHUDSON, 2003, p.12).

Com o cuidado de evitar adotar o determinismo que o profissional, exaurido pelas dinâmicas do trabalho cotidiano, vislumbra, esses quatro desvios são reconhecidos também nas características da cobertura jornalística sobre os povos indígenas paralelamente à tentativa de revelar algo da conjuntura social que os abarca.

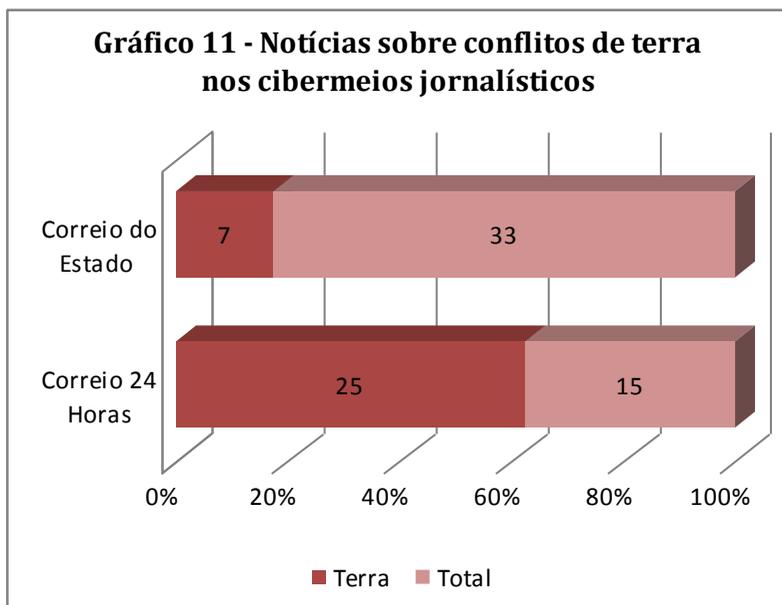
4.2.1 Falta da diversidade de fontes e ausência da perspectiva indígena

O primeiro dos desvios citados pro Schudson (2003) aponta as notícias como representantes do discurso oficial. Esta tendência, já observada por Sigal (1973) em sua análise das relações entre repórteres e funcionários públicos, persiste também nas coberturas sobre povos indígenas. Ao analisar as características das notícias sobre índios, reconheceu-se a preponderância do uso de fontes oficiais e a ausência de representantes dos índios. Existe uma maioria absoluta do uso de fontes oficiais (68%), seguida da referência às informações fornecidas por outros meios (10%). Aos povos indígenas resta o pequeno número de 8% (gráfico 1). Mas, mesmo esta porcentagem já exígua, pode ainda diminuir, quando retiradas as repetições. Isto fica evidente quando as

¹⁷⁵ Optou-se por traduzir o termo “detached” como desvinculada, embora também possa significar imparcial.

notícias sobre eventos derivados diretamente dos conflitos de terra são analisadas separadamente, como será observado nos gráficos 12, 13 e 14. A relevância desta observação reside no fato de que a questão da terra é uma das principais questões políticas envolvendo os povos indígenas na atualidade.

Na busca por elucidar como os conflitos de terra são abordados no discurso jornalístico, optou-se por analisar separadamente as notícias que os tematizassem. É importante, por outro lado, afirmar aqui que estes conflitos estão vinculados ao próprio ser indígena na sociedade atual. Seria ingenuidade acreditar que uma notícia sobre saúde, educação ou manifestação cultural estaria separada do local social que se constrói para esse grupo nas narrativas simbólicas do cotidiano. No gráfico 11, observa-se que a questão da terra surge em 25 (vinte e cinco) publicações do *Correio 24 Horas* e apenas 07 (sete) no *Correio do Estado*.



Fonte: autora

A seguir, optou-se por dividir a análise do jornal *Correio 24 Horas* em dois tópicos: as ocupações de terra na região da Bahia, em 2012, e a concessão para a construção da hidrelétrica de Belo Monte,

com publicações em 2011 e 2010. Esta separação foi feita porque estes temas receberam destaque na cobertura: o primeiro tópico está presente em quinze das vinte e cinco publicações referentes à questão da terra, e o segundo em oito¹⁷⁶. Outro motivo foi a intenção de analisar a cobertura dos eventos que ocorreram nas aldeias indígenas visitadas durante a pesquisa de campo deste trabalho. A pesquisadora pôde presenciar, sem saber, os momentos que antecederam a maior ocupação conjunta de fazendas que já ocorreu naquela região, quiçá no Brasil¹⁷⁷.

¹⁷⁶ Somando vinte três publicações. Portanto, duas publicações sobre os conflitos de terra permanecem fora da análise: “Secretário se reúne com tupinambás para negociar demarcação de terras em Buerarema”, publicada em 11 de abril de 2011, e “Cacique Babau é transferido para presídio do Rio Grande do Norte”, publicada em 17 de abril de 2010. Nesta notícia, não há nenhuma fonte. Naquela, as fontes mencionadas são: Cacique Babau e o secretário da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, Almiro Sena. É a única notícia sobre conflito de terra nos dois meios que apresenta o depoimento de uma liderança indígena. É importante ressaltar que o cacique Babau apareceu nas notícias quando foi preso em fevereiro de 2010. Em “Cacique Babau é transferido para presídio do Rio Grande do Norte”, o jornal trata ironicamente a transferência do cacique para o terceiro complexo presidiário em apenas três meses: “Depois de passar pela carceragem da delegacia de Ilhéus, no sul do estado, e da superintendência da Polícia Federal em Salvador, o próximo destino do tour penitenciário do cacique Babau é o presídio federal de Mossoró, no Rio Grande do Norte, para onde foi transferido ontem”. Com a ironia, o jornal mostra um posicionamento crítico à transferência injustificada do cacique, embora não apresente maiores informações sobre o ocorrido que poderiam fornecer o embasamento para a perspectiva crítica dos acontecimentos.

¹⁷⁷ Segundo notícia publicada no *Correio 24 Horas*, “Chega a 72 o número de fazendas ocupadas por índios no Sul da Bahia, diz polícia”, no dia 18 de abril de 2012, foram 72 fazendas ocupadas por indígenas. Não foi encontrada, nos cibermeios indígenas, informações sobre a quantidade de fazendas ocupadas, apenas menções como: “os índios retomaram as fazendas, que está dentro da 54,100 Hectare, que o governo a mais de 30 ano não quer julgar”, “desde DOMINGO que os índios ocupara a região dos Rio Pardo, uma área grade, aonde vivem poucos pecuarista e ocupando grande estenção de terra”, respectivamente nas publicações “Rede Globo Manipula Reportagem jogando a sociedade contra os Pataxó Hãhãhãe”, de 14 de abril de 2012, e “O PATAXÓ HÃHÃHÃE RETOMAM QUASE TODO O TERRITÓRIO”, de 17 de abril de 2012. Aqui, observa-se algo além do que a falta de precisão na informação. Há uma percepção diferente do território. Para os indígenas, não existe apenas certo número de fazendas, mas a região do Rio Pardo, que é mencionada em diversas publicações. As denominações dadas ao espaço geográfico no jornal e nos

Estas ocupações além de terem resultado na conquista das terras pelos indígenas, receberam cobertura no portal *Índios On-line*, também integrante no *corpus* desta pesquisa.

A utilização de fontes indígenas alcançou 4% no Gráfico 1 porque houve a repetição de um trecho que apresentava, nas notícias factuais, uma breve explicação sobre os diversos eventos que se seguiram às ocupações de fazendas no interior do estado da Bahia. Das quinze matérias publicadas no jornal *Correio 24 Horas* em 2012, treze estavam relacionadas com estas ocupações e sete possuíam este trecho¹⁷⁸: “Os índios dizem que todas as fazendas ocupadas estão dentro das áreas previstas para a demarcação da TI. A FUNAI garante que a área em questão foi demarcada em 1937 pela Diretoria de Serviço Geográfico do Exército e que, desse modo, os invasores seriam os fazendeiros”. Na série de notícias sobre a questão, o *Correio 24 Horas* repetiu este formato: um a três parágrafos narravam o novo acontecimento e eram seguidos de outros parágrafos que contextualizavam o evento. Estes parágrafos explicativos são originários de notícias anteriores e permanecem os mesmos em diferentes notícias. Quando a análise é realizada sem considerar estes trechos idênticos, a utilização de fontes indígenas ainda é mais reduzida. O trecho acima foi repetido sete vezes, mas foi a única referência à perspectiva dos indígenas feita em todas as quinze publicações. Com relação à perspectiva de fazendeiros ou funcionários de fazendas, o quadro é um pouco diferente. Com as repetições, foram mencionados seis vezes, sem elas, quatro vezes.

Na prática, isso quer dizer que, na cobertura dos conflitos de terra, existiu uma maior diversidade de vozes de fazendeiros ou seus representantes do que houve de indígenas. Outro detalhe também é revelador: os fazendeiros possuem nome, sobrenome e profissão (“fazendeiro Marcos Vinícius, dono da Fazenda Santa Marina e diretor do sindicato”; “funcionário das fazendas ocupadas”, e o “Sindicato dos Trabalhadores Rurais”). Os indígenas são apenas “os índios”: pessoas sem mais identidade do que a de pertencer a uma etnia. Esta ausência de especificação das fontes indígenas específicas pode ser interpretada

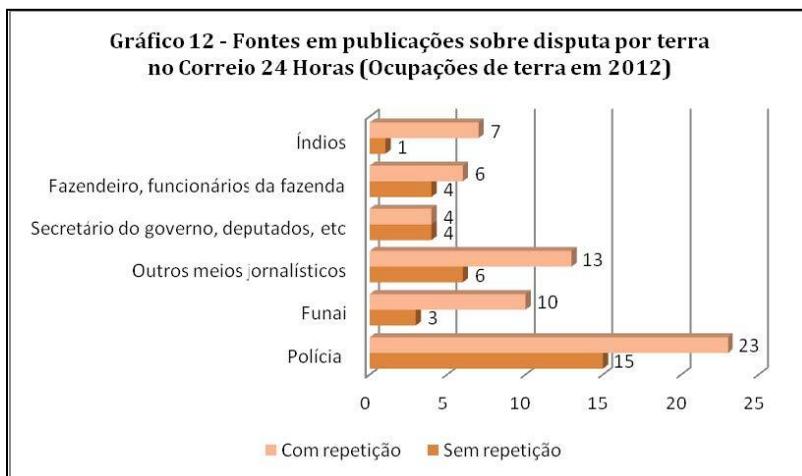
cibermeios indígenas são diferentes, o que revela algo da abordagem apresentada a seguir sobre os diferentes horizontes culturais dos indígenas e do jornalismo.

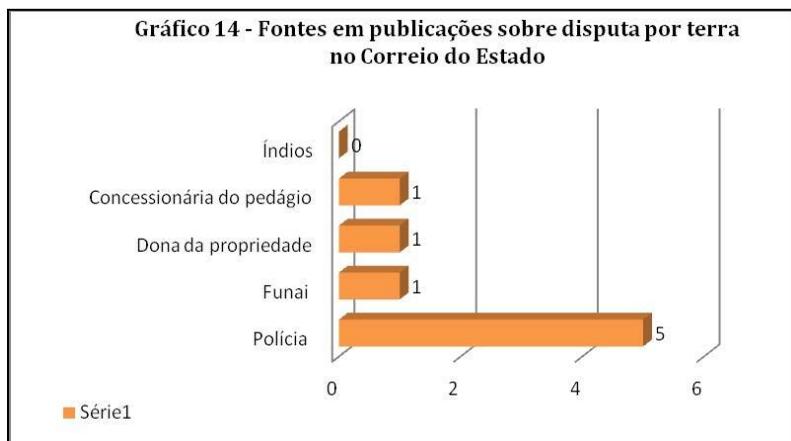
¹⁷⁸ As outras duas foram: “Filme Capitães de Areia abrirá festival de cinema em Paris”, publicada em 06 de abril de 2012, e “Colombiana indígena de 10 anos dá à luz menina e gera polêmica”, publicada em 06 de abril de 2012.

através de diferentes fatores: a caracterização de uma identidade coletiva – a identificação dos índios enquanto um grupo unido, e com interesses comuns, o procedimento jornalístico de distanciamento e não individualização, presente no ideal de imparcialidade ou desvinculação (SCHUDSON, 2003, p.10, SPONHOLZ, 2009, p.29), desconhecimento dos jornalistas da realidade indígena, subvalorização da importância da informação, restrições ideológicas, a falta de estrutura dos cibermeios para contato com as fontes e a inacessibilidade das fontes. Neste contexto, a imparcialidade e desvinculação parecem não ocorrer principalmente devido aos ideais do profissionalismo, mas às restrições existentes nas práticas produtivas. As duas últimas razões são reconhecidas pelos jornalistas nas entrevistas como os principais motivos para o distanciamento presente nas notícias. Diego Mascarenhas (2012), editor do *Correio 24 Horas*, expõe a relação entre as informações produzidas pelos jornais e a dificuldade de contatar fontes distantes, justificando o porquê da cobertura da questão indígena privilegiar o relato de fontes oficiais e fazendeiros:

Se tem um conflito de terra entre um fazendeiro e um grupo indígena, a informação do fazendeiro vai chegar até mim. O que ele pensa, o que ele quer, o que aconteceu. A versão dele sobre essa história vai chegar facilmente até mim. Porque, até se for o caso, ele contrata um assessor para chegar. Os índios coitados, eles não vão, eu não vou conseguir saber o que é realmente que aconteceu segundo os índios. Então, assim, eu não acho que seja maldade, eu acho que seja uma dificuldade da imprensa de chegar até eles e ter essa informação.

Na abordagem da questão de Belo Monte no próprio *Correio 24 Horas*, assim como na cobertura das ocupações de terra em geral, recorre-se às instituições públicas como principal referência (como demonstra o gráfico 13).





Fonte: autora¹⁷⁹

A utilização recorrente de fontes oficiais remete à legitimação de instituições sociais pelo jornalismo e à relação desta prática com as outras instituições da sociedade. Para Tuchman (1978, p. 04, tradução da autora), as notícias reforçam o *status quo* das instituições sociais vigentes: “as notícias são aliadas das instituições legitimadas. O secretário do estado pode fazer circular uma ideia nos meios noticiosos. O homem e a mulher ‘comum’ não têm o mesmo acesso aos meios¹⁸⁰”. Se o homem ou mulher comum não têm fácil acesso aos meios, o que se diria dos homens ou mulheres excluídos: àqueles que não possuem os seus direitos de moradia, educação e saúde atendidos. E as etnias diferentes do que se tem como homem comum – o branco e urbano?¹⁸¹.

¹⁷⁹ Neste gráfico não houve necessidade de inserir a variante “Com repetição”, uma vez que as publicações tratam de temas distintos e, portanto, não possuem trechos repetidos.

¹⁸⁰ Original em inglês: “news is an ally of legitimated institutions. The secretary of state can float an idea in the news media. the ‘average’ man or woman does not have such access to the media”.

¹⁸¹ Não se considera aqui as estatísticas populacionais para se considerar o que seria o ‘homem comum’. Em artigo sobre a análise da cobertura jornalística e dos cibermeios indígenas sobre a comemoração do Dia do Índio (TAVARESb, 2012), mostrou-se, de um lado, como os meios jornalísticos realizam uma tipificação do mesmo e, do outro, considerando como a normalidade valores da classe média e média alta urbana tais como livre iniciativa, sucesso pessoal e social. A tipificação foi reconhecida por Prado e Bairon (2007, p; 253) ao analisarem as revistas semanais *Veja*, *IstoÉ*, *Época* e *Carta Capital*.

É preciso que algo extraordinário, ou mesmo trágico, aconteça a essas pessoas para galgarem espaços nos jornais. Exemplos como o do índio Galdino comprovam esta tendência. Galdino foi queimado vivo por jovens enquanto dormia em um banco na rua em Brasília e foi noticiado nos principais jornais do Brasil e do mundo (NUNES, on-line, NYTIMES, on-line). O cacique Raoni também é outro indígena que tem destaque internacionalmente, mas motivado pela sua militância pela preservação da floresta amazônica e pelo apoio de personagens internacionais, como o cantor Sting. O cacique da etnia Caiapó já viajou dezessete países, é tema de um documentário que conta a história da sua vida¹⁸² e suas declarações e presença recebem, ocasionalmente, destaque nos meios de comunicação.

O valor social atribuído às declarações dos indígenas não pode ser comparado ao atribuído às declarações de deputados, senadores, ministros, ou de um(a) presidente. Devido às funções públicas desempenhadas pelos políticos, suas declarações são relacionadas ao bem-estar social e democrático; fazem parte de um domínio público. Seriam, portanto, dotadas de valor de interesse para qualquer cidadão desejoso de se informar sobre as condições políticas, econômicas e sociais que interferem em sua vida privada. Esta importância não é incutida, cotidianamente, na declaração de pessoas comuns.

De forma análoga, as estatísticas governamentais sobre os povos indígenas parecem ecoar nas notícias, mesmo naquelas que tratam de eventos ocorridos com os povos indígenas. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a população brasileira atual de indígenas é de 817.963, autodeclarados (IBGE, on-line), aproximadamente 0,5% do total da população nacional de 190.732.694 pessoas, conforme o censo demográfico de 2010 (IBGEb, on-line). Nas notícias, ocupam de 0% a 3% (uma entre 33 citações de fontes nos casos envolvendo conflito de terra, sem contar as repetições).

O privilégio e a atribuição de poder incutidos nas fontes oficiais e em outras instâncias da sociedade refletem uma complexa dinâmica através da qual o jornalismo, enquanto uma instituição social, relaciona-se com outras instituições (SIGAL, 1973). Ao analisar a cobertura do movimento feminista em seus primórdios, Tuchman (1978, p. 135) observa como os repórteres recorriam às suas fontes rotineiras, aquelas que já possuíam *status* institucional. Mas, “tais fontes de rotina são, é

¹⁸² *Raoni*, dirigido por Jean-Pierre Dutilleux e Luiz Carlos Saldanha, 1978, foi apresentado no *Festival de Cannes* de 1977 e recebeu uma indicação ao *Oscar* (RAONI, on-line).

claro, as mesmas pessoas no poder que estão sendo atacadas. Novamente, a prática noticiosa padrão legitima aqueles com poder institucional¹⁸³ (TUCHMAN, 1978, p. 142, tradução da autora). Para completar, seria necessário tomar como verdade muito do que estas fontes dizem, uma vez que se tornaria impraticável verificar todas as declarações (TUCHMAN, 1978, p. 84). A presunção da hierarquia está presente no critério jornalístico para selecionar as fontes, apesar de os próprios jornalistas reconhecerem que a validade desta presunção é duvidosa (SIGAL, 1986).

Outra dimensão desta relação é pontuada por Meditsch (2010, p. 29) que questiona a perspectiva da construção social da realidade pelo jornalismo ao revisar a função desempenhada pela prática jornalística no processo de interiorização da realidade social institucionalizada, conforme definido por Berger e Luckman (1985). Enquanto estes autores destacam o papel das instituições sociais na construção das realidades subjetivas, Meditsch critica abordagens que responsabilizem o jornalismo como protagonista nesta construção, destacando o peso das outras instituições sociais: “o universo das instituições sociais é muito mais amplo e complexo. As instituições se impõem como realidade não apenas como ‘programas’ (ou softwares) a serem cumpridos, mas também, esmagadoramente, como ‘hardwares’ a serem observados em tal cumprimento”. O que Meditsch não considera, neste momento, é que o jornalismo exerce grande poder ao reforçar o papel daquelas outras instituições, tornando-se, em certa medida, indissociáveis as influências exercidas. A dependência estrutural do jornalismo dos sistemas de registro existentes na sociedade é mencionada pelo autor, que recorda um pertinente comentário de Walter Lippman sobre a relação demasiado direta entre a certeza da notícia e o sistema de registro.

Esta interdependência é uma das características da prática jornalística que leva à predominância das fontes oficiais na cobertura dos povos indígenas e ao que se denominou, neste trabalho, de uma estigmatização das ocorrências com os povos indígenas enquanto “casos de polícia”.

¹⁸³ Original em inglês: “Such routine sources are, of course, the very people in power who are being attacked. Again, standard reportorial practice legitimates those with institutional power”.

4.2.1.1 Os índios como “casos de polícia”

Como pode se observar nos gráficos 12 e 14, a polícia aparece como a principal fonte das coberturas das ocupações na Bahia em 2012, e na cobertura da questão da terra em Mato Grosso do Sul, seguida das fontes do governo em segundo lugar. Com exceção da cobertura da questão de Belo Monte (gráfico 13), onde as fontes do governo são as principais. No *Correio do Estado*, não há fonte indígena alguma e a polícia segue como a principal fonte na cobertura das questões de conflitos de terra. Sem meias palavras, pela forma como a notícia é construída, a questão indígena e, especificamente, a questão da terra são entendidas como um “caso de polícia”.

A inclusão das notícias sobre povos indígenas enquanto um “caso de polícia” é confirmada uma vez mais quando se observa os principais acontecimentos narrados nas diversas publicações dos dois jornais analisados (gráficos 21 e 22). No *Correio do Estado*, a violência ocupa o segundo lugar, posterior apenas ao Dia do Índio¹⁸⁴. No *Correio 24 Horas*, conflitos e disputas por terra são o principal tópico.

Além da estigmatização que fornece conotação policial a problemas históricos e sociais de complexidade maior, a própria credibilidade destas fontes, muitas vezes, é questionável, apesar de sua posição oficial. Moretzsohn (2002, p. 145) alertara que as fontes institucionais mais utilizadas nos noticiários possuem sua legitimidade, e a da instituição, reforçada, mesmo que não sejam absolutamente confiáveis:

Vários estudos já demonstraram o quanto as fontes oficiais mentem. (...) apesar disso, e apesar do número de vezes que a história se repete, as fontes oficiais continuam a ser acreditadas sem

¹⁸⁴ Moretzsohn (2002, p. 82) critica a forma como os jornais e revistas tratam a questão da violência, generalizando nesta palavra diversos acontecimentos distintos e fazendo emergir, nesta generalização, os supostos responsáveis: “os bandidos, ou marginais e marginalizados, os que agredem a ordem. Convenientemente, nenhuma palavra sobre a estrutura violenta dessa ordem”. Considerando a pertinência da problematização feita por Moretzsohn sobre o conceito de violência, observou-se que ocorrências distintas foram encaixadas dentro desta categoria. A tempo, optou-se por especificar, nos gráficos, estas ocorrências. No *Correio 24 Horas*, notícias de prisões de indígenas infratores integraram-na; no *Correio do Estado*, casos de assassinato, suicídio e atropelamento.

mais questionamentos. O principal é entender que, sob pressão, a fonte é instada a dizer alguma coisa, qualquer coisa, para ‘alimentar o sistema’.

Entre as matérias analisadas, tem-se um exemplo de uma fonte que teve sua declaração questionada por outra (também oficial e da polícia) e que, mesmo assim, continuou sendo utilizada. Na matéria “Refêns são liberados de fazendas ocupadas por índios no sul da Bahia, diz polícia civil¹⁸⁵”, as versões apresentadas pela delegada da Polícia Federal, Denise Dias, e pelo policial civil de Pau Brasil, Sagro Bonfim, são distintas. Enquanto Bonfim fornece a declaração presente no título da notícia, de que funcionários feitos refêns pelos índios foram liberados, a delegada alerta que não houve sequer confirmação de que os funcionários tenham sido feitos refêns: “Segundo a delegada, a PF abordou um caminhão de funcionários saindo de uma fazenda, mas todos negaram terem sido mantidos como refêns”. A matéria anterior, “Índios ocupam cinco fazendas no Sul da Bahia; funcionários são mantidos refêns¹⁸⁶”, tendo como fonte a *Globo News*, informou que os índios haviam formado um escudo humano com os funcionários, que o gerente de uma das fazendas havia sido mantido refém e que houve “intensa troca de tiros entre índios e seguranças da fazenda”. Observa-se que as informações não são apuradas pelo jornal, respaldado pela credibilidade de outro meio (*Globo News*). Sagro Bonfim, apesar de ter fornecido uma informação incerta em publicação de 16 de abril de 2012, segue como a principal fonte em toda cobertura das ocupações, presente em dez publicações. É ele quem faz prognóstico sobre as próximas invasões dos indígenas (em “Refêns são liberados de fazendas ocupadas por índios no sul da Bahia, diz polícia civil”), quem cogita algumas das causas devido às quais a equipe do jornal *Folha de São Paulo* foi abordada por pistoleiros (em “Grupo armado ameaça equipe de jornal paulista em área de conflito no Sul da Bahia¹⁸⁷”), quem informa sobre supostos tiroteios e existência de feridos (em “Índio é baleado em confronto com trabalhadores de fazenda no Sul da Bahia¹⁸⁸”), quem sabe quantas fazendas foram ocupadas (em “Chega a 72 o número de fazendas ocupadas por índios no Sul da Bahia, diz polícia¹⁸⁹”) e quem

¹⁸⁵ Publicada em 16 de abril de 2012.

¹⁸⁶ Publicada em 15 de abril de 2012.

¹⁸⁷ Publicada em 20 de abril de 2012.

¹⁸⁸ Publicada em 20 de abril de 2012.

¹⁸⁹ Publicada em 18 de abril de 2012.

diz que ninguém ficou ferido após um conflito (em “Mais duas fazendas são ocupadas por índios no sul da Bahia¹⁹⁰”).

Outra das características sistematizadas por Schudson (2003, p. 09) como típica da crítica ao profissionalismo do jornalismo ressurgem aqui: as notícias focariam sempre no conflituoso, na dissensão, fornecendo assim uma conotação negativa da realidade. Esta característica está diretamente relacionada com a relação do jornalismo com as outras instituições sociais, com as condições disponíveis nas práticas produtivas de uma organização jornalística e com a possibilidade de acesso a outras fontes. Assim, três questões emergem a partir da constatação de que os acontecimentos envolvendo indígenas resultam, nos noticiários, em “casos de polícia”: a contextualização nas notícias sobre povos indígenas, o lugar editorial que estas notícias ocupam no todo do jornal e a relação da localização geográfica daqueles acontecimentos com a estrutura de apuração do jornal. Essas questões, abordadas no conceito de geografia cultural e espacial das notícias, revelam a complexidade que se encontra por trás das normas técnicas do jornalismo.

Pode-se argumentar que o enfoque policial é apenas um reflexo da realidade, pois a violência é preponderante na vida dos índios em Mato Grosso do Sul. O que é parcialmente verdade. É inegável, entretanto, que existe uma parcela de responsabilidade que recai sobre o jornalismo e sua abordagem pontual e factual. E aqui um elemento precisa ser considerado: a criação do espaço cativo para os índios entre as ocorrências policiais também está relacionada com a singularização do conhecimento do jornalismo. Nos jornais, a realidade é reduzida ao que acontece no presente. Mas nem todos os acontecimentos do presente chegam aos jornais, uma vez que não são somente ocorrências factuais que “acontecem”, mas contextos políticos complexos que implodem nestas ocorrências, e que não são descritos nas notícias factuais. No caso dos índios, raramente os eventos alcançam também as páginas opinativas, o que revela dois outros desvios que podem ocorrer quando as características da prática profissional são excessivas – as notícias técnicas e desvinculadas.

É necessário reconhecer também que polícia é uma fonte recorrente não somente na questão indígena, mas para as notícias como um todo. Diversos jornalistas entrevistados mencionaram recorrer à polícia cotidianamente como parte da ronda em busca de acontecimentos que possam resultar em notícias. No *Correio 24 Horas*,

¹⁹⁰ Publicada em 17 de abril de 2012.

Mascarenhas afirma que há uma lista de ronda que tem 200 números para ligar, na qual a Central de Polícia, o órgão da polícia que centraliza todas as informações, é um dos números mais utilizados (MASCARENHAS, 2012). O editor comenta também sobre o enfoque policial do noticiário:

A gente sempre teve um enfoque muito local, restrito a Salvador e região metropolitana. Para qualquer tipo de registro policial, a gente dá, para qualquer tipo de situação quente mesmo, a gente publicar. Acidente é prioridade, situação de violência é prioridade, tráfico de drogas, apreensão de drogas, qualquer coisa desse tipo é muito forte. Porque o jornal *Correio* já tem essa linha policial muito forte¹⁹¹ (MASCARENHAS, 2012).

No *Correio 24 Horas*, existem esforços para desconstruir o estigma de violência sobre os povos indígenas. Mascarenhas (2012) menciona sobre a possibilidade de noticiar “coisas boas” paralelamente à dificuldade de saber sobre sua existência:

E você acha que a existência de sites de autoria de povos indígenas ajudaria a informar o que acontece com eles?

Ia ajudar demais. Sabe o que isso ia favorecer? Porque a gente não ia fazer só matéria em situação de conflito, em situação de criminalidade. A gente ia ter possibilidade de fazer matéria bacana, matéria positiva. Matérias tipo um exemplo que a imprensa adoraria, um índio que passou em cinco vestibulares. Como eu vou saber disso? Eu não vou saber disso. Se um índio, lá no extremo sul da Bahia, passar em cinco vestibulares, no *ITA*, na

¹⁹¹ Mascarenhas informa que a direção do jornal solicitou, cerca de dois meses antes da entrevista, uma mudança de enfoque, para que deixassem de fornecer tanto espaço para as situações corriqueiras de violência da cidade e se voltassem para o interior do estado. Depois, a direção chamou a atenção, pois os repórteres estariam tratando o interior também com um olhar muito policial, e solicitou que buscassem noticiar “coisas boas”. Esta solicitação, no entanto, mostrou-se difícil de ser atendida devido à ausência de sucursais do jornal como será observado no próximo subitem deste capítulo.

USP, UFBA, eu não vou saber, porque essa informação não vai chegar até a mim. Não tem quem passe. Então, eu tenho certeza que, se eles tivessem um site lá, talvez até tenha, e eu não conheço.

Ao mesmo tempo em que o relato de Mascarenhas (2012) indica como as práticas de apuração institucionalizadas no processo produtivo jornalístico são incapazes de abarcar algumas dimensões da realidade, revela uma falta de comunicação também, a partir dos cibermeios indígenas. Informações semelhantes às que Mascarenhas (2012) afirma não ter acesso estão disponíveis no *Índios On-line*. Em “NOVO ADVOGADO PATAXÓ HÃ HÃ HÃE¹⁹²”, informa-se, por exemplo, que um indígena Pataxó Hã Hã Hãe foi aprovado no exame da Organização Nacional de Advogados (OAB). Outro exemplo, que foi conhecido durante a pesquisa de campo, é de um indígena que estudou medicina em Cuba e que estava de volta à sua comunidade. Em publicação de 20 de outubro de 2011¹⁹³, “O PRIMEIRO MÉDICO INDÍGENA NO BRASIL PATAXÓ HÃHÃHÃE”, é anunciada a chegada do indígena e sua aprovação nos testes que o autorizavam a exercer a profissão no Brasil. Diversos outros acontecimentos positivos do cotidiano aparecem ali, como o lançamento de livro pelos indígenas¹⁹⁴ e a criação da Associação de Mulheres Tupinambá¹⁹⁵, entre outros diversos exemplos possíveis de serem citados nos dois cibermeios indígenas, conforme observado no segundo capítulo. Assim, o problema reside também na falta de conexão entre os cibermeios indígenas e os jornais, em uma sociedade onde as estruturas de trocas informativas em rede se tornam essenciais e preponderantes (CASTELLS, 2004, p. 15).

No *Correio do Estado*, há diversas notícias com enfoques positivos, mas, em geral, com relação a celebrações do Dia do Índio organizadas nas aldeias ou por instituições. Outras duas tratam da educação, tais como, “Conferência sobre educação indígena termina

¹⁹² Publicada em 19 de abril de 2012.

¹⁹³ Esta data está fora do período estipulado como *corpus* da pesquisa. No entanto, como a pesquisadora conversou pessoalmente com o indígena médico durante a visita à aldeia, buscou mais informações no cibermeio indígena e encontrou a publicação mencionada.

¹⁹⁴ Publicação “Pataxó Hã Hã Hãe, lançam seu Livro em Salvador”, de 21 abril 2007.

¹⁹⁵ Publicação “Mulheres Tupinambá se unem”, de 29 de abril de 2009.

amanhã¹⁹⁶” e “Educação indígena ainda não atende direitos constitucionais¹⁹⁷”, ambas abordando a 1ª Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena, que aconteceu em Brasília, de 5 a 9 de abril daquele ano.

As características das práticas produtivas que causam a estigmatização de “casos de polícia” estão relacionadas com as falhas na teia de facticidade e dificultam que acontecimentos que façam parte da realidade dos povos indígenas, além dos conflitos e dissenções, surjam nas notícias. Os procedimentos de coleta da informação considerados como legítimos dentro da prática jornalística, em determinadas circunstâncias, mostram-se limitadores da realidade, confirmando características da teia de facticidade já apontadas pelos autores construcionistas (TUCHMAN, 1978, ROSHCO, 1975).

No trecho a seguir, Pinheiro (2012) comenta sobre a relação da utilização constante de fontes policiais e o enfoque em “casos de polícia” com as condições de produção na redação do cibermeio:

Qual é a sua opinião sobre a cobertura da questão indígena? Você acha que os interesses de todas as partes são colocados nas matérias de uma forma justa e equilibrada?

Não, não acho. Aqui no jornal, por exemplo, sobretudo porque a gente sofre um pouco com a questão da distância. O fato de não ter uma sucursal ou repórteres exclusivamente voltados para cobrir essa questão já torna um pouco difícil a questão da apuração. Então, por exemplo, aqui no jornal, se você for considerar as reportagens feitas, a maior parte dos temas tratados é referente a questões de reivindicação de terra, brigas por posse de terra, invasões. Sempre questões muito conflituosas. E, nesse caso, quando você não está lá para ouvir todas as vozes, então é extremamente difícil. Porque você acaba ficando refém, ou de associações que defendem os interesses indígenas, ou de fazendeiros que defendem questões de posses e legalidade de terra, e questões organizacionais, governamentais: delegacia, polícia federal, policiais civis que entram na questão para tentar resolver.

¹⁹⁶ Publicada em 08 de abril de 2009.

¹⁹⁷ Publicada em 19 de abril de 2009.

O jornalista reconhece as limitações da cobertura jornalística e algumas das suas causas. A composição da estrutura e das equipes dos cibermeios jornalísticos e a distância geográfica das aldeias indígenas fazem com que certas ocorrências não sejam incluídas na teia da facticidade dos jornais e são discutidas no conceito de geografia espacial das notícias.

4.2.1.2 Geografia espacial das notícias

4.2.1.2.1 Exclusão das aldeias indígenas da teia de facticidade

Segundo os jornalistas entrevistados, parte da carência por contextualização e detalhamento da cobertura das questões indígenas se deve à localização geográfica das ocorrências e inexistência de sucursais que abranjam esta região. Os entrevistados, com exceção do editor do *Correio do Estado*, Fausto Brittes, e do correspondente deste jornal em Dourados, Fábio Dorta, mencionaram a distância física entre os jornais e locais onde se dão ocorrências envolvendo povos indígenas como obstáculos para a cobertura. Mas estes dois jornalistas mencionaram outras dificuldades, como legais e de segurança, para ter acesso às aldeias.

A dificuldade é expressa claramente pelo editor assistente do *Correio 24 Horas*: “Porque a gente é responsável pelo interior do estado sem sucursal. Aí, como você vai lidar com isso?” (MASCARENHAS, 2012). Acioli (2012) relata o mesmo problema:

Em muitos casos, é complicado você fazer isso, porque, em algumas situações, a comunicação é muito frágil. Às vezes, você vai falar com uma pessoa no orelhão. Às vezes, não tem celular, ou o celular não pega. Hoje em dia, todo mundo tem celular. Mas tem áreas também que você não têm cobertura eficiente. Então, é uma batalhinha, em alguns casos, ter a informação consolidada, bem feita, isenta. Isso é bem difícil (...) (ACIOLI, 2012).

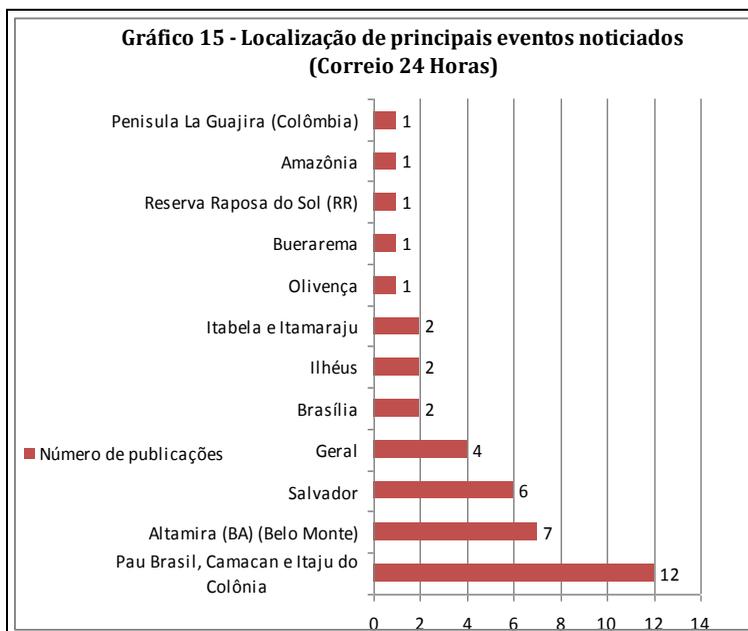
A relação entre localização geográfica das ocorrências e as práticas produtivas dos meios jornalísticos é determinante para qualidade da cobertura jornalística. A geografia espacial das notícias

busca analisar como estas duas características se relacionam. Desta relação resultam dinâmicas entre a divisão do território físico pelos meios jornalísticos, as práticas de apuração nos cibermeios e as relações no espaço editorial dentro das redações. Dentro deste contexto, duas características foram observadas nos meios analisados. A primeira é a existência de um esforço de regionalização da cobertura jornalística, que não ocorre paralelo à expansão da equipe com a criação de sucursais ou envio de correspondentes. A segunda é que essa expansão das dimensões da cobertura se dá através de um processo de apuração virtual, que inclui principalmente o uso de telefones e cibermeios. O encontro destas duas tendências, aparentemente contraditórias, é denominado aqui de regionalização virtual.

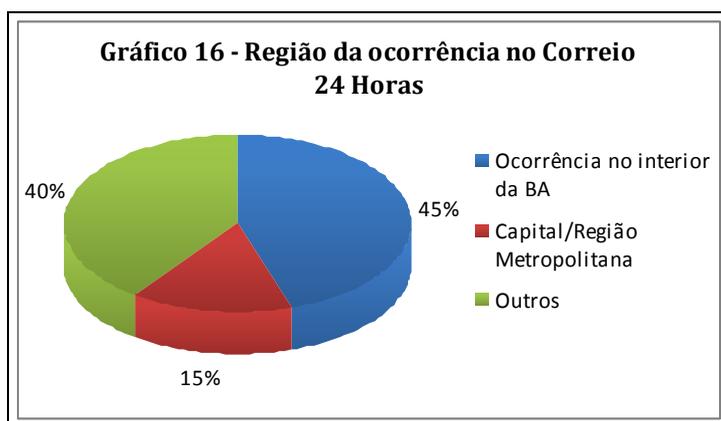
4.2.1.2.2 A regionalização virtual

A peculiaridade do relato dos jornalistas sobre a falta de mecanismos eficientes para realizar a cobertura jornalística do interior do estado reside, especialmente, em que estas dificuldades ocorrem paralelamente ao esforço, nas políticas editoriais das redações, de se voltarem ao local. Os dois jornais estudados buscam se regionalizar e possuem uma ampla porcentagem de matérias sobre ocorrências no interior do estado. Enquanto, conforme afirmado por Mascarenhas (2012), o *Correio 24 Horas* recebeu recomendação da direção para voltar o olhar para o interior do estado, o cibermeio *Correio do Estado* foi idealizado, em 2008, com a proposta editorial de regionalização, como explica o editor Fausto Brittes: “A nossa prioridade é fazer o regional. Damos o nacional, mas a gente está procurando cada vez mais fazer um portal regional, que é uma determinação da empresa” (BRITTES, 2012). Este enfoque é confirmado ao se analisar as notícias – nos dois jornais mais da metade das publicações tratam de questões em seus respectivos estados.

Conforme os gráficos 15 e 16, no *Correio 24 Horas*, 60% das publicações (24 publicações) são de ocorrências no estado da Bahia. Destas, apenas seis se referem à região metropolitana de Salvador. Uma proporção de 25% das publicações de dentro do estado da Bahia, e 15 % de todas as publicações. Realmente, existe um maior enfoque no interior do estado – 75% das publicações sobre a Bahia e 45% de todas as publicações tratam do interior do estado.



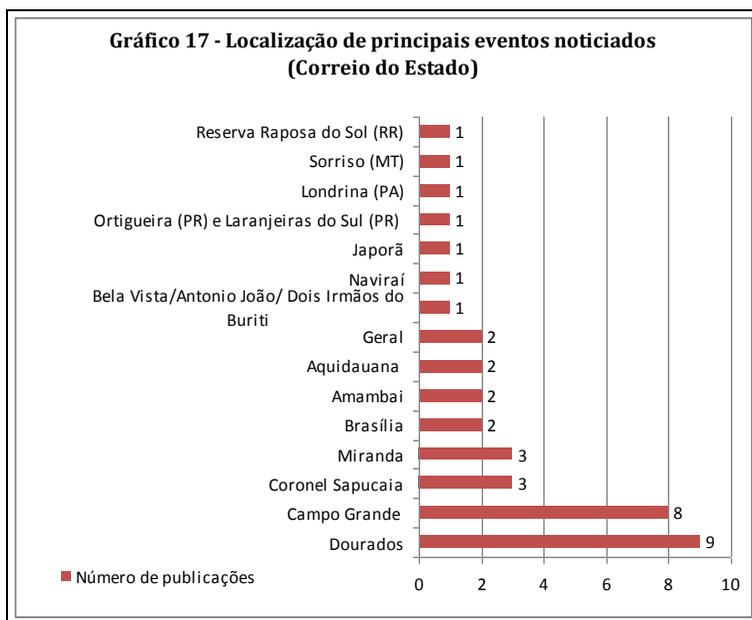
Fonte: autora



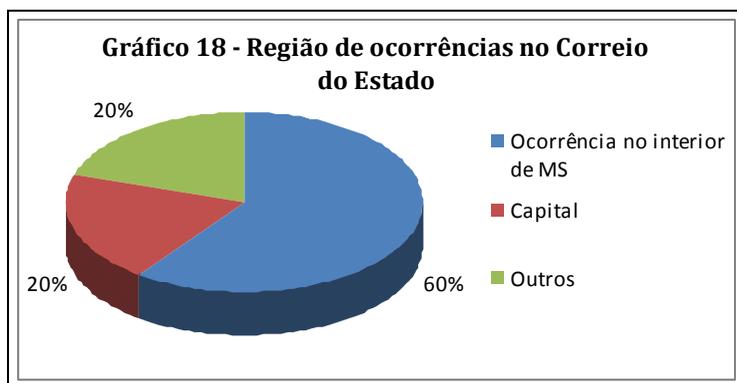
Fonte: autora

No *Correio do Estado*, 80% das publicações (32) tratam de ocorrências no estado de Mato Grosso do Sul. Destas, oito, assim como o *Correio 24 Horas* uma porcentagem de 25%, são de ocorrência na capital Campo Grande, e 75% no interior (gráficos 17 e 18). A

proporção varia quando comparada com o total das publicações: 60% de todas publicações analisadas tratam de questões no interior do estado.



Fonte: autora



Fonte: autora

Existe uma contradição entre a distância do local das ocorrências e a regionalização editorial. A regionalização é concretizada com dificuldades. No *Correio 24 Horas*, apesar da recomendação da

diretoria do jornal responsabilizando a equipe on-line pela cobertura do interior do estado, e para que se mudasse o enfoque, reduzindo a quantidade de notícias sobre violência e se voltando para as “coisas boas”, na prática este direcionamento é inviável, devido à estrutura disponível:

A equipe do on-line, definido por Oscar Valporto, que é o editor executivo do jornal, o on-line é responsável pelo interior. (...) Só que isso não é possível assim, na real, porque suas fontes são limitadas quando você vai lidar com o interior, a fonte da gente é muito limitada. Prefeitura, são órgãos oficiais que vão passar o que eles querem a respeito daquilo. (...) Eu vou ligar para o partido de oposição, o partido da base, da prefeitura? Eu não tenho contato. Eu não tenho o dia inteiro para ficar ali ligando para gente do interior para fazer isso. Sabe, eu tenho um cara que acabou de ser executado na praça da Piedade, eu não posso. E isso é possível para apurar aqui. Eu não posso parar e ficar ligando mil vezes para o interior, com uma demanda enorme em Salvador. Salvador é uma cidade com dois milhões e meio de habitantes para uma equipe que fica ali, costuma ficar quatro pessoas por turno. É complicado (MASCARENHAS, 2012).

No *Correio do Estado*, apesar da existência de correspondentes nas cidades de Três Lagoas, Corumbá e Dourados¹⁹⁸, no interior do estado, existem outras dificuldades na aproximação com as aldeias. Brittes (2012) e Dorta (2012) abordam dificuldades no plano da legalidade e da insegurança relacionadas com as aldeias na atualidade, especialmente na aldeia da Reserva Indígenas de Dourados que, segundo Dorta (2012), é “preocupante”:

E você já enfrentou alguma dificuldade para entrar na aldeia?

Algumas vezes, eu já enfrentei sim. Quando o clima é de maior tensão. Às vezes, tem períodos, por exemplo, que, para você entrar na aldeia, você tem que ter permissão, ou da FUNAI, ou

¹⁹⁸ Além de um correspondente em Brasília.

permissão de lideranças indígenas. Não é sempre que o caminho está aberto para que o jornalista possa entrar. (...) já teve vários casos de colegas que ficaram reféns em coberturas sobre área indígenas, sobre ocupação de terra (...) Então, existe também o outro lado, além da dificuldade que é decorrente dessa falta de estrutura também, mas existe um outro lado nas aldeias aqui de Dourados que, muitas vezes, tem o clima de tensão entre as etnias, entre as partes, que isso já levou a mortes, já levou a brigas políticas muito grandes, já foi muito complicado (DORTA, 2012).

Dificuldade a gente tem nessa questão de legislação: Polícia Federal cuida de índio, que não se entra em terra de índio. Então, o repórter, às vezes, sente dificuldade para poder se aprofundar no material. Essa barreira, mas é uma barreira legal, é assim que funciona. Não tem como a gente querer invadir, entrar na aldeia e querer forçar o índio falar para criar uma situação. A gente tenta oferecer, se eles estão no meio da rua, então, vamos tentar falar com ele no meio da rua. Eles vão falar (BRITTES, 2012).

As dificuldades legais, aliadas às distâncias geográficas, colaboram para prejudicar a qualidade da cobertura jornalística sobre povos indígenas. Mas como o próprio Brittes afirma “às vezes, também o governador não te responde, o prefeito deixa de te responder. Então, dificuldade existe. Eu acho que são dificuldades naturais de se conseguir informação, de furar um bloqueio” (BRITTES, 2012). As restrições de tempo fazem parte cotidianamente da prática jornalística (ROSCHO, 1975, p. 10, GROTH, 2011, p. 235), assim como as considerações sobre a dimensão geográfica da abordagem (LAGE, 2001, p. 94) e as dificuldades de se expandir neste espaço.

A distância física e os impedimentos legais, políticos e estruturais para chegar às fontes são potencializados, em alguma medida, devido à estrutura de trabalho das redações. Entre estas estruturas estão as divisões, às vezes conflituosas, de funções entre on-line e impresso e a restrição na equipe on-line, em geral pequena e com jornalistas inexperientes ou sobrecarregados.

4.2.1.2.3 Restrições e descentralização da apuração on-line

A relação do jornalismo com o espaço e suas transformações foi determinante para mudanças fundamentais no jornalismo no decorrer de sua história. Com a emergência das agências noticiosas e da utilização do telégrafo, as notícias, que eram majoritariamente locais e vinculadas ao cotidiano, perderam a conexão com a vida diária das pessoas (MACHADO, 2000, p. 197). Teoricamente, nesta era atual da internet, a estrutura centralizadora de produção da informação se difundiria em redes com múltiplos pontos espalhados por todo globo (CASTELS, 2004).

Nos jornais analisados, isto acontece em parte. Talvez menos do que se esperaria da sociedade, onde as demandas conectadas em rede afetam a esfera das comunicações e impactam a organização social e os indivíduos separadamente (CASTELS, 2007, p. 35). Nas redações jornalísticas atuais, essas diversas fases da estrutura jornalística convivem mutuamente: continua a existir uma centralização geográfica da região metropolitana devido às restrições econômicas para montar sucursais e às restrições de tempo da equipe existente, mas se utiliza de cibermeios de outros jornais e até mesmo blogues de autoria de cidadãos para acompanhar os acontecimentos no interior do estado.

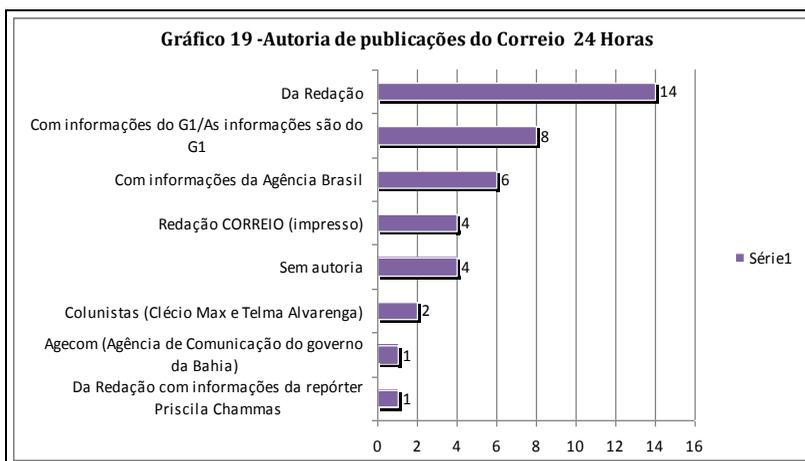
No *Correio 24 Horas*, a apuração no interior do estado é feita através de uma lista que inclui blogues de jornalistas e cidadãos, além de outros meios jornalísticos do interior¹⁹⁹. Tanto os blogues como os meios jornalísticos podem subir em credibilidade perante os jornalistas da equipe, quando fornecem diversas vezes informações que se mostram como corretas após a apuração. Em alguns casos excepcionais, a equipe publica antes de apurar, devido à credibilidade elevada do informante. Mascarenhas apresenta informações sobre a lista utilizada e sobre o processo de seleção dos blogues ali incluídos:

Duas coisas, basicamente. Frequência das publicações. Porque não adianta você ficar olhando todo dia, várias vezes, *sites* que não estão publicando matéria; e credibilidade. A gente vê o

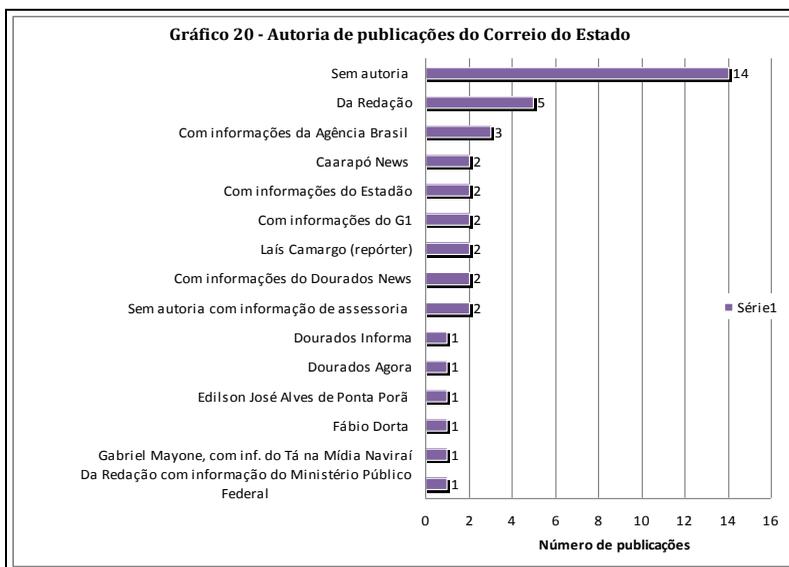
¹⁹⁹ No *Correio 24 Horas*, todos os jornalistas afirmaram utilizar cibermeios de autoria de cidadãos como fonte (pergunta 09 do questionário). No *Correio do Estado*, dois respondentes afirmaram já ter utilizado cibermeios cidadãos e três responderam que não.

site, a gente liga para confirmar. Se aquele *site*, sempre quando a gente liga para confirmar com a polícia, ou com quem quer que seja, a informação estiver errada, aí a gente já define – “esse *site* é fraco”. Agora, você tem *sites* tipo o *Acorda Cidade*, em Feira de Santana, é nossa referência em Feira de Santana. A gente tem os celulares dos repórteres, dos fotógrafos do *site*. Então, a gente liga para o pessoal do *Acorda Cidade*, às vezes, nem olha no *site*, “Vocês estão sabendo de alguma coisa?”, eles avisam a gente (MASCARENHAS, 2012).

Estes blogs são como pontos de partida para o *Correio 24 Horas* publicar notícias do interior. Mas, quando a autoria destas publicações é analisada, é possível observar que, no jornal da Bahia, não há referência aos meios do interior do estado. No *Correio do Estado* a referência é constante. Apesar de o *Correio do Estado* contar com três correspondentes no interior do estado de Mato Grosso do Sul, nas cidades Três Lagoas, Corumbá e Dourados, observa-se a utilização de cibermeios jornalísticos do interior do estado como referência, mais do que dos correspondentes, como pode ser verificado nos gráficos 19 e 20:



Fonte: autora



Fonte: autora

O uso de matérias de outros meios pode ser relacionado com a restrição nas equipes on-line. A equipe que compõe o jornal é pequena, e em sua maioria composta por jornalistas menos experientes, como observado na resposta aos questionários. No *Correio 24 Horas*, todos os funcionários (9) possuem de 0 a 5 anos de experiência, conforme resposta à terceira pergunta: “Há quanto tempo você trabalha como jornalista?”. No *Correio do Estado*, de uma equipe de cinco funcionários, três possuem até cinco anos de experiência, um possui entre 10 e 20 anos, e um entre 20 e 30 anos. Neste contexto, no *Correio do Estado*, a equipe da redação on-line é estruturada de maneira mais flexível, sem responsabilidades fixas, como forma de lidar com as restrições na estrutura. Por outro lado, de cinco funcionários, três trabalham até mais de 40 horas por semana²⁰⁰, o que revela uma sobrecarga do profissional.

Então, às vezes, o repórter liga, ou o próprio editor, porque a nossa equipe é muito reduzida. Então, não tem aquela separação, de que é só o repórter que apura a informação. Todo mundo faz

²⁰⁰ Resposta à questão 06 dos formulários: “Qual a sua carga horário de trabalho semanal”.

tudo. (...) Como a gente não tem carro, nem equipe, a gente usa muito telefone, ou *msn* (SIQUEIRA, 2012).

No *Correio 24 Horas*, há uma tentativa de dividir a equipe em setores, com o objetivo de privilegiar a cobertura de interior, mas a demanda de atenção da metrópole ofusca os fatos ocorridos no interior:

Gustavo [Acioli, editor multimídia do jornal] determinou que uma pessoa vai ficar, agora, com Salvador, e outra com Bahia, durante os turnos. (...) Só que, na realidade, isso se mistura ao longo de todo dia. Porque a demanda em Salvador é muito maior. Também, porque a gente descobre as coisas com mais facilidade (MASCARENHAS, 2012).

Apesar das tentativas de dividir o trabalho das redações, no cibermeio *Correio 24 Horas*, as notícias não são categorizadas por editorias. Não existem editorias específicas para o interior em nenhum dos dois jornais, o que contradiz a percentagem de publicações sobre essa região. No *Correio do Estado*, as notícias sobre povos indígenas são categorizadas em duas editorias: 14 publicações estão em *Notícias* e 26 publicações em *Cidades*. Os dois cibermeios jornalísticos se distinguem também na forma como ocorre a integração entre as redações do jornal impresso e cibermeio.

4.2.1.2.4 Integração conflituosa entre redação on-line e impresso

Existem esforços nas duas redações para integrar o trabalho das redações do meio on-line e do impresso²⁰¹. Esta integração ainda é incerta, e até conflituosa. Siqueira (2012) relata a dependência como um fator prejudicial para a cobertura: “Distância física e, também, não têm

²⁰¹ Nos dois jornais estudados, ao menos um representante do cibermeio participa das reuniões de pautas do impresso, que ocorrem duas vezes ao dia, uma pela manhã, para definir os principais assuntos a serem abordados durante o dia, e pela tarde, para acompanhar o que foi produzido, e coletar possíveis sugestões para o próximo dia. No *Correio 24 Horas*, a reunião acontece em uma mesa no centro da redação. No *Correio do Estado*, em uma sala fechada, ao lado da sala da redação.

meios. Praticamente, a gente depende do jornal [impresso], das pautas que o jornal vai fazer”. Apesar desta dependência, a relação on-line/impresso ocorre com mais naturalidade no *Correio do Estado*. Brittes relata como se dá o cotidiano desta troca:

Então, houve alguma reação, no sentido que o pessoal não estava acostumado em ter essa interação com o on-line. Então, havia certa dificuldade até de entendimento, mas, aos poucos, foi se passando o tempo e, hoje, há uma colaboração até considerável. Porque as pessoas saem de lá, elas ligam, já passam por telefone as informações, a gente escreve aqui. (...) Quando é um acidente grave, o repórter já leva o *iphone*, já liga, já manda por e-mail as fotos. (...) Poderia até ser melhor, mas isso aí é com o tempo, até pela característica do dia-a-dia. Não sei se você reparou ontem, eu saí de mesa em mesa perguntando - o que você tem de local? (BRITTES, 2012).

A distribuição dos espaços físicos dentro das redações estudadas parece ser simbólica das relações. No *Correio do Estado*, as equipes trabalham em uma mesma sala grande, apenas organizadas por setores – a equipe de on-line senta em mesas de trabalho contíguas, em um semicírculo à direita da porta de entrada da redação. À esquerda da entrada, a sala se estende por um espaço maior onde trabalha a equipe do impresso. No *Correio 24 Horas*, ao entrar na sala da redação, logo à esquerda está o “aquário”, uma sala de vidro onde fica alojada a equipe on-line. A equipe do impresso está distribuída na grande sala que segue após o “aquário”.

A divisão interna do espaço da redação no *Correio* revela uma concepção das funções do on-line e impresso que tem resultado em insatisfações na equipe on-line. Quando a equipe do jornal *Correio* idealizou o novo cibermeio do jornal, pensou em uma equipe que seria responsável pela ronda para apurar o que acontecesse na cidade e passar para o impresso (ACIOLI, 2012). Na prática, esta colaboração resulta em conflitos devido às diferentes formas de trabalho que os dois meios solicitam, conforme relatam os editores do *Correio 24 Horas*:

Você poderia explicar um pouco o que é o radar?

É terrível. Não terrível. Mas é porque quando o *site* foi concebido, parte do *site* funcionava exclusivamente como um “Alô Redação”. Como alguém que apura para o impresso. Com o tempo, foi se desprendendo mais essa ideia. Mas acaba que a gente ainda funciona muito como os olhares e ouvidos da redação, porque a gente está constantemente fazendo rondas (...) É só um pouco prejudicial quando achar que o on-line funciona como um filtro, como alguém que seleciona, não sei dizer. Porque, muitas vezes, eu acho que tem que ter um repórter que fica ali...não sei...

Você considera ruim quando o on-line fica em função do impresso?

Exatamente. Sobretudo em repórteres que não têm essa noção de quão importante é o on-line, de como são trabalhos juntos, mas separados, cada um com sua importância. Então, é realmente complicado em alguns casos, mas de uma forma geral. Até essa convergência ainda é muito difícil (PINHEIRO, 2012).

Porque a cabeça das pessoas que trabalham para o impresso é muito diferente da cabeça das pessoas que trabalham para o on-line. Quem trabalha para o impresso está pensando no fechamento de noite de sua matéria, está pouco preocupado com a gente. E quem vai para a rua, talvez por falar com as pessoas diretamente, têm a impressão que eles têm a capacidade de apuração melhor do que quem está aqui. Então, eles acham, assim, que tudo que eles conseguiram através de entrevistas com fontes é exclusivo. Como é exclusivo, eles não vão passar para o on-line. Porque a gente vai furar eles no jornal de amanhã. (...) Aí, em suíte de matéria, a gente, muitas vezes, toma furo. (...) É muito tenso a relação entre impresso e on-line, o tempo todo, por conta desse tipo de coisa. A gente passa muita coisa, eles não passam quase nada (MASCARENHAS, 2012).

Para Mascarenhas, o erro está em pensar a equipe do on-line como “garçom do impresso” o que reforçou uma cultura de desprestígio do on-line na redação, composta por jornalistas que ainda eram de uma época anterior ao cibermeio e que não compreenderiam as demandas específicas do jornalismo on-line.

Por outro lado, da forma como o trabalho das redações foi concebido, a equipe do on-line não possui mobilidade para realizar a cobertura dos acontecimentos: “Nós não vamos à rua. A gente sinaliza para o repórter (...) Não gosto de ficar na Redação, não gosto de ficar dentro da Redação. Eu tenho um ano e meio aí, nervoso, porque eu quero ir para a rua, e eu não consigo ficar aí o tempo todo” (MASCARENHAS, 2012). Esta imobilidade, presente nos dois cibermeios analisados, entra em contradição com as demandas que se faz do on-line, de cobrir o interior do estado.

4.2.1.2.5 Vinculação e sentidos

É possível dizer, de certa forma, que a busca pela regionalização revela uma estratégia para gerar um vínculo com o público que, diante da imensidão de informações disponíveis na internet, ainda precisa saber o que acontece no seu bairro, na sua cidade, na sua região. Uma tendência manifesta nos formatos de jornalismo hiperlocal (LEMONS, 2009, DOCTOR, 2010). O propósito da comunicação comunitária de se voltar para a comunidade e a importância da vinculação da comunicação é uma característica presente também no jornalismo tradicional.

Sobre esta relação, Medina (2008) relaciona os pressupostos integrantes na abordagem positivista da realidade ao jornalismo que é feito desde a *penny press*. Para compreender a forma como o jornalismo institucionalizou-se como mensageiro do cotidiano, é necessário recordar dois destes pressupostos – a herança cartesiana e comtiana, que se dá, por sua vez, através da presunção de que a razão, com a exclusão das confusões causadas pelos sentidos, pode alcançar a verdade (MEDINA, 2008, p. 37, p. 38). A autora atenta também para possibilidade de construir um jornalismo que forneça uma narrativa nascida da abertura da razão para a sensibilidade e intuição criativa do corpo, que pode levar ao protagonismo humano, para além da reprodução de códigos e, por fim, gerar uma produção simbólica eticamente transformadora (MEDINA, 2008, p. 47-51, p. 68).

Mas as práticas produtivas das redações virtualizadas parecem mais distantes desta realidade do que o próprio jornalismo do modelo

penny press dos meios impressos. A distância do repórter da “rua”, a impossibilidade de locomover-se, de interagir com as ocorrências é mencionada pelos jornalistas dos cibermeios e nem sempre aceita de forma cômoda:

Ficou essa coisa da rapidez que a internet exige, e a gente nem sempre tem tempo de fazer essa apuração mais detalhada. Porque não tem nada como a observação pessoal, física, do local, para ter uma verdadeira clareza do fato. Eu acho que isso, essa possibilidade de ter mais tempo de produção. Você ir lá, observar, conversar com as pessoas. Você verificar a situação *in loco*. É uma grande questão que eu acho que a imprensa on-line vive hoje. Tem essa coisa da rapidez. Durante um período de cinco minutos você pode corrigir. Um minuto, você pode corrigir. Só que aquilo já foi no ar. É diferente do impresso, que fica ali grafado. Na internet, não, fica boiando no universo do digital (SIQUEIRA, 2012).

Diante dessa distância surge a possibilidade de recorrer ao relato de autoria do cidadão:

Quando a gente pega um *site* no interior que fez uma matéria e que gravou um vídeozinho tosco sobre aquela situação aquilo ajuda tanto, clareia tanto a cabeça da gente, porque o contexto é outro, a cidade é outra, tudo é diferente. E você tem ideia do que aquilo significou para aquela população. Então, assim, eu acho que a internet tem uma grande importância para transmitir esse tipo de informação de comunidades mais longes, de situações geograficamente mais afastadas para a gente. Eu acho que é essencial (MASCARENHAS, 2012).

O que pode ser observado no relato de Mascarenhas é que, no meio on-line, paralelo ao distanciamento físico entre o jornalista e os acontecimentos – ele não vai mais até o centro do acontecimento, há possibilidade de o cidadão fornecer o seu relato, através de cibermeios de sua própria autoria. Nos cibermeios jornalísticos analisados, a singularidade que o jornalismo busca apreender surge, em grande parte,

mediada por outros meios, os cibermeios cidadãos e jornalísticos. Os jornalistas dos cibermeios das organizações jornalísticas não podem “ver” e “sentir” o que acontece. Eles julgam a pertinência da informação produzida por terceiros, e realizam uma apuração própria²⁰² que, por sua vez, também é mediada (pelo telefone ou internet).

A singularidade mediada pelas práticas produtivas virtualizadas torna a narrativa mais próxima do modelo positivista, que afasta uma apreensão sensorial da realidade, desenvolvendo concepções racionais. Uma contradição para uma prática que se diferencia da ciência e a complementa nesta tarefa de apreender a realidade por fornecer um conhecimento sensível do mundo: “a ciência permitiria o conhecimento do mundo explicável, enquanto o jornalismo abriria as portas para se conhecer o mundo sensível” (MACHADO, 1992, p. 19). Pois, se por um lado, há o risco de distorções do concreto, através dos aspectos sensíveis, que é o que faz o jornalismo sensacionalista²⁰³, por outro, o jornalismo busca uma forma de conhecimento através da simulação da sensação da experiência imediata e que, por meio dela, expressa o fundamento histórico e dialético do fenômeno: “as sensações têm um importante papel nesta forma de conhecimento” (GENRO FILHO, 1987, p. 197).

Um distanciamento já existia quando um jornalista ouvia de uma fonte um relato de um acontecimento no qual ele não estava presente. Na apuração virtual, a relação do jornalista com a fonte toma novas dimensões porque, na maior parte dos eventos relatados, não há, em nenhum momento, a presença física do jornalista no local do acontecimento. Esta ausência pode fortalecer dois dos desvios apontados por Schudson (2003): as notícias podem se tornar técnicas e desvinculadas. A distância que separa os universos culturais dos jornalistas e das fontes pode permanecer pouco tocada quando as técnicas de apuração favorecem a existência dessas características das notícias, ao ponto em que estas se tornem um desvio. Por outro lado, além da empatia que o jornalista pode desenvolver com os protagonistas de acontecimentos distantes da sua própria realidade quando visita uma região vitimada pela pobreza ou alguma outra mazela, ter cidadãos escrevendo diretamente suas histórias pode permitir a visibilização

²⁰² Conferir a resposta à questão 10 do questionário: “Qual(is) cuidado(s) é(são) necessário(s) ao utilizar informação de autoria cidadã?”.

²⁰³ “Na singularização extrema, isto é, no sensacionalismo, ocorre uma distorção do concreto através dos seus aspectos sensíveis no contexto da percepção e apropriação subjetiva” (GENRO FILHO, 1987, p. 197).

destes universos para o público e para os jornalistas em uma dimensão nova: “Quando minorias, mulheres e pessoas que conheceram a pobreza ou infortúnio de primeira mão são autores de notícias, assim como leitores, o mundo social representado nas notícias expande e muda”²⁰⁴ (SCHUDSON, 2003, p. 08, tradução da autora). Neste contexto, é possível afirmar que há um potencial de diversificação da narrativa jornalística quando os cibermeios jornalísticos são pautados por cibermeios cidadãos.

Assim como a estrutura vertical e centralizada, assumida pelas empresas desde o início do século XX, deriva de fatores econômicos, políticos e tecnológicos (MACHADO, 2000, p. 281), uma estrutura que engloba colaborações cidadãos, filtradas pelos critérios jornalísticos, mostra-se presente nas organizações analisadas, no contexto atual. As organizações jornalísticas incorporam os cidadãos como fontes através do meio virtual, embora ainda mantenham a centralização da produção noticiosa. Esta prática, embora se afaste do ideal do jornalismo comunitário de se aproximar da comunidade, e das mobilizações que o jornalismo público motivou entre jornalistas e cidadãos, abre uma porta para a diversidade de vozes, presente na proposta de jornalismo participativo e para as agendas dos cidadãos, conforme idealizada no jornalismo público. Do outro lado desta cadeia comunicativa, diante da possibilidade da voz dos indígenas se manifestar neste diálogo, persistem limitações estruturais que os autores das ciber-informações nativas enfrentam e que dificultam fornecer, por exemplo, imagens que poderiam ser utilizadas nos jornais:

A dificuldade que nós mais enfrenta no *IO* é apoio assim para gente poder dá uma mais assistência (...). Se tivesse um apoio também na questão de registro, tipo uma máquina para estar fotografando, uma máquina para filmar, precisaria de estrutura tipo de um auxílio para a gente desenvolver um trabalho melhor para os *IO* (TITIÁ, 2012).

A declaração do indígena revela que, para as conexões em rede se efetuem e para que as vozes cidadãos plurais possam emergir na esfera pública, é preciso haver estrutura. É preciso haver condições para

²⁰⁴ Original em inglês: “When minorities and women and people who have know poverty or misfortune first-hand are authors of news as well as its readers, the social world represented in the news expands and changes”.

que sejam produzidas as informações ausentes nos cibermeios jornalísticos e que estes precisam para fazer uma ampla cobertura da realidade. Embora persistam restrições, a apuração on-line aponta para novas interações na composição das notícias²⁰⁵ (TRÄSEL, 2009, MACHADO, 2003b, GILLMOR, on-line). A possibilidade de informações produzidas por indígenas serem utilizadas por jornalistas parece plausível diante da incorporação de informações cidadãs como uma alternativa para expandir a teia de facticidade a lugares onde o jornal não possui fácil acesso físico cotidianamente. Esta troca pode permitir às notícias uma maior aproximação com singularidades de um acontecimento, que pode faltar em uma apuração à distância. Existe outro fator para a aproximação das informações jornalísticas com as de autoria de cidadãos e, neste caso, de indígenas, que não está restrito às estruturas tecnológicas: o elemento cultural.

4.2.2 Geografia cultural das notícias

A relação de um relato noticioso com o imaginário social pré-existente aqui se denomina de geografia cultural da notícia, ou a dimensão cultural da geografia das notícias. Essa expressão busca trazer o sentido de uma paisagem, em analogia com as paisagens físicas que a ciência do espaço estuda. Mas, aqui, uma paisagem sociocultural onde existem relevos estabelecidos com os quais as novas criações simbólicas interagem e nos quais se inserem; é a geografia da relação do homem com o meio ambiente simbólico, do qual o jornalismo é protagonista no que diz respeito às narrativas não-ficcionais da atualidade. A imersão desta narrativa nesta paisagem é, ao mesmo tempo, um pressuposto e um resultado da prática jornalística: “A narrativa noticiosa restaura uma falha e confirma a previsibilidade da ordem por meio da inscrição do ocorrido na causalidade do fato social” (SODRE, 2009, p. 71).

²⁰⁵ Träsel (2009) menciona algumas sugestões para as novas formas de apuração na internet. O conceito de *crowdsourcing* significa uma terceirização da apuração para a multidão (HOWE, on-line). Há ainda a ideia de jornalismo distribuído sugerida por Gillmor (on-line), em que o processo de coleta de informação é distribuído, e a escrita e edição podem permanecer sendo feitas por jornalistas. Os estudos sobre a utilização da base de dados no jornalismo na internet abordam a complexidade das mudanças possíveis nos procedimentos jornalísticos neste novo ambiente midiático (BARBOSA, 2007, MACHADO, 2006b).

Como apontou Park (1972, p. 179), o jornalismo narra o jogo da vida apresentando ao mesmo tempo o esperado e imprevisível. Adelmo Genro Filho (1987, p. 66) alude a essa duplicidade do jornalismo entre nexos de probabilidade do acontecimento e a liberdade em relação ao todo social, e ainda relaciona essas duas características com a importância social do jornalismo: “Parece que a importância social da informação sobre um evento (...) depende de duas variáveis fundamentais: a baixa probabilidade do evento descrito e, além disso, a inserção qualitativa do referido evento na totalidade social do desenvolvimento” (GENRO FILHO, 1987 p. 67). Por fim, ao criticar a definição da função do jornalismo, conforme desenvolvida por Park, de orientar o homem no mundo real, preservar a sanidade do indivíduo e a permanência na sociedade, Genro Filho (1987, p. 68) reconhece a confusão entre a conservação de um todo social existente e a busca por princípios éticos que permeariam uma vida social ideal:

Entenda-se, evidentemente, o “mundo real” como a forma pela qual ele está estruturado no presente. A ‘sanidade’, compreenda-se como uma mentalidade competitiva, mesquinha e consumista. Por “conservação da sociedade” entenda-se a preservação do capitalismo e do “modo de vida norte-americano”.

Na tentativa de destrinchar a dinâmica entre notícia e realidade e a imersão de um fenômeno em seu contexto, Tuchman (1978, p. 189) fornece dois conceitos que podem também ser aplicados a toda ciência social – reflexividade e indexicalidade. Estes conceitos representam aquelas duas ações fundamentais do jornalismo, de ser o rebento do novo e mantenedor do conhecido, e possibilitam compreender a complexidade deste objeto. A reflexividade traz o reconhecimento de que os relatos dos fenômenos estão imersos na realidade que abordam, e a indexicalidade traz a possibilidade de interferir através da ação: os atores sociais podem atribuir, em seus relatos, sentidos que não fazem parte do contexto original. Ambas as ações “são componentes integrais da transformação das ocorrências em eventos noticiosos. São componentes tanto do caráter público das notícias assim como do

trabalho de compor notícias²⁰⁶” (TUCHMAN, 1978, p. 189, tradução da autora). Um exemplo da reflexividade, relacionada às práticas profissionais, está na constatação de que a imersão do repórter na dinâmica do trabalho jornalístico torna distinções, como a que separa fato de interpretação, um ato intuitivo; uma categorização que, apesar de aplicada cotidianamente pelos profissionais nas redações, é difícil de ser expressa em palavras. Para a autora, esta obviedade intuitiva do procedimento jornalístico está relacionada com a imersão dos profissionais e com o ato de noticiar a partir de dentro de uma compreensão específica do mundo. A própria dinâmica do trabalho noticioso estaria na causa desta característica. Tuchman declara a superioridade da instituição sobre o potencial autocriativo do indivíduo. Mesmo a indexicalidade seria exercida por um indivíduo dentro de um horizonte no seio da instituição (MACHADO, 1992, p. 78). O determinismo, que inviabilizaria uma produção revolucionária no jornalismo, pode ser questionado pela perspectiva de Genro Filho (1987, p. 186) sobre a subjetividade enquanto poder: uma potência do homem diante da objetividade e da concretude dos fatos sociais. Não deixa de ser importante avaliar como esta reflexividade acontece nas redações e como ocorre a relação entre o potencial subjetivo e as dinâmicas produtivas institucionalizadas.

4.2.2.1 A distância entre os universos simbólicos dos jornalistas, das organizações jornalísticas e dos indígenas

Uma importante dimensão da imersão do jornalista em seu contexto está relacionada aos julgamentos que o repórter faz sobre o universo de conhecimento que seu público possui. Esta constatação já é antiga. O Sr. Gate, o famoso editor que deu o nome à função de *gatekeeper*, foi perguntado sobre qual era a ideia que tinha da audiência para quem selecionava as notícias – pessoas com um conhecimento mediano, que têm direito a notícias que as agradem, ou seja, que envolvam seus pensamentos e atividades, e a notícias que informem sobre o que está acontecendo no mundo (WHITE, 1950, p. 390). Mas os pré-julgamentos permanecem atualmente, até mesmo de maneira oficial nas redações.

²⁰⁶ Original em inglês: “are integral components of the transformation of occurrences into news events. They are components of both the public character of news and of newswork itself”.

Darnton (2010, p. 77) recorda a figura imaginária de uma garota de doze anos de idade para quem os repórteres do *New York Times* deveriam escrever suas matérias. Não se sabe se constava no manual do jornal ou era apenas uma imagem que deveria nortear o ideal de legibilidade e clareza nos textos. Também ficou famosa a menção ao homem médio urbano, trabalhador, conservador e com dificuldade de entender notícias complexas, na figura do personagem *Homer Simpson*, que William Bonner, editor do *Jornal Nacional*²⁰⁷, apontou como o perfil do telespectador médio do jornal (LEAL FILHO, on-line). Vizeu (2009) intitula de “audiência presumida” a ideia que o jornalista tem de seu público e de “contrato de comunicação” o vínculo estabelecido entre uma emissora de televisão e o público.

A pré-definição de uma ideia de público pode ser remetida ao conceito de estereótipo. Entre inúmeras descrições deste conceito e sua relação com o jornalismo, na clássica obra de Walter Lippman de 1922, “Public Opinion”, todas carregam semelhante concepção que apontam para a impotência do homem perante a cultura e sua própria subjetividade: “O espaço real, o tempo real, os números reais, as conexões reais, os pesos reais, estão perdidos. A perspectiva, o contexto e as dimensões da ação estão cerceados e congelados no estereótipo” (LIPPMAN, 2008, p. 146). Ou, “na confusão brilhante, ruidosa do mundo exterior, pegamos o que nossa cultura já definiu para nós, e tendemos a perceber aquilo que captamos na forma estereotipada para nós por nossa cultura” (LIPPMAN, 2008, p. 85). E os estereótipos não são neutros, ao contrário, são a fortaleza das tradições, pois visam fornecer a sensação de segurança àquele que os projeta (SPONHOLZ, 2009, p. 94). Esta impotência não estaria apenas no jornalismo; o senso comum e a ciência também recorreriam, em alguma medida, aos estereótipos (SPONHOLZ, 2009, p. 95).

É difícil apresentar horizontes distintos e desafiar os atuais quando se pretende agradar um universo de perspectivas pré-existente à produção simbólica que se emite em um instante. No caso da narrativa jornalística, o compromisso em prestar informação ao público acrescenta um questionamento ético ao uso indiscriminado e

²⁰⁷ Segundo informações institucionais (JORNAL NACIONAL, on-line), criado em 1969, o *Jornal Nacional* rapidamente se tornou o principal telejornal nacional, alcançando altos índices de audiência. Em 2012, o jornal manteve uma média de 32,4 de audiência, referente a cerca de 6 milhões de televisores ligados (para cada ponto de audiência são contados 192 mil domicílios sintonizados) (FELTRIN, on-line).

despercebido destes pré-julgamentos ou estereótipos, seja para atender ao ritmo das estruturas produtivas ou à necessidade de um público imaginado. Seria dever do jornalista ir além do senso comum. E, na verdade, se por um lado, as narrativas jornalísticas reproduzem padrões e regras legitimadas devido à sua imersão na sociedade, enquanto uma instituição social, por outro, a esfera pública e a visibilidade que o jornalismo exerce permitem também desfazer as fronteiras entre o conhecido e desconhecido que são estabelecidas pelos estereótipos. A diversidade de criações simbólicas que a esfera pública permite circular e, também, as diversas formas de jornalismo possíveis, não podem ser interpretadas, meramente, como produções institucionais nem como legitimadoras do *status quo*:

O conjunto de representações que circulam no ambiente conhecido como a esfera pública é o resultado de múltiplos processos que passam por diferentes tipos de censura das fontes, nas propriedades da linguagem dos meios de comunicação, no entretenimento pessoal, sentimentos inconscientes, no uso e consumo, na violência e na monotonia²⁰⁸ (MACHADO, 2000, p. 62, tradução da autora).

Nas práticas produtivas dos cibermeios, é possível encontrar, convivendo conjuntamente, os moldes, que a instituição social do jornalismo impõe, as restrições das organizações e as interferências pessoais. Com relação à produção de notícias sobre os povos indígenas convém destacar a distância entre o horizonte simbólico dos profissionais jornalistas e do próprio jornalismo, com as demandas de acessibilidade e agilidade, e dos indígenas. Este distanciamento consta no depoimento de alguns jornalistas:

Você acredita que a cobertura sobre a questão indígena aborda os interesses de todas as partes de uma maneira justa e equilibrada?

²⁰⁸ Original em espanhol: “El conjunto de las representaciones que circula en el ambiente conocido como la esfera pública es el resultado de múltiples procesos que atraviesan por distintos modos de censura de las fuentes, en las propiedades del lenguaje de los medios, en la distracción personal, en los sentimientos inconscientes, en los usos y consumos, en la violencia y en la monotonia”.

Eu acho que sim. Eu acho que, às vezes, porque eu acompanho muito pouco da questão indígena, mas eu acho que, têm vezes, que a imprensa toma partido do lado dos índios, assim, como aquela situação de Belo Monte, que afeta uma área que pertence aos povos indígenas. Eu acho que muitos veículos estão tomando partido dos indígenas, têm muitos movimentos sociais, tem muita gente reclamando. (...) Mas, muitas vezes, a imprensa não se importa. Pode ser falta de compromisso, mas eu não acho que seja uma coisa de perseguição, ou de não levar em consideração, de achar que eles são inferiores, ou de achar que os índios não merecem isso. Eu acho que é uma falta de contato com essa realidade, é uma falta de alguém que faça esse meio de campo, entre a imprensa e os índios. Alguém que represente, que traga isso para a gente (MASCARENHAS, 2012).

Quais são as principais dificuldades encontradas na cobertura da questão indígena?

Eu acho que a distância das aldeias. Principalmente, porque a gente está distante. A distância física das aldeias, que acaba gerando certo desconhecimento. Em Dourados, é diferente, você vai vê que é bem mais presente. Aqui, o local onde a gente vê os índios é na feira – vendendo milho, vendendo pequi, feijão (SIQUEIRA, 2012).

A região de Barreiras é muito diferente da região de Juazeiro, por exemplo. A região de Barreiras é muito diferente da região de Porto Seguro. São extremos mesmo. Então, pelo nosso posicionamento geográfico, nós acabamos sendo um jornal essencialmente baiano. Nisso, entenda-se o baiano do entorno da Baía de Todos os Santos e região metropolitana de Salvador (ACIOLI, 2012).

Existe, ao mesmo tempo, a possibilidade de os jornalistas compreenderem a causa indígena e as limitações de aproximação destes dois horizontes. No depoimento de Acioli (2012) há o reconhecimento da relação entre a distância física e cultural – o jornal aborda o universo

cultural da região específica onde está localizado. Na declaração de Siqueira (2012), persiste uma distância não apenas física, mas simbólica, entre cultura e lugares sociais distintos, mesmo quando se ocupa o mesmo lugar físico. Esta diferença se transporta para o universo on-line. Enquanto, entre quatorze jornalistas que responderem aos questionários, 11 utilizam cibermeio(s) de autoria de cidadãos como fonte e 13 procuram informações sobre índios na internet, apenas 3 já acessaram algum cibermeio de autoria indígena²⁰⁹.

Ao abordar as críticas que tanto a direita como a esquerda política direcionam ao jornalismo, Schudson (2003, p. 07) aponta uma dimensão deste problema. Mais do que as posturas políticas professadas, o que pode influenciar os jornalistas é a sua situação pessoal em crescente ascensão, diante da qual a esquerda teria muito mais razões para reclamar do que a direita. Os jornalistas estariam mais sujeitos a reconhecer e perseguir com afincos problemas que afetem “outros” como eles, menos do que “outros” além de seus próprios círculos pessoais. Esta diferença de horizontes acontece também ao cobrir um movimento social de características peculiares, distintas dos padrões já estabelecidos por outros movimentos. Reconhece-se que a formação profissional de qualidade pode permitir que os profissionais ultrapassem as restrições de seus condicionamentos culturais (MENSING; FRANKLIN, 2011). Isto não invalida, por outro lado, os riscos, reconhecidos pelos jornalistas na análise a seguir, que decorrem da constatação de que certos movimentos sociais estejam, a princípio, em uma posição desfavorável diante da possibilidade de serem noticiados.

4.2.2.2 Dificuldades para noticiar o movimento indígena

Ao analisar a cobertura do movimento feminista, Tuchman (1978, p. 139-140) observou como a diferença de consciência de classe dos repórteres da consciência mais analítica dos movimentos sociais afetava na cobertura noticiosa. Algumas distorções foram notadas, como a criação de representantes ou desbravadoras em um movimento que, originalmente, não tinha líderes, que vinculava a figura de um líder ao papel masculino e, portanto, rejeitava-a, e que defendia a não hierarquização e individualização da política.

Nesta relação com os movimentos sociais, além do risco de recorrer a fontes institucionalizadas e ser por elas guiado (TUCHMAN,

²⁰⁹ Respostas às perguntas 09, 15 e 17 do questionário, respectivamente.

1978, p. 93, p. 94, GANS, 2004, p. 116), e de estar sujeito aos limites dos horizontes culturais dos repórteres, o jornalismo é também constringido pelo próprio ideal de temporalidade que professa “a verdade em primeira mão”, gerando uma ideologia da velocidade (MORETZSOHN, 2002, p. 120). Os jornais existem concomitantemente com uma aceleração no ritmo da vida, que encurtou a noção de atualidade (GROTH, p. 239). Mas, se por um lado, envolve os meios, as fontes e o público em uma temporalidade conveniente ao tempo da redação (TUCHMAN, 1978, p. 44, ROSHCO, 1975, p. 11), é também esta temporalidade urgente que permite ultrapassar a positividade do meio social, que permite emergir a crítica. A notícia reconta, pela via da singularidade do acontecimento, a percepção imediata em uma simulação fundada na atualidade e universalidade de seu conteúdo. É o atual que permite, ao estender o presente, um agir, nem que seja apenas através da partilha (GROTH, 2011, p. 232). A possibilidade de assistir à autocriação humana, enquanto ela é feita, fornece grande poder ao jornalismo, pois permite uma reação.

O movimento indígena não se adapta a essa dinâmica de temporalidade e conveniências das redações, mesmo quando comparado com outros movimentos sociais. Os jornalistas entrevistados relataram dificuldades ao abordar a questão indígena devido a essas peculiaridades. O editor de home²¹⁰ do *Correio 24 Horas*, Vladimir Pinheiro (2012), relata semelhante impressão: “São muito mais organizadas delegacias, órgãos, entidades, do que é organizada a questão indígena”. O editor de multimídia²¹¹ do mesmo jornal, Gustavo Acioli, compara a estrutura da luta indígena com a organização do *Movimento dos Trabalhadores Sem Terra* possibilitando relacionar a estratégia de comunicação do movimento político e a presença de sua pauta nas notícias:

²¹⁰ A denominação do cargo foi fornecida por Pinheiro (2012) na entrevista. Observou-se que Pinheiro é responsável por coordenar a equipe quando Mascarenhas, o editor, não está na redação. Sua função seria portanto semelhante à de um editor assistente.

²¹¹ Acioli foi responsável por idealizar o projeto atual do cibermeio do jornal, em 2008, e coordena seu funcionamento até hoje. No depoimento do editor do *Correio 24 Horas*, Mascarenhas (2012), fica claro que Acioli dá as recomendações dos direcionamentos que o cibermeio deve seguir, intermediando as orientações do editor-executivo, Oscar Valporto, e do diretor da redação, Sergio Costa.

O movimento social indígena é desorganizado. Ele não tem uma célula mater. Se você analisar o *MST*, o *MST* tem sede, tem assessoria de imprensa, tem site, tem pauta. O *MST* tem toda uma estrutura política muito bem resolvida, muito bem consolidada. E ele é fragmentado? É fragmentado, é. Mas ele possui unidade. As questões indígenas são de outra natureza. Não há uma unidade de movimento indígena. Há questões localizadas. Então, cada povo, ou cada etnia, ou cada resquício de tribo, ele está tentando resolver a sua questão ali. Não dá para imaginar, por exemplo, eu não sei se o exemplo vai resolver o que eu estou querendo colocar. Mas, assim, não dá para imaginar do ponto de vista indígena um Abril Vermelho do *MST*. (...) Mas isso é uma estratégia, mas aí depende do movimento. O movimento precisa acreditar. Será interessante a gente ter uma assessoria de imprensa? Será interessante a gente ter uma pauta política? Isso vai ser legítimo? Vão levar a gente a sério? Não cabe a nós dizer que se for assim vai funcionar (ACIOLI, 2012).

O depoimento de Acioli (2012) aponta para a necessidade de uma adequação dos movimentos sociais e, nesse caso, do movimento indígena, caso deseje aumentar ou alterar a forma como aparece nas notícias. Tuchman (1978, p. 133-134) já apontara que alguns dos grupos desfavorecidos na sociedade têm mais acesso aos meios de comunicação do que outros. Para aqueles que são isolados, muitas vezes, a saída é buscar apoiadores de classe média com contatos nos meios de comunicação, realizar ataques que atraíam a atenção dos meios, ou recrutar repórteres que se juntam ao movimento como “jornalistas defensores da causa”.

Mas é preciso considerar que a forma como ocorre a organização política dos povos indígenas, como já foi apontado no segundo capítulo, pode ter origem na concepção de política e comunidade de cada etnia, e nos seus próprios objetivos enquanto povos. No *MST*, os trabalhadores sem terra se organizam em uma dimensão nacional devido a três objetivos comuns, a aquisição de terra para o trabalho rural, a Reforma Agrária e a luta por uma sociedade mais justa e fraterna (*MST*, on-line). Para os indígenas, é um pouco diferente. Afinal, ser indígena não é uma profissão, classe ou condição social. Não

é uma circunstância. Nasce-se índio e se permanece índio pelo resto da vida. Assim, além da luta pela terra, saúde, educação e por outros direitos, que aproxima a pauta de diferentes grupos, existe a busca pela preservação da história, língua, cultura de cada grupo, enquanto uma unidade cultural em si (GALLOIS; CARELLI, on-line).

Este conflito presente na esfera da comunicação deixa transparecer outro embate que Taddei (on-line) apresenta entre a imposição social dos padrões urbanos e ocidentais de valor e de cidadania, e uma perspectiva presente entre os povos indígenas. A diferença pode ser resumida no seguinte diálogo: “Para que servem os índios? Não sei; mas e você, para que serve?” Para o autor, a concepção que os indígenas possuem sobre si mesmos, e sobre a nação que desejam, é diferente daquela que lhes é imputada pela sociedade e lei atual, pelo projeto de nação vigente nas políticas públicas e senso comum brasileiros. Questão semelhante é mencionada na publicação “Não importa o que fazem²¹²”, no blogue da *AJI*. O texto é uma resposta à matéria publicada no jornal *O Progresso* onde se afirma que a terra, antes habitada por agricultores, e que hoje pertence aos índios, virou “mato”. A resposta mostra a divergência dos indígenas diante de um projeto de nação e progresso, que prevê a utilização da terra com o objetivo de gerar lucro, e concebe o ser humano como uma mão de obra nesta produção. A visão de Nilcimar, autor da publicação no blogue, revela a diferença de horizontes entre as perspectivas do empresário brasileiro e do indígena:

Este espaço foram conquistado com muita luta é conflito hoje está sobre posse dos verdadeiros donos não importa o que fazem ou que deixam de fazer tem que ser preservado da a maneira dos próprios indígenas (...) é importante informar que muitas das terras são para virar mato mesmo para preservar o meio ambiente que está sendo destruído pelas grandes Indústria é latifundiário pois a terra foi roubada dos indígenas, é necessário ter um consenso que dever devolver de volta para o donos a "mãe terra" , a terra é um elemento que da a sobrevivência é produz a liberdade é não visto para o crescimento do agro negocio , hoje e obrigação do estado Brasileiro fazer todas as demarcação de terras indígenas no

²¹² Publicada em 30 de abril de 2008.

país não importa o que vai virar, é um bem indígena respaldado pela constituição Federal a partir da constituição de 1988 foi dado o prazo de cinco anos para ser demarcado todas as terras indígenas do país, já se passou vinte anos nada se cumpriu.

Taddei (on-line) acrescenta um questionamento sobre a determinação externa do valor social do indivíduo e a necessidade de reconhecer a autodeterminação indígena. Nas culturas indígenas, o poder político seria ocupado por alguém com quem as pessoas da tribo possuem relação pessoal direta, muitas vezes de parentesco. Na estrutura dominante atual, o centro está sempre em outro lugar, seja em um governo distante, em Brasília, seja nos meios de comunicação. Para Taadei, os índios resistem a esta forma de marginalização daqueles que se encontram na periferia: “Os índios resistem à ideia de que o centro do mundo passe a residir em outro lugar – em Brasília, por exemplo. Ou seja, resistem ao processo que os faz marginais”.

Quando os índios produzem as ciber-informações nativas eles tentam sair das margens, no sentido de exclusão, permanecendo nelas, no sentido de garantir o espaço de sua cultura como diferente daquele da cultura dominante; tentam trazer sua voz para a esfera pública, este espaço concebido na sociedade não-indígena, para garantir o direito de permanecer em seu lugar sem ser marginalizado. As notícias são uma forma de cultura, que não se igualam à informação ou à ideologia, embora se relacionem com elas, e que são, potencialmente e indiretamente, uma força social (SCHUDSON, 2003, p.03). A existência das ciber-informações nativas revela a intersecção das fronteiras da cultura indígena com a cultura das notícias. Na relação entre os cibermeios e os meios jornalísticos, esta transição, este diálogo entre culturas, manifesta mais uma vez seus limites. A existência dos cibermeios mostra uma tendência de inserção crescente dos indígenas na cultura democrática e nos debates da esfera pública que esta cultura requer. Mas esta inserção, por mais “externa” que seja para a cultura indígena, ainda é incipiente para as exigências de conectividade e temporalidade que a prática produtiva jornalística requer. Para os jornais, os índios, mesmo que conectados à internet e produzindo cibermeios, ainda são inacessíveis. A forma como a realidade indígena é apresentada nas notícias deriva, em parte, desta inacessibilidade e, em parte, das limitações das práticas produtivas na concretização das características do jornalismo.

4.2.2.3 Simplificação da realidade indígena

Uma cobertura jornalística que desconsidere as peculiaridades étnicas e religiosas, abordando-as a partir de um referencial único, será sempre simplificadora e uniformizadora. É a percepção desta realidade complexa que se faz presente no depoimento de Acioli (2012):

Às vezes, uma notícia que poderia ser, de fato, muito bem explorada do ponto de vista do espaço que ela pode vir a ganhar, simplesmente se torna uma coisa muito menor, pela nossa incapacidade de dar atenção a esse fato. E acaba resumindo uma situação de tensão a duas, três mortes. Fez a ocorrência, registrou isso, acabou (ACIOLI, 2012).

É mais difícil que esta compreensão e perspicácia de um jornalista experiente cheguem na notícia final, por um motivo muito simples: essa simplificação faria parte do próprio formato da notícia. Para Schudson (1987, p. 99, tradução da autora), a simplificação das soluções apresentadas pelos jornais seria fruto da adequação a uma estrutura. O autor resume o mecanismo: “a eleição ou o jogo será ganho ou perdido, o índice *Dow-Jones* vai subir ou descer, o acusado será julgado culpado ou inocente, o criminoso foi preso ou está à solta, o paciente sobrevive ou morre, a criança está desaparecida ou foi encontrada²¹³”. Moretzsohn também tematiza as soluções binárias oferecidas pelo jornalismo e as considera insuficientes para abarcar a complexidade dos acontecimentos sociais. Mesmo temas complexos seriam moldados aos critérios de eficiência dos jornais e traduzidos em oposições binárias (MORETZSOHN, 2002, p. 165). Segundo Tuchman (1978), esta simplificação atinge também os movimentos sociais. Pela obrigatoriedade de se submeter à estrutura das perguntas básicas (o que, quem, onde, por que e como), os movimentos sociais seriam enquadrados em uma moldura que permite simplificar a realidade para atender às demandas da narrativa. Algumas das causas da simplificação residiriam na própria teia de facticidade que restringe o universo do que

²¹³ Original em inglês: “the election or the game will be won or lost, the Dow-Jones will go up or down, the defendant will be judge guilty or not guilty, the criminal is apprehended or at large, the patient survive or dies, the child is missing or has been found”.

se torna notícia e a forma como os acontecimentos são narrados, através da dependência de fontes oficiais, dos critérios de noticiabilidade e da própria narrativa jornalística focada no singular. As perspectivas parecem limitadoras: “uma vez enquadrado dentro da teia de facticidade, um movimento social não pode minar a teia de facticidade desafiando a legitimidade das instituições legitimadas²¹⁴” (TUCHMAN, 1978, p. 154, tradução da autora).

Mais uma vez, retorna-se à questão da impossibilidade de superar o contexto através das notícias. Se a possibilidade de os movimentos sociais manterem sua função questionadora fosse minada quando estes fossem noticiados, é provável que não haveria nenhuma busca, por parte destes movimentos, pela cobertura jornalística. O contrário acontece quando um grupo como o *Greenpeace* (on-line) desenvolve protestos com o intuito de adquirirem visibilidade nos meios de comunicação de massa, quando os zapatistas adotam a produção de comunicação como uma estratégia de seu movimento e quando os indígenas valorizam a visibilidade que as notícias fornecem ao retransmiti-las, comentá-las e simular seu formato nas ciber-informações narrativas. Algum benefício há, para a pauta revolucionária, por ser noticiada nos meios jornalísticos. Estes movimentos parecem vislumbrar que, se por um lado, o jornalismo simplifica a realidade, por outro, mantém um potencial de levantar questionamentos.

O conceito de teia de facticidade abarca a forma como as organizações jornalísticas se estendem no tempo e espaço para captar acontecimentos e transformá-los em notícias (TRAQUINA, 2004, p. 189). É nesta interface entre as estruturas da organização, os profissionais, as fontes e o contexto que as notícias simplificam a realidade, de forma a torná-la mais adequada à estrutura de uma narrativa, e também que reside o potencial de questionar a realidade. A analogia com uma rede que só pesca peixes grandes e da qual tantas ocorrências escapam é utilizada espontaneamente por Acioli (2012) para explicar o que acontece com relação à cobertura no interior do estado. O jornalista reconhece a relação entre a simplificação nas notícias e as dificuldades de “chegar” até os acontecimentos, devido à estrutura disponível do jornal e também à acessibilidade das possíveis fontes:

²¹⁴ Original em inglês: “once framed within the web of facticity, a social movement cannot undercut the news net by challenging the legitimacy of established institutions”.

Obviamente que a gente acompanha blogues regionais, a gente entra em *sites* de cidades, mas, ainda assim, é mais uma pesca artesanal do que uma pesca de arrasto, uma pesca mais industrial, mais robusta. Que é como a gente consegue trabalhar aqui em Salvador. Aqui em Salvador, o nosso posicionamento é mais forte. Dificilmente o *Correio* vai ficar atrás de algum tipo de cobertura. Por que? Porque o nosso foco é aqui.

Neste contexto de restrições nas possibilidades de apuração em regiões distantes, tem-se uma cobertura jornalística sobre povos indígenas basicamente focada no factual. Todas as matérias do *Correio do Estado* tratam de acontecimentos que irromperam recentemente e apresentam uma abordagem factual destes acontecimentos. Duas publicações se aproximam de uma breve problematização da questão indígena. “Educação indígena ainda não atende direitos constitucionais” começa com uma reflexão sobre a situação da educação indígena, para posteriormente anunciar a conferência por vir. “Novo estatuto retira de índios a condição de inimputáveis²¹⁵” apresenta um breve histórico sobre os conflitos entre o estatuto dos povos indígenas, de 1973, que determina a inimputabilidade destes povos, e a Constituição de 1988, segundo a qual os indígenas podem ir à justiça requisitar seus direitos. A questão é introduzida devido a um novo estatuto dos povos indígenas que seria julgado ao fim daquele mês de abril. No entanto, a contextualização é precária mesmo para os padrões de uma notícia factual, uma vez que não são apresentadas informações detalhadas sobre o projeto de mudança do estatuto, como a data exata, os proponentes da mudança, e nem a perspectiva de indígenas sobre a proposta.

No *Correio 24 horas*, três publicações possuem uma abordagem mais ampla, que poderia se dizer que tratam da “questão indígena”: “Governo brasileiro ainda trata a questão indígena como problema, afirma especialista²¹⁶”, “Lula diz que ainda há muito a ser feito pelos índios²¹⁷” e “Ministro da Cultura diz que índios tiveram grandes perdas²¹⁸”. Porém, apesar de apenas a última mencionar a data comemorativa, as três foram publicadas no Dia do Índio. Este dia, aqui, se torna ponto de partida para reflexão da situação dos indígenas no

²¹⁵ Publicada em 12 de abril de 2009.

²¹⁶ Publicada em 19 de abril de 2011.

²¹⁷ Publicada em 19 de abril de 2010.

²¹⁸ Publicada em 19 de abril de 2009.

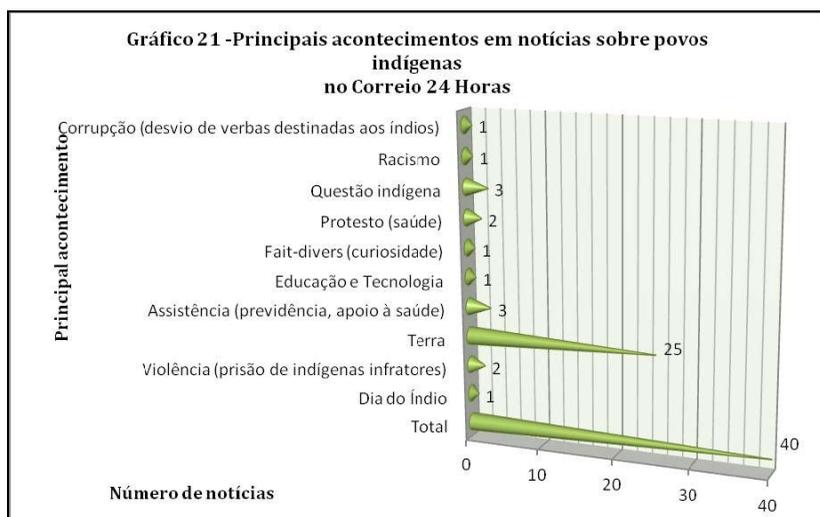
Brasil, além de notícias de eventos comemorativos, enfoque dado pelo *Correio do Estado*. Mas é necessário considerar que todas as publicações têm seu “gancho” em uma declaração de uma autoridade, o vice-presidente do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Saulo Feitosa, o então presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, e o ministro da cultura, Juca Ferreira, respectivamente. Nas publicações analisadas, a questão da terra e violência também, apesar de sua complexidade e importância, possuem uma abordagem sempre factual. Como foi demonstrada anteriormente, a contextualização ocorre com a repetição de trechos de outras notícias ou de outros jornais.

Para que “algo” aconteça, os indígenas agem: ao ocuparem fazendas, os indígenas colaboram para que os jornais os pautem. A pressão aumenta ainda mais, ao menos sobre os periódicos ou cibermeios jornalísticos do interior do estado (TUPINAMBA, 2012), quando também noticiam estas ocupações em seus próprios cibermeios. Os indígenas criam o acontecimento quando ocupam terra, impelem os jornais a noticiarem as ocorrências sobre demarcação de terra e pressionam os órgãos públicos a atenderem demandas, publicizando cartas reivindicatórias. Do outro lado, os jornais revelam uma permeabilidade aos acontecimentos sociais que irrompem a ordem, quando os tem como potencialmente noticiáveis (EMERIM, 2010). Há, depois, o segundo momento no qual o acontecimento é transformado em notícia e enquadrado em um formato através da adequação à estrutura do jornalismo. Aqui é possível sair das dimensões das notícias factuais para chegar às colunas opinativas ou reportagens, onde ocorre um esforço contextualizador e politizador maior. Além de ocupar o espaço de uma nota ou breve notícia, pode vir a se tornar matéria de capa, uma edição especial, ou seção permanente no jornal e, conseqüentemente, um assunto vibrante na opinião pública²¹⁹. Mas, nos cibermeios analisados,

²¹⁹ Casos que se tornam seções rotineiramente são aqueles de denúncias de corrupção no poder público. A cobertura da ação penal 470, conhecida como Mensalão, ocupou lugar cativo nos jornais brasileiros, com seções fixas diárias dedicadas a acompanhar o julgamento. A questão dos índios Guarani Kaiowá também tocou a opinião pública. O pequeno grupo de 170 indígenas habitando as margens do rio Hovy, no município de Iguatemi (MS), escreveu uma dramática carta em que solicita “ordem de extermínio” (SILVA, on-line). Como mencionado anteriormente, a questão dos Guarani Kaiowá alcançou destaque até mesmo nas redes sociais, quando milhares de brasileiros adicionaram o nome “Guarani Kaiowá” ao nome de seus perfis nas redes, como forma de pressionar o governo para tomar medidas favoráveis ao não desaparecimento deste povo (BRUM, on-line). Também emergiu em reportagens especiais e se

isto não acontece. Não há um equilíbrio entre as publicações factuais e reportagens que pudessem fornecer uma perspectiva mais ampla dos eventos noticiados. Isto se deve, em certa medida, à falta de planejamento e estrutura para essa cobertura especializada, uma vez que, além da inexistência de sucursais na Bahia, apenas um jornalista, entre 14 que responderam aos questionários, afirmou possuir uma fonte indígena fixa²²⁰.

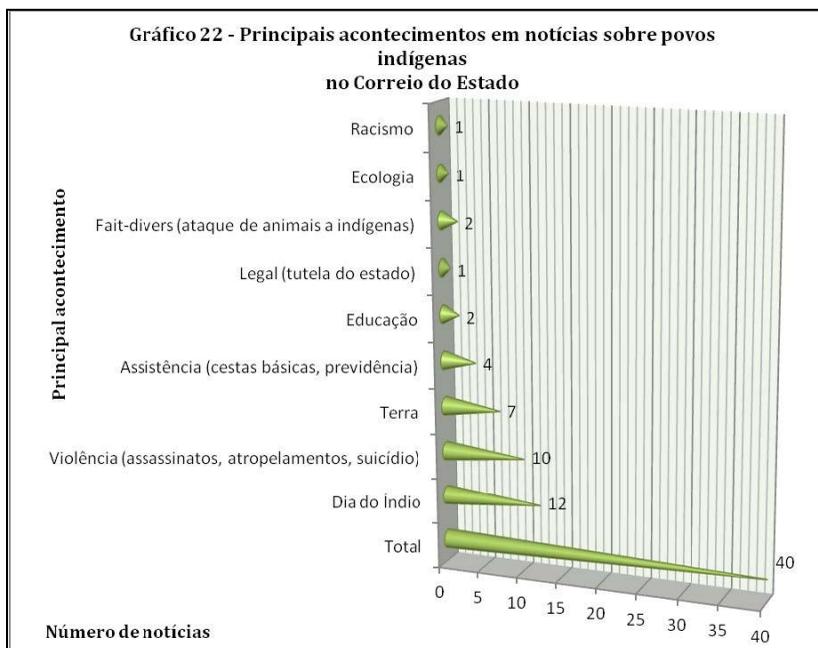
Nos gráficos 21 e 22, é possível observar os principais acontecimentos abordados nas notícias sobre povos indígenas: no *Correio 24 Horas* há o enfoque na questão da terra, que deriva principalmente das ocupações em abril em 2012, e nas comemorações do Dia do Índio; no *Correio do Estado*, os acontecimentos violentos envolvendo indígenas são os mais noticiados, sempre a partir de uma perspectiva factual. Uma reflexão sobre a questão indígena só acontece nas três publicações mencionadas do *Correio 24 Horas*.



Fonte: autora

tornou tema para articulistas, mas não galgou o privilégio de um acompanhamento diário que rastreasse o desfecho da questão.

²²⁰ Resposta à questão 13 do formulário aplicado nos cibermeios jornalísticos.



Fonte: autora

Na abordagem dos conflitos de terra na Bahia, com uma contextualização ocorrendo através da repetição de outras notícias do mesmo jornal, ou de outros meios jornalísticos, através de *links* ou apenas repetindo trechos inteiros de notícias já publicadas²²¹, pouco se sabe sobre a região de Pau Brasil. Não há informações sobre os títulos das terras, por que os fazendeiros os adquiriram, e o que os fazendeiros produzem. Não se sabe, tampouco, quais as condições de vida dos índios: qual a principal forma de subsistência, o que os índios produzem²²² e outras tantas informações relevantes, para se

²²¹ Bourdier (1997, p. 30) também observara esta característica ao criticar uma autorreferencialidade no jornalismo, originada na ânsia de se equiparar a ou ultrapassar a concorrência, chamando-a de circulação circular.

²²² Quando a pesquisadora estava em campo, o indígena Fábio Titiá mencionou a intenção de produzir um vídeo que abordasse as colaborações dos índios para economia da região. O objetivo era mostrar a falta de veracidade da crença comum, segundo ele espalhada pelos fazendeiros, de que os índios eram ‘preguiçosos’, tornavam as terras improdutivas e não colaboravam para a economia local, enquanto que os fazendeiros ajudavam a trazer capital para a região. O documentário “Tudo OK: os índios Pataxó Hã-Hã-Hãe e o

compreender o contexto onde irrompeu o acontecimento noticioso. Não se sabe nem o nome das aldeias envolvidas²²³. De forma semelhante, na análise da cobertura do Dia dos Índios (TAVARES, 2012b), por exemplo, observou-se que, nas doze matérias do *Correio do Estado* e em uma do *Correio 24 Horas* sobre o tema, nada é mencionado sobre a origem deste dia. Enquanto que nos cibermeios indígenas diversas publicações apresentam a história desta data e questionam a sua importância: no portal *Índios On-line* nove textos, e no blogue *AJINDO* quatro. Como afirmado anteriormente, a cobertura sobre os povos indígenas nos cibermeios jornalístico raramente ultrapassou as notícias factuais e mesmo estas, em alguns casos, foram deficitárias.

Uma dimensão da dinâmica da teia que resulta nestas fragilidades da cobertura jornalística pode ser observada quando uma mesma informação é abordada de maneira diferente pelos dois jornais analisados. Diante da teia de facticidade, após a existência de um evento na realidade, ele é captado e atravessa diversos portões até sua publicação. E, necessariamente, passa por transformações para se inserir no pescado final. Esta dinâmica pôde ser apreendida na análise de duas notícias originadas, provavelmente, de um mesmo *release*. No *Correio 24 Horas*, “Índios e quilombolas terão em julho benefícios da Previdência²²⁴” possui onze parágrafos, cita duas fontes – o ministro da Previdência Social, José Pimentel, e a secretária executiva da Previdência Social em Macapá, Socorro Costa. No *Correio do Estado*, “Índios e quilombolas receberão benefícios da Previdência²²⁵” apenas o ministro da previdência social é citado e o texto possui um parágrafo,

desenvolvimento rural” foi lançado em 11 de maio de 2012. No vídeo, depoimentos de moradores de Pau Brasil relatam que os índios são os principais consumidores nos comércios locais, enquanto que os fazendeiros pouco permanecem na região, trazendo, costumeiramente, seus produtos de consumo de outras cidades. Também apresenta a produção agrícola dos indígenas. Sem desconsiderar a importância de comprovar a inverdade de declarações preconceituosas sobre os povos indígenas, é necessário questionar mais uma vez a própria ideia, presente no senso comum da sociedade capitalista, de que a produtividade constante e rentável, típica desta sociedade, é o que dá valor ao ser humano e à propriedade.

²²³ Uma das aldeias se chama Água Vermelha por referência ao sangue que foi derramado nas brigas na época das plantações de cacau. Esta informação foi fornecida pelo indígena Fábio Titiá em conversa informal durante pesquisa de campo.

²²⁴ Publicada em 05 de abril de 2009.

²²⁵ Publicada em 06 de abril de 2009.

que é idêntico à junção dos dois primeiros parágrafos da publicação do *Correio 24 Horas*. A referência presente nos textos credita as informações à *Agência Brasil*. Observa-se mais uma vez o privilégio dado às informações oficiais, aqui através do uso de *releases* fornecidos por essas organizações que são publicados sem nenhuma alteração, ou com mínima interferência. E verifica-se também a distorção de uma das características do jornalismo que é a singularização do conteúdo. A singularidade aqui é resultado apenas da edição de um texto produzido por uma fonte oficial, sem a apuração jornalística própria. Aqui, a singularização excessiva no conteúdo do jornalismo aliada às restrições das práticas produtivas faz com que não se utilize, ou se utilize pouco, o factual para um questionamento ético e político, naturalizando-se o contexto social histórico.

A ênfase no singular é considerada a característica que diferencia o jornalismo de outras práticas narrativas. Mas é possível perspectivar a singularidade renovadora de um acontecimento sem um tratamento adequado à particularidade e universalidade de onde ele é recortado? A separação entre a forma da notícia e o conhecimento produzido pelo jornalismo apresenta uma importante característica da relação entre essas categorias que colabora nesta reflexão. Enquanto a narrativa jornalística é centrada no singular, o conhecimento transmitido deve envolver a particularidade e universalidade de forma que forneça o sentido histórico e social ao fato narrado (PONTES; KARAM, 2009). O potencial político das notícias residiria na singularidade e na relação dessa com a particularidade e a universalidade. A potencialidade revolucionária está na possibilidade de direcionar a estrutura do lide, da manchete e dos fatos de destaque a uma particularidade política e a uma universalidade ética (PONTE; KARAM, 2009, p. 151-152).

Genro Filho apontara para a importância da universalidade: “se o *singular* é a matéria-prima do jornalismo, a forma pela qual se cristalizam as informações que ele produz, o critério de valor da notícia vai depender (contraditoriamente) da universalidade que ela expressar. O *singular*, portanto, é a forma do jornalismo e não o seu conteúdo” (GENRO FILHO, 1987, p. 81, grifo no original). O universal pode estar presente como pressuposto ou através da contextualização, da investigação sobre o “por quê” de algo estar acontecendo. Neste questionamento residiria parte do potencial revolucionário do jornalismo: “É no *por que* que o debate deontológico se materializa no texto e é aí que se localiza o potencial político revolucionário do Jornalismo” (PONTES; KARAM, 2009, p. 155). Mas mesmo que uma notícia não apresente os porquês ainda pode articular dialeticamente a

universalidade, particularidade e singularidade como uma forma de questionar o contexto naturalizado. E é preciso reconhecer que o particular está presente na notícia independente de sua ideologia ou seu grau de questionamento. Uma mínima relação entre o singular e o particular existe na notícia, independente dela apresentar uma crítica da realidade (GENRO FILHO, 1987, p. 192). Afinal, como Genro Filho (1987, p. 197) afirmara, o jornalismo não tem a capacidade de decompor um evento a ponto de destruir as relações com o particular e universal que se dá na manifestação: “É no corpo mesmo do fenômeno que a notícia insinua o conteúdo, sugere uma universalidade através da significação que estabelece para o singular no contexto do particular”. Portanto, a presença do particular e universal não é a única condição para que uma notícia ultrapasse as fronteiras estabelecidas pela geografia cultural, pelo *status quo*. A notícia pode também fortalecer as instituições legitimadas mesmo quando apresenta uma harmonia entre as instâncias do singular, particular e universal (GENRO FILHO, 1987, p. 191-192).

Para realizar uma narrativa que problematize a realidade, questione o contexto que narra e do qual surge, é necessário fazer do factual o ponto de partida para o particular e universal, e não apenas seu ponto de chegada. A ideia de Genro Filho (1987, p. 58) de que, no jornalismo, a percepção imediata do real (em simulação) é o ponto de chegada, e não de partida como acontece na percepção individual, não deve ser trazida para a perspectiva do conhecimento que o jornalismo pode produzir. Mesmo que ocorra a singularização na forma que condensa este conhecimento, o caminho epistemológico da notícia do “singular para o particular, do cume para a base” abre as portas para uma singularidade inovadora, pois permite articular o pressuposto universal, os sentidos culturais, através do presente manifesto do factual. O jornalismo tem sua potencialidade e complexidade nesta habilidade de utilizar a singularização da forma para fazer-se viável dentro da teia de facticidade, das práticas produtivas, do trabalho, ao mesmo tempo em que permite a particularização e universalização do conteúdo como caminho para superar o universo simbólico dominante que fabrica aquela mesma teia.

CONCLUSÕES

Esta pesquisa analisou um fenômeno recente na sociedade, as ciber-informações nativas, a partir de teorias que buscam apreender as diversas formas de comunicação cidadã e também as características específicas do jornalismo. Estes diferentes meios estão vinculados porque partilham de uma mesma esfera pública e porque, muitas vezes, as ciber-informações nativas simulam as narrativas jornalísticas ou, simplesmente, repetem-nas integralmente.

No primeiro capítulo, partiu-se dos estudos das diversas formas de comunicação alternativa no intuito de conceituá-las e perceber suas características para, posteriormente, compreender as ciber-informações nativas a partir desta teoria. O jornalismo alternativo do período da ditadura militar no Brasil (1964-1985), a comunicação comunitária, o jornalismo público e o jornalismo participativo na internet são fenômenos sociais distintos, que podem ser aproximados ao se considerar o objetivo comum de fornecer uma alternativa à produção jornalística tradicional. O jornalismo alternativo e jornalismo público se fundamentam nos referenciais técnicos e deontológicos do jornalismo, propondo alterações: seja a uma produção censurada pelo poder político, no primeiro caso (KUCINSKI, 2003), seja aos procedimentos tradicionais de imparcialidade e objetividade do jornalismo na busca pela superação dos limites desta prática na conformação de uma esfera pública ativa, no segundo caso (ROSEN, 2000).

As ideias de mobilização política através da comunicação, presente nos ideais da comunicação comunitária e do jornalismo público, de diversificação de vozes, presente no ideal da comunicação comunitária e jornalismo participativo, de visibilidade do outro, presente no ideal do jornalismo público, comunicação comunitária e jornalismo participativo, são introduzidas por se aproximarem das propostas presentes nos cibermeios indígenas. As ciber-informações nativas incorporam elementos de mobilização do jornalismo público e da comunicação comunitária. Produzidas para a internet, incorporam também características do jornalismo participativo, ao mesmo tempo em que estão vinculadas a uma comunidade territorial e étnica. As ciber-informações nativas permitiram também tensionar estes conceitos, como o de comunicação comunitária, questionando alguns dos seus princípios e validando outros. Por exemplo, se o ritmo da produção jornalística apresenta falhas por se mostrar incapaz de captar a diversidade do universo simbólico da realidade, como apontado pelas teorias da comunicação comunitária, o que ficaria ainda mais evidente nas

narrativas sobre comunidades excluídas do poder hegemônico como as indígenas, o ritmo da vida comunitária também não permite uma informação sem filtros. Os filtros são reformulados de acordo com as demandas e características das práticas produtivas dos meios comunitários e novos limites são estabelecidos. Os meios comunitários, assim como qualquer forma de produção de conhecimento (SPONHOLZ, 2009), apresentam interpretações da realidade. Considera-se que esta suscetibilidade, antes de ser um elemento limitador, enriquece o fenômeno, no caminho do que Genro Filho (1987, p. 186) definiu como o potencial da interferência subjetiva sobre a concretude do real. Estas interferências subjetivas e coletivas resultam em uma diversidade de cibermeios indígenas, com características muitas vezes distintas.

Apesar da aproximação entre o objeto deste estudo com as diferentes formas de comunicação já sistematizadas nas teorias do campo científico da comunicação e jornalismo, as ciber-informações nativas se distinguem por uma comunicabilidade própria – apresentam a visão deste “outro”, o indígena, e refletem as dinâmicas sociais, políticas e o cotidiano destes povos em uma relação entre meio de comunicação, vida comunitária, cultura e etnicidade ainda pouco aprofundada nas pesquisas existentes nestes campos. Encontra-se aqui uma práxis comunicativa peculiar onde o indígena busca interferir no próprio devir social através da comunicação e da visibilização de sua cultura e condições de vida para outros povos indígenas e para a sociedade não-índia. Os cibermeios indígenas trazem também, desta forma, elementos para fazer refletir sobre a necessidade das teorias da comunicação comunitária e jornalismo participativo compreenderem as especificidades culturais e étnicas de cada comunidade, e como estas especificidades e as interações entre atores e tecnologia acrescentam características próprias aos meios comunitários e participativos. Esta tensão ocorre porque existe uma apropriação dos formatos e possibilidades da internet de acordo com as concepções próprias dos indígenas, remetendo mais uma vez ao reconhecimento da interferência subjetiva (mesmo que coletiva) nas práticas sociais. A apropriação da internet acontece, simbolicamente, na própria denominação – o cibermeio *Índios On-line* é chamado de portal, mesmo que suas características não sejam aquelas de um portal, conforme a aplicação formal deste termo (BARBOSA, 2002).

Também é nestes cibermeios, como supõe-se ocorrer nos meios comunitários, que os indígenas podem expressar sua voz, em geral ausente nos meios tradicionais, como foi demonstrado no gráfico 1. Nas

matérias sobre povos indígenas nos cibermeios jornalísticos analisados, 68% das fontes citadas são oficiais (governo, polícia, etc), e apenas 8% das fontes são indígenas. Porcentagem que ainda é mais reduzida quando se elimina as repetições de trechos em suíte de matérias (nos gráficos 12, 13, 14). Esta constatação se dá em um contexto onde as práticas de apuração dos cibermeios jornalísticos estão cada vez mais virtualizadas, através do telefone e internet, onde existe uma regionalização da cobertura sem a adequada estruturação da equipe do jornal e criação de sucursais, como evidenciado nos depoimentos dos jornalistas entrevistados, e discutido no 1º e 4º capítulo. Através dos cibermeios indígenas e da concretização do propósito da comunicação comunitária de tornar o real-histórico presente na narrativa do meio de comunicação, um cotidiano pouco conhecido e, até mesmo, estereotipado nas matérias jornalísticas torna-se visível com maior complexidade – o cotidiano da vida nas aldeias indígenas, para além do foco na violência e no conflito de terras (como mostrado no gráfico 3). Através das ciber-informações nativas, é possível vislumbrar aspectos culturais da vida destes povos, da relação com a natureza, com a história e tradição, e distintas dimensões das condições e qualidade de vida dentro das aldeias. A realidade presente nos cibermeios indígenas é a dos povos indígenas de acordo com a perspectiva deles próprios. Esta realidade é transmitida no conteúdo das narrativas e nas próprias práticas produtivas que transparecem conflitos que perpassam as relações e resultam no produto. A visão política dos índios sobre as questões sociais, sobre seus direitos, sua cultura e a cultura da sociedade não-índia se faz, ao final, ali presente.

No segundo capítulo, as ciber-informações indígenas são analisadas para se definir os usos e as funções que são aplicadas a estas formas narrativas. O potencial subjetivo da práxis humana se manifesta no fenômeno: foi reconhecida, nas diversas funções categorizadas, a manifestação das características das comunidades indígenas e de sua relação com a tecnologia. Ao sistematizar as diversas funções e usos vislumbrados nas ciber-informações nativas ficou demonstrado que, através dos cibermeios, o índio insere-se na esfera pública defendendo os seus direitos, buscando fazer-se visível, reafirmar sua cultura, fortalecer laços comunitários através de conexões em rede, melhorar sua autoestima, fazer-se fonte de informação e dar sua opinião sobre as informações jornalísticas. Pela internet, a busca pela afirmação e legitimação da cultura indígena diante do poder uniformizador da sociedade não-índia encontra um novo espaço, como declara o indígena e gestor da rede *Índios On-line* ao dizer que o objetivo do cibermeio é

mostrar que “aquilo que nós acreditamos, aquilo que eles chamam de mitos, para nós é verdade” (TITIÁ, 2012). Uma contradição aí se manifesta – a tecnologia, ela mesma uma interferência cultural, é utilizada também com o objetivo de conservar e afirmar a cultura, tradição e direitos indígenas. Um novo objeto que revela a pertinência da definição de Trivinho (2007) da cibercultura enquanto uma segunda língua a impor novos códigos que, de maneira semelhante àqueles impostos pela língua materna, geram uma socialização e um lugar de interação compulsórios entre indivíduos, oficializando um *modus operandi* cujas consequências e resultados em longo prazo para a diversidade cultural são imprevisíveis.

Fica comprovada a hipótese da convergência de atitudes e comportamentos e uma interligação cultural com a tecnologia com a finalidade de alcançar objetivos individuais e comunitários. Este esforço para produzir um meio de comunicação reúne diferentes práticas e atores sociais e resulta em conflitos que são administrados e não se dissolvem, apesar da convergência manifesta nos produtos. Os indígenas, em seus depoimentos, e as próprias publicações e comentários revelam a complexidade da realidade que reside por trás destes cibermeios e que os produzem – os conflitos entre gerações, os conflitos culturais, as diferentes organizações produtivas. Os dois cibermeios indígenas analisados apresentam também características comuns e divergentes entre si: mostraram-se distintos na sua estrutura produtiva, na autoria de suas publicações e nos resultados alcançados na comunidade, e apresentaram semelhanças nos objetivos que motivam a comunicação e nos temas abordados nas publicações. Portanto, estas práticas também geram uma diversidade na realidade e no ambiente midiático da internet – a convergência é um fenômeno que aproxima diversas manifestações sociais sem as diluir e, nesta aproximação, faz nascer novas fronteiras, novos pontos de encontros e divergências. A produção das ciber-informações nativas é uma consequência de um esforço dos indígenas para se adequarem à sociedade em rede. O encontro das culturas indígena, democrática, jornalística e da internet, esta convergência de culturas e atores sociais que resulta nesta nova prática social que são os cibermeios indígenas, leva à redefinição de fronteiras e regiões de conflitos.

É possível observar aqui a relação entre o mundo da conversação que a interatividade da internet permite (LEMONS, 2009, PALACIOS, 2003) e o “mundo da vida” e do capital social que estas comunidades possuem, e que agregam à nova esfera pública conversacional. Através da comunicação, os indígenas autores de

cibermeios podem recriar formas comunitárias, definições identitárias e ampliar a participação política. A função conversacional dos meios de comunicação pós-massivos soma aqui mais debates à esfera pública, através da colaboração e da conversação aliadas a uma ação política comunitária, como previsto por Lemos (2009, p. 04), para quem o aumento da esfera conversacional talvez pudesse levar a uma maior ação política e a uma ampliação da participação pública nos negócios da *polis*.

Nas novas fronteiras que derivam deste encontro entre a cultura indígena e a tecnologia foram reconhecidos três aspectos que se inter-relacionam: o conflito de gerações, a utilização dos cibermeios em uma estratégia para atender demandas comunitárias, e uma maior assimilação da cultura democrática às culturas e lutas indígenas. Os dois primeiros são resultado da existência de duas gerações com ambições diferentes – os anciãos que representam a luta indígena tradicional e os indígenas mais jovens que querem aderir à internet. Em um dos casos estudados, ocorre uma negociação entre essas duas gerações para atender a um projeto comunitário através da inserção da tecnologia; no outro, este encontro é conflituoso e resulta no afastamento do cibermeio da luta política tradicional da comunidade. Renesse (2011) já analisara outros cibermeios indígenas e reconhecera estes dois padrões de articulação entre a tecnologia, os interesses comunitários e o encontro de gerações.

Com relação ao terceiro aspecto – a assimilação da cultura democrática, observou-se que os cibermeios indígenas, de uma maneira própria, abrem o caminho para uma nova face da luta política indígena, onde a publicização de informações na esfera pública se torna central. Através da ampla circulação das ciber-informações nativas, os indígenas podem interferir na esfera pública, utilizando, para alcançar objetivos próprios, o elemento presente na prática jornalística de publicidade de relatos verídicos. Incorporam, assim, à sua luta política tradicional o ideal jornalístico de legitimação da democracia através da circulação da informação. Ao mesmo tempo, as ciber-informações nativas fornecem informações mais próximas do ritmo da vida das comunidades indígenas e mais próximas de suas necessidades. Este encontro de gerações e negociações entre a luta indígena e a nova tecnologia comprova a hipótese de que o potencial destas iniciativas reside em uma atitude convergente dos protagonistas indígenas, para possibilitar uma maior circulação da informação; uma convergência que não ocorre apenas através do mundo on-line, mas através do fortalecimento de redes de contato não virtuais, e da associação entre os novos atores sociais, os militantes do ciberespaço, com os antigos líderes e formas de luta

comunitária. Quando essas redes não são fortalecidas, os resultados que o cibermeio traz para a comunidade são incertos, como ocorre em um dos cibermeios indígenas analisados, quando a comunidade questiona os benefícios trazidos pelo meio para a cultura indígena e qualidade de vida destes povos e, conseqüentemente, recusa-se em aceitá-lo.

As ciber-informações nativas são, assim, o resultado de uma vontade de dialogar e articular ações através da emissão de informação para um público amplo e geograficamente esparsa, e também para o público local e étnico identificado com os autores. Esta emissão ampla de informação, no modelo unidirecional dos meios de comunicação de massa, permanecia um privilégio de alguns atores e organizações da sociedade – agora, com a vocação interativa da internet, o cidadão comum pode concretizar seu direito de produzir e fazer circular informação. Nesta aproximação com a cultura democrática, a circulação de informação é um elemento essencial – seja para o público-alvo das próprias comunidades indígenas para levar à mobilização, o que fica evidente na preponderância dos temas políticos (gráfico 5 e 8) e nas constâncias convocações de “parentes” para a “luta”, seja no caso das denúncias com o objetivo de atingir o público mais amplo da sociedade em geral, dos meios jornalísticos e das organizações governamentais responsáveis pelos povos indígenas.

No terceiro capítulo, destacou-se a importância desta etapa da circulação do processo comunicativo, tanto no jornalismo como em meios comunitários. O potencial da circulação das ciber-informações nativas foi analisado a partir da utilização do referencial teórico do jornalismo. Esta escolha teórica se justifica pela aproximação dos nexos teleológicos destas diferentes formas de comunicação – as práticas jornalísticas, de comunicação comunitária e cidadã possuem o objetivo comum de interferirem na esfera pública, a partir da circulação de informações úteis para um público específico ou mais amplo.

Com a internet, a informação produzida tem facilmente o potencial de circular globalmente. Afinal, como afirmara Otto Groth (FAUS BELAU, 1966), o potencial de circulação de um meio tem grande importância, independente de este potencial ser realizado ou não. A internet permite uma aproximação com o potencial da circulação ilimitada imaginada por Groth há quase cem anos (FIDALGO, 2004), através de uma nova dinâmica que se assemelha tanto à disseminação massiva das ideias quanto ao diálogo pessoal da era pré-Gutenberg (ONG, 1982). Assim como a revolução de Gutenberg está baseada na expansão da disseminação da informação (RETTBERG, 2008), a circulação também tem grande responsabilidade na revolução da

internet. Uma das características fundamentais das potencialidades oferecidas pela internet ao jornalismo (PALACIOS, 2003), a interatividade, e dois dos três princípios da cibercultura (LE MOS, 2009)²²⁶, a conexão planetária e a reconfiguração da indústria cultural e comunicacional de massa, só existem devido à ampla circulação que a internet permite realizar. Informação sempre foi produzida, mas não de forma sistemática e dialógica em um espaço comum na dimensão como ocorre na internet. Como a emissão de todos sempre existiu, pode-se afirmar que é a circulação da emissão que torna este espaço tão importante.

Se, por um lado, o potencial de circulação da informação é, teoricamente, ilimitado, por outro, na prática, o meio termina por possuir delimitações que, ao mesmo tempo em que restringem o público, criam a possibilidade de tornar a informação útil para um grupo específico. Reconheceu-se três esferas como importantes para a comunicabilidade da informação, independente do meio em que seja veiculada: o interesse, a manutenção e a resposta do público. A partir da análise destas características, constata-se que existe o potencial da informação jornalística alterar a esfera pública e a possibilidade da busca por um público alterar as características internas da informação. Com as ciber-informações nativas, esta relação também pode ocorrer, uma vez que a forma e o conteúdo da informação se inter-relacionam (FAUS BELAU, 1966).

Diversos fatores influenciam na importância da comunicação ou no interesse que esta desperta. Entre eles estão a necessidade social da informação, o equilíbrio entre os interesses da instituição e da coletividade, a velocidade com que a informação é fornecida, a atualidade da informação, a sintonia com as expectativas da coletividade, e mais diferentes fatores – as circunstâncias geográficas, políticas, populacionais, sociais e econômicas. Há ainda as

²²⁶ As potencialidades oferecidas pela internet ao jornalismo são condensadas em seis características por Palacios (2003): multimídia/ convergência (possibilidade de aprofundamento dos assuntos com o uso simultâneo dos formatos de áudio, vídeo, foto e texto para a abordagem de um tema); interatividade, que significa a inclusão dos usuários no processo de produção de conteúdo; hipertextualidade (interconexão de textos através de links produzindo diversas possibilidades de narrativa); personalização, que significa ajustar o produto de acordo com a especificidade de cada indivíduo e suas demandas; memória (ilimitada tanto quanto ao uso de fontes virtuais como às informações fornecidas); e a instantaneidade de acesso ou atualização contínua de conteúdo. O outro princípio da cibercultura seria emissão livre (LE MOS, 2009, p. 23).

possibilidades tecnológicas de envio e recepção da informação e os objetivos delimitados pela publicação. Todos estes fatores estão inter-relacionados, gerando influências uns sobre os outros e sendo mesmo difícil delimitar suas fronteiras.

Nas ciber-informações nativas, existe um diálogo entre comunidades – as informações são, muitas vezes, produzidas pelos índios para os índios. O interesse que a informação desperta, a velocidade de sua produção e sua atualidade se dão de acordo com as dinâmicas internas destas comunidades que envolvem os seus interesses políticos, as expectativas que fazem do cibermeio cidadão, a disponibilidade de estrutura para acessar computadores e internet e a articulação comunitária e política concomitante à produção da informação para o cibermeio. Observou-se, assim, que a circulação das ciber-informações nativas ocorre em uma via de mão dupla, onde os interesses e articulações comunitários garantem, ou impedem, a circulação ampla das ciber-informações e sua interferência na vida desses sujeitos. Conforme previsto na hipótese, a convergência entre a cultura da internet, a cultura do jornalismo e a cultura dos povos indígenas permite a produção e circulação das ciber-informações nativas.

No quarto capítulo, analisou-se a cobertura jornalística das questões indígenas. Foram observadas três características principais: a falta de diversidade de fontes, a ausência da perspectiva indígena e a simplificação da realidade indígena. Com o objetivo de entender as dinâmicas que delimitam as fronteiras do que se torna conhecido ou não nas notícias, estas características foram relacionadas com as práticas produtivas e com os ideais do jornalismo de objetividade e imparcialidade. Diversas causas daquelas características foram reconhecidas nas práticas produtivas e reunidas no conceito amplo de geografia das notícias.

A geografia das notícias é a interação entre a prática produtiva, a técnica e ideologia do jornalismo e as fontes concretizada através dos horizontes simbólicos dos profissionais e das organizações jornalísticas, das estruturas de poder das redações e das possibilidades físicas e temporais da teia de facticidade, delimitando, assim, as fronteiras do que se torna conhecido, ou não, nas notícias jornalísticas. A partir deste conceito, reconhece-se como resultado do conflito e/ou encontro entre profissionais, organização, deontologia e técnicas jornalísticas e fontes as restrições/delimitações da cobertura jornalística que podem ajudar a reforçar o *status quo* ou possibilitar que o jornalismo forneça informações contextualizadas sobre os fatos da realidade de forma a

levar à superação desta mesma realidade. A prática produtiva manifesta um conflito entre as dimensões privadas e públicas dos profissionais e das organizações – a ideologia pessoal do profissional submissa à técnica e deontologia profissional, e os interesses privados de lucro a serviço do bem público (SCHILLER, 1981). Desta forma, as notícias fornecem um conhecimento que margeia o limite entre a repetição de um poder hegemônico, que atende aos interesses privados e se fortalece através da repetição dos pré-condicionamentos individuais dos autores da informação, e o serviço ao interesse público. Este serviço pode ser garantido a partir do ideal da prática jornalística de servir à democracia, das colaborações das fontes e da aproximação da realidade com uma perspectiva que articula o singular, o particular e o universal da realidade tendo como pressuposto metodológico o questionamento. Questionamento que se dá através da apresentação do aspecto singular dos acontecimentos (GENRO FILHO, 1987), retirando do fluxo contínuo da realidade acontecimentos que possibilitem vislumbrar o novo ou uma abordagem singular da sociedade estabelecida.

1. Contribuições e possíveis desdobramentos

Uma primeira aproximação das ciber-informações nativas destacaria a novidade que este fenômeno representa nas sociedades atuais. De fato, como foi observado no decorrer desta pesquisa, algumas contribuições dos cibermeios indígenas trazem inovações tanto para a vida dos indígenas como para a esfera pública. No âmbito das formas de comunicação, teve-se o cuidado de reconhecer que a produção sistemática de informação por cidadãos é algo tão antigo quanto o jornalismo. Portanto, buscou-se comparar este novo fenômeno com as diversas produções de comunicação já realizadas no decorrer dos últimos séculos, no percurso da formação do jornalismo que hoje se conhece como uma prática profissional institucionalizada. Estas diversas formas não permanecem no passado. O jornalismo da *penny press*, aquele fundamentado na objetividade e imparcialidade, é a referência hegemônica do cânone da profissão na sociedade atual, mas não é a única prática comunicacional produzida e circulada na esfera pública. O jornalismo alternativo, o jornalismo público, a comunicação comunitária e o jornalismo cidadão na internet interagem com o jornalismo institucionalizado nas organizações em uma esfera pública comum, dialogando fronteiras e definições. As formas alternativas de comunicação desafiam critérios adotados pelo jornalismo e questionam os limites desta prática com as sugestões de novas práticas, novas

fontes, novas narrativas. O jornalismo tradicional incorpora as ferramentas e narrativas que emergem no novo contexto através da filtragem da técnica, deontologia e práticas produtivas existentes, buscando manter as fronteiras já estabelecidas.

Em um cenário futuro, neste ambiente comum que é o ciberespaço, vislumbra-se uma intersecção cada vez maior destas narrativas. Assim como o jornalismo se adequou ao formato blogue, e o blogue apresentou uma diversidade de narrativas para além do jornalismo, com o aumento da quantidade de cibermeios indígenas e da circulação da informação publicada nestes cibermeios, o jornalismo pode vir a incorporar essas informações como fonte em sua cobertura, e mesmo características destas narrativas, como a informalidade e pessoalidade. Como o Novo Jornalismo, de 1960 e 1970, de Capote e Tallese, trouxe às narrativas do cotidiano outro horizonte para construir a realidade, as narrativas do cotidiano de autoria cidadã desafiam o jornalismo a interagir com a espontaneidade e com o ritmo mais próximo da vida para manifestar, na esfera pública, as peculiaridades dos diferentes povos, ritmos, culturas que compõem a realidade.

Os próprios conceitos que norteiam a prática jornalística, como imparcialidade e objetividade, não são cânones estabelecidos além do tempo e da construção histórica pelo homem – os limites entre fato, interpretação e opinião são tão flexíveis quanto a consciência e realidade de cada época permite definir. Uma vez que os meios disponíveis em cada época são distintos, estes influenciam na composição da esfera pública e nos limites entre estes conceitos. A internet trouxe desafios para os conceitos de imparcialidade e objetividade jornalística (FRIEND; SINGER, 2007). Se, antes, as formas de comunicação cidadã e jornalísticas ocorriam em horizontes mediáticos e temporais distintos, a internet favorece a convergência e mútua influência desses fenômenos. Assim, as colaborações cidadãs continuarão a tensionar os limites daqueles conceitos, entretanto, sem que eles deixem de ser centrais para prática jornalística, e sem haver uma dissolução desta prática. O jornalismo continuará sendo essencial na produção, sistematização e circulação de informações verídicas do cotidiano. Em um futuro próximo, será inevitável considerar as colaborações cidadãs nas coberturas jornalísticas e na própria descrição do que acontece ou não na sociedade onde se vive. Isto porque, além da aproximação com o jornalismo, estes cibermeios se tornarão referência quando se quiser saber sobre a realidade dos povos indígenas. O que já ocorre, como é possível reconhecer quando os indígenas relatam que pesquisadores e estudantes visitam os cibermeios e entram em contato quando fazem

pesquisas sobre os povos indígenas para os seus trabalhos escolares, por exemplo.

Como foi possível observar no crescimento do número de cibermeios desde 2007 a 2011, de 37 (PEREIRA, 2007), para 57 (SITES INDIGENAS, on-line), até 77 (RESENSE, 2011), há uma tendência para o aumento a quantidade e tipos de cibermeios nativos. A ampliação deste fenômeno se deve à apropriação que os índios têm feito da tecnologia. Com a familiaridade com o uso da internet, os índios se tornam independentes e participam e criam novos projetos de cibermeios. Esta variedade é uma forma de vislumbrar diversas instâncias da realidade dos índios e é mais uma esfera onde ocorre a incorporação da cultura democrática – a produção da comunicação diversificada e a expressão de diferentes perspectivas através desta produção. No entanto, a permanência e expansão dos cibermeios indígenas, e o diálogo destes com a sociedade e organizações jornalísticas dependem da criação e manutenção das estruturas físicas que disponibilizem computadores funcionais e com acesso à internet para os indígenas. Até agora estas estruturas têm sido fornecidas por programas do governo federal (*GESAC, Pontos de Cultura*). Estes programas têm permitido a expansão destas formas de comunicação e, portanto, a conservação e crescimento deles são essenciais para a concretização do direito de se comunicar dessas comunidades.

A utilização das informações produzidas pelos cibermeios cidadãos como uma fonte de informação pelo jornalismo das organizações noticiosas já existe diante das dificuldades de cobertura em regiões distantes. Esta prática se faz presente nas redações analisadas, mas ainda de maneira restrita. A colaboração de cibermeios de autoria cidadã não foi ainda incorporada sistematicamente como fonte pelos cibermeios jornalísticos. Diante das novas demandas de conectividade, agilidade e regionalização que a internet apresenta, o jornalismo pode utilizar os cibermeios cidadãos para a expansão do universo de sua cobertura. A temporalidade ágil que o jornalismo on-line requer pode aqui, conforme apontado por Groth (2011), abrir o caminho para a aproximação e interferência na realidade, desta vez, através da necessidade de acompanhar os acontecimentos das pequenas cidades no interior do país com o profissionalismo que as agências de notícias internacionais buscaram abarcar o mundo quando os jornais perceberam a necessidade de parcerias para agilizar a cobertura jornalística global. Como o jornalista do *Correio 24 Horas* pontuou, incorporar cibermeios cidadãos pode trazer novos horizontes para o jornalismo e permitir uma percepção da realidade das localidades ainda dificilmente alcançada pela

teia jornalística conforme estabelecida na atualidade: “Então, isso ia dá matérias bacanas, positivas, sem o estereótipo que a gente está acostumado a dar, como se índio fosse uma coisa de outro planeta. Pelo olhar deles, com fotos, com coisas legais” (MASCARENHAS, 2012).

Para essa utilização ocorrer é necessário que os autores dos cibermeios indígenas realizem estratégias de circulação em confluências com as demandas das práticas produtivas jornalísticas de temporalidade e de facilidade de acesso, através da conexão em rede que se faz necessária na sociedade atual. O potencial das ciber-informações nativas de serem tornarem uma fonte de informação para as notícias sobre povos indígenas produzidas pelo jornalismo tradicional só será concretizado quando os indígenas adotarem estratégias de circulação da informação em redes de contato sistemáticas que incluam jornalistas, organizações noticiosas em geral e cibermeios jornalísticos. Estas estratégias ainda são restritas nos cibermeios indígenas.

Ao mesmo tempo, para esse diálogo, é importante que as ciber-informações nativas tratem da realidade dos povos indígenas a partir do olhar do indígena. Esta é uma contribuição que falta na esfera pública e, especificamente, nas notícias dos jornais. Os meios que deixarem de apresentar a fala indígena para reproduzirem informações jornalísticas e de autoria de terceiros são menos propícios a colaborarem enquanto fontes diferenciadas para o jornalismo e para a informação de cidadãos que queiram conhecer a cultura e vida indígena através da internet. Uma profissionalização destes meios pode vir a ocorrer através de parcerias ocasionais com jornalistas ou mesmo através de projetos que visem manter esse trabalho conjunto permanentemente. Essa aproximação não prejudica a espontaneidade e narratividade das ciber-informações nativas – na verdade, é o encontro desta forma de comunicação com as narrativas profissionais já estabelecidas, e pode ser mais um caminho para levar a voz dos indígenas para a visibilidade na esfera pública, colaborando para a diversidade e expressividade das perspectivas desses povos e de suas necessidades. Por outro lado, continuarão existindo, os meios genuinamente indígenas, uma vez que um número cada vez maior de índios aderem ao uso da internet e se apropriam de suas possibilidades comunicativas.

Por outro lado, a adoção de estratégia de circulação e a profissionalização são uma forma do movimento indígena se adequar à temporalidade e linguagem do jornalismo e, portanto, ao ritmo do capitalismo e da sociedade não-índia. Se essa aproximação é necessária para garantir uma maior visibilidade, ela deve ser feita sem prejudicar um dos objetivos deste movimento que é, conforme apontado por

Taddei (on-line), garantir o direito dos indígenas de permanecerem à margem sem serem discriminados, de manter sua forma de compreender e fazer política também dentro dos espaços da sociedade não-índia. Segundo os jornalistas entrevistados, essa forma de fazer política indígena favorece a falta de diversidade das fontes indígenas nas notícias. Mesmo os cibermeios indígenas, da forma como são produzidos e distribuídos atualmente, não conseguem ultrapassar a exclusão estabelecida. As ciber-informações nativas são, assim, uma tentativa de sair das margens, no sentido desta exclusão, e permanecer nelas, no sentido de assegurar o espaço de sua cultura como diferente da cultura dominante. Este objetivo é o que caracteriza a complexidade e função social destas informações, e pode ser mantido mesmo diante de uma configuração que cause mais efeitos na cobertura jornalística, ecoando através de uma disponibilidade maior de fontes e contatos indígenas para os jornalistas e, conseqüentemente, perspectivas indígenas nas notícias.

A articulação entre os interesses da comunidade e o projeto de uso da tecnologia nos cibermeios indígenas favorece a mobilização política e o alcance de objetivos da comunidade. Como aponta Renesse (2011), os meios que não realizarem esse diálogo estão sujeitos a caírem no ostracismo, ou permanecerem marginais à comunidade. Por isso é importante que negociações sejam feitas durante o processo de inserção do cibermeio em comunidades indígenas, de forma que colabore para reforçar laços, e não para desfazê-los. Só assim um meio pode se chamar, verdadeiramente, de comunitário. É possível reconhecer também uma tendência para que a luta indígena por terra e por outros direitos seja traçada sistematicamente com o uso da comunicação como uma nova forma de diálogo e um canal de protesto. A disponibilização na esfera pública das etapas legais, dos conflitos, debates e objetivos das mobilizações que os indígenas desenvolvem se tornam uma característica presente destas mobilizações e podem fortalecê-las, como conceituado por Bridge e Felice (2002) ao analisarem o movimento Zapatista, e caracterizarem a quinta deslocação causada por este movimento como “Do Conflito Armado ao Comunicativo” e como observado na estratégia utilizada no *Índios On-line* de informar sobre as ocupações de terra, ataques de fazendeiros, situação da saúde, educação, transporte (estrada), luz e água nas aldeias.

Com relação à abordagem da realidade pelo jornalismo, uma aproximação entre o olhar antropológico e o olhar jornalístico possibilitaria acrescentar à narrativa jornalística a contextualização e perspectiva do outro, que a antropologia se esforça para apreender

(LAGO, 2010, RESENDE, 2007, 2008, 2009, AMARAL FILHO, 2011). Seria mais uma alternativa para desfazer estereótipos, aliada à prática jornalística tradicional. Ou, ainda, a apuração que envolva uma percepção mais sensória da realidade que, segundo Medina (2008, p. 107), pode ajudar a ultrapassar as fronteiras mentais, os condicionamentos das perspectivas racionais e positivistas, e transmitir a dinâmica da realidade com mais complexidade, potencializando a abordagem pelo singular. Pois é também a captação desta experiência imediata oferecida pelos sentidos que o jornalismo tenta simular na sua narrativa centrada no singular. A objetividade não é desconsiderada, ao contrário, pode ser uma forma de permitir a diversidade e emergência da perspectiva do outro em uma narrativa (DEMENECK, 2009, p. 103, WARD, 2005, p. 318). Estas duas vias podem se dar de forma eficaz através de profissionais que sejam especializados neste tema trabalhando nas redações – jornalistas que possuam fontes indígenas fixas, mobilidade e credibilidade dentro das comunidades indígenas, de forma que façam uma ponte entre a realidade fora e dentro destas comunidades.

A perspectiva antropológica sugerida, em parte, pelo esforço existente em ambas às práticas sociais, jornalismo e antropologia, de fornecer visibilidade ao outro, deveria integrar uma formação profissional de alta qualidade para os jornalistas, que possibilitasse uma visão conceitual da realidade fundamentada no conhecimento de diversas ciências, e a compreensão das limitações e potencialidades das variadas formas de conhecimento: senso comum, jornalismo, ciências naturais e sociais, religião, arte e filosofia. Este reconhecimento, quando transmitido nas narrativas, fornece ao público a possibilidade de compreender, de forma menos simplista, a construção simbólica da realidade. Porque é necessário, para a legitimidade, credibilidade e cumprimento da função social do jornalismo que as instituições jornalísticas reconheçam e reflitam sobre as limitações de suas coberturas noticiosas, e transmitam esse reconhecimento e reflexão para o público.

Não é aceitável que uma instituição como o jornalismo, com o poder que lhe é conferido na estrutura social, desconheça a realidade. Diante desta importância, cabe às organizações jornalísticas tomarem as medidas necessárias para fornecerem uma cobertura diversa e plural da realidade indígena, necessária para atender à cultura plural de um povo, das diversas etnias que compõem a sociedade. Por outro lado, cabe ao governo a responsabilidade de acompanhar as instituições sociais – legislar e vigiar. O jornalismo, enquanto uma destas instituições, pode

estar sujeito às ações reguladoras que garantam seu desenvolvimento de acordo com as práticas legitimadoras, a deontologia e o método estabelecidos dentro do horizonte da própria prática profissional. O governo deve desenvolver políticas de comunicação que incentivem e assegurem uma cobertura jornalística complexa e plural, e capaz de questionar a realidade onde as próprias organizações noticiosas e os próprios jornalistas estão imersos.

Uma solução possível é que os cibermeios jornalísticos possam desenvolver articulações convergentes para realizar a cobertura de locais distantes, como o interior do estado, para superar o impasse no qual estão agora: os meios centrados em regiões metropolitanas, sem sucursais ou correspondentes, com a tentativa de realizar uma cobertura do interior, que resulta falha – seja pela escassez de notícias, seja pela abordagem dada nas notícias publicadas. No caso do estado da Bahia, recentemente, o único jornal da capital, Salvador, que possuía sucursais no interior, fechou quatro destas sucursais²²⁷. Paralelamente, o *Correio 24 Horas*, que antes trabalhava em convergência com centrais no interior da TV, deixou de contar com este apoio após a criação do cibermeio noticioso *GI Bahia* vinculado à televisão, conforme relato fornecido pelos profissionais durante a pesquisa de campo. Diante da falta de sucursais, a convergência com outros meios jornalísticos e meios cidadãos, inclusive os cibermeios indígenas, na prática produtiva, é uma alternativa – os cibermeios indígenas podem servir como fonte de informação para os jornais, uma maneira de desenvolver pautas diversificadas sobre os índios e captar a perspectiva deles. O potencial da circulação das informações na internet cria possibilidades de diversificação da abordagem jornalística. A internet disponibiliza diversas formas de apuração, coleta e processamento de informação que o jornalismo deve incorporar na medida em que a prática se transforma para se adaptar a esse novo ambiente midiático (TRÄSEL, 2009, GILLMOR, on-line, MACHADO, 2006b, BARBOSA, 2007).

A geografia das notícias tende a se tornar mais fluida com as interferências da internet favorecendo uma complexificação da prática jornalística. Assim como os limites que separam fato, interpretação e

²²⁷ O segundo maior jornal da Bahia, *A Tarde*, desativou em 2012 quatro sucursais (Eunápolis, Vitória da Conquista, Juazeiro e Itabuna). Manteve apenas as sucursais nas cidades de Santo Antônio de Jesus e Barreiras (RADAR64, on-line).

opinião, realidade e construção narrativa são temporais e históricos, as fronteiras das narrativas jornalísticas também se moldam em cada época transparecendo mais dessa época do que o leitor momentâneo, em busca de informação específica e em sua imersão em seu tempo, pode perceber. Ao se observar como cada época construiu essas fronteiras, é possível compreender as definições que foram criadas para aqueles conceitos, e a forma como os sujeitos desta época assumem e/ou delegam o potencial ontocriativo perante a realidade.

A interação entre as redações virtuais e do jornal impresso tende a se harmonizar na medida em que os jornalistas se tornem cada vez mais interagentes no ciberespaço, incorporando na sua vida, assim como no trabalho, o ritmo e peculiaridades da informação produzida para a internet. As estruturas de poder e editoriais das organizações jornalísticas se ajustam lentamente às mudanças – nelas residem fortalecidas a persistência de um modelo de jornalismo mais limitado pelas crenças profissionais apontadas por Schudson (2003) e debilitado pelas restrições do dia-a-dia das organizações. As fontes, através dos cibermeios cidadãos e das áreas de interatividade nos cibermeios jornalísticos, podem colaborar mais para a diversificação do conteúdo jornalístico. A fluidificação das fronteiras do conhecimento transmitido pelo jornalismo e delimitadas pela teia de facticidade – a diversificação das fontes, a abertura do jornalismo para as diversas temporalidades existentes na realidade, e a complexificação das fronteiras e conceitos geográficos que os jornalistas usam para mapear a realidade – pode fornecer ao jornalismo uma abertura para transparecer diferentes horizontes culturais, favorecendo uma construção da realidade mais diversa e plural, mais voltada para o potencial ontocriativo humano já concretizado nas diversas dimensões sociais. Esta fluidificação pode afastar o jornalismo da padronização positivista causada por um modelo que reduz o potencial da objetividade e imparcialidade, diante de uma prática produtiva insuficiente para atender aos objetivos sociais incorporados pelo jornalismo enquanto uma instituição social que deve garantir a publicidade das informações essenciais para vida em sociedade, construir cotidianamente a democracia e fazer circular conhecimentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACIOLI, Gustavo. Entrevista concedida à autora durante a pesquisa de campo no jornal *Correio 24 Horas*, realizada entre os dias 27 de fevereiro e 2 de fevereiro de 2012.

ADGHIRNI, Zélia Leal. **Valores-notícia e credibilidade no jornalismo online**. II Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo - SBPJOR, 2004, Salvador. Anais.

AHVA, Laura. **What is ‘public’ in public journalism?** In. Estudos em Comunicação, n.09, 2011. pp. 119-142.

AJINDO. Blogue da Associação de Jovens Indígenas de Dourados. Disponível em: <http://ajindo.blogspot.com>. Acesso em: 6 de julho de 2012.

AJINDOb. **Índios guaranis vivem situação de extermínio silencioso**. Disponível em: <http://ajindo.blogspot.com.br/2010/04/indios-guaranis-vivem-situacao-de.html>. Acesso em : 3 de agosto de 2012

AJINDOc. **A realidade de Jovens indígenas de MS**. Disponível em: <http://ajindo.blogspot.com.br/2010/04/realidade-de-jovens-indigenas-de-ms.html>. Acesso em : 3 de agosto de 2012

AJINDOd. **Encontro Internacional de jovens Indígenas de MS**. Disponível em: <http://ajindo.blogspot.com.br/2012/02/ii-encontro-internacional-jovens.html>. Acesso em 4 de janeiro de 2013.

ALCÂNTARA, Maria de Lourdes Beldi de. Entrevista concedida à autora durante a pesquisa de campo no município de Dourados, realizada entre os dias 22 a 29 de janeiro de 2012.

ALEXA. Disponível em: <http://www.alexa.com/>. Acesso em 13 de novembro de 2012.

ALLAN, Stuart. **Online news: journalism and the internet**. London: Open University Press, 2006. 208p.

ALVEAR, Celso Alexandre Souza de; THIOLENT, Michel. **Participatory Development of Technologies as a Way to Increase**

Community Participation: the Cidade de Deus Web Portal Case. In. Community Informatics: a global e-journal. Vol. 7 Nos. 1 & 2, 2011.

ALSINA, Miguel Rodrigo. **La construcción de la noticia.** Barcelona: Paidós, 1989

_____. **La construcción de la noticia:** nueva edición revisada y ampliada. Barcelona: Paidós, 2005. 378p.

AMARAL FILHO, Nemézio C. **As Perigosas Fronteiras da ‘Comunidade’:** Um desafio à Comunicação Comunitária. In. PAIVA, Raquel, SANTOS, C.H.R., **Comunidade e Contra-hegemonia:** rotas de comunicação alternativa. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008. p. 75-87.

_____. **O passo a passo da monografia em jornalismo.** . Rio de Janeiro: FAPERJ: Quartet, 2011.

AMARC, Associação Mundial de Rádios Comunitária. Disponível em: <http://brasil.amarc.org/quemsomos.php>. Acesso em: 04 de junho de 2012.

ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional.** São Paulo: Ática, 1989.

ANTOUN, H.; MALINI F., **Ontologia da liberdade na rede:** as mídias e os dilemas da narrativa coletiva dos acontecimentos. In. XXI Encontro da Compós, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro, RJ, 2010.

APGAUA, Renata. **O Linux e a perspectiva da dádiva.** In. RIFIOTIS, Theophilos et al. **Antropologia no ciberespaço:** por uma antropologia do ciberespaço. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2010. 169 p. p.83-100.

ASSANGE, Julian. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=VvrLTBvWpd8>. Acesso em 03 de dezembro de 2012.

ATTON, Chris. **Alternative and Citizen Journalism.** In. WAHL-JORGENSEN, Karin; In. HANITZSCH, Thomas. . **The handbook of journalism studies.** New York: Routledge, 2009. 446p

BANIWAN <http://baniwaonline.wordpress.com/2012/04/12/esta-acontecendo-feira-de-conhecimentos-indigenas-e-multimidia/>

BARBOSA, Marialva. **Reflexões sobre a imprensa no Brasil de 1808**. In. Revista Estudos de Jornalismo e Mídia: Correio Braziliense e seu tempo. Ano V, No 02. 2008

BARBOSA, Suzana. **Jornalismo Digital em Base de Dados (JDBD): Um paradigma para produtos jornalísticos digitais dinâmicos**. (333f) Tese. (Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

_____. **Jornalismo digital e informação de proximidade: o caso dos portais regionais, com estudo sobre o Uai e o iBahia**. (308f) Dissertação (Programa de Pós-graduação Comunicação e Cultura Contemporâneas), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 3ª Ed. Lisboa: Edições 70, 2006. 223p.

BARROS, Antonio; DUARTE, Jorge (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2009, pp. 62-83.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro (RJ): Zahar, 2003.

_____. **A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. 321 p.

BELOCHIO, Vivian; ZAGO, Gabriela. **O Pro-Am como estratégia jornalística no Twitter: apontamentos para discussão**. In. Estudos de Jornalismo e Mídia, Florianópolis, v 7, no 2. p. 413-423, jul/dez. 2010.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade : tratado de sociologia do conhecimento**. 6. ed. Petropolis: Vozes, 1985. 247p.

BERNARDO, Aglair; BONFIGLIOLI, Gustavo. **Nas fronteiras do olhar**. In. Estudos de Jornalismo e Mídia. v.08, n. 02, 2011. p. 506-520.
BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Tradução de Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed., 1997. 143p.

BOWMAN, Shayne; WILLIS, Chris. **We Media**: How audiences are shaping the future of news and information. Reston: Media Center of American Press Institute, 2003.

BRIDGE, Marco F.; FELICE, Massimo Di. **Votán-Zapata: A marcha indígena e a sublevação temporária**. São Paulo: Xamã, 2002. 225p.

BRIGGS, Mark. **Start Spreading the News**. Disponível em: <http://www.nieman.harvard.edu/reports/article/102623/Start-Spreading-the-News.aspx>. Acesso em: 20 de junho de 2011.

BRITTES, Fausto. Entrevista concedida à autora durante a pesquisa de campo no *Correio do Estado*, realizada entre os dias 16 e 21 de janeiro de 2013.

BRUM, Eliane. **Sobrenome: “Guarani Kaiowa”**: O que move um brasileiro urbano, não índio, a agregar “guarani kaiowa” ao seu nome no Twitter e no Facebook?. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/eliane-brum/noticia/2012/11/sobrenome-guarani-kaiowa.html>. Acesso em: 22 de dezembro de 2012.

BRUNS, Axel. **Gatewatching**: collaborative online news production. New York: Peter Lang, 2005. 330 p.

BUCCHIONI, Xenya de Aguiar. **Comunicação, visibilidade e vínculo: a presença indígena na virtualidade**. XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Curitiba. 2009. Anais. 14p.

BYRNE, Sean. **William Randolph Hearst**. Disponível em: <http://www.nyu.edu/classes/keefer/ww1/byrne.html>. Acesso em: 04 de janeiro de 2013.

CAPARELLI, Sérgio. **Comunicação de massa sem massa**. São Paulo (SP): Cortez, 1986. 125p.

CARVALHO, Gláucia Paschoal. Correspondência eletrônica com a autora entre 03 e 15 de setembro de 2011.

CASTANHEIRAS, José Pedro. **No Reino do Anonimato** - Estudo sobre o Jornalismo Online. Coimbra: Minerva Coimbra, 2004. 206 pp.

CASTELLS, Manuel. **The power identity**. Massachusetts: Blackwell, 1997. 461p. (The information age : economy, society and culture v. 2)

_____. **End of millennium**. Massachusetts: Blackwell, 1998. (The information age : economy, society and culture v. 3). 1998.

_____. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, negócios e sociedade. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004. 325p

_____. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2007. ed. rev. e ampl. (A era da informação : economia, sociedade e cultura) 698p, 2007.

_____. **Communication Power**. New York: Oxford University Press, 2009.

CHAN, Anita J. **Collaborative news networks**: distributed editing, collective action and the construction of online news on Slashdot.org. Tese (Master of Science in Comparative Media Studies), Department of Comparative Media Studies, Massachusetts Institute of Technology, 2002 (<http://web.mit.edu/anita1/www/thesis/Intro.html>).

CHRISTIE, Michael. **Digital tools and the management of australian aboriginal desert knowledge**. In. WILSON, Pamela; STEWART. Michelle (org.). **Global Indigenous Media**: cultures, poetics, and politics. Durham and London: Duke University Press, 2008. 270-286p.
CHRISTOFOLETTI, Rogério. LAUX, Ana Paula. **Em busca da credibilidade**: monitoramento de cinco casos brasileiros. Revista Comunicare, v. 6, n. 2, 2006.

Confiabilidade, Credibilidade e reputação no jornalismo e na blogosfera. Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. São Paulo, v.31, n.1, p. 29-49, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://revcom2.portcom.intercom.org.br/index.php/rbcc/article/view/4809/4522>. Acesso em: 19 de setembro de 2011.

CIEX, Íntegra do documento do Centro de Informações do Exército (CIEX) sobre imprensa alternativa. In. CAPPARELLI, Sérgio. **Comunicação de massa sem massa**. São Paulo (SP): Cortez, 1986. 125p.

COGO, Denise. **Repensando a Ciência Participativa na Pesquisa em Comunicação**. In. PAIVA, R. (Org). **O retorno da comunidade: Os novos caminhos do social**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 149-166.

COLEMAN, Renita. **Os antecedentes intelectuais do jornalismo público**. In. TRAQUINA, Nelson; MESQUITA, Mario. **Jornalismo cívico**. Lisboa: Livros Horizonte, 2003. 143p. p. 59-73.

CORREIO 24 HORAS. Disponível em: www.correio24horas.com.br. Acesso em: 23 de janeiro de 2013.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução**. São Paulo (SP): Companhia de Bolso, 2010. 395p.

_____. **A filosofia por baixo do pano**. In. DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel. **Revolução impressa: a imprensa na França, 1775-1800**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1996. pp. 49-75

DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel. **Revolução impressa: a imprensa na França, 1775-1800**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1996. 408p.

DE BAECQUE, Antonie. **Panfletos: libelo e mitologia política**. In. DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel. **Revolução impressa: a imprensa na França, 1775-1800**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1996. pp.225-237

DEMENECK, Ben-Hur. **Objetividade Jornalística: o debate contemporâneo do conceito**. 149f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista**. 5. ed. São Paulo (SP): Cortez, 2001. 176p

DEUZE, Mark; BARDOEL, Jo. **‘Network journalism’**: converging competences of old and new Media professionals. *Converging Competences of Media Professionals and Professionalism*. In: *Australian Journalism Review* 23 (2), 2001, p.91-103.

DEUZE, Mark; BRUNS, Axel; NEUBERGER, Christoph. **Preparing for an Age of Participatory News**. *Journalism Practice* 1(3), 2007, pp. 322-338.

DEWEY, John. **The public and its problems**. Athens: Swallow Press, 1991. 236p.

DOCTOR, Ken. **Newseconomic: twelve new trends that will shape the news you get**. New York: St. Martin Press. 2010. 218 p.

DORTA, Fábio. Entrevista concedida à autora durante a pesquisa de campo no município de Dourados, realizada entre os dias 22 a 29 de janeiro de 2012.

EKSTEROWICZ, A. E.; ROBERTS, R.; CLARK, A. **Jornalismo público e conhecimento público**. In. TRAQUINA, Nelson; MESQUITA, Mario. **Jornalismo cívico**. Lisboa: Livros Horizonte, 2003. 143p. 85-105.

EMERIM, Cárlica. **A notícia na televisão: do fato ao acontecimento**. In. Congresso da Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación (ALAIIC), Bogotá, 2010.

FAUS BELAU, Angel. **La ciência periodística de Otto Groth**. Pamplona: Instituto de Periodismo de la Universidad de Navarra, 1966.

FAUSTO NETO, Antonio. **As bordas da circulação...** In. *Revista Alceu* v. 10, n.20, jan./jun. 2010, p. 55-69.

FELTRIN, Ricardo. **Ibope do ‘Jornal Nacional’ no país cresce com Patrícia Poeta**. Disponível em: <http://f5.folha.uol.com.br/columnistas/ricardofeltrin/1087708-ibope-do-jornal-nacional-no-pais-cresce-com-patricia-poeta.shtml>. Acesso em 12 de dezembro de 2012.

FERNANDES, **Civic Journalism**: haverá um modelo brasileiro?
 Grarapuava: Unicentro, 2008. 230p

FESTA, Regina. **Movimentos sociais, comunicação popular e alternativa**. In. FESTA, R.; SILVA, Carlos Eduardo Lins. **Comunicação Popular e Alternativa no Brasil**. São Paulo: Paulinas. Pp. 09-30.

FIDALGO, Antonio. **Do poliedro a esfera**: os campos de classificação. A resolução semântica no jornalismo on-line. In Anais do II SBPJor, Salvador, 2004.

FIDALGO, Joaquim. **O jornalista em construção**. Porto: Porto Ed., 2008. 191 p.

FOLETTTO, Leonardo Feltrin. **O Blog Jornalístico**: definição e características na blogosfera brasileira. 167f Dissertação (Mestrado em Jornalismo) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Equipe da Folha é rendida por homens armados em área de conflito na Bahia**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/1078920-equipe-da-folha-e-rendida-por-homens-armados-em-area-de-conflito-na-ba.shtml>.

FONTCUBERTA, Mar de e BORRAT, Hector. **Periódicos**: sistemas complejos, narradores em interacción. Buenos Aires: La Crujía, 2006

FONTCUBERTA, Mar. **Estructura de la noticia periodistica**. Barcelona: A.T.E. 2ª Edição, 1981. 183p.

FRANKLIN, B.; MENSING, D. (org.). **Journalism Education, Training and Employment**. New York: Routledge. 2011, 236p.

FREIRE, Maria José Alfaro. **Espelho infiel**: o negro no jornalismo brasileiro. In. CARRANÇA, Flávio; BORGES, Rosane da Silva. **Espelho infiel**: o negro no jornalismo brasileiro. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004. 189p

FREITAS, Ricardo Oliveira de; MATOS, Lucineide Magalhães de. **Caramuru FM**: a rádio comunitária do povo Pataxó Hã-Hã-Hãe.

XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Curitiba, 2009. Anais. 15p.

FRIEND, Cecília; SINGER, Jane B.. **Online journalism ethics: traditions and transitions**. Armonk: M. E. Sharpe, 2007. 246p.

FUNAI, Fundação Nacional do Índio. **Índios do Brasil**. Disponível em <http://www.funai.gov.br/>. Acesso em: 22 de dezembro de 2012.

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE. **Relatório de Auditoria Anual de Contas**. Disponível em: <http://www.funasa.gov.br/site/wp-content/uploads/2011/10/RA-CGU-201203667-RG-Su-est-AP.pdf>. Acesso em: 11 de janeiro de 2013.

GALLOIS, D.; CARELLI, V. **Índios eletrônicos: uma rede indígena de comunicação**. Disponível em: http://www.antropologia.com.br/tribo/sextafeira/pdf/num2/indio_elet.pdf. Acesso em 20 de setembro de 2011

GANS, Herbert J. **Democracy and the news**. Oxford: Oxford University Press, 2003. 168 p.

_____. **Deciding what is news: a study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek, and Time**. Northwestern University Press: Evanston, 2004. 393p.

GATTI, Isabel; BERMUDEZ, Raúl. **Experiencias y reflexiones sobre la comunicación comunitaria en Argentina y América Latina**. In. CICALÉSE, Gabriela (org.). **Comunicación Comunitaria: Apuntes para abordar las dimensiones de la construcción colectiva**. Buenos Aires: La Crujia, 2010. 206p. p. 17-31.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre: Tchê!, 1987.

GERLIC, Sebastián. Entrevista concedida à autora durante a pesquisa de campo na sede da ONG Thydêwá, município de Olivença, realizada em 11 de janeiro de 2012.

GILLMOR, Dan. **We the media. Grassroots journalism by the people, for the people**. Stanford: O'Reilly, 2004.

_____. **Distributed Journalism's Future**. Disponível em: http://dangillmor.typepad.com/dan_gillmor_on_grassroots/2005/01/distributed_jou.html. Acesso em 04 de janeiro de 2013.

GINSBURG, Faye. **Rethinking the Digital Age**. In. WILSON, Pamela; STEWART, Michelle (org.). **Global Indigenous Media: cultures, poetics, and politics**. Durham and London: Duke University Press, 2008. 287-305p.

GLOBAL VOICES. **Living tongues: endangered language technology kits o the rescue**. Disponível em: <http://rising.globalvoicesonline.org/blog/2012/04/10/living-tongues-endangered-language-technology-kits-to-the-rescue/>. Acesso em: 17 de agosto de 2012.

GLOBO, Rede. **A Globo no Brasil**. Disponível em: <http://redeglobo.globo.com/TVG/0,,9648,00.html>. Acesso em 08 de janeiro de 2012.

GOMIS, Lorenzo, **Teoria del Periodismo: como se forma el presente**. Barcelona: Paidós, 1991.

GONÇALVES, Jaqueline. Entrevista concedida à autora durante a pesquisa de campo na sede na ONG *Ação de Jovens Indígenas*, realizada entre os dias 23 e 29 de janeiro de 2012.

GREENPEACE. Disponível em: <http://www.greenpeace.org.br/> Acesso em: 22 de dezembro de 2012.

GROTH Otto. **Tarefas da pesquisa da ciência da cultura**. In. MAROCCO, Beatriz; BERGER, Christa. **A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa**. Porto Alegre: Sulina, 2006, p. 182-306.

_____. **O poder cultural desconhecido: fundamentos da ciência dos jornais**. Petropolis (RJ): Vozes, 2011. 460p.

GUERRA, Josenildo L. **Percurso interpretativo na produção da notícia**. Tese. 249f. (Dourado em Comunicação) Universidade Federal Bahia, Salvador, 2003.

GUNTER, Barrie. **News and the Net**. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, INC. Publishers. 2003. P. 218

GUTENBERG PARENTHESIS RESEARCH FÓRUM. Disponível em: www.sdu.dk/Om_SDU/Institutter_centre/Ilkm/Forskning/Forskningsprojekter/Gutenberg_projekt. Acesso em 03 de janeiro de 2012.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: :investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro (RJ): Tempo Brasileiro, 2003. 397p.

HALKIN, Alexandra. **Outside the Indigenous Lens: Zapatistas and Autonomous Videomaking**. In. WILSON, Pamela; STEWART, Michelle (org.). **Global Indigenous Media: cultures, poetics, and politics**. Durham and London: Duke University Press, 2008. 160-180p.

HALL, Jim. **Online journalism**. A critical primer. London: Pluto Press, 2001.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomás Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. 102p.

HERSCOVITZ, H. G. **Análise de conteúdo em jornalismo**. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. Metodologia de pesquisa em jornalismo (org.). 2ª. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. pp. 123-142.

HOHLFELDT, Antonio. **Correio Braziliense e Gazeta do Rio de Janeiro**: comparações e influências. In. Revista Estudos de Jornalismo e Mídia: Correio Braziliense e seu tempo. Ano V, No 02. 2008. pp. 11-26.

HOLANDA, André et al. **Metodologias de pesquisa em jornalismo participativo no Brasil**. In: NOCI, Javier Díaz; PALACIOS, Marcos (org.). Metodologia para o Estudo dos Cibermeios. Salvador: EDUFBA, 2008. 360p.

_____. **Research on participative journalism in Brazil: a survey of the state of art**. In. PALACIOS, Marcos; JAMBEIRO, Othon (org.). **Brazilian perspectives in digital environments: communication policies, e-government and digital journalism**. Salvador: EDUFBA, 2010. pp.173-189.

HOWE, J. **The rise of crowdsourcing**. Wired, jun. 2006. Disponível em: <http://www.wired.com/wired/archive/14.06/crowds.html>. Acesso: 27 set. 2008.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Gráficos e Tabelas**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/indigenas/graficos.html>. Acesso em: 22 de dezembro de 2012.

IBGEb, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>. Acesso em: 22 de dezembro de 2012.

INDÍGENAS DIGITAIS. Direção de Sebastián Gerlic. Salvador: Thydêwá e Cardim Soluções Integradas. 2010. 1 filme (26 min).

ÍNDIO EDUCA. Disponível em: <http://www.indioeduca.org/>. Acesso em: 17 de outubro de 2012.

ÍNDIOS ONLINE. Disponível em: www.indiosonline.net. Acesso em: 23 de janeiro de 2013.

INDIOS ON-LINEb. **Telecentro Comunitário chega na aldeia Água Vermelha**. Disponível em: <http://www.indiosonline.net/telecentro-comunitario-chega-na-aldeia-agua-vermelha>. Acesso em : 26 de julho de 2012.

INDIOS ONLINEb. **Relatório de Viagem – Oficina em Pankararu (Jatobá-Pe)**. Disponível em: <http://www.indiosonline.net/relatorio-de-viagem-oficina-em-pankararu-jatoba-pe/>. Acesso em: 25 de julho de 2012

INDIOS ONLINEc. **Indígenas Digitais**. Disponível em: <http://www.indiosonline.net/indigenas-digitais/>. Acesso em: 25 de julho de 2012

ÍNDIOS ON-LINEd, **Poema de uma hermana charrua minuan**. Disponível em:

http://www.indiosonline.net/poema_de_uma_hermana_charrua_minuan/. Acesso em : 27 de julho de 2012.

INDIOS ONLINEe. **Quem somos**. Disponível em:

<http://www.indiosonline.net/quem-somos/>. Acesso em 25 de janeiro de 2013.

INDIOS ONLINEf. **O Pataxó Hã Hã Hãe retomam quase todo território**. Disponível em: <http://www.indiosonline.net/o-pataxo-hahahae-retomam-quase-todo-o-territorio/> Acesso em : 01 de agosto de 2012

INDIOS ONLINEg. **Nota da Gestão**. Disponível em:

<http://www.indiosonline.net/nota/>. Acesso em: 07 de janeiro de 2013.

INTERNET WORLD STATS. Disponível em:

<http://www.internetworldstats.com/>. Acesso em: 15 de janeiro de 2013.

JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência**. Trad. Susana Alexandria. 2. Ed. São Paulo: Aleph, 2008. 428p.

JENKINS, Henry; LI, Xiaochang; KRAUSKOPF, Ana Domb. **Spreadability, if it doesn't spread it's dead: Creating Value in Spreadable Marketplace**. Massachusetts Instituto of Technology, s/d, 112p.

JESEN, K.B. **Media Convergence: The Three Degrees of Network, Mass and Interpersonal Communication**. Kindle Edition. Londres: T&F Books, UF, 2010.

JORNAL PESSOAL. Disponível em:

http://www.lucioflaviopinto.com.br/?page_id=2. Acesso em: 04 de janeiro de 2013.

JOVENS INDÍGENAS. Disponível em:

<http://www.jovensindigenas.org.br/>. Acesso em 14 de outubro de 2012.

KAPLÚN, Gabriel. **Entre mitos e desejos: desconstruir e reconstruir o desenvolvimento, a sociedade civil e a comunicação comunitária**. In. PAIVA, R. (Org). **O retorno da comunidade: Os novos caminhos do social**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 167-194

KATZ, E; LAZARSELD, P. **Personal Influence**. New York: The Free Press, 1955.

KEJVAL, Larisa. **En busca de la comunidad perdida**. In: CICALSE, Gabriela (org.). **Comunicación Comunitaria: Apuntes para abordar las dimensiones de la construcción colectiva**. Buenos Aires: La Crujia, 2010. 206p. p. 33-49

KING, Elliot. **Free for All: the internet's transformation of journalism**. Evanston, Illinois: Northwestern University press, 2010. 328p.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. 3a. edição.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários: Nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. 441p.

LAGE, Nilson. **Estrutura da Notícia**. São Paulo: Ática, 1987. 64p.
 _____. **Ideologia e técnica da notícia** – 3ª edição revista. 3a. ed. Florianópolis: Insular-Edufsc, 2001. v. 1. 158p.

LAGO, Cláudia. **Ensinaamentos antropológicos: a possibilidade de apreensão do outro no Jornalismo**. In: Brazilian Journalism Research - Volume 6 - Número 1, 2010.

LAGROU, Elsjé Maria. O que nos diz a arte kaxinawa sobre a relação entre identidade e alteridade?. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 29-61, 2002.

LASICA, J.D. **Blogging as a form of Journalism**. (2002) Disponível em: <http://www.ojr.org/ojr/workplace/1017958873.php>. Acesso em: 25 de julho de 2012.

LEAL FILHO, L. L. **Jornal Nacional**. Disponível em: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/laurindo_lalo_leal_filho. Acesso em 12 de dezembro de 2012.

LEMOS, André. **Nova esfera Conversacional**, in Dimas A. Künsch, et al, Esfera pública, redes e jornalismo. Rio de Janeiro, Ed. E-Papers, 2009, pp. 9-30.

LEVI, Marques P. Parentesco e Organização social Kaiowá. (245f) Dissertação (Dissertação em Antropologia), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Histoire de lynx. Paris: Pocket, 1991.

LEVY, Pierre; COSTA, Carlos Irineu da. . **As tecnologias da inteligência**: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro (RJ): Ed. 34, 1997. 204p.

LIPPMANN, Walter. **Opinião Pública**. Tradução e prefácio Jacques A. Wainberg. Petrópolis: Vozes, 2008.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. **Pesquisa em comunicação**. 10 ed. São Paulo: Edições Loyola. 2010. 171p.

LOVINK, Geert. **Blogging: The Nihilist Impulse**. Eurozine, 2007. Disponível em: <http://www.eurozine.com/articles/2007-01-02-lovink-en.html>. Acesso em: 15 de novembro de 2012.

LUCCHESI, Lila. **Comunicación, agendas y procesos de intevención em contextos digitales**. In. In. CICALÉSE, Gabriela (org.). **Comunicación Comunitaria**: Apuntes para abordar las dimensiones de la construcción colectiva. Buenos Aires: La Crujia, 2010. 206p. p. 67-76.

MACHADO, Elias. **A dialética do discurso jornalístico**. 188f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil, 1992.

_____. **La Estructura de La Noticia en las Redes Digitales**: Un estudio de las consecuencias de las metamorfosis tecnológicas en el periodismo. 521f. Tese (Doctorado en Periodismo y Ciencias de la Comunicacion) Universidad Autónoma de Barcelona, Barcelona, 2000.

_____. **Modelos de Jornalismo Digital**. Salvador. Calandra. 2003.

_____. **O ciberespaço como fonte para os jornalistas**. Salvador: Calandra, 2003b.

_____. **Sistemas de circulação no ciberjornalismo**. IV Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, SBPJOR, Porto Alegre, 2006. Anais.

_____. **O Jornalismo Digital em Base de Dados**. Florianópolis: Calandra, 2006b.

_____. **Sistemas de Edição no Jornalismo em Bases de Dados**.

Disponível em:

http://www.lapjor.cce.ufsc.br/home/index.php?option=com_k2&view=item&id=153:sistemas-de-edi%C3%A7%C3%A3o-no-jornalismo-em-bases-de-dados&Itemid=22. Acesso em 30 de janeiro de 2013.

MACHADO, Elias; PALACIOS, Marcos. **Manual de Jornalismo na Internet**. Salvador: Calandro, 1996.

_____. **Um modelo híbrido de pesquisa: a metodologia aplica pelo GJOL**. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. Metodologia de pesquisa em jornalismo (org.). 2ª. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. pp.199-222.

MANCINI, Pablo. **Hackear el periodismo**. Manual de laboratório, Buenos Aires, La Crujia, 2011.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Ser jornalista: a língua como barbárie e a notícia com o mercador**. São Paulo: Paulus, 2009.

MARQUES DE MELO, José. **A opinião no jornalismo brasileiro**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1994. 208 p.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Tradução Ronald Polito e Sérgio Alcides. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

MASCARENHAS, Diego. Entrevista concedida à autora durante a pesquisa de campo no Correio 24 horas, realizada entre os dias 27 de fevereiro e 03 de março de 2012.

MATSUUCHI DUARTE, Marcia Yukiko. **Estudo de caso.** In: BARROS, Antonio; DUARTE, Jorge (Orgs.). Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2009, pp. 215-235.

MATTELART, Armand. **Comunicação Mundo:** História das idéias e das estratégias. Tradução de Guilherme João de Freitas Texeira. Petrópolis: Vozes, 1994. (Coleção horizontes da globalização. 320p.

MATTERLART, Armand; MATTELART, Michèle. **História das teorias da comunicação.** Trad. Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Loyola, 1999. 220p.

MCLUHAN, Marshall. **O meio são as mensagens.** Rio de Janeiro: Record, 1969. 187p.

_____. **A Galáxia Gutenberg:** a formação do homem tipógrafo. Trad. Leônidas Gontijo de Carvalho e Anísio Teixeira. 2ª. Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1971. 390p.

_____. **A Galáxia de Gutenberg:** a formação do homem tipográfico. 2. ed São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

_____. **Os meios de comunicação como extensões do homem.** 8.ed. Sao Paulo: Cultrix, 1996. 407p

MEDINA Cremilda. **Ciência e jornalismo:** da herança positivista ao diálogo dos afetos. São Paulo (SP): Summus, 2008. 118p.

MEDITSCH, Eduardo. . **O conhecimento do jornalismo.** Florianópolis, SC: Ed. da UFSC, 1992. 100p.

MEDITSCH, E. B. V. **Jornalismo e construção social do acontecimento.** In: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virgínia. (Org.). Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos. 1ed.Florianópolis: Insular, 2010, v. 1, p. 19-42.

MENSING, Donica. **Realigning Journalism Education.** In: FRANKLIN, B.; MENSING, D. (org.). **Journalism Education, Training and Employment.** New York: Routledge. 2011, 236p. p. 15-32.

MESO, Koldo; PALOMO, Bella, DOMINGO, David. **Métodos de investigación sobre periodismo participativo em Espanha.** In. NOCI, Javier Díaz; PALACIOS, Marcos (org.). Metodologia para o Estudo dos Cibermeios. Salvador: EDUFBA, 2008. 360p.

MESQUITA, Mário. **As tendências comunitaristas no jornalismo cívico.** In. TRAQUINA, Nelson; MESQUITA, Mario. **Jornalismo cívico.** Lisboa: Livros Horizonte, 2003. 143p. p. 19-27

MIELNICZUK, Luciana. **O Jornalismo na Web: Uma contribuição para o estudo do formato da notícia na escrita hipertextual.** 246f. Tese. (Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

MOHERDAUI, Luciana. **O usuário de notícias no jornalismo digital: um estudo sobre a função do sujeito no último segundo e no a tarde online.** 120. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporâneas), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

MORALES, E.N. **Apropriação de uma política pública de “inclusão digital” entre os Pataxós de Coroa Vermelha, Bahia.** (112f) Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

MORETZSOHN, Sylvia. **Jornalismo em tempo real: o fetiche da velocidade.** Rio de Janeiro: Revan, 2002. 189p.

MST, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. **Nossos Objetivos.** Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/7703>. Acesso em: 22 de dezembro de 2012.

MUNARO, Luís Francisco. **Aquela terra longínqua e sossegada: O Jornalismo de Hipólito da Costa.** 222f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009

NEW YORK TIMES. **4 in Brazil Cleared of Murder in Burning of Indian.** Disponível em: <http://www.nytimes.com/1997/08/14/world/4-in-brazil-cleared-of-murder-in-burning-of-indian.html>. Acesso em 15 de janeiro de 2013.

NUNES JUNIOR, O. **Internetnicidade: caminhos das novas tecnologias de informação e comunicação entre povos indígenas.** (111f.) Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2009.

NUNES, Letícia. **Suítes no caso do índio Galdino.** Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/showNews/iq281020036p.htm>. Acesso em 13 de janeiro de 2013.

O PROGRESSO. Disponível em: <http://www.progresso.com.br/expediente>. Acesso em: 17 de agosto de 2012.

OLIVEIRA, Rosa Meire Carvalho. **Diários públicos, mundos privados:** Diário íntimo como gênero discursivo e suas transformações na contemporaneidade. Dissertação. 214f. (Programa de Pós-Graduação em Comunicação) Uuniversidade Federal de Santa Catarina. 2002.

ONG, Walter. **Orality and Literacy: The Technologizing of the Word.** EUA: Methuen & Co Ltd. 1982

ORIHUELA, José Luís. **La revolución de los blogs.** Madrid; La Esfera de Los Libros, 2006.

PAIVA, Raquel . **O espírito comum:** mídia, comunidade e globalismo. Rio de Janeiro: Mauad X, 2003.

_____. **Para reinterpretar a comunicação comunitária.** In. PAIVA, R. (Org). **O retorno da comunidade:** Os novos caminhos do social. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 133-148

PALACIOS, Marcos. **Sete teses equivocadas sobre comunidade e comunicação comunitária.** In. Comunicação e Política, Salvador, v.9, n.11, p. 103-110. 1990.

_____. **Ruptura, continuidade e potencialização no jornalismo on-line: o lugar da memória.** In: MACHADO, Elias; PALACIOS, Marcos (Org.). Modelos de Jornalismo Digital. Salvador: Edições GJOL; Calandra, 2003. (Coleção Pixel). 233p. p. 13-36.

_____. **Blogosfera e jornalismo on-line no Brasil ou Porque Noblat, Josias e cia. não fazem Blogs.** Disponível em: <http://gjol.blogspot.com/2006/10/blogosfera-e-jornalismo-on-line-no.html>. Acesso em: 20 de setembro de 2011.

PARK, Robert E. **A notícia como forma de conhecimento: um capítulo na sociologia do conhecimento.** In: STEINBERG, Charles S. (Org.), Meios de Comunicação de Massa. São Paulo: Cultrix, 1972, p. 168-185. 2ª. Edição.

PASTORE, Itacir. Entrevista concedida à autora durante a pesquisa de campo no município de Dourados, realizada entre os dias 22 a 29 de janeiro de 2012.

PARROCHIA, Daniel. **Philosophie des réseaux.** Paris: Presses Universitaires de France, 1993. 300p.

PEREIRA, Eliete da S. **Ciborgues Indígen@as .br: a presença nativa no ciberespaço.** (169f.) Dissertação de Mestrado (Centro de Pesquisa e Pós-graduação das Américas, Instituto de Ciências Sociais), Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

PERUZZO, Círcia Krohling. **Comunicação nos movimentos populares:** a participação na construção da cidadania. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. 342p.

_____. **Rádio Comunitária, Educomunicação e Desenvolvimento.** 2007 In: PAIVA, R. (Org). **O retorno da comunidade:** Os novos caminhos do social. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 69-94

_____. **Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor.** In: Revista ECO-Pós, v.12, n.2, maio-agosto 2009, p.46-61.

PETERS, John Durham. **Dead Letters.** Disponível em <http://www.press.uchicago.edu/Misc/Chicago/662764.html>. Acesso em 17 de outubro de 2012.

PETTITT, Tom. **Before the Gutenberg Parenthesis: Elizabethan-American Compatibilities** Disponível em: <http://web.mit.edu/comm->

[forum/mit5/papers/pettitt_plenary_gutenberg.pdf](#). Acesso em: 25 de julho de 2012.

PINHEIRO, Vladimir. Entrevista concedida à autora durante a pesquisa de campo no jornal *Correio 24 Horas*, realizada entre 27 de fevereiro e 02 de fevereiro de 2012.

PINTO, Alejandra Aguiar. **A “inclusão digital indígena” na sociedade da informação**. V ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador, 2009. Anais. 15p.

POLIVANOV, Beatriz Brandão. **Novos Rumos e Onda Livre: a construção de rádios comunidades através da radcom**. ECO-Pós, v.12, n.2. Rio de Janeiro, maio-agosto 2009, p.122-137.

PONTES, Felipe S.; KARAM, Francisco J. C. **A pertinência da categoria singularidade de Adelmo Genro Filho para os estudos em jornalismo**. Revista *Estudos em Comunicação*, n; 6. Covilhã: Universidade de Beira Interior, dezembro, 2009.

POPKIN, Jeremy D. **Jornais: a nova fase das notícias**. In. DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel. **Revolução impressa: a imprensa na França, 1775-1800**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1996. 195-223.

POTYRA TÊ, 2012. Entrevista concedida à autora durante a pesquisa de campo na sede na ONG *Thydêwá*, município de Olivença, realizada entre no dia 11 de janeiro de 2012.

PRADO, José Luiz Aidar and BAIRON, Sérgio. **A Construção do Outro na Mídia Semanal**. In: LAGO, Cláudia e BENETTI, Marcia. (orgs.) *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. Petrópolis, Vozes, 2007.

RADAR64. **Jornal A Tarde fecha sucursal e demite repórter**. Disponível em: <http://www.radar64.com/ler.php?doc=13522>. Acesso em: 14 de janeiro de 2013.

RAMALHO, Cristiane. **Notícias da Favela**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2007.

RAMOS, Reginaldo. Entrevista concedida à autora durante a pesquisa de campo na aldeia Baheté, município de Itaju do Colônia, realizada entre os dias 04 e 11 de janeiro de 2012.

RAONI. **Biografia**. Disponível em: <http://raoni.com/biografia.php>. Acesso em 15 de janeiro de 2013.

RAYMOND, Steven Eric. **The cathedral and the bazar**. Disponível em: <http://www.catb.org/~esr/writings/cathedral-bazaar/cathedral-bazaar/>. Acesso em: 20 de setembro de 2011.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil**. São Paulo: Brasiliense; [Brasília]: CNPq, 1990. 200p.

RESENSE, NICODÈME DE. **Perspectivas indígenas sobre e na internet**: ensaio regressivo sobre o uso da comunicação em grupos ameríndios no Brasil. (144f) Dissertação. Programa em Pós-graduação em Antropologia Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

RESENDE, Fernando. **Discursividade e narratividade**: vértices redimensionados no jornalismo. V Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, SBPJOR, Sergipe, 2007. Anais.

_____. **A narratividade do discurso jornalístico**: a questão do outro. VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, SBPJOR, São Paulo, 2008. Anais.

_____. **O jornalismo e suas narrativas**: as brechas do discurso e as possibilidades do encontro. VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, SBPJOR, São Paulo, 2009. Anais.

RETTBERG, Jill W. **Blogging: digital media and society series**. Malden: Polity press, 2008. 176p.

RIBAS, Beatriz. **Características da Notícia na Web Considerações sobre Modelos Narrativos**. II Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, Salvador, 2004. Anais.

RIBEIRO, A. P. G.; SANTOS, Suzy dos. **Editorial**. In. ECO-Pós, v.12, n.2, Rio de Janeiro, maio-agosto 2009. p.1-6.

RIBEIRO, Lavinia Madeira. **Hipólito da Costa e seu tempo**. In. Revista Estudos de Jornalismo e Mídia: Correio Braziliense e seu tempo. Ano V, No 02. 2008. pp. 27-39.

ROSE, Isabel Santana de. **Tata endy rekoe – Fogo Sagrado: Encontros entre os Guarani, a ayahuasca e o Caminho Vermelho**. Tese. 435f. (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

ROSEN, Jay. **What are journalists for?**. New Haven: Oxford University Press, 2000. 338 p.

ROSENBERG, Scott. Say everything. How blogging began, What it's becoming. New York: Crown Publishers, 2009.

ROSHCO, Bernard. **Newsmaking**. Chicago: The University Press, 1975. 160p.

ROYSTER, J. J. **Southern Horrors and Other writings: The anti-lynching campaign of Ida B. Wells, 1892-1900**. The Beldford series in history and culture. Boston, New York: Bedford/St Martins, 1997. 228p.

SAMPAIO, José Augusto Laranjeiras. **História e presença dos povos indígenas na Bahia**. Disponível em www.anai.org.br/povos_ba.asp. Acesso em: 25 de julho de 2012.

SANTIAGO, Jairo da Costa. **Comércio de drogas e mercado: os limites do comunitário**. In. PAIVA, Raquel, SANTOS, C.H.R., **Comunidade e Contra-hegemonia: rotas de comunicação alternativa**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008. p. 89-108.

SANTOS, Emerson Natan dos. Entrevista concedida à autora durante a pesquisa de campo na aldeia Água Vermelha, município de Pau Brasil, realizada entre os dias 4 e 11 de janeiro de 2012.

SCHAFFERa, Jan. **Civic Journalism: A Decade of Civic Innovation** (2002). Disponível em:

http://www.pewcenter.org/doingcj/speeches/s_spjheadline.html. Acesso em: 20 de setembro de 2011.

SCHAFFERb, Jan. **The Role of Newspapers in Building Citizenship**. Discurso de abertura: 5º Congresso Brasileiro de Jornais, São Paulo, 2004. Disponível em: http://www.pewcenter.org/doingcj/speeches/s_brazil.html . Acesso em: 20 de setembro de 2004.

SCHILLER, Dan. **Objectivity and the News: the public and the rise of commercial journalism**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1981.

SCHUDSON, Michael. **Discovering the News: a social history of American Newspapers**. Basic Books, 1978. 228p.

_____. **Deadlines, Datelines, and History**. In: Manoff, Robert Karl; Schudson, M. **Reading the News: A pantheon guide to popular culture**. New York: Pantheon Books, 1987. p. 79-108.

_____. **The power of news**. Cambridge: Harvard University Press, 1995. 269p.

_____. **The sociology of news production revised**. In: CURRAN, James; GUREVITCH, Michael. **Mass media and society**. 2nd ed. - London: Arnold, 1996. 378 p. pp.141-159

_____. **The power of news**. Cambridge: Harvard University Press, 2003.

SCHWINGEL, Carla Andrea. **Comunicação e Criação na Internet: a análise das equipes de desenvolvimento *web* e dos grupos de desenvolvimento de software**. 2002, 130f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporâneas), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

SERFATY, Viviane. **The Mirror and The veil: An Overview of American Online Diaries and Blogs**. Amsterdam: Editions Rodopi B.V. 2004. 147p.

SHIRKY, Clay. **Power Laws, Weblogs, and Inequality**. Disponível em: http://www.shirky.com/writings/powerlaw_weblog.html. Acesso em: 20 de junho de 2011.

SHIVA, Vandana. **Monocultures of the mind – perspectives on Biodiversity and Biotechnology**. London, New York: Zed Books Ltd, 1997

SHOEMAKER, P. J. et al. **Os leitores como gatekeepers das notícias on-line: Brasil, China e Estados Unidos**. In: *Brazilian Journalism Research*, V. 6, n. 1, 2010.

SIGAL, Leon V. **Reporters and Officials: The organization and Politics of Newsmaking**. Prince Georges: Rowman and Littlefield, 1973, 240p.

_____. **Sources makes the news**. In: Manoff, Robert Karl; Schudson, M. **Reading the News: A pantheon guide to popular culture**. New York: Pantheon Books, 1987. p. 09-37.

SILVA, Carlos E. Lins da (org). **Comunicação popular e alternativa no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1986. p. 09-30.

SILVA, Carlos E. Lins da. **As brechas da indústria cultural brasileira**. In: FESTA, R.; SILVA, Carlos E. Lins da (orgs). **Comunicação popular e alternativa no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1986. p.31-52

SILVA, Denise Teresinha da; COLVERO, Ronaldo Bernardino; RODRIGUES, Diego de Lemos. *O uso dos meios como alternativa de comunicação para a população dos Mbyá-Guarani presente nos Sete Povos das Missões*. XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Caxias do Sul, 2010. Anais. 15p.

SILVA, Mariana da Rosa; MACHADO, Elias. **Uso das redes sociais em plataformas de produção colaborativa de informações: análise dos casos Slashdot, Overmundo e PACJOR**. In: XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, Londrina, 2011. Anais.

SILVA, Marina. **Sobre todos nós**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/marinasilva/1171587-sobre-todos-nos.shtml>. Acesso em 22 de dezembro de 2012.

SILVA, Ravena Sombra Martins da; CAVALCANTE, Carmen Luisa Chaves. **A re-invenção cultural dos índios Tapebas por meio da inclusão digital**. XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Curitiba, 2009. Anais. 12p.

SIQUEIRA, Rosana. de 2011. Entrevista concedida à autora durante a pesquisa de campo no *Correio do Estado*, realizada entre os dias 16 e 21 de janeiro de 2013.

SODRÉ, Muniz. **Prefácio**. In. PAIVA, R. (Org). **O retorno da comunidade**: Os novos caminhos do social. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p.7-11

_____. **Apresentação**. In. PAIVA, Raquel, SANTOS, C.H.R., **Comunidade e Contra-hegemonia**: rotas de comunicação alternativa. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008. p. 7-8

_____. **A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. 287 p.

SOUSA, Jorge Pedro. **Uma história breve do jornalismo no Ocidente**. In: SOUSA, Jorge Pedro (org). *Jornalismo: história, teoria e metodologia*. Porto: UFP, 2008, p. 12-92.

SPONHOLZ, Liriam. **Jornalismo, conhecimento e objetividade**: além do espelho e das construções. Série *Jornalismo a Rigor*. V.4. Florianópolis: Insular, 2009.

TADDEI, Renzo. **Os Guarani Kaiowá e as perversidades do senso comum**. Disponível em: <http://www.canalibase.org.br/os-guarani-kaiowa-e-as-perversidades-do-senso-comum-dos-brancos-2>. Acesso em 22 de dezembro de 2012.

TARDE, Gabriel de. *A opinião e as massas*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. 209p

TAVARES, Joana Brandão. **O global na aldeia:** financiamentos de novas tecnologias de informação e comunicação para cibermeios de autoria indígena. In. VII Conferência Brasileira de Mídia Cidadã, Brasília, 2012. Anais.

TAVARES, Joana. **O Dia do Índio em Cibermeios Indígenas e Jornalísticos.** In. 10o. Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, Curitiba, 2012b. Anais.

TECHNORATI. Disponível em: <http://technorati.com/state-of-the-blogosphere>. Acesso em: 20 de junho de 2011

THIOLLENT, Michel. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária.** São Paulo: Polis, 1980.

THIOLLENT, Michel. ALVEAR, Celso Alexandre Souza de. **Participatory Development of Technologies as a Way to Increase Community Participation:** the Cidade de Deus Web Portal Case. In. Community Informatics: a global e-jornal. Vol. 7 Nos. 1 & 2, 2011.

THYDEWA. **Índios On-line.** Disponível em: <http://www.thydewa.org/portfolio/indios-online/>. Acesso em 13 de outubro de 2012.

TIERNEY, Patrick. **Trevas no Eldorado:** como cientistas e jornalistas devastaram a Amazônia e violentaram a cultura ianomâmi. Trad.: Bentto de Lima. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002. 526p.

TITIÁ, Fábio. Entrevista concedida à autora durante a pesquisa de campo na aldeia Água Vermelha, município de Pau Brasil, realizada entre os dias 04 e 11 de janeiro de 2012.

TRAQUINA, Nelson. (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”.** 2. ed. Trad. Luís Manuel Dionísio. Lisboa, Portugal: Vega, 1999. Coleção Comunicação e Linguagens.

_____. **Jornalismo Cívico:** Reforma ou Revolução? In. TRAQUINA, Nelson; MESQUITA, Mario. **Jornalismo cívico.** Lisboa: Livros Horizonte, 2003. 143p. p. 59-73.

_____. **Teorias do Jornalismo:** porque as notícias são como são – Volume I. Florianópolis: Insular, 224 p., 2004.

_____. **Teorias do Jornalismo:** a tribo jornalística: uma comunidade interpretativa internacional. Florianópolis: Insular, 2005.

TRAQUINA, Nelson; MESQUITA, Mario (org.). **Jornalismo cívico.** Lisboa: Livros Horizonte, 2003. 143p.

TRÄSEL, Marcelo. **A apuração distribuída como técnica de webjornalismo participativo.** VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo - SBPJOR, 2009, São Paulo. Anais.

TRIVINHO, Eugênio. **A dromocracia cibercultural:** lógica da vida humana na civilização mediática avançada. São Paulo: Paulus, 2007. 439 p.

TUCHMAN, Gaye. **Making News.** A Study in the Construction of Reality. Nova Iorque: The Free Press, 1978.244p.

TUPINAMBÁ, Jaborandy Yande. Entrevista concedida à autora durante a pesquisa de campo na sede da ONG Thydewa, município de Olivença, realizada em 11 de janeiro de 2012.

UNITED NATIONS. **State of World's Indigenous Peoples (SOWIP).** Department of Economic and Social Affairs. New York, 2009. 238p.

UNITED NATIONSb. **About the Rio+20 Conference.** Disponível em: <http://www.uncsd2012.org/about.html>. Acesso em 04 de janeiro de 2013.

VIEIRA, Regina. **O jornal *Porantim* e o indígena.** São Paulo: Annablume, 2000. 118p.

VIZEU, Alfredo. **O lado oculto do telejornalismo.** Florianópolis: Calandra, 2005. 197p.

_____. **O newsmaking e o trabalho de campo.** In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. Metodologia de pesquisa em jornalismo (org.). 2ª. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. pp.223-236.

WAISBOARD, Silvio. **Advocacy Journalism in a Global Context**. In. WAHL-JORGENSEN, Karin; HANITZSCH, Thomas. . **The handbook of journalism studies**. New York: Routledge, 2009. p. 371-385.

WARD, Stephen J. A. **The invention of Journalism Ethics: the path to the objectivity and beyond**. McGill-Queen's Press - Studies in the history of ideas; 38. Canada, 2005.

WHITE, D. M. **The 'gate keeper': A case study in the selection of news**. Journalism Quarterly, 27,1950, 383–390.

WITT, Leonard. **Is public journalism morphing into the public's journalism?** 2004. Disponível em: <http://www.ncl.org/publications/ncr/93-3/Witt.pdf>. Acesso em: 20 de setembro de 2011.

WIKIPEDIA. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Manifesta%C3%A7%C3%B5es_contra_o_encontro_da_OMC_em_Seattle. Acesso em 03 de janeiro de 2012.

WIKIPEDIAb. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/OhmyNews>. Acesso em 30 de janeiro de 2013.

WILSON, Pamela; STEWART. Michelle (org.). **Global Indigenous Media: cultures, poetics, and politics**. Durham and London: Duke University Press, 2008. 362p.

WOLF, Mauro. **La investigación de la comunicación de masas**. Barcelona: Instrumentos Paidós, 1996. 318p.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. Tradução de Daniel Grassi. 3ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. 212p.

YONANA PATAXÓ HÃ HÃ HÃ. Entrevista concedida à autora durante a pesquisa de campo na aldeia Água Vermelha, município de Pau Brasil, realizada entre os dias 4 e 11 de janeiro de 2012.

ZAGO, G. S. **Recirculação jornalística no Twitter: filtro e comentário de notícias por interagentes como uma forma de potencialização da circulação**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

APÊNDICES E ANEXOS

APÊNDICE A – PROTOCOLO PARA ESTUDO DE CASO²²⁸

1. Visão Geral

O protocolo de estudo de caso tem por objetivo guiar a coleta e relato dos dados da pesquisa com base em um projeto previamente elaborado. Através deste, delimita-se as fontes de evidências, os procedimentos de coleta em campo, de análise e armazenamento das informações coletadas, e, por fim, a forma de apresentação dos resultados para que estes sejam encadeados de tal forma que permitam ao leitor uma compreensão do processo completo da pesquisa, desde seu projeto até os resultados.

Uma vez que o estudo de caso é o estudo de eventos dentro de seus contextos na vida real, o que pode levar a uma diluição do objeto empírico em seu contexto e facilmente fazer com que o pesquisador menos experiente perca o foco do seu programa de estudo inicial, o protocolo visa guiá-lo durante a pesquisa de campo, para que todas as informações essenciais sejam observadas.

A partir do pressuposto de que nenhuma fonte única possui uma verdade indiscutível sobre outras, utilizaremos várias fontes complementares: documentos (registro das notícias e publicações dos cibermeios estudados), observação direta, aplicação de questionários e entrevistas. Os procedimentos para cada fonte de evidência serão desenvolvidos e administrados separadamente, com o objetivo de garantir a confiabilidade dos dados coletados, sendo estes analisados, no entanto, dentro de uma linha convergente de investigação com base no construto teórico estabelecido.

²²⁸ Esse protocolo foi submetido à banca de qualificação. Algumas alterações foram feitas, devido à mudança na data prevista para a pesquisa de campo, e alteração de um dos cibermeios analisados: o cibermeio *A Tarde* não foi estudado, como se esperava a princípio. O *Correio 24 Horas* foi o cibermeio analisado no estado da Bahia. O protocolo foi uma referência constante durante a pesquisa de campo e análise posterior. As respostas às perguntas aqui colocadas foram inseridas na dissertação.

2. Procedimentos de campo

As coletas das informações serão feitas no período de uma semana para cada meio, somando ao todo um mês de pesquisa empírica.

Na primeira e segunda semana de janeiro de 2012 (4 a 9 de janeiro) realizaremos a pesquisa com o integrantes da rede *Índios Online* residentes nos municípios de Itaju do Colônia, Camacã e Pau Brasil no estado da Bahia. Atualmente dois dos cinco gestores da rede são índios da etnia Pataxós-hã-hã-hãe, residentes nestes municípios. Os outros integrantes estão nos estados de Roraima, Pernambuco e Alagoas. A rede que nasceu no Nordeste, ainda conta com maior parte dos seus integrantes nessa região. Por motivos de logística de transporte, ficaremos hospedados na cidade de Itabuna, que se encontra cerca de cem quilômetros de cada um desses municípios, com opções de transporte diárias para estes. A visita a campo se dará em período integral e como a pesquisadora ficará hospedada na aldeia indígena faremos observação direta, aplicação de questionários e entrevistas durante dois dias no município de Itaju do Colônia, dois dias em Pau Brasil e três dias no município de Camacã. Os questionários serão aplicados no primeiro dia das visitas, e as entrevistas no segundo e terceiro dia.

Na terceira semana de janeiro de 2012 (de 16 a 21 de janeiro), realizaremos a pesquisa no cibermeio *O Correio do Estado*, na cidade de Campo Grande, no estado de Mato Grosso do Sul. A visita na redação se dará no período das 9h às 18h. Nos três primeiros dias, realizaremos a coleta da memória das publicações para as semanas selecionadas, aplicação de questionários com os jornalistas e editores, além de observação direta. No período da noite, estudaremos o material coletado, com o objetivo de elaborar questões complementares às previamente estabelecidas para as entrevistas. Nos quatro dias seguintes, realizaremos as entrevistas e observação direta. Na semana seguinte à pesquisa, realizaremos a sistematização do material coletado.

Na última semana de janeiro de 2012 (de 23 a 29 de janeiro) realizaremos a pesquisa no blogue da Ação de Jovens Indígenas de Dourados, cidade de Dourados em Mato Grosso do Sul. Realizaremos os questionários, entrevistas e observação direta na sede na Organização não governamental Ação de Jovens Indígenas que funciona como a “redação” do blogue. Nos dois primeiros dias aplicaremos questionários com os integrantes da equipe e realizaremos observação direta. Nos outros dias, realizaremos entrevistas e observação direta.

Na última semana de fevereiro de 2012 (de 27 de fevereiro a 3 de março) será realizada a pesquisa no cibermeio *Correio 24 Horas*, em Salvador, no estado da Bahia. Os procedimentos serão semelhantes à pesquisa com ao cibermeio *Correio do Estado*

No mês de fevereiro faremos a sistematização das informações coletadas durante o mês de janeiro.

Os contatos em cada um destes meios são:

a. *Correio 24 Horas*

Editor Coordenadora: Diego Mascarenhas

Telefone: (71) 35333030

E-mail: diego.mascarenhas@redebahia.com.br

b. *O Correio do Estado*

Telefone: (67) 3323-6090

Editor do Portal: Fausto Brites

E-mail: ffbrites@correiodoestado.com.br

Diretor do O Correio do Estado: Marcos Fernando Alves Rodrigues

E-mail: adm@correiodoestado.com.br

c. Blogue *AJINDO*

Coordenadora geral da ONG AJI: Maria de Lourdes Beldi de Alcântara

E-mail: marialcantara@mac.com

Coordenador local: Itacir Pastore

E-mails: ajidourados@yahoo.com.br;

ajidourados@uol.com.br; pastorei@uol.com.br

d. Portal *Índios On-line*

Gestor: Fábio Titiá

E-mail: gestaoindiosonline@googlegroups.com

Telefone: (73) 81771655

Gestor: Alex Makuxi

E-mail: alex.makuxi@gmail.com

Telefone: (95) 91645394

2.1 Documentos

2.1.1 Coleta

A primeira etapa da pesquisa consiste na coleta dos documentos para análise de conteúdo dos cibermeios. Será selecionada uma semana por ano entre o período de 2005 a 2011, com um total de sete semanas. A seleção será feita a partir dos cibermeios indígenas, tendo como critério norteador o surgimento de questões polêmicas tais como: ocupação/invasão de terras e/ou áreas indígenas e julgamento de povos indígenas. As mesmas semanas analisadas no cibermeio indígena serão analisadas nos cibermeios jornalísticos. A escolha deste critério deriva-se do valor notícia daqueles eventos, o que pode fornecer uma maior quantidade de material nos cibermeios jornalísticos para avaliar de que forma os cibermeios indígenas são utilizados como fonte.

A coleta das publicações dos cibermeios indígenas será feita antes da pesquisa de campo. A coleta das publicações dos cibermeios jornalísticos será realizada durante a pesquisa de campo, uma vez que este conteúdo não está disponível on-line.

2.1.2 Análise

Serão feitas duas análises do material coletado. Uma antes da pesquisa de campo, para que o pesquisador adquira um conhecimento da informação produzida e possa levantar questões a serem inseridas nas entrevistas. Esta etapa já foi desenvolvida com relação aos cibermeios indígenas. Uma segunda análise será realizada, após a pesquisa de campo, com o objetivo de sistematizar os elementos hipertextuais utilizados nos conteúdos e realizar uma comparação com as informações adquiridas através das entrevistas e observação direta.

2.2 Observação direta

As evidências desta etapa fornecem informações adicionais a partir da observação de comportamentos e condições ambientais relevantes. A observação pode-se dar a partir de um protocolo que vise especificar certos tipos de comportamento a serem tidos como evidências ou ser feita de forma informal. Em qualquer dos dois procedimentos, é essencial a presença do caderno de anotações para registrar as observações do pesquisador.

2.2.1 Observação direta na pesquisa de campo com indígenas

Elementos a serem observados:

- a) Condições estruturais: disponibilidade de computadores, tipos de softwares utilizados, disponibilidade de telefones, condições dos prédios.
- b) Troca de informações: observar em que medida as produções são feitas individual ou coletivamente; se há a troca de informação através de meios como e-mail, redes sociais, telefones; se há utilização de fontes na realização das publicações; se há visitas da comunidade às sedes onde as informações são produzidas, ou dos autores indígenas às comunidades com o intuito de apurar informações para serem publicadas no blogue/portal; se existe e com que frequência se dá o contato com jornalistas ou assessores de imprensa para o envio ou recebimento de *releases* e outros comunicados; se existe e com que frequência se dá o contato com agentes do governo.
- c) Como ocorre a divisão de tempo dos atores indígenas para a produção de informação para os cibermeios? Desenvolvem que tipo de atividades além de colaborar para o cibermeio? Existem reuniões para discutir questões sobre pautas, ou outras questões com relação ao cibermeio?

2.2.2 Observação direta na pesquisa de campo nos jornais

Elementos a serem observados:

- a) Condições estruturais: disponibilidade de computadores, tipos de softwares utilizados, disponibilidade de telefones, condições dos prédios.
- b) Interação equipe do meio digital e do meio impresso: existe uma interação cotidiana entre esses jornalistas? As redações permanecem no mesmo espaço físico ou ficam em lugares diferentes? Existe e com que frequência ocorre a troca de informação entre impresso e digital?
- c) Como as matérias são produzidas? Em que medida a apuração é feita através de contato direto com fontes ou virtualmente? Existe algum contato dos cidadãos com os jornalistas? Existe receptividade para informações recebidas através de cidadãos?

2.3 Questionários e Entrevistas

Segundo Yin (2005, p. 116) uma das mais importantes fontes de informações para um estudo de caso são as entrevistas: “constituem uma fonte essencial de evidências para os estudos de caso, já que a maioria trata de questões humanas” (YIN, 2005, p. 119). Quando são realizadas dentro de contextos reais de vida dos entrevistados, é necessário atentar-se para algumas questões: enquanto relatórios verbais, as entrevistas estão sujeitas a “vieses, memória fraca, articulação pobre e imprecisa” (YIN, 2005, p. 119) e, por isso, o entrevistado pode não corroborar integralmente. O pesquisador deve permanecer alerta e seguir o roteiro previamente estabelecido, não fazer questões que intimem os entrevistados como aquelas que iniciam com “por que”, pois podem parecer ameaçadoras e prejudicar o bom seguimento do trabalho. A melhor opção é utilizar a expressão “como” (YIN, 2005, p. 117). Uma abordagem, sugerida por Yin, para superar estas dificuldades e limitações, é corroborar os dados obtidos em entrevistas com aqueles obtidos através de outras fontes (YIN, 2005, p. 119).

Os modelos de questionários e entrevistas são apresentados no final deste protocolo. Serão aplicados conforme o cronograma previsto nos procedimentos acima.

3. Questões do estudo de caso

As questões do estudo de caso, diferente das questões das entrevistas e questionários que são dirigidas aos sujeitos estudados, servem de orientação ao pesquisador, para lembrar as informações a serem coletadas e o motivo. Cada questão pode vir acompanhada de fontes prováveis de evidência (YIN, 2005, p.99)

3.1 Questões sobre os cibermeios indígenas

a) Quais são as tecnologias disponíveis e os métodos utilizados no processo de produção do blogue/portal?

Fontes de evidências: estrutura disponível (telefones, computadores, softwares, carros, máquinas fotográficas, filmadoras, gravadores de áudio).

b) Quais são as principais fontes de informação utilizadas na produção da informação?

Fontes de evidências: observar como se dá o modo de produção da informação para o blogue/portal. Se é um processo individual, ou

coletivo, se existe alguma apuração. Se há rotinas de visitas à comunidade, rotinas de recebimento de visitas da comunidade na sede da ONG.

c) Como se dá a divisão de trabalho?

Fontes de evidências: existem funções estabelecidas como coordenador, jornalista, técnico, estagiário, fotógrafo, ou outras?

d) Há hierarquia na organização comunitária?

Fontes de evidências: verificar a autonomia dos autores no processo produtivo ou dependência da deliberação de um terceiro, se há dependência de auxílio técnico.

e) Existe uma estratégia de difusão da informação?

Fontes de evidências: quais são as ações realizadas após publicar no blogue/portal? Existe uma rede de contatos ativa, ou cada um trabalha individualmente? Existe alguma rotina de publicação de informação em redes sociais? Existe algum encarregado dessa função? Com que intensidade se dá a troca de informação entre os integrantes da rede Índios On-line?

f) Existe um diálogo com os meios jornalísticos tradicionais?

Fontes de evidências: Acompanham e comentam a informação que sai nestes meios? Possuem contatos nestes meios? Enviam informações através de e-mail, comentários, *releases*, telefonemas, ou intermediários?

g) É realizado algum estudo sobre jornalismo e comunicação?

Fontes de evidências: Programação de cursos/oficinas de formação técnica e/ou teórica. Alguns dos integrantes estudam jornalismo?

h) A produção da informação se dá dividida entre as etapas de apuração, produção, edição e circulação? Ou de que maneira ocorre?

Fontes de evidências: Existem reuniões de pauta? Com que frequência ocorrem? Quem participa? Ou, como se dá a definição das pautas? O processo de redação é feito individual ou coletivamente? Existe algum revisor ou editor, ou cada indivíduo publica suas informações diretamente? Existe alguma rotina de publicação de informação em redes sociais? Existe algum encarregado dessa função?

i) Como os participantes articulam as atividades que desenvolvem com o blogue/portal?

Fontes de evidências: Quanto tempo os participantes dedicam à atividade? Produzem a partir do local de trabalho ou da residência?

j) Quais tecnologias além do computador os indígenas utilizam para se comunicar?

Fontes de evidências: Possuem telefones celulares com acesso a internet, i-phone, notebooks/laptops/netbooks ou outros dispositivos de comunicação virtual?

3.2 Questões sobre os cibermeios jornalísticos

a) Como se dá o processo de produção diário para o portal?

Fonte de evidência: Existem reuniões de pauta? Com que frequência ocorrem? Quem participa? Ou, como se dá a definição das pautas? O processo de redação é feito individual ou coletivamente? Existe algum revisor ou editor, ou cada indivíduo publica suas informações diretamente? Existe alguma rotina de publicação de informação em redes sociais? Existe algum encarregado dessa função?

b) Como se dá o processo de apuração de notícias pela equipe do portal?

Fontes de evidências: Os jornalistas saem da redação, ou apuram a partir da redação? Quais principais meios utilizam para apurar: telefone, e-mail, entrevistas, ou quais outros?

c) Em que medida o conteúdo on-line provém do impresso?

Fontes de evidências: Existe uma interação cotidiana da equipe do meio digital e do meio impresso? As redações permanecem no mesmo espaço físico ou ficam em lugares diferentes?

d) Como se dá a utilização de fontes para a realização de matérias que envolvem indígenas?

Fonte de evidência: Existem fontes indígenas fixas? Existem fontes governamentais fixas? Algum repórter da equipe on-line é enviado a campo para apurar? Possuem contato por e-mail ou telefone com os indígenas? Acessam os cibermeios de autoria de povos indígenas?

e) Como se dá a utilização de informação produzida por cidadãos nos cibermeios jornalísticos?

Fonte de evidência: Os jornalistas acessam cibermeios de autoria de cidadão ao apurar informações? Os jornalistas leem comentários dos leitores e acrescentam/modificam suas matérias a partir de sugestões destes comentários? Os jornalistas leem e-mail, e realizam pautas sugeridas por leitores? Existe alguma sessão do jornal voltada para informação cidadã?

4. Guia para relatório

4.1 Base de dados

Segundo Yin (2005, p. 129), “um banco de dados para o estudo de caso aumenta, notadamente, a ‘confiabilidade’ do estudo”. O registro das informações brutas no banco de dados serve para que outro pesquisador possa percorrer o caminho estabelecido pelo trabalho e possa averiguar a validade das conclusões apreendidas, contrapor novas interpretações ou ainda desenvolver pesquisas distintas a partir do mesmo banco de dados.

Assim, é de grande importância que seja disponibilizado, junto com o relatório da pesquisa (a dissertação de mestrado), o registro completo das informações coletadas. O banco de dados formal não elimina a necessidade de provas no relatório, o qual deve conter citações e fazer referências constantes à base de dados. Esta deve revelar as evidências e indicar as circunstâncias em que foi coletada a informação (hora e local).

Nesta pesquisa, as informações coletadas serão inseridas na forma de apêndice (no caso da transcrição das entrevistas e dos relatórios aplicados), e no formato de CD-ROM, para os arquivos digitais coletados a partir dos cibermeios.

4.2 Análise de evidências

Diferentemente das estatísticas, uma estratégia analítica geral dos dados em um estudo de caso não possui fórmula e receitas. Depende do estilo rigoroso de pensar do pesquisador, sua capacidade de apresentar as evidências e a análise cuidadosa de interpretações alternativas (YIN, 2005, 138). É importante atentar-se para considerar todas as evidências, apresentar evidências separadas de interpretação.

Embora definida anteriormente, a estratégia analítica geral pode ser alterada com o transcorrer da pesquisa. A possibilidade de alterá-la não reduz importância de estabelecê-la antecipadamente, pois a partir desta definição o pesquisador pode vislumbrar com mais clareza os procedimentos para coleta de dados. Propomos como estratégia analítica a fundamentação em proposições teóricas, que formam o plano de coleta de dados e estabelecem prioridades. É um processo analítico onde a construção da teoria se dá pela revisão iterativa das proposições teóricas e evidências coletadas. É possível que, após uma primeira sistematização dos dados, sejam estabelecidas matrizes de categorias

que possibilitem a quantificação dos mesmos e a teorização a partir de distintas características do objeto de estudo.

É importante atentar-se também para as proposições alternativas, ou mesmo opostas, àquelas estabelecidas, buscando-se assim uma perspectiva ampla do objeto de estudo. Caso perceba-se a impossibilidade de responder a todas as questões concorrentes, o que é bastante provável devido à delimitação do escopo da pesquisa e tempo disponível para realizá-la, estas questões permanecem como indicações para questões a serem investigadas em estudos futuros.

4.3 Relatório de estudo de casos

O relatório de estudo de caso tem por finalidade construir uma narrativa e desenvolver proposições teóricas, e não apenas documentar a pesquisa. Para fins de documentação existe a base de dados. No nosso caso, a narrativa possui caráter acadêmico, uma vez que o público ao qual nossa pesquisa se destina é, primeiramente, a banca de avaliação do Mestrado e, em segundo lugar, o público acadêmico. Portanto, torna-se fundamental o detalhamento das opções metodológicas e das questões teóricas levantadas, assim como a bibliografia utilizada.

A ordem da apresentação dos temas está indicada no Sumário Ampliado do projeto de pesquisa. Como nossa pesquisa consiste em análise de casos múltiplos, utilizaremos a modalidade de relatório escrito de análise cruzada sem separação dos casos individuais (YIN, 2005, p. 178). Neste tipo de relatório, apresentam-se informações resumidas dos casos individuais e propõe-se uma compreensão dos pontos de conexões entre os diferentes casos. É importante ter o cuidado para que todos os casos sejam tratados de forma justa. O pesquisador deve selecionar as partes consideradas essenciais das evidências e inseri-las dentro do relatório, preferencialmente de forma neutra para que o leitor seja capaz de concluir se a interpretação do pesquisador é válida (YIN, 2005, p. 195).

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO E RESPOSTAS

1. Questionário aplicado aos autores dos cibermeios indígenas²²⁹

Prezado(a)

Bom dia/tarde. Sou jornalista e mestranda no Programa de Pós-graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, e realizo uma investigação para o desenvolvimento da minha dissertação de mestrado. Esta pesquisa tem como objetivo estudar a difusão das informações publicadas em cibermeios de autoria de povos indígenas, a partir do estudo de dois cibermeios indígenas (Blogue da Associação de Jovens Indígenas de Dourados e portal Índios On-line) e de dois cibermeios jornalísticos (portal do O Correio do Estado, do estado de Mato Grosso do Sul, e o portal Correio 24 horas, da Bahia).

A metodologia utilizada é análise de conteúdo dos cibermeios, aplicação de questionários e entrevistas, e observação em campo. Eu vos asseguro que as informações fornecidas são de uso exclusivo, publicadas apenas para fins de pesquisa, com a garantia do anonimato dos respondentes e proteção dos dados pessoais. Agradeço-lhe pelo apoio.

1) Qual a sua idade?

(A) Até 15 anos

() Entre 15 e 18 anos

(AAAAAAA) (I) Entre 18 e 25 anos

(III) Entre 25 e 35 anos

(II) Entre 35 e 50 anos

() Mais de 50 anos

2) Qual seu nível de escolaridade?

() Cursando ensino fundamental

(A) Ensino fundamental concluído – A (Ensino Médio incompleto)

(AAA) (I) Cursando ensino médio

(III) Ensino médio concluído

(AA) (II) Estudante universitário

(A) (I) Curso universitário concluído

²²⁹ A letra “A” corresponde às respostas dos integrantes da *AJI*, e a letra “I” às dos integrantes do *Índios On-line*. Quando observações foram feitas à questão ou ao item, estas observações foram anotadas abaixo do item ou questão, precedida pela letra apontando ao qual cibermeio se refere. As sequências de Aa, Ab, Ac, e semelhantes, são apenas para diferenciar, dentro de uma questão, as diversas respostas. Não se referem à identidade dos respondentes.

() Outro

Em caso de outro, favor especificar.

I – Curso Linguagem na universidade do IFBA Porto Seguro – BA
(Licenciatura Indígena Intercultura)

3) Você tem internet em casa?

(AAA) (III) Sim

(AAAAA) (III) Não

4) Em caso positivo, com que frequência usa a internet em sua casa?

(AAAAAAA) (III) Diariamente, navego muitas horas por dia

(I) Diariamente, para verificar e-mail

(A) De 2 a 3 dias na semana

(II) Menos de 2 dias na semana

I - diariamente

I – De 4 a 5 vezes por semana

5) Você tem acesso a algum dos seguintes aparelhos eletrônicos diariamente?

(AA) (II) Telefone celular sem acesso a internet

(AAAAA) (III) Telefone celular com acesso a internet

() I-phone

(AA) (III) Notebook/laptop/netbook,

A - nenhum

6) Você utiliza qual(is) da(s) seguinte(s) ferramenta(s) da internet e desde quando?

() E-mail. Desde.....

() Orkut. Desde

() Facebook. Desde.....

() Twitter. Desde

() MSN ou outro dispositivo de bate-papo. Em caso de outro, por favor, especificar qual.....Desde

() Flickr, fotolog ou outro dispositivo de exibição de foto. Em caso de outro, por favor, especificar qual.....Desde

() Youtube ou outro dispositivo para publicação de vídeos. Em caso de outro, por favor, especificar qual.....Desde

() Blogger, Wordpress, ou outro dispositivo de blogues. Em caso de outro, por favor, especificar qual.....Desde

Aa – Email 2000, Orkut 2000, youtube conta da AJI	Ia - Email 2004, Twitter 2007, MSN desde 2005 ou 2006 somente hoje não uso mais, Flickr desde 2006, Youtube desde 2007, Blogger ou outros desde 2007
Ab – Email 2007, Facebook 2010, Twitter 2010, MSN 2007 não usa mais, Flickr fotolog da AJI [não sabe desde quando], Youtube conta da AJI, 2009 aproximadamente, Blogger jaquinhams.blogspot.com, 2009 [aborda coisas de família, pessoais]	Ib - Email 1999, Orkut 2006 a 2008, Twitter 2009-2010, MSN...especifica Gtalk desde 2007, Flickr potyratetupinamba 2009, blogger 2009
Ac - Email 2006, Orkut – 2006, Facebook 2011, Flickr fotolog da AJI 2005	Ic – Email desde 2003,
Ad - Email 2003, Orkut 2008, Facebook 2011, MSN 2010, Youtube conta da AJI e pessoal, 2008	Id – Email 2001, Orkut 2008, Facebook 2009, Twitter 2010, MSN 2005, Youtube 2008, Blogger – pessoal 2007
Ae – Email 2003, Orkut 2004-2009, Facebook 2008, MSN – Windows live 2004, Youtube 2007	Ie – Email 2006, Orkut 2007, Facebook 2011, Twitter 2011, MSN 2006, Youtube 2008, Blogger 2010 (apenas para teste)
Af - Email 2007, Orkut 2008, Facebook 2011, Twitter 2011, MSN 2008, Youtube 2008	If – Email 2003, Orkut 2009, Facebook 2011, MSN de 2004 a 2009, Gtalk 2009, Flickr Picasa 2010, Blogger Baenã Hã Hã Hãe 2011
Ag - Email 2002, Orkut 2006, Facebook 2009, MSN 2002, Flickr AJI 2007, blogue AJI 2007	Ig - Email 2010, Orkut 2010, Facebook 2011, MSN 2010, Youtube 2011
Ah – Email 2007, Facebook 2011, Flickr Fotolog da Aji, mas não usa muito, Youtube AJI	

7) Você domina as linguagens especializadas como HTML ou Java?

(AA) Sim

(AAAAAA) (IIIIII) Não

Em caso negativo, deseja aprendê-los?

(AAAAAAA) (IIIIII) Sim

(A) Não

Por que?

Aa – Tem coisas que a gente não tem conhecimento e acaba desistindo.

Ab – Para meu conhecimento pessoal, e dá uma qualidade melhor para o site e blogue da AJI.

Ac – Estou aprendendo porque é interessante para divulgar as notícias

Ae – Importante para ter melhor domínio, não depender de ninguém para fazer as coisas.

Ag – Interessante para se informar mais, conhecer novos sites, meios.

Ah – é bom para mim, aprende muita coisa.

Ia - Para garantir a apropriação e autonomia das tecnologias em todas as suas áreas.

Ib - Para sanar algum problema emergencial do portal *Índios On-line*.

Ic - Para fazer a venda de artesanato, a gente mesmo faria. Encontro de mulheres para desenvolver nosso próprio trabalho dentro da comunidade

Id – Porque é uma necessidade que eu sinto, pois tenho problema de não saber editar vídeo e usar a ferramenta adequada.

Ie – A linguagem html pode nos proporcionar um conhecimento mais técnico em manutenção de webpag, desta forma auxilia no trabalho com informação e segurança em sites.

If – Para facilitar o meu trabalho com o *Índios On-line*.

Ig – Não disse nada.

- 8) Qual é a sua principal atividade profissional? E quantas horas por semana se dedica a ela? (a ordem desta resposta não está de acordo com as outras referências neste questionário, para não identificar o respondente)

Aa – Oficineira da AJI, 40h, Coordenadora do Núcleo de Educação.

Ab – Bolsista da AJI. Coordenadora do Núcleo Web Agente de Comunicação, 40h.

Ac – Ajudante de oficina, 15 semanais, segunda às sextas, das 8h às 11h.

Ad – Coordenador no núcleo de rádio e vídeo de comunicação da AJI, 8 às 16h, 40h.

Ae – Coordenadora de Saúde da AJI, bolsa de um período, 8h às 11h

Af – Editor da AJI, 12h por semana, 3 vezes por semana de 4 horas

Ag – Bolsista da AJI, 08 às 13h

Ah – Fazer Clipping da AJI, clipping impresso, virtual, site, blogue, faz oficina na aldeia. Faz também faxina na casa da mãe, mas ganha mais na AJI.

Ia - implementador social 15h por dia. Comecei no IO, trabalhei no governo, formação GESAC.

Ib - Produtora cultural, 45 horas semanais, ONG *Thydêwá*

Ic – Étnico jornalismo 3 horas de cada uma vez na semana, técnica de enfermagem, 40h.

Id – Ser professor e dedico-me 20 horas por semana, além da função de professor, sou Cacique de meu povo

Ie – Atualmente dedico-me à atividade em um projeto que visa pesquisar a memória e a contemporaneidade do Povo Pataxó Hã Hã Hãe, no qual eu me dedico 20h semanais [Bolsa Fapesb]

If- A minha profissão é ASB (Auxiliar de Saúde Bucal), carga horária de 40 hs semanais

Ig- Agricultura 8 horas

9) Como você conheceu a primeira vez o blogue/portal?

(AAAAAAAA) (III) Através de um membro da minha comunidade

(AAAAAAAA) (III) Através de um amigo/conhecido pessoalmente

(I) Através de um amigo conhecido na internet

() Através de um jornal/rádio/televisão

() Através de outro cibermeio de autoria indígena na internet

() Através de um cibermeio de um jornal/rádio/televisão

() Através de um mecanismo de busca

() Um encontro/congresso de povos indígenas

() FUNAI

A – Coordenadora foi à minha casa

10) Como entrou para a equipe do blogue/portal?

(AAAAA) (IIII) Convite do coordenador(a) Aa, Ab, Ac, Af, Ag, Ah

(AAAAA) (II) Convite de um membro da comunidade/amigo/conhecido

() Através de uma seleção

() Eu procurei outro integrante, e ofereci-me para colaborar

() Outros

Por favor, especificar.

A – A *AJI* é aberta, não tem seleção. Na medida em que você vai passando por formação, você entra para o colegiado.

I – O projeto foi criado pela ONG *Thydêwá* com parceria com os indígenas, foi a partir daí que ingressei no projeto *Índios On-line*

10) Que tipo de vínculo você mantém com o blogue/portal?

(IIII) Integrante da rede Índios On-line, sem remuneração

() Integrante da rede Índios On-line, com remuneração

() Voluntário da AJI (sem remuneração)

(AAAAAAAA) Estagiário da AJI (com remuneração)

Aa – Oficineiro

Ab - meia bolsa

11) Você desenvolve alguma atividade profissional semelhante a que realiza neste blogue/portal em outro meio?

(A) (IIII) Sim

(AAAAAAA) (II) Não

Em caso positivo, por favor especificar o meio.

Aa – Faço parte, sem remuneração, do *REJUMA*. Um grupo de e-mail com discussões sobre questões indígenas. Tem página no Facebook também.

Ab – *Índios On-line, Índios Educa* (sem remuneração), mas fez a última publicação há dois meses.

Ac – Dava aula na escola antes de entrar na *AJI*.

Ia - *Índio Educa, RISADA*, norakestelivre

Ib - Possuo um blogue de ciberativismo indígena (www.indiosonlinecomcidadania.blogspot.com) e também em páginas específicas do povo tupinambá: www.fotografiatupinamba.com.br, www.retomadatupinamba.blogspot.com

Ic – Realizo trabalho de publicação na internet, ensino os jovens a fazer texto e publicar no site, pois aprendo com eles, porque ambas dividem os seus conhecimentos

Ie – Getstart como bolsista *Fapesb*

If – www.risada.org

Ig- *Índios Educa* (desenho), *Terra Esperança*

12) Você realizou alguma atividade de formação profissional/oficina para integrar a equipe do blogue/portal?

(AAAAAA) (IIIIII) Sim

(A) (I) Não

Em caso afirmativo, por favor, especifique.

Aa – Oficina para manusear site, colocar post.

Ab – Oficina de Laboratório de Texto que discutia matéria sobre indígenas que estavam no jornal, vídeo, rádio, fotografia, jornal, telejornalismo, teatro.

Ac – Oficina sobre meio ambiente, lixo, aula de escrita/resumo em guarani.

Ad – Teatro, vídeo, fotografia, rádio.

Ae – Fotografia, edição de vídeo, edição de rádio

Af – Oficina de foto

Ag – Não respondeu

Ia - Desde 2006, realizamos oficinas com cultura digital nas áreas indígenas

Ib - Publicação na web, edição de vídeo, fotografia

Ic - A ONG *Thydêwá* junto com parceiro forneceu cursos para ensinar a comunidade, o trabalho é voluntário, pois. Na minha comunidade ensino os jovens a tomar gosto pela escrita e a leitura, colaboro também passando meu conhecimento para os professores que pede meu auxílio na produção de seus texto e pesquisa acadêmica

Id - O coordenador do *IO*, Sebastian, aplicou um curso de jornalismo na aldeia onde fiz parte

Ie- Participei de uma oficina para conhecimentos em audiovisual, outra em qualificação para postagem de conteúdo em rede

If - Fui aprendendo com a prática

Ig - Oficina de fazer vídeo, publicação de matérias, foto, 2 oficinas com Ivana e Alex Pankararu

13) Você realizou alguma atividade de formação profissional/oficina *depois* que integrou a equipe do blogue/portal?

(AAAAAAA) (IIIIII) Sim

(II) Não

Em caso afirmativo, por favor, especifique.

Aa - Vídeo jornalismo para produção do jornal, fotografia, realização de roteiro.

Ab - As mesmas realizadas antes, dessa vez mais aprofundadas, para não esquecer.

Ac - Oficina de jornalismo, oficina de fotografia, câmera e rádio.

Ad - Faculdade de Multimídia (2 anos). Ministra oficinas na *AJI*.

Ae - Oficinas de teatro, *DST*, vídeo, fotografia, jornalismo, telejornalismo, oficina de *Pinhole*.

Af - Oficina de jornalismo

Ag - Oficina de jornalismo em 2008

Ah - Oficina de Jornalismo, Multimídia, Edição, Rádio, Site, Português, Espanhol

Ia - Fotografia

Ib - A ONG *Thydêwá* é uma parceira que forneceu curso de fotografia e produção de vídeo, desde que o projeto foi criado a ONG vem ajudando os índios a aprimorar seus conhecimentos no uso da tecnologia

Ic - Após a primeira interação com a rede, participei de mais oficinas de audiovisual, e produção de vídeo com edição

Id - Oficina de Etnojornalismo e ciberativismo

Ie – Oficina de produção de filme, Olivença, Tupinambá

14) Quanto tempo em média você dedica ao blogue/portal?

(II) Menos de 3 horas por semana

(IIII) De 5 a 7 horas por semana

(AA) De 7 a 12 horas por semana

(A) Entre 12 e 20 horas por semana

(AAAAA) Mais de 20 horas por semana Aa (40h)

A - Com relação ao blogue não tem uma carga horária fixa. Quando tem algo, publica, pois não é a minha função principal

15) Que tipo de atividade você realiza atualmente no blogue/portal? (Pode marcar mais de uma opção)

(AAAAAA) (IIII) Redação de textos

(AAA) Edição

(AAAAA) (III) Coleta de informações com a comunidade

(A) Programação Visual

(AAAAAAA) (III) Fotografia

(AA) (IIII) Vídeo

(AA) Manutenção técnica das páginas

(II) Outra

Em caso de outra, por favor especificar.

Ia – gestão do site

Ib – Sou um dos organizadores do Ponto de cultura

16) Você teve algum tipo de participação na definição das linhas de trabalho no blogue/portal?

(AAAA) (IIII) Sim

(AAAA) (II) Não

Em caso positivo, como se deu essa participação?

Aa – O blogue é liberado para todas discussões, desde que não tome nenhum partido político, porque somos uma *ONG* independente. Os integrantes dão sua opinião.

Ab – Quando entrei, o blogue já existia. Com relação à rádio e vídeo, já participei.

Ac – Todas as linhas que a gente toma aqui na *AJI* é em conjunto. Nada é feito sem discutir. Tudo é definido pelo grupo.

Ad – Foi discutido como ia ser, qual ia ser a matéria, o que pode ser colocado.

Ia - Nossos trabalhos são feitos de forma coletiva do início ao fim.

Ib - De 2006 a 2007 fiz parte da coordenação junto com a *Thydêwa* e em 2008 no processo de autonomia da Rede fui uma das pétalas da Rede até

que em 2009 nasceu a gestão da Rede na qual fiquei até meados de 2010.

Ic – Podemos coordenar a rede e fazer nossas ações. Somos divididos cada grupo faz uma coisa

Id – Em realizações de reunião do portal, prestei presença perante as decisões e rumos do portal *Índios On-line*

Ie – Através de um grupo de e-mail dando sugestões para o sucesso do portal, utilizando a gestão participativa e compartilhada.

17) Qual é o principal local onde você produz o material que publica no blogue/portal?

(AAA) (III) Em casa

(AAAAAAA) (IIII) Na sede da ONG e/ou sede de organização da comunidade

(I) Em *lan house*

(II) Outros

Em caso de outros, por favor especificar.

Ia – O local onde fazemos o trabalho é o ponto de cultura, mas quando estamos distante, tipo em uma retomada que precisa para a notícia com emergência, recorremos no lugar (*lan house*) mais próximo que tem internet publicamos a história

Ib- Atividade de um *IO* é utilizar a internet para ajudar a sua comunidade em diversos aspectos, aonde as informações são publicadas na web aonde está acontecendo a ação.

18) Como você coleta informações para fazer uma publicação para o blogue/portal? Numere, utilizando o número 1 para a primeira fonte de informação mais utilizada, 2 para segunda fonte de informação mais utilizada, e assim por diante. As fontes que não são utilizadas não precisam ser numeradas.

A-(3,4,2,0,3,0, 2,1) I - (1,0,0,2,0,2,1) Testemunho ocular

A- (2,6,1,5,0,0,1,3) Conversas com familiares/amigos

A - (1,7,0,2,0,0,3,2) I - (2,2,2,3,1,3,3) Entrevistas com membros da comunidade

A - (0,8,4,0,0,0,1,1,0) I- (4,0,0,0,3,4,2) Informações fornecidas por um(a) coordenador(a)/gestor(a)

A - (0,2,0,1,4,3,6,0) I - (1,0,0,0,4,0,0) Jornais/rádio/televisão

A - (0,0,0,0,2,0,5,0) I - (9,0,0,0,0,0,0) Cibermeios de jornais/rádio/televisão

A - (0,1,0,3,1,0,0,0) I - (7,0,0,0,0,0,0) Cibermeios de autoria de povos indígenas

A - (0,0,3,0,0,0,7,0) I - (3,3,0,0,0,7,4) E-mail

A - (0,5,0,4,5,2,8,0) I - (8,0,0,0,0,0,0) Redes Sociais

A - (0,3,0,0,0,0,0,0) I - (5,0,0,0,0,0,0) Listas de discussão na internet

A - (0,0,0,0,0,1,2,0) I - (6,0,4,0,0,6,0) FUNAI ou outros órgãos governamentais. Em caso de outros, por favor especificar

.....

Ia – A *FUNAI* quando o órgão faz participação na internet, entrevistamos o administrador

Ib – *FUNASA/SESAI*

A - (0,0,0,0,0,0,4,0) I - (1,1,0,0,0,0,0) Ferramentas de Busca na internet

A - (0,0,0,0,0,0,9,0) I - (1,2,0,0,0,0,0) Bancos de Dados

A - (0,0,0,0,0,0,1,0) I - (1,3,0,3,0,0,0) Bate-papo (MSN e/ou outros dispositivos)

Em caso de outras, por favor especificar e numerar.

A – (1) Textos dos alunos realizados nas oficinas na aldeia.

I – (1) Acontecimentos na comunidade

I – (1,1,2,1) Testemunho Ocular

19) Você lê, assiste ou escuta os meios de comunicação tradicionais?

(AAAAAAA) (IIIIII) Sim

(I) Não

Em caso positivo, favor especificar qual (is)

Em caso negativo, favor explicar por que.

Aa – Jornal *O Progresso*, *Diário MS*, *Dourados Agora*, *Rádio Orerekô* (sábados), TV tenho em casa mas é mais difícil, programa de Marcel Filho é bastante ouvido na Reserva, 94 Fm.

Ab – Jornal *O Progresso*, rádio, notícias programas de discussão geral da cidade, todas as rádios, *TV Morena* a filiada da *Globo*.

Ac – *Rádio Cidade* 92Fm, canal *Globo*, *SBT*, *Record* – assiste mais *Globo* e *Record*]

Ad – todos

Ae – *O Progresso*, *Dourados News*, *Dourados Agora*, *Servindi* [povos indígenas de Alagoas], *GI*, *Globo*, rádios da cidade

Af – *O Progresso*, *TV Morena*, Rádio 101,9, 92,1 FMs

Ag – Rádio 92 FM que sempre fala as notícias da cidade, *TV Morena* que fala da aldeia, *O Progresso*

Ah - *O Progresso*, *Jornal da manhã*, *TV Morena*, *Jorna Hoje* às 12h, às 18h

Ia - leio

Em caso negativo, favor explicar por que.

Ib - a mídia tradicional nos passa uma realidade equivocada

Ic – *Jornal Nacional (Globo)*, FMs, *BATV*, *Jornal A Tarde* – para se informar, para vê se está falando sobre os índios. A gente não procura saber só a história indígena, mas a história da humanidade também.

Id – Rádio e jornal escrito

Ie – Rádios, Tv e Internet

If- Notícia de internet, *Jornal Nacional*, jornal impresso indígena
Porantim

Ig – Vê jornal, televisão, lê jornal escrito

20) Caso você leia, assista ou escute meios tradicionais de comunicação, qual sua opinião sobre o espaço e abordagem que estes meios dão para os povos indígenas?

(I) Nenhum espaço

(AAAAAAA) (III) Pouco espaço, abordagem ruim Aa, Ab

(I) Espaço bom, mas abordagem ruim Ac

(I) Espaço bom, abordagem adequada - I – *TV cultura*

21) Você acha que o blogue/portal pode colaborar para uma melhor cobertura dos meios de comunicação tradicionais sobre os povos indígenas?

(A) Não é nosso objetivo dialogar com os meios de comunicação tradicionais, mas sim com a nossa comunidade.

(AAAAA) (IIIIII) Sim, esse é também nosso objetivo e acredito que podemos mudar a forma como a mídia aborda as questões dos povos indígenas

(AA) (I) É também nosso objetivo mudar a forma como os meios de comunicação tratam os povos indígenas, mas acredito que os meios não têm interesse de mudar sua abordagem dos povos indígenas.

22) Você já participou de algum encontro/congresso como representante e/ou integrante do blogue/portal?

(AAAAA) (IIII) Sim

(AA) (II) Não

Em caso positivo, por favor, especificar qual(is).

Aa — *Fórum Permanente, Vídeo Índio Brasil, Rio + 20* (junho, julho de 2012), *Jogos Indígenas*

Ab – Nosso blogue concorreu a um prêmio internacional alemão com blogues do mundo inteiro. Nosso blogue foi um dos finalistas na questão

civil. *Encontro de Mulheres Indígenas de Roraima, AtyGuassy* – reunião dos povos indígenas estadual, regional, *Encontra Nacional dos Povos Indígenas* (Brasília, Tocantins).

Ac – *Encontro de Jovem Indígena, Atyguassu*

Ad – Encontro em Moscou para apresentar livro, vídeos *Simpósios Internacionais, FGD* na UFMS (sobre religião e história), oficina com jovens indígenas na Argentina.

Ae – 1º *Encontro Latino Americano de Povos Indígenas e Meios de Comunicação* (2005), 2º *Encontro Latino Americano de Povos Indígenas*, no México, *Fórum Social Mundial em Belém*, Simpósio sobre religiosidade, Fórum em Tocantins dentro dos Jogos Indígenas, *Fórum Permanente sobre Povos Indígenas em Nova York* (2011).

Ag – *Atygassu, Encontro de Jovens Indígenas*, Reunião sobre a Juventude com o governo de Dourados

Ah – Seminário sobre Doença, sobre Direito Indígena, Encontro de Liderança, mas não pela *AJI*

Ia - Já participei de mais de 20 eventos como Campus Party [evento de inovação tecnológica], *TEIA*, Encontro saúde, Encontros de Jovens, Fóruns Cultura Digital, Encontro entre Comunidades Indígenas, Acampamento Terra Livre

Ib - Nestes 6 anos foram muitos sendo difícil lembrar: *Fórum Social Mundial; Teia 2007; Teia 2008; ATL 2009. Fórum da Internet no Brasil; Seminário sobre o uso da Internet pelos povos indígenas (USP); II Bienal do Livro de Salvador (...)*

Ic – Encontro com a *CIMI*

Id – Nomeado como encontrão da *Rede Índios Online* este encontro ocorreu na inauguração da sede da rede em São José da Vitória.

Ie – Oficina de vídeo em Olivença

23) Sua família acessa o blogue/portal?

(A) (I) Sim, diariamente A – quase todos os dias

(A) (III) Sim, de vez em quando

() Possuem internet, mas não acessam o blogue/portal

(AAAAAAA) (I) Não, porque não possuem internet

(A) (I) Não sei

24) As pessoas de sua comunidade acessam o blogue/portal?

(I) Sim, diariamente

(AAAAAAA) (III) Sim, de vez em quando

() Possuem internet, mas não acessam o blogue/portal

(A) (II) Não, porque não possuem internet

() Não sei

25) Quem você acha que se interessa pelo blogue/portal?

- a) comunidade indígena local – AAAAA, III
A – (os jovens), os velhos não, não entendem
I - Muito pouco
- b) comunidade local não-indígena AAAAA, II
A- acessam mas para critica
- c) comunidade indígena nacional - AAAAAA, IIIIII
- d) jornalistas AAAAA, IIIII
- e) pesquisadores AAAAA, IIIII
I - estudantes
- f) sociedade como um todo AA, III

26) Você foi contactado diretamente por alguém devido a uma publicação de sua autoria para o blogue/portal?

(AAA) (IIII) Sim

(AAAAA) (II) Não

Em caso positivo, por favor, especificar quem:

(AA) (II) Algum membro da comunidade indígena

(I) Membro da comunidade local não-indígena

(A) (III) Jornalista(s)

(AAA) (IIII) Pesquisador

(I) Órgão do governos

(A) (II) Outros

Em caso de outros, por favor, especificar.

A – Não indígenas de outros lugares. Mandam comentários que o site está legal: comentários no blogue e e-mail

Ab – Eu fiz uma matéria sobre o computador da escola. O inspetor me disse que eu deveria ter falado com ele antes. Mas foi para o jornal da *AJINDO*.

Ia – Não índios de alguma parte do Brasil

Ib – Professor, escritor e alunos

27) Você acessa outros cibermeios indígenas?

(AAAAAAA) (IIIIII) Sim

() Não

Em caso positivo, qual(is) e com que frequência?

Aa – *Índios On-line, Índio Educa, ISA*

Ab – *Índios On-line, ISA, Servindi, IWGIA*, blogue do *CIMI*, blogue da *FUNAI*, blogue de jovens indígenas do MS (não me lembro o nome), e outros

Ac – *ISA, Índios On-line*, outros que não me lembro. Duas vezes por semana.

Ad – *Índios On-line, Servindi, Índio Educa*, blogues de colegas, *ISA, CIMI*. Diariamente.

Ae – *IWGIA, Povos Indígenas do Brasil*

Af – *Redes de Saberes* – é uma Rede de Universitários Indígenas que só fala sobre os índios, mas não foi criada pelos índios. É do estado.

Ag – *CIMI, Povos Indígenas*

Ia - Diariamente

Ib - Blogue da Funai, Instituto sócio ambiental, *CIMI, Apinme*

Ic – *CIMI, ANAI, CESI, GESAC*

Id – Acesso o site da *APOINME*, AJI dos jovens indígenas de Mato Grosso

Ie – Blogue dos Tupinambás, portal *Web Brasil Indígena*, Com pouca frequência

If – *APOINME*

Ig – *APINME, Índios Educa*, Terra Esperança *Santuário do Pajé*

28) Quando você acessa outros cibermeios indígenas você:

(AA) (III) Lê publicações mais recentes

(AAAA) (I) Lê publicações mais recentes e antigas

(AAAA) (III) Lê publicações e faz comentários

A – leio, faço comentários da postagem que me chama a atenção

I – Quando vou à internet, geralmente é com pouco tempo

29) Você tem o costume de comentar em blogues na internet?

(AAAA) (III) Sim

(AAAA) (III) Não

Caso a resposta seja positiva, o que motiva a fazê-lo?

Aa – Às vezes quando é uma crítica à questão indígena, eu respondo para defender. Respondo, critico.

Ab – de ajudar, comentários de incentivo

Ac – Alguma concordância ou discordância, principalmente quando está relacionado à comunidade em geral, os povos indígenas em geral

Ad– O jeito que eles escrevem sobre os indígenas. A maioria escreve falando mal. Escreve dizendo, mas a maioria não conhece, nunca foi na aldeia.

Ia - Para me incluir no que está sendo repassado, enquanto informação.

Ib - Se a temática do texto me interessar bastante ou se quiser relatar algum comentário feito no texto

Ic – A motivação vem das causas sociais e das políticas indígenas

Id – A interação com o autor do post, algumas observações e ponto de vista em relação ao post.

Ie- Só nos indígenas

30) O que você faz após colocar uma publicação no blogue/portal?

(AA) (III) Envia e-mail informando amigos/comunidade

(A) (III) Envia e-mail para um lista de discussão

(AA) (II) Informa em redes sociais como Twitter, Facebook, Orkut, sobre a publicação

(AAA) (I) Nenhuma destas

(AA) (I) Outras

Em caso de outras, por favor, especificar.

Aa – geralmente posta vídeo. Envia e-mail para coordenadora executiva, Maria Lourdes, e regional, Itacir, estes enviam para o grupo

Ab- Não faço nada.

Ac – Publica e informa os integrantes da *AJI*

I- Autoridades

31) O que você considera mais importante ao realizar uma publicação para o blogue/portal? Numere de 01 a 04, considerando 01 para o mais importante, e 04 para o menos.

A - (0,4,0,2,4,0,4,4) I - (3, 4, 2, 1, 3, 4, 0) Apresentar o testemunho de outras pessoas

A - (0,2,0,0,2,0,3,3) I - (2, 2, 3, 1, 4, 2, 0) Relatar fatos que testemunhei pessoalmente

A - (1,1,1,1,3,1,1,1) I - (1, 1, 1, 1, 1, 1, 1) Defender a causa indígena

A - (0,3,2,3,1,2,2,2) I - (4, 3, 4, 4, 2, 3, 0) Apresentar a minha opinião

32) Numere de 01 a 05 o (s) tipo(s) de assunto(s) você considera mais importantes de serem abordados em uma publicação no blogue/portal? Considerando uma escala onde 01, representa o mais importante, e 05 o menos.

A - (2,1,1,1,1,2,1,2) I - (2, 1, 1, 1, 1, 1, 1) As dificuldades enfrentadas pelos povos indígenas

A - (0,3,0,2,2,0,3,3) I - (1, 2, 2, 3, 3, 3,0) O cotidiano da minha comunidade

A - (0,4,2,4,4,0,2,4) I - (3, 3, 4, 1, 5, 2, 2) Questões políticas de interesse indígena

A - (0,5,0,0,5,0,5,5) I - (5, 5, 5, 2, 2, 5, 4) Questões políticas gerais

A - (1,2,3,3,3,1,4,1) I - (4, 4 , 3, 1, 4, 4,3) Questões sobre a educação indígena

33) O que você considera mais importante em um blogue:

A - (1,1,1) (II) Transparência sobre quem são os autores e seus objetivos. Ab, Ae(1), Ag (1)

A - (1,1,1,1,4,1,3,1) (IIII) Dizer a verdade

A - (1,1,3,4,2) (II) Apresentar atualização constante Ab, Ad, Ae (3), Ag (4), Ah (2)

A - (2,1,1,1,2,1,2) (III) Defender uma causa

A - (1,1) (I) Outra

Em caso de outra, favor especificar.

A – Mostrar o olhar dos jovens indígenas que nós também somos capazes de mudar nossa realidade para melhor.

I – Deixar registrado uma ocorrência

2. Questionário aplicado aos jornalistas e editores dos cibermeios jornalísticos²³⁰

Prezado(a),

Bom dia/tarde. Sou jornalista e mestranda no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, e realizo uma investigação para o desenvolvimento da minha dissertação de mestrado. Esta pesquisa tem como objetivo estudar a difusão das informações publicadas em cibermeios de autoria de povos indígenas, a partir do estudo de dois cibermeios indígenas (Blogue da Associação *de Jovens Indígenas* e portal *Índios On-line*) e de dois cibermeios jornalísticos (portal do *O Correio do Estado*, do estado de Mato Grosso do Sul, e o portal *Correio 24 Horas*, da Bahia).

A metodologia utilizada é análise de conteúdo dos cibermeios, aplicação de questionários e entrevistas, e observação em campo. Eu vos asseguro que as informações fornecidas são de uso exclusivo, publicadas apenas para fins de pesquisa, com a garantia do anonimato dos respondentes e proteção dos dados pessoais. Agradeço-lhe pelo apoio.

1) Qual a sua idade?

(H, H, H, H, H, H, H) (EEE) Até 25 anos

(H) Entre 25 e 30 anos

(H) Entre 30 e 40 anos

(E) Entre 40 e 50 anos

(E) Mais de 50 anos

2) Qual a sua formação profissional?

(H,H,H,H) (E) Cursando graduação em comunicação com habilitação em jornalismo ou jornalismo

() Cursando graduação em outro curso que não comunicação. Favor especificar o curso.

(H,H,H,H,H) (E,E)Jornalista graduado

²³⁰ A letra “H” corresponde às respostas dos integrantes do *Correio 24 Horas*, e a letra “E” às dos integrantes do *Correio do Estado*. Quando observações foram feitas à questão ou ao item, estas observações foram anotadas abaixo do item ou questão, precedida pela letra apontando ao qual cibermeio se refere. As sequências de Ha, Hb, Hc, e semelhantes, são apenas para diferenciar, dentro de uma questão, as diversas respostas. Não se referem à identidade dos respondentes.

Jornalista graduado, cursando pós-graduação. Favor especificar o curso de pós-graduação.

Jornalista graduado, com pós-graduação. Favor especificar o curso de pós-graduação.

Graduado em curso de comunicação com outra habilitação que não jornalismo. Favor especificar habilitação.

Graduado em outra área que não comunicação. Favor especificar área.

E – Não graduado

3) Há quanto tempo você trabalha como jornalista?

(H,H,H,H,H,H,H,H, H) (E,E,E) De 0 a 5 anos

De 5 a 10 anos

De 10 a 20 anos

De 20 a 30 anos

4) Quanto em média você ganha mensalmente?

(H,H,H,H) (E) Até um salário mínimo

Entre um salário mínimo e R\$ 1200

(H,H,H) (E,E) Entre R\$ 1200 e R\$ 2000

(E) Entre R\$ 2000 e R\$ 3500

(E) Mais que R\$ 3500

5) Qual a sua função no portal?

(H,H,H,H) (E) Estagiário

(H,H,H,H) (E) Jornalista contratado

Jornalista free-lancer

Subeditor

(E,E) Editor

Outro

6) Qual a sua carga horária de trabalho semanal?

Até 20 horas

(H,H,H,H,H,H,H,H,H) (E) Entre 20 e 40 horas

(E,E) Mais que 40 horas

7) O usuário do sistema participa ativamente e colabora com os jornalistas na produção dos conteúdos?

(H,H,H,H,H,H,H,H,H) (E,E,E,E) Sim

Não

Em caso positivo, por favor, especifique como se dar essa participação.

Ha - redes sociais.

Hb - Twitando, colocando no Facebook. Participa indiretamente. Não produz o texto, mas colabora. Como não tem equipe externa, os usuários ajudam muito.

Hc - Muito pouco, através do Alô Redação. Telefone do impresso cai ali. Muito do impresso sai dali.

Hd - Através de ligações, e-mails, e das redes sociais - Twitter e Facebook

He - Carta do Leitor, Foto do leitor, telefone

Hf - Através de comentários e enviando por e-mail possíveis erros encontrados no site

Hg - Através de denúncias, fotos e sugestão de pauta através do telefone e por e-mail

Hh - Sugestão de pautas, envio de fotos, e eventuais colaborações de texto, embora mais raramente

Ea - E-mail, Facebook, Twitter

Eb - Criação de pauta, sugestão

Ec - Temos uma ferramenta chamada “ticket”, onde o leitor pode sugerir matérias, além dos comentários

Ed - Por meio de sugestões nas redes sociais ou envio de e-mails para o site.

8) Como funciona o surgimento de uma pauta sobre povos indígenas?

(H,H,H) (E,E) A partir do impresso

(H,H) (E,E) Sugestão do editor do portal

(H,H,H,H,H) (E,E,E,E,E) Através de outros cibermeios. Especificar.

(H,H,H,H) Outros

Em caso de outros, por favor especificar.

Ha - Blogs locais, jornais, e rádios. Ronda

Hb - *GI Bahia*, *A Tarde online*, Blogs do interior, órgãos oficiais

Hc - blogues do interior, antes era abastecida por afiliada da *TV Bahia*, mas hoje por questões internas da empresa parou. Associação de indígenas., representantes das tribos, delegacias, quando ocorre invasão e prisão. *FUNAI* se houver no município, mas a maioria não tem.

Hd - denúncias e rondas policiais

Hf - Denúncias em geral

Hg - através da TV e sites de notícias

Hh - sites do interior da Bahia, TV, sugestão de leitores

Hi - Assim como outras pautas, surgem no monitoramento, sugestão e informação de fontes.

Ea - Como o portal e o impresso trabalham integrados são utilizadas as fontes acima incluindo no caso a participação de outros cibermeios

Eb - outros sites, concorrentes, do interior

Ec - sites do interior do estado

Ed - sites do interior

Ee - sites do interior

9) Você já utilizou cibermeio(s) de autoria de cidadãos como fonte?

(H,H,H,H,H,H,H,H,H) (E,E) Sim

(E,E,E) Não

Ha - Blogues, como publicidade a gente considera como veículo

Hb - Blogues de internautas que não são jornalistas

Hc - blogues, blogues parceiros, líderes comunitários

10) Em caso positivo, qual(is) cuidado(s) torna(m)-se necessário(s) ao utilizar informação de autoria cidadã?

(H,H,H,H,H,H,H,H,H) (E,E) Checar a informação com outra fonte

(H,H,H,H,H,H,H,H,H) (E,E) Não transmitir opinião(ões) política(s) presente(s) no(s) cibermeio(s) cidadão(s)

(H,H) Pode apresentar a opinião política conquanto que apresente uma opinião oposta

(H,H,H,H,H) (E,E) Confirmar o(s) autor(es) do(s) cibermeio(s) as informações publicadas por telefone, e-mail ou pessoalmente

E – Checar a veracidade

11) Numere de 1 a 4 de acordo com o grau de importância. Considere 1 para o mais importante, e 4 para o menos. Você considera que as questões relativas aos povos indígenas são de interesse

H - (4,3,1,1,1,4,3,1,1) E - (1,1,1,1,2) Da sociedade como um todo

H - (3,2,2,3,2,3,4,3,2) E - (1,4,3,2,3) Principalmente dos povos indígenas

H - (1,4,4,4,2,3,1,4,3) E - (1,4,4,4,1) Principalmente dos indivíduos envolvidos nos eventos relatados

H - (2,1,3,2,1,2,2,2,4) E - (4,3,2,3,4) Principalmente do governo para que este empreenda as ações necessárias para resolver as questões

12) Quais as principais fontes que utiliza quando faz uma matéria sobre índios?

(H,H,H,H,H) (E,E,E,E) Órgão governamental representante dos povos indígenas

(H,H,H,H) (E) Órgão governamental representante do local geográfico onde transcorreu o evento a ser noticiado

(H,H,H,H,H) (E) Indivíduos indígenas

(H,H,H,H,H,H) (E) Indivíduos da sociedade civil envolvidos no evento (fazendeiros, proprietário de terras, por exemplo)

(E) Outra

Em caso de outra, por favor especificar.

Ha – sobre a alternativa “Indivíduos Indígenas” – Nunca, por falta de fontes, de contatos telefônicos

Hb – Delegacias, hospitais ...

Ea – sites do interior do estado

Eb – internet

13) Você possui fonte(s) indígena(s) fixa(s) às quais solicita informação quando necessário fazer uma matéria sobre a questão indígena?

(E) Sim

(H,H,H,H,H,H,H,H) (E,E,E,E) Não

14) Você possui fonte(s) governamental(is) fixa(s) à(s) qual(is) solicita informação quando necessário fazer uma matéria sobre a questão indígena?

(H,H,H) (E,E,E) Sim

(H,H,H,H,H,H) (E,E) Não

Ha - Assessoria da *FUNAI* estadual e interior

Hb – *FUNAI*

Ea – *FUNAI*

Eb – *FUNAI*

15) Você utiliza a internet para procurar informação sobre os índios?

(H,H,H,H,H,H,H,H) (E,E,E,E,E) Sim

(H) Não

16) Em caso positivo, qual destas fontes você mais utiliza. Numere de 01 a 04 de acordo com o grau de importância. Considere 01 para o mais importante, e 04 para o menos²³¹.

H - (2,0,3,1,1,0,2,1,1) E - (1,1,1,2,2) Cibermeios de órgão governamental representante dos povos indígenas

H - (1,0,0,1,0,0,1,2,3) E - (1,4,3,3,3) Cibermeios de autoria de povos indígenas

H - (3,0,2,0,0,1,3,3,2) E - (4,2,2,4) Enciclopédias on-line para coletar informações gerais sobre povos indígenas.

H - (4,0,1,0,0,0,4,4,0) E - (0,4,4,4,1) Outras

Em caso de outras, favor especificar.

H - Órgãos representantes dos locais onde ocorreram os fatos

Ea - Outros sites concorrentes, interior, principalmente radialistas do interior

Eb - Internet de sites locais

17) Você já acessou algum cibermeio de autoria indígena?

(H) (E,E) Sim

(H,H,H,H,H,H,H,H) (E,E,E) Não

Em caso positivo, por favor especificar.

Ea - *Ação dos Jovens Indígenas de Dourados, Rede Cultura Indígenas, Nhandeva*

Eb - Não lembro o nome

18) Em caso positivo na questão acima, com qual dos seguintes objetivos você acessou um cibermeio de autoria de povos indígenas?

() Curiosidade e/ou interesse pessoal

(H) (E) Obter dados de contato (telefone, e-mail)

(H) (E) Procurar informação atual sobre algum assunto específico

() Procurar informação na memória sobre algum assunto específico

(H) (E) Confirmar dados já apurados através de outros meios, como por exemplo, confirmar grafia de nomes, informações populacionais, ou outros.

() Outra

Em caso de outra, por favor especificar.

19) Você lê comentários?

²³¹ Numerou-se "0" quando um respondente não forneceu nenhum número a alternativa.

(H,H,H,H,H,H,H) (E,E,E,E,E) Sim, leio mas não respondo.

(H,H) (E) Sim, leio e respondo

() Não leio

Ha - Não tem dispositivo para responder redes sociais

Hb - Não há ferramenta para isso

20) Você já incorporou ao conteúdo de uma matéria alguma sugestão/correção inserida nos comentários?

(H,H,H,H,H,H,H,H) (E,E,E,E) Sim

(H) (E) Não

Em caso positivo, por favor, dar exemplo.

Ha - Correção ortográfica, temporal geográfica

Hb - Com checagem

Hc - Em geral corrigimos erros gramaticais

Hd - Correções, sugestões

He - Erros são muito comuns no jornalismo on-line, por conta da rapidez e falta de revisor. Sempre que um comentário aponta um erro factual, de português ou alguma inconsistência, revejo a notícia.

Ea - Principalmente para enfatizar determinada informação sobre a comunidade

Eb - nomes trocados ou erros ortográficos

Ec - geralmente são matérias que saem com algum erro, como decisão de um juiz

Ed - problemas em bairros, serviços para a população

21) Você já realizou uma matéria a partir de alguma sugestão enviada por um leitor através de e-mail?

(H,H,H,H,H,H,H,H) (E,E,E,E) Sim

(H,H) (E) Não

Em caso positivo, por favor, dar exemplo.

Ha - Semana de arte moderna da Bahia

Hb - Não lembro

Hc - Acidentes, desabamentos, “saidinhas bancárias”

Hd - Notícias de protestos muitas vezes são sugeridas pelos leitores

Ea - disputa interna na aldeia em Taunay, distrito de Aquidauana

Eb - terreno abandonado e sujeira deixada pela prefeitura

Ec - Matérias de 'Cidades', na maioria, e denúncia também

22) O que é para você interatividade?

(H,H,H,H,H,H) (E,E) Receber comentários nas notícias publicadas

(H,H,H) Receber carta do leitor

(H,H,H) Receber e-mails

(H,H) Receber telefonemas

(H,H,H,H,H,H) (E,E) Permitir publicações conjuntas do jornalista com leitores

(H,H,H,H,H) (E,E,E,E) Existir espaço para publicação de leitores no jornal

23) . Numere de 01 a 05 de acordo com o grau de importância.

Considere 01 para o mais importante, e 05 para o menos. O que torna um cibermeio uma fonte confiável?

H - (3,5, 2, 3, 2, 3, 3, 5, 3) E - (1,2,2,3,5) Periodicidade

H - (0,1, 1, 1, 1, 1, 4, 1, 1) E - (1,1,1,1,3) Instituição responsável

H - (4, 4, 5, 5, 3, 1, 1, 4, 2) E - (1,1,3,4,4) Identificação dos responsáveis pelo cibermeio com contatos

H - (2,2, 3, 4, 4, 3, 2, 3, 5) E - (4,1,4,2,3) A presença de um jornalista na equipe do cibermeio

H - (1,3, 4, 2, 0, 4, 3, 2, 4) E - (4,1,5,5,1) Se for um cibermeio de autoria de um jornalista

24) Qual seria uma periodicidade constante na internet?

(H,H,H,H,H,H) (E) mais de uma vez por dia

(H) (E,E,E,E) diária

(H,H) mais de uma vez por semana, e menos que diária

() semanal

() mensal

25) Você confere mais credibilidade a um cibermeio com atualização

(H,H,H,H,H,H,H,H) (E,E,E,E,E) diária

() semanal

(H) mensal

() A frequência de atualização não importa para a credibilidade

26) Você usa redes sociais (*Orkut, Facebook, Twitter, e outras*) como fonte de informação?

(H,H,H,H,H,H,H,H) (E,E) Sim, sempre

(E,E,E) Sim, às vezes

() Somente em matérias sobre redes sociais

() Não considero as redes sociais como fontes de informação

27) Em caso positivo na questão acima, por favor, especifique as redes sociais utilizadas, numerando-as de acordo com o grau de importância e frequência de utilização. Considerando 01 como mais importante e mais utilizada.

Ha, Hb, Ea – 1. *Facebook*, 2. *Twitter*

Hc, Hd, He, Hf, Hg, Eb, Ec, Ed, Ee – 1. *Twitter*, 2. *Facebook*

Hh – 0

Hi – *Facebook*

28) Você já utilizou alguma rede social como fonte de informação para matérias sobre índios?

() Sim

(H,H,H,H,H,H,H,H,H) (E,E,E,E,E) Não

Em caso positivo, especificar.

APÊNDICE C – MODELOS DE ENTREVISTAS COM OS AUTORES DOS CIBERMEIOS INDÍGENAS

- 1) Quando foi a primeira vez que participou do blogue/portal?
- 2) Qual(s) a(s) razão(ões) que motivaram a sua participação como um integrante da equipe do blogue/portal?
- 3) Para você, qual é a principal importância do blogue/portal para sua comunidade?
- 4) E para os povos indígenas como um todo?
- 5) Você considera que o blogue/portal causou mudanças na vida de sua comunidade? Por favor, dê exemplos.
- 6) Como é selecionado o tema do que será publicado no portal?
- 7) Como é o processo de elaboração do material para o portal/blogue?
- 8) O que você considera importante fazer para que uma publicação para o blogue/portal alcance uma ampla visibilidade?
- 9) Como os integrantes da rede Índios On-line trocam informação entre si? [Questão direcionada aos integrantes da rede Índios On-line]

Roteiro de perguntas para entrevista com a coordenadora da AJI, Maria de Lourdes Beldi de Alcântara*

*No caso dos integrantes da rede *Índios On-line*, estas perguntas podem ser apresentadas conjuntamente com as anteriores.

- 1) Quais investimentos financeiros foram necessários para a concretização do blogue/portal? De onde proveio o financiamento?
- 2) Qual tipo de retorno vocês receberam da comunidade local com relação ao blogue/portal?
- 3) Qual tipo de retorno vocês receberam da sociedade em geral (jornalistas, pesquisadores, órgãos públicos e sociedade civil) com relação ao blogue/portal?
- 4) Quais articulações são realizadas, a nível local e global, no sentido de estabelecer parcerias? Quais parcerias são visadas?
- 5) Existem estratégias específicas de difundir as informações produzidas pela *AJINDO*?
- 6) Quais são os principais resultados que o blogue trouxe para a comunidade indígena local? E nacional?
- 7) Qual a perspectiva para o futuro do blogue/portal?

**Roteiro de perguntas para entrevista com ao coordenador local da
*AJI, Itacir Pastore****

*No caso dos integrantes da rede *Índios On-line*, estas perguntas podem ser apresentadas conjuntamente com as anteriores.

- 1) Como coordenador local do blogue, quais são suas principais responsabilidades?
- 2) Como é a relação da equipe do blogue com a comunidade de indígena local?
- 3) Como se dá as estratégias de difusão do blogue *AJINDO* localmente? E nacionalmente?
- 4) Quais são os principais resultados que o blogue espera trazer para a comunidade indígena local? E nacional?
- 5) Quais são as principais qualidades e pontos fracos da equipe?
- 6) Quais são as principais dificuldades que vocês enfrentam?

APÊNDICE D – MODELO DE ENTREVISTA COM OS JORNALISTAS

- 1) Você considera que as informações publicadas em cibermeios de autoria cidadã pode ser utilizada em uma matéria?
- 2) Quais são as possibilidades que a internet trouxe para a produção de notícias? Como você utiliza essas ferramentas no seu trabalho?
- 3) Você acredita que a cobertura sobre a questão indígena aborda os interesses de todas as partes de maneira justa e equilibrada?
- 4) Você acredita que cidadãos estão mais aptos para relatarem os acontecimentos que vivenciam do que os jornalistas? Quais seriam as colaborações que cidadãos poderiam fornecer para a cobertura jornalística?
- 5) O que é para você e qual a sua opinião sobre o jornalismo cidadão?

Entrevista com o Diego Mascarenhas, editor do cibermeio *Correio 24 Horas*

- 1) A Bahia é palco de diversas disputas de terra envolvendo povos indígenas e proprietários de fazendas. De que forma o *Correio 24 Horas* realiza cobertura dos acontecimentos relacionados a estas disputas?
- 2) O cibermeio já recebeu contato direto de povos indígenas fornecendo informações para serem inseridas em reportagens, ou através de e-mail, cartas e telefonemas? Qual foi o procedimento adotado?
- 3) Quais são as principais fontes utilizadas em matérias sobre povos indígenas?
- 4) Quais as principais dificuldades encontradas na cobertura da questão indígena no estado?
- 5) Como o *Correio 24 Horas* considera as potencialidades do suporte virtual, tais como interatividade, multimídia e memória infinita?
- 6) De que forma, você considera que a internet pode favorecer a cobertura jornalística em casos onde a fonte e o local do acontecimento esteja geograficamente distante?
- 7) O que é para você e qual a sua opinião sobre o jornalismo cidadão?

Entrevista com o jornalista Fausto Brittes, editor do cibermeio do *Correio do Estado*

- 1) O cibermeio *Correio do Estado* realizou uma reformulação em outubro de 2010. Quais foram os objetivos dessa mudança?
- 2) Mato Grosso do Sul é o estado onde se encontra a reserva indígena com maior densidade populacional do país. O cibermeio do *Correio do Estado* possui alguma estratégia específica, tais como jornalistas especializados, sucursal, fontes fixas ou outras, para cobertura dos acontecimentos relacionados aos povos indígenas?
- 3) Quais as principais dificuldades encontradas na cobertura da questão indígena no estado?
- 4) O portal já recebeu contato direto de povos indígenas fornecendo informações para serem inseridas em reportagens, ou através de cartas? Qual foi o procedimento adotado?
- 5) Quais são as principais fontes utilizadas em matérias sobre povos indígenas?
- 6) Como o *Correio do Estado* considera as potencialidades do suporte virtual, tais como interatividade, multimídia e memória infinita?
- 7) O que é para você e qual a sua opinião sobre o jornalismo cidadão?

APÊNDICE E – ENTREVISTAS COM JORNALISTAS DO CIBERMEIO *CORREIO 24 HORAS*

1. Entrevista com Diego Mascarenhas – editor do cibermeio jornalístico *Correio 24 Horas*

Qual é o seu cargo e há quanto tempo você trabalha do *Correio 24 Horas*?

Eu sou editor-adjunto do *Correio 24 Horas*, que é o site do jornal *Correio*, e tenho um ano e seis meses aqui na empresa, trabalhando à frente do site na coordenação, troca de *home*, planejamento e, em parte, em relação a plantões, coordenação da equipe, lidar com o humor das pessoas. Esse tipo de coisa chata.

Como se dá o processo de apuração na redação on-line e como é a relação com o impresso? Eu escutei falar aqui que o on-line é o “radar” do impresso.

Desde o tempo em que fiz a seleção para a vaga de *trainee*, que eu acabei abandonando para ir para o *A Tarde*, lá trás, a concepção, a forma que foi pensada o radar, foi para ser, como Gustavo [Acioli, editor de multimídia do *Correio*] sempre fala, a antena da redação, do jornal *Correio*. A ideia era que a gente ficasse ali vendo TV, ouvindo rádio, acessando todos os *sites* do mundo, ligando para todos os lugares do mundo e sendo uma porta de entrada para todo tipo de notícia para o impresso. Como se uma equipe de estagiários fosse capaz de administrar isso da melhor maneira possível. Claro que sempre tem um editor, um repórter, mas há momentos que você não tem esses profissionais. E, muitas vezes, a bronca acaba caindo sobre um estagiário que deixou de passar alguma coisa, como se ele já estivesse pronto para julgar o que é ou não válido para a equipe do impresso. Mas assim foi pensado para a gente ser mesmo a porta de entrada de todo noticiário do impresso. Na equipe do impresso, nesse momento, você tem um repórter ali que não está fazendo ronda, ele não está fazendo matéria. Qual é a nossa fonte de notícia para levar essas informações para o impresso e para a gente mesmo, e para alimentar o próprio *site*? Ronda. (...) A gente tem uma lista de ronda que tem 200 números para a gente ligar. E as principais delas são: Central de Polícia, que é o órgão da polícia que centraliza todas as informações e é a nossa principal porta de entrada para informação, tem os postos policiais dos hospitais públicos, para onde chega tudo que é tipo de desastre que acontece na cidade. Ninguém vai levar para um hospital particular. Leva primeiro para um hospital público para depois para fazer direcionamento. Acidente, violência

doméstica, violência mesmo relacionada ao tráfico, ou qualquer outro tipo de criminalidade em Salvador. Quando se tem uma vítima leva-se para o hospital público. A gente tem uma lista de cerca de sete ou oito hospitais, Salvador, Lauro de Freitas, Camaçari e Feira de Santana, que são os mais importantes para a gente, que a gente liga a cada duas horas, uma hora e meia. Isso varia muito a depender da demanda que a gente tenha de matéria. Vai ligando e buscando informação. Então, se alguém der entrada lá baleado, porque foi vítima de uma assalto na Ribeira, a gente vai saber, vai passar para o pessoal do impresso, o pessoal do impresso vai acionar uma equipe, essa equipe vai lá no Hospital Geral, ou no lugar onde houve o assalto, ou no lugar onde mora a vítima, e aí vai fazer sua matéria. Então, a gente sempre que está sinalizando para isso. Como hoje, por exemplo, acontece. Você não estava na hora da reunião, mas eu estava na reunião de pauta, às 10h, e as meninas do Radar que estavam fazendo ronda me ligaram para dizer que um traficante foi morto dentro de um ônibus. Rivais dele viram que ele estava no ônibus, entraram no ônibus, mataram o cara e ainda atingiram outras pessoas que estavam dentro do ônibus. Aí o pessoal do impresso foi, eu já vi no sistema, tem foto já do ônibus, do drama das famílias. Aí eles iniciaram o processo de apuração deles. Mas tudo parte, tudo não, mas 90%, parte da gente. Eu não digo tudo, porque os editores do impresso, na maioria os editores, dos repórteres saem muito pouco, os editores quando têm um tempo de casa, já labutam há muito tempo com o assunto, acaba tendo muita fonte que liga para passar. Então, Linda Bezerra, que é a editora do impresso, que abre de manhã, ou o Jorge, que está aí agora na coordenação do impresso recebe ligações das fontes deles, que eles fizeram ao longo da carreira. Às vezes, eles ficam sabendo também. Ou através de *sites* concorrentes, que a gente também, às vezes, fica monitorando, mas, às vezes, passa esse fluxo para eles. No momento que a gente passa para o impresso, a gente já está produzindo a nossa matéria também para o *site*. O repórter vai para a rua, mas a gente só tem retorno se a gente ligar para o repórter e ficar apelando para ele passar alguma informação para a gente. Porque o repórter não tem essa consciência que a coisa tem que ser mútua. Ele só quer que a gente passe informação. Tipo assim, aí ele vai, pega o acidente, pega a história toda e não liga para a gente para dar um retorno. A gente que tem que ligar, e ficar correndo atrás do repórter. Isso é muito irritante. Porque a cabeça das pessoas que trabalham para o impresso é muito diferente da cabeça das pessoas que trabalham para o on-line. Quem trabalha para o impresso está pensando no fechamento de noite de sua matéria, está pouco preocupado com a gente. E quem vai para a rua,

talvez por falar com as pessoas diretamente, tem a impressão que eles têm a capacidade de apuração melhor do que quem está aqui. Então, eles acham que tudo que eles conseguiram através de entrevistas com fontes é exclusivo. Como é exclusivo, eles não vão passar para o on-line. Porque a gente vai furar eles no jornal de amanhã. Então, muitas coisas eles chegam assim “olha, eu conversei com o pai da vítima, o pai da vítima disse que realmente ele era traficante, mas ele não falou isso para mais ninguém. Então, eu vou colocar isso na minha matéria amanhã, não coloca no *site* não”. Quando, na verdade, todos os outros repórteres apuraram a mesma coisa, de impresso e de on-line. Aí, em suíte de matéria, a gente sempre toma furo. Porque, daqui a pouco, outro *site* vai e diz: “Pai disse que filho era traficante”. Aí, a gente fica para trás e publica a informação que o repórter achava que era exclusiva. É muito tensa a relação entre impresso e on-line, o tempo todo, por conta desse tipo de coisa. A gente passa muita coisa, eles não passam quase nada, quando passam, acham que estão passando a maior exclusividade do mundo. Enfim, a gente tem editores que, às vezes, não colaboram. Às vezes, descobrem alguma coisa... Como eu te disse, às vezes, uma fonte passa ou eles veem em algum lugar, eles não dizem para a gente. Às vezes, você liga “aconteceu um acidente em Periperi, um trem descarrilou”, “Ah, já estou sabendo aqui”. Se ele estava sabendo, por que ele não passou para a equipe do on-line? Entendeu. Não existe nenhum pensamento nesse sentido. Só que o problema está na origem. (...) A equipe que reformulou a estrutura do jornal pensou que o on-line é o garçom do impresso. Então, foi pensado assim, para mudar essa cultura é muito complicado. Principalmente, porque muitos profissionais que estão hoje no impresso foram da época que nem existia *site*. Então, eles não entendem como funciona.

Vocês não fazem matérias de rua?

Nós não vamos à rua. A gente sinaliza para o repórter. Aconteceu em situações raríssimas assim, a gente ir para a rua. Logo quando eu entrei, eu queria ir para a rua toda a hora, porque eu estava acostumado com o *freela* que eu estava fazendo no *A Tarde*. Não gosto de ficar dentro da Redação. Eu tenho um ano e meio aí, nervoso, porque eu quero ir para a rua, e eu não consigo ficar aí o tempo todo. Mas não tem jeito, eu fico. Mas, no início, eu lembro quando teve a derrubada das barracas de praias na orla de Salvador, eu fui para a rua, fiz fotos, mandei. Acontece uma vez assim, um episódio. Mas não acontece. Isso é muito ruim, para a equipe de repórteres principalmente, porque acaba não tendo essa realidade de como é na rua, fica limitado demais. Depois cai na redação

de um jornal e fica voando, sem saber como lidar com as situações na rua.

Qual o enfoque do *site*? Vocês possuem algum enfoque para local, região metropolitana, estadual?

A gente sempre teve um enfoque muito local, restrito a Salvador e região metropolitana. Para qualquer tipo de registro policial, a gente dá, para qualquer tipo de situação quente mesmo, a gente publicar. Do tipo, acidente é prioridade, situação de violência é prioridade, tráfego de drogas, apreensão de drogas, qualquer coisa desse tipo é muito forte. Porque o jornal *Correio* já tem essa linha policial muito forte. De dois meses para cá, mais ou menos, a gente passou a receber uma orientação diferente de Gustavo. Que a gente deve olhar menos para as situações costumeiras de violência na cidade, que se repetem todos os dias, e tentar olhar mais para o interior. Inclusive, uma coisa a se fazer observação. O on-line hoje ele é responsável pela cobertura no interior. A equipe do on-line, definido por Oscar Valporto, que é o editor executivo do jornal, é responsável pelo interior. Então, assim, aconteça o que for, no interior, fica sob a responsabilidade do on-line apurar. Se for uma matéria grande, que entre para o *Mais* – aquela editoria do jornal que são as matérias maiorzinhas – vai entrar o repórter do impresso para ajudar, ou escrever a matéria junto com o on-line. Mas foi definido por Oscar, com Gustavo e Sérgio [Costa, diretor de redação do jornal] ratificando, que nós estamos responsáveis pela produção do interior. A gente não pode deixar passar furo. A reclamação vai recair sobre nós, porque nós estamos responsáveis por isso. Ronda e produção de matéria é com a gente. O que for de Salvador não. Voltando, Gustavo há cerca de dois meses, orientou a gente a olhar ainda mais para o interior. Porque as orientações de Oscar já têm uns seis meses. Mas Oscar orientou e fez a reclamação de que a gente estava de fato olhando para o interior, mas estava olhando muito com o olhar que a gente tinha antes do *site*, de um modo geral, que era de notícia de violência. Gustavo pediu que a gente se aprofundasse mais no sentido de dar coisas boas, coisas positivas também que estão acontecendo. Tipo, uma prefeitura que fez alguma coisa, cursos que acontecem no interior, qualificação, obra, grandes obras. Enfim...o governador viajou no interior para fazer tal coisa, tipo ter um olhar bacana também sobre o interior. Só que isso não é possível, assim, na real, porque suas fontes são limitadas quando você vai lidar com o interior, a fonte da gente é muito limitada. Prefeitura são órgãos oficiais que vão passar o que eles querem a respeito daquilo. Eu lembro que, no início dessa orientação de olhar para o interior com mais carinho, e com menos olhar de violência, com

menos olhar policial, Oscar ficava me passando *release* de assessoria de comunicação de prefeitura. Eu falava “mas Gustavo é assessoria de comunicação”, “Ah, mas olhe com crítica, se resume a dar com objetividade”. Mas é uma assessoria de comunicação de prefeitura, então, é complicado. “Ah, quero melhorar minha cobertura no interior”, e ficar publicando *release* de prefeitura? A gente tem tentado melhorar. Questão política no jornal *Correio* é complicado, porque nem tudo você... Não que haja um controle, não há controle, nem objetivo, nem claro, nem implícitos. Não há, de fato, não há nenhuma orientação para que a gente não publique. Mas, assim, a gente traz a carga de saber que o jornal pertence à família Magalhães. Então, isso acaba deixando a gente muito com cuidado na hora de selecionar o que a gente publica, ou não, sobre política.

Para cobrir o interior, vocês fazem uso de blogues?

Sim, a gente usa muitos blogues. Só que, qual o problema de os blogues no interior, em sua grande maioria, falarem sobre violência e política. Resumindo, violência e política. Não posso dizer que todos. A lista de *sites* que a gente olha no interior tem uns trinta *sites* e blogues no interior que a gente consulta diariamente. E, assim, eles se limitam muito a dar política, porque são *sites* todos vendidos, porque eles precisam se manter, e para se manter a maioria não é de jornalista. Então eles fazem a politicagem deles para partido A, B, ou C, entendeu? Então é politicagem e violência, que é o que dá muita leitura no interior. A gente fica naquela, para dar política já é complicado você dar, pelo contexto de ser um jornal que tem toda essa questão do carlismo, de estar associado ao carlismo. Por esse lado já é ruim, aí você pega blogues que você sabe que são tendenciosos, como é que você vai lidar com política dessa forma? Eu vou ligar para o partido de oposição, o partido da base, da prefeitura? Eu não tenho contato. Eu não tenho o dia inteiro para ficar ali ligando para gente do interior para fazer isso. Sabe, eu tenho um cara que acabou de ser executado na praça da Piedade, eu não posso. E isso é possível para apurar aqui. Eu não posso parar e ficar ligando mil vezes para o interior, com uma demanda enorme em Salvador. Salvador é uma cidade com dois milhões e meio de habitantes para uma equipe que fica ali, costuma ficar quatro pessoas por turno. É complicado. Porque tem hora que a gente está produzindo, tem hora que a gente está apurando e tem hora que a gente está fazendo ronda para ver se descobre alguma coisa. Então, o processo é permanente na capital. Gustavo determinou que uma pessoa vai ficar, agora, com Salvador, e outra com Bahia, durante os turnos. De manhã, agora, eu acho que quem está com Bahia é Kívia [Kívia Souza, repórter] e Louise [Louise Lobato,

repórter] com Salvador. Só que, na realidade, isso se mistura ao longo de todo dia. Porque a demanda em Salvador é muito maior. Também, porque a gente descobre as coisas com mais facilidade, aí, tira a pessoa de Bahia e coloca em Salvador. Não dá para o pessoal ficar fazendo Bahia o dia inteiro. Ligando, apurando, ligando para prefeitura. E outra, como você conversa com o povo, se muitas informações chegam através do povo? Quais são os canais que você tem? *Twitter*, *Facebook* que a gente usa? E essa troca com o pessoal do interior não funciona. Funciona aqui na região metropolitana, Feira de Santana, cidades que estão mais ligadas, até politicamente. Para entrevistar uma pessoa em Barreiras fica essa loucura de, se acontecer um assalto a banco em Barreiras, a gente joga no *Google maps* o endereço do banco, vê que do lado tem uma padaria, e liga para a padaria para falar com o dono da padaria. A gente tenta. Mas é difícil. Quando você vai ver, não é aquele número, você liga para o número parecido e não consegue. Você esbarra em muita coisa e isso demanda muito tempo.

E como vocês selecionaram essa lista de blogue do interior?

Essa lista de blogues foi construída ao longo dos anos, até muito pouco por mim, mas por quem está mais tempo. Duas coisas, basicamente. Frequência das publicações. Porque não adianta você ficar olhando todo dia, várias vezes, *sites* que não estão publicando matéria; e credibilidade. A gente ver o *site*, a gente liga para confirmar. Se naquele *site*, sempre quando a gente liga para confirmar com a polícia, ou com quem quer que seja, a informação está errada, a gente que já define – “esse *site* é fraco”. Agora, você tem *sites* como *Acorda Cidade*, em Feira de Santana, que é nossa referência em Feira de Santana. A gente tem os celulares dos repórteres e dos fotógrafos. A gente liga para o pessoal do *Acorda Cidade* e, às vezes, nem olha no *site*, “Vocês estão sabendo de alguma coisa?”, eles avisam a gente. Eles são muito organizados. Na verdade, eu acho que o *Acorda Cidade* é um programa de rádio. É uma rádio que virou um *site*. Eles sempre dão bola dentro, eles não dão barrigada. Pelo contrário, eles estão dando sempre furo. Então, a gente vai confiando mais em uns e deixando outros de lado. Tem uns que a gente já sabe – esse aqui está aumentando essa história toda, vamos ligar e confirmar.

Quem faz a seleção dos comentários que são publicados pelos leitores nas matérias? Quais são os critérios de seleção e impedimentos para publicar?

Quem seleciona é quem está na hora mais livre. Não são definidos os horários, mas a gente está ali o tempo todo, principalmente quem está na edição – Vladmir [Vladmir Pinheiro, editor de *home*], ou eu, ou Carol

[Carol Andrade, repórter], à noite. Publicou uma matéria, viu que está tranquilo, entra em gerenciamento de comentários e libera. Comentários com ofensas pessoais, acusações que não dá para bancar, tipo “Jaques Wagner roubou 100 mil da Secretaria de Administração”, a gente não publica. Ele está fazendo uma acusação que não tem como provar. Independente de partido. E ofensas pessoais gratuitas às pessoas. Se for algo como um *Big Brother* que foi eliminado, tipo, “esse cara é uma ****”, isso não tem problema. Mas se for algo como “Ivete Sangalo é mau-caráter, essa mulher roubou muito dinheiro”, algo mais gratuito. Porque ofensa a uma subcelebridade é gratuita, mas é algo mais na esculhambação. O critério é: comentários com ofensas pessoais e com falsas acusações a gente não libera. E com palavrão. Comentários políticos a gente libera, desde que não haja ofensa nem acusação. Tipo “não gosto da gestão do governador”, “gosto da gestão do governador”, “não aceito essa administração de João Henrique, é pior do que a de Imbassahy”, não tem problema, a gente libera. E isso pode ser feito por qualquer um, desde editor, até estagiário. Se eu vir que está com três páginas de comentários, eu recomendo que alguém pare para liberar os comentários. Mas com esses critérios de não deixar passar bobagem.

E a periodicidade de publicação? Vocês publicam em média quantas matérias por dia, tem algum cronograma para publicar?

Não tem cronograma para publicação. Não tem horários predeterminados de publicação. A nossa lógica é publicar quando a coisa acontecer. Então, assim, é publicar o quanto antes. Não é publicar de tempos em tempos, como tem *sites* que falam. Ah, eu preciso de uma nota às 13h20min. Não, a gente vai publicar quando apurar, confirmar. Publica-se a matéria depois que se apura. No minuto imediato à descoberta daquele assunto. Só que tem horas que você está em processo de apuração muito grande, está demorando muito tempo, 40 minutos sem publicar uma matéria, você se dá conta – está muito tempo sem publicar uma matéria, você publica, porque a gente utiliza *GI*, *Ego*, os *sites* do grupo *Globo.com* como agência. Só republicamos e colocamos “as informações são do *GI*”, “as informações são do *Ego*”. Daí a gente usa muito esse artifício muito. Quando está muito tempo sem publicar matéria a gente coloca a deles. Se você me perguntar qual o máximo de tempo que pode ficar sem matéria, eu não vou te dizer. Assim, eu sei que eu não posso ficar uma hora sem uma matéria. Porque fica muito ruim, em um plantão de notícia, não ter uma nota em uma hora. Mas em final de semana acontece. Final de semana o estagiário fica sozinho na abertura, às vezes, acontece.

Você acredita que os cidadãos podem estar mais aptos que os jornalistas para relatarem os acontecimentos porque eles os vivenciam e testemunham? E quais seriam as colaborações que esses cidadãos poderiam fornecer para a cobertura jornalística?

Eu não acho que ele está mais apto do que o jornalista não. Acho que é importante a participação, a colaboração, mas eu não acho que ele está mais apto. Porque por mais que existam jornalistas despreparados no mercado de trabalho, o jornalista ele vai tentar mediar, vai tentar ser imparcial diante daquela situação. O cara que não é jornalista, ele vai falar com muito mais emoção. Ele vai falar sem muita responsabilidade sobre o que ele está falando. Na minha opinião, eu posso estar errado. Mas ele vai falar o que ele está achando, o que ele viu, mas sob a ótica dele. O jornalista também vai falar sobre a ótica dele, mas o jornalista vai ter a responsabilidade e compromisso de se isentar o máximo possível daquilo. Então, eu acho arriscado. Por exemplo, a gente teve a greve da polícia militar aqui em Salvador, na Bahia. E a gente usou o artifício de colocar, no *Twitter*, boato ou verdade. A gente recebeu milhares de ligações durante os doze dias de greve, toda hora uma ligação, dizendo que aconteceu tal coisa aqui. Quando você ia apurar, não era bem aquilo. Porque o cara acaba falando muito sob efeito da emoção. Teve uma situação na avenida Carlos Gomes. Ligaram dizendo que estava tendo arrastão na Carlos Gomes. Nós tínhamos uma repórter lá, que tinha ido comprar alguma coisa, e disse: “Não, gente. Começaram a gritar dizendo que era arrastão. Ninguém viu um assaltante. Tinha polícia passando pelo local. E todo mundo fechou e entrou nas lojas. As pessoas fecharam as lojas e entraram”. Não teve absolutamente nada. Mas, para quem estava vivenciando aquilo, e estava olhando no desespero, era um arrastão que tinha acontecido na Avenida Carlos Gomes. Então, isso me fez refletir muito sobre o cuidado que tem que ter na hora de lidar com colaboração. Tanto que nós tivemos mais cuidados com relação aos comentários para evitar criar um clima de pânico na cidade. Nos primeiros dias mesmo, Sérgio e Gustavo orientaram muito a gente só noticiar depois de confirmação. Esse negócio de “pode”, “deve”... Por exemplo, “Ônibus podem parar”. Não usar “pode” de jeito nenhum. Não usar “deve”. Noticiar somente se for parar o ônibus. Por exemplo: teve um dia que falaram que os ônibus iam parar às 17h. O Sindicato dos Rodoviários, que deve ter feito um acerto por afinidade ideológica com o Sindicato dos Policiais, soltou uma nota para a imprensa de manhã dizendo que, se a situação de insegurança continuasse, os ônibus iriam ser recolhidos para as garagens às 17h. Mas a situação de insegurança é um critério muito subjetivo, não é? Como a

gente teve que lidar com essa situação. Os ônibus não vão parar hoje, eles só vão parar se a situação de insegurança continuar, de acordo com o sindicato. Tendo o cuidado. A *Rádio Metrópole*, que estava com a audiência bem alta, e vários outros veículos deram que os ônibus iriam parar às 17h por conta da insegurança. Quando eu fui no posto de gasolina da minha rua, eu falei, “eu tive aqui ontem e vocês já tinham fechado”. Ela falou: “ Ah, é porque o chefe ligou para a gente para dizer que os ônibus iriam parar às 17h e a gente saiu às 16h.”. Quer dizer, não era confirmado. A informação acaba circulando, às vezes, entre a própria população e as pessoas tomam como verdade, mudam suas rotinas quando, na verdade, não existe confirmação nenhuma. Então, eu acho que é importante o jornalista para mediar, para apurar, para ver as fontes, para consultar. Tanto que, por exemplo, o Sindicato disse isso, mas quando a gente falou com os donos das empresas de transporte, os donos das empresas garantiram outra coisa, que eles não iriam parar. Então, assim, o cidadão, apesar dele vivenciar a situação, ele tem o seu relato para passar, sua opinião, seu depoimento que vai levar uma carga de emoção muito grande ali, que vai levar sua história de vida. E o jornalista tenta diferenciar mais. Eu acho que o cidadão não está preparado, e a gente como jornalista tem que ter mais cuidado com relação a isso.

Quais seriam as colaborações que os cidadãos podem fornecer?

Acho que eles podem fornecer colaborações no sentido de seu depoimento, seu olhar sobre aquele assunto. Mas ele não é capaz de fechar uma informação sobre aquilo, e falar “foi isso”. Ele pode falar “eu vivi isso diante dessa situação”. Mas não “foi isso”. E o “foi isso”, eu acho que quem define é o jornalista. Define, mal definido, às vezes, mas...

Quais são as principais dificuldades encontradas na cobertura da questão indígena no estado da Bahia?

Cobertura indígena para a gente, todo tipo de dificuldade possível. A gente não tem contato com os porta-vozes dos índios. Eu não sei. Se eu precisar, hoje, entrevistar uma fonte de uma tribo Pataxó Hã Hã Hã, eu não sei a quem eu vou me reportar. Por ignorância jornalística mesmo, eu não sei. Não sei se tem associação dos índios, desculpa a ignorância, mas de fato eu não sei a quem me reportar. Eu vou ligar para a *FUNAI*, se eu precisar qualquer coisa relacionada a índio. Eu vou ligar para um órgão governamental que trate do assunto. O que é um risco. O que é uma coisa que vai acabar me conduzindo para um caminho que talvez não seja o correto. Então, a limitação da gente hoje é falta de sucursal. Falta de um profissional que vá até o local, que converse com as fontes

diretamente, que veja de fato o que está acontecendo. Eu acho que falta isso em relação à nossa produção. E eu acho que falta, enfim, uma assessoria. Não é uma assessoria de comunicação, não sei se é uma organização, não sei se eles estão organizados ou não. Mas falta informação para a gente como um ponto de partida para as coisas. Porque a maioria da nossa cobertura relacionada aos povos indígenas parte de uma ocorrência policial. Eu posso falar, 95% parte de uma ocorrência policial. Teve uma ocorrência policial e nessa história tinha um índio – pronto, para a gente é matéria. Se no interior, em Eunápolis, um agricultor matou o colega durante uma discussão, a gente não vai dar essa notícia. Agora, se um índio matar um colega, ou matar qualquer pessoa durante uma discussão vai ser notícia para a gente. A gente só vai descobrir pela polícia, que já vai trazer toda uma carga de preconceito contra o índio. Já vai transferir isso para a gente. Se a gente não tiver cuidado, a gente vai comer a história dele.

Porque essa distinção entre índio e agricultor? Pode me falar mais sobre isso?

Porque aí eu acho que vai pelo o apelo para o leitor mesmo. Se você falar qualquer coisa relacionada ao índio, não só negativa, eu estou até sendo perverso. Mas se a gente diz de um agricultor, é muito comum para ele – “ah, um homem comum”. Um índio, “ah nossa, um índio”. Tem toda uma simbologia relacionada ao índio, que ele vai falar: “ah, mas porque um índio matou?”. Seja porque ele acha um índio um canibal ou porque ele acha um índio puro para fazer uma coisa dessa: “Nossa, a violência chegou nos povos indígenas”. Como as histórias de tráfico de drogas relacionadas a índios. Quando índios são presos com pedra de craque, você ver comentários em que as pessoas acabam tendo esse retorno: “meu deus, o tráfico de drogas já chegou nos povos indígenas, não é mais só nas grandes cidades”. Acaba atraindo mais leitura, do que se você disser “um estudante universitário preso com drogas”. Então, é isso, notícia sobre indígena acaba chegando muito dessa forma. Ou, então, quando um projeto da FUNAI, ou Ministério Público Federal entrou com uma ação para desapropriar uma terra que pertence a uma tribo. Eles vão mandar um *release* para a gente e nós vamos saber e publicar. Mas, se não for assim, a gente não dá.

Você já recebeu contato direto de algum indígena?

Não, nunca. Nem de representante.

Através de e-mail, carta?

Não.

De que forma você considera que a internet pode favorecer a cobertura jornalística em casos em que a fonte e o local do

acontecimento estejam geograficamente distantes? Como você ver isto acontecendo no cotidiano do jornal?

A internet colabora demais. É o que acontece em qualquer coisa no interior, em que a gente se vale hoje de blogues e de sites. Mas eu acho que uma coisa que a gente sente muita falta é imagem. Quando você tem uma notícia no interior, principalmente de uma realidade que a gente não está acostumado, com vídeo. Quando a gente pega um *site* no interior que fez uma matéria e que gravou um videozinho tosco sobre aquela situação aquilo ajuda tanto, clareia tanto a cabeça da gente, porque o contexto é outro, a cidade é outra, tudo é diferente. E você tem ideia do que aquilo significou para aquela população. Então, assim, eu acho que a internet tem uma grande importância para transmitir esse tipo de informação de comunidades mais longes, de situações geograficamente mais afastadas para a gente. Eu acho que é essencial. Se a gente tivesse uma cobertura legal de blogues e *sites* do interior, de entidade, eu nem ia reclamar da ausência de sucursal, porque eu reclamo demais da falta de sucursal. Porque a gente é responsável pelo interior do estado sem sucursal. Aí, como você vai lidar com isso? Se eu tivesse tipo mais blogues, mais sites, sabe uma produção de imagem legal, que a gente pudesse usar fotos, que a galera fornecesse para a gente, ia ser show de bola. Mas a gente não tem, a gente não consegue nem ver se aquilo ali é verdade. O cara conta uma história no blogue. Cadê imagem para confirmar que aquilo ali é verdade? Até mesmo porque, assim, por exemplo, o *Brumado Notícias*, que a gente acompanha e que, se eu não me engano, cobre muita coisa de Vitória da Conquista, mesmo assim tem cidade que ele não vai, e ele publica. É apuração que ele fez por telefone, que eu também faço. Porque que eu vou dar mais credibilidade a ele? (...) A *TV Bahia* tem algumas sucursais, mas são poucas. Assim, bagunçou muito por causa dessa crise do *A Tarde*²³². E, aí, a gente perde muito nisso. Porque a gente sempre acabava correndo atrás do *A Tarde*, então até do *A Tarde* a gente vai parar de correr atrás. Vai chegar uma hora que Salvador vai ficar tão distante do interior que, se a gente não tiver esses blogues, esses *sites* de pessoas... Mas a maioria desses blogues e *sites* não são de jornalistas, são pessoas que se acham jornalistas. Mas são muitas pessoas que publicam suas histórias, o que estão vendo ali, que é um ponto de partida. Claro que eu não vou pegar aquilo e publicar como verdade, mas é um ponto de partida.

²³² O jornal fechou, em 2012, três das cinco sucursais que possuía no interior do estado.

(...) O que é legal que nós temos repórteres que são do interior. Então, às vezes, a gente sabe de alguma coisa porque o pai de Luana que é do interior liga e fala “teve um acidente na estrada aqui perto, e morreu alguém, liga para a polícia”. Hoje, inclusive, a gente soube do assalto em Amargosa, acho que a gente deu primeiro, através da mãe de Angelúcia. Angelúcia é fotógrafa aqui do *Correio*, a mãe dela mora em Amargosa, ligou para ela e ela ligou para a gente “Oh, minha mãe disse que teve um assalto”. A gente foi logo colocando a nota, porque a mãe de Angelúcia já ligou várias vezes e era tudo certinho. Como a filha trabalha em um veículo, ela tem esse cuidado.

Para terminar, você acredita que a cobertura sobre a questão indígena aborda os interesses de todas as partes de uma maneira justa e equilibrada?

Eu acho que sim. Eu acho que, às vezes, porque eu acompanho muito pouco da questão indígena, mas eu acho que, têm vezes, que a imprensa toma partido do lado dos índios. Como aquela situação da Belo Monte, que afeta uma área que pertence aos povos indígenas. Eu acho que muitos veículos estão tomando partido dos indígenas, têm muitos movimentos sociais, tem muita gente reclamando. Desde muito tempo que eu vejo, qualquer manifestação em Salvador têm pessoas contra a usina de Belo Monte. Eu acho que, às vezes, a imprensa até se coloca tomando partido deles, eu não sei se é para fazer oposição a Dilma, ou para tumultuar o ambiente político, mas faz. Mas, muitas vezes, a imprensa não se importa. Pode ser falta de compromisso, mas eu não acho que seja uma coisa de perseguição, ou de não levar em consideração, de achar que eles são inferiores, ou de achar que os índios não merecem isso. Eu acho que é uma falta de contato com essa realidade, é uma falta de alguém que faça esse meio de campo, entre a imprensa e os índios. Alguém que represente, que traga isso para a gente. Porque, por exemplo, se tem um conflito de terra entre um fazendeiro e um grupo indígena, a informação do fazendeiro vai chegar até mim. O que ele pensa, o que ele quer, o que aconteceu. A versão dele sobre essa história vai chegar facilmente até mim. Porque, até se for o caso, ele contrata um assessor para fazer chegar. Os índios coitados, eles não vão, eu não vou conseguir saber o que é realmente o que aconteceu segundo os índios. Então, assim, eu não acho que seja maldade, eu acho que seja uma dificuldade da imprensa de chegar até eles e ter essa informação. Eu estou falando um pouco baseado em minha experiência aqui.

E você acha que a existência de sites de autoria de povos indígenas ajudaria a informar o que acontece com eles?

la ajudar demais. Sabe o que isso ia favorecer? Porque a gente não ia fazer só matéria em situação de conflito, em situação de criminalidade. A gente ia ter possibilidade de fazer matéria bacana, matéria positiva. Matérias tipo um exemplo que a imprensa adoraria, um índio que passou em cinco vestibulares. Como eu vou saber disso? Eu não vou saber disso. Se um índio, lá no extremo sul da Bahia, passar em cinco vestibulares, no *ITA*, na *USP*, *UFBA*, eu não vou saber, porque essa informação não vai chegar até mim. Não tem quem passe. Então, eu tenho certeza que, se eles tivessem um *site* lá, talvez até tenha e eu não conheço.

Na verdade tem.

Então, isso ia dá matérias bacanas, positivas, sem o estereótipo que a gente está acostumado a dar, como se índio fosse uma coisa de outro planeta. Pelo olhar deles, com fotos, com coisas legais.

2. Entrevista com Gustavo Acioli – editor de multimídia do jornal *Correio*

Vamos começar falando sobre o histórico do site do *Correio 24 Horas*. Quando ele foi criado e quais foram as mudanças que aconteceram nesse processo de criação com relação ao *site* que existia anteriormente?

A gente tem que considerar o seguinte. São dois produtos bem diferentes. O que existe, a partir de 27 de agosto de 2008, que é o que existe de *Correio*. E o que existe antes disso que a gente chama de *Correio da Bahia*. Eu cheguei aqui em Salvador em 2008, mas ou menos de maio para junho, para participar do processo de reestruturação desse jornal. E, voltando um pouco, a ideia era transformar um jornal que não tinha relevância, no sentido de leitores, a circulação era baixa, o retorno financeiro também não era satisfatório. A gente pensou em algumas estratégias para modificar esse produto. E, como ele era uma marca já muito desgastada, a decisão foi refazer, recriar tudo. E um dos meus trabalhos nesse processo foi cuidar da parte de web e convergência. O *Correio*, antes de agosto de 2008, simplesmente espelhava os conteúdos do impresso, em uma página estaque, em uma página fria. E isso ficava assim o dia todo. Só havia uma única atualização por dia, não era nem feita por jornalistas. Era por estagiários, gente de *TI* [tecnologia da informação]. Era um bom e velho *copy e paste*. E, exatamente por isso, e também pelo fato de o jornal não ter grandes índices de leitores, essa página tinha uma audiência baixíssima, algo como um traço. Bem irrelevante. Uma das primeiras decisões que

a gente teve que tomar foi quebrar com esse tipo de modelo e ter um pequeno núcleo de produção de conteúdo digital. Esse pequeno núcleo iria ajudar bastante o impresso, até porque uma das atribuições desse grupo, que a gente chamou no início lá de radar, era assumir toda essa parte de escuta, de apuração para o que está acontecendo na cidade, como acidentes, ocorrências policiais. Então, assim, a nossa obrigação era descobrir e publicar isso o mais rápido possível. Se os editores do papel julgassem que aquele fato merecia mais atenção, ou mais espaço, ou necessidade de uma maior apuração, o impresso começava a trabalhar nisso independente do que a web estava fazendo. Mas a web já tinha dado, já tinha avisado, e os editores, a partir dali, poderiam tomar suas decisões. E esse modelo funcionou muito bem. Ele se mostrou bem vitorioso porque a gente passou a ter um *site* muito ágil, muito rápido e que, logo no começo, teve crescimento bem acima do esperado. O *site* do *Correio da Bahia* tinha em torno de 200 a 250 mil *page views* [visualizações de páginas] por mês. Logo no primeiro mês, do novo *site*, a gente alcançou 2,5 milhões. Então, foi bem interessante esse processo de crescimento a partir desse modelo de atualização do conteúdo em tempo real. A gente também optou no *site*, o que eu acho que foi uma decisão bem acertada, a gente quis e brigou, para que o leitor tivesse acesso ao conteúdo do jornal na íntegra. Essa questão do *page flip* [virada de página]. Desde que o *site* do *Correio*, desde que eu estou aqui responsável por essa área, ela é gratuita. Na internet, pode-se ler o jornal todo, na íntegra, sem nenhum problema. O que a gente cobra é a questão do histórico. Para você ter acesso ao histórico do jornal todo, do jornal papel, as edições on-line, aí só para assinantes. Mas para ler o jornal do dia é gratuito.

E hoje qual é a visualização do site?

Fechamos em janeiro, nesse mês passado agora, com certa de 22 milhões de páginas vistas por mês.

Como se dá a rotina de apuração no Correio 24 Horas?

Atualmente, o *Correio* funciona das seis à meia noite. Então, às 6 horas chega o primeiro jornalista que vai ter contato e consolidar o que aconteceu na madrugada. Ele começa a postar as primeiras notas e vai também avisando ao papel. Ao longo do dia, os outros jornalistas vão chegando, vão se juntando a esse time, e as tarefas vão sendo divididas. Mas ele ainda mantém esse *DNA* original de que a nossa função primordial é saber o que está acontecendo e informar o mais rápido possível. Obviamente que confirmado, checado, com todos os critérios jornalísticos que a gente consegue aplicar. E ele funciona muito em cima disso. Às dez horas, ocorre uma reunião, que é uma reunião de abertura

do jornal. Que reúne o diretor de redação, a editora de abertura, o editor multimídia, que sou eu, algum editor do *site*, e também os representantes do esporte, cultura, e o representante de política e economia. São mais ou menos umas seis pessoas sentadas para decidir o que a gente vai fazer no dia. E, obviamente, à medida que esse intervalo passa das seis da manhã até às dez a gente também tem nossas ofertas. A gente vai dizer “Olha, isso está bombando na internet. Isto está funcionando. Isto aqui tem que prestar atenção”. E, a partir desse caldo da reunião das dez horas, a gente vai decidir, naquele momento, o que vai ser produzido. (...) Então, a gente tem essa coisa de estar sempre provocando o papel com as coisas da internet, estar sempre reforçando os conteúdos do papel na internet e estar sempre tentando provocar o papel para que ele receba um oxigênio diferente. Nem sempre são conteúdos que surgem da forma tradicional como as outras editorias trabalham. A gente tem essa facilidade de ser muito mais versátil. A gente não é uma editoria convencional de economia. A gente não é uma editoria de internet. Não, a gente trabalha em uma plataforma de internet integrada com o papel.

Então, você poderia dizer que o on-line alimenta mais o impresso, o papel, no sentido de sugestões de pauta do que o oposto?

O oposto também ocorre. Porque o conteúdo do jornal também é republicado no on-line. E isso é interessante por quê? Porque já têm matérias mais trabalhadas. Porque você tem um repórter que ficou naquele assunto durante o dia inteiro, então ele não simplesmente pegou aquele assunto, escreveu e publicou. Essa consistência do bom material que é do papel; ele também ganha vida maior na internet, ele atrai muitos mais leitores. Porque se a gente fosse resumir apenas a capacidade de atração de leitores do papel e ignorasse a web, a gente estaria fazendo uma grande burrice. Porque o que é legal mesmo é você ter o conteúdo, a marca do *Correio*, como um produtor de conteúdo, de informação jornalística, e você usa esses produtos nas suas mais diversas formas. Além do *site*, a gente tem uma parceria muito legal com um grupo chamado *Le Media*, que são telas digitais espalhadas por vários pontos da cidade. E esse conteúdo do *Le Media*, que é uma empresa do grupo *Abril*, em relação às notícias locais, quem fornece é o *Correio*. A gente também tem uma parceria com uma empresa chamada *Multitok* que trabalha com informação e serviços em aeroportos através de toques digitais. Então, o Cultura [caderno de cultura] do *Correio* está nesses toques digitais. Ele pode folhear o jornal, como se fosse um *ipod*. E funciona bem. Além de outros meios que a gente tem para conversar

com os leitores. No caso de mídias sociais, a gente é bem atento ao *Twitter* e *Facebook*.

E sobre o sistema de periodicidade e fluxo de informação, vocês possuem um cronograma de quando devem ser feitas as publicações?

Eu acho que uma capa de *site*, se você prestou atenção no nosso você vai ver que ela é muito grande, ela tem bastantes possibilidades de chamadas, eu acho que ela não deve seguir regras burocráticas. Eu acho que aconteceu, tem que estar no ar, tem que estar na capa, tem que estar bem chamado. E aquilo tem que ser chamado de uma forma interessante, sem erro. Essa coisa de ficar se preocupando muito porque isso tem uma hora, tem duas horas que entrou, eu não acredito muito que funcione. Mas é muito mais um *mix*, uma questão de *feeling* também, de entender que aquilo é importante, que isso aqui é relevante o suficiente para merecer estar na capa, mesmo sendo velho. Então, a equipe, por estar muito ligada nisso, no dia a dia, tende mais a correr, “Ah isso está velho, vamos trocar, vamos trocar”. Eu já sou mais frio nesse sentido, “não, pode deixar”. Não tem problema ler uma matéria que foi produzida às nove da manhã, às cinco da tarde. Eu não acredito que haja esse problema.

Como você caracterizaria o *Correio 24 Horas* com relação ao conteúdo local e regional. Você diria que o *site* é voltado para o conteúdo regional e local ou ele tem um objetivo mais abrangente?

Nós temos o bônus e o ônus de um baita *slogan*, que é “O que a Bahia quer saber”. Só que assim, a Bahia é um país, não é? Geograficamente, esse estado é muito grande. Então, a gente tem bastante dificuldade em cobrir algumas coisas. Como saber, em tempo real, com uma margem satisfatória, o que acontece no sertão, o que acontece em Barreiras, o que acontece em Porto Seguro, o que acontece em Conquista? Então, assim, essa cobertura regional é frágil. Ela não é uma cobertura boa. A gente se baseia nisso, um pouco, através das afiliadas da *Rede Bahia*, a gente tenta ligar, para saber se está acontecendo alguma coisa. Mas ainda assim não é bom o suficiente para o que a gente acha.

E agora as afiliadas da *Rede Bahia* estão mais ligadas ao portal *G1*?

Sim, elas estão mais ligadas na operação *G1*. Mas, ainda assim, eu não acho que a cobertura regional baiana do *G1* também atenda. São características bem próprias. A região de Barreiras é muito diferente da região de Juazeiro, por exemplo. A região de Barreiras é muito diferente da região de Porto Seguro. São extremos mesmo. Então, pelo nosso posicionamento geográfico, nós acabamos sendo um jornal essencialmente baiano. Nisso, entenda-se o baiano do entorno da Baía

de Todos os Santos e região metropolitana de Salvador. A gente é o jornal mais vendido de Salvador, é o jornal mais vendido de Camaçari, de Candeias, Feira. Mas extrapolar esses espaços é um tanto difícil. A gente estuda abertura de sucursais, correspondentes e tal. Mas ainda não é algo que faça, digamos assim, parte da nossa realidade atual. Obviamente que a gente acompanha blogues regionais, a gente entra em *sites* de cidades, mas, ainda assim, é mais uma pesca artesanal, do que uma pesca de arrasto, uma pesca mais industrial, mais robusta. Que é como a gente consegue trabalhar aqui em Salvador. Aqui em Salvador, o nosso posicionamento é mais forte. Dificilmente o *Correio* vai ficar atrás de algum tipo de cobertura. Por quê? Porque o nosso foco é aqui. Aqui a gente sabe, aqui as pessoas nos conhecem, aqui as pessoas ligam para nos informar. Saiu no *Correio*, tem um peso muito forte.

Uma boa parte da cobertura de vocês a nível regional, a nível baiano, também se dá muito através de acompanhamentos de blogues, não é isso?

Sim, blogues regionais, *sites* regionais. Isso acaba surgindo como fonte. Obviamente que, por mais que eles sejam parceiros bem intencionados, mas não é a gente. Então, é um contato muito telefone sem fio. Por conta desse tipo de dinâmica, o conteúdo não necessariamente fica a contento. Falta foto, falta mais informação, sabe? Aquela coisa um pouco mais capenga.

A Bahia é palco de diversas disputas, principalmente de terra, envolvendo os povos indígenas e proprietários de fazendas. Tem alguma política específica de cobertura desses acontecimentos? Como essa cobertura se dá geralmente?

Não faz parte da nossa agenda enquanto tema. No sentido, se a gente fosse analisar isso de uma forma prática, a gente tem pessoas que estão todos os dias focadas em notícias de esporte. Em notícias de polícia, em notícias de cultura. Não existe um direcionamento do conteúdo para a questão indígena. Mas o que é que a gente acaba cobrindo? Como, em muitos casos de tensão e conflito, principalmente nesse aí, alguns acontecimentos extrapolam o embate democrático, seja de uma parte ou de outra, isso acaba chegando até a gente. Seja repressão por conta dos policiais, seja ocupação por conta dos indígenas. Mas a gente também continua com o mesmo problema com relação aos acontecimentos além dessa Baía de Todos os Santos. Então, acaba sendo também uma cobertura mais a distância.

Você sabe se o *site* já recebeu contato direto de povos indígenas fornecendo informações através de e-mail, carta?

Com certeza. Através de comentários também, através do envio de fotos. A gente não estigmatiza quem é o nosso leitor. Até porque o nosso universo de leitores é muito alto. O *site* tem uma média de visitantes únicos de eu acho que quase 2 milhões por mês. Então, isso é um reflexo da sociedade. Então, assim, vai ter todos os fragmentos sociais nesse espectro aí. Vai ter jogador de futebol, vai ter índio, vai ter branco, vai ter preto, vai ter japonês, vai ter puta, vai ter gay, vai ter tudo. Porque a sociedade é assim diversificada, ela é fruto de uma diversidade que é muito característica de nosso país. Então, como nós não fazemos nenhum tipo de restrição ao nosso conteúdo, nosso conteúdo está aberto e está livre para qualquer pessoa que busque notícias sobre a Bahia, sobre Salvador.

Quais são as principais fontes utilizadas em matérias sobre povos indígenas?

O que a gente vai buscar em geral são fontes oficiais. Por conta de questões óbvias, a gente busca também representantes das etnias em questão, a gente vai buscar também *sites* da região, para saber o que está acontecendo ali. Então, a gente não tem um manual para cobertura de casos indígenas. O que a gente tem é o nosso expertise jornalístico de tentar apurar informações. A gente sabe, índio está ligado a isso aqui. Então tem *FUNAI*, tem também associação tal, tem também representação disso, “não, mas ali trabalha uma ONG”, então a gente vai tentando juntar esses quebra-cabeças para poder conseguir informações a respeito desse ou daquele caso.

A dinâmica jornalística de buscar os dois lados?

Sim, sempre. Em muitos casos, é complicado você fazer isso, porque, em algumas situações, a comunicação ela é muito frágil. Às vezes, você vai falar com uma pessoa no orelhão. Às vezes, não tem celular, ou o celular não pega. Hoje em dia, todo mundo tem celular. Mas tem áreas também que você não tem cobertura eficiente. Então, é uma batalhinha, em alguns casos, ter a informação consolidada, bem feita, isenta. Isso é bem difícil. É como a questão agrária também. Há, digamos assim, uma natureza de discurso político de ambos os lados. Todos os argumentos são bons. Então, assim, você não pode dar um espaço maior para um lado e dar um espaço menor para o outro. É sempre uma cobertura mais difícil, dependendo do caso. Requer atenção. Às vezes, uma notícia que poderia ser, de fato, muito bem explorada do ponto de vista do espaço que ela pode vir a ganhar, simplesmente se torna uma coisa muito menor, pela nossa incapacidade de dar atenção a esse fato. E acaba resumindo uma situação de tensão a duas, três mortes. Fez a ocorrência, registrou isso, acabou.

Contextualizando essas questões sociais que são bem recorrentes no Brasil, como a agrária, e a indígena. Eu me lembro de uma declaração de um representante da UNESCO, na qual ele falou que os povos indígenas são, entre os pobres, os mais pobres, entre aqueles que têm dificuldades em educação, são os que têm mais dificuldades, e entre aqueles que têm problema de saúde, são os que têm mais problemas de saúde. E conversando com alguns jornalistas, eles informaram que eles têm mais acesso ao *MST* [Movimento dos Trabalhadores Sem Terra], por exemplo, e quando faz notícias sobre o *MST*, têm mais facilidade de contatar o *MST* do que os povos indígenas.

Com certeza, sem sombra de dúvida.

Você poderia falar mais um pouco sobre isso, sobre a cobertura de outros movimentos sociais? E com relação ao movimento social indígena?

O movimento social indígena ele é desorganizado. Ele não tem uma célula *mater* [mãe]. Se você analisar o *MST*, o *MST* tem sede, tem assessoria de imprensa, tem *site*, tem pauta, tem toda uma estrutura política muito bem resolvida, muito bem consolidada. E ele é fragmentado? É fragmentado, é. Mas ele possui unidade. As questões indígenas são de outra natureza. Não há uma unidade de movimento indígena. Há questões localizadas. Então, cada povo, ou cada etnia, ou cada resquício de tribo, está tentando resolver a sua questão ali. Não dá para imaginar, por exemplo – eu não sei se o exemplo vai resolver o que eu estou querendo colocar, mas não dá para imaginar, do ponto de vista indígena, um Abril Vermelho do *MST*. Não tem essa capacidade de articulação. Você tem, obviamente, células indígenas muito bem organizadas. Mas em outras regiões do país. Aqui, na Bahia, eu não consigo enxergar essa coisa enquanto movimento. Têm, obviamente, como eu te falei, células muito bem organizadas. Principalmente, aquela região dos Pataxós Hã Hã Hãe, que já tem um discurso mais afinado, a briga já tem mais tempo. Mas, se a gente for ampliar as fronteiras, a gente vai ver, de fato, que a gente volta para aquela sua colocação: são os mais pobres, os que têm menos. Essa coisa da unidade enquanto movimento, eu desconheço. É muito mais político acadêmico do que propriamente indígena.

Então, essa articulação do movimento prejudica também a comunicação e a visibilidade que ele possa ter nos meios de comunicação?

Eu não consigo enxergar o movimento. Eu consigo enxergar as necessidades, as questões específicas, as questões locais, que, ao meu

ver, são maiores que o movimento. Muito maiores. Eles são muito mais desassistidos do que assistidos. O *MST*, por mais perrengue que passe, ele está muito mais assistido do que desassistido. Mas isso é uma estratégia, mas aí depende do movimento. O movimento precisa acreditar. Será interessante a gente ter uma assessoria de imprensa? Será interessante a gente ter uma pauta política? Isso vai ser legítimo? Vão levar a gente a sério? Não cabe a nós dizer que se for assim vai funcionar.

Qual a sua opinião sobre o jornalismo cidadão e mídias sociais?

Conceituar jornalismo cidadão, eu acho uma coisa tão anos 90 assim, mas a gente pode ir por esse caminho. Mídias sociais eu acho que são uma ferramenta incrível de interação, de intersecção, de produção de conteúdo. Eu acho as mídias sociais uma estrada muito aberta, e muito interessante para novas iniciativas. Acho fundamental. É de graça, você tem acesso a uma quantidade absurda de gente. Essas avalanches de compartilhar são maravilhosas. Os conteúdos chegam em muitas pessoas. Também pago muito pau para as pílulas do *Twitter*. As pílulas do *Twitter* são incríveis. São informação muito rápida, muito boa. Se você prestar atenção hoje, o *Twitter* matou o furo jornalístico. Tudo. Qualquer coisa, primeiro, sai no *Twitter*. Então, assim, eu acho muito bom, eu acho fundamental. Quem quer comunicar, não pode postergar o uso de mídias sociais hoje em dia. Por quê? Porque é muito eficiente, é muito agregador. E ela permite que o usuário monte o seu próprio cardápio, aquilo que lhe interessa. Ou que não interessa. Ele que vai definir quais são os canais da minha TV, entendeu? Eu tenho, por exemplo, no jornal, 60 mil leitores, que compram o *Correio* impresso. Mas, no *Facebook*, eu tenho 7 mil. Não quer dizer que eu tenho, eu poderia ter mais, porque é de graça, eu vou receber on-line. Requer esse esforço, essa coisa de você pensar coisas novas, para você se fazer relevante para o leitor querer te acompanhar. Isso eu acho interessante do ponto de vista de possibilidade. O problema somos nós. Agora, fazer o que a gente faz, ou fazer o que a gente sempre fez, não necessariamente cola. Nas mídias sociais, o cara tem acesso a tanta informação através da *timeline* [linha de tempo] dele que ver um jornal lá dando um títulozinho, isso é chato. Eu acho chato. Assim, a gente pensa formas, de fato, de melhorar esses *modos operandi* do relacionamento do jornal com seus leitores e com as mídias sociais. A outra pergunta que você falou é sobre jornalismo cidadão. Eu acredito muito em utilidade pública, eu acredito muito em serviço. E eu acredito muito em consistência de informação. Eu, enquanto jornal, eu não posso me separar desse tipo de coisa, porque senão eu perco a minha utilidade.

Eu perco a minha função. Eu vou dar para você um exemplo bem factível. Isso não foi a gente que criou. A gente tranquilamente se inspirou em uma coisa que o jornal *Extra*, do Rio de Janeiro, fez, lá na invasão do morro do alemão, que a cidade ficou tomada por pânico. Aí o festival de boataria estava deixando o carioca atordoado. Porque ele não sabia se ele podia ir para a rua, se não ia, se ele ia morrer se pegasse o carro, se ele ia ser assaltado. O *Extra*, muito habilmente, criou um *Twitter* “É boato, é verdade” sobre as ocorrências. “Ah, arrastão em Ipanema”, “É boato”. “Invadiram a estação de metrô de Copacabana”, “É boato”. “Idosa foi baleada em saída do morro do Andaraí”, “É verdade”. Então, a gente pegou essa experiência muito bem sucedida do Rio e trabalhou durante dois, três dias basicamente no *Twitter* sobre a questão da greve da polícia de Salvador. A gente começou a dizer, “não, isso é boato”, “vai ter ônibus na rua sim”. “Não, mentira”. Isso foi muito bom, do ponto de vista de retorno dos nossos leitores e dos nossos novos leitores. Assim, agregou-se muitos novos leitores ao *Twitter* do jornal. E a gente acha, a gente acredita, que a gente prestou um serviço de utilidade pública, a gente foi muito comedido na cobertura da greve [dos policiais]. Nesse momento de greve, principalmente por estar ligado a dois segmentos sociais muito fortes, que são: você enquanto cidadão que tem o direito de ir e vir, ele é garantido pela constituição, e os policiais que também pleiteavam melhores soldos e condições de trabalho. O que aconteceu é que a gente viu, desde o começo, que essa greve estava ancorada muito forte em uma pauta política densa e em uma guia de movimento um pouco mais extremista. Os policiais tocaram o terror aqui, em boa parte dos casos. As gravações mostraram depois. Então, a gente ficou muito atento a isso. Em segurar essa informação e só publicar aquilo que a gente tinha certeza. Isso é muito relevante. E eu acho isso jornalismo cidadão.

E sobre a produção de conteúdos pelos próprios cidadãos? Como o cidadão está presente, em um contato direto, sendo testemunha, ele estaria apto ou mais apto do que os jornalistas para relatar um ocorrido?

Com a proliferação absurda de celulares com câmeras digitais, gravadores de voz, filmadoras, tudo em um aparelhinho, essa colaboração hoje se tornou fundamental para os veículos de comunicação. Se você prestar atenção na rede *Globo*, qual é o dia que não vai ter uma imagem captada por um celular ou por um cinegrafista amador? Então, a gente agradece muito quando esse tipo de material chega em nossas mãos e a partir dele a gente procura dar o melhor tratamento jornalístico possível para o caso. Agora, a gente já estudou, a

gente tem até um mecanismo de rede social interna, dentro da estrutura do *Correio*, que seria uma área de produção de conteúdo dos leitores. Mas a gente não ficou satisfeito com isso. Eu optei por não dar sequência ao projeto. Eu acho que a colaboração do leitor é fundamental. A colaboração das pessoas é essencial, é muito boa, em geral quando ela surge, ela surge dando bicuda mesmo, chega matando a pau, porque é aquilo que só aquele cara viu, porque aquele cara estava ali. Mas eu ainda não consigo enxergar meios onde essa autogestão funcione bem. Jornais que criam áreas exclusivas para manifestação ou para a produção de conteúdo dos leitores, eu ainda não conheço nenhum caso muito bem resolvido. Eu conheço sim casos de fornecimento de material, de comentários, de postagem de vídeos, de opinião. O que poderia ocorrer talvez fosse uma espécie de grupo de leitores, cada um com sua, como se diz, uma espécie de selos, que dariam mais ou menos autonomia entre os leitores para consolidar o trabalho dos outros, editar, opinar, tentar deixar isso o mais bem disposto possível. Mas aí a gente acha que é a repetição do nosso trabalho. Sendo que agora os leitores é que vão fazer isso. Então, eu ainda não consegui enxergar um modelo matador.

Vocês chegaram a implementar esse modelo, ou ficou somente interno?

A gente chegou a implementar, mas ainda assim uma coisa muito embrionária. Essa coisa de fotos de leitores, vídeos de leitores, sugestões de pautas de leitores. Tem um modelo de um jornal espanhol chamado *El Correo* que é bem interessante. É um projeto chamado *Enlace*. Ele traz os leitores para dentro da redação e aí o jornal é pontuado por opiniões, consultas, pesquisas junto a leitores. Não é lá um grande sucesso pelo ponto de vista de *business*. Mas é sempre citado como um modelo interessante de interação entre veículo de mídia e público.

O que você acha que não agradou na experiência deste projeto?

A gestão. Como essa gestão seria feita. Isso que eu acho que é o mais difícil de resolver. Porque assim, para ficar bem feita tem que ter dedicação. Para ter inteira dedicação, nêgo tem que trabalhar. Nêgo que trabalha tem que receber. Eu não vou pagar leitores, entendeu? Do ponto de vista de estrutura. Eu não tenho condições para isso. E a *Folha* também não faz isso. O *Estado* não faz. O *Globo* não faz. O *Globo* faz a mesma coisa que a gente faz. Está muito aberto, feliz, obrigado, para você mandar as coisas para a gente, a gente vai publicar. A *Folha* também é assim. O *Estadão* também é assim. Os grandes jornais trabalham nesse modo.

3. Entrevista com Vladimir Pinheiro – repórter e editor de *home* do cibermeio jornalístico *Correio 24 Horas*.

Qual é o seu cargo no *Correio 24 Horas*?

Sou jornalista, repórter e editor de *home* do *site* do *Correio*. Desde agosto de 2009, eu entrei como *trainee* e aí, quando eu me formei, em julho de 2010, fui contratado.

Quais são as possibilidades que a internet trouxe para a produção de notícias e como você utiliza essas ferramentas em seu trabalho?

A internet trouxe essa ideia de que tudo pode ser feito mais rápido. A apuração pode ser feita mais rápido. A questão da veiculação das notícias é feita quase que instantânea. É instantânea, se você ligar uma câmera e tiver registrando um fato, então você pode lançar aquela imagem instantaneamente para todas as pessoas dentro desse veículo para quem estiver conectado. E o webjornalismo permite que você lance essa notícia em tempo real. Então, não tem mais a necessidade de esperar a impressão de papel para que chegue até a casa. A internet permite que a pessoa fique conectada com a notícia. Traz um volume de informações muito maior. Mas permite que você tenha acesso a essas informações muito mais fácil. Para o jornalista então...até em limitação de espaço físico, se você pensar que antigamente tinha relatórios e arquivos, e banco de dados impressos, em gavetas. E tinha a dificuldade de você acessar esse banco de dados para conseguir informações. Hoje, na internet, você faz uma rápida em qualquer diretório, banco de dados, você consegue aquela informação instantânea. Já facilita a apuração, facilita a produção do texto. Então, é muito mais fácil. E as redes sociais também chegaram para contribuir. Claro que, dentro de tudo, você tem que separar aquilo que realmente vai ajudar, vai contribuir para o texto, daquilo que é apenas volume e lixo. Tem muito mais volume. Mas depois que você separa, com uma boa apuração, que é essencial. Seja no tempo das pedras ou no tempo na *hightechnology* a apuração vai te salvar de cometer erros. Porque mesmo essa velocidade pode acabar te atropelando, você ir com muita sede ao pote, achar que tem que ser instantâneo. Eu sou muito agoniado. Você estava vendo ali a apuração do caso da delegacia. Eu quero o negócio bem rápido. Então, se você conseguiu apurar, apurou com três fontes – a diretora da escola, o major, a *Transalvador* – então eu quero dar a informação e depois volto a ela atualizando, para apurar os detalhes. Então, se você tem toda a informação, corra, publique. Se estiver certo, está confirmado, então publique. Claro que é diferente. É diferente porque você corre um pouco mais contra o tempo com essa questão do on-line. Você não tem um dia

para apurar uma notícia. Você tem um volume absurdo de matérias para publicar e você corre contra o seu concorrente, que está ali. Um minuto que ele der antes... Para o leitor não faz diferença nenhuma se ele leu às 11h2min ou às 11h3min, mas faz diferença.

Você acha que as redes sociais têm colaborado para a participação dos leitores em um diálogo com o jornal, com os jornalistas? Como se dá esse diálogo?

A participação dos leitores sempre houve. Repercussão dos leitores, comentários e participação por parte deles, sempre houve. Eu acho que o que as redes sociais facilitam é juntar todos em um canal que pode ser muito facilmente acessado pelo jornal, pelos repórteres. (...) As redes sociais, os comentários sempre existiram, mas eles ficavam presos dentro de uma caixa, e eram acessórios apenas pelos leitores daquela reportagem. E um comentário em uma rede social, junto com um *link* tem um acesso muito maior. Tem um grau de influência um pouco maior. Porque ele atinge as pessoas ao teu redor, aos círculos que você faz parte, que você pertence. E acaba que as pessoas chegam até essa reportagem e isso gera uma discussão, gera uma participação maior, e você está ali no meio daquilo tudo, você pode acompanhar, pode monitorar. E hoje tem mil ferramentas para você monitorar tudo o que é citado sobre você ou sobre determinado assunto (...) E dentro desses comentários há coisas extremamente relevantes que são ditas, e que fazem com que você volte até ali, reformule seu texto e corrija, se for necessário (...) Acho que as redes sociais dão uma amplificada, aumenta a voz de quem está comentando.

Vamos falar um pouco sobre jornalismo cidadão. Você considera que as informações em cibermeios de autoria cidadã podem ser utilizadas em uma matéria?

Podem sim. Claro que a questão de credibilidade é extremamente importante aí. Se você consegue checar a credibilidade, e aí você vai ter que desenvolver um tipo de relação com essa fonte, com esse blogue, mesmo que seja cidadão, ou seja, vinculado a um jornalista, ou vinculado a uma instituição. Um blogue tem sempre um caráter um pouco bem particular, como um *site* menor. Agora claro que ele serve como uma fonte. Mas você vai ter que correr atrás. Você vai ter que apurar. Vai ter que fazer a apuração, mesmo que ali esteja dito claramente. Isso te preserva de entrar em uma questão que pode ser pessoal. Você não sabe qual o interesse que motivou a escrita daquele artigo, daquele texto. Pode ser bem interessante, mas pode, ali no meio, ter contornos políticos, nuances pessoais, questões particulares, que uma leitura pode não captar. Se você encontra ali uma informação, apura e

checa, você já pode descobrir uma fonte confiável. E você vai estabelecendo relações. Aqui no site do *Correio* a gente identificou algumas dessas vozes na Bahia, em lugares onde a gente não alcança, regiões do sul da Bahia, do norte, extremo oeste, e até aqui no Recôncavo. Então, a gente conseguiu identificar alguns blogues onde se percebia uma credibilidade, um cuidado com a informação mesmo. Mas claro você chega até ele, e dali é que você parte para fazer a tua apuração. É uma espécie de pré-apuração que você vai produzir para a reportagem. Aqui no jornal houve um caso bem particular mesmo, que foi de um estudante baiano que foi perseguido por policiais do interior do Rio Grande do Sul, e a gente ficou sabendo basicamente por e-mail. O e-mail era um *link* para um blogue pessoal de um militante negro, mas em um esquema bem pequeno no sul da Bahia. Isso virou notícia. A gente começou a acompanhar no *site*, o impresso pediu a reportagem, saiu no impresso, a *TV Bahia* pediu a reportagem. De repente, toda a imprensa baiana estava acompanhando o caso deste estudante baiano e acompanhou a volta dele. E isso, de certa forma, acelerou a negociação dele com a universidade aqui e ele conseguiu transferência para a universidade do Recôncavo. Isso é bem interessante. Porque foi de um blogue cidadão mesmo.

Falando um pouco sobre essa questão da credibilidade dos blogues. O que vocês consideram um blogue cidadão? Blogue institucional? Como vocês os distinguem?

A gente tem um exemplo de um blogue cidadão, que é o *Subúrbio News*, aqui em Salvador. E ele é de uma pessoa, Nelson, que mobiliza toda a região do subúrbio ferroviário daqui de Salvador com o blogue. Então ele faz reportagem, ele tira fotos e faz denúncias. E Nelsinho é um parceiro nosso. Ele ligava muitas vezes para cá, “Oh, está acontecendo isso e isso. Dê uma olhada nesse blogue.” É o blogue dele. E é um blogue que cresceu. Hoje em dia o blogue tem patrocínio, tem pequenas publicidades, mas ele não perdeu ainda o caráter de um blogue cidadão. Basicamente ele reivindica voz e visibilidade para aquela região daqui de Salvador. Porque no *Correio*, e em outros portais, no *A Tarde*, no *Bahia Notícias*, a atenção não é 100% focada no subúrbio, é focada em Salvador como um todo. E o subúrbio entra como uma parte dessa história de Salvador que é contada, que é a tentativa de se contar a Bahia, o Brasil. Mas esse *site*, o *Subúrbio News*, ele é focado. Então, hoje Nelsinho faz parte de um programa da prefeitura, cresceu, ficou bastante visível, mas ainda tem um caráter de blogue cidadão. E é uma fonte nossa. É um parceiro nosso. A gente pede, quando ele consegue registrar. Há um caso de um acidente, que um carro invadiu uma casa, e

a foto foi dele. A foto que saiu tanto no *site*, quanto a foto que saiu no impresso, foi uma foto tirada por ele, que não é jornalista, não é radialista, não é nada. É apenas um cidadão que decidiu fazer um blogue para contar a história lá do bairro e denunciar todo tipo de problema que ele tinha.

Você acredita que os cidadãos podem estar mais aptos para relatarem os acontecimentos do que os jornalistas por eles, os cidadãos, estarem perto, vivenciando os acontecimentos?

Eu acho que no momento que ele é testemunha, que ele faz parte daquele contexto, ele pode sim, estar mais apto do que o jornalista para relatar determinado assunto. Agora, claro que quando você pensa em um jornalista, você considera que ele conseguiu justamente se afastar dessa questão particular e ele busca ampliar um conceito maior. Um blogue cidadão claro que pode fazer uma informação coerente, que consiga ver todos os lados e não apenas o fato em si. Se ele consegue se desprender e amplificar essa análise, ele está tão apto quanto um repórter, e um colunista, um articulista, para falar sobre aquele assunto. Ele pode não ser tão visto, porque é um meio muito menor. É um blogue, é um comentário, é uma rede social, é uma página no *Facebook* que ele coloca ali um comentário. Enquanto que um *site*, um jornal, pode ter uma visibilidade muito maior. E se você olhar ele é tão ou mais apto para comentar determinado assunto. Acho que a importância, e entra aí a questão do jornalismo, é porque você tem... Eu não estou defendendo o curso de jornalismo, que é necessário você ser repórter, jornalista para passar informação de credibilidade e bem analisada, é porque eu acho que em alguns casos vai fazer diferença. Se você considerar o genérico, se você considerar que cada blogue qualquer pessoa pode colocar suas informações. Claro, qualquer pessoa pode passar qualquer informação, desde que tenha esse compromisso que o jornalista tem de dar o contraditório, de dar vozes, de oferecer outros olhares sobre aquele assunto. Se você olhar questões pontuais tranquilamente.

Eu escutei falar aqui dentro do jornal que o on-line é como se fosse um radar. Você poderia explicar um pouco o que é o radar?

É terrível. Não terrível. Mas é porque o *site* foi concebido para que parte do *site* funcionasse exclusivamente como um “Alô Redação”. Como alguém que apura para o impresso. Com o tempo, foi se despreendendo mais essa ideia. Mas acaba que a gente ainda funciona muito como os olhares e ouvidos da redação, porque a gente está constantemente fazendo rondas. Porque é o nosso trabalho, faz parte a nossa rotina esse pente fino mesmo na cidade. E aí acaba que para o impresso, que está com os repórteres na rua e com os editores fechando páginas, muitas das

vezes, é a gente que sinaliza. A maior parte das vezes é a gente que dá essa primeira informação. E aí cabe ao editor deslocar o repórter para cobrir aquilo que a gente encontrou. É só um pouco prejudicial quando achar que o on-line funciona como um filtro, como alguém que seleciona, não sei dizer. Porque, muitas vezes, eu acho que tem que ter um repórter que fica ali... não sei...

Você considera ruim quando o on-line fica em função do impresso?

Exatamente. Sobretudo em repórteres que não têm essa noção de quão importante é o on-line. Então, é realmente complicado em alguns casos, mas de uma forma geral. Até essa convergência ainda é muito difícil.

Para finalizar, gostaria de falar um pouco, especificamente, sobre a cobertura da questão indígena. Qual é a sua opinião sobre a cobertura da questão indígena? Você acha que os interesses de todas as partes são colocados nas matérias, de uma forma justa e equilibrada?

Não, não acho. Aqui no jornal, por exemplo, sobretudo porque a gente sofre um pouco com a questão da distância. O fato de não ter uma sucursal, ou repórteres exclusivamente voltados para cobrir essa questão, já torna um pouco difícil a questão da apuração. Então, por exemplo, aqui no jornal, se você for considerar as reportagens feitas, a maior parte dos temas tratados é referente a questões de reivindicação de terra, brigas por posse de terra, invasões. Sempre questões muito conflituosas. E, nesse caso, quando você não está lá para ouvir todas as vozes é extremamente difícil. Porque você acaba ficando refém, ou de associações que defendam os interesses indígenas, ou de fazendeiros que defendem questões de posses e legalidade de terra, ou de questões organizacionais, governamentais: delegacia, polícia federal, policiais civis que entram na questão para tentar resolver. Você fica sempre um pouco refém desse cabo de força, desse cabo de guerra. Eu acho que é extremamente difícil. Sempre não... mas é uma questão muito delicada. É muito mais organizado delegacias, órgãos, entidades, do que organizado a questão indígena. As tribos indígenas e os indivíduos indígenas acabam que, mesmo se você considerar que tem acesso, tem voz, existe ali uma questão em que eles são ainda é muito marginalizados, ainda são vistos como alguém que precisa do apoio do governo para se impor. E precisa de fato. E precisa que o governo interceda, porque do contrário vai ser massacrado, como foi, como houve.

Nesse contexto você acha que cibermeios de autoria indígena, como blogues indígenas, podem ajudar a ter uma visão melhor dos povos indígenas?

Podem. Podem sim. Porque está ali. Está registrado. Tem um espaço para que essa questão indígena seja divulgada. Se for um blogue onde você perceba a discussão da questão indígena com uma imparcialidade, com cuidados aos fatos... é claro pode haver militância, pode haver defesa de fato da causa indígena, porque afinal são indígenas, então tem o direito de defender sua causa. Se você percebe que ali há uma defesa, mas há um cuidado... Porque quando você parte para alguém que é militante, no sentido de que briga pelos direitos, você olha sempre com cuidado. No sentido de que a pessoa pode fazer qualquer coisa para defender seus direitos. Então, como jornalista você tem que olhar. Como você olha para um blogue de direita e olha para um blogue de esquerda, com o cuidado necessário de que ali pode haver alguém simpatizante à causa. De que, por ser simpatizante às causas, pode fazer uma análise um pouco mais superficial e menos profunda do que seria necessário. Mas, como fonte, acho perfeitamente possível.

APÊNDICE F – ENTREVISTAS COM JORNALISTAS DO CIBERMEIO *CORREIO DO ESTADO*

1. Entrevista com Fábio Dorta – correspondente do jornal *Correio do Estado* em Dourados (MS)

Quais são as dificuldades para fazer a cobertura da questão dos povos indígenas aqui em Dourados?

Em Dourados, tem uma situação um pouco diferenciada dos outros centros onde existem aldeias indígenas. Aqui em Dourados, as aldeias são muito próximas da cidade, elas estão a mais ou menos oito quilômetros do centro da cidade. Então, pela falta de cuidado das autoridades responsáveis, essa questão indígena acabou sendo por muitos anos, deixada de lado, pelo menos não recebeu a atenção que devia. Como resultado disso, as aldeias acabaram se transformando em uma grande bairro da cidade, sem qualquer proteção para as comunidades indígenas. Os índios, aos poucos, foram perdendo a condição de ter uma agricultura, uma pecuária de subsistência. Porque são aí quase 14, 15 mil índios que estão confinados em uma área de 3.500 hectares. Então, quer dizer, é uma área muito pequena, com três etnias – kaiowá, guarani e terena. Sendo que a terena é uma etnia com costumes diferentes dos kaiowá e guarani. A gente trabalha muito esta questão de fazer reportagens, de está dentro das aldeias; a gente observa que o índio terena, ele tem o comportamento diferente. No sentido de que o índio terena ele tem um modo de vida um pouco mais próximo do modo de vida da cidade, e o índio kaiowá e guarani é um índio que mantém uma tradição maior. Mas eles têm muitas dificuldades. O que existe aqui é uma situação de extrema pobreza nas aldeias de Dourados, que nos últimos anos acabou provocando todas essas questões de assassinatos, de casos de tráfico de drogas, de caso de suicídios, que é um drama das comunidades, principalmente os kaiowá e guarani. Inclusive a situação chegou em um ponto que no ano passado teve uma intervenção da polícia federal com a Operação Tekohá dentro das aldeias, com apreensão grande de drogas, de bebida. E como que isso chega nas aldeias, nessa facilidade? A drogas, bebidas, esses casos de AIDS, nas aldeias, por quê? Porque eles estão muito próximos. O não-índio atua muito de forma prejudicial dentro das aldeias. Influenciam a vida nas aldeias. Então a gente sente, conversando com as famílias, entrevistando as lideranças, que um dos fatores que provocam esse problema social grave é exatamente a pouca estrutura que se tem dentro

das aldeias, e os índios jovens convivem com as melhores condições que existem dentro das cidades, todo dia na cidade. E eles estão vendo que aquilo seria, entre outras, uma situação mais próspera, e quando eles voltam para a realidade deles, a realidade da grande maioria deles é uma casinha de madeira, uma casinha coberta de sapé, ruas sem asfalto. Problemas sérios com água tratada que nunca é resolvido, embora a FUNASA tenha feito ações lá, mas volta e meia você vê uma reportagem dos índios tomando água suja de dentro de um lago, de uma lagoa. Então, é uma situação realmente muito difícil, mesmo(...) Hoje, o índio trocou, no meu ponto de vista, não porque o índio quer, mas pela situação que foi criada, ele trocou a tradição dele, a questão de plantar para comer, de viver dentro das tradições, de pescar, de caçar, ele trocou isso aí pelo assistencialismo. A maioria das famílias só sobrevive infelizmente por causa do assistencialismo.

E como surgem as pautas para fazer notícias sobre índios?

Olha, pauta para questão indígena não falta aqui. É uma área que tem uma cobertura muito grande por parte da imprensa. Se é uma cobertura torta ou reta, é difícil saber. Mas as pautas vêm. Os índios mesmos têm as lideranças, mas não só as lideranças indígenas, os próprios índios mais simples, eles tem a cultura de procurar os órgãos de imprensa. O índio telefona, o índio vem até o órgão de imprensa. Na televisão que eu trabalho, por exemplo, fica bem na entrada das aldeias. Sempre têm indígenas indo lá. Mas tem muitos índios que atravessam o centro da cidade e vão até o centro. O *Jornal Progresso*, o *Diário MS*, os outros órgãos de imprensa, as emissoras de rádio. Os índios denunciam os maus-tratos, os índios denunciam a falta de melhores condições, eles cobram. Nesse ponto, eles são atuantes. Não falta pauta não. O que a gente sente na verdade é para ter um retorno disso quando você procura as autoridades responsáveis, a FUNAI, a *Fundação Nacional de Saúde*, agora a *SESAI*, que é a *Secretaria de Saúde Indígena*, que assumiu. É muito difícil você conseguir informação aqui. A FUNAI, às vezes, fala, mas não fala aquilo que efetivamente deveria falar. Há um jogo de interesses, um jogo de empurra. Por exemplo, faz quase um ano, foi inaugurada aqui na Reserva Indígena de Dourados, a primeira vila olímpica indígena do Brasil. Até hoje essa vila olímpica está desativada, por que? Porque a prefeitura fala que é problema do governo federal, o governo do estado fala que é problema do governo federal, e o governo federal fala que tinha um compromisso com o ex-prefeito para que a prefeitura assumisse a gestão. Isso é só uma coisa. É uma questão de uma área em que foram investidos milhões de reais de recursos federais, e que essa área está parada. Isso aí é uma questão de lazer. Agora você

imagina a questão dos postos de saúde, de hospital, dessa questão toda. Tem questões muito graves: desnutrição. Tem muita coisa séria que precisa ser resolvida. Aí eu vou colocar uma coisa de ponto de vista, eu acho que os políticos eles gostam muito da questão indígena para tirar foto, para aparecer, para ter a questão indígena como uma forma de autopromoção, mas efetivamente é muito pouco feito. Pelo menos em Dourados, muito pouco é feito. Tem o caso clássico aqui, que é a aldeia Panambizinho, que é uma área, se eu não me engano, de 3200 hectares, que essa área estava em poder de 42 famílias de produtores rurais, era uma área indígena. Em 1995, quando Jobim era o Ministro da Justiça, ele autorizou a demarcação, foi dada outra área para os produtores rurais em outra cidade, os índios foram assentados nessa área, que é uma área extremamente produtiva, mas não deram condição nenhuma para eles. Hoje, você vai à aldeia Panambizinho, você vê que o problema do volume de terra foi resolvido, mas os índios continuam com as mesmas dificuldades. Por quê? Porque ele não tem trator, ele não tem semente, ele não tem máquina agrícola, ele não tem assistência técnica, ele não tem financiamento. Se o cara que é fazendeiro, que é produtor rural, ele precisa de financiamento para tocar a lavoura. Você imagina o índio que não tem condição nenhuma, não tem formação para isso, não tem nada. Quer dizer, não resolveu o problema dos índios. Resolveu o problema do confinamento, porque eles ficavam todos em uma área de 250 hectares. Hoje, eles têm uma área de 3200 hectares sem condição nenhuma de produzir.

Vamos falar um pouco da dinâmica do trabalho do jornalista. Você tem fontes fixas?

Tenho. Todos os jornalistas que atuam há mais tempo eles tem fontes fixas lá dentro. Os índios procuram a gente, eles passam informações, eles tentam criar condições que a gente possa apurar. E boa parte desses índios que procuram, eles falam. Muitos claro que têm medo, muitos não se sentem a vontade para falar, mas muitos falam. Eles constantemente cobram, eles dão entrevistas, eles procuram os órgãos de imprensa, eles tentam melhorar a questão das aldeias. Mas é muito difícil.

Essas fontes são as lideranças?

É. Quem entra em contato com mais frequência são os capitães e caciques das aldeias. Eles procuram com mais frequência. Mas índios mais simples também procuram esporadicamente. Mas eles não procuram com a mesma constância, e também eles tem uma preocupação de não ter uma proteção para poder fazer esse tipo de denúncia. Mas os caciques, os capitães das aldeias eles procuram e

procuram muito a imprensa de Dourados. A questão não é que não se noticia muito, eu penso que pode ser a questão da forma que se noticia e o que efetivamente isso pode trazer benefício para as comunidades.

E em órgãos públicos você tem fontes fixas ou contatos?

Tenho, mas é muito complicado, não é fácil você conseguir informações nos órgãos públicos ligados mais diretamente à questão indígena. Veja que prefeitura, governo do estado, é mais fácil você trazer essas informações, mas essas informações geralmente elas vêm. Eles trazem informações efetivas, vai formar um posto de saúde, vai fazer isso, aquilo. Mas os órgãos que tratam efetivamente da questão indígena, é difícil o jornalista de Dourados conseguir informação. Existe muita burocracia, se joga muita coisa para Brasília, nos órgãos federais para se ter mais informações, e não é fácil você conseguir informações efetivas nos órgãos, principalmente nos órgãos federais que são ligados à questão indígena.

Os textos que você produz são publicados no portal ou vão principalmente para o impresso?

Os textos nossos na maioria das vezes eles vão para o impresso. Evidentemente, que uma ou outra vez esse texto é usado para o portal. E em caso, por exemplo, de ações mais efetivas, igual aconteceu na operação da polícia federal²³³, evidentemente que alguns textos nossos vão para o portal do *Correio do Estado*. Porque são informações que a gente passa do local, passa por telefone, por internet, que tem essa facilidade porque ali é próximo da cidade. Então, quando acontece de questões mais efetivas, de operações, nesses casos, saem em maior quantidade no portal. Mas as matérias que a gente produz mais são para o jornal impresso. Porque o portal tem uma equipe, no *Correio do Estado*, que só cuida do portal, você esteve lá? Então a equipe só cuida do portal. Claro que você ajuda, na medida do possível. Você consegue fazer, porque são informações e você pode ajudar com informações.

Qual é a frequência da sua atuação como correspondente?

A gente faz matérias todos os dias. Agora, isso não significa que essas matérias vão sair, não significa que você tenha um compromisso fechado, de todo dia mandar material. Por exemplo, eu estou produzindo um material sobre a cidade universitária, sobre Dourados como pólo de ensino superior. É uma matéria que demora mais um pouquinho, vai demorar três, quatro dias para fazer, para montar, para mandar. Agora, a

²³³ Operação Tekohá, quando a polícia federal foi enviada para dentro da Reserva de Dourados para garantir a segurança diante do alto número de assassinatos que estavam acontecendo.

gente faz diariamente o factual. No meu caso, eu cubro mais cidades e política. Política sempre tem questões factuais, então a gente produz diariamente.

Você acessa os sites regionais daqui de Dourados?

Sim. Dourados hoje tem quatro, cinco sites que atuam mais efetivamente: *Dourados News*, *Dourados Agora*, *Dourados Informa*, *MS Já*, que é um site novo, mas que começa com um conteúdo legal, e tem o *Patrulha da Cidade* que é um site mais ligado à notícia policial. Tem outros sites também aqui em Dourados, mas os principais mesmo são o *Dourados News* e o *Dourados Agora*, pelo menos aqueles que têm um pouco mais de estrutura. Sites servem como consulta, mas, quando você escreve para o impresso, você tem que ter um pouco mais de embasamento. Procurar mais as fontes, as autoridades, aquelas pessoas que possam te dar informação mais detalhada. Mas eu penso que falta muito ainda para que os sites de notícias sejam estruturados. Até porque a internet, parece que não, mas internet como uma questão do volume de portal de notícias ela é muito nova ainda. Então, você não pode cobrar hoje que, no interior de Mato Grosso do Sul, os sites de notícias tenham uma estrutura que já tem os jornais, as emissoras de rádio, as emissoras de televisão que estão aqui há mais tempo, e estão mais estruturadas. Mesmo porque tem dois lados disso: para você ter estrutura, você precisar ter um bom espaço no mercado, precisa vender publicidade. Então, os sites precisam se fortalecer, até para melhorar. Então, eu penso que, por esse aspecto, os sites vão caminhando paulatinamente para que eles possam, mais para frente, ter uma estrutura melhor e possam, por exemplo, fazer um trabalho mais complexo. Hoje, por exemplo, os sites fazem muita notícia curta. Dão notícia rápida, e você vê muito pouco. No *Campo Grande News*, no *Mídia Max* você já vê algumas apurações, algumas matérias mais longas, algumas matérias mais elaboradas que em Dourados você ainda não vê até por essa falta de condição. No *Dourados hoje*, você ver um site que é apêndice do jornal também, no caso do *Dourados Agora*, embora ele tenha muito conteúdo próprio ele é um apêndice do *Jornal Progresso*, então as notícias principais que estão no jornal, as mais importantes, as mais elaboradas, acabam parando que qualquer forma, quando o jornal chega na banca, para o assinante, logo depois o material já está no site. O que também não é negativo porque o número de pessoas que acessam internet é muito maior do que quem tem condições de assinar o jornal, de comprar o jornal. De qualquer forma, socialmente é legal, acaba difundindo a informação para um número bem maior de pessoas.

E você já enfrentou alguma dificuldade para entrar na aldeia?

Algumas vezes. Algumas vezes eu já enfrentei sim. Quando o clima é de maior tensão. Às vezes, tem períodos, por exemplo, que para você entrar na aldeia você tem que ter permissão, ou da *FUNAI* ou permissão de lideranças indígenas. Não é sempre que o caminho está aberto para que o jornalista possa entrar. Você passa na frente da aldeia, dá a impressão de que aquilo ali está tudo aberto, mas você tem dificuldade para entrar, para chegar. Eu lembro um caso que já ocorreu, por exemplo. Não aconteceu comigo porque, como na televisão eu sou editor de jornalismo, então eu vou muito pouco às externas na televisão. Mas já teve vários casos de colegas que ficaram reféns em coberturas sobre áreas indígenas, sobre ocupação de terra. Eu soube de várias pessoas que ficaram lá reféns, nunca aconteceu que eu me lembre de passar a noite lá, mas de ficar o dia inteiro como refém, já aconteceu. Que eu lembro que em 1983, eu era auxiliar de cinegrafista, começando a trabalhar com televisão, eu tinha acho que 15 anos, e a gente foi para a aldeia, para fazer uma eleição. As aldeias de Dourados têm uma questão peculiar, as aldeias Bororó e Jaguapiru, que elas tem a figura do capitão, que não tem na maioria das aldeias, que tem o cacique. E teve uma eleição, que parecia normal, e a urna, e estava tudo certo, e de repente houve uma briga generalizada entre os indígenas, e nós ficamos trancados dentro da sede da *FUNAI*, sem poder sair. Uma pressão danada, com segurança na porta. E foi a primeira experiência de quando eu comecei a trabalhar na imprensa. Eu me lembro muito bem disso aí. Eu lembro bem da imagem de coisas que eu nunca imaginava ver. Impressionante a quantidade de lanças de ferro, que os índios têm. Lanças pontiagudas, que eles mostravam na briga, que eles batiam no chão. Então, existe também o outro lado, além da dificuldade que é decorrente dessa falta de estrutura também, mas existe outro lado nas aldeias aqui de Dourados que, muitas vezes, tem o clima de tensão entre as etnias, entre as partes, que isso já levou a mortes, já levou a brigas políticas muito grandes, já foi muito complicado. Hoje, nesse aspecto, acho que o foco é outro, o foco é trabalhar para melhorar a qualidade de vida dos índios, permitir com que eles tenham condições de gerir a própria vida, respeitar os espaços dos índios e fazer com que eles tenham condições de viver dignamente. E de tirar as influências que estão lá dentro, de dentro e de fora, que traficam, que prostituem, que vendem bebidas alcoólicas, que é proibida, mas que ninguém consegue deter isso. Então, você ver que quando você passa nas rodovias, que liga Dourados à Itaporã, que corta as aldeias, você vê dezenas de jovens índios no meio da pista, bebendo com garrafas de pinga. Então, como que essa bebida chega lá? Chega porque a aldeia está colada na cidade.

2. Entrevista com Fausto Brittes – editor do cibermeio jornalístico *Correio do Estado*

Eu gostaria que você falasse seu histórico aqui no jornal.

Eu tenho 36 anos de profissão, aqui no jornal *Correio do Estado* são 12 anos e na função de editor chefe do portal *Correio do Estado* é um ano e dez meses. Um ano e três meses que nós colocamos o jornal no ar, mas teve um período que nós ficamos trabalhando antes para ajeitar as ferramentas, a forma como que seria, uma questão editorial. Então, com esse período, são alguns meses anteriores, e mais um ano e três meses que o portal está no ar.

Você pode falar como é a dinâmica de trabalho do jornal e como a equipe é distribuída

A proposta do portal foi a seguinte: quando ele entrou nesse formato novo, formato de portal – que até então era um *site* que era abastecido diariamente, ficava o jornal impresso permanente no *site*, e aquilo era abastecido com algumas matérias nacionais ou mesmo locais, com essa concepção de portal, o básico na discussão no início dos trabalhos, foi que a gente daria uma certa atenção para vídeos e áudios. Até porque tínhamos a TV Campo Grande, a filiada da SBT, e porque o grupo *Correio do Estado* tem duas emissoras de rádios, uma FM e uma AM, e a proposta inicial era fazer um trabalho integrado inclusive com o impresso. Era um trabalho integrado, não para ter duas redações, nem uma concorrer com outra. Essa foi a proposta, de se fazer o grupo totalmente trabalhando para o portal. A concepção do portal: hoje o portal tem abrigado nele as duas emissoras de rádio e mais o impresso, e há esse trabalho conjunto. A equipe do portal: além do pessoal do impresso, que colabora, que passa as matérias do dia-a-dia, o portal tem uma equipe formada por estagiários e por profissionais de já alguns anos no trabalho. Nós tínhamos um maior número de estagiários, tínhamos quatro estagiários e dois editores, e uma sub-editora. Como a situação momentânea de encerramento de contrato dos estagiários, hoje a equipe está reduzida, mas a diretoria está estudando para suprir aquelas vagas que tem de estagiário. Os estagiários estão divididos de manhã e a tarde, sob a minha supervisão geral. Temos a editora Rosana, que acompanha o trabalho da equipe, mas a Beatriz, que é a subeditora, que dá esse respaldo. Ela é a minha ligação com a equipe, e eu sou a ligação com o impresso e com a diretoria. Os repórteres têm as pautas, principalmente com pautas especiais, quando a gente vai trabalhar na área de vídeo. E é bem eclética a pauta, porque nós cobrimos com vídeo, a gente faz com artistas, a gente faz na área de economia, cidades. Faz de todas as editorias possíveis que a gente possa ter um bom retorno em termo de

vídeo. (...) E sempre procurando também fazer um factual, um assunto de momento, e ao mesmo tempo pensando em pautas relativas a assuntos do mês. Como agora vem o carnaval e a gente tem uma pauta toda para o Carnaval. E, basicamente, é essa a estrutura toda de funcionamento organizacional.

Quantas matérias, em média, vocês publicam por dia e como são subdivididas?

Como o portal é uma coisa dinâmica, a gente não tem uma divisão como tem no impresso de editorias. Então, a nossa atividade faz com que todos os estagiários façam tudo. Ele não tem uma editoria específica, ele não se especializa em algo, se é economia, se é cultura, ele faz tudo. E a gente, quando faz a reunião de pauta, como eu sou muito democrático, a gente vê quem quer pegar o que. E ali a gente dá a orientação daquilo que deve ser feito. Se vai entrevistar o superintendente da *Caixa Econômica*, na questão habitacional, por exemplo, o repórter vai ter aquela aula inicial, para poder saber, entender o assunto, e depois sair, levar a pauta definida para as perguntas. Em termos de produção de matérias, aí eu tenho que ver. Porque são tantas, a gente vai fazendo e vai colocando, até porque a gente faz aquela varredura para pegar materiais de fora e também a gente trabalha os *releases*. A gente pega os *releases* e modifica, então eu teria que ver o volume de matérias que sai. Mas acho que dá para a gente ver o tanto de matérias que são produzidas e ver uma estimativa.

Mas tem alguma frequência pré-estabelecida?

É o seguinte, a gente tem, por exemplo, uma determinação da diretoria: nós temos que colocar um “abre” no máximo a cada uma hora. Então, no máximo em uma hora a gente tem que mudar a manchete do portal. Então, às vezes, vai 50 minutos, mas a gente não pode passar de uma hora com a mesma matéria presa lá. Então, é essa dinâmica que a gente tem que ter e correr atrás. Então, como ele é 24 horas, o estabelecido é o seguinte: meia noite vira a capa inteira do portal. Então, todas as matérias antigas do *site* ficam em últimas notícias. Aí entra uma capa nova. Como se fosse um impresso, que vai para as ruas. Então, meia noite entra a capa nova, com todas as matérias diferenciadas das do dia anterior. A gente não repete o dia anterior, a gente dá sequência daquilo que foi dito. Esse material fica da meia noite até às sete da manhã no ar, essa capa. A partir das sete horas, já começa a ser mudada as manchetes e a mudança vai até uma oito/nove horas da noite com manchetes trocando de hora em hora. Oito/nove horas ele para, até meia noite, quando entra uma nova capa. Até porque a gente não tem uma equipe específica para ficar de plantão para a noite. O sistema nosso, é o

seguinte, no meu caso e dos repórteres, nós ficamos sempre no *iphone*, tem internet em casa, dá uma olhada, então se tiver alguma coisa, como já ocorreu, está tendo um grande incêndio, a gente liga, se mobiliza para fazer o material. Mas é dessa forma que funciona. E as matérias, na medida em que vão sendo apuradas, vão sendo jogadas no ar. E, a partir da meia noite, as últimas notícias entram de uma e uma hora, não as da capa, aquelas que a gente chama de últimas notícias. São matérias programadas, são matérias de agências, matérias que a gente usa.

Como é a relação do on-line com o impresso?

No começo, até em alguns congressos, seminários que eu participei, sempre se disse que houve certa reação. Na verdade, tentou-se tudo em termos de on-line. Primeiro, os grandes jornais montavam as suas redações separadas. Depois desmobilizaram as suas redações para uma coisa integradas. Nós começamos aqui com essa proposta de integração. É claro que, no princípio, o desconhecido acaba causando certo impacto. Então, houve alguma reação, no sentido que o pessoal não estava acostumado a ter essa interação com o on-line. Então, havia certa dificuldade até de entendimento, mas aos poucos foi se passando o tempo e hoje há uma colaboração até considerável. Porque as pessoas saem de lá, elas ligam, já passam por telefone as informações, a gente escreve aqui. E, aí, não tem ninguém específico. Eu pego a Rosana, de repente o governador dá uma declaração a gente já faz. Quando é um acidente grave, o repórter já leva o *iphone*, já liga, já manda por e-mail as fotos. A gente já põe. Então, já há uma dinâmica. Poderia até ser melhor, mas isso aí é com o tempo, até pela característica do dia-a-dia. Não sei se você reparou, ontem, eu saí de mesa em mesa perguntando – o que você tem de local? A nossa prioridade é fazer o regional. Damos o nacional, mas a gente está procurando cada vez mais fazer um portal regional, que é uma determinação da empresa.

Quais são as principais fontes de informação que vocês utilizam?

O poder público sempre é uma boa fonte. Você conversa com o prefeito, com secretários de estado. Se há um sinistro, se há um problema de erosão, ou um problema de pavimentação, de lançamento de obras e tal, a gente está sempre cobrindo. Ou é o pessoal do impresso, ou somos nós que vamos. Mas a recíproca é verdadeira: assim como eles nos passam, nós também temos a obrigação e a determinação de passar as nossas matérias para eles. Só que a gente não passa falado, claro. Ou eles pegam no portal já ou a gente aumenta, produz um material mais amplo para o pessoal que faz. Além do poder público, nós temos a polícia, que também não deixa de integrar o poder público, e as fontes, cada um tem suas fontes em vários segmentos. Eu, pelo fato de ser mais antigo na

área, tenho muitas fontes em vários segmentos. E essas fontes eu coloco à disposição da minha equipe. Às vezes, tem uma pessoa que quer falar só com você. Aí a gente passa informação para o pessoal. Ou então, quando é uma coisa que a fonte não tem problema de conversar com o pessoal da equipe, até em função da credibilidade que tem do que vai sair, a gente repassa. Então, as nossas fontes nós temos muitas. E, outro detalhe, como o *Correio do Estado* é um jornal antigo, de quase 54 anos, muitas pessoas ligam e passam informações, mandam e-mail para o impresso, como agora já está se passando para o portal. Então, essa é a nossa dinâmica.

Mato Grosso do Sul é o estado onde se encontra a reserva indígena com maior densidade populacional do país. O portal *Correio do Estado* possui alguma estratégia específica, tais como jornalistas especializados, correspondentes, fontes fixas, ou outras, para coberturas dos acontecimentos relacionados aos povos indígenas?

É o seguinte, com relação a correspondentes nós temos. Nós temos em Dourados, que cobre toda aquela região, de Dourados, tem a reserva indígena, tem Amambai que é ali próximo. Então, o pessoal ali de Dourados, que é o segundo maior município do estado, eles dão essa cobertura ali. Nós, invariavelmente, damos uma cobertura assim, já temos vários exemplos, se você fizer uma pesquisa. Às vezes, os índios dão uma cobertura, a gente se desloca para lá, para ver o problema. E, geralmente, é uma questão ou da falta de atendimento, de questão interna da FUNAI, que não dá atendimento, que eles se revoltam, ou é questão de terra. São dois assuntos básicos, é terra ou falta de assistência. Os índios, eu mesmo, já fui a várias aldeias, como eles se unem em determinado grupos, contra outros grupos, quando eles acham que um grupo está mais ligado com o superintendente, coordenador da FUNAI, e o outro grupo está se achando desprestigiado, então eles se juntam aqui contra aquele grupo. Então, é uma questão interna deles. Mas a gente sempre está cobrindo e sempre dando espaço. E, digo para você, com toda sinceridade, já recusei aqui entrevistas de pseudolideranças indígenas querendo usar o jornal para fazer, na época, para resolver questões pessoais. Isso a gente identifica, a gente vê. Para você ter uma ideia, chegou um índio aqui dizendo que ele veio denunciar que era funcionário fantasma. Primeira, se ele é funcionário fantasma, ele não tem nem credibilidade para ficar acusando os outros, se ele estava aceitando a situação. Então, esse tipo de coisa não dá para você ficar divulgando. Porque é uma briga deles e eles não se importam de dizer “Ah, eu sou fantasma” para prejudicar aquele cara que deu espaço para ele. Mas, isso eu acho que não vem ao caso. A cobertura

sobre os índios sempre a gente dá, não a favor desse ou daquele. A gente dá a matéria: bloquearam as estradas por causa disso e disso, os fazendeiros dizem que o bloqueio não é necessário porque o problema não é com eles, é com o governo federal. Então, fica aquela situação assim. O Ministério Público é bem atento à questão indígena. A gente usa muito o Ministério Público para dar as informações com relação aos indígenas. Até porque é o seguinte: como a imprensa não pode entrar em terras, só quem pode ser autorizada mesmo é a polícia federal que toma conta, então a gente tem que se socorrer com o Ministério Público, com a própria FUNAI ou com as lideranças indígenas que eles sempre têm. Os índios eles são bem organizados, eles têm o porta-voz deles, então eles falam. Então, a gente dá a cobertura, não sai de um lado ou de outro, mostra a realidade, os dois lados. Porque essa é uma situação que foge do âmbito regional. Porque essas situações, essas decisões, elas são tomadas em nível de governo federal. Então, o problema é aqui, mas a decisão é tomada lá. Então, a gente dá a cobertura do factual aqui e acompanhando. Porque nós temos um correspondente em Brasília, que fala dos Ministérios. Sem falar que a gente tem o contato com a bancada federal que entra no circuito para resolver essas questões. O senador Delcídio é uma pessoa bem ligada à questão indígena. Ele sempre está atento, sempre se posiciona a respeito e leva a situação para Brasília para tentar resolver.

Você falou sobre essa questão de não poder entrar nas áreas. Houve outras dificuldades? Quais são as principais dificuldades encontradas na cobertura da questão indígena no estado?

A questão indígena é complexa e, muitas vezes, a gente como jornalista tem que ter certo cuidado, certa compreensão. Muitas vezes, os índios estão nervosos. Já aconteceu conosco aqui, de tentar agredir, xingar, ofender. Mas se você fizer um parâmetro com outras situações, às vezes, acontece também da pessoa tentar te xingar, vamos dizer um branco, te xingar em uma ocorrência, em uma coisa. Aí a gente não pode dar uma superdimensão, “Ah porque o índio tentou agredir repórter”. Então a gente tem que ter certo entendimento do que está acontecendo ali. Então, a dificuldade, eu não vejo que seja diferente da dificuldade que a gente tem em outras situações. Dificuldade a gente tem nessa questão de legislação: Polícia Federal cuida de índio, que não se entra em terra de índio. Então, o repórter, às vezes, ele sente dificuldade para poder se aprofundar no material. Essa barreira, mas é uma barreira legal, é assim que funciona. Não tem como a gente querer invadir, entrar na aldeia e querer forçar o índio falar, para criar uma situação. A gente tenta oferecer, se eles estão no meio da rua, então, vamos tentar falar com ele

no meio da rua. Eles vão falar. Tem uns que ficam nervosos e outros conversam com você numa boa. Então, qual a dificuldade que tem? Eu não vejo uma dificuldade maior do que muitas vezes a gente enfrenta em outras situações. Muitas vezes dizem – “ah não tem uma solução, está todo mundo se escondendo”. Mas, às vezes, também o governador não te responde, o prefeito deixa de te responder. Então, dificuldade existe. Eu acho que são dificuldades naturais de se conseguir informação, de furar um bloqueio. Esse bloqueio existe em questões legais, assim que eu vejo.

A questão da distância, você acha que gera dificuldades? Os índios, as aldeias, ficam em regiões distantes, isoladas?

Você sabe que nem tanto. Por exemplo, nessa região sudeste. Nós temos os terenas, eu até te falei que tem um distrito, que é formado especificamente por aldeias, eles sempre estão em Aquidauana, que é cidade. O pessoal vai lá, tem os índios que trabalham em Aquidauana. Dourados é a mesma situação. Em Dourados, a aldeia fica no município de Itaporã que é um município próximo de Dourados, é perto, não dá nem 10 minutos de carro. Inclusive, muitos índios morrem na beira da estrada porque eles vão para aldeia, lá em Dourados, ficam bebendo, às vezes, vão bêbados para rua, pela rodovia, os carros atropelam, foge, é escuro. Já se tentou várias situações, se colocou quebra-mola, já se tentou muita coisa. Mas a integração indígena, que nós estamos falando, inclusive em Amambai também, ela é muito próxima da cidade, da comunidade branca, vamos dizer assim. Então, isso, às vezes, é até prejudicial, eles acabam pegando os costumes e os caras acabam aproveitando e judiando. Para você ter uma ideia, eu fui fazer uma reportagem sobre o trem do Pantanal, eu fui de carro para fazer, e lá em Ipamé, a mulher fica com todos os cartões dos índios, porque eles compram na mercearia dela, então, ela pegou o cartão de benefício dos índios, e fica com ela, para ela poder abater. Então, ela que recebe. É uma situação que acontece em muitos lugares. Para você ver o grau que está do índio com o branco e essa questão da exploração também. A gente sabe que se explora. Mas tinha uma coisa também, o que acontece com o índio logo sai na imprensa. Não leva dois, três dias não. Aconteceu uma coisa, aí já explode. A imprensa já cobre, não importa onde seja. E, com o advento da internet, os *sites*, tudo, a coisa vem muita mais rápida, já se coloca no ar. Essa questão mesmo que eu te falei recentemente dos índios que sofreram ataque pipocou em todo canto e inclusive em nível internacional rapidinho já estava, porque tem as ONGs que se encarregam de divulgar. Então, é muito difícil ficar uma coisa alheia, muito difícil. Aconteceu alguma coisa com os índios de

Mato Grosso do Sul as atenções se voltam. Acho que com os índios dos outros estados também. Porque há essa preocupação, até porque eles precisam de apoio.

É, eu observei isso. Existem muitas notícias sobre índios, sobre violência e outros acontecimentos.

(...). É que aqui nós temos um vereador, agora ele voltou, porque ele era suplente, ele era vereador, agora ele foi reeleito, ficou na suplência, e assumiu a Fundação da Cultura. Ele fez um trabalho extraordinário com os índios. Aqui que teve também concurso de miss indígena. Então, tem uma série de coisas. Porque nós aqui temos bastantes índios. Eu mesmo sou descendente, então a gente tem uma ligação muito forte.

Agora, falando um pouco sobre a informação de autoria de cidadãos. Você considera que as informações publicadas em sites, cibermeios, blogs de autoria cidadã podem ser utilizadas em uma matéria? E como seria o procedimento?

Pode sim. Eu até estava vendo aquele questionário que você mandou, e ali tem uma questão relacionada a isso. O fundamental é checagem, a gente vê, às vezes. Às vezes, as pessoas mandam. Tem aquele *ticket*²³⁴ lá. Às vezes, vem por aquilo, às vezes, vem por e-mail particular, vem por telefonema. A gente vai checar. A matéria que a gente vê de informação em um blogue, a gente vai atrás. A gente vai, melhora, às vezes, o *site* local não dá uma dimensão. Porque está tão acostumado, então ele não dá, ele vai e divulga. Mas, para a gente que está distante ali, a gente pode enriquecer mais, procurar, fazer todo um trabalho em cima disso. Eu acho assim fundamental. Porque uma vez a gente viu em um *site* no interior, das crianças que tinham nascido siamesas que precisavam de apoio. Então a gente foi atrás, até o impresso foi. Eu acho fundamental; e a gente checa e aproveita e, às vezes, dão excelentes matérias.

Você acredita que os cidadãos estariam mais aptos para relatar os acontecimentos por vivenciá-los diretamente do que os jornalistas? E quais seriam as colaborações que os cidadãos poderiam fornecer para a cobertura jornalística?

Eu não vejo o cidadão substituindo o jornalista. Porque o cidadão, às vezes, ele vai te dar uma informação, ele vai muito pela emoção, muito pela coisa da comunidade. Ele não tem esse discernimento que o jornalista tem. O jornalista tem uma perspicácia, o jornalista está ali para

²³⁴ O *Correio do Estado* possui, na coluna do lado esquerdo da página, dentro das opções de contato, a seção “Fale com a Redação”. Nesta seção, é possível enviar uma mensagem para redação. É a ela que Brittes se refere.

isso. Ele trabalha para ver todos os ângulos. Enquanto que o cidadão pode te passar uma informação e, muitas vezes, pode te passar uma questão equivocada, passar uma informação equivocada, que ele não checkou, não é obrigação dele. “Olha, o cara lá bate na mulher todo dia”. Mas aí a gente tem que checar. De repente, o cara sofre algum distúrbio mental, que ninguém vê, não sabe. Mas é fundamental a participação das pessoas, em te dar a pauta. Você tem que olhar aquela pauta e checar. Isso aí é como se te desse *release*. O que era para te respaldar para você trabalhar o material, hoje as pessoas pegam o *release* e usam muitas vezes literalmente. Não usam aquela informação para ampliar e fazer um material melhor. Pega e põe. Mas, agora, o cidadão pode nos ajudar, ele pode falar dos problemas do bairro dele, não só dos problemas, mas o que é que está se fazendo no bairro dele. De repente o bairro se reuniu, a comunidade construiu um centro comunitário para dar aulas de várias coisas, de bordado, de dança. Ele nos informa e o repórter vai lá faz matérias, ou outras pessoas fazem uma bela matéria. Eu acho que é boa a participação do cidadão, essa interação é fundamental, mas eu acho o seguinte, que não substitui o trabalho do jornalista. Porque o jornalista ele tem a obrigação de mostrar tudo, de escarafunchar a pauta. Deixar ela bem detalhada.

Quais você acha que são as possibilidades que a internet trouxe para a produção de notícias e como essas ferramentas são utilizadas aqui no portal?

A internet, hoje em dia, é uma coisa assim, que não se tem mais como viver sem internet. O jornalismo ele ganhou muito. Aqui a gente usa todos os tipos possíveis e imaginários. Quando teve a questão daquele vazamento de radioatividade na usina no Japão, eu vi o quanto foi importante a internet. Porque eu entrava todos os dias nos *sites* japoneses, nos *sites* americanos todos, e ali estava a informação. E, às vezes, a gente até pegava imagens do *site* do Japão. Uma coisa extraordinária, que não se imaginava o quão rápido seria isso. Eu comecei a imprensa em 75, eu tinha 17 anos, não sou formado. Eu não me formei em comunicação. Eu tenho registro com base naquela lei de José Sarney naquela época, que as pessoas que trabalhavam na imprensa que provassem que trabalhassem de tal período a tal período, teriam registro definitivo. Foi o que eu fiz. Naquela época, para você ter uma ideia, o nosso chefe de redação era o correspondente do Estadão, o jornal do estado de São Paulo. Então, ele fazia as matérias e, as fotos, ele colocava no envelope e eu ia levar lá no aeroporto, e ficava lá pedindo: “Ah, o senhor vai viajar para São Paulo”, era pela VASP na época, “dá para o senhor deixar isso no balcão da VASP”. E aqui já

ligava pedindo para algum cidadão ir buscar. Então, para você ver como que funcionava naquela época. E a evolução com a internet, você captura uma foto, desde que seja permitido utilizar. Com a internet na mão, a gente utiliza todas as ferramentas, a gente usa o possível e imaginável – o texto, a foto. E aí nós temos o *Twitter*, o *Facebook*, que a gente usa para divulgar o portal.

Você já escutou falar do termo jornalismo cidadão? E qual é a sua opinião?

O que eu ouvir falar é da integração do jornalismo cidadão, a pessoa entra em contato contigo, e te falar dos problemas dela, e você trabalha em cima, você fazer o material baseado na cidadania, do respeito aos três poderes, o Judiciário, o Legislativo e o Executivo. Qual que é o papel dos três para a comunidade. Se eles podem recorrer à justiça para ter um benefício que o executivo tinha que fazer, e também recorrer ao legislativo para cobrar dos parlamentares leis específicas para atender à determinada região. Por exemplo, se a prefeitura vai derrubar, invadir, meu parquinho, minha areazinha, minha florestinha aqui, eu posso recorrer ao judiciário e conseguir uma liminar e pedir a ordem, e eles vierem. Como aconteceu aqui na universidade. A prefeitura ia invadir um pedaço de uma reserva florestal e entraram na justiça, a prefeitura teve que fazer um desvio. Eu penso assim o jornalismo cidadão isso, talvez possa estar equivocado.

Sim, estes são termos mais utilizados no ambiente acadêmico. Esse que você falou é mais jornalismo público. Jornalismo cidadão são os meios da internet, como os blogues.

As mídias sociais? Ah, sim. Eu acho isso fundamental. Só acho o seguinte. Acho legal, são boas a gente até utiliza muito delas. Mas eu estou achando assim. Tem muita gente que está se equivocando com a utilização de mídias sociais. Mídias sociais não são para atacar o jornalismo, porque não gosta do jornalista. Ele ataca o trabalho do cara de uma forma muito perigosa. É aí que entra a responsabilidade do jornalista, de saber o que ele está escrevendo, o que ele está fazendo. Porque atacar, criticar; olha a diferença, existem críticas, e críticas. Então, a pessoa checar xingar, escrever isso e aquilo, não tem nada a ver. Ele vai ter seguidor, o outro vai falar, “que bacana, que legal”. E tem que ter certo cuidado. Eu não estou dizendo que é jornalista, mas o que estão fazendo com essa moça, “Só falta Luiza²³⁵”, que foi para o

²³⁵ Após uma propagando em que o pai de Luzia falava expressão “Menos Luiza que está no Canadá”, a expressão “Só falta Luiza” passou a ser compartilhada nas redes sociais. A propaganda era de um lançamento imobiliário em João

Canadá. A forma como foi colocado, eu não digo que foi jornalista, teve uma matéria, o *GI* entrevistou o pai. Mas eu estou vendo que para essa menina vai virar um trauma terrível, pois já virou gozação. Então, essas ferramentas são importantes, mas tem que se ter o cuidado e respeito. É uma questão de responsabilidade, do jornalista, principalmente. Ele tem que ter responsabilidade de saber usar essas ferramentas. Senão vira uma baderna, uma bagunça. Eu lembro, “ah o Obama usou *Twitter*, fizeram uma febre. Ah, o Brasil vai usar *Twitter*, vai fazer tal e tal”. Muita gente usava e eu acompanhava, aqui local, eu via assessores de candidatos se agredindo via *Twitter*, falando mal, xingando o outro, desafiando o outro. Outra coisa é você pegar o *twitter*, divulgar suas ideias, divulgar ideias do candidato. (...) Mas ficar se xingando, se agredindo, que interesse tem isso? (...)

Voltando um pouco para a questão indígena. Quais são as principais fontes utilizadas em matérias sobre os povos indígenas?

Como eu te falei, nós temos os correspondentes que eles têm as fontes específicas lá. Dos órgãos públicos, superintendência. Tem a *FUNAI* aqui, a *FUNAI* em Amambai, e *FUNAI* em Dourados. Não é Campo Grande que toma conta lá. É cada uma que toma conta da sua região. Então, além da *FUNAI*, nós temos as lideranças locais, que sempre tem, o capitão de uma aldeia sempre fala, sempre o outro fala, são pessoas específicas, que já são conhecidas da imprensa. Nós temos o Ministério Público Federal que sempre tem dado informações, tanto é que eles divulgam vídeo e foto. O Ministério Público faz um trabalho bem amplo, o Ministério Público Federal. Temos algumas ONGS, algumas organizações não-governamentais que se manifestam, que a gente procura para dar esse apoio. Então, são fontes básicas conhecidas que a gente procura. Lideranças, representantes do poder público, Ministério público, *FUNAI*. Trabalhávamos muito com a *FUNASA*, que na época cuidava da saúde dos índios, que mudou agora. (...) Mas a *FUNASA* também era uma boa fonte da gente, que enviava sempre material e sempre procurava também para cobrar algumas denúncias ou queixas.

Qual é a sua opinião sobre a cobertura sobre povos indígenas? Você acha que a cobertura atual aborda os interesses de todas as partes de uma maneira justa e equilibrada?

Eu acho que sim. Apesar que, eu até vejo isso no portal, algumas vezes, a cobertura que a gente deu recebeu críticas. Porque isso que eu falo da importância do jornalista. Eu acho que críticas a gente tem que ter

Pessoa, e o pai fazia referência à filha que, na ocasião, estava em intercâmbio no Canadá.

mesmo, ninguém é perfeito. Retratar o fato, colocar a posição seja o que for, da polícia federal, isso faz com alguns jornalistas, os estudantes de jornalismo, quererem te criticar, mandar um e-mail, que acham que você está fazendo um trabalho parcial, está só defendendo o lado do fazendeiro. Na verdade não, a gente faz esse trabalho, mas invariavelmente, eu falo não só pelo nosso jornal, todos dão coberturas equânimes, a coisa tranquila para os dois lados. E tudo que acontece de índio seja de bom, ou um concurso, ou um índio que se destacou no esporte, ou num concurso de música, a gente divulga, como conflitos a gente divulga. Pelo menos no portal *Correio do Estado*, a gente sempre tem procurado isso. Eu vejo nos outros portais, nos outros *sites*, que também há um equilíbrio da cobertura, ninguém sai a favor desse ou daquele. Mas você vai pesquisar, de repente você vai ver que não é bem isso.

Você poderia falar da seção *Você é o Repórter* do portal? Ela ainda funciona?

Ela funciona. Mas a receptividade das pessoas não é aquela que a gente espera. Ela existe, está ali, mas algumas pessoas mandam foto, seja algum problema de enchente, que as pessoas faziam e mandavam para nós. Vídeos, algumas pessoas mandavam também. Mas eu não sei se aqui em Campo Grande as pessoas não estão muito acostumadas a enviar material, eles preferem mais fazer a denúncia para a gente ir no local e fazer. Mas a ideia do *Você é o Repórter* é a pessoa pegar aquele ângulo, aquela coisa do momento e mandar para nós. Aí eu acho as pessoas ficam meio assim... A gente até já fez alguma trabalho para atrair as pessoas, fizemos um concurso que foi legal, um concurso da cidade, as pessoas mandaram várias fotos, muito lindas. Fizemos uma comissão entre nós, escolhendo a foto. Fizemos também de pássaros, a pessoa manda foto de pássaro. Mas ela continua aberta, eu acho que com o tempo as pessoas vão assimilando e vão mandando. Mas ela existe e vai continuar aí.

3. Entrevista com Rosana Siqueira – editora do cybermeio jornalístico *Correio do Estado*

Há quanto tempo você é editora?

Do portal tem um ano e um meio mais ou menos. Mas que eu sou editora, de economia, tem 15 anos. Eu saí do impresso para ir para o portal.

Como se dá a apuração das notícias para o portal?

Normalmente a gente faz o procedimento, de manhã, e durante todo o dia. A gente entra no *site* da Polícia Civil, porque o *site* é mais voltado para o regional. A gente faz essa escalada todos os dias de manhã. A gente faz o *SICO* [Sistema de Informação de Atestado de Óbito], que é o sistema de informação da polícia, a gente olha os outros *sites*, e-mails, a parte de *releases* também que pode servir como base de pauta, e participamos da reunião de pauta do jornal *Correio do Estado*. Todas as formas que a gente tenha informação do que está acontecendo naquele dia. Então, às vezes, o repórter liga, ou o próprio editor, porque a nossa equipe é muito reduzida. Então, não tem aquela separação, de que é só o repórter que apura a informação. Todo mundo faz tudo.

E, geralmente, a apuração se dá mais por telefone?

Sim, a maioria por telefone. Como a gente não tem carro, nem equipe, a gente usa muito telefone ou *msn*.

Especialmente com relação aos povos indígenas, há alguns *sites* específicos, algumas fontes específicas que vocês utilizam?

Tem. Geralmente o *site* do *CIMI* [Centro Indígena Missionário], a *FUNAI*, a Secretaria de Saúde Indígena, a *SESAI*, e os *sites* do interior, *Itaporã News*, *Dourados News*, *Dourados Agora* e os próprios correspondentes do jornal, às vezes, passam alguma informação relacionada à questão dos povos indígenas. A gente trabalha muito com o pessoal do *Região News*, porque é lá que centralizam-se as aldeias aqui.

Então, não tem uma política específica para tratar sobre os indígenas?

Não. Eu acho que em nenhum dos *sites* do estado, dos *sites* noticiosos, você vai ver esse tratamento diferenciado só direcionado para os povos indígenas. Eu sei que existe, tenho informação, mas não conheço, em Dourados, alguns *sites* de produção de matérias para os indígenas, inclusive na linguagem guarani, que é a língua que eles falam lá. Mas eu não sei te informar com certeza. Dedicado exclusivamente a isso daí, os grandes *sites* do estado não têm esse direcionamento.

Para você, quais são as possibilidades que a internet trouxe para a produção de notícias e como você utiliza essas ferramentas no seu trabalho?

Eu acho que as possibilidades que a internet trouxe são infinitas, para a produção de notícia e também para a realização de erros. Porque a internet trouxe essa rapidez, essa universalidade e também trouxe equívocos. Assim como trouxe informações, ela trás muito equívoco. Então, acaba se disseminando também essa rede de equívocos. Porque hoje os *sites* correm atrás das mesmas informações. Se você pegar *sites* internacionais vai ver que *sites* nacionais deram coisas dos *sites* internacionais e os *sites* locais acabam pegando dos nacionais, e por aí vai. Só que muitas vezes os equívocos são também cometidos em uma cadeia decrescente. Eu acho que a internet abriu muitas possibilidades para a rapidez da informação e desse acesso. Facilidade também para que o cidadão possa sugerir, possa discordar. É muito rápida essa facilidade que tem de opinar. Então, isso trouxe uma transformação muito grande, em um nível político.

Com relação à informação de autoria cidadã, como se dá a participação no caso aqui do *site* do Correio?

A maior parte é por e-mail. Nós temos um sistema de *ticket*, que a pessoa entra no *site*, faz o contato e coloca a reclamação dela. Geralmente é reclamação ou relacionada a serviço, de água, de luz, ou problemas nos bairros, que é o que a gente aborda bastante – policiamento, problemas de esgoto, posto de saúde, questão de saúde. São nessas pautas que a gente trabalha mais. Alguma coisa de segurança também, por meio desses tickets que são enviados diretamente pelo portal e ainda pelas redes sociais. No *Facebook*, *Twitter*, muitas vezes as pessoas colocam algumas reclamações, que acabam virando sugestão para futuras pautas.

Como é a resposta ao espaço “Você é Repórter” para publicação de matérias de autoria cidadã?

A participação do cidadão é muito pequena. Não sei se já saiu do ar, mas tinha algumas coisas que eles fizeram – de chuva, de boca de lobo estourando. No *site* tem esse espaço, mas eu não sei como ele está hoje, está um pouco abandonado. Mas quando a gente recebe sugestão, às vezes, quando chove demais em um bairro, o pessoal manda. Outro dia a gente fez por ele. Isso aí a gente tem colocado lá. Mandou para a gente, a gente divulga. É o canal que o pessoal pode mandar. Acidente, coisas assim.

E com relação a acessar sites feitos por cidadãos, como blogues?

Da minha parte é bem pouca. A gente não acessa muitos blogues.

Por quê? Você não considera que essas informações não possam ser utilizadas para fazer matérias?

Não é nem por isso. É por falta de tempo mesmo. Eu acho que a gente acaba se focando nas notícias macro. Macro-regionais. Deve ter com certeza blogueiros lá de Doramias, que é um bairro, blogueiro de Campo Grande, blogueiros da área de saúde, médicos, deve ter. Mas como o nosso tempo é curto e a produção de matérias tem que ser massiva, então a gente acaba não fazendo muito esse direcionamento. Pelo menos da minha parte não. De ficar analisando blogues.

Qual a sua opinião sobre a cobertura da questão indígena. Você acha que a cobertura aborda os interesses de todas as partes envolvidas? Você acha que ela possui profundidade, aborda as questões necessárias?

Eu acho que ainda é falha. As questões indígenas são abordadas só quando tem algum tipo de tragédia, algum tipo de desgraça. Agora tem surgido alguma coisa assim de produção cultural, alguma coisa positiva. Mas quase sempre é subnutrição, é alcoolismo, é suicídio, matança. É invasão de terras, brigas por terras, conflitos agrários. Mas eu acho que a abordagem ainda é superficial, e direcionada.

Por que você acha que acontece dessa forma?

Eu não sei dizer. Acho que porque, infelizmente, as questões indígenas ainda são tratadas de maneira superficial pela imprensa como um todo. A população indígena do Brasil é uma população marginalizada, que não tem uma voz que ecoe nas mídias. Eu acho que é uma questão até cultural da imprensa. O índio bêbado...ainda há uma distância muito grande da imprensa da aldeia. Em Dourados, eu entrava. Que eu acho que é uma forma de você ver já um pouco diferente. Aqui em Campo Grande, a distância é muito grande. Não só do nosso site, mas acho que de todos. De não conhecer muito profundamente a cultura, acho que nisso aí ainda há um preconceito.

Nesse contexto, você acha que os índios poderiam colaborar para mudar a própria visão que se tem sobre eles?

Eu acho que sim. Eu acho que esses projetos culturais, da criação de *sites* deles, de dentro da aldeia, a mídia direcionada para as aldeias, que dá essa voz para essas comunidades, acho que seria uma coisa interessante. Como tem acontecido de forma lenta, devagarzinho. Em Dourados, agora, há uma produção que eles tem feito para tentar fazer essa mudança. Você vai encontrar pessoas que estão produzindo. Mas ainda é muito tímido. Esse é o caminho – jornais, programas de rádio, feitos por indígenas. Para que dessem voz e dessem um direcionamento

mais adequado às questões diárias que eles vivem, as demandas que existem na aldeia. Eu acho que esse é um caminho.

Você acha que o cidadão está mais apto que o jornalista para relatar os acontecimentos, porque eles os vivenciam, ou o jornalista está mais apto com a formação profissional e o conhecimento que ele adquiriu para fazer o trabalho jornalístico?

Eu acho que o cidadão é mais apto. Na comunidade dele, ele está vivenciando o problema, ele está vivenciando a situação. Eu acho que, atrás de todo esse academicismo, eu acho que a gente está focado muito na teoria e pouca prática. O cara que é presidente de uma associação de bairro, o cara que é um pedreiro, convive. Eu acho que o cidadão tem mais voz, tem uma análise mais clara daquilo que ele está vivenciando. Eu acho que os jornalistas estão muito burocráticos.

Você já escutou o termo jornalismo cidadão?

Não

O portal já recebeu algum contato direto de indígenas, através de e-mails, cartas, ou telefonemas, fornecendo informações para matéria?

Não, que eu me lembre não.

Quais são as principais dificuldades encontradas na cobertura da questão indígena?

Eu acho que a distância das aldeias. Principalmente, porque a gente está distante. A distância física das aldeias, que acaba gerando certo desconhecimento. Em Dourados, é diferente, você vai ver que é bem mais presente. Aqui, o local onde a gente ver os índios é na feira – vendendo milho, vendendo pequi, feijão. A verdade é essa. Tem aldeia indígena aqui em Campo Grande, mas eu sinceramente nunca ouvi dizer. E, na verdade, é uma piada. Porque é aldeia urbana, que era um monte de índio que são os terenas. E eu não sei se lá dentro do bairro existe algum bogueiro. Distância física e, também, não tem meios. Praticamente, a gente depende do jornal, das pautas que o jornal vai fazer.

Como você considera as potencialidades do suporte internet, tais como interatividade, multimídia, memória infinita?

É como eu falei. Eu acho que elas são bastante interessantes, desde que tenham critérios de utilização. Porque eu acho que na internet hoje se cria equívocos demais e tem que haver um filtro. Mas eu acho que é muito bom. Eu sou da época que fazia jornalismo com rádio escuta. Faz vinte anos que eu comecei a trabalhar com jornalismo. Então, eu vi toda essa modificação. Eu vejo que há um afastamento das fontes por causa da internet. Hoje, a gente é muito mais dependente. Se você pegar um

recém-formado e colocar ele para fazer rádio escuta... Na minha época a gente pegava uma *kombi* e ia caindo cada hora em um lugar. A gente ia lá para o meio do bairro. Então, aqui, esse jornalismo cidadão talvez a gente praticasse ele mais antigamente do que hoje. Hoje o cidadão tem mais acesso, mas naquela época a gente vivenciava mais a realidade local. Porque a gente estava lá no meio. A gente tinha mais tempo para ouvir. A gente ouvia, a gente conhecia, a gente observava. Com a internet, a gente pega ali um pedaço de e-mail, que é uma coisa virtual, mas você não está vivenciando. Acho que é uma diferença bem grande, um imediatismo, uma superficialidade. A internet trouxe muito isso, imediatismo com superficialidade, eu acho, para o jornalismo.

Quais são os critérios que você considera necessários para evitar os equívocos?

Uma melhor apuração dos fatos. Ligar, ir lá pessoalmente no local, observar. Ficou essa coisa da rapidez que a internet exige e a gente nem sempre tem tempo de fazer essa apuração mais detalhada. Porque não tem nada como a observação pessoal, física, do local, para ter uma verdadeira clareza do fato. Eu acho que isso, essa possibilidade de ter mais tempo de produção. Você ir lá, observar, conversar com as pessoas. Você verificar a situação *in loco*. Eu acho que dessa maneira poderia evitar. É uma grande questão que eu acho que a imprensa online vive hoje. Tem essa coisa da rapidez. Durante um período de cinco minutos você pode corrigir. Um minuto, você pode corrigir. Só que aquilo já foi no ar. É diferente do impresso, que fica ali grafado. Na internet, não, fica boiando no universo do digital.

E se fosse para utilizar blogues, sites, de autoria de cidadãos. Qual você acha que seriam os critérios para você acessar e usar essa informação como fonte. Como você faria para averiguar e como colocaria isso na matéria?

Eu, pessoalmente, eu ligaria para o blogueiro e conversaria. Não pegaria informação simplesmente do blogue dele e jogaria no *site*. Eu acho que este é um critério que a gente tem que ter. Porque não existe uma legislação jurídica sobre o que se produz e sobre o que se pega na internet. Ainda não existe, em alguns casos há. Mas acho que a internet está aí, você pode fazer o que quiser. Qualquer mentira na internet vira verdade ou vice-versa. Esse caso do *BBB* é um caso claro. Até então, até provar que esse rapaz não é um estuprador, que não estuprou, ficou aí vazando, boiando o nome dele, da família dele²³⁶. Isso nas mídias

²³⁶ No programa de formato *reality-show*, *Big Brother Brasil 12*, transmitido pela *Rede Globo*, levantou-se a suspeita que um dos integrantes haveria feito

sociais. E para limpar a barra das pessoas? Então, eu ligaria para o blogueiro. Ou se a informação fosse realmente do meu interesse, eu acho que eu tentaria ir lá ver e tentar refazer isso com a minha visão de jornalista. Serviria como uma sugestão. Eu acho que os blogues, independentes de ser de cidadão ou do que for, tem que servir como sugestão, principalmente.

sexo sem consentimento com outra participante, que estava embriagada. O participante foi expulso do programa e um processo de investigação sobre o caso foi iniciado.

APÊNDICE G – ENTREVISTAS COM INTEGRANTES/COLABORADORES DO CIBERMEIO *ÍNDIOS ON-LINE*

1. Entrevista com Emerson Natan dos Santos – indígena integrante da rede *Índios On-line*.

Você poderia falar um pouco da importância do *IO* para a sua comunidade? O que o *IO* trouxe?

A princípio o *IO* trouxe mais do que a internet para dentro da aldeia, trouxe oportunidade para que nós indígenas pudéssemos estar divulgando nossa história verdadeira, deu a nós mais autonomia para que pudéssemos estar falando em rede, e abertos sobre a verdadeira história do índio, o verdadeiro ser índio. E também meios para facilitar a comunicação na aldeia em busca de mais novidades perto da comunidade.

Qual é o seu objetivo quando você publica um texto no *IO*? O que você busca alcançar com isso?

Quando eu posto uma matéria eu espero que ela seja reconhecida e lida por pessoas que possam estar compartilhando. O que eu mais busco em uma matéria é divulgar o conteúdo que eu posto nela. Por exemplo, sempre quando eu faço um *post* eu espero que a história envolvida seja reconhecida.

O que você quer dizer com reconhecida? Que pessoas leiam, que pessoas comentem?

Que pessoas leem, que seja divulgada também. E quando se trata de matérias que imprimam dificuldades, espero que cheguem soluções para essas dificuldades.

O que o *IO* trouxe para a sua vida? O que mudou na vida de Emerson?

O *IO* na minha vida trouxe novidades da globalização. Foi através do *IO* que eu comecei os meus primeiros passos com a informática, conhecendo o que é um computador, para que ele serve, e como ele deve ser utilizado. A interação com a internet também que foi muito importante. E logo quando eu conheci, eu percebi que o portal ele é muito importante.

Como você escolhe um assunto para escrever um texto para o *IO*?

A maioria dos assuntos que eu escolho para ser postado vem de várias maneiras. Eu posso ver algo de diferente, por exemplo, e dali já fazer uma matéria. Muitas das vezes também através de reflexão. Por

exemplo, se algo está acontecendo e aí eu busco informações sobre o que está acontecendo e também faço um *post*. A maioria dos meus *posts* vem de observações e entrevistas com pessoas da comunidade.

Como vocês integrantes da rede se comunicam entre si?

A maior parte da nossa comunicação é através de e-mails e *chat*. A nossa comunicação é mais on-line, mas sempre que podemos fazemos reuniões onde cada aldeia que participa da rede vem prestar presença nessas reuniões. Elas não são frequentes, a frequência maior em comunicação é on-line mesmo.

Celular vocês usam?

A comunicação por celular não é muito utilizada porque a cobertura não é muito boa. Sempre cai e a recepção é muito fraca aqui na aldeia.

Você já conhece os integrantes da rede IO de outros estados? Você já foi a algum encontro para conhecê-los?

A maioria das pessoas que participam da rede, eu fico em contato com elas. Não de todas, mas da maioria. Porque a IO já promoveu encontros com grande quantidade de pessoas das aldeias. Então, esta interação presencial já ocorreu. Não frequentemente, mas eu já cheguei a conhecer muitas das pessoas que fazem parte da rede, de outras aldeias também.

Como é a estrutura de acesso a computador e internet na aldeia?

O acesso à estrutura da rede na aldeia é através dos Pontos de Presença. Na aldeia onde eu moro têm dois pontos. Tem um na região mais afastada que é na Água Vermelha, e outro na região onde eu moro que é no Caramuru. Então são através desses pontos que eu me comunico com a rede, e outras pessoas da comunidade também se comunicam.

Para você, qual é o futuro da rede IO? E como você vê o futuro da sua aldeia?

O futuro da rede, na minha perspectiva, já é uma rede que abrange muitas etnias, e que eu espero que mais pessoas dessas etnias que já fazem parte da rede cheguem mais, interajam mais também com a comunicação contemporânea, que é a internet. E que outras etnias e aldeias que não fazem parte venham a fazer parte também na rede IO (...).

O trabalho com a rede IO é muito legal porque nos proporciona mais interação, tanto com a tecnologia, quanto com as outras pessoas de outras aldeias. Eu também vejo que todo o trabalho de jornalismo é muito interessante porque nos desperta mais interesse de conhecer mais algum tema e conhecer mais sobre alguma coisa que nos permita divulgar ou então resolver.

2. Entrevista com Fábio Titiá – indígena, integrante e gestor da rede *Índios On-line*

Eu gostaria que você fizesse um histórico do *Índios On-line*. De uma forma breve, nos contar como surgiu a ideia, como essa proposta chegou para você, e como foi o processo de conseguir a estrutura, computador, internet e de mobilizar as pessoas?

A gente, os Pataxó Hã Hã Hãe, a gente conheceu um argentino de nome Sebastián Gerlic, ele foi uma pessoa que veio para o Brasil com a intenção de fazer atividades sociais. Ele iria estar usando os conhecimentos dele em defesa de um povo que sofre, que é excluído do meio de comunicação, da questão social. Então, ele veio conhecer a nossa comunidade e outras comunidades do estado da Bahia, e juntos teve-se a ideia de se criar um portal denominado *Índios On-line* com o objetivo de usar esse portal pra mostrar a história dos povos indígenas. Então foi um período em que a criação desse portal, quando ele foi criado, foi um período muito importante para a comunidade indígena. E a gente acatou a ideia e resolvemos fazer parte desse projeto do Sebastián Gerlic. E aí ele tinha uma ONG chamada Thydêwá, foi criada, ele começou a iniciar esse projeto com cinco povos da região Nordeste. E aí a gente começou a fazer parte, nós Pataxó Hã Hã Hãe junto com os Kariri-xocó, Pankararu, Tupinambá e outras etnias, aonde a gente começou a desenvolver um trabalho de divulgar a história do nosso povo, falando dos valores culturais, das questões sociais e das dificuldades que a gente enfrenta no dia a dia. Então quando a gente resolveu fazer parte, criar e fomentar esse *site*, foi importante para a gente. Porque ele causou impacto. Porque antes a mídia tradicional levava informações do nosso povo de forma totalmente manipulada e distorcida. Ou seja, eles vinham na aldeia, registravam o fato e chegava lá e distorcia, colocando a sociedade contra o índio. Criando uma imagem que não era verdadeira. E o *site Índios On-line* deu essa oportunidade da gente indígena ser os próprios protagonistas da nossa história. Ou seja, a gente mesmo dizer aquilo que passa. Não da forma padrão que é utilizada no jornalismo, destes jornais tradicionais. Mas foi uma forma da gente estar divulgando a nossa história, a nossa forma de escrever, a nossa forma de expressar as nossas informações. E, de lá para cá, a gente tem feito utilização, temos incentivado outros jovens a utilizarem este meio de comunicação que é a internet, usarem esse meio de comunicação para divulgar a história do nosso povo. E desmitificar, mudar uma visão que muitas pessoas da sociedade têm em relação ao índio. Ou seja, muitas pessoas imaginam que o índio deve ser aquela

peessoa que vive lá no mato, isolado, andando descalço, de pé no chão, tendo uma péssima moradia, sem direito a nenhuma inclusão social, tipo digital também. E, através da internet, a gente está mudando uma visão bem mais ampla. Porque o *IO* mostra para a sociedade brasileira que o índio é uma pessoa, mesmo com celular, mesmo com Laptop, ele não deixa de ser índio. Mesmo se ele usar essas ferramentas sociais que é o telefone, o celular, a internet e tal, ele não deixa de ser índio. Então, a gente quer mudar essa visão, porque a maioria dos livros didáticos que circulam nas escolas públicas contam histórias de ficção, colocam o índio como uma lenda, como um folclore, a cultura indígena como algo que não é respeitado, que não é verdadeiro. E o objetivo do nosso site *Índios On-line* é mostrar que aquilo que nós acreditamos, aquilo que eles chamam de mitos, para nós é verdade. Como tantas outras histórias surgem no mundo e é verdade para outros grupos de sociedade. Então, nós acreditamos naquilo, nas nossas histórias, e nós utilizamos esse meio para levar para outras pessoas o conhecimento verdadeiro da história nossa.

Quais foram as razões que motivaram a sua participação como integrante da equipe do *Índios On-line*?

Bom, de início quando eu comecei a participar dos *Índios On-line*, que eu fui um dos principiantes, uma das pessoas que iniciou no portal, era curiosidade de descobrir como é que funcionava a internet, de escrever. Depois que eu comecei a utilizar a internet, a ver esse meio de comunicação, me despertou outros interesses, quando eu vi que a primeira matéria que eu divulguei um pouco a história de nosso povo, que repercutiu. Teve diferença. Aí eu coloquei algumas matérias com meu próprio pensamento, aquela visão que eu tinha da vida, coloquei alguns textos, e algumas pessoas comentavam, tinham interesse em saber sobre o meu povo. O que me despertou também muito interesse de me manter na rede é que muitas coisas acontecem na comunidade e, às vezes, não é divulgado. Porque, muitas vezes, a imprensa tradicional só divulga aquilo que satisfaz algum grupo, alguma massa social. Algum grupo social ou um grupo grande. E, muitas vezes, as nossas dificuldades, os problemas dentro da comunidade, não têm visibilidade nacional. E, às vezes, o que parece muito na mídia tradicional é que o índio é aquela pessoa que prejudica o progresso nacional. Ou seja, o índio é um empecilho para o progresso do país. Então, criam essa imagem da comunidade indígena. E, a minha pessoa, quando eu resolvi fazer parte, seguir os *Índios On-line* foi com essa visão de tá mostrando para as pessoas que acessam o *site Índios On-line* que índio é uma pessoa que também tem defeito como todo brasileiro e que tem muitas

qualidades e cultura, vida que deve ser respeitada e valorizada. Então, quando eu resolvi participar eu entrei com essa intenção. E mostrar para a sociedade também que nós indígenas somos capazes. Temos as mesmas capacidades de evoluir, de crescimento, como qualquer outro grupo, qualquer outra raça do mundo. Nós indígenas estamos sempre mais ligados à natureza, nós gostamos muito da natureza, respeitamos muito a natureza. Não temos assim ambição, ganância de crescer a todo custo, a todo vapor a ponto de estragar e afetar a natureza. O que nós tentamos, hoje, indígenas, é recuperar aquilo que foi tirado de nós. Nós queremos mostrar para o mundo, para o país, para o Brasil, para as pessoas que discriminam, que tratam nós indígenas com preconceito, que nós não apresentamos uma ameaça ao progresso do país. Porque nós somos minoria. Se for ir pesquisar lá no portal do *IBGE* [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística] vai ver que a população indígena é menos de 1% da população nacional. Então, a gente não representa ameaça. E as terras que, segundo está lá, que são áreas demarcadas, que são em torno de 12% do território nacional, essas áreas não estão todas nas mãos dos indígenas. Para se ter uma ideia, nossa terra aqui, por exemplo, Pataxó Hã Hã Hã é 54 mil hectares vírgula 100, hoje nós estamos dentro dessa área demarcada de 54 mil hectares, nós hoje em dia só estamos vivendo em 14 mil hectares. Então, o resto das terras está todo nas mãos dos fazendeiros. Então estes 12% do território nacional não estão todos na posse dos indígenas. Em termos de documento para a nação, está dizendo que essa terra demarcada é para a comunidade indígena só que lá nosso povo não está. E, segundo as pesquisas, também demonstra que essas áreas dos 12% do território nacional são as áreas que estão mais preservadas em termo de meio ambiente.

Você considera que o portal *IO* causou mudanças na vida de sua comunidade? Você poderia dar exemplos?

O portal *IO* a gente vê uma coisa errada dentro da comunidade, vê algo que não está legal, a gente vai lá e publica uma matéria em relação àquela causa, àquele fato. Alguma pessoa vai lá, acessa a internet, vê a matéria e quando a gente tem contato de e-mail de alguma autoridade, às vezes, encaminha direcionada àquela autoridade. E, algumas pessoas, que têm acesso, às vezes veem e encaminham essas informações para alguém que possa ver a situação. A gente praticamente tem visto resultado dentro da comunidade. A gente tem feito um trabalho de denúncia aos descasos por parte dos órgãos responsáveis de cuidar da saúde, os órgãos responsáveis de cuidar da educação, os órgãos responsáveis de cuidar da questão da assistência social dentro da comunidade, a discriminação que nós indígenas enfrentamos com

relação aos gestores dos municípios. Porque, hoje, nós indígenas, falando um pouco da realidade nossa local, os Pataxó Hã Hã Hã, existe assim um preconceito muito grande por parte dos fazendeiros com relação a nós indígenas. Eles não gostam da gente. E pegam essa visão deles e começam a usar as pessoas do município para jogar contra nós indígenas. E a gente pega essas informações, esses preconceitos, que a gente tem até com os gestores dos municípios que, às vezes, não dão atenção a gente porque eles estão mais ligados aos fazendeiros e começam a perseguir a gente. Nós temos um exemplo recente. Essa estrada aqui de Água Vermelha e outros locais daqui da aldeia estavam já intransitáveis, ou seja, não estava sendo possível mais carro trafegar e, além disso, os carros dos estudantes estava sendo possível de ter qualquer hora um acidente com os carros coletivos que carregam os estudantes. A gente, cansado de cobrar o prefeito e ver que ele não estava dando a mínima, a gente começou a divulgar isso na internet. E aí a gente provocou que a comunidade fizesse uma manifestação, a comunidade se reuniu, fez uma manifestação e a gente usou o site *IO* para dar cobertura dessa manifestação. Aí a gente mostrou para o mundo a situação nossa aqui, e foi um período que ocorreu muitos comentários, foi um período que veio jornalista de fora para querer saber, então, tudo provocado através da internet. E a gente tem outros exemplos, como melhoria em uma questão da saúde, reivindicação na parte uma merenda para as que crianças que estudam, melhoria da estrutura da sala de aula, queixa de alguns profissionais que prestam serviço e, às vezes, não agem adequadamente. Então, a gente tem usado a internet para mostrar isso para a sociedade. E a gente tem tido resultado sim.

(...)

Como é o processo de elaboração dos textos para o *IO*? Vocês realizam reuniões ou trabalham individualmente?

Nós temos o ponto de cultura. Tem dois pontos de cultura hoje em nossa aldeia. Tem uma lá na aldeia Caramuru, e outro aqui na aldeia de Água Vermelha. A gente faz um trabalho em equipe. A gente tem um grupo de pessoas, que se dedica ao trabalho de internet e a gente marca reuniões assim uma vez por mês. Ou, sempre que há necessidade, a gente se reúne extraordinariamente. Sempre quando precisa a gente está se reunindo para conversar, falar sobre algo novo. A gente fez várias experiências. Teve um momento que a gente decidiu escolher um tema, ou escolher vários temas e dividir em equipe para cada um desenvolver uma atividade. Teve momentos da gente se reunir e montar textos juntos. O *IO* hoje nós temos muitas pessoas que têm vontade de aprender, tem vontade de dedicar, mas quando conhece mesmo a missão

dos *IO*, às vezes pára no meio do caminho e, às vezes, não tem dom para a coisa, não é? Não tem talento para desenvolver aquilo. Mas as pessoas que conseguem, os índios que conseguem descobrir o valor que pode se fazer no *IO*, ele consegue fazer muita coisa, consegue ajudar muito o seu povo. Então, eu acho que o grupo da gente é pouco, não é muito. Primeiro assim pela questão de estrutura. Agora que recentemente que a gente está conquistando aparelhos para poder envolver mais pessoas. Mas, por enquanto, os aparelhos estão aqui, que chegou recente. Dois meses atrás chegaram onze computadores, que estão aí do lado, só esperando a gente agilizar a questão da rede elétrica. Porque eles têm um padrão no próprio projeto de inclusão digital, que é esse Ponto de Cultura – Ponto de presença. Então, quer dizer, assim que a gente conseguir instalar esses computadores, nós vamos fazer uma campanha na nossa comunidade que hoje é de aproximadamente 3000 indígenas, tem para mais de quase 80 jovens. A gente vai tentar fazer uma campanha para que outros jovens despertem o interesse de fazer uso desse tipo de mídia, desse tipo de meio de comunicação.

Qual a importância que você acha que o *IO* pode ter para os povos indígenas?

O *IO* começou com cinco etnias, cinco comunidades indígenas do estado da Bahia e Pernambuco. Hoje a comunidade indígena tem esse *site* que pode estar usando para ajudar seu povo, como eu relatei antes. E ele tem crescido. Hoje tem índios de outras comunidades, de outros povos que estão participando, que estão incluídos nesse processo. E essa mídia de índios on-line é alternativa para os povos indígenas. Ela tem muito a crescer, tem muitos índios on-line que vão surgir, e eu tenho certeza que vai ser a mídia indígena. É a mídia indígena. Porque aqui fala a verdade dos povos indígenas.

O que você considera importante fazer para que uma publicação no portal *IO* tenha visibilidade?

Boa pergunta. O que é importante fazer é quando a gente faz uma matéria, a gente publica ela e, em seguida, a gente tem os nossos e-mails pessoais. E, também, a gente participa de algumas redes sociais. O que é que a gente faz? A gente pega a matéria, copia ela, envia ali no e-mail, coloca na página do e-mail, coloca o assunto, e a gente encaminha para todos os nossos contatos. É tanto que todos os dias a gente procura ter mais contatos. Todas as pessoas que entram no portal e se cadastram, publicam comentário, a gente guarda o e-mail dessas pessoas para que, na hora que a gente postar uma matéria dos *IO*, essas pessoas tenham acesso. E a depender do tipo de matéria que a gente publica, a gente pede que eles recomendem as matérias para outros amigos deles, que se

multiplique. E quando é um caso de denúncia e que a gente pede que o governo, os órgãos competentes façam ação em relação ao assunto que a gente aborda, a gente encaminha para vários amigos e pede aos amigos e companheiros de luta que encaminhem aquele texto, aquele documentário que já está registrado nos *IO* para a autoridade competente, que possa resolver ou solucionar aquele problema. A gente tem vários contatos e as pessoas que já têm conhecimento com alguma autoridade, e tem até os contatos de outras autoridades, aí repassam aquelas informações e é o que facilita o nosso trabalho.

Como é a resposta do público ao portal *IO*? Vocês recebem comentários? Quem são as pessoas que comentam e como são esses comentários?

Os nossos textos que a gente publica através do site *IO* muitas pessoas acessam. O público que mais acessa o *IO* são pessoas que são pesquisadores, que precisam fazer algum trabalho, que alguém está pedindo que ele faça algum trabalho relacionado à comunidade indígena, e aí na hora que coloca na internet em busca e pesquisa aparece algumas informações sobre o *IO*. Aí ele entra no *site* para conhecer a página e fazer a pesquisa dele. Estudantes, professores, jornalistas, então tem um público grande que busca. Outros para questão pessoal, para meditação, para conhecer a sua origem, enfim. E tem vários comentários na internet. Por exemplo, o texto que a gente faz tem um espaço embaixo que cada pessoa pode colocar o seu comentário. A gente recebe comentário de energia boa dizendo que é isso aí, é esse caminho que a gente deve tomar, de elogios A gente recebe comentários até de sugestões, tem pessoas que às vezes dá sugestões assim e vocês fazerem por esse caminho até que é melhor. Sugestões que a gente gosta, e também existem pessoas, que são nossos inimigos, que faz também seus comentários, às vezes entram na matéria e tentam passar uma visão errada. E que no contexto mesmo, em alguns momentos, nós indígenas aproveita isso para criar um clima mesmo e nos defender, e mostrar a verdadeira história nossa. Então, nós enfrenta esse tipo de indigente que a gente considera um desrespeito também. É isso.

Como o portal entra nos momentos de risco, de perigo durante ocupações de terra, por exemplo?

Justamente, existe duas palavras que são diferentes e que a sociedade compreende de uma forma que eu acredito que não é legal. Por exemplo, quando a gente ocupa uma terra nossa, que toma da mão dos fazendeiros e ocupamos aquela terra, muita gente chama isso de invasão, que a gente indígena invadiu tal terra. E, nos jornais da região tradicional, na mídia, eles pregam isso: “Comunidade Pataxó Hã Hã Hãe invadiu a fazenda do

fazendeiro fulano de tal e tal... do produtor fulano de tal”. Para nós indígenas, quando a gente ocupa uma fazenda, toma da mão do fazendeiro aquela terra, a gente não invade, a gente retoma, a gente usa sempre o termo “retomada”, porque a gente reocupa aquilo que é nosso. Que é o contrário de invasão. Invasão a gente tem a visão assim que a pessoa usufruir ou tentar usufruir daquilo que não lhe pertence. Então, a mídia usa esse termo invasão que é um termo muito forte que a gente tem sempre combatido na internet. O que a gente faz retomada não invasão. E, aqui em nossa comunidade, a história dos 54.100 mil hectares é uma luta árdua dos Pataxó Hã Hã Hãe. Porque, antes, a gente morava em um pequeno pedacinho de terra dentro destes 54.000 hectares, e o resto era tudo ocupado por fazendeiros. Inclusive tem texto da gente na internet que fala sobre isso, que os fazendeiros, que a gente chama de latifundiários, eles usaram essas terras, construíram riquezas, fortunas, fizeram seus filhos doutores, enquanto nós indígenas fomos expulsos desta terra, e fomos viver trabalhando como escravos nas fazendas deles mesmos, às vezes. Tem muitas famílias que foram expulsas e tiveram que dizer que não era índio para poder sobreviver na época. E a gente, indígena, a gente carrega essa dor, essa insatisfação, porque a gente perdemos muito das nossas famílias indígenas, muitos parentes nossos foram mortos, à míngua, enquanto os fazendeiros em nossa própria terra faziam seus grandes criatórios de gado, grande produção de cacau, usufruindo de nossas terras e matando o nosso povo. Chegou um determinado momento que a gente foi se organizando, foi tento apoio de organizações que eram justas, que são justas, organizações que acreditavam que essa terra realmente pertencia aos índios, e começou a nos defender, começou a nos orientar, começou a nos ajudar, e a gente foi se organizando, foi aumentando, multiplicando as nossas famílias, e a gente achou que essa terra a gente deveria reocupar. Aí começou-se uma ação no Supremo Tribunal Federal, e até hoje, desde 1982, até hoje, nós, Pataxó Hã Hã Hãe... tem uma luta travada entre fazendeiros e índios. Nós estamos lutando pelo o que é nosso e eles insistem em dizer que essas terras são deles e que eles têm documentos que dão essa legalidade a eles. E documento esse, que são os títulos dessas terras, que são falsos. Título que foi dado por intermédio de interesse político, na época de ACM, Antônio Carlos Magalhães, e Roberto Santos. Então, baseado nisso, é que hoje nós estamos lutando para recuperar nossa terra. E as terras hoje, que nós estamos tendo posse delas, foram tudo alcançadas através de luta. Muitos índios Pataxós deram sua vida para conquistar essas terras. Como exemplo do índio Galdino que foi queimado em Brasília, foi lá

reivindicar ao Supremo Tribunal Federal que acelerasse o julgamento e até hoje nada. Morreu Galdino, de Galdino até hoje já morreram mais cinco membros da comunidade assassinados pelos pistoleiros de fazendeiros. Hoje soma em torno de uns vinte membros da comunidade, entre lideranças, que perderam a vida, tirada pelos próprios fazendeiros.

E vocês hoje utilizam o portal para denunciar esse tipo de ataque dos pistoleiros?

Com certeza, a gente utiliza o portal para mostrar para sociedade que, quando a gente entra numa terra dessas, que a gente retoma, isso causa impacto. Porque o fazendeiro não quer jamais ficar pobre, vamos dizer assim. Ele jamais quer perder sua mega-propriedade. Então eles lutam a todo custo, procuram na região. Eles saem, tem pessoas responsáveis para procurar homens violentos; às vezes, ex-presidiários, pessoas bandidas. Aí eles saem procurando nesses municípios circunvizinhos, às vezes pessoas que estão devendo muito, e aí ele procura essa pessoas para trabalharem como pistoleiros. Aí essas pessoas vêm para a região, geralmente ficam nas fazendas de amigos deles, e ficam lá todos equipados, fortemente armados, e além das armas eles recebem apoio financeiro deles. Tem tudo de graça. E esses caras geralmente são pessoas de má índole e quando eles chegam na região é para fazer barbaridade. Quando encontra um índio não pensa duas vezes, começo a judiar, quando dá a sorte de não perder a vida, como tem vários relatos do nosso povo.

Como vocês, integrantes da rede *Índios On-line*, se comunicam entre si?

Hoje a comunidade nossa é grande. Como nós temos um ponto lá no Caramuru, e outro ponto na Água Vermelha, às vezes, para agendar uma reunião ou para dialogar e tirar a dúvida de determinado assunto a gente utiliza o próprio e-mail. A gente manda e-mail porque sempre nós estamos mexendo na internet. Tem, às vezes, dois em dois dias, sempre a gente está utilizando. E às vezes, quando a gente não se encontra a gente nota um e-mail em coletivo, no grupo, e eles têm acesso, cada um passa informação com outro, cada um dá seu ponto de vista e quando há necessidade grande a gente procura marcar uma reunião e a gente se reúne. Então a comunicação é por isso. Outra hora também, como já tem sinal de celular aqui na região, nós também já fazemos uso do aparelho celular e, às vezes, a gente manda uma mensagem de texto uns para os outros.

E antes como era essa comunicação?

Era pessoal. A gente procurava o outro pessoalmente e combinava as coisas tudo pessoalmente. Não tinha internet. Não tinha esse tipo, esse elo de comunicação.

Quais os tipos de investimentos financeiros foram necessários para a concretização do portal e de onde vieram esses financiamentos?

Detalhadamente eu não sei explicar isso não. Porque a iniciativa foi pela ONG chamada Thydêwá. (...)

E os computadores e a estrutura aqui também foram doados pela ONG?

O *site*, a ONG chamada Thydêwá ela foi responsável pela criação do *site IO*. Dentro disso o governo criou a inclusão digital, que é chamado *GESAC* [rograma de inclusão digital do governo federal]. O *GESAC* tem o objetivo de levar esse meio de comunicação às pessoas que não tem acesso, que não tem condições de pagar a internet. Não tem condições de pagar para usar um computador. Então, através do trabalho da ONG *Thydêwá* também ela nos ajudou muito a conseguir hoje uma estrutura para incluir a nossa comunidade no uso da ferramenta digital que são os computadores. Então hoje computadores, internet, tudo isso quem paga é o governo aqui para gente. É o Ministério de Comunicação.

Qual são as principais dificuldades enfrentadas nesse processo de fazer o *IO*?

A dificuldade que nós mais enfrenta no *IO* é apoio assim para gente poder dá uma mais assistência. Porque para a gente poder estar sempre publicando matérias, dando uma assistência à rede, a gente precisa, às vezes, ter condições para se locomover, estrutura até material. Porque se a gente tivesse algumas estruturas, tipo um computador portátil, onde qualquer lugar que a gente fosse a gente poderia está lá com ele acessando, aí facilitaria um bocado de coisa para a gente. Hoje, em alguns momentos, a gente tem que escrever a matéria no papel, se for um caso de emergência a gente tem que sair do lugar onde está acontecendo o ocorrido. Por exemplo, uma retomada. A gente tem que sair daquele local, pegar aqueles escritos, vim para a cidade, procurar uma *lan house*, outra hora, vim para outra região, que no caso os pontos de cultura, para poder lá digitar e mandar a matéria. Então, se tivesse um apoio também na questão de registro, tipo uma máquina para está fotografando, uma máquina para filmar, precisaria de estrutura tipo de um auxílio para a gente desenvolver um trabalho melhor para os *IO*. Porque, muitas vezes, a gente tem que improvisar, tomar máquina emprestada. Já aconteceu da gente tomar máquina emprestada e fazer a fotografia lá, acontecer um acidente e a gente não tem condição de pagar

o prejuízo da máquina. E, às vezes, a gente tem vontade de registrar assim um áudio, uma gravação de áudio e não tem o aparelho adequado para gravar. Então, a gente tem as deficiências assim. Se tivesse um apoio mais nesse lado a gente teria como desenvolver mais o trabalho. E, em relação aos gestores, hoje a rede ela tem cinco gestores. Tem dois Pataxó Hã Hã Hãe, um Tupinambá, um Pakararu, um Kariri-Xocó e um Macuxi. Então, são índios de distintas regiões. Tem uns lá de Roraima, Pernambuco, Bahia e Alagoas. Uma das dificuldades que a gente tem é de marcar uma reunião para poder a gente se reunir pessoalmente. Outra dificuldade também que a gente tem é demarcar uma reunião, uma assembléia geral onde envolva todos os índios on-line desse país, desse Brasil, todos os índios que participam da rede. Nós temos parentes que participam da rede que moram em vários estados do país. A gente queria ter uma condição de reunir todos, para conversar, ter um diálogo em conjunto, uma dinâmica, conhecer pessoalmente porque tem parentes indígenas on-line que a gente não conhece pessoalmente, só conhece pela internet. Então, essa seria assim uma das dificuldades que nós temos. Outra questão é a questão dos patrocínios. Não temos. É mais ou menos isso.

Como foi o seu processo de aprendizado para escrever os textos para o IO?

A gente indígena, a gente sempre tivemos dificuldade, principalmente aqui nós. Antigamente, alguns anos atrás, sempre quem escrevia sobre nós eram só organizações, ONGs, que falavam pela gente. Por exemplo, se a gente fizesse uma retomada, há uns quinze anos atrás, a gente não conseguia narrar os fatos da retomada. Precisava alguma ONG, lá fora, que defendesse a causa indígena viesse para narrar os fatos. Com o IO, com nós mesmo indígenas sendo protagonistas da nossa própria história, que esse é o objetivo do IO, é a gente ser o próprio protagonista da nossa própria história, a gente começou devagarzinho sem saber muito dominar a escrita. De início foi meio complicado, mas quem foi o idealizador disso sabia que tinha que ser desse jeito, que a gente tinha que escrever, que as pessoas tinham que aceitar a gente do jeito que a gente é, na realidade, sem nos julgar. Se alguém julgasse que a pessoa ficasse com sua própria consciência. Mas que a gente divulgasse. Então, por exemplo, eu mesmo, a primeira vez que eu escrevi, saiu os textos tudo com erro de ortografia, palavras assim que quando eu escrevi achei que ia transmitir aquela mensagem, aquela imagem, mas, no fundo, no fundo não era aquilo. De lá para cá eu consegui evoluir. Hoje, eu consigo fazer um texto, expresso assim a minha ideia muito bem, dá para as pessoas que vão ler lá compreender. É claro que não é do jeito

jornalista, profissional, mas da forma que a gente consegue escrever dá para as pessoas compreender, dá para as pessoas criar uma imagem do que é a situação nossa aqui. Então, a gente que participou desse projeto desde o início e outras que entraram no meio do caminho e estão até hoje, a gente hoje não tem dificuldade nenhuma em escrever sobre o nosso povo. Isso nos ajudou crescer de forma muito importante e tem nos ajudado muito isso.

Quais são as suas responsabilidades como gestor do portal?

Diretamente, eu tenho assim colaborado no sentido de orientar, propor, e também provocar dentro do próprio grupo a necessidade da gente está sempre se empenhando, da importância do voluntariado. Porque os trabalhos hoje do IO é tudo um trabalho voluntário, ninguém recebe remuneração por isso. E o trabalho da gestão atual é justamente isso. É um grupo de pessoas, a maioria jovem, que escolheu representar a comunidade indígena no âmbito nacional através da web. O trabalho do gestor é manter o *site* organizado, cada um dentro da gestão tem a sua responsabilidade, cada um. Um é responsável pelo *site* na parte dos vídeos, outro é responsável no *site* na parte do *chat*, da área de bate-papo, de diálogo que existe. E outro é responsável por estar acompanhando todos os e-mails, todas as dúvidas que as pessoas têm. Enfim, então a equipe é uma equipe boa, que encontra, às vezes, dificuldade, que nem eu narrei um pouco tem atrás. As dificuldades são grandes, principalmente para quem trabalha voluntário, tem muita dificuldade. Mas o maior desejo é saber que esse trabalho que a gente está fazendo na internet está fazendo a diferença. Isso é a nossa maior satisfação. As dificuldades são grandes, mas só o fato da gente saber que tem algo que está dando certo, que quando a gente denuncia a questão da falta de assistência na área da saúde, que o pessoal da saúde resolve ir lá na aldeia visitar aquela família que está sofrendo, dá uma assistência na estrutura, que vê que aquilo está tendo resultado, então isso para a gente é uma satisfação. É um trabalho voluntário rico, que essa ideia desse projeto IO, essa inclusão digital deveria ser espalhada por vários grupos sociais dentro da nossa sociedade. As pessoas deveriam estar explorando mais isso. Porque dá certo. Aqui hoje nós temos como gestor, temos Alex Macuxi, que é lá de Roraima, temos Patrícia Pankararu que é de Pernambuco, Yonana e Apurinã Pataxo Há Hã Hãe, Nhenety, Kariri-Xocó, então por enquanto essas pessoas estão com essa missão, essa responsabilidade de conduzir a liderança desse grande portal que é o site www.indiosonline.org.br.

Qual a sua perspectiva para o futuro do portal?

A minha perspectiva é que apareçam mais índios interessados em fazer parte e não só fazer parte, mas comprometido com a causa. Em perspectiva é isso. De acordo os tempos que a gente atuando, a parte do *IO*, espero que surja mais membros da comunidade com interesse. Mas que o governo em si dê mais atenção ao *site*. Que ele venha a estar ajudando o *site* em seu desenvolvimento e que utilize sempre das informações que nós indígenas on-line levamos para a sociedade. No ponto de vista de averiguar as nossas queixas, as nossas denúncia, e tomar paternidade e solucionar os problemas. A gente espera que cresça, que mais pessoas acessem, que tirem dúvidas. Nós indígenas estamos aí para tirar as dúvidas, pergunte, dê sua opinião, dê sua reflexão porque essas energias são boas e só fazem a gente crescer.

3. Entrevista com Jaborandy Tupinambá – indígena integrante e gestor da rede *Índios On-line*.

Você poderia falar um pouco sobre os diversos momentos que você vivenciou do portal *IO* desde sua implantação?

Quando a gente iniciou nesse processo de começar a se adaptar com a tecnologia aqui dentro da nossa área, a gente começou muito devagar. Muito lento, porque a gente não tinha como se capacitar para usar aquelas máquinas. Eu lembro que depois que passou o primeiro processo com o *IO*, chegou o *GESAC*, trouxeram, instalaram os equipamentos com antena tudo e aí largaram lá. Eu mesmo fui o primeiro a receber essas pessoas para instalar esses equipamentos e fui o primeiro a acessar a internet dentro do Ponto de Presença daqui. E, nesse processo, foi um período muito lento. Porque a gente iniciou em uma nova plataforma, em um novo tipo de programa, que era chamado de *Linux* e a gente começou a se adaptar a ele, a aprender a mexer nele. E logo depois com a chegada dos implementadores sociais, foi outro período onde a gente enxergou que eram programas mais fáceis de usar, programas mais simples de se adaptar, de subir para a internet e fazer todo tipo de trabalho, e ainda possibilitou a gente a aprender a construir outros programas. Eu acho que esse pontapé foi o pontapé que a gente teve de sair do primeiro momento, que a gente reconhece como o momento 1.0, o momento em que a gente começa só a receber as informações, só entra na internet só para ler coisas dos outros, e nunca colocar as nossas coisas, e a gente entrou em uma época 2.0, onde a gente começou a fazer os nossos próprios conteúdos, a buscar com os anciões, dentro das reuniões com lideranças, em eventos de saúde, sobre o território, sobre educação. Foi uma época onde a gente começou a

criar nossos próprios conteúdos e enxergar possibilidades de encontrar esses conteúdos dentro das nossas vivências, dentro de nossas comunidades, nas reuniões, nos eventos fora, e começar a filmar, a gravar só com áudio, a fazer textos, fotos. E começar a publicar isso através dos *IO*. Mas também a gente mandava isso para outros parceiros que a gente começava a conhecer nessas andanças. Que eram amigos que já trabalhavam com esse tipo de tecnologia, que já faziam isso e tinham muito em nos ajudar em todo esse processo. E é um processo que nós começamos a nos adaptar. Quando a gente chegou em 2008, a gente começou a perceber que só fazer aquele tipo de texto, ou aquele tipo de foto, não dava mais certo. A gente começou a ver que existiam outras vertentes do 2.0 para a gente se apropriar. Que era não só do computador e da internet para poder está mandando as nossas informações, mas aprender a mexer com uma máquina digital, aprender a editar vídeos, a poder ter um áudio bom e botar dentro de uma webrádio. Começar a criar páginas onde a gente pudesse levar outros meios de comunicação para as pessoas que tem interesse e gostam de ficar ouvindo o dia todo dentro de sua casa. E, na realidade, isso foi o que aproximou mais outros povos da luta e dos *IO*. Isso foi o que começou a trazer pessoas a se interessar, não só indígenas, como professores. Porque o que eles viam no livro não condizia mais com a realidade que estava publicada na internet. Porque o livro diz que o indígena e que o índio não é hoje. E hoje a gente mostra para as pessoas que a evolução ela chegou para a gente da mesma forma que chegou para os outros, um pouco tarde demais sim, mas da mesma forma que chegou para os outros. E o melhor de tudo é que a gente vem se adaptando e ingressando, colocando na nossa luta para facilitar a nossa luta, para dar voz a nosso povo, para fortalecer e unir a distância entre comunidades, entre os povos, e fazendo dessa ferramenta uma arma que pode mudar, e vem mudando mesmo a característica. Eu acho que isso mudou muito mais a visão de vários meios de comunicação, principalmente os grandes jornais que inventavam coisas aqui da região, que inventavam várias coisas. E eles começaram a ver que, além do jornal deles, existiam outras páginas, que tinham algumas que eram nossas e eram criadas por nós. Que não era só o *IO*. Eram iniciativas também das próprias comunidades daqui da região que criavam seus blogues, seus pequenos *sites*, que participavam de outros portais, e faziam com que essa informação circulasse, com muita força, entre muito mais pessoas. Uma que não conhecia o *IO*, conhecia o *Retomada Indígena*, como a gente tem um aqui em Tupinambá. Foi um processo onde nós estávamos fazendo várias retomadas, aí a gestão do *IO* se

encontrava aqui no momento, nessa época eu trabalhava com o governo, eu estava viajando muito, mas eu lembro que Potyra Tê, Alex Pakararu, Graciela Guarani, Gurupati Tupinambá, daqui, eles criaram esse *site* e hoje é um canal onde eu entro, onde várias outras pessoas com certeza entram e buscam informações daqui de Tupinambá.

Você falou que, através do *IO*, você entrou em contato e começou a fazer parte da própria luta indígena. Você pode falar um pouco sobre isso?

Desde o início, a luta do território, pela demarcação do território, pela saúde, pela educação, dentro do nosso povo Tupinambá era mais para os mais velhos. A gente ainda enxergava eles como os conhecedores da nossa vivência. Mas, com a chegada do *IO*, eu comecei a me aproximar mais, porque eu necessitava me aproximar dessas lideranças, das pessoas que lutavam pelo território, das pessoas que defendiam o direito à saúde nossa aqui, à educação de qualidade. Porque eu precisava fazer matérias sobre eles, eu precisava me aproximar e, para eu fazer as matérias, eu tinha que aprender sobre o que estava acontecendo naquele momento e sobre aquele tema específico. E isso facilitou não só minha aproximação, mas como para a maioria dos jovens da minha idade que passaram por esse processo e quem vem passando até hoje por esse processo aqui dentro de Tupinambá e, com certeza, em outras comunidades.

4. Entrevista com Potyra Tê – indígena e integrante da rede *Índios On-line*

Você poderia falar um pouco sobre o que o portal *IO* trouxe para a sua comunidade, para sua aldeia?

Então, a primeira coisa, o acesso à internet, que em 2006 quando a gente foi conectado aqui, nem a própria cidade aqui de Olivença tinha internet e na aldeia já tinha. Então, essa foi a primeira coisa. A porta do mundo aberta via internet para esses jovens Tupinambá. E, a partir daí, a partir das matérias escritas, das denúncias feitas, várias conquistas foram sendo feitas. Hoje a gente está com nosso relatório de demarcação emperrado por motivos políticos, mas a gente entende que, de certa forma, o nosso trabalho como índios on-line tem ajudado também até na demarcação do território, na busca de uma saúde de qualidade, através de denúncias, na educação também. De certa forma, essa mídia livre indígena faz com que a gente pressione de alguma forma o estado a melhorar a nossa educação. Então, a gente tem o portal *IO* como meio

de ciberativismo mesmo, de usar a internet, de usar esse blogue que é nosso portal para buscar melhorias para a nossa vida.

Você poderia dá exemplos?

Nós fizemos uma ocupação uma vez na *FUNAI* e aí a gente colocou também na mídia, na nossa mídia livre e, rapidinho, eles souberam mandar alguém aqui para poder conversar com a gente, com os indígenas para poder resolver a questão. Porque o nosso coordenador local não estava sendo escolhido da forma que a gente queria. Teve outra vez a questão da educação, que nós fizemos uma ocupação também lá na *DIREC 6* [Diretoria Regional de Educação 6], a gente colocou na internet e também rapidamente a gente conseguiu conversar para resolver as questões da nossa educação. E a divulgação da nossa cultura. Porque existe o preconceito. As pessoas têm um conceito equivocado daquilo que não conhece. E, a partir do momento que a gente diz o que nós somos, mostra a nossa cultura, mostra a forma como a gente vive, a gente passa a ser conhecido e respeitado. Porque, aqui nessa cidade de Ilhéus, a gente sofre de muito, muito preconceito. Chamam a gente de vassoura de bruxa, o olho da serpente, supostos índios e aí, a gente podendo mostrar a nossa voz, a forma como a gente vê as coisas, a forma como a gente vive, a gente está divulgando e tirando um pouco desse preconceito que existe. Porque a mídia local ela nos criminaliza, ela nos discrimina. E a gente tendo a nossa própria mídia a gente pode mostrar a verdade, a nossa verdade, a nossa voz. Não é ninguém que está vindo de fora para contar o que está acontecendo dentro da nossa comunidade, a gente mesmo que escreve, a gente mesmo que publica, a gente mesmo que tira a foto, que faz o vídeo, que edita, da nossa forma, da forma que a gente sabe fazer.

Como você escolhe os temas para escrever um texto para o IO?

Muitas vezes são textos voltados mais para a área jurídica²³⁷, tem a ver com os direitos indígenas. E também de acontecimento, de situações, reflexões sobre situações que acontecem no cotidiano, reflexões sobre coisas que aconteceram na história do povo indígena. Mas, assim, acontece uma situação, ontem, eu fiquei sabendo que um senhor de idade foi para o hospital, e não foram buscar ele. Ele dormiu lá em pé, na porta do hospital. Só às sete da manhã que foram buscar ele. A *SESAI* [Secretaria de Saúde Indígena], a antiga *FUNASA* [Fundação Nacional de Saúde]. A *FUNASA* agora não está atendendo mais o povo indígena, é a *SESAI*. Mas é um funcionário da *FUNASA* que não foi buscar esse indígena, e a gente não aceita esse tipo de coisa. Então, provavelmente

²³⁷ Potyra Tê é advogada.

hoje, eu vou está colocando uma matéria sobre isso, sobre essa situação, fazendo uma denúncia. Primeiro, eu quero conversar com as lideranças, pedir autorização, porque a gente tem que sempre ter essa coisa em mente de falar com as lideranças, pedir autorização para divulgar alguma coisa interna. Tem textos que eu faço que eu não preciso pedir autorização porque não são coisas internas. Mas essa situação eu vou pedir, vou fazer o texto, mostrar e ver se publico. Porque não dá para agüentar uma coisa dessa, aceitar, na verdade, uma situação dessa de um ancião vim ser tratado, ser liberado, e ficar a noite toda dormindo na rua. Sem dinheiro, ficou com fome a noite toda. Então, são situações assim como essa. São coisas que acontecem no dia-a-dia da comunidade, que eu gosto de fazer as matérias. E também as situações que estão acontecendo na questão indígena como um todo – a votação de uma lei ou uma reunião grande que vai ser importante para os povos indígenas, eu gosto também de está publicando.

Como é a comunicação com os outros indígenas da rede?

Por e-mail. A gente faz a comunicação por e-mail, ou pelo *G-talk*, do *Google*, do *Gmail*. Antigamente a gente usava muito o *MSN*, até já usamos também o *Messenger* e o *Yahoo*, isso em 2006, 2007. Em 2008, passamos a usar como e-mail o *Gmail* e como já está agregado ali o bate-papo, é por ali que a gente conversa. A gente tem também um grupo, que quando a gente manda um e-mail para o grupo, todos os índios on-line recebem. Então, a comunicação se faz basicamente por isso – bate-papo e e-mail.

E você enfrentou alguma resistência dos anciãos ou outras pessoas da comunidade com relação ao portal?

Os anciãos gostaram porque uma coisa que acontece muito com os *IO* é essa aproximação do jovem com o ancião. O jovem vinha até o ancião para saber das histórias, das histórias do povo. Então, essa aproximação, só do jovem chegar para o ancião e querer saber, e aquele ancião rico em sabedoria, querendo passar essa sabedoria, eles ficaram felizes. Claro que tiveram comunidade, não digo aqui em Tupinambá de Olivença, que ficaram um pouco receosas por causa dos segredos. Porque toda comunidade tem seus segredos. E cada índio on-line tem que saber respeitar esse segredo para não estar divulgando coisas que não podem. Mas aqui os anciãos ficaram muito felizes desse resgate, dessa aproximação dos jovens com os anciãos.

Você poderia falar sobre o processo legal de uso indevido de imagem que um fazendeiro abriu contra a *Thydêwá*?

Em 2009, nós fizemos uma cobertura de uma retomada. Retomada é quando o povo indígena ocupa uma área que já faz parte do seu

território tradicional, mas que o governo ainda não decretou como sendo do povo, não fez a demarcação física. E a gente é obrigado a fazer essa demarcação através das retomadas. Então, eu fiz a cobertura indígena desse momento do povo, e um dos fazendeiros de umas das áreas que a gente entrou me processou, entrou com um processo de uso indevido de imagem. Eu fiz vídeo dele e depois eu editei e joguei no *IO*, e aí nós fomos obrigados a tirar esse vídeo do ar. O processo não continuou correndo contra mim, por ser indígena, então a justiça comum entendeu que não poderia julgar e está correndo ainda em nome da *Thydêwá*, o fazendeiro está cobrando um valor de R\$ 15000 reais da *Thydêwá* e a gente está com o processo correndo. O juiz ainda não decidiu a favor de nós, da *Thydêwá*, ou se a favor do fazendeiro. Isso demonstra a forma como os fazendeiros fazem para está tolhendo os indígenas, tentando calar a voz dos índios, amedrontar. Estão criminalizando as nossas lideranças e, de certa forma, criminalizando também o nosso portal *IO*. Mas eu não tenho medo, vou continuar fazendo minhas matérias, vou continuar fazendo meus vídeos, porque acredito que através disso posso ajudar muito os povos indígenas, não só o povo Tupinambá, mas o povo indígena em geral. E estamos aí fazendo ciberativismo indígena livre.

5. Entrevista com Reginaldo Ramos (Akanawã Bainã Hã Hã Hãe) – indígena, cacique da aldeia Bahetá e integrante de rede *Índios Online*.

Você poderia falar sobre a história da aldeia Bahetá e qual a sua função como cacique desta aldeia?

A aldeia Bahetá é uma aldeia que, desde 1926, o SPI chegou aqui montou a sede, aonde trazia os índios do mato, para aqui juntos ficarem. E desde lá que a gente tem vivido aqui neste pedaço de terra. Um pedaço de terra tradicional, e tradicionalmente reconhecido pela União. Aqui também faz parte do Pataxó Hã Hã Hãe, que são hoje mais de 4000 índios, que moram na aldeia Bahetá, Panelão e Caramuru e esses índios a gente vive basicamente da agricultura e da pecuária. Nós aqui sempre fomos perseguidos pela ação do homem branco, ainda mais os homens que são latifundiários dentro de nosso território. Onde já morreram vários índios assassinados, onde índios foram perseguidos, tiveram que ir embora daqui. E poucas pessoas não conheciam essa história. Infelizmente, a mídia sempre falava outra história e a mídia postava o que queria. E a gente nunca tinha voz na mídia, para mostrar ao mundo, mostrar ao Brasil, à sociedade, o que se passava com a gente. Em termos de violência, discriminação, saúde, educação. Mas essa

história foi mudando. A partir do momento que a gente foi conhecendo a tecnologia, a gente foi conhecendo a mídia, a gente passou a usá-la. E isso só se deu, de fato, em 2005, quando a gente conheceu o projeto *IO* que aqui chegou, a gente começou a fazer parte dessa rede, que é uma rede que a gente está em conexão com vários povos de vários estados e também com o Brasil, e com o mundo. E eu tenho orgulho de fazer parte dessa rede, até porque eu também ajudei a criar a rede *IO*, aonde a gente tem autonomia, e também a responsabilidade de colocar as matérias e acontecimentos daqui de nosso povo, educação, saúde, cultura, lazer, política, esporte. E tudo isso são fatores hoje que o Brasil e o mundo conhecem a nossa vida através desse *site* do *IO*. Então, o *IO* hoje é uma ferramenta de trabalho para os povos indígenas. Eu sou um dos editores que coloco vídeo, posto vídeo e matérias no *IO*, e tem mudado a nossa vida. Porque, a partir do momento que a gente começou a usar o *IO*, a gente viu que começou a surtir efeito. Como esse efeito? Porque, antes, o que acontecia em nossa aldeia, como eu disse no início, quando a mídia ia saber já não tinha mais interesse. E a mídia hoje a gente sabe que são os olhos e ouvido da sociedade. E, hoje, a sociedade tem o *IO* para conhecer um pouco de nossa vida e, também, ver o que se passa conosco. Então, o *IO* é uma ferramenta que já ajudou a salvar vida. A gente tem uma história, que a história da cobra, que picou o índio, e o índio estava passando mal no momento, como não tinha meio de transporte nem telefone lá na Água Vermelha, foi através da internet que a gente conseguiu entrar em contato com um amigo na cidade, e esse amigo entrou em contato com o hospital e a *FUNASA* veio buscar o índio. O índio quando chegou no hospital estava bem mal mesmo, mas por motivo de questão de horas ele não perdeu a vida. E a gente agradeceu muito à rede no momento, porque salvou a vida. E muitas e muitas outras ações que vêm acontecendo, em retomadas, que a gente, quando tem a condição de filmar, de fazer fotos, a gente sempre está “postando” e pedindo ajuda, e essa ajuda tem chegado. A exemplo disso foram várias denúncias que a gente fez aqui na aldeia Baheté. Na questão da água mesmo, a gente usou o *IO* e a sociedade pressionou junto com a gente a justiça, e, por causa disso, hoje a gente tem água potável em nossa aldeia. É outra coisa relevante também é que a aldeia Baheté não era conhecida e a partir do momento que a gente começou a usar a rede, começou a divulgar, hoje a nossa aldeia ela já tem um conhecimento amplo, a gente já recebe várias visitas, a gente já compartilha nossa cultura, já se apresenta mostrando a nossa cultura, na cidade e em outros locais do nosso estado, e tudo isso a gente agradece à internet. A gente sabe que a internet é uma ferramenta que pode ser

usada para o bem e para o mal, mas a gente tem usado graças a deus para o bem, e a gente sempre tem o cuidado na hora de postar matéria, a gente tem um grupo que avalia a matéria, e antes da matéria ir para o ar a gente faz uma revisão nela e a gente posta. E, graça a Deus, a gente tem lá pessoas que comentam, e pessoas também que ajudam, e essa rede nossa é conhecida já até na Europa, na França, e inclusive ela é bem acessada. Então, hoje a vida indígena com a rede, a cultura, tem fortalecido. É claro que a gente sabe que tem que ter cuidado para usar. Porque, no momento que a gente for usar a internet e a gente não saber usar, é claro que uma cultura se opõe a outra, quando ela é mais forte. E a cultura da internet é forte. A gente sabe que a rede não é fácil, ela vicia. E a gente tem que ter o máximo de cuidado para usar, e esse cuidado a gente tem tido, graças a deus, e a gente tem se beneficiado com ela.

Antes de ter a internet, como vocês faziam para se comunicar? O que mudou com a internet e com os celulares?

A dificuldade era intensa. Porque nem acesso ao telefone público a gente tinha. Meio de transporte também não, porque são áreas distantes e inacessíveis ao transporte. Então, às vezes, tinha acontecimento que morria um parente nosso quando a gente ia saber já tinha um mês, dois. Ou muitas pessoas se acidentavam, morriam por falta de assistência. Então, antes do sinal de celular chegar nas áreas indígenas, ou até mesmo nos municípios pequenos, chegou a internet. E, quando chegou a internet, a gente pôde se comunicar até com parentes que moram em São Paulo, que moram no Rio de Janeiro e moram em outras aldeias. Então, antes era muito difícil. Aí depois veio o celular. Veio o celular como programa também dentro do *IO* [o programa *Celulares Indígenas*], e esse celular com a rede ele facilitou muito a nossa vida. E hoje, graças a deus, a gente tem conseguido e conquistado coisas importantes através da rede e também do celular.

Como é a estrutura de computador, de internet que vocês têm acesso e como essa estrutura foi montada?

Quando eu morava na Água Vermelha, a minha luta sempre com Fábio Titiá, com Luis [Luis Titiá], com Wagner, foi a gente conseguir os computadores para Água Vermelha. Já que é uma região muito difícil de transporte, o acesso ao transporte, e por ser distante também. E a gente conseguiu os computadores para Água Vermelha, junto os computadores e a rede da internet, foi uma parceria do *IO* junto com a Thydêwá, via *GESAC*. Tem essa rede lá que tem uma estrutura, aonde está se esperando vir os técnicos para montar os computadores, porque no momento só funcionam dois, já que é uma área muito extensa que

tem vários jovens indígenas que precisam usar e tudo. Já aqui na aldeia Bahetá a estrutura foi eu mesmo que montei. Eu comprei o meu *notebook* e comprei um modem da internet que eu pago por mês, e eu acesso dentro da minha casa, mando os e-mails, posto as matérias no *IO*. Então, aqui na Bahetá não existe a estrutura, ou seja, nós não temos a internet pelo *GESAC* e não temos computadores também. Eu faço o trabalho no *IO* com o próprio recurso meu.

Como você escolhe os temas para os seus textos?

Diante dos fatos acontecidos em nossa aldeia, você tem a questão do escorpião, a questão da água, da cultura, saúde, educação, eu crio o texto e o texto são fatos reais que eu posto. E problema é que não falta para postar. Sempre tem. Porque imagina a gente é uma comunidade pequena, mas é uma comunidade que nunca teve uma assistência por parte dos órgãos responsáveis pela saúde ou pela educação. Ou até mesmo pela parte fundiária. Graças a Deus, agora é que nem eu lhe falei no início, através dos conhecimentos buscados, através dos estudos é que a gente está agora conseguindo algo para a nossa aldeia, conquistando. Hoje a gente tem a *FUNAI* que dá um apoio integral, temos hoje a *SESAI* [Secretaria de Saúde Indígena] que, com essa reestruturação, agora está uma esperança que as coisas funcionem, e também tem a prefeitura local que dá um apoio. Então, são conquistas que a gente buscou e não foi fácil. E hoje eu acredito que essas conquistas foram através da rede, foram através dos conhecimentos, através dos parceiros. Outro fator importante em nossa vida aqui na aldeia, em relação à internet, é que aqui não tinha energia elétrica, e eu postei uma matéria no *IO* falando sobre a ausência da energia elétrica em nossa aldeia, também para a escola, porque a gente não podia trabalhar nem áudio nem vídeo com os alunos. E ao postar essa matéria, um cidadão que trabalha lá em Brasília fez um comentário dizendo que tem o *Luz para Todos* [programa do governo federal para fornecer luz elétrica a comunidades rurais] e que a gente, como comunidades tradicionais, podia ter acesso a esse programa. E aí nos indicou que fossemos em Salvador, e aí eu fui em Salvador juntamente com o prefeito aqui do município e, quando chegou lá, a gente conseguiu o projeto. E depois de um ano a energia veio, e hoje a gente tem essa facilidade de usar energia, de usar internet, de usar áudio e vídeo dentro da escola. Então, para a gente, foi um avanço muito grande, e que esse avanço teve uma escada importante, que essa escada foi a internet. Então, mais uma vez, a gente sabe da importância que tem a internet para o nosso povo, sabe da importância que tem esse meio de comunicação para que a gente avance em nossas lutas, para que a gente

avance em nossas conquistas. E, também, o fortalecimento da cultura. Porque, antes, eu conhecia só a cultura nossa e, hoje, através da internet, eu conheço a cultura de vários povos indígenas, e de outros povos também de comunidades tradicionais.

E o que a comunidade indígena acha do IO?

A comunidade já teve várias reuniões onde foi se fazer a avaliação do IO, e essas reuniões a gente fazia muito em retomadas, em época de retomadas, e alguns anciões não acham importante a internet em nosso povo, porque eles acham que tira muita coisa nossa. E também eles acham que a gente escreve segredos nossos que não poderia escrever. Mas os nossos conhecimentos de política e social, e também até conhecimento acadêmico, a gente tenta passar para os anciões – qual é a relevância, a importância desta rede e, também, a todo momento, a gente passa para eles o que a gente coloca na rede, quais são os avanços e também quais são os pontos negativos. Mas muitos anciões eles não aprovam. Mas eles também sabem da importância que tem a rede para a gente. Mas a gente também não vai contestar com eles, porque a gente sabe do conhecimento que eles têm, e também do valor do conhecimento deles. Mas a gente, a todo o momento que a gente posta as matérias, a gente leva para eles o resultado. Então, muitos deles, hoje, já reconhecem a importância da rede dos IO.

6. Entrevista com Sebastián Gerlic – presidente da ONG *Thydêwá*

Quais foram as principais dificuldades que vocês enfrentaram, tanto estruturais, como talvez de resistências dos povos no processo de criação da IO? Você enfrentou alguma resistência?

Acho que resistência mais forte não era dos povos indígenas, mas no caso a gente estava buscando financiadores, parceiros, na época privados. E acho que o preconceito social dominante era “índio, para quê que índio quer tecnologia, o que é que os caras vão fazer com isso, eles não vão aprender?”. Então, quando eu particularmente fui à busca de patrocínio, eu encontrei pessoas, gerente de marketing e tal e tal, que dizia “não, os caras são incapazes de usar um computador, incapazes de fazer, tudo isso que você está dizendo que poderia acontecer”. Porque de fato aconteceu isso e muito mais do que eu na época vislumbrava. Mas digamos, me encontrei com as pessoas que tinham o poder, o dinheiro, cheia de preconceitos. “Não, para quê índio quer internet? Isso vai tirar a cultura dos caras”. E aí, acho que foi a maior dificuldade foi dar o *start*, o início, inclusive a gente colocou esse projeto em uma lei de incentivo estadual e o próprio estado tinha alguma dificuldade em compreender.

Mas como a gente tinha um histórico de três, quatro anos de livros e prêmios... Acho que o primeiro passo, o mais difícil foi iniciar. E a gente iniciou bem pequeno, bem humilde. A gente iniciou com um computador em cada uma das sete aldeias. E acho que as pessoas sempre perguntam sobre as dificuldades, eu não teria condição jamais de pensar que os indígenas têm mais dificuldades do que ninguém, ou menos dificuldades do que ninguém para aprender coisa nenhuma. E com a internet não foi diferente. Acho que o tempo que demorou para um indígena pegar um computador seria o mesmo que para um não-indígena, então eu não vi nada de especial nesse aspecto. As pessoas perguntam – “E os velhos, a aldeia?”, como se fossem aqueles mais tradicionais, mais ligados a digamos, não sei, a uma vida pura, do bom selvagem, e aí acho que também não, não teve ninguém assim. Pois é, alguma pessoa, que fala alguma coisa, ou que tem um receio, um medo, mas não teve nenhum empecilho, de um conselho de anciãos que proibiu o projeto, essa coisa não teve não. Em geral, todo mundo foi compreendendo, entendendo e abraçando. E, a partir do momento que os índios abraçam, ainda assim os que eram mais jovens, e mostram para que serve, toda a comunidade passa a abraçar também.

Quem é o público que o IO visa atingir?

Em 2004, quando a gente fez o salto de a gente vinha publicando livros e começou a trabalhar com internet, a gente herdou um pouquinho a inércia, quase com objetivos bem parecidos, que a internet poderia ser fundamentalmente para o resgate da memória, das tradições, o fortalecimento da cultura. A gente percebeu todos os benefícios que poderiam ser para a própria comunidade indígena. E aquele objetivo no qual a gente já vinha trabalhando, entrelaçando o mundo globalizado – diminuir o preconceito, promover a cultura da paz, estabelecer diálogos de relações de benefício mútuo. Só que a gente não tinha percebido que a internet teria outras possibilidades novas que, principalmente a partir da apropriação que os indígenas fizeram, apareceram cristalizadas. A gente não sabia que era uma ferramenta tão potente na área da cidadania, na área da educação. Então, a gente levou o projeto dos computadores, pensando muito os objetivos referente à cultura – no fortalecimento da cultura dos próprios indígenas e um melhor diálogo pela paz com o mundo de fora. Mas o que aconteceu foi que os índios pegaram os computadores e começaram a regularizar CPF que não tinha, título eleitoral, censo escolar, começaram a fazer um bocado de coisa da cidadania básica, que pelo fato de estarem distantes, pelo fato de não terem recurso financeiro, eles estavam isolados. E eles passaram, eu acho que de alguma forma, a ser mais cidadãos brasileiros. Porque

começaram a ler outras informações, a fazer a pesquisa dos orçamentos do município, entender como se aprova ou não um projeto na *FUNAI* ou na *FUNASA*, começaram a entender os mecanismos políticos e a ler e acompanhar todo esse lado de cidadania que não estava assim amplamente planejado pela instituição. Essa foi uma surpresa superpositiva.

Houve alguma estratégia de divulgação do portal para outros povos ou divulgação para jornais?

Em princípio, a rede *IO*, em 2004, não nasceu assim já de cara pensando em se expandir. Para nós o número de sete estava bom, a gente gostaria de ser mais, mas o recurso não dava para mais, mas não imaginou que isso poderia de forma fácil se expandir. E, de fato, depois foi acontecendo. Mas acho que a gente concentrou a força inicial no projeto para que desse certo para essas comunidades. E só iria se expandir no caso que essas comunidades fossem o exemplo de algo positivo e outras pessoas vissem e demandassem. Não teve uma política de dizer, vamos começar com sete e depois a gente já faz um plano e passa para quatorze, e depois para cento e quarenta. Não teve isso não. Só um ano, dois anos depois que a gente começou a ouvir a *FUNASA* que dizia que ia colocar internet em todos os postos de *FUNASA* de todas as aldeias indígenas do Brasil, para fazer telemedicina. Quando eles malucamente viajaram nisso, que acabou não sendo implementado, não sei se vai ser bom ou não, mas dentro da cláusula que a *FUNASA* estava propondo dizia que os telecentros que a *FUNASA* iria implantar nas aldeias iriam ter possibilidade de ser usados pela comunidade. E foi aí que a gente bateu na porta da *FUNASA* e falou – “se vocês querem que seja usada pelos índios, vocês tem que ter um pouquinho mais de flexibilidade, ser um pouco mais porosos, um pouco mais permeável ao diálogo com os índios. Do jeito de telemedicina que vocês estão pensando e do jeito que vocês são não vai ter apropriação comunitária”. A gente começou a conversar que, se eles colocassem internet em 220 pólos indígenas, a gente gostaria de acompanhar com o projeto *IO* e se expandir. Só que a política da *FUNASA* não deu certo, a gente passou um ano paquerando, comentando e tal, mas por problemas internos do Ministério da Saúde isso não foi implantado. Então, a gente acabou fazendo a expansão um pouco mais devagar e bacana. Porque essas expansões assim muito bruscas, ou de políticas públicas, se expandem em infraestrutura, mas não tem apropriação humana, ideológica, real, comunitária, e depois caem, derruba, fica um elefante branco. Então, a rede foi se expandido, mas a partir de um processo orgânico vivenciado pelos índios que decidiram eles mesmos se expandirem, ou digamos, que vieram na

segunda e terceira levam, eles mesmos que pediram para entrar. Não foi nada imposto, nada que veio, assim, goela abaixo.

E no processo de acessar o portal, para o portal se tornar conhecido por pessoas leigas, ou por índios de outros estados, independente de integrarem o projeto como índios on-line?

Estou tentando me lembrar, mas não me lembro agora que a gente tenha feito algum plano de divulgação estratégico, ou que a gente tenha gastado muito recurso em divulgação. Acho que foi acontecendo. Suave, pequeno. Agora, hoje, quase todas as *FUNASAs* e todas as *FUNAIs*, embora não façam comentários escritos, sempre que eu passo por alguns lugares os caras estão informados com a visão dos indígenas. Então, órgãos, secretarias, ministérios que têm relação direta com a causa indígenas, eles leem a fonte *IO*. Eu, pessoalmente, tenho encontrado muitas pessoas da *FUNAI* ou da *FUNASA*, ou ex-*FUNASA*, que reconhecem e comentam. Quando me encontram dizem, mas a gente não pode falar isso pelas estatísticas, porque eles geralmente não fazem comentários. Tem algumas pessoas que fazem comentários, mas são muitos poucos. Em geral leem a informação, alguns ficam com raiva, outros fazem um procedimento, mas eu acho que é bem lido pelas pessoas, tanto relacionadas à causa, e aí aos indigenistas, os antropólogos, ou as pessoas relacionadas à *FUNAI* e órgãos, assim como também pelos estudantes. Eu acho que existe uma publicidade no Brasil, de quem é o índio, se o índio existe, se não existe, o que é que ele faz, quem e o que ele é, então eu acho que o portal *IO* acaba atendendo um pouco dessa curiosidade que eu sinto que palpita no Brasil, na população em geral.

Nessa visita, escutei muitos exemplos em que o portal ajudou a denunciar um problema estrutural, de luz, que depois foi resolvido, e também, no caso das retomadas, de denunciar os ataques. Você poderia falar sobre essa característica do *IO* e também se você acha que existam limitações, dificuldades nesse processo?

Bom, eu acho que abrange uma coisa bem bacana, que tem os benefícios que é a apropriação das tecnologias levaram para a comunidade, como isso que estava falando de fazer CPF, e aposentadoria, e censo e tal, é um benefício de ter se apropriado da tecnologia, e não específico do portal *IO*. Agora acho que o portal *IO* levou capacitação para que as pessoas acordassem sua dimensão cidadã e fossem atrás dos seus direitos. Essa coisa de fazer um CPF e tal aconteceu fora do espaço físico do portal. Mas de alguma forma vai na inércia desse projeto que não era só o portal, que era empoderar, é dizer vocês tem direito, vocês tem a responsabilidade de correr atrás do que vocês querem na sua vida,

não fiquem esperando mais, tomem uma posição protagonista que é ir atrás da coisa. Mas, especificamente, quando eles entendem o portal, e usam o portal em si, tem isso que você está falando. Na hora que alguém faz uma denúncia, de forma isolada, vamos dizer, está faltando água na minha comunidade, eu faço uma carta, meu cacique assina, eu levo lá na empresa que administra água, eles percebem que isso tem um impacto muito pequeno se comparado com essa mesma carta publicada nos *IO*, eles mandam por alguns e-mails, fazem com que algumas pessoas comentem. Eles passaram a compreender, digamos, o quarto poder, o poder da mídia, o poder da divulgação da informação. E a valer-se da pressão da informação. Então, hoje eles levam a carta em particular assinada, no papel, mas publicam todos os documentos na internet, e sabem que a internet potencializa bastante e de forma rápida e barata, e eles já sacam que isso é bem bacana. Algumas pessoas têm melhor compreensão desse processo e fazem isso de forma estratégica mais pensada, e outros fazem às vezes de forma menos elaborada, menos refletida, mas também fazem.

Quais são as perspectivas futuras para o portal?

A instituição continua com os mesmo objetivos que tinha quando se criou. Então a gente continua trabalhando, facilitando processos de aprendizagem e de apropriação de tecnologia de informação e de comunicação. Então, não foi *IO* o único projeto que a gente fez nesse sentido, e ainda que a gente pensou ele quando já nascia que era para ser independente, autônomo, que a rede era dos indígenas, e não da instituição, e assim como o processo de empoderamento que aconteceu com a autonomia da rede, a gente ainda tem uma posição para ser parceiro da rede de alguma forma, mas a gente tem feito outros novos projetos. (...) Então a gente tem vários projetos e várias coisas, que de alguma forma também acabam repercutindo no *IO*. Porque quando a gente pega outras pessoas ou, às vezes, pessoas em comum ao *IO* para fazer capacitação, fazer curso, fazer reciclagem, fazer encontros, trabalho, intercâmbio, a gente está, de alguma forma, também fortalecendo.

7. Entrevista com Yonana Pataxó Hã Hã Hãe – indígena integrante e gestora da rede *Índios On-line*.

Você poderia falar um pouco sobre sua experiência trabalhando para o *IO*? Qual você acha que é a importância dessa função e as dificuldades que você encontrou?

Na verdade, o projeto do *IO* para mim foi muito importante. Porque eu pude ter a liberdade de contar a história do meu povo. A verdadeira história. Essa liberdade que eu digo é o modo como a gente pode estar contando como os índios vivem, o sofrimento, as vitórias. O próprio índio está contando a história dele, não uma pessoa que chega de lá e conta a nossa história do nosso povo distorcida. Ele pode ouvir a verdade do indígena, mas tem alguns jornalistas, não é todos, que distorcem nossas informações. Nós mesmos, nós indígenas, sendo os próprios jornalistas do nosso povo, nós estamos ali, no nosso dia-a-dia, contando o que nosso povo vem passando. Na verdade, para mim, fazer esse trabalho foi um trabalho muito difícil. Porque mesmo eu sabendo que era importante publicar a história do meu povo, meu povo no começo teve uma resistência. E a ideia desse projeto dentro da minha aldeia, na verdade, a gente queria sempre ter aquele poder de estar contando a história nossa, sem precisar de outro jornalista que viesse de fora. Porque existem alguns jornalistas que distorcem a informação nossa. E nós mesmos contando nossa história, e as pessoas mesmo vendo que foi o próprio índio que escreveu, o próprio índio que conta. Mas para a gente fazer esse trabalho nós passamos por algumas dificuldades, onde a nossa comunidade era não entendia o que é realmente a internet. E quando ela soube que a internet era o mundo, ela ficava com receio, tinha medo que nós mesmos pudéssemos contar os segredos da aldeia, do movimento de luta. Mas, depois, ela foi tendo consciência e aprendendo que seria importante a gente estar assim publicando as nossas histórias e contando para que as pessoas tenham conhecimento de como os indígenas vivem hoje na sua aldeia. Seja feliz, seja momento de tristeza, ou de alegria.

O que você aprendeu fazendo esse trabalho?

Eu aprendi a dividir o conhecimento com as pessoas. Quando eu aprendi a publicar, a escrever textos, contados pelos próprios indígenas, ou pelos meus parentes, eu comecei hoje a dividir meu conhecimento assim. Quando eu comecei a aprender, aí a gente formou um grupo de jovens para tá fazendo esse trabalho junto. E hoje, através desse projeto, eu desenvolvi a minha escrita e até o meu próprio conhecimento. Aí hoje comunidade me chama para as reuniões, para estar escrevendo as atas. Alguns professores me chamam também para estar revisando os textos deles. Por eu escrever muito, eu acabei desenvolvendo o meu conhecimento com a escrita.

E você acha que o *IO* e a comunicação podem ajudar a resolver os problemas da comunidade? Até que ponto pode ajudar e até que ponto não pode?

Pode ajudar assim, porque quando nós publicamos, quando contamos a nossa história, as pessoas têm conhecimento de como o índio está vivendo na sua aldeia. E o que nós queremos é isso, é que as pessoas reconheçam que nós já existimos, e nós queremos que isso fortaleça a nossa existência. Que as pessoas vejam que o índio não é aquele índio que vivia isolado. Hoje nós temos a comunicação para se relacionar com o meio. E até onde não pode ajudar? Foi a pergunta que você fez. Bom, hoje para mim, eu não posso nem te dizer onde ela não pode ajudar, porque já está ajudando. Só em a comunicação nossa começar a circular no mundo e os parceiros está ajudando para nós já é uma grande ajuda. Ainda não houve alguma interferência do projeto de interferir em alguma coisa na aldeia, isso não tem. Interferência nenhuma.

Interferência em que sentido?

Que possa impedir algo que nós possamos fazer. Entendeu?

Não. Não entendi ainda.

O projeto trouxe assim um modo da gente poder se expressar. É um local onde nós mesmos podemos estar aqui, fazendo as nossas matérias e publicando. É uma chance da gente manter uma espaço na sociedade.

Você poderia falar um pouco sobre como é a vida no dia-a-dia da aldeia?

Nós passamos muitas dificuldades pela falta de assistência dos órgãos. Porque os órgãos que são responsáveis por cada setor, eles não estão dando o suporte para os índios. Ou seja, a responsabilidade que ele tem para estar dando assistência ao indígena é muito pouca. E não está dando para suprir as necessidades de todos. (...) Às vezes, as pessoas que estão lá fora acham que os índios estão vivendo bem e a realidade não é isso. É por isso que a gente usa a internet para isso, para mostrar ao mundo. Essa realidade que eu falo, é o que está acontecendo dentro da aldeia. As pessoas não sabem, acham que o índio está vivendo bem, e na verdade não estão. Acha que os órgãos estão ajudando, está dando assistência de qualidade e, na verdade, não estão. A saúde está aí. Falta muita coisa para se realizar. A mesma coisa na educação. A nossa educação não é de boa qualidade. Nem educação, nem saúde. Nós precisamos de algo melhor. Mesmo que tenha a internet, o computador, falta muita coisa para a gente conquistar. E, às vezes, eu fico preocupada porque nós indígenas ainda não temos aquele contato direto, aquela facilidade. A gente não tem aquela facilidade de está manuseando a máquina, como as pessoas fazem no mundo lá fora. Onde eles têm facilidade de mexer com aquilo. É como eu te falei durante a conversa, para nós a tecnologia, o computador, o celular, é uma coisa nova, e nós precisamos aprender a mexer com ela. Ela é uma arma de grande

importância para os povos indígenas, mas tem muita coisa que os povos indígenas precisam aprender em relação a convivência com essas máquinas. Mesmo que nós estejamos perto delas, precisamos aprender muito mais. Tem muito para conquistar. E precisa de muitos cursos, nós precisamos estar envolvido com elas. Não adianta, eu acho, para mim, não adianta ter tantos computadores dentro de um lugar, se os índios não sabem ainda mexer com eles. É preciso que os índios reconheçam a importância dessas máquinas. Seja o computador, seja o celular. E que os índios usem elas, não só nos momentos de luta, que está acontecendo alguma coisa dentro da comunidade. Que seja um instrumento de reivindicar o direito deles a qualquer momento e mostrar também as coisas bonitas da aldeia. Não só mostrar as coisas tristes, mas os momentos de vitória também (...).

APÊNDICE H – ENTREVISTAS COM INTEGRANTES/COLABORADORES DO BLOGUE DA *AJI*

1. Entrevista com Itacir Pastore – Coordenador local da *AJI*²³⁸.

Qual é sua função aqui dentro da *AJI*?

A minha função aqui dentro da *AJI* é um pouco de tudo. Quando eu cheguei aqui nós combinamos que eu não iria fazer as coisas sozinho, que nós iríamos fazer juntos. Então como função, eu vim aqui para coordenar, a professora Maria de Lourdes me chamou para estar desenvolvendo umas atividades na aldeia e para coordenar as atividades. Eu tenho a função administrativa, financeira, junto com os jovens aqui da casa. Toda essa questão administrativa e financeira. (...) O objetivo é que cada dia mais eles vão assumindo inteiramente as atividades. Antes de eu vim para cá, havia uma equipe de colegiado de não-índios, e havia os jovens indígenas que estavam em formação. Quando eu vim para cá, eu vim para esse apoio, e eles passaram a ser o colegiado²³⁹. Acompanhá-los nas atividades. Ajudar e orientar em algumas atividades. Mas isso também a Maria de Lourdes faz muito via internet. Encontrar algumas possibilidades nesse trânsito. Se você for para a aldeia, você vai ter uma dificuldade enorme de se locomover naquela capilaridade, eles aqui na cidade nem sempre conseguem locomover muito bem na nossa capilaridade. Então, é um pouco essa função também. Ajudar a abrir algumas portas para eles aqui nesse espaço da cidade, para que eles possam tomar essa via e seguir firmes.

Como se dá o processo de formação da equipe?

Tem oficineiros que vêm e trabalham. A professora Maria de Lourdes vem e sempre trabalha quando ela vem. Trabalha com oficinas, trabalha com formação. Eles também participam de seminários fora. Eles estudam e também dão oficinas para outros jovens dentro da aldeia. Isso também está incluído dentro do processo de formação.

E de seleção da equipe?

²³⁸ Quando a pesquisa de campo foi realizada Pasteri assumia essa função. Posteriormente, a função passou a ser exercida por Renata Carmi Armel, também não-indígena.

²³⁹ O termo “colegiado” é utilizado internamente na *AJI* para se referir ao grupo de jovens indígenas, bolsistas, que desenvolvem as atividades dentro da ONG. Esse grupo também indica seus objetivos e as atividades que gostaria de desenvolver dentro da ONG.

Tem um número mais ou menos de possibilidades de bolsas, de bolsistas. E quando alguém sai, e entra outro, ou para entrar uma pessoa nova mesmo sem sair, passa por uma discussão deles com a Maria de Lourdes. E eles dão a opinião. E sempre tem alguns critérios, e os critérios assim, aquelas pessoas que participaram da oficina, que tem um pouco de formação, que estão participando voluntariamente, e tem mais participação, mais vontade, mais ânimo. Ultimamente tem se usado também um pouco, para observar um pouco a capacidade, o desenvolvimento. E tem um período que passa, e se esse colegiado acha que não está contribuindo muito, aí o colegiado informa.

(...)

Quais as principais dificuldades que a equipe encontra no trabalho?

Cada um é uma pessoa diferente, se identifica mais com uma atividade, e outra, também tem a questão das dificuldades. Tem alguns jovens que, por exemplo, para ir a um lugar resolver uma coisa, às vezes, ele quer que alguém de nós esteja junto. Então, tem suas dificuldades para resolver alguma coisa dentro dessa capilaridade da cidade. Então, algumas coisas assim mais de autonomia, mas existem essas dificuldades. E, também, tem alguns jovens, que diz assim eu não consigo mexer muito com *site*, isso e aquilo, meu foco é outro. Se ele fala com a pessoa do *site*, do blogue, do fotolog então fica...o mesmo ocorre na produção de vídeo, rádio coisa assim. Acho que essa questão das dificuldades, cada um foca um pouco mais no seu e, às vezes, não consegue substituir outra pessoa que assume uma função um pouco lá na ponta, quando na falta dessa pessoa. Então, essa é uma dificuldade que eu percebo. Mas ela é natural. Ela é natural. E a equipe tem dado conta, tem unido esforços. (...)

E socialmente? No contexto da realidade deles, quais as dificuldades que eles enfrentam? Por exemplo, já existiu algum conflito por uma informação ter sido publicada no blogue?

Então, algumas notícias, tanto do jornal escrito, como outras, em alguns momentos, geraram conflitos internos na aldeia. E, às vezes, é alguma notícia que denuncia alguma coisa que acontece na aldeia, logo eles sentem que vem uma pressão. Um exemplo disso que já aconteceu, foi feita uma notícia no jornal, que também é vinculado na internet, e chega a notícia na aldeia, e aí tem uma pressão. Muitas vezes, as pessoas falam que vão pôr no advogado. Vai lá, grava a notícia. Por isso que eles se precaveram bastante, com relação à autorização de imagem e áudio. Até porque eles são alvo muito fácil. Diferente de um repórter que vem de fora. Eles seriam alvo muito fácil da própria comunidade. Eles estão no seio da comunidade. Mas isso tem melhorado muito. Porque sempre

pega uma notícia assim polêmica, eles estão bem esclarecidos, tiveram bem informados para se precaver da autorização de imagem, gravar certinho. Usar os critérios, para não ter nada como “não falei nada disso”. Então, a gravação fica salva.

O que você quer dizer com pressão?

Geralmente, acontece assim na comunidade: alguém fala assim “fulano lá falou que vai colocar você no advogado”, não sei o que... Geralmente, é um leva e traz. Nunca é diretamente, nunca acontece diretamente, muito difícil. Então, eles sentem que tem isso, e imediatamente eles tentam dá a devolução para essa pessoa, porque sabe que vai chegar lá do outro lado.

(...)

Quais são os principais resultados que esse trabalho de comunicação da AJI, e dentro dele, o blogue, espera trazer para a comunidade indígena local?

Eu acho que dá para pensar em três pontos de resultado que eles esperam. Um deles, eu não sei se esperam tanto, mas é o objetivo da entidade: é eles terem formação, terem participação, crescerem. Se valorizarem. Verem que são capazes. A realização pessoal dentro disso, eles se sentirem que são capazes. Então essa questão, da pessoa, da formação deles. Outro resultado é colocar a comunidade na mídia. Eles mesmos produzindo as notícias. Não somos nós, não sou eu que faço as notícias, são eles mesmos. E o outro é está colocando na rede de internet, atingir, colocar em evidência. E colocar as opiniões dos jovens, por conta que sempre pareceu que quem tem voz não são os jovens.

Vocês têm observado resultados no contexto indígena a nível nacional?

Eu penso que eles têm uma evidência nacional, no contexto indígena, eles são uma entidade que é procurada, que é vinculada, que tem a participação. Por pequena, por singela que seja, eles são um movimento que está presente, que participa dos grandes movimentos – Terra Livre, está participando da Rio + 20, de vários seminários, promovem esse encontro de jovens, teve um estadual, e esse é o segundo que tem participação de jovens de outros países. Então, tem um sentido interessante. E, com essa iniciativa, estão surgindo várias outras iniciativas. O *Índios On-line* começou depois, me parece. Várias outras aldeias estão trabalhando essa relação. Agora está surgindo um jornal impresso em Campo Grande de um indígena terena que é estudante de jornalismo. Então, acho que eles estão sendo pioneiro em vários aspectos, em várias coisas, em várias iniciativas. E isso é referência nacional do movimento indígena.

Existem estratégias de divulgação do blogue, da *AJI*?

Olha, não tem muita estratégia de divulgação. Na internet, a gente sabe que, quanto mais você posta assuntos, mais no topo de pesquisa você fica no assunto indígena. Porque tem as palavras. Quando você insere a notícia, quanto mais você insere a notícia você fica no topo, sempre daquele assunto. Então, às vezes, o assunto da notícia é pesquisa no *Google*, ou em outro buscador, e dessa pesquisa acaba caindo no blogue e no *site*. O blogue teve um concurso internacional, nós nem sabíamos que tinha, ficou acho que em décimo primeiro como comunidade diferente. (...) A gente tem o cartãozinho, o folder, tem as pessoas. Eu penso que as oficinas que eles fazem, as produções que eles fazem são, de certo modo, uma maneira de divulgação. Quando as pessoas pegam um material que é bem produzido, que é bem feito, “ah mas quem que é esse grupo”. Mas fora disso, tem o *site*, o blogue, as pessoas que conhecem, o cartão, o folder, o jornal. Essa estratégia mesmo.

(...)

Mas toda essa parte pedagógica, essas parte mais da orientação, a Maria de Lourdes que planeja junto, faz os planejamentos semestrais, esse ano vai focar, digamos, diversidade, então em todas as linhas, no núcleo de saúde foca diversidade, no núcleo de comunicação, nas oficinas foca diversidade. No outro ano é meio ambiente, depende da discussão que também está sendo gerada.

2. Entrevista com Jaqueline Gonçalves – indígena integrante da *AJI* e coordenadora do blogue *AJINDO*

Você acha que o blogue *AJINDO* trouxe mudanças para a vida da sua comunidade?

Não é o resultado muito esperado, porque na aldeia não tem internet. Então, acho que pelo menos 99% da população daqui não acessa o blogue. Eles podem acessar na cidade, ou aqui na escola que tem internet. Então, se mudou alguma coisa, mudou na vida de pelo menos 1% que tem acesso à internet.

E qual é o objetivo do blogue?

O objetivo do blogue é a gente expressar a nossa maneira de pensar, nossa maneira de ver o que a gente teve, o que a gente está tendo e o que a gente vai ter, entendeu?

E quem faz parte do blogue? Quem pode escrever para o blogue?

Os jovens da *AJI* todos escrevem para o blogue. Todos os jovens da *AJI* fazem parte do blogue. Mas tem uma coordenação que sou eu. Aí todos escrevem as matérias, eles escolhem. Tem algumas matérias que a gente

recebe de outras comunidades, que eles enviam por e-mail, e a gente posta.

Comunidades indígenas?

Sim.

Daqui da região ou de outros lugares?

Variados. Quero dizer todos os estados, outros estados.

Qual a sua função como coordenadora?

Administrar o blogue.

Mas você coordena o trabalho das pessoas, você revisa os textos, você define o que vai ser escrito, o que é que você faz?

Isso mesmo. Faço todo esse trabalho que tem que ser feito para os textos serem bem colocados.

Como se dá a definição dos temas dos textos publicados no blogue?

Todos os que escrevem no blogue, ninguém é formado em jornalismo. Então a única coisa que a gente toma cuidado é com a questão política. A gente não cita, não elogia, em momento algum, os políticos. A gente prefere tratar de outra forma, em outra ocasião, menos no *site* e no blogue.

Por quê?

Porque a gente não tem partido político. A gente é independente. E não queremos nos aliar a nenhum deles porque, pelo que conhecemos, grande parte deles são corruptos. E a gente quer ter uma cara limpa.

E com relação à periodicidade do blogue. Tem que publicar textos todos os dias, pode publicar notícias antigas?

A gente procura colocar coisas do momento. Nada de coisa antiga. Sobre o que está acontecendo. Pode ser até notícias do mês, mas antigas não.

E existe um cronograma para publicar toda semana, todo dia, algo assim? Como se dá?

Não entendi.

Você tem que publicar um texto a cada dia, um texto por semana, dois textos por dia? Tem um cronograma para a publicação de textos?

O blogue não tem limite. Os textos, por dia, por semana, nem por mês. Mas ele é atualizado diariamente.

Vocês possuem alguma estratégia de divulgação do blogue?

Sim, na rádio, no *site*. Acho que são as principais.

Já houve o caso de você ter que apagar alguma publicação ou comentário por causa de problemas na comunidade?

Não, até hoje não.

O jornalista escreve um texto e vai embora. Mas quando você está dentro da comunidade escrevendo e você mora ali dentro, as pessoas podem gostar e podem não gostar. Já houve alguma reação da comunidade com relação a alguma publicação?

Tá aí uma questão porque a gente não toma nenhum partido político, por isso a gente não tem medo. Mas já teve sim um caso onde a gente escreveu sobre uma escola que eu não posso dar o nome, e que a escola não abriu o espaço que era para ser aberto para a comunidade, que é o espaço de informática. Receberam doação de vários computadores, mas eles fechavam. Mas era para a comunidade. A gente elaborou um texto e publicou. Eles acharam ruim, ligaram e tudo, mas não tiramos do ar porque era verdade. Ficou lá e está lá até hoje (GONÇALVES, 2012).

Se você acha que as informações que vocês produzem para o bloque podem ajudar a mudar a forma como a sociedade ver os indígenas?

Sim, porque a grande parte do que passa na TV, quando é sobre índio é alguém morreu, alguém se matou, só coisa ruim, não passa coisa boa. E a gente tenta passar isso. De uma forma mais delicada, vamos dizer. Porque a linguagem que eles passam da gente, no modo que eles falam, na aldeia só tem coisa ruim. Nesse lado, a gente faz esse papel, na grande maioria dos textos. Eu tenho que ir

Eu posso fazer mais uma pergunta? Mas vocês falam também das coisas ruins, de alcoolismo, por exemplo. Quais são os cuidados que vocês têm quando falam sobre esse tipo de assunto?

A gente não esconde nada. Não tem nenhum cuidado, a gente realmente fala o que está acontecendo. O cuidado que a gente tem é de não expor nomes. Isso sim.

E como é a receptividade das lideranças com relação ao trabalho que vocês fazem de comunicação?

As lideranças são assim, sendo bem clara para você, não nos engoliu até hoje. É aquela coisa, eles não abrem espaço para os jovens para nada. Aí já dá para você ter uma visão. Mas, independente deles querer ou não, a gente continua trabalhando.

Por que você acha que eles não têm essa receptividade para o trabalho de vocês?

Ignorantes, não é? Só pode. Querem tudo para eles.

Vocês estão perdendo a perdendo a cultura quando fazem parte do blogue? A cultura indígena está se perdendo?

Na verdade, a cultura vai se perder de algum modo mesmo. Porque nada a gente mantém para sempre. Nada. E mais, o que posso te dizer é que a gente não está perdendo a cultura; a gente está se renovando de outros modos.

E para terminar quais são os próximos projetos para o blogue?

Não sei te dizer porque não sentamos para planejar o ano ainda. Porque janeiro inteiro nós trabalhamos para esse encontro. Nós vamos sentar para planejar tudo em fevereiro. O ano inteiro. Então, eu vou te dever essa resposta.

3. Entrevista com Marias de Lourdes Beldi de Alcântara- presidente da *AJI*

Você poderia falar um pouco sobre como você chegou à Reserva de Dourados?

Eu coordenava o Núcleo do Imaginário da Universidade de São Paulo, e fiquei responsável por um arquivo do prof. Egon Schaden. (...) Eu fiquei responsável pela organização desse arquivo. E quando eu vi, tinha toda uma pesquisa do professor Egon Schaden, de 1949, sobre Amambai. E nessa mesma época estava acontecendo uma onda, divulgada em nível nacional, sobre a questão do suicídio. Era no governo Fernando Henrique Cardoso, foi numa coluna do Jânio de Freitas, perguntando para Rute [Cardoso, a então primeira-dama], que foi minha professora, como antropóloga como é que ela deixava isso acontecer. Daí, eu, com aquele arquivo do Egon, peguei todas as informações, coloquei debaixo do braço e vim para Dourados com a cara e a coragem.

Isso foi em que ano?

Em 1989. Daí eu comecei a trabalhar aqui. Demorei muito para ser aceita. Demorei um ano para ser aceita. eu percebi que tinham muitos jovens abandonados. E eu falei assim, ninguém trabalha com jovens. E comecei a ler toda a etnografia do lugar – a questão dos guaranis etc. E percebi que não tinha nada que falasse sobre os jovens e não tinha quase nada da Reserva de Dourados. A *AJI* começou na verdade em uma reunião, onde eu reuni todos os jovens que não eram filhos de lideranças, não eram filhos de nada, peguei um pessoal do Bororó [aldeia Bororó] e um pessoal da [aldeia] Jaguapiru, tudo junto para conversar. Eles nunca tinham conversado. O pessoal de Jaguapiru não atravessava o Bororó, porque tinha uma briga entre eles. E acho que foi o primeiro grupo que perpassou. O que aconteceu foi que eles começaram a se conhecer. Foi uma tensão terrível. E eu falava o seguinte, eu estava com o mapa da aldeia e queria fazer um estudo demográfico. Eu queria saber quantas pessoas tinham, eu queria saber quantas casas tinham, como é que as pessoas eram distribuídas. Não existia nada. Daí, eu distribuí por blocos a aldeia e falei assim: cada uma vai fazer um estudo de sua região, quantas pessoas têm, qual é o nome

da família. Como se fosse um censo. Mas os jovens começaram a fazer esse censo e eles começaram a se encontrar. Brigavam para burro. Demorou um ano e meio para essa pesquisa ser feita. E essa pesquisa está refletida no meu livro²⁴⁰. E esse foi o primeiro passo da *AJI*. Daí quando acabou a pesquisa, eles falaram, “Lu, e agora, o que é que a gente vai fazer?”. E falaram assim, “Lu porque que você não faz um grupo da gente?”. Foi aí que eu comecei a trabalhar com a questão dos jovens de verdade. Eles me aceitaram dentro do grupo deles. Daí foi o trabalho árduo que está até hoje. Que é uma caminhada muito longa, muito difícil, de muita briga, de muita tensão, e não reconhecimento, porque as lideranças não reconheciam os jovens. Eu fui muito massacrada, porque falaram que eu tinha inventado o conceito de jovem. Os próprios antropólogos falavam que eu estava trazendo para eles a modernização na cultura, que eu não respeitava as tradições, que eu não respeitava nada, que eu não deveria ser antropóloga. E foi muito rechaço. E, na verdade, só faz três anos que eles estão aceitando a *AJI*, desde 1989.

Quais são os financiamentos da *AJI*? De onde provém este financiamento?

Uma parte provém da *International Work Group for Indigenous Affairs*, que é a *IWGIA*, que tem sede na Dinamarca. Então, eu sou assessora da *IWGIA* também. Uma parte vem de particular mesmo. Uma pequena parte vem da Universidade de São Paulo, porque eu trabalho do Departamento de Patologia, na Faculdade de Medicina da *USP*. Eu sou responsável pela cadeira de Antropologia Médica. Por isso que você vê o logo da *USP*, Medicina-USP. Porque eu dou aula lá. Eu sou responsável por essa cadeira. Então essa verba vem desses três, duas instituições e uma verba particular.

A *AJI* tem o foco na comunicação. Hoje em dia a *AJI* está com a internet, jornal impresso, vídeo e programa de rádio. Como surgiu esse enfoque na comunicação e qual é o objetivo?

Surgiu ao acaso. Eu trabalhei em Comunicação popular, nos meios populares de comunicação [no mestrado e doutorado]. Um dia eu estava na casa da professora Zélia, e a família dela e o pessoal do entorno, e eu tinha naquela época duas *polaroids*. Sabe aquela que sai fotografia na hora? E eu deixei na mão dos jovens. E eles viam a foto deles e falavam assim: “Lu, eu não sou tão feia assim. Olha como eu sou bonita.” Foi a

²⁴⁰ “Jovens indígenas e lugares de pertencimento: a análise dos jovens indígenas da Reserva de Dourados/MS”, publicado pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (2007).

primeira vez que eu percebi que eles começaram a ter autoestima a partir do momento que eles começavam a se ver. Por isso que o primeiro livro são “Nossos Olhares²⁴¹”. Saiu a coleção “Os Olhares”. Porque a imagem para eles é muito importante. A imagem para eles traz um vínculo de pertencimento. Eles começam a ver a aldeia não tão feia. Eles começam a ver a aldeia com uma coisa bonita. No primeiro livro da fotografia, se você quiser analisar, aparece só a aldeia bonita. Tem umas imagens feias, de pobreza, de miséria absoluta, mas tem também uma imagem que são as flores, são as águas. A ênfase na água é muito importante porque tem pouquíssima água. Mas eles não falam da falta de água, mas “nós temos água”. Daí saiu toda a minha ideia de trabalhar com imagem. E essa imagem em todos os veículos de comunicação que eles pudessem manipular. Então, os primeiros vídeos foram feitos em pequenas câmeras. Daí foram dadas oficinas. As oficinas começam desde 2003. E eu começo a empoderar esses jovens. Eu começo a formá-los na questão da comunicação. Porque o meu objetivo era de que ninguém poderia falar por eles. Eles têm que falar por si só. Nenhum repórter tem que falar o que eles são. Eles têm que mostrar o que eles são. Entendeu? Então foi nesse momento, nesse acaso que eu descobri isso.

Qual tipo de retorno vocês receberam da comunidade local com esses meios de comunicação?

No começo, como eu disse para você, a própria comunidade não aceitava. Os jornais eram feitos, e quase ninguém lia. O que foi chamando a atenção da comunidade foram os vídeos. E foram percebendo que eles eram capazes. Muitas mães falavam assim: “Mas foi meu filho que fez isso?”, “Isso é a aldeia?”. A própria comunidade foi reconhecendo, que a aldeia também não era tão feia e que os filhos tinham potencial sim de poder ser alguma coisa. Porque nem os pais acreditavam em seus filhos. Porque tem um *gap* [intervalo] geracional muito grande. Os filhos não conversam com os pais. Há um choque. A família extensa teve uma ruptura muito drástica e muito forte. Então, os pais se distanciaram muito dos seus filhos, e eles só se aproximam dos filhos para punir, e é nesse momento que o jovem se afasta. Na hora que eles perceberam que eles podiam ter orgulho deste filho, eles passam a prestigiá-los. Então, a comunidade passa a respeitá-los. Daí a gente ganhou melhor filme indígena, daí a gente ganhou um prêmio *Cultura* (aquele do Rio de Janeiro super importante, que é pela *TV Globo*). E cada vez mais foi mostrando que eles podiam. E daí quem passa a comunicar às aldeias são os jovens. Eles passam a ler jornais, eles

²⁴¹ Publicado pelo *Banco Credibel, USP, IWGIA* e Ministério da Cultura (2007).

passam a saber o que está acontecendo. Os vídeos são pedidos sempre pelas escolas para passarem, para mostrar que os jovens podem. Então, eles passam a mostrar que eles podem alguma coisa. Eles passam a ter orgulho de seus filhos, que eles mesmos não acreditavam.

E com relação ao blogue?

Então, o blogue aconteceu ao acaso porque a gente não tinha dinheiro para montar um *site*. Então foi um primeiro passo. (...) Então foi essa a proposta. Não teve um pensar mais elaborado sobre isso. (...) A gente vai experimentando. Esse, o experimentar, é muito importante.

A comunidade tem acesso à internet somente nas escolas. Eles acessam, eles dão um retorno? Como é esse retorno em relação ao blogue?

A comunidade é difícil acessar. Essa comunidade. Mas tem uma coisa que é muito legal. Eu acho que a população indígena acessa. Que não é só daqui do local. Eles passam a fazer uma interlocução muito maior. Eles passam a frequentar fóruns internacionais que a gente leva. Muitos da primeira geração da *AJI*, da segunda geração da *AJI*, participaram de vários fóruns internacionais – no México, em Nova York, na Argentina, no Peru. Então, eles passam a ter uma net [rede], eles passam a ter uma rede maior, e isso é muito importante. O pessoal da comunidade realmente não tem muito acesso. Mas o que vai ter é uma rede nacional e internacional. Diferentemente do rádio que a gente está começando. O rádio é totalmente escutado aqui.

E com relação à comunidade não indígena, como jornalistas, pesquisadores, órgãos públicos, e a sociedade civil – que retorno vocês receberam com relação ao trabalho de comunicação da *AJI*, e, especificamente, com relação ao trabalho do blogue?

Da comunidade não teve um retorno grande com eu já falei. Da comunidade de Dourados – a cidade de Dourados é uma sociedade extremamente preconceituosa. E que eu acho que a rádio agora chega para quebrar um pouco isso. Porque nós estamos com um programa de meia hora na Rádio 92 (não me lembro a frequência) [92.1 FM], mas ela passa a escutar esse programa e começa a mudar a visão. Quando eu faço os lançamentos de livros deles, e mesmo da cartilha, eu faço questão de lançar na cidade, faço questão de lançar em São Paulo, para mostrar e educar essa população não-indígena a respeitá-los. E que eles são capazes e que eles podem sim fazer isso. Porque muitas pessoas olhavam os livros, e mesmo os vídeos e falavam – “Mas foram os meninos mesmo que fizeram?”, desconfiando. Então, eu acho que a gente tem que educar a sociedade no entorno a respeitá-los, e a gente só vai fazer isso mostrando que eles são capazes. Então, tudo que é

lançado, vídeo, livro, é lançado na cidade. A população indígena sai daqui da comunidade para ir para lá. Hoje, é a primeira vez que está sendo lançado aqui, na aldeia. Mas já foi lançado em São Paulo.

E com relação a parcerias. Que tipos de parcerias vocês desenvolvem? Existem propostas para realizar parcerias?

Claro que a gente tem vontade de fazer parcerias. Mas a gente não tem parcerias, porque a gente foi muito massacrado, porque falavam que não existia jovens. Que na categoria indígena não existiam jovens. Então, todas as organizações oficiais, mesmo antropólogos e colegas foram extremamente maléficos conosco. Foram mesmo. Então nunca quiseram parceria conosco. Então a gente tem um apoio que é do *Codisc*, do Fernando, o Dr. Welick, que é meu parceiro, desde que a gente entrou no mesmo ano na Reserva, na terra indígena aqui. Aqui dentro da Reserva. Um pouco fora, nós temos a parceria do Procurador da Justiça, ele nos apóia muito. Agora internacionalmente a gente tem todas as parcerias.

A dificuldade é mais local?

É local.

Com a comunidade indígena também? Com as lideranças?

Sim, tanto interna quanto externamente. As lideranças não nos respeitam. Estão começando a respeitar agora. Porque eles não querem dar voz aos jovens. Eles não aceitam isso.

Quais são os temas discutidos no blogue? Existe uma linha editorial, uma proposta?

Eu penso que o bloque é muito parecido com o jornal. Tem tema sim. Mas eu vou ser bem sincera para você. Eu olho pouco o blogue, eu olho mais o *site*. Eu deixo o blogue para discussão deles mesmo. Daí eu fiz inconscientemente. E eu acho que iria invadir muito também se eu entrasse. Eu respeito muito. A temática do jornal, por exemplo, eu jamais sugeri uma temática. Eu jamais censurei nada. Eles têm autonomia total de tudo. Tanto que já escreveram artigos que foi contra a *FUNASA*, por exemplo, que é nosso parceiro. Mas não importa. São eles que estão pensando, são eles que sofrem. O blogue vem um pouco na linha editorial, quem empurra isso é jornal. E são as discussões que eu faço na *AJI*, a questão dos direitos indígenas, o lugar do jovem, como eles estão sofrendo, a questão da saúde, a questão do não-respeito. Então, vem um pouco desta discussão que eu faço toda vez que eu venho para cá. Toda vez que eu venho para cá a gente discute, na verdade, os direitos indígenas.

Então o blogue vem um pouco na linha da discussão que é feita para o jornal?

Isso, e as minhas discussões com eles.

Vocês têm assembleia de reunião com a comunidade?

Na comunidade não. A gente tem entre a gente, mas não com a comunidade. Entre a gente, a gente sempre se reúne, é difícil, tem tensões, mas não com a comunidade. A comunidade vem até a gente pedir para escrever, porque é aberto para a comunidade. Então, daí eles mandam artigos, a gente publica. Eles publicam, porque eu não faço parte do corpo editorial. Mas a comunidade pede para que eles veiculem as notícias daqui, algumas notícias. Mas não tem assembleia com a comunidade, que eu acho que seria uma coisa boa. Você me deu uma boa ideia. Para a gente fazer de agora em diante que a gente tem mais respeitabilidade dentro da Reserva. Eu acho que é a hora de se fazer isso. Antigamente não. Mas, agora que você falou, eu vejo assim que agora está na hora de fazer isso.

Como é essa rotina de trabalho na AJI?

Tem o cotidiano do trabalho que você acompanhou. Mas você acompanhou em um momento muito de efervescência [durante o II Encontro Internacional de Jovens Indígenas de MS]. Mas tem o Itacir e agora a Renata [Itacir Pastore e Renata Carmi Armel, não-indígenas, respectivamente, ex-coordenador local e assessora de assuntos gerais da AJI²⁴²] que voltou, porque ela já trabalhou muito com eles, a Renata já foi da primeira fase da AJI, e está voltando agora. Então, a gente discute uma temática para levar seis meses. Todo começo de ano e todo agosto a gente escolhe uma temática e vamos trabalhar essa temática em todos os meios de comunicação. E até nas oficinas que acontecem no CRAES [Centro de Referência para Assistência Social]. E daí a gente tem todo o material. A gente prepara o material, eu envio material quando eles pedem, eu os preparo para dar oficina, se eles pedem uma oficina para melhor fotografia – “Lu, eu já estou cansando das minha fotos, eu quero uma nova técnica”, então eu monto um *workshop* com eles com pessoas que eu trago de fora. Então, a formação deles na verdade foi feita com cineasta do uruguai, cineasta brasileira e da Argentina. A questão da fotografia um do Pará, um do Rio de Janeiro. Daqui ninguém porque nunca ninguém se propôs a dá oficina sem cobrar.

Todos esses oficinairos são voluntários?

Todos voluntários, que ficam em casa, e eu converso com eles, e fazem oficinas intensas de uma semana, quinze dias. Todos foram voluntários. Aqui não existe essa boa vontade na cidade. Então precisa gente de fora para vir empoderá-los, que é essa nova palavra tão em moda.

²⁴² Atualmente Renata Armel assumiu também a função de coordenadora local.

E qual a frequência que você vem a Dourados? [Alcântara mora em São Paulo]

Venho com muita frequência. Na verdade, durante três anos eu fiquei seis meses em Nova York e seis meses aqui, porque eu dava aula em Nova York, na *Columbia* [Columbia University]. Mas eu vinha no segundo semestre. Eu chegava e vinha para cá. Daí eu venho uma vez por mês, uma vez a cada quarenta dias e fico uma semana a dez dias.

A comunicação comunitária, dentro de uma comunidade, cidadã, ela às vezes pode gerar problemas que o jornalismo enfrenta também, só que os jornalistas das organizações têm todo um aparato legal e também editorial, do editor para vigiar a informação que sai, para poder não haver conflitos, por exemplo, processos judiciais. Agora, quando são iniciativas cidadãs, às vezes, é mais complicado, porque é um limite mais fluido. E é a própria comunidade que está falando, e no caso daqui, são os próprios jovens que falam deles e eles têm que voltar para a comunidade. O jornalista faz a matéria e fica distante. Vocês já enfrentaram algum tipo de dificuldade nesse sentido?

Já, muita. Mas agora a gente anda com permissão no bolso, sabe aquela coisa. Principalmente quando tem imagem. Se você tira uma foto, você tira e faz assim, “você pode assinar?”. Começou que a gente já teve problemas com as fotos.

Você pode dar um exemplo mais específico desse tipo de dificuldade?

Por exemplo, teve uma mãe que tiraram uma fotografia da menina e ela falou assim que não sabia. E ela, na verdade, sabia, porque ela até mesmo ajudou, até pediu. Daí ela escutou que ela ganhava dinheiro deixando a filha ser fotografada. Não era o caso, porque não são pessoas de fora, não é? Nisso eram os próprios jovens que estavam fazendo. Então a gente teve dificuldade por causa disso. Na hora que eles descobriam que eles podiam ganhar dinheiro, e que tinha direitos autorais, que a gente não está negando, pelo contrário a gente respeita a todos. Então, esse problema foi muito grave para gente, porque na verdade a gente estava despreparado para isso, e eram os próprios jovens fazendo. E a mãe não tinha sido verdadeira, ela tinha permitido. E depois ela volta atrás e a gente fala assim, “ó, você desculpe, a gente pode arrancar a página do primeiro livro, mas não tem mais o que fazer, a senhora permitiu”. Mas daí não houve nada, ela acabou deixando. Mas a partir dessa experiência que a gente teve, a gente anda com autorização no bolso. Eu brinco com eles, aonde vocês forem vocês têm que andar com autorização no bolso. Nem que pinte o dedo e ponha ali.

Mas elas têm que estar consciente, eles tem que ler, “olha, isso e isso...” para quem não sabe ler. Então, no livro de fotografia, a gente teve muito problema.

Agora no jornal, o jornal tem resposta e tem lugar para resposta. Mas nunca ninguém quis responder. O jornal já é mais fácil, eu acho. E quando elas fazem as entrevistas, elas tiveram uma formação com uma jornalista, com a Natália [Natália Costa Queiroz]. Então elas fazem o possível para ter as duas visões, elas fazem o possível para não ser tão comprometida, não dar opinião pessoal (...).

E com relação ao blogue, está tendo alguma resposta?

Já teve muita resposta que acabavam com eles. Que atacavam diretamente a *AJI*. Já teve muita coisa. Mas dá eles [os integrantes da *AJI*] respondem, ou não respondem. É o direito de atacar, como é o direito de responder ou não. É totalmente democrático. Eu acho isso ótimo. (...) Depois eles vão aceitando. (...) A minha impressão é que eles estão sendo aceitos, muito mais. A minha impressão. Não sei como dizer isso, porque eu não analisei. Mas os primeiros [comentários] foram muito agressivos.

Qual a perspectiva de futuro para o blogue e para a estratégia de comunicação da *AJI*?

Na verdade, nosso sonho é ter uma rádio. Mas isso no Brasil é impossível, porque depende de sistema político, etc, e toda a política de comunicação que é piada nesse país, porque é distribuído para senadores etc. Não preciso destrinchar porque você sabe melhor do que eu. Agora, o sonho da gente é, sonho mas a gente vai devagarzinho, é ter uma rádio mesmo, uma rádio comunitária, é ter uma televisão via internet, que já foi proposta mas a gente não tem pernas para fazer isso, e fazer mais vídeos e filmes. Eu acho que essa é a saída. E a imagem é onde traz para eles o sentido de pertencimento, eu tenho certeza absoluta, isso eu não tenho dúvida nenhuma. E eu até comecei a escrever um pouco sobre isso, o que a imagem carrega com ela, o quê que a imagem traz. Todo mundo já sabe, já está mais do que desgastado, é uma coisa que está lá em cultura. Ninguém sabe qual é o conceito disso mais, de tão banalizado que isto foi. Mas a imagem traz um sentido de pertencimento muito grande, em qualquer veículo de comunicação. Mesmo a rádio, está transformando a *AJI*. A rádio deu outra dinâmica para a *AJI*. Porque é mais rápida, as pessoas comentam, atinge a comunidade, mais do que o jornal.

Mais do que a internet?

Muito mais, porque eles não têm acesso.

Houve algum pensamento ou estratégia para dialogar com os meios de comunicação tradicionais, como jornais, rádios, feitos pelos jornalistas, pelas organizações jornalísticas?

Eu até pensei, mas é muito difícil. A gente não é aceito mesmo. Então, eu queria, junto com os veículos tradicionais de comunicação, uma alternativa mesmo. Eu acho que dá para trabalhar com as duas. Porque você vai atingir os dois públicos que eu sempre quis. Atingir a população indígena, que é deles falando deles mesmos, e atingir a população em torno, para conscientizá-los que esses índios não são o que eles falam. E, para isso, você precisar utilizar tudo o que você tem em mão, qualquer instrumento que se tenha na mão. Os mais tradicionais como a população mais abrangente, ou que assiste a *TV Globo*, essas coisas todas, a mais padronizada que puder, e as mais modernas também, de uma tecnologia mais moderna, de uma internet e de uma comunicação popular para atingir a comunidade. Por isso que a rádio é imprescindível. Eu sempre quis uma rádio. Sempre. Nunca tivemos oportunidade. A gente está só com meia hora e com o risco de cair fora do ar. A gente precisa de patrocínio. São 5000 reais para meia hora, por mês. Nós não temos esse dinheiro. E rádio comunitária dentro da Reserva não funciona, porque já houve três rádios e roubaram, fizeram o diabo a quatro, porque aqui a Reserva tem um problema político imenso de fragmentação. Então, tem um pedido para cá, mas como vai funcionar? Vão deixar esses jovens entrarem? Eu tenho certeza que não. Quais são as estratégias? Eu preciso utilizar todas porque eu quero atingir as duas sociedades. Seu puder falar, as duas culturas. Eu não tenho preconceito nenhum.

ANEXO A – PUBLICAÇÃO DE CIBERMEIO INDÍGENA SOBRE A VISITA DA PESQUISADORA

www.indiosonline.net/pesquisadora-da-ufsc-visita-a-comunidade-pataxo-hahaae-para-realizar-estudo-sobre-indios-on-line/

OCA NOTA DA GESTÃO ARQUIVOS QUEM SOMOS PARTICIPE CONTATO digite aqui... **BRUSCAR**

ÍNDIOS ONLINE

Categoria | Geral

Pesquisadora da UFSC visita a comunidade Pataxó Hãhãe para realizar estudo sobre Índios On-line

Publicado em 13 janeiro 2012

estudante de mestrado em Jornalismo, na Universidade Federal de Santa Catarina, Joana Tavares, está em nossa aldeia desde 04 de janeiro, realizando uma pesquisa sobre o portal Índios On-line. Nos seus dias que ficam em nossa aldeia, ela tem realizado entrevistas e questionários com os integrantes da rede Índios On-line e outros membros da comunidade, além de conhecer mais de perto nossa cultura e as dificuldades que nosso povo enfrenta em sua luta. Além do seu trabalho de mestrado, que será uma dissertação escrita, a estudante pretende realizar um documentário sobre o povo Pataxó Hã Hã Hã, a partir dos depoimentos que vem coletando.

Da visita a aldeia Baheta, conversando com o cacique Reginaldo, que é um dos integrantes ativos da rede. Depois visitamos a anciã Maria Ruzic, e a indígena Yvairavai, e passamos pela aldeia Caranum. Infelizmente não podemos ir à fazenda onde está acontecendo a retomada indígena, uma vez que recebemos informações sobre a presença de patrulheiros nas estradas que levam à fazenda ocupada, e ameaças para que índios não

CAMPANHA
Eu apoio a causa indígena

**CONTRA A PEC 243
DEMARCAÇÃO DAS TERRAS
URGÊNCIA NOS JULGAMENTOS**

**PRÊMIO CULTURAS INDÍGENAS
RAONI ALEUTIERE
INSCREVA-SE
até 01 de fevereiro de 2012**

**Canal Celulares
Indígenas Youtube**

**SIGA NOSSO
TWITTER**

**ÍNDIO OFF-LINE ?
Você é a nossa Rede
Fique on!**

25:51 03/02/2013

www.indiosonline.net/pesquisadora-da-ufsc-visita-a-comunidade-pataxo-hahaae-para-realizar-estudo-sobre-indios-on-line/

estudante de mestrado em Jornalismo, na Universidade Federal de Santa Catarina, Joana Tavares, está em nossa aldeia desde 04 de janeiro, realizando uma pesquisa sobre o portal Índios On-line. Nos seus dias que ficam em nossa aldeia, ela tem realizado entrevistas e questionários com os integrantes da rede Índios On-line e outros membros da comunidade, além de conhecer mais de perto nossa cultura e as dificuldades que nosso povo enfrenta em sua luta. Além do seu trabalho de mestrado, que será uma dissertação escrita, a estudante pretende realizar um documentário sobre o povo Pataxó Hã Hã Hã, a partir dos depoimentos que vem coletando.

Ele visitou a aldeia Baheta, conversando com o cacique Reginaldo, que é um dos integrantes ativos da rede. Depois visitamos a anciã Maria Ruzic, e a indígena Yvairavai, e passamos pela aldeia Caranum. Infelizmente não podemos ir à fazenda onde está acontecendo a retomada indígena, uma vez que recebemos informações sobre a presença de patrulheiros nas estradas que levam à fazenda ocupada, e ameaças para que índios não passassem por aquela região.

Outros além de mim foram entrevistados para falar da experiência da rede a pessoas de Hemerson Pataxó e Yvairavai. Fizemos também um Toró, na sexta-feira, no qual Joana participou e falou de seu trabalho. A estudante disse que se sentiu muito acolhida por nosso povo e pretende voltar para dar uma oficina de jornalismo para a comunidade, e colaborar com o trabalho do Índios On-line.

Depois disso, ela vai para a reserva indígena de Dourados, em Mato Grosso do Sul, onde vai estudar o trabalho do blogue da Ação de Jovens Indígenas de Dourados (www.aj.blogspot.com)

Esta matéria foi publicada originalmente na Rede Índios on Line - www.indiosonline.net

Compartilhe:   Uma pessoa curtiu isso. Seja o primeiro entre seus amigos.

Este post foi escrito por
Araxáwã - escreveu 77 matérias em Índios Online
Guerrero Pataxó Hãhãhãe
Entre em contato com o autor

**CONTRA A PEC 243
DEMARCAÇÃO DAS TERRAS
URGÊNCIA NOS JULGAMENTOS**

**PRÊMIO CULTURAS INDÍGENAS
RAONI ALEUTIERE
INSCREVA-SE
até 01 de fevereiro de 2012**

**Canal Celulares
Indígenas Youtube**

**SIGA NOSSO
TWITTER**

**ÍNDIO OFF-LINE ?
Você é a nossa Rede
Fique on!**

**Aldeia Tarum
ameaçada
23/1**
Uma aldeia foi ameaçada de um habitante Arapáwa

ÍNDIO EDUCA

**Destinação de casas
indígenas no Povo
Tupinambá de Olivença**

**REDE
INDÍGENA
SOLIDARIA
DE ARTE E
MITSANARI**

**RISADA
MITSANARI**

CACIQUE MONTEIRO...

DIGITAL

25:51 03/02/2013